

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Anderson Vargas Torres

O Partido Libertador e a República Democrática (1945-1964)

Porto Alegre, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Anderson Vargas Torres

O Partido Libertador e a República Democrática (1945-1964)

Tese apresentada como requisito parcial para a  
obtenção de título de Doutor em História no  
Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Brandalise

Porto Alegre, 2023

CIP - Catalogação na Publicação

Torres, Anderson Vargas  
O Partido Libertador e a República Democrática  
(1945-1964) / Anderson Vargas Torres. -- 2023.  
406 f.  
Orientadora: Carla Brandalise.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2023.

1. Partido Libertador. 2. Partidos Políticos. 3.  
República Democrática (1945-1964). I. Brandalise,  
Carla, orient. II. Título.

Anderson Vargas Torres

O Partido Libertador e a República Democrática (1945-1964)

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção de título de Doutor em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Brandalise

Aprovada com indicação para publicação em 26 de maio de 2023

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marluza Marques Harres - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

---

Prof. Dr. Charles Sidarta Machado Domingos - Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

---

Prof. Dr. Douglas Souza Angeli - Universidade do Estado de Minas Gerais

## AGRADECIMENTOS

Não há como iniciar sem mencionar e agradecer a minha orientadora desde a graduação, professora Carla Brandalise, por ter dado todo o apoio nessa jornada. Muito obrigado por fazer parte dessa minha trajetória.

Agradeço aos membros da banca, professores Luiz Alberto Grijó, Marluza Marques Harres, Charles Sidarta Machado Domingos e Douglas Souza Angeli pelo aceite e pelas críticas e sugestões propostas ao trabalho.

Ao PPG-História/ UFRGS – corpo docente, corpo discente e funcionários – por ter proporcionado ensino de qualidade e gratuito. Ao CAPES, pelo financiamento dessa pesquisa

Aos amigos e amigas que fiz nessa caminhada, especialmente ao pessoal do “GTzinho” de História Política: Diego, Maura, Paulo, Douglas, Samuel, Marcos, Gustavo e Charles. Aos/ às colegas professores/as e funcionários/as, do CE Miguel Lampert/Canoas e da EMEF Professor Horácio Prates/Charqueadas pelo incentivo e, claro, a todos/as que foram meus alunos/as no passado e no presente, sempre cientes do professor-pesquisador que eu sou e dos quais sempre tive acolhida.

Aos funcionários e funcionárias dos espaços aos quais frequentei ao longo da pesquisa para colher materiais: NUPERGS/UFRGS, Arquivo Municipal Moysés Vellinho/ Porto Alegre, Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Também ao pessoal do Núcleo de Pesquisa Histórica/UFRGS, que permitiu o uso dos seus equipamentos de microfilmagem. Algumas informações busquei com outros colegas e agradeço especialmente a três que me ajudaram, em contatos por e-mail: René Gertz, Rodrigo Luís dos Santos e Lorena Monteiro.

Por fim, essa tese foi produzida em meio ao caos sanitário e político vivido pelo Brasil recentemente. Para suportar e manter o foco em meio a esses confusos tempos, o apoio familiar foi fundamental. Agradeço aos meus pais – João e Nara – e minhas irmãs – Alessandra e Cristiane – e meus sobrinhos – Nathália, João Miguel e Enzo – por terem me dado todo apoio nesse período. Assim como agradeço meus sogros e minha cunhada – Ariovaldo, Fátima e Thainá. E ao meu principal suporte nessa trajetória de pesquisador e de pessoa, sempre disposta a me incentivar e me aconselhar. É o meu norte desde que nos conhecemos: minha esposa, minha companheira e meu amor, Kamila. Obrigado!

## RESUMO

O Partido Libertador (PL) originou-se no Rio Grande do Sul a partir da união das oposições ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) em 1928. Assim como todos os partidos até então existentes, foi extinto em 1937 com a ascensão do Estado Novo (1937-1945). Durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas, os libertadores se dividiram entre os que apoiaram o governo estadonovista e aqueles que se afastaram desse regime. O PL ressurgiu com a democratização de 1945 sob o comando de uma liderança histórica da primeira fase do partido (1928-1937) e opositor de Vargas: Raul Pilla. Marcadamente antigetulista, o partido teve atuação destacada no Rio Grande do Sul entre as décadas de 1940 e 1960, consolidando-se como terceira força partidária estadual ao longo daquele período e destacando-se, ao lado do Partido Social Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN) - partidos aos quais se aliou a partir da eleição para prefeitura de Porto Alegre/RS, em 1951 - como opositor ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Rio Grande do Sul. Todavia, em nível nacional, os libertadores tiveram menor força, sendo considerado uma agremiação pequena e de corte regional, uma vez que sua força eleitoral era muito restrita ao território gaúcho. A produção acadêmica existente sobre o PL e sobre o sistema partidário de 1945-1964 tem enfatizado as características ideológicas desse partido tal como a herança histórica do período pré-1930, a defesa do sistema parlamentarista e a sua linha elitista e antitrabalhista, sua atuação no Rio Grande do Sul. Porém, pouco atentou para as trajetórias das suas lideranças partidárias, assim como para as estratégias eleitorais e disputas políticas com as quais o partido se envolveu durante a República Democrática e seus conflitos internos. Pretende-se aqui trazer à tona esse novo olhar sobre o PL em que se procura notar o protagonismo desse partido político não apenas por seus princípios e valores doutrinários, mas também pelas ações de seus agentes políticos na arena partidária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Partido Libertador, Partidos Políticos, República Democrática (1945-1964).

## **ABSTRACT**

The Libertador Party (PL) originated in Rio Grande do Sul from the union of opposition parties to the Rio-Grandense Republican Party (PRR) in 1928. Like all existing parties, it was extinguished in 1937 with the rise of the Estado Novo (1937-1945). During the dictatorial government of Getúlio Vargas, the liberators (libertadores) were divided between those who supported the Estado Novo government and those who distanced themselves from this regime. The PL resurfaced with the democratization of 1945 under the command of a historic leader from the first phase of the party (1928-1937) and opponent of Vargas: Raul Pilla. Markedly anti-Getúlio Vargas, the party played a prominent role in Rio Grande do Sul between the 1940s and 1960s, consolidating itself as the third state party force throughout that period and standing out, alongside the Social Democratic Party (PSD) and the National Democratic Union (UDN) - parties to which he joined after the election for mayor of Porto Alegre/RS, in 1951 - as an opponent of the Brazilian Labor Party (PTB) in Rio Grande do Sul. However, at the national level, the liberators had less strength, being considered a small association of regional scope, since its electoral strength was very restricted to the gaúcho territory. The existing academic production on the PL and on the 1945-1964 party system has emphasized the ideological characteristics of that party such as the historical heritage of the pre-1930 period, the defense of the parliamentary system and its elitist and anti-labor line, its performance in the Rio Grande do Sul. However, little attention was paid to the trajectories of its party leaders, as well as to the electoral strategies and political disputes with which the party was involved during the Democratic Republic and its internal conflicts. It is intended here to bring to light this new vision of the PL in which one seeks to note the protagonism of this political party not only for its doctrinal principles and values, but also for the actions of its political agents in the party arena.

**KEYWORDS:** Liberator Party, Political Parties, Democratic Republic (1945-1964).

## LISTA DE SIGLAS

ADP – Aliança Democrática Popular

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AIB – Ação Integralista Brasileira

ALRS – Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

APALCA – Academia Palmeirense de Letras, Ciências e Artes

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CCA – Centro Católico de Acadêmicos

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas

CP – Correio do Povo

CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação/ Fundação Getúlio Vargas]

DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

DHBB – Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro

DN – Diário de Notícias

ED – Esquerda Democrática

ERG – Estado do Rio Grande

FD – Frente Democrática

FAMED – Faculdade de Medicina de Porto Alegre

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FRGF – Federação Rio-Grandense de Futebol

GB – Guanabara

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEC – Instituto de Previdência do Estado do Ceará

LEC – Liga Eleitoral Católica

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

NUPERGS – Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-grandense

PAN – Partido Agrário Nacional

PDC – Partido Democrático Cristão

PDN – Partido Democrático Nacional

PDS – Partido Democrático Social

PL – Partido Libertador

PR – Partido Republicano

PRP – Partido de Representação Popular

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense  
PRL – Partido Republicano Liberal  
PRT – Partido Republicano Trabalhista  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PSDA – Partido Social Democrático Autonomista  
PSP – Partido Social Progressista  
PST – Partido Social Trabalhista  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PTBI – Partido Trabalhista Brasileiro Independente  
PTN – Partido Trabalhista Nacional  
PUC – Pontifícia Universidade Católica  
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
STF – Superior Tribunal Federal  
TRE – Tribunal Regional Eleitoral  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
UDN – União Democrática Nacional  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
UFPR – Universidade Federal do Paraná  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas  
URGS – Universidade do Rio Grande do Sul  
USB – União Social Brasileira  
VFRGS – Viação Férrea do Rio Grande do Sul

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Origem dos sobrenomes paternos dos membros do PL/RS.....	82
Tabela 2: Eleição para governador do Rio Grande do Sul – 1947 – juntas 32, 43, 45 e 63 .....	84
Tabela 3: Período de nascimento dos membros do PL/RS (1945-1964).....	86
Tabela 4: Local de nascimento dos membros do PL/RS (1945-1964).....	90
Tabela 5: Base Eleitoral dos membros do PL/RS (1945-1964) .....	91
Tabela 6: Tipo de escola frequentada pelos membros do PL/RS (1945-1964).....	96
Tabela 7: Localidade das escolas frequentadas pelos membros do PL/RS (1945-1964)	96
Tabela 8: Formação superior dos membros do PL/RS (1945-1964).....	99
Tabela 9: Número de ocupações dos membros do PL/RS (1945-1964).....	103
Tabela 10: Ocupações dos membros do PL/RS (1945-1964) .....	104
Tabela 11: Estados em que o PL obteve assinaturas para o registro partidário (1945)	110
Tabela 12: Participações eleitorais do PL por ciclo eleitoral .....	114
Tabela 13: Participação do PL nas eleições para a Câmara Federal .....	116
Tabela 14: Participação do PL nas eleições para as assembleias legislativas estaduais	119
Tabela 15: Número de prefeitos e vereadores eleitos pelo PL em eleições municipais entre 1947 e 1963 .....	122
Tabela 16: Votação dos candidatos a deputado federal do PL no Rio Grande do Sul - 1945 .....	190
Tabela 17: Votação dos candidatos a deputado estadual do PL no Rio Grande do Sul - 1947 .....	190
Tabela 18: Eleições para a Presidência da República no Rio Grande do Sul - 1945 ...	252
Tabela 19: Eleições para governador do Rio Grande do Sul – 1947.....	252
Tabela 20: Eleições para governador do Rio Grande do Sul – 1950.....	281
Tabela 21: Eleições para senador do Rio Grande do Sul - 1950 .....	281
Tabela 22: Cinco candidatos a deputados federais mais votados do PL no Rio Grande do Sul – 1950.....	282
Tabela 23: deputados estaduais eleitos pelo PL no Rio Grande do Sul - 1950.....	283
Tabela 24: Eleição para o governo do Rio Grande do Sul em 1950 – resultados de Porto Alegre: .....	284
Tabela 25: Eleição para prefeito de Porto Alegre – 1951.....	291
Tabela 26: Eleição para vice-prefeito de Porto Alegre – 1951.....	291
Tabela 27: Eleição para o governo do Rio Grande do Sul - 1954.....	302
Tabela 28: Eleição para o Senado Federal do Rio Grande do Sul – 1954.....	302
Tabela 29: Cinco candidatos a deputados federais mais votados do PL no Rio Grande do Sul – 1954.....	303
Tabela 30: Deputados estaduais eleitos pelo PL no Rio Grande do Sul - 1954 .....	304
Tabela 31: Eleição para prefeito de Porto Alegre - 1955 .....	320
Tabela 32: Eleição para vice-prefeito de Porto Alegre - 1955 .....	320
Tabela 33: Eleição para o governo do Rio Grande do Sul - 1958.....	342
Tabela 34: Deputados estaduais eleitos pelo PL no Rio Grande do Sul – 1958.....	343
Tabela 35: Cinco candidatos a deputados federais mais votados do PL no Rio Grande do Sul – 1958.....	344
Tabela 36: Eleição para o Senado Federal do Rio Grande do Sul – 1958.....	344
Tabela 37: Eleição para prefeito de Porto Alegre - 1959 .....	356
Tabela 38: Eleição para vice-prefeito de Porto Alegre - 1959 .....	356
Tabela 39: Eleição para o governo do Rio Grande do Sul - 1962.....	363
Tabela 40: Eleição para o Senado Federal do Rio Grande do Sul – 1962.....	363
Tabela 41: Deputados estaduais eleitos pelo PL no Rio Grande do Sul – 1962.....	365

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Diretores do Estado do Rio Grande (1950-1960).....	62
Quadro 2: Membros do PL/RS que exerceram algum cargo eletivo entre 1945 e 1964	79
Quadro 3: Participações eleitorais do PL nas eleições estaduais entre 1945 e 1965....	112
Quadro 4: Candidatos do PL a cargos majoritários entre 1945 e 1965 .....	121
Quadro 5: Presidentes dos Diretórios nacional e sul-rio-grandense do Partido Libertador (1945-1965) .....	167

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Convite para a assembleia geral organizada pelos libertadores vinculados a Pilla.....	46
Figura 2: Capa da edição do Estado do Rio Grande, de 29/05/1950.....	63
Figura 3: Anúncio da FRGF saudando o Estado do Rio Grande, 30/05/1950 .....	66
Figura 4: Anúncio de venda dos distintivos do PL no <i>Estado do Rio Grande</i> – 21/11/1953.....	70
Figura 5: Capa do <i>Estado do Rio Grande</i> , com o “Manifesto à Nação” – 06/06/1950..	71
Figura 6: Foto do Congresso do PL, no município de Bagé, em agosto de 1945. ....	170
Figura 7: Foto da reunião que selou o acordo entre as bancadas do PTB e do PL em 14/05/1947.....	263
Figura 8: João Nunes de Campos (PTB) e Mem de Sá (PL) assinam o convênio PTB-PL pela adoção do parlamentarismo em 14/05/1947 .....	264
Figura 9: Raul Pilla na bancada do PTB durante o evento da promulgação da Constituição do Rio Grande do Sul – 14/07/1947.....	268
Figura 10: Inserção da campanha de Edgar Luíz Schneider para o governo do Rio Grande do Sul – 1950 .....	280
Figura 11: Inserção de campanha de Décio Martins Costa e Carlos de Brito Velho para o Senado Federal – 1950 .....	280
Figura 12: Campanha dos candidatos da FD Meneghetti e Araújo no Jornal do Dia – 1951 .....	290
Figura 13: Assinatura do protocolo da Frente Democrática – 01/04/1954 .....	294
Figura 14: Perachi Barcellos apresenta Porto Alegre para Euclides Triches na charge de Sampaulo – 1955 .....	322
Figura 15: Charge de Sampaulo ironiza a disputa pelo secretariado entre os partidos da ADP. ....	367

## **APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 – OS LIBERTADORES E OS NOVOS TEMPOS DEMOCRÁTICOS: A REFUNDAÇÃO PARTIDÁRIA E SEUS LÍDERES .....</b>	<b>34</b>
1.1. A (Re)invenção do PL: disputas pelo espólio libertador pré-1937 e inserção da marca na República Democrática de 1945 .....	35
1.2. Reaparecimento (e fim) do <i>Estado do Rio Grande</i> (1950-1960) .....	60
1.3. As lideranças do PL pós-1945: uma análise prosopográfica .....	77
<b>CAPÍTULO 2 – A EXPANSÃO DO PL PÓS-1945 .....</b>	<b>107</b>
2.1. O desempenho eleitoral nacional do PL .....	111
2.2. Os diretórios regionais do PL .....	123
<b>CAPÍTULO 3 – OS LIBERTADORES E AS DISPUTAS INTERNAS EM TORNO DAS QUESTÕES POLÍTICAS, RELIGIOSAS E SOCIAIS.....</b>	<b>166</b>
3.1. Os libertadores e o programa de 1945/1947 .....	168
3.2. Os libertadores e a “geração católica” .....	177
3.3. Os libertadores e os trabalhadores .....	210
<b>CAPÍTULO 4 – AS ALIANÇAS LIBERTADORAS: 1946-1954 .....</b>	<b>243</b>
4.1. 1946-1950: entre a autonomia partidária, o antigetulismo e o parlamentarismo ..	247
4.2. 1951-1954: formação e consolidação da Frente Democrática (FD).....	283
<b>CAPÍTULO 5 – AS ALIANÇAS LIBERTADORAS: 1955-1963 .....</b>	<b>309</b>
5.1. 1955-1958: os embates com o PSD (1955-1958) e a aliança com o PSB (1958)	310
5.2. 1959-1963: o afastamento entre PL e FD e a aliança libertadora com o PDC (1959) e a união e rompimento com a Aliança Democrática Popular (1962-1963) .....	344
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>376</b>
<b>FONTES CONSULTADAS .....</b>	<b>382</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>388</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>402</b>

## INTRODUÇÃO

(...) O Mem (de Sá) não fez outra coisa no ministério (da Justiça) senão tratar da Arena. Fez uma pressão enorme para que eu entrasse. Depois da cerimônia de posse, nós fomos jantar e lá pelas tantas o Mem disse: “Vocês vão entrar na Arena, naturalmente”. E eu disse: “Doutor, eu não vou entrar”. “Não, tem que entrar”, disse, com aspereza. Eu estranhei aquilo. Mas: “Olha, eu não vou entrar na Arena, porque não me serve. *Se fosse para entrar na Arena, porque é que não entramos no PSD em 1945?* Não vou entrar e não vou entrar em nenhum outro. Vou embora para casa. (VALLS, 2004, p. 157. Itálicos nossos).

O relato acima, feito por Paulo Brossard<sup>1</sup> na sua biografia, escrita pelo jornalista Luís Valls, dá um importante indício sobre o Partido Libertador (PL). Ainda que fosse um pequeno partido em nível nacional, com atuação mais destacada no Rio Grande do Sul durante a República Democrática<sup>2</sup> (1945-1964), os libertadores tinham suas especificidades e cumpriam importante papel no jogo político gaúcho e brasileiro. Naquele momento - após a extinção dos partidos políticos em 1965 - entrar na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), para Brossard, significava filiar-se a um programa que não era o mesmo defendido pelo então extinto PL. Logo, não faria sentido aderir, pois não apresentaria as mesmas bandeiras para defender. Fosse assim, segundo a sua lógica, deveria ter filiado-se ao PSD em 1945, sugerindo que a Arena era uma continuidade desse partido.

O PL era um partido com um programa e com ideias específicas, e também um agente com seus interesses dentro do jogo político do período da República Democrática de 1945 a 1964. Lembrar o Partido Libertador significa recordar de algumas posições, a exemplo da defesa ferrenha do sistema parlamentarista de governo,

---

<sup>1</sup> Paulo Brossard de Sousa Pinto (1924-2015) foi deputado estadual eleito pelo PL em três legislaturas entre 1955 e 1966. Durante a Ditadura Militar, migrou para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1967 e elegeu-se deputado federal (1967-1970) e senador (1975-1983). Formado em Direito, ainda foi Ministro da Justiça (1986-1989) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) entre 1989 e 1994. *DHBB*, FGV. Verbete: Paulo Brossard; VALLS, 2004.

<sup>2</sup> Optou-se aqui pela terminologia *República Democrática*. Concorde-se aqui com Lavareda (1999) de que a democracia inaugurada em 1945 passava por um processo de consolidação quando foi encerrada abruptamente em 1964, em que pese suas limitações e problemas. Esse processo é destacado igualmente por Gomes (2019), ao lembrar que se tratou de um período em que a participação política da população aumentou consideravelmente, seja por formas organizacionais, seja por demandas sociais. Havia um sistema partidário nacionalizado e que estava se interiorizando devido ao aumento do eleitorado tanto nas camadas urbanas quanto na população rural. Tinha ainda um alto grau de competição nos processos eleitorais, o que aumentava possibilidades de vitórias das oposições. Em suma, ainda que pesasse a existência de conflitos entre setores da elite política, a democracia estava consolidando-se naquele momento.

rememorar nomes históricos como os seus fundadores Raul Pilla<sup>3</sup> e Joaquim Francisco de Assis Brasil<sup>4</sup> ou da retórica antigetulista, anticomunista e liberal-conservadora dos seus membros. Nas palavras de Miguel Bodea (1992): “um partido elitista, liberal, visceralmente antigetulista, que transformaria a luta pelo parlamentarismo na sua plataforma doutrinária” (BODEA, 1992).

No entanto, os estudos acadêmicos sobre esse período e seu sistema partidário não se debruçaram sobre as articulações políticas envolvendo os libertadores. Não são especificadas suas demandas e interesses nas negociações para os pleitos eleitorais, assim como pouco são analisadas as disputas internas dessa agremiação partidária e sua relação com a coalizão anti-petebista, a qual o partido aderiu em 1951, ao lado de PSD e UDN, no Rio Grande do Sul.

Igualmente não se rastreou como o partido tentou nacionalizar-se nesse período, uma vez que sua origem era regional, não se buscou também conhecer de forma suficiente e aprofundada as bases sociais e políticas libertadoras, tampouco preocupou-se em analisar a construção da imagem do partido, da mesma maneira que não se contemplou de modo mais aprofundado as trajetórias e a atuação de suas lideranças partidárias e/ou parlamentares. Esse trabalho pretende desenvolver-se nesse caminho, mas antes de delimitá-lo, apresenta-se aqui, um breve histórico do PL.

A história do partido é anterior a 1945: sua fundação ocorreu no mês de março de 1928, na cidade de Bagé (RS). Sua origem estava relacionada aos conflitos político-partidários existentes durante a Primeira República no Rio Grande do Sul: de acordo com Trindade (1979) e Antonacci (1981), em 1922 as oposições ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) uniram-se a favor da candidatura de Assis Brasil e contra a reeleição de Borges de Medeiros<sup>5</sup>. Em torno daquela candidatura estavam diversos setores da oposição político-partidária a Medeiros como o Partido Federalista,

---

<sup>3</sup> Raul Pilla (1892-1973) foi o fundador, junto com J.F. Assis Brasil, do PL em 1928, participando da vida partidária desde então. Pilla foi a principal liderança que levou a cabo a refundação, em 1945. Naquele período, foi deputado federal entre 1946 e 1967, e presidente do partido nacionalmente (BUENO; 2006; GAGLIETTI, 2007).

<sup>4</sup> Joaquim Francisco Assis Brasil (1857-1938) foi membro do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) tendo rompido nos anos 1890. Aliou-se aos federalistas, tentou concorrer ao governo estadual contra Borges de Medeiros e foi, junto com Pilla, um dos fundadores do PL. Atuou ainda no governo Vargas nos anos 1930 (DAL FORNO, 2020).

<sup>5</sup> Borges de Medeiros governou o Rio Grande do Sul entre 1898 e 1908 e entre 1913 e 1928, tendo o mandato interrompido apenas entre 1908 e 1913, em que exerceu apenas a presidência do PRR e foi substituído por Carlos Barbosa Gonçalves. Nas eleições de 1923, as oposições uniram-se e lançaram a candidatura de Assis Brasil para tentar impedir uma nova reeleição de Medeiros. A vitória de Medeiros levou as oposições ao conflito armado para impedir a posse do republicano. Sobre o tema ver Trindade (1979) e Antonacci (1981).

tradicional opositor dos republicanos e do qual Raul Pilla era membro, os republicanos dissidentes e grupos ligados ao próprio Assis Brasil. Derrotados no pleito e no conflito armado de 1923<sup>6</sup>, o grupo formou a Aliança Libertadora em 1924, que participou de disputas eleitorais até 1928, quando fundiu-se e formou o PL. O partido surgiu como um braço no Rio Grande do Sul do Partido Democrático Nacional (PDN), fundado em São Paulo, também em 1928.

O PL encerraria forçosamente as atividades em 1937, devido ao golpe do Estado Novo. Ressalta-se que, ao longo dos anos 1930, o PL foi importante no jogo político-partidário regional e nacional, apoiando Vargas ao participar da formação da Aliança Liberal, e tendo muitos membros com participação decisiva na Revolução de 1930, mas se distanciando daquele a partir da Revolta Constitucionalista de 1932, como destaca Dal Forno (2020). Com o advento do regime do Estado Novo, lideranças libertadoras como Raul Pilla e Décio Martins Costa<sup>7</sup> romperam definitivamente relações políticas com Getúlio Vargas e se opuseram ao golpe.

Outras lideranças como Walter Jobim – que em 1947 se tornaria governador do Rio Grande do Sul pelo PSD e enfrentaria a oposição do PL – João Batista Luzardo, Alberto Pasqualini, entre outros, por sua vez, permaneceriam fiéis ou ao menos próximos à Vargas<sup>8</sup>. Com a reabertura política em 1945, Pilla iniciou a movimentação para a refundação do PL, embora em um contexto diferente daquela primeira fase do partido: de acordo com a nova legislação eleitoral, o decreto-lei n° 7.586/ 1945<sup>9</sup>, os partidos deveriam ter caráter nacional - o PL, até então, só havia existido dentro das fronteiras gaúchas - e favorecia a formação de um eleitorado muito mais amplo do que havia até 1937, aumentando consideravelmente a participação popular nos pleitos eleitorais. Conforme Gomes e Ferreira (2018) colocam, tratava-se da construção e do

---

<sup>6</sup> A Guerra Civil de 1923, chamada igualmente de Revolução de 1923, foi um conflito armado entre as oposições vinculadas a candidatura de Assis Brasil e as forças de Borges de Medeiros. O motivo do conflito havia sido a vitória de Medeiros, vista pelos derrotados como fraudulenta. Os opositores então tentaram derrubá-lo pela via armada. Não obtiveram sucesso, mas conseguiram, através da mediação do governo central, um acordo para que Medeiros não pudesse se candidatar a reeleição em 1928. Tal acordo ficou conhecido como o Pacto de Pedras Altas, por ter se realizado na residência de Assis Brasil, naquela localidade. Sobre 1923, ver Trindade (1979) e Antonacci (1981).

<sup>7</sup> Décio de Almeida Martins Costa (1900-1963) foi deputado estadual constituinte entre 1935 e 1937 pelo PL. Participou da refundação do partido ao lado de Pilla em 1945. Presidiu o Diretório rio-grandense do PL entre 1947 e 1963 e foi, no período candidato a governador em 1947 e ao Senado em 1950 (FRANCO, 2006; SÁ, 1973).

<sup>8</sup> Tal movimentação entre lideranças políticas gaúchas, incluindo as libertadoras, é destacada no trabalho de Lapuente (2016).

<sup>9</sup> Esse decreto-lei ficou conhecido como Lei Agamenon, em referência ao ministro da Justiça naquele momento, Agamenon Magalhães. Ele foi o principal articulador desse código eleitoral. *DHBB*, FGV. Verbete: Agamenon Magalhães.

início da consolidação de uma experiência democrática no Brasil: com partidos políticos estruturados e nacionalizados; eleições competitivas; corpo eleitoral ampliado e mecanismos de controle dos pleitos em pleno funcionamento (GOMES; FERREIRA, 2018).

Nessa conjuntura, os libertadores tiveram destacado desempenho em seu estado de origem, o Rio Grande do Sul, o que lhes valeu, nos estudos sobre o sistema partidário daquele momento, o adjetivo de partido essencialmente "regional"<sup>10</sup>. De qualquer forma, consolidou-se, ao longo dos anos, como uma força partidária no Rio Grande do Sul, perdendo apenas para os partidos que polarizavam os embates políticos rio-grandenses daquela época - PTB e PSD.

Para compreender a atuação do PL durante essa experiência democrática brasileira, busca-se analisar como o partido movimentou-se nas disputas políticas daquele momento histórico, assim como compreender quais recursos e capitais políticos e simbólicos o partido e seus dirigentes mobilizaram, tanto nas disputas eleitorais quanto nas negociações e articulações político-partidárias e parlamentares, tanto interpartidária quanto intrapartidária. Para tal empreitada, será relevante também conhecer as trajetórias das principais lideranças libertadoras e entender de que forma esses percursos individuais e coletivos nos permitem entender situações e ações dessa agremiação. Dessa forma, chegamos às seguintes questões: de que forma o PL e os seus membros atuaram durante a República Democrática inaugurada em 1945? Como o PL buscou adaptar-se àquele novo momento político e como tentou expandir-se nacionalmente? Como buscou ampliar sua atuação, até então, restrita a uma unidade federativa? Quais recursos e capitais foram mobilizados pelo partido, tanto nos períodos eleitorais como no jogo político-partidário? Quem eram as lideranças libertadoras? Quais os seus conflitos internos? Como procurou mobilizar as suas bases eleitorais? Com que partidos se aliou e por quais razões? Tendo como norte essas perguntas, esse estudo dará enfoque à atuação do PL a partir do seu estado de origem, o Rio Grande do Sul, mas sem esquecer que se tratava um partido nacional naquele instante.

Ainda são poucas as pesquisas que têm como referência o PL durante a República Democrática de 1945-1964. A produção acadêmica faz alusões ao partido em trabalhos que apresentam como escopo principal a análise de outras agremiações

---

<sup>10</sup> Tal perspectiva está presente em Benevides (1981), Lavareda (1999) e Soares (2001), entre outros autores.

partidárias, tais como o PTB<sup>11</sup>, o PSD<sup>12</sup> e a UDN<sup>13</sup>. Existem ainda pesquisas que tiveram como foco o sistema partidário gaúcho durante os anos de 1945 à 1964, analisando sua formação e consolidação dos anos 1940 aos 1960, bem como sua articulação com o cenário político nacional e o PL, ainda que de forma secundária, está presente nesses estudos<sup>14</sup>.

Obras específicas sobre o PL ainda são escassas e todas muito recentes. Duas delas, com uma delimitação temporal mais concisa: Carlo (2012) analisa a questão ideológica nos discursos dos deputados estaduais libertadores entre 1955 e 1959, buscando identificar mudanças de posição de acordo com determinados contextos. Taufer (2008), por sua vez, se propõe a compreender a atuação do partido ao longo da experiência democrática. Já Gaglietti (2007) realiza um trabalho mais relacionado ao pensamento político de Pilla e a articulação do mesmo com suas origens profissionais ligadas à medicina, enquanto Bueno (2006) enfatiza a trajetória desse político.

Todos esses estudos concordam quanto ao papel do PL no sistema partidário surgido após 1945: era um partido antivarguista considerando que os partidos políticos originaram-se tendo na figura de Vargas o principal balizador. Também tinha uma atuação majoritariamente regional, ainda que juridicamente fosse um partido nacional, e foi dessa forma que ocupou, no Rio Grande do Sul, o espaço que seria da UDN em nível

---

<sup>11</sup> Destaca-se para a atuação do PTB no Rio Grande do Sul o trabalho de Miguel Bodea (1992), *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Mais recentemente, há ainda o trabalho organizado por Carla Brandalise e Marluza Marques Harres (2017) intitulado *O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)*, com um conjunto de artigos escritos sobre a atuação dessa agremiação no estado gaúcho. Sobre a atuação nacional do PTB, ressalta-se os trabalhos clássicos Lucília Delgado (1989), *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*; Maria Celina D'Araújo (1996), *Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65* e o artigo de Ângela Castro Gomes (2007), intitulado *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): Getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. Não menos importante é outra obra de Gomes (2005), *A invenção do trabalhismo*, em que analisa a formação da cultura política que daria sustentação ao PTB em 1945.

<sup>12</sup> Sobre atuação nacional do PSD se sobressai o trabalho de Lúcia Hippólito (2012) intitulado *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Já sobre a atuação regional pessedista, destaca-se a tese de doutorado de Lisandre Oliveira (2008): *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas "páginas" do Diário de Notícias*.

<sup>13</sup> O trabalho de Maria Victória Benevides (1981) - *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965* - segue incontornável no que tange a atuação e a ideologia udenista. Para a atuação dessa agremiação no Rio Grande do Sul, há a dissertação de mestrado de Lisandre Oliveira (2001) chamada *"O preço da liberdade é a eterna vigilância": a UDN no Rio Grande do Sul*.

<sup>14</sup> Os trabalhos de Carlos Cortés (2007), *Política Gaúcha 1930-1964*; Mercedes Cánepa (2005), *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Assim como o trabalho organizado por Maria Izabel Noll e Hélió Trindade (2004) intitulado *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul 1823/2002* são exemplos desse tipo de produção. É importante ressaltar ainda a dissertação de Maria Amélia Costa (1983) - *Reorganização partidária e prática democrática no Rio Grande do Sul de 1945 à 1950* - e sua análise da formação e organização dos partidos no Rio Grande do Sul no período estudado por ela.

nacional, qual seja, o de principal força antitrabalhista e antivarguista. Retomando Bodea (1992),

O PL era um partido essencialmente gaúcho e ocupou, no cenário local, uma boa fatia do espaço que, em nível nacional, seria ocupado pela UDN. Tratava-se de um partido elitista, visceralmente anti-getulista, que transformaria a luta pelo parlamentarismo na sua principal plataforma doutrinária. Ao nível regional, o PL levava uma grande vantagem sobre a UDN: era portador de uma longa tradição política, cultural e até militar (As Guerras Civis de 1893-95 e 1923) que remontava aos federalistas dos anos 1890 e aos libertadores da era Borges de Medeiros (1903-1928). Com este cacife, o PL suplantaria a UDN em força eleitoral já a partir das eleições estaduais de 1947 (BODEA, 1992, p. 18).

Antes, Cortés (2007) já enfatizava a herança política dos libertadores como fator decisivo para sua força no estado gaúcho, ainda que a UDN tivesse em seus quadros ex-republicanos como Borges de Medeiros e Flores da Cunha: o PL detinha uma herança "de mais de cinquenta anos de luta, começando com o Partido Federalista no início da República Velha" (CORTÉS, 2007, p.176), o que faltava aos udenistas gaúchos, ou a menos, identificada com a sigla da UDN.

Alguns autores destacam a origem dessa recusa à figura de Vargas na formação do partido em 1945: quem capitaneou a reorganização do partido durante a transição do Estado Novo para o regime democrático liberal fora Raul Pilla. Ele havia rompido com outras lideranças libertadoras em 1937 por discordar do apoio desses ao regime estadonovista inaugurado por Getúlio Vargas, conforme lembra Costa (1983). Essa autora cita a "advertência" escrita por esses ex-libertadores aliados a Vargas desautorizando os movimentos de Pilla, bem como a resposta dada por esse, negando autoridade aos autores daquele texto (COSTA, 1983).

Outro enfoque referente ao PL, presente em boa parte das produções aqui analisadas, trata-se da aliança do partido com as distintas agremiações de oposição ao PTB. Com a exceção do trabalho de Costa (1983) - que estuda a formação dos partidos no Rio Grande do Sul entre 1945 e 1950 e percebe os avanços e recuos dos partidos naquele momento inicial de acomodação das forças partidárias no Rio Grande do Sul - as obras salientam o antitrabalhismo libertador, ignorando possíveis movimentos diferentes devido às articulações políticas-eleitorais das diferentes conjunturas políticas e à própria capacidade de negociação do partido para aliar-se ao bloco de partidos anti-PTB. Trindade e Noll (2004) desenham a polarização política entre o PTB e o PSD "desgetulizado", sendo que os outros partidos como PL e UDN apenas orbitariam em torno dos pessedistas. Tal leitura é perceptível também em Flach e Cardoso (2007) e Cánepa (2005): ao longo das obras, o PL é cada vez menos destacado e torna-se um

acessório do bloco anti-PTB. Trata-se tal coalizão como algo homogêneo e uma aliança "natural", desconsiderando-se os acordos e os desentendimentos intrínsecos a esse conjunto de partidos. Ainda assim, tais obras trazem alguns indícios importantes sobre as movimentações libertadoras.

Nota-se, todavia, que a intenção dessas obras não era analisar o PL, mas sim, o funcionamento do sistema partidário gaúcho ou de outros partidos específicos. No entanto, focam em uma análise que sobrevaloriza os aspectos ideológicos, centrando-se na dicotomia PTB x anti-PTB, vistos como blocos monolíticos. Assim, superestimam os discursos partidários, dando pouca atenção às movimentações de bastidores, aos aspectos retóricos das oratórias parlamentares e ao poder de negociação dos partidos.

Quanto aos trabalhos com enfoque específico no PL, Taufer (2008), analisa a atuação do partido nesse período, mas seu estudo recai no mesmo caminho dos autores já citados em muitos aspectos:

(...) o PL tornou-se um partido genuinamente liberal no que tange às questões econômicas e políticas, elitista e conservador no que se refere às transformações socioeconômicas. O projeto trabalhista foi sempre considerado pelos parlamentares do PL como fruto da demagogia varguista-petebista com o propósito de manipular as massas com objetivos político-eleitorais. O anticomunismo foi outro traço característico da atuação do PL, intensificando-se na medida em que aumentavam as pressões sociais em apoio ao governo Jango para implementação das reformas de base (TAUFER, 2008, p.200).

Não é incorreto afirmar o liberalismo, o elitismo, o antitrabalhismo e o anticomunismo libertador. No entanto, falta analisar como as lideranças partidárias atuaram frente a essas questões em determinadas conjunturas. Como já posto, na prática, não havia sido completamente descartada uma aliança com os trabalhistas, ainda que, em termos discursivos, os libertadores mantivessem o afastamento em relação às organizações partidárias mais à esquerda do espectro político. Por outro lado, como se verá ao longo desse trabalho, o debate socioeconômico não era homogêneo dentro das hostes libertadoras, ao contrário, justamente tendo em conta a inserção de um novo eleitorado – as massas trabalhadoras urbanas – houve tentativas de incluir tais temas no ideário do partido. Mais do que isso: existiram tentativas de construir um discurso de mitigar a influência de Getúlio Vargas quanto às leis trabalhistas. Algo presente em editoriais do jornal libertador *Estado do Rio Grande* e em colunas escritas por próceres libertadores em outros periódicos.

O enfoque no programa do partido é importante, mas deve-se destacar também as lutas políticas das quais o PL foi um ator decisivo. Para tal, não há como não se focar

nas trajetórias dos líderes políticos do partido, algo que ainda é pouco presente na historiografia até aqui produzida sobre o PL. Por outro lado, é preciso problematizar o discurso do PL como um partido imune a influências e articulações de poder, já que muito dessa narrativa foi construída pelas lideranças libertadoras.

Carlo (2012), por sua vez, identificou tais alterações nos discursos libertadores no momento em que o partido, pela primeira vez, passou a ser integrante da frente governista. Tal fato ocorreu em 1955, uma vez que o PL fez parte da Frente Democrática nas eleições de 1954, que elegeu o pessedista Ildo Meneghetti ao governo estadual. Tal postura obrigou o PL a deslocar o seu discurso, até então oposicionista e mais radicalizado, para uma postura mais centrista. Além disso, as agendas reformistas começavam a ganhar apoio popular e eram capitalizadas pelo PTB naquele instante, obrigando os libertadores a adotarem uma pauta discursiva que os aproximasse dessas bandeiras, ainda mais podendo utilizar-se de recursos da máquina pública a que tinham acesso por ser integrante do governo:

Em linhas gerais, a questão da mudança discursiva está diretamente relacionada à inviabilidade eleitoral para se defender abertamente bandeiras contra os trabalhadores, a exploração estatal do petróleo e reformas ou gastos sociais. Com isso, o discurso libertador busca adaptar-se às regras do jogo para se aproximar das necessidades do público para o qual agora impescinde dirigir-se em termos eleitorais (CARLO, 2012, p.193).

Dessa forma, para o autor, o PL percebeu o avanço desses grupos e, conseqüentemente, o avanço eleitoral trabalhista e buscou posicionar-se de forma menos antipopular e mais aberta às demandas sociais:

Acredita-se, nesse sentido, que o indiscutível avanço eleitoral dos grupos petebistas, que passaram a arrematar eleitoralmente segmentos cada vez maiores da população, fez com que o PL, ao ocupar a posição de governança, fizesse uso do acesso a recursos seletivos para se despojar de sua imagem pejorativa no meio político, associada ao caráter reacionário, aristocrático e antipopular (CARLO, 2012, p. 185).

Para Carlo, através da análise discursiva que elabora ao longo de seu trabalho, a atuação libertadora passou por alterações devido à maior participação popular no jogo eleitoral levando o partido a direcionar seus discursos para esses setores sociais, a bem da verdade, presentes desde a democratização iniciada em meados dos anos 1940. Logo, pode-se afirmar que fazia parte do aprendizado dos libertadores para atuar em um processo eleitoral mais amplo e com maior participação popular, algo desconhecido até 1937. Tal trabalho é meritório ao perceber o PL não como um partido apenas ideológico e distanciado das práticas políticas da época, mas sim, como um agente importante, que

faz uso de recursos políticos concretos ou simbólicos para tentar aderir a setores sociais até então cortejados por outros grupos políticos.

Trata-se de um importante ponto a ser analisado, o que aproxima tal análise da proposta desse estudo. Porém, o interesse aqui apresentado é mais abrangente, pois busca rastrear as nuances na atuação do partido, do ponto de vista coletivo, mas também na atuação individual e na análise das carreiras dos políticos, dos capitais adquiridos e convertidos pelas lideranças libertadoras, desde as lideranças de cúpula, e trazendo à tona ainda os parlamentares do partido.

Em suma, o cerne dessa tese é a luta política, as articulações e as negociações partidárias e como elas ajudam a entender os libertadores, e não apenas focar os princípios e valores defendidos pelo partido – embora esses não devam ser ignorados. O PL não era, assim como qualquer outro partido, tão homogêneo e coerente. Tampouco era apenas um apêndice de um bloco partidário, que, por sua vez, não foi construído sem discussões e debates internos. O partido tinha importante papel nas disputas eleitorais e parlamentares, assim como nas discussões dentro da própria agremiação ou da coalizão da qual fazia parte.

Compreende-se que, para a República Democrática de 1945-1964, é válida a afirmação de Dal Forno (2020) ao se referir aos estudos sobre o sistema partidário da Primeira República e dos anos 1930-1937: a maior parte da historiografia sobrevalorizou a dimensão ideológica na compreensão da atuação dos partidos políticos e de suas lideranças nesse período. O desafio, com relação ao PL, será aprofundar tal debate e trazer novas possibilidades de pesquisa com o aproveitamento das fontes disponíveis e com novos aportes teóricos e metodológicos.

Do ponto de vista conceitual/teórico, terá valor aqui alguns elementos construídos pelo sociólogo Pierre Bourdieu. A teoria do campo, mais especificamente o campo político. Para Bourdieu (1983b), o campo é um espaço social autônomo incluído em um macrocosmo social. Esse campo tem suas lutas internas e suas regras próprias e está estruturado conforme a posição dos agentes dentro do campo. As práticas dos agentes dentro desse espaço estão relacionadas com suas posições no campo. Em outras palavras, o que gera as lutas internas é a disputa entre aqueles em posição dominante no campo, buscando a manutenção da ordem, enquanto os dominados ou recém-inseridos naquele *locus* buscam modificá-lo ou ao menos tornarem-se dominantes. Tanto para a conservação como para a transformação do campo, os agentes utilizam-se de

estratégias, capitais e recursos adquiridos para lutar pela apropriação do capital específico do campo.

Dentre esses espaços de luta está o campo político (BOURDIEU, 1989). Nesse microcosmo inserem-se aqueles agentes que adquirem competências para atuar como profissional nesse espaço. É no campo político que se geram os produtos políticos – programas, políticas públicas, análises, conceitos, etc. para os cidadãos comuns escolherem. E esses, por sua vez, são os “consumidores” do que os profissionais produzem. E o que os profissionais produzem está relacionado não apenas às demandas do cidadão comum, mas principalmente à luta entre os próprios agentes que é a luta pelo poder, ou seja, o domínio do campo. No entanto, sublinha Bourdieu (2011), essa luta precisa ser externada ao cidadão comum, pois é a ele que o profissional da política se expressa e busca mobilizar através de uma visão de mundo para poder legitimar-se. A força adquirida por essa mobilização pode auxiliar um grupo político a alterar as relações de força dentro do campo.

Para tal empreitada, os atores políticos fazem uso da ideia-força: é a partir delas que os agentes interpelam o cidadão comum-consumidor e buscam adeptos para as suas crenças e representações. A força dessas ideias está na sua capacidade de mobilizar adeptos e grupos sociais, mais do que na veracidade dessas propostas. É o "fazer ver e fazer crer" (BOURDIEU, 1989, p.174) imposto àqueles que estão fora do campo.

Os partidos políticos representam os agentes por excelência dentro desse embate: são eles que buscarão mobilizar os cidadãos-consumidores a partir da produção de uma representação de mundo social que articule com as reivindicações advindas dos cidadãos-consumidores. Assim como atentam para a conquista do poder, utilizando-se da máquina administrativa do Estado para alcançar postos que assegurem recursos políticos aos mesmos, bem como o domínio das políticas públicas, colocando em prática suas perspectivas de mundo social (BOURDIEU, 2011).

Todavia, ressalta-se que os partidos políticos, não apenas externamente, mas também internamente, são espaços de luta. Sendo assim, são válidas aqui as observações de Michel Offerlé (1987) quanto a essas organizações: partindo da premissa de Max Weber (2000) – de que um partido forma-se através de relações sociais associativas baseadas no recrutamento (formalmente) livre com o fim de proporcionar poder aos seus dirigentes, dentro de uma associação, e por meio dessa, proporcionar aos seus membros ativos oportunidades (ideais ou materiais) de realizar fins objetivos ou de obter vantagens pessoais, ou ambas as coisas - esse historiador

define os partidos, como empresas políticas que reivindicam o monopólio das atividades políticas no campo político. Defende, concordando com o sociólogo alemão, que um partido político é um tipo particular de relação social e que ela funciona conforme os ganhos políticos dos seus dirigentes, mas que também pode ser objeto de uso diversificados internamente. Em concorrência com outras empresas, busca oferecer bens/mercadorias políticas ao eleitor/ cidadão. E como toda empresa coletiva e social, é um espaço de lutas e de forças (OFFERLÉ, 1987). Sendo um espaço de disputas, os agentes buscam internamente o monopólio da palavra e dos recursos/capitais partidários. Em outras palavras, lutam pelo direito de apropriar-se desses capitais e utilizá-los na competição política com outras empresas/partidos.

Panebianco (2005) compreende, igualmente aos autores já citados, os partidos políticos como organizações sociais e que se diferem pelo ambiente em que desenvolvem suas atividades: a arena eleitoral. “Somente os partidos atuam na arena eleitoral disputando votos” (PANEBIANCO, 2005, p.11). Entretanto, como organizações, enfrentam exigências que buscam equilibrar internamente. Tais exigências são entendidas pelo autor como *dilemas organizativos*. O autor as analisa, demonstrando haver tendências de modelos organizativos ao longo da evolução das agremiações partidárias.

Lembrando se tratar de um modelo no sentido weberiano, um tipo-ideal<sup>15</sup>, Panebianco constata que os partidos pendem a um sistema de interesses, em que predominam 1) um modelo de sistema natural da organização, em que os objetivos partidários não são definidos *a priori*, mas em conformação com o ambiente político, no qual há uma pluralidade de objetivos internos devido a composição heterogênea dos atores políticos do sistema e que a luta partidária é, principalmente, pela manutenção e sobrevivência da organização partidária e de suas posições de poder. Em suma, a estrutura partidária adapta-se às diversas demandas dos diversos jogadores e procura conciliar às mesmas; 2) a distribuição de incentivos coletivos e seletivos, sendo que os primeiros são distribuídos às bases partidárias e procuram manter os vínculos de identidade e lealdade dessas junto ao partido, enquanto os seletivos são benefícios distribuídos às elites partidárias tais como poder, status e bens materiais. Os partidos

---

<sup>15</sup> Panebianco (2005) afirma que o desenvolvimento organizativo partidário desenhado por ele era uma “pedra de toque”, um modelo que propiciaria observar os afastamentos e desvios das evoluções históricas concretas dos partidos. Individualizado esses afastamentos, tornaria mais fácil analisar cada caso em particular. O conceito de tipo-ideal foi construído por Max Weber (1965 apud PROST, 2012) que o definiu como um quadro de pensamento que facilitava a avaliação da realidade histórica através da comparação com aquele.

devem equilibrar os dois tipos de incentivos, pois se os seletivos fortalecem a organização, são os coletivos que produzem a identificação partidária. A ideologia partidária cumpre esse último papel: é através dela que o militante partidário adere a uma “causa”. Todavia, os partidos devem cuidar para que o incentivo seletivo fique oculto em meio à ideologia partidária, evitando sua visibilidade excessiva diante das suas bases e assim evitar perder a lealdade dos mesmos; 3) os partidos podem adotar estratégias de domínio dos ambientes político/eleitoral em que se inserem ou de adaptação às mesmas. Para Panebianco, a estratégia a ser adotada depende das características da arena: tais definições igualmente terão em conta os objetivos do partido. Um partido que tende aos interesses seletivos, tende a se adaptar ao ambiente. Por outro lado, um partido movido pelos interesses coletivos, desenvolverá estratégias de predomínio do ambiente; 4) Por fim, as lideranças partidárias equilibram-se entre a liberdade de ação e a coerção dentro da organização. Para o autor, em geral, tais decisões passam por discussões internas, o que já limita a ideia de liberdade de escolha das lideranças partidárias. Ainda, tais escolhas estão condicionadas não só à multiplicidade de atores políticos internos ao partido, mas também nos concorrentes. Aqui, Panebianco vai ao encontro de Bourdieu e Offerlé: essa escolha depende do que os adversários políticos estão oferecendo e, por consequência, do ambiente competitivo político-eleitoral.

Outra importante contribuição teórica nessa tese são as noções de partidos de massas e de quadros do cientista político francês Maurice Duverger (1970). Tendo como referência o desenvolvimento histórico dos partidos políticos na Europa da primeira metade do Século XX, o autor afirma que os partidos de massas - frutos da expansão do sufrágio entre o final do século XIX e início do século XX - caracterizavam-se pela técnica de financiamento partidário e eleitoral: não dependiam de financiamentos privados ou doações de capitalistas, mas da quantia doada por seus adeptos – que, por consequência, deveria ser uma quantidade expressiva. Já os partidos de quadros não produzem seus aderentes e dependem do investimento de pessoas notáveis economicamente para competir eleitoralmente:

Aqui, a qualidade importante mais que tudo: amplitude de prestígio, habilidade de técnica, importância da fortuna. O que os partidos de massas obtêm pelo número, os partidos de quadros obtêm pela escolha. A adesão não assume aí absolutamente o mesmo sentido: é um ato inteiramente pessoal, baseado nas aptidões ou na situação particular de um homem, determinado estritamente por qualidades individuais (DUVERGER, 1970, p.100).

Assim, necessitavam de recursos e capitais – financeiros, sociais e políticos – para atuarem e não precisavam de uma militância mais expressiva. Era um partido elitista, uma vez que quem teria acesso a ele era quem dispunha socialmente desses recursos. O autor ressalta que os partidos de quadros em um formato próximo do tipo-ideal só existiram de fato nos períodos de sufrágio restrito. Com a ampliação do direito ao voto, a população passava a ter peso cada vez maior nos pleitos eleitorais e os partidos de quadros começaram a abrirem-se para as massas, com sistemas de adesão aos partidos, participação nas atividades políticas, entre outros. No entanto, não se abriu do ponto de vista econômico: o investimento seguia feito pela elite econômica vinculada ao grupo político.

A ascensão dos partidos socialistas e comunistas como partidos de massas momentos antes da I Guerra Mundial (1914-1918) - não apenas no sentido político, mas também de contribuição econômica - somada à extensão do sufrágio, levaram os partidos de quadros - que em geral, estavam mais à direita no espectro político – a aderirem à necessidade de formar partidos de massas. Agremiações que se identificavam com a presença de seções mais centralizadas e mais articuladas, com trabalho de base maior, com maior identificação com grupos sociais populares, entre outras características.

Esse entendimento possibilita perceber o PL enquanto estrutura partidária de quadros, mas que procurou estruturar-se utilizando instrumentos característicos dos partidos de massas, devido a conjuntura histórica em que atuava. Como Duverger destaca, a diferença entre partidos de massas e de quadros não se dava pelo número de membros/adeptos: “não se trata de uma diferença de talhe, porém de estrutura” (DUVERGER, 1970, p.99). Embora na origem esse tipo de agremiação fosse mais característica em grupos mais à esquerda, com o tempo os partidos mais próximos do que o autor francês chamou de quadros – e que, em geral, estavam mais à direita - tiveram que adaptar-se ao modelo de massas justamente em função, dentre outros fatores, da ampliação do sufrágio pós-1945. O PL que esteve presente na República Democrática inaugurada em 1945 era um partido pequeno, mas tentou de diversas formas se aproximar de diferentes grupos sociais e construir uma base de militantes, como será visto nesse trabalho.

De que forma essas perspectivas teóricas podem cooperar na investigação aqui empreendida? Tais perspectivas permitem entender que a luta política existente no Brasil durante os anos de 1945 à 1964, e da qual o PL era um importante agente, pode

ser interpretada dentro da perspectiva de uma luta pelo poder, fazendo uso dos capitais e recursos necessários para tal, e de conquista de adesão dos eleitores através dos produtos políticos produzidos por essa luta. Os instrumentos de análise utilizados aqui são úteis para entender as relações políticas e sociais e as disputas de poder que envolviam os libertadores. Mais ainda: ajudam a compreender o próprio posicionamento e os realinhamentos do partido – dono de uma tradição política anterior no Rio Grande do Sul e de um discurso já conhecido pela sociedade – em meio aos conflitos, às conjunturas políticas e à luta para conquistar a adesão dos eleitores em uma democracia de massas, algo inédito para o sistema político brasileiro. Perceber como o PL agiu naquele ambiente, como e porquê utilizou determinadas estratégias e produziu determinados objetivos. Enfim, trata-se de observar como jogaram o jogo político e se reposicionaram tendo outros profissionais em disputa, com diferentes visões de mundo e uma massa de cidadãos com diferentes demandas.

Por fim, cabe lembrar que não se trata de "enquadrar" o trabalho nesses arcabouços teóricos, mas procurar através dos recursos conceituais que se fizerem necessários, instrumentos de entendimento da atuação do PL e do sistema partidário brasileiro no período aqui estudado. Busca-se compreender esse momento não apenas como de luta ideológica, mas também de jogo e de disputa pelo poder entre os agentes políticos, tendo em vista um cenário novo que era a participação política das massas populares, algo que se tornou presente a partir das mudanças políticas durante a transição do Estado Novo para o regime democrático. Interessa, ainda entender os conflitos internos partidários e como construíram o partido naquele momento, a partir de quais recursos sociais e políticos.

Sobre os instrumentos metodológicos, cabe registrar a partir de quais pressupostos tal empreitada será feita: parte relevante das informações serão colhidas junto à imprensa escrita daquela época, mais precisamente junto aos periódicos de maior circulação naqueles anos no Rio Grande do Sul, ambos com sede na capital, Porto Alegre: o *Diário de Notícias*<sup>16</sup> e o *Correio do Povo*<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> O *Diário de Notícias* foi lançado em 1925 e seus fundadores foram Leonardo Truda – ex-jornalista do *Correio do Povo* – e Raul Pilla. O futuro libertador ficou pouco tempo na redação do jornal, tanto que em 1929 participou da fundação do *Estado do Rio Grande*, jornal vinculado aos libertadores e do qual foi diretor. Em 1930, o periódico foi adquirido pela Diários Associados, empresa do jornalista Assis Chateaubriand. Desde de seu primeiro número, o *Diário de Notícias* buscou ser um jornal informativo e com uma proposta mais moderna do que os seus concorrentes, especialmente o *Correio do Povo*. O jornal encerrou suas atividades em 1979. Sobre o *Diário de Notícias*, ver De Grandi (2005). A pesquisa do jornal foi feita no sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN), em que estão digitalizadas edições entre os anos de 1954 e 1979.

O uso da imprensa escrita como fonte histórica passou por transformações, como ressalta Capelato (1988): até a metade do século XX os periódicos eram vistos pelos pesquisadores brasileiros ou como uma fonte suspeita ou como um repositório da verdade. No primeiro caso, considerava-se que os jornais podiam conter erros factuais que prejudicariam a busca pela verdade do historiador; no segundo, seriam notados como um arquivo contendo relatos fidedignos dos fatos de uma determinada época, um documento imparcial e neutro.

Todavia, a influência cada vez mais presente na historiografia brasileira da produção da chamada Escola dos *Annales* levou a uma renovação metodológica e a um novo olhar sobre a imprensa escrita enquanto fonte histórica. Os jornais não eram mais percebidos como um depósito de informações, tampouco eram considerados suspeitos. Os periódicos passam a ser notados como um agente e um produto histórico. Nos dizeres de Cruz e Peixoto (2007), uma força social ativa, constituidor do modo de vida de um determinado momento. Os periódicos dispõem de historicidade e são parte do mundo em que agem. Dessa forma, segundo as autoras, a atuação e a narrativa da imprensa não são expressões da realidade, mas sim, práticas da realidade social:

Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito freqüentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258-259).

Alzira Abreu (2008) depõe nesse mesmo sentido: a imprensa é parte integrante do jogo político e da construção do acontecimento histórico e os “jornalistas são ao mesmo tempo testemunhas e atores e, na maior parte das vezes, porta-vozes de partidos políticos, de organizações e de interesses” (ABREU, 2008, p.9). Sendo, além de testemunhas, atores políticos, as empresas jornalísticas estão distantes de serem imparciais ou neutras: elas respondem a uma série de pressões de grupos de interesse

---

<sup>17</sup> O *Correio do Povo* surgiu em 1895, fundado pelo jornalista Caldas Júnior. Nasceu já como um jornal informativo e que se propunha como independente perante os grupos políticos existentes no Rio Grande do Sul daquele momento. Era o periódico de maior circulação do estado durante quase todo o século XX, perdendo essa primazia apenas nos anos 1980, com a ascensão do Grupo Rede Brasil Sul (RBS) e o seu periódico *Zero Hora* (RÜDIGER, 2003). O jornal segue em circulação, após passar por várias reformulações e mudanças de proprietários. Sobre o *Correio do Povo*, ver Galvani (1995). A pesquisa desse periódico foi feita no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, que tem edições sob sua guarda dos anos entre 1925 e 1987.

políticos e econômicos e mesmo do seu público e de sua equipe de trabalho. Daí a importância de atentar para quem são os empresários que sustentam determinado periódico, quais são seus financiadores, a que interesses podem estar vinculados.

A atuação do PL aqui pesquisada se dá entre as décadas de 1940, 1950 e 1960. Trata-se de um momento em que a imprensa escrita no Brasil passava por importantes modificações: Lattman-Weltman (2008), partindo da tipologia construída pelo intelectual alemão Jürgen Habermas sobre os processos de transformação dos meios de comunicação, afirma que esse foi o momento de consolidação do jornalismo empresarial no Brasil e de declínio do jornalismo literário. Esse, menos preocupado com o lucro e mais preocupado em expor opiniões, ideias e pensamentos perante o público.

Evidentemente, não significava que já não houvesse jornais comerciais anteriormente<sup>18</sup>, mas é na década de 1950 que as empresas jornalísticas apropriaram-se de vez da modernização das técnicas de imprensa como melhor diagramação, melhores ilustrações, máquinas impressoras mais rápidas, etc., permitindo aumentar suas vendas, bem como ampliar o público leitor, assim como é o período em que o jornalismo se profissionaliza e torna-se especializado em diferentes temas: surgia o repórter de política, o de esportes, o especialista em economia, as colunas sobre artes, etc. Os periódicos consolidavam-se como *fábrica de notícias*, de acordo com Barbosa (2012): os jornais buscavam ali ampliar seu público-leitor, adotando estratégias de popularização e beneficiados pelos avanços tecnológicos que permitiam ampliar sua produção material e pelo momento de maior circulação de ideias. Mais ainda: o texto jornalístico se altera também. Menos rebuscado e mais sintético e isento – ao menos na percepção jornalística. Os repórteres escrevem buscando a “verdade dos fatos”, a “informação precisa”. Em suma, constroem-se como produtores da chamada *objetividade jornalística*.

Todavia, o pesquisador deve estar alerta, pois tal objetividade é relativa – uma notícia, ao ser publicada, passa por diversas mediações: Darnton (2010) adverte que a produção da notícia pelo repórter, até publicá-la, passa por vários filtros: as fontes, os

---

<sup>18</sup>Como visto aqui, *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, ambos jornais sob os moldes de organização empresarial e capitalista, conviveram com jornais político-partidários como o *Estado do Rio Grande (ERG)* – jornal vinculado aos libertadores - e *A Federação* – periódico do PRR - durante a Primeira República e os anos 1930. Dessa forma, os anos 1950 marcam o início do predomínio do jornalismo empresarial e o declínio do jornalismo político-partidário/literário, o que não significa dizer que o primeiro modelo não existisse anteriormente e que o segundo, tenha deixado de subsistir. O *ERG* é justamente um exemplo de sobrevivência desse tipo de jornalismo, embora buscando adaptar-se aos novos tempos.

colegas de redação, os editores, além do próprio contexto social de produção da matéria. Ou seja, não há neutralidade. Daí a importância do alerta de Elmir (2012): ao se apropriar do jornal como fonte de informação, o pesquisador necessita ler as notícias com a devida crítica interna. Em outras palavras, sem contemplar uma mediação crítica, sem cuidar o discurso do periódico, para quem ele se dirigia, seu contexto de produção, etc. Sem esse cuidado, corre-se o risco de aceitar passivamente a informação pesquisada. Concorda-se aqui com Martins (2018): o jornal tem um contexto de produção que deve ser analisado pelo pesquisador.

Como ressalta Barbosa (2012), os jornais são produtores de acontecimentos e de memórias, longe de estarem isentos, estão imersos a um processo histórico e comunicacional. São vestígios e cabe ao pesquisador analisá-los da forma mais adequada possível. A intenção nesse trabalho é o uso da imprensa escrita como fonte de informação dos bastidores da política, de informações relevantes para as disputas políticas da época, sobre os atores políticos e a atuação dos partidos, mas tendo o cuidado de identificar os jornais analisados e o contexto da sua produção.

Além dos periódicos ditos comerciais, também serão analisadas algumas edições do jornal *Estado do Rio Grande (ERG)*, jornal vinculado ao Partido Libertador. Este surgiu em 1929, como veículo de divulgação das ideias do partido (FLORES, 2009), portanto, um jornal político-partidário. De acordo com Rüdiger (2003), o jornalismo político-partidário desenvolveu “a concepção de que o papel dos jornais é essencialmente opinativo, visa veicular organizadamente a doutrina e a opinião dos partidos na sociedade civil” (RÜDIGER, 2003, p.37). O auge desse tipo de jornalismo no Rio Grande do Sul – muito próximo do que Lattman-Weltman (2008) chamou de jornalismo literário – foi durante a Primeira República, embora suas origens remontassem a segunda metade do século XIX. Além de ter um papel doutrinador, os jornais político-partidários eram veículos de arregimentação e organização das forças políticas.

O *ERG* surgiu justamente em 1929 – um ano após o surgimento do PL - nos momentos finais da Primeira República, e buscou expressar a opinião e as ideias dos libertadores e da Aliança Liberal, sendo veículo de apoio tanto a candidatura de Getúlio Vargas em 1930, como do movimento que o levou ao poder naquele mesmo ano. Foi fechado pela primeira vez em 1932, por ter rompido com Vargas e dado suporte ao

Movimento Constitucionalista daquele ano, retornou em setembro de 1937 e novamente foi encerrado em dezembro do mesmo ano, dessa vez pelo regime estadonovista<sup>19</sup>.

O seu retorno foi em 1950 e em um contexto bastante diferente: segundo Rüdiger (2003), os jornais político-partidários entraram em declínio ao longo dos anos 1930, com as transformações verificadas na estrutura econômica e social do estado rio-grandense. É curioso que o *ERG* tenha tentado sobreviver a partir de 1950, mais ainda se afirmando como um jornal político<sup>20</sup>, embora abrindo seus espaços para notícias mais gerais, emulando um periódico informativo.

A análise do *ERG* permitirá ver como o PL buscava colocar-se no debate público da época e mobilizar a sua militância. Além disso, como usava as páginas do jornal para construir uma determinada imagem da agremiação partidária e como buscava adaptar o jornal para concorrer com o jornalismo empresarial. Nos arquivos de Raul Pilla, presentes no acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-grandense da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPERGS/UFRGS), foi possível ter acesso a diversos editoriais desse periódico, entre os anos de 1950 e 1960, assim como algumas poucas edições completas.

Com relação às fontes biográficas e memorialísticas, tais como memórias publicadas e entrevistas disponíveis de atores políticos<sup>21</sup> daquele período, além da documentação pessoal de Raul Pilla – o que inclui correspondências, recortes de jornais, discursos, entre outros documentos – pretende-se usá-las para construir trajetórias dos agentes políticos libertadores. Entender como produziram seus recursos políticos, suas redes de relações sociais, bem como suas carreiras políticas, origens sociais, atividades profissionais, etc. e de que forma as utilizaram na arena política, seja em concorrência com os outros partidos e políticos, seja construindo espaços de atuação dentro e fora do partido e no parlamento.

---

<sup>19</sup> O editorial do primeiro número do ERG em 1950, intitulado *De novo na Arena*, relata os períodos de funcionamento e fechamento do jornal. *De novo na Arena. Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, p.1, 29/05/1950.

<sup>20</sup> *De novo na Arena. Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, p.1, 29/05/1950.

<sup>21</sup> O acervo do NUPERGS/UFRGS foi fundamental nesse sentido: ali estão disponíveis entrevistas de atores políticos rio-grandenses do período 1945-1964 como Paulo Brossard, Mem de Sá e Alcides Flores Soares. O sítio do Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul dispõe de entrevistas com ex-deputados estaduais daquela época, com destaque para os ex-libertadores como Getúlio Marcantônio, Gudbem Castanheira, Honório Severo, Manoel Braga Gastal e Cândido Norberto, entre outros, nessa pesquisa. Por fim, também foram utilizadas entrevistas do programa de História Oral do acervo AIB/PRP, guardado no Espaço de Documentação e Memória Cultural DELFOS, na Pontifícia Universidade Católica (PUCRS). Ali foram consultadas entrevistas de Manoel Braga Gastal e Francisco Solano Borges. O acervo abarca testemunhos de diversos políticos desse mesmo período e de vários partidos.

O uso dessa documentação não se encerra em si, conforme lembra Grijó (2008): deve-se fugir da narrativa biográfica enquanto *arché-telos*, ou seja, uma narrativa com princípio e fim, teleológica, e notar dentro das biografias e memórias - dessas narrativas que buscam mostrar um indivíduo que segue uma ordem lógica e com um fim, resgatando "a verdade dos fatos" - informações e documentações úteis para o trabalho do historiador. Buscar fontes dentro dessa fonte. Dito de outra forma:

(...) então, os historiadores deveriam renunciar de vez à biografia e à narrativa? Não, com certeza. O que me parece ser o problema é que a biografia e a narrativa não podem ser o fim (*telos*) do trabalho historiográfico, podendo ser, por outro lado e legitimamente, seus instrumentos, até privilegiados, para que sejam atingidos os objetivos de produzir conhecimento histórico como parte do campo de saber, para usar a expressão de Bourdieu (GRIJÓ, 2008, p. 94, grifo do autor).

Dessa forma, procura-se evitar a armadilha da ilusão biográfica conforme colocado por Bourdieu (2006). A história de vida de um sujeito dentro da percepção *arché-telos*, ilusória, passa a ser um recurso para analisar as posições do agente ou de um grupo dentro de um espaço - no caso aqui proposto, o espaço político. Observar, através desses relatos, os vínculos sociais e políticos, os movimentos dentro desse espaço. Tal perspectiva é fundamental e é assentada nela que vai se analisar essa documentação.

Além disso, tais fontes auxiliarão em uma análise dos representantes libertadores rio-grandenses na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional. Para analisar e conhecer quem eram esses libertadores se utilizará a metodologia de biografias coletivas, também conhecida como método prosopográfico (STONE, 2011; HEINZ, 2006). Esse instrumental permitirá elucidar esses agentes políticos, suas origens, suas formações, seus capitais e seus recursos e suas posições de poder. Logo, proporcionará entender as suas escolhas e suas decisões tanto internamente como externamente ao partido e encontra conexão com uma análise que escapa das armadilhas das biografias tradicionais.

Para explicar a atuação do PL ao longo do período tanto no Rio Grande do Sul e mesmo em outras regiões do país, bem como suas votações, foram importantes o uso de dados eleitorais. Novamente o acervo do NUPERGS/UFRGS foi consultado com o seu banco de dados eleitorais virtual<sup>22</sup> em que disponibiliza informações sobre os resultados eleitorais no Rio Grande do Sul entre 1945 e 2014. Para informações dos pleitos em

---

<sup>22</sup>O banco de dados eleitorais do NUPERGS está disponível em: <http://www.ufrgs.br/nupergs/banco/index.php>. Acesso em: 06/08/2020.

outras unidades federativas do país, consultou-se o repositório do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), também disponível digitalmente<sup>23</sup>. Além dos livros de dados eleitorais entre 1945 e 1963 disponíveis no sítio da Câmara dos Deputados<sup>24</sup>.

Essa tese está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo busca investigar o processo de ressurgimento do PL, examinar a reorganização do periódico vinculado ao partido, *Estado do Rio Grande* e conhecer suas lideranças. Em um novo contexto, tendo que aprender a jogar o novo jogo político, os libertadores precisam se rearticular para as disputas políticas, definir seus posicionamentos frente aos atores políticos que se sobrepunham naquele momento. Serão discutidas as disputas entre esses líderes pelo espólio do partido extinto em 1937, especialmente entre Pilla e o grupo *Advertência*, que apoiou Vargas durante o Estado Novo e optou por participar da formação do PSD no Rio Grande do Sul – partido de origem getulista. Ainda se investigará a retomada do periódico libertador dentro de uma perspectiva da construção de uma tecnologia partidária necessária para difusão dos discursos libertadores e da manutenção da identidade partidária. Por fim, através do método prosopográfico, se analisará quem eram as lideranças libertadoras, com enfoque naqueles que tiveram cargos partidários e/ou parlamentares.

No segundo capítulo, será estudado o processo de nacionalização – ou tentativa de se nacionalizar – do partido, buscando fundar novos diretórios em outros estados do país. Trata-se aqui de demonstrar que, embora tivesse origem gaúcha, o PL procurou seguir as regras da época, em que apenas partidos nacionais eram permitidos. O capítulo procurará mostrar o desempenho do partido nas eleições ao longo do período, assim como o processo de organização dos diretórios regionais, incluindo tanto as tentativas bem-sucedidas, como aquelas que acabaram fracassando.

O terceiro capítulo abordará as disputas internas sobre determinados pontos do programa partidário e das práticas políticas. Pretende-se mostrar que setores do PL, diferentemente da perspectiva clássica sobre o partido, procuraram debater assuntos em voga no período tais como os temas sociais e econômicos. No entanto, entraram em choque com outros grupos internos, que defendiam a predominância do tema político – especialmente da reforma parlamentarista. Também se discutirá os confrontos internos

---

<sup>23</sup> O Repositório digital de dados eleitorais do TSE está disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 06/08/2020.

<sup>24</sup> Os livros podem ser encontrados no sítio da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. São 7 volumes entre 1945 e 1963 sob o título de *Dados Estatísticos*. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/>. Acesso em 06/08/2020.

relacionados a influência do clero católico e de temáticas tais como divórcio. Ao examinar tais assuntos, intenciona-se mostrar que os agentes políticos libertadores estavam conectados aos debates políticos da época e traziam tais questões não apenas por ideologia, mas igualmente por pragmatismo e cálculo político.

O quarto e o quinto capítulo propõem-se a debater e compreender as alianças eleitorais e parlamentares em que os libertadores se envolveram. Nele, se demonstrará que os acordos que o partido estabelecia estavam longe de serem naturais. Demandava negociações e interesses práticos ligados à luta política. Ressalta-se as relações com o PSD no Rio Grande do Sul, que apresentavam muitas vezes momentos de tensão entre as duas forças políticas.

Dessa forma, a tese focará na atuação dos libertadores no estado rio-grandense, mas sem esquecer que se tratava, naquele instante, de um partido de alcance nacional, embora uma pequena agremiação como muitas outras daquele período.

## CAPÍTULO 1 – OS LIBERTADORES E OS NOVOS TEMPOS DEMOCRÁTICOS: A REFUNDAÇÃO PARTIDÁRIA E SEUS LÍDERES

O PL que surgia nos estertores do Estado Novo, em 1945, não era o mesmo PL que havia se encerrado forçosamente nos fins de 1937. Entre esses oito anos, o país viveu sob um regime autoritário, no qual as elites políticas então existentes tiveram que tomar diferentes caminhos. No caso dos libertadores, muitos optaram por aderir ao movimento vencedor de 1937, adentrando na estrutura de poder inaugurada em 10 de novembro daquele ano, outros preferiram recolherem-se e nos momentos finais do regime estadonovista, começaram a manifestar sua oposição ao mesmo.

Quando o fim do Estado Novo já era uma realidade visível, alguns desses antigos libertadores reuniram-se em Bagé, nas primeiras semanas do mês de agosto de 1945, com o intuito de retomar a legenda. Alguns poucos dos que haviam obtido cargos durante o Estado Novo participaram da retomada, no entanto, a maioria deles tomou rumos diferentes, inserindo-se outras forças partidárias. Todavia, a maior parte dos que se reuniram no município do sul do Rio Grande do Sul eram aqueles que haviam se oposto à decisão do PL em adentrar no regime liderado por Vargas. Em seu discurso naqueles dias, Raul Pilla, a liderança que rompera com os companheiros e que queria retomar a agremiação, visando apoiar outras forças políticas de oposição à Vargas – no caso, a candidatura presidencial do udenista Brigadeiro Eduardo Gomes - chamou aqueles que estavam em Bagé de “verdadeiros libertadores”, usando como chamariz a defesa da democracia contra a “Ditadura” que se findava:

O Partido Libertador do Rio Grande, com seu glorioso passado de lutas pela liberdade, não poderia deixar de ser computado no balanço das forças que iriam enfrentar a Ditadura no embate decisivo. Por isto, quando começaram as combinações (...) recebi um emissário dos elementos políticos que se estavam articulando no Rio e em São Paulo. Que haveria eu de responder? Que não mais existiam libertadores no Rio Grande, desde que alguns de seus dirigentes haviam desertado para as hostes da Ditadura? Ou haveria eu de aliançar que, embora não estivesse organizado o Partido, *os verdadeiros libertadores saberiam ocupar os seus postos quando soasse a hora, já próxima, de lutar pela libertação?*

Tomei, sem hesitar, o caminho que me indicava o dever cívico. Embora despido da autoridade formal, pois já não existia ela para ninguém, dei meu apoio individual à candidatura democrática e *conclamei os verdadeiros libertadores a prestar-lhe a sua solidariedade e a reorganizar o Partido.*<sup>25</sup>

Como se deu esse embate entre o grupo de Pilla e o grupo dos antigos libertadores? Ou, nos dizeres do (re)fundador e chefe nacional do partido ao longo da

---

<sup>25</sup> Encerrado o Congresso Libertador em Bagé, em que o prof. Raul Pilla foi eleito presidente do Diretório Central. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.3, 14/08/1945. (Itálicos nossos)

República Democrática, entre os “verdadeiros libertadores” e os “desertores”? A intenção nesse capítulo é analisar o retorno da legenda e as disputas em torno do seu espólio. Toda uma construção histórica em torno daquela marca estava em disputa. Além da retomada do partido, outro símbolo partidário foi resgatado em 1950: o periódico oficial libertador, *Estado do Rio Grande*. Com qual intenção? Reafirmar a identidade coletiva? Esse é outro tópico aqui discutido. Por fim, busca-se conhecer quem foram os principais líderes dessa nova fase do PL, através de uma análise de biografias coletivas.

### **1.1. A (Re)invenção do PL: disputas pelo espólio libertador pré-1937 e inserção da marca na República Democrática de 1945**

O retorno, sob nova versão, do Partido Libertador inseriu-se no contexto da democratização brasileira de 1945. O Estado Novo, regime autoritário instaurado em novembro de 1937 por Getúlio Vargas, começava a enfrentar pressões por parte dos seus opositores – especialmente a elite política desalojada do poder em 1937 – assim como uma pressão externa pela participação brasileira na II Guerra Mundial (1939-1945). Para Capelato (2011, p. 136), enviar tropas para Europa e combater ao lado dos aliados - representada por países democráticos como Estados Unidos, França, Reino Unido e mesmo a socialista União Soviética - contra as forças nazi-fascistas alemãs e italianas, representava uma contradição para um regime de práticas autoritárias. D’Araújo (2000), por sua vez, entende que a pressão maior era interna, a partir das oposições que exigiam a liberalização do regime. Dessa forma, Vargas buscou antecipar os movimentos democratizantes:

Previendo pressão pela retirada de Getúlio, no começo de 1945 o presidente e seus auxiliares iniciaram um amplo processo de aprovação de medidas liberalizantes. Assim como aconteceria com os arquitetos da abertura política durante o regime militar, também aqui houve a preocupação em estruturar a mudança de forma que não se dessem rupturas fundamentais com o momento autoritário ou um antagonismo entre as elites. Este esforço foi bem-sucedido. A medida mais importante nesse sentido foi a reorganização partidária (D’ARAÚJO, 2000, p. 57).

De fato, o regime estadonovista apossou-se da pauta liberalizante, passando a controlar a abertura política e o ocaso do próprio governo. Campello de Souza (1976) destaca que ao colocar-se como gestor da abertura política, os dirigentes do Estado Novo garantiram, ao menos naquele início de processo democrático, algumas continuidades do regime que se encerrava em 1945 – embora isso não significasse que não tenha havido também mudanças.

De qualquer forma, a legislação eleitoral – o decreto/lei 7586, conhecido como Lei Agamenon<sup>26</sup> – garantiu a continuidade da elite dirigente forjada no Estado Novo. Dentre os aspectos da lei Agamenon estava a formação de partidos nacionais, a partir da exigência de dez mil eleitores em ao menos cinco circunscrições – ou seja, unidades federativas – e no mínimo 500 assinaturas em cada um dos estados. Tal exigência proporcionou a organização do PSD já como um partido nacionalizado, uma vez que aproveitou a estrutura das interventorias e a datar dela se formou enquanto agremiação partidária. Um partido criado de cima para baixo e que garantiu a manutenção daquela elite dirigente (HIPOLITO, 2012, p. 47). Também beneficiou o PSD o chamado mecanismo de sobras: essa regra garantia ao partido mais votado em um pleito proporcional as “sobras”, ou seja, as vagas restantes eram do partido mais votado, e não redistribuída entre os partidos que atingiram o quociente eleitoral. O caso da eleição para deputado federal no Rio Grande do Sul é sintomático nesse sentido: o PSD elegeu 17 representantes, contra dois da UDN, um do PL, um do PTB e um do PCB. Para Raul Pilla, já no Congresso, o PL teria o direito a mais uma cadeira, caso não houvesse as “sobras”<sup>27</sup>:

O quociente partidário estava em cerca de trinta mil eleitores. (teriam estes, portanto,) direito de eleger um deputado. O Partido Libertador, no entanto, levou às urnas 56 mil e tantos votos e só elegeu um deputado. Perdeu vinte e seis mil votos em benefício da maioria. Posso dizer que o Partido Social Democrático do Rio Grande do Sul tem um deputado que não lhe pertence, porque devia ser do Partido Libertador (...). (PILLA, 1945 apud SOUZA, 1976, p. 120).

Outro aspecto da legislação era o *alistamento ex-officio*, que subsistia com o alistamento individual. Nesse módulo, o alistamento dos eleitores poderia ser feito através de listas organizadas pelos empregadores e pelas agências governamentais, facilitando a mobilização de funcionários públicos e de sindicalizados. Tendo em conta o processo de urbanização e industrialização do país, tratava-se de um recurso decisivo na mobilização eleitoral nos grandes centros, em especial para o PTB, também nascido “de dentro”, usando a expressão de Skidmore (1982, p.80), assim como o próprio PSD.

Todavia, embora a elite governante tenha garantido alguma continuidade, também ocorreram rupturas nesse processo, como bem aponta Limongi (2015), a partir de Gomes (2005): o governo – ou, ao menos, Vargas – tinha perdido o controle do

<sup>26</sup> O nome era em referência a Agamenon Magalhães, ministro da Justiça e articulador daquela legislação (SOUZA, 1976, p.113).

<sup>27</sup> O mecanismo de representação por sobras foi abolido com o Código Eleitoral de 1950. A partir dessa data, a redistribuição de cadeiras restantes passou a ser proporcional ao quociente eleitoral conquistado pelos partidos (NICOLAU, 2004, p.92).

andamento da articulação. A intenção era a manutenção dele, em eleições não-competitivas.

No entanto, o resultado foi a deposição de Vargas e uma eleição sob a batuta das Forças Armadas, responsáveis pela queda do antigo aliado, com a vitória do General Eurico Gaspar Dutra. Além da divisão das forças governistas entre PSD e PTB.

Em meio a esses eventos, as oposições começavam a se organizar para a eleição presidencial vindoura. A UDN surgiria em abril de 1945, mas seus movimentos eram anteriores: Benevides (1981) lembra que os elementos que formaram inicialmente esse grupo eram líderes da oposição ao Estado Novo e a Getúlio Vargas, desde movimentos estudantis e de intelectuais, passando pelas oligarquias derrotadas em 1930 e as vitoriosas, mas que, por diversos fatores, romperam com Vargas, além das lideranças da esquerda socialista. Enfim, uma miríade de atores políticos que, pela sua heterogeneidade, muitos deles acabariam rompendo já em 1945, com a UDN, em meio a campanha do candidato das oposições ao Estado Novo, o Brigadeiro Eduardo Gomes.

Uma das lideranças presentes na reunião de fundação da UDN era o antigo dirigente libertador gaúcho Raul Pilla. Já em janeiro de 1945, Pilla estava em contato com figuras ligadas àqueles, como Valdemar Ferreira<sup>28</sup>, que lhe enviou uma carta sobre a possível candidatura do Brigadeiro:

Quando foi do nosso encontro de há dias nessa capital, já lhe tinham chegado os rumores da possibilidade do lançamento da candidatura Eduardo Gomes, para o pleito, que se anuncia. Mas o que se promete nesse sentido, da parte do governo, é coisa que talvez torne difícil a sorte de qualquer outra candidatura. Pareceu a nossos amigos, reunidos no Rio de Janeiro, que se torna indispensável antecipar o lançamento daquela candidatura a qualquer medida governamental nesse sentido. Com tal propósito, elaborou-se o pequeno e incisivo manifesto, de que lhe envio cópia, e que sairá a público com inúmeras assinaturas de elementos políticos de todos os Estados. Entre elas são indispensáveis as suas e as de seus companheiros de orientação política, quiçá mesmo dos borgistas que estejam dispostos a tomar tal atitude (...).<sup>29</sup>

Pilla, por ser reconhecidamente opositor de Vargas, já era cogitado como importante liderança para as oposições e articulador da organização da mesma no Rio Grande do Sul. Três dias depois, Pilla respondeu Ferreira, da seguinte forma:

(...). Concordo inteiramente em pôr a minha assinatura ao documento enviado. (...). Quero apenas acentuar aqui a possibilidade de uma hipótese, a que é preciso dar toda a atenção. O nosso homem poderá simplesmente não tomar conhecimento do manifesto, afim de ganhar tempo e procurar

<sup>28</sup> Valdemar Martins Ferreira havia sido um líder político paulista. Participante da Revolução Constitucionalista de 1932, deputado federal entre 1935 e 1937, foi professor de Direito em São Paulo e um dos principais opositores ao Estado Novo naquele estado. Participou ativamente da organização da UDN, sendo primeiro presidente do diretório paulista do partido (LATTMAN-WELTMAN, 2010).

<sup>29</sup> FERREIRA, Waldemar. Destinatário: Raul Pilla. São Paulo, 08/01/1945.

cozinhar-nos em água fria, como é muito do seu feitio. É necessário que estejamos preparados para evitá-lo.

Outro ponto é relativo às assinaturas. O P.L. sempre foi uma organização descentralizada. Nos mais variados e distantes pontos do Estado residem muitos dos seus mais prestigiosos próceres, que são médicos, advogados, fazendeiros. O meu nome, simplesmente acompanhado de alguns outros desta cidade, além de não dar uma ideia exata da realidade, iria fatalmente descontentar os chefes residentes no interior, que não poderiam sem consultados agora por falta de tempo. Pelo contrário, o meu nome só, já pelo cargo que exerci até o último momento, já por me haver eu mantido na brecha, seria considerado como legítima e bastante representação dos companheiros. Esta foi a opinião dos aqui residentes. Posteriormente, sim, virão as adesões de todos os municípios.<sup>30</sup>

Nota-se, portanto, Pilla associando-se aos que viriam formar a UDN. Mais do que isso, já se percebe que ele busca colocar-se como o representante legítimo dos libertadores, então dispersos. O seu nome no manifesto favorável à candidatura de Gomes já teria um peso, no seu entender e dos antigos libertadores com quem se reunia, uma vez que se colocava como aquele que havia ocupado a presidência do Diretório Regional e se posto contrário ao apoio ao interventor nomeado por Vargas, quando da crise da renúncia de Flores da Cunha. Mais do que isso, retirou-se do partido para não dar aval à posição de apoio ao golpe de 10 de novembro de 1937. Cortés (2007) narra assim o episódio:

(...) Pilla fez uma última tentativa contra a instalação do Estado Novo. Pediu ao diretório que rejeitasse qualquer colaboração com a nova ditadura, citando a histórica resistência dos libertadores contra a tirania. Baptista Luzardo, que Vargas, mais uma vez, havia mandado ao Rio Grande do Sul para manter os libertadores sob controle, tomou posição contra Pilla. Como contrapartida às tentadoras promessas do enviado de Vargas, Pilla só podia oferecer aos libertadores, já cansados de oposição, um futuro incerto de sofrimento, perseguição e ostracismo. Numa votação de 14 a três, o diretório optou por colaborar com Vargas. Pilla renunciou à presidência do partido e, com seus outros dois colaboradores, deixou a direção (CORTÉS, 2007, p.150-151).

Pilla fez de seu empenho contra Vargas o recurso/capital para negociar com outros libertadores a participação deles na campanha de Eduardo Gomes e na retomada do partido. No entanto, Pilla não era o único libertador que ressurgia politicamente: havia o grupo que optou por dar suporte ao Estado Novo e esses podiam ainda se considerarem representantes legítimos do antigo partido, uma vez que, entre a saída de Pilla e a extinção do partido, lideraram a agremiação. Assim, surgia uma disputa quanto ao PL entre Pilla e seus seguidores e o grupo dos libertadores que deram sustentação ao regime estadonovista.

---

<sup>30</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Waldemar Ferreira. Porto Alegre, 11/01/1945.

Houve citações ao episódio na produção acadêmica: Cortés (2007)<sup>31</sup>, por exemplo, em seu trabalho de 1974, já apontava que havia ocorrido discordâncias na tentativa de refundação do PL: Pilla havia declarado apoio ao candidato udenista Eduardo Gomes na eleição presidencial que ocorreria em 1945, e iniciou o que chamou de *tour de force* para retomar o PL naquele novo contexto. Todavia, não conseguiu atrair antigos seguidores, especialmente aqueles que haviam colaborado com o Estado Novo:

Com a participação de mais de sete anos no governo, *tanto as antigas lealdades pessoais quanto as partidárias de liberais dissidentes, libertadores e republicanos haviam sido corroídas*. Surgira uma comunidade de interesses, baseada unicamente na preservação do poder político. (...). Recusando-se sacrificar o poder que a situação governista lhes possibilitava por um futuro na oposição, *a maioria dos veteranos dos partidos anteriores ao Estado Novo rejeitou os apelos de seus antigos caciques*. Ao invés disso, aderiram ao PSD, o novo partido do governo, junto com muitos políticos jovens e ambiciosos, que almejavam um futuro próspero no governo (CORTÉS, 2007, p. 176-177. Itálicos nossos).

Portanto, em uma nova situação, para aqueles que estiveram vinculados ao regime que se encerrava, não interessava um retorno aos antigos partidos e antigas lealdades, dentre eles o PL e à liderança de Raul Pilla. Havia criado vínculos ao longo do Estado Novo. Mas tais lealdades não foram completamente abandonadas, ou pelo menos, houve uma tentativa por parte desses de manter uma imagem ligada à tradição política libertadora e que entrou em confronto com o posicionamento de Pilla naquele instante.

Costa (1983, p.41-47) aprofundou um pouco mais o tema, ao lembrar o episódio do manifesto aos libertadores, feito por Pilla, e da Advertência aos libertadores, assinada pelos membros libertadores do governo do então interventor Ernesto Dornelles, em março de 1945. Em suma, o grupo governista entendia que Pilla – que havia escrito um manifesto para apoiar Gomes - não tinha legitimidade para falar em nome do PL uma vez que havia deixado o partido no episódio da renúncia de Flores da Cunha. Logo, caberia aos que seguiram no partido até a sua extinção por ele. À exceção de Alberto Pasqualini, todos os assinantes da advertência filiaram-se ao PSD – Walter Jobim, Oscar Carneiro da Fontoura, Luiz Prates, José Máximo dos Santos e Orlando Serrano. Costa inclusive nomeia-os como a corrente “advertência” do PSD sul-rio-

---

<sup>31</sup> A versão aqui utilizada é a tradução para o português de sua tese, publicada em 2007. O trabalho original fora publicado em 1974 com o título *Gaucha politics in Brazil: the politics of Rio Grande do Sul (1930-1964)*.

grandense<sup>32</sup>. Pilla, por sua vez, entendia que o partido havia deixado de existir e se submetido a ditadura do Estado Novo, portanto, estava em aberto a sua chefia. Dessa forma, se não poderia falar em nome dos libertadores, poderia ao menos apelar a eles para refundarem o partido e para dar suporte a candidatura de Eduardo Gomes contra o candidato que viria do governo federal.

Bueno (2006), por sua vez, em sua análise da trajetória política de Pilla, aponta que o episódio do manifesto e da advertência, ao fim, tratava-se de uma disputa entre os libertadores pela herança política que o partido simbolizava:

Havia membros do PL que se mantiveram dentro do Governo Vargas (1937-1945), apoiando e operando a política autoritária condenada por Pilla. Este momento é importante na vida do PL, como também na vida de Raul, pois começa demarcando uma posição e propondo aos seus correligionários uma retomada partidária, vinculada à tradição federalista. (...). Neste contraponto feito pelos seus ex-integrantes do PL, contrários a Raul Pilla, surgiu a publicação de um manifesto cujo título era “Advertência”. O objetivo deste manifesto era desautorizar Raul Pilla a falar em nome dos libertadores. Ao passo em que se colocavam como alternativa na sobrevivência do PL (BUENO, 2006, p. 202).

Pretende-se aqui ver essa disputa como uma luta interna. Offerlé define os partidos políticos como empresas políticas que produzem bens políticos para serem disponibilizados aos cidadãos. Como tal, os partidos também são campos de lutas e de forças que se colocarão, com os seus produtos, em concorrência com outras empresas na disputa política (OFFERLÉ, 1987, p.24). No caso do PL, essa luta era pela legitimidade quanto à memória e à atuação do partido durante a sua primeira existência entre 1928 e 1937. Era esse espólio que estava em jogo entre Pilla e o grupo da Advertência. Um recurso decisivo para ser usado naquele novo contexto em que novos partidos, sem identidades ainda bem definidas, estavam surgindo.

Tratava-se, dessa forma, de um importante capital, pois mobilizaria simpatizantes e eleitores já identificados com aquele programa e/ou ideia. Daria alguma vantagem na competição política naquele momento. Seguindo Bourdieu (1989), era uma luta por uma *ideia-força*, capaz de remobilizar antigos chefes vinculados ao PL e, por consequência, remobilizar um eleitorado nascente em torno de um partido que já tinha uma identidade partidária mais clara.

É nesse sentido que Pilla e o grupo da Advertência vão disputar o espólio libertador: conquistar um recurso que traria vantagens na luta política que se desenhava.

---

<sup>32</sup> Costa (1983, p. 37) defende que o PSD gaúcho surgiu de três correntes, todas elas vinculadas aos antigos partidos políticos existentes no Rio Grande do Sul pré-1937: a dissidência liberal do PRL, os dissidentes do PRR e os dissidentes do PL, no caso, o grupo que a autora intitulou de Advertência, ou também de corrente libertadora.

Em suma, ter o monopólio dos capitais partidários e do enquadramento da memória partidária para ativá-lo nesse novo momento. Por óbvio, o PL que nascia em 1945 não era o mesmo de 1928, mas necessitava mobilizar aquela “tradição” a seu favor.

Entende-se aqui a ideia de *enquadramento da memória* a partir da análise de Michael Pollak (1989, p.9-12): para o autor, a memória enquadrada é aquela que é reinterpretada por determinados grupos sociais visando garantir maior coesão e identidade interna deles. Tal postura é presente tanto em memórias nacionais quanto naquelas de instituições sociais, políticas, econômicas etc. O material básico para a construção dessas memórias coletivas é o passado e suas apropriações, usado para justificar e legitimar as ações do presente e do futuro deles.

Como veremos, a batalha foi parcialmente vencida por Pilla: conseguiu apropriar-se da marca libertadora, o que garantia notoriedade e recursos políticos eleitorais, uma vez que atraía antigos membros e simpatizantes do partido, que o viam “renascer”. Pilla e seu grupo tiveram considerável habilidade em enquadrar a memória libertadora, transformando-a na memória dominante sobre a agremiação, o que teve importância no sucesso que o PL teria, ao longo da República Democrática, ao menos em terras sul-rio-grandenses, e na sua capacidade de suplantar eleitoralmente, no campo da direita liberal da época, a própria UDN no Rio Grande do Sul. Logo, é sobre essas disputas com o grupo Advertência e como o PL conseguiu sustentar-se eleitoralmente que esse subcapítulo irá tratar.

Conforme já posto, o encerramento do PL em 1937 já se deu sem a presença de Raul Pilla, que deixou a presidência do Diretório em outubro daquele ano ao se opor à aliança com o governo de Daltro Filho, nomeado por Vargas após a renúncia de Flores da Cunha. A presidência do diretório libertador então fora ocupada por Walter Jobim – apoiador da aliança<sup>33</sup> – até o fechamento definitivo dos partidos políticos pelo regime estadonovista, em dezembro de 1937 (D’ARAÚJO, 2000, p.27). No entanto, embora

---

<sup>33</sup> Sandra do Amaral (2005), em sua tese sobre as elites políticas rio-grandenses entre 1930 e 1947, destaca que, embora os partidos tivessem sido extintos, as interventorias durante o Estado Novo procuraram manter as forças partidárias presentes uma vez que era necessário manter tais acordos para o funcionamento da administração, ainda que o discurso construído pelo regime autoritário era de exclusão da político-partidária e de escolha de secretários “técnicos”. Nesse sentido, Walter Jobim foi contemplado com a Secretaria de Obras Públicas durante os anos de 1937-1938 e 1944-1945. Outros dois libertadores exerceram cargos no alto escalão rio-grandense durante o Estado Novo: Oscar Carneiro da Fontoura na Secretaria de Fazenda entre 1937 e 1945 e Alberto Pasqualini, como membro do Conselho Administrativo do Estado (CAE) (órgão de assessoramento do governo estadual e com membros escolhidos pelo governo federal) entre 1939 e 1943 e como secretário de Interior e Justiça entre 1943 e 1944. Sobre a atuação de Pasqualini no PL e durante o Estado Novo, ver a tese de doutorado de Diego Orgel Dal Bosco Almeida (2015).

aparentemente Pilla tenha se retirado da vida política e atuado apenas como docente da Faculdade de Medicina de Porto Alegre durante o regime estadonovista, ele mantinha contato com alguns libertadores mais próximos. Segundo Cortés (2007, p.169), Pilla realizava dois almoços por semana com lideranças libertadoras ligadas a ele. Já Mem de Sá, ex-secretário de Pilla durante os anos 1930 e que seria ainda deputado estadual e senador pela legenda, dizia que Pilla manteve o PL – ou, ao menos, o grupo a ele ligado - ativo “clandestinamente”:

Na quadra do Estado Novo, oficial ou legalmente estiveram fechados os Partidos Políticos, mas, como Assis (Brasil) previra, os libertadores se mantiveram coesos, atentos, disciplinados e prontos para o que desse e viesse, com uma espécie de Diretório clandestino, presidido por Raul Pilla (SÁ, 1973, p.131).

Em que pese o exagero retórico de Sá – houvesse tamanha coesão e disciplina, o grupo teria tido bem menos dificuldades para retomar a legenda, dificuldades essas reconhecidas pelo próprio Pilla na já citada troca de correspondências com Waldemar Ferreira - o fato era que Pilla e seu grupo procuravam, de alguma forma, movimentar-se já pensando na possibilidade de uma abertura política e de um enfrentamento com o grupo libertador vinculado ao Estado Novo<sup>34</sup>. Ao abraçar a candidatura de Eduardo Gomes para a presidência, procurava mostrar que o seu grupo estava afastado da “ditadura” e colocavam-se no debate político da época ao lado do regime democrático-liberal. Era isso que deixava transparecer no Manifesto aos Libertadores, publicado no Correio do Povo de 2 de março de 1945, conclamando aqueles libertadores que estivessem espalhados a seguirem a sua orientação, posicionando-se como uma liderança legítima deles.

Em um primeiro momento, o manifesto é um chamado ao apoio à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, vista como a candidatura da liberdade, naquele período de incertezas quanto ao futuro do regime liderado por Getúlio Vargas<sup>35</sup>. O Brigadeiro

---

<sup>34</sup> Mesmo em meio ao Estado Novo, Pilla já conversava com lideranças de oposição ao regime autoritário: Lisandre de Oliveira (2001) relata uma troca de correspondências entre o exilado Flores da Cunha e Raul Pilla em 1940, sugerindo trocaram impressões sobre a situação política. O então ex-interventor rio-grandense diz ainda que pediu a Osvaldo Aranha para averiguar a situação do Rio Grande do Sul *in loco* e sugeriu a ele procurar Pilla. Como se verá mais adiante, essa proximidade entre Pilla com os antigos republicanos e liberais que haviam rompido com Vargas em 1937 se consolidará a partir de 1945, com a aliança inicial entre PL e a nascente UDN, que, no Rio Grande do Sul, foi organizada justamente por essas lideranças.

<sup>35</sup> Nota-se que o manifesto fora publicado na imprensa escrita no dia 2 de março de 1945, mas já era conhecida desde o dia anterior, 1 de março. Um dia antes, 28 de fevereiro, Vargas havia decretado a Lei Constitucional nº9, que, dentre várias questões, determinava que em até noventa dias seria fixada data para as eleições gerais. Talvez tivesse sido a senha que Pilla buscava para dar início não só a campanha em favor de Gomes, mas para a reorganização do PL sob sua batuta.

representaria um “emblema de patriotismo”. Era uma candidatura que não se combinava ou se negociava; ela simplesmente se impunha a todas as “consciências honestas, a todos os espíritos amantes da liberdade, com a evidência de uma luz solar”<sup>36</sup>. Ainda não havia um programa, uma vez que a candidatura ainda não era oficial, sequer havia leis que regulamentassem os partidos políticos, mas já existia algo antes de um programa, mais urgente: democratizar o Brasil e restaurar a moralidade. Afinal, questionava Pilla, haveria princípios mais fundamentais ou urgentes que estes?<sup>37</sup>.

Após declarar seu apoio à Gomes, dizendo que não poderia ficar indiferente àquele movimento, com o qual, consultado, deu seu assentimento, Pilla passou a dirigir-se diretamente aos libertadores. Segundo ele, o seu voto à Gomes podia representar algo a mais:

Assim, ínfima parcela do povo, não poderia eu permanecer indiferente e quedo ante esse admirável movimento (...). Consultado, dei o meu assentimento. Era um voto, apenas: voto de um exilado no seio da Pátria. *Mas eu não poderia e não deveria esquecer que tal voto talvez representasse alguma coisa a mais: o sentir e o pensar dos libertadores que, nesta longa noite polar da nacionalidade, se mantiveram fiéis ao ideal de liberdade e ao passado de lutas do seu Partido. A eles me dirijo neste momento. Aos antigos libertadores e, também, a todos quantos irão exercer agora, pela primeira vez, os seus direitos políticos, ou, tendo-os já exercido outrora, tenham com os libertadores a consonância dos mesmos ideais de liberdade, dignidade e justiça. O ressurgimento do Partido, melhor, a sua volta a atividade depois de uma forçada latência, e a candidatura Eduardo Gomes são cousas que evidentemente se implicam. A bandeira que com esta se desfalda é a da libertação: não podem estar os libertadores contra ela. Recusá-la equivaleria a decidir pela permanência do regime atual; adotá-la será votar pelos princípios fundamentais que sempre foram a razão de ser e a inspiração do Partido*<sup>38</sup>.

Percebe-se que Pilla armou-se para as disputas de memória com os libertadores de 1937. Ao buscar enquadrá-la, Pilla busca legitimar-se como a liderança representativa dos libertadores, lembrando que muitos haviam se mantido “fiéis ao ideal de liberdade e ao passado de lutas” que a agremiação, no seu entender, representaria e que, embora não mencionando diretamente indivíduos, teria sido traído por aqueles que renegaram esse ideal e esse passado. Ele ainda faz questão de ressaltar: não era um simples ressurgimento, mas uma “volta a atividade”, um retorno, dando ideia de uma continuidade entre o passado de princípios e ideais de justiça e dignidade e aquele presente. E os libertadores não poderiam recusar aqueles princípios, pois era parte do “pensar e sentir” ou mesmo da “razão de ser” libertadora: negá-la seria optar

<sup>36</sup> Manifesto do Sr. Raul Pilla aos libertadores. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8, 02/03/1945.

<sup>37</sup> Manifesto do Sr. Raul Pilla aos libertadores. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8, 02/03/1945.

<sup>38</sup> Manifesto do Sr. Raul Pilla aos libertadores. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8, 02/03/1945. (Itálicos nossos)

pelo regime autoritário do Estado Novo. Para tal, convocava os “Libertadores à urgente reorganização partidária” e que ninguém faltasse àquele “dever cívico”.

Pilla certamente já tinha conhecimento dos movimentos visando a formação de um partido “de dentro” – o que significava dizer que tinha o aval de Vargas e da máquina governamental - e que reunia as lideranças estaduais vinculadas às interventorias. No Rio Grande do Sul, muitos dos líderes do que viria a ser o PSD eram justamente os libertadores que aderiram ao Estado Novo: Walter Jobim e Oscar Carneiro da Fontoura. Além deles, havia João Batista Lusardo<sup>39</sup>, fortemente ligado à Vargas – depois de várias idas e vindas na sua relação com o então presidente - sendo seu embaixador no Uruguai durante os anos de 1937 e 1945 e um dos articuladores da adesão libertadora em 1937 ao regime estadonovista. (CORTÉS, 2007, p. 150-151).

Portanto, o alvo do manifesto eram esses indivíduos. Era com eles que Pilla e seu grupo iam disputar o legado libertador – ou, melhor, a legitimidade para a construção da memória do legado libertador. Entre o manifesto e a resposta do grupo de ex-libertadores pró-Vargas, houve, ao menos no *Correio do Povo*, apenas uma menção à reação desses ao manifesto de Pilla, logo no dia seguinte à sua publicação naquele periódico: segundo a apuração do mesmo, Walter Jobim iria divergir da orientação do ex-colega de partido<sup>40</sup>.

Em 8 de março, Pilla dá uma longa entrevista ao mesmo jornal. Trechos dela foram analisados por Costa (1983). Na sua fala, Pilla afirma ter se manifestado como indivíduo, já que oficialmente o PL não mais existia, mas julgava ter autoridade como antigo membro da agremiação partidária:

Assim sendo, foi individualmente, *mas com autoridade de antigo membro do Partido Libertador que nunca aceitou a Ditadura*, nem transigi com ela, que lancei meu manifesto aos Libertadores, concitando-os a se reunirem em torno da candidatura de Eduardo Gomes, cuja finalidade essencial é restituir a Nação às práticas democráticas<sup>41</sup>.

A afirmação soa paradoxal: Pilla declarou individualmente respaldo à Gomes, uma vez que a legenda não existia naquele momento, mas, ao mesmo tempo, dizia ter legitimidade para conclamar os antigos companheiros, já que nunca havia apoiado ditadura, retirando-a daqueles que assim o fizeram. O que pesava era ter sido um

---

<sup>39</sup> Sobre Lusardo e sua atuação no PL nos anos 1920 e 1930, ver a trajetória escrita por Dal Forno (2020, p.162-179). Há também as suas memórias relatadas a Glauco Carneiro (1977; 1978), em que explana ao autor suas atividades políticas desde os anos 1920 até meados dos anos 1970.

<sup>40</sup> Não estaria o Sr. Walter Jobim solidário com o Sr. Raul Pilla – Declarações do Sr. Xavier da Rocha. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8, 03/03/1945.

<sup>41</sup> Declara o Sr. Raul Pilla – “A questão é muito simples: Somos ou não somos contra a ditadura?” *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8, 08/03/1945. (Itálicos nossos).

“verdadeiro libertador”, o que os que participaram ativamente do Estado Novo não teriam sido. Assim, colocava-se em oposição a esses antigos correligionários. Ele, sendo um antigo libertador que detinha autoridade, não apoiava ditaduras, diferentemente daqueles. Ainda naquela conversa, Pilla lembrou outros companheiros que o apoiaram na reunião decisiva de outubro de 1937: Décio Martins Costa, Orlando da Cunha Carlos e, alguns dias depois, Renato Guimarães. Não é por acaso que esses três sujeitos participaram da refundação do partido, em agosto daquele mesmo ano<sup>42</sup>.

Dois dias depois, foi a vez de Orlando da Cunha Carlos se manifestar no mesmo periódico: entendia que naquela reunião de 1937, a maioria dos libertadores abandonaram os princípios e valores democráticos da legenda. O PL, segundo ele, era “um Partido medularmente democrático”<sup>43</sup> e setores majoritários preferiram abraçar um regime personalista, referindo-se ao Estado Novo. Novamente, a disputa se dava entre um lado ser democrático e o outro favorável à ditadura. E o lado de Carlos era o primeiro, marcando sua distinção dos antigos companheiros.

A disputa ganhou intensidade naquelas semanas iniciais do mês de março: no dia 11, membros ligados a Pilla convocam uma assembleia para o dia 12, para restabelecer o Diretório Municipal de Porto Alegre. O convite, publicado na imprensa escrita, não era apenas direcionado aos que se consideravam membros libertadores de longa data, mas também para “os moços das escolas, do comércio, da indústria, operários etc. que estejam concordes com os ideais do Partido Libertador...”<sup>44</sup>. Ou seja, o convite estendia-se a outros setores da população, já visando uma ampliação do eleitorado da legenda, caso confirmasse seu retorno. No texto, assinado por trinta pessoas, reafirma-se a “tradicional finalidade” do PL:

...instaurar no país o verdadeiro regime democrático representativo e, com ele, garantir os impostergáveis direitos da personalidade humana, *dar plena efetividade às conquistas já formalmente obtidas no terreno social* e pleitear, pela evolução, todas as reformas que se forem afigurando desejáveis e realizáveis, conciliar, em suma, a liberdade, bem inalienável com a igualdade, a equidade e a justiça. *Tal foi sempre a orientação geral do Partido Libertador*<sup>45</sup>.

Percebe-se, no convite, a referência ao tema social, que ganharia ainda mais relevo com o movimento queremista, em meados do segundo semestre daquele ano.

---

<sup>42</sup> PARTIDO LIBERTADOR. Programa e Lei Orgânica, Porto Alegre, 1945. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/historico>. Acesso em: 26/02/2022.

<sup>43</sup> Declara o Dr. Orlando Carlos – “O Partido Libertador não pode transigir com seus princípios e tradições”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8 e 4, 10.03.1945.

<sup>44</sup> Partido Libertador: Convite. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 11/03/1945.

<sup>45</sup> Partido Libertador: Convite. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 11/03/1945.

Uma pauta já apropriada por Vargas e que desaguardaria na formação do PTB, outro dos partidos “de dentro” surgidos nos estertores do Estado Novo. O PTB, segundo Ângela Castro Gomes (2005), foi fruto da atuação do Ministério do Trabalho e sua construção do trabalhismo brasileiro, através do vínculo entre as diversas políticas públicas voltadas aos setores trabalhadores e a ação de Getúlio Vargas. Já o queremismo era um movimento social à parte, que defendia a convocação de uma Assembleia Constituinte com a manutenção de Vargas no poder. Ambos se aproximaram justamente em torno da sua figura. Jorge Ferreira (2005, p.19-34) cita que muitos dos queremistas defendiam o então governante não por serem iludidos pela propaganda getulista, mas porque tinham percepção dos benefícios que adquiriram com a legislação trabalhista, o que os levavam a retribuir tais políticas.

**Figura 1: Convite para a assembleia geral organizada pelos libertadores vinculados a Pilla**



Fonte: Partido Libertador: Convite. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 11/03/1945.

Havia, entre os opositores, ciência dessa proximidade entre Vargas e os trabalhadores. A menção aos trabalhadores e à questão social pelos libertadores, por exemplo, pode ser vista como uma tentativa de buscar afinidades com esses setores sociais que já emergiam como importantes atores políticos. Tal tema ainda será retomado no capítulo 3 dessa tese.

A reunião<sup>46</sup> de fato ocorreu no dia 12: presidida por Décio Martins Costa, tornou-se mais um meio de distinção entre esse grupo e os libertadores estadonovistas. No seu discurso, Costa traz à tona a figura de Assis Brasil, fundador do partido junto a Raul Pilla em 1928.

Depois de declarar aberta a sessão, o dr. Décio Martins Costa recorda os tempos da campanha de 23, quando ele e os moços de sua geração atenderam ao chamamento do inolvidável Assis Brasil. Cerrando fileiras pelos ideais que ainda hoje norteiam os libertadores (...). Antes de dar a palavra a quem quisesse fazer uso, o dr. Décio Martins Costa relembra a figura de Joaquim Francisco de Assis Brasil e pede que todos, em silêncio, guardem um minuto de profunda saudade. Toda a Assembleia se levanta e faz-se, então, um minuto de silêncio<sup>47</sup>

Como demonstra Dal Forno (2020), Assis Brasil, ao lado de Pilla e de Batista Lusardo, foram três figuras centrais na atuação do PL entre 1928 e 1937. Souberam construir, através de diversos recursos e capitais, as suas ascensões a posições de poder tanto internamente quanto externamente. Dos três, Assis Brasil era o que tinha uma trajetória mais longa, tendo iniciado sua atuação ainda nos fins do século XIX como um dos estudantes de Direito que formariam o PRR. Afastou-se da vida político-partidária e, com um breve intervalo, dedicou-se à diplomacia e à agricultura. Seu retorno se deu em 1923, quando foi alçado a candidato das oposições ao governo sul-rio-grandense contra o sucessor de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros. É nesse momento que se aproximou do Partido Federalista, do qual Pilla fazia parte e dos dissidentes republicanos. Derrotado na campanha, viu seus apoiadores entrarem em conflito com as forças do governo estadual na chamada Revolução de 1923, tendo intermediado o acordo de paz com os republicanos no seu castelo em Pedras Altas.

A aliança com os federalistas e com os dissidentes republicanos resultou na formação do PL em 1928, tendo Assis Brasil assumido o papel de líder nacional ao lado do PDN – o PL era o braço sul-rio-grandense dessa legenda - enquanto Pilla atuava no diretório regional. Embora pertencentes ao mesmo partido, não foram poucas vezes que Pilla e Assis Brasil divergiram: o primeiro se mostrou contrariado com a entrada do segundo como ministro da Agricultura de Vargas, assim como não apoiava que o então

---

<sup>46</sup> Segundo a matéria do *Correio do Povo*, teria sido a primeira reunião político-partidária no país desde que se anunciou o processo de abertura política, com a Lei Complementar n.9, no final de fevereiro. Não há como confirmar tal informação com relação ao país, embora no caso do Rio Grande do Sul, de fato, Pilla já vinha fazendo manifestações. Nos bastidores, por outro lado, as negociações eram intensas e envolvia os mais variados atores políticos. Sobre a reunião, ver: Depois de sete anos de silêncio... Destacados elementos do Partido Libertador realizaram, ontem, sua primeira reunião política. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12 e 4, 13/03/1945.

<sup>47</sup> Depois de sete anos de silêncio... Destacados elementos do Partido Libertador realizaram, ontem, sua primeira reunião política. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12 e 4, 13/03/1945.

candidato derrotado em 1930 assumisse o poder após o sucesso do movimento de outubro de 1930<sup>48</sup>. Quando estourou o Movimento Constitucionalista em São Paulo, em 1932, Pilla já estava mais próximo de Borges de Medeiros e do PRR, opondo-se a Vargas e defendeu a adesão do PL ao movimento, o que Assis Brasil era contrário. Dessa vez, Pilla fora vencedor internamente, o que levou ao gradual afastamento de Assis Brasil da vida político-partidária em 1933 até o seu falecimento, em 1938.

Tendo em conta que Assis Brasil teve algumas divergências com Pilla, como explicar a homenagem proposta por Martins Costa? Retoma-se aqui Pollack (1989): na fala dele, cita-se apenas o momento da aproximação de Assis Brasil em 1923, ignorando-se os momentos de desacordos entre os libertadores reunidos ali e o extinto fundador. A memória estava sendo enquadrada. A imagem construída era de proximidade entre as ações e as ideias de Assis Brasil e aquele PL que ressurgia. Pouco interessava lembrar, por exemplo, a relação daquele com o adversário definido por aquela facção, Getúlio Vargas. Interessava trazer Assis Brasil como imagem de coesão dos libertadores, pois era um membro respeitado com vários contatos políticos. Pode-se dizer ainda que Assis Brasil era um “símbolo” libertador<sup>49</sup>, no sentido proposto por Offerlé (1987, p.45). Um recurso a ser utilizado no mercado político como forma de distinção e notoriedade. Dizer ser o partido de Assis Brasil teria um peso importante na

---

<sup>48</sup> Mem de Sá (1973, p.83-84) faz uma narração dramática da reunião do Diretório Central em que a maioria decidiu pela posse de Vargas, e Pilla teria sido o único a se opor, defendendo a convocação imediata de uma Assembleia Constituinte. Na narrativa, Mem sutilmente insinua que Assis Brasil – que presidiria a sessão – usou seu “imenso prestígio” para ser o “verdadeiro condutor e elaborador das deliberações”, indicando o caminho do apoio. Pilla teria dito que Vargas não era confiável e defendia a manutenção da Junta Militar por 90 ou 120 dias, até a convocação de uma Assembleia Constituinte. Segundo Mem, que secretariava o encontro, houve um “silêncio tumular, atmosfera tensa de emoção”, mas Pilla ficara só. Curiosamente, em 1956 há uma troca de cartas entre Pilla e Mem em que o primeiro pede para o segundo enviar o relato da votação, uma vez que a documentação oficial havia se perdido com a destruição da sede do PL durante os eventos pós-suicídio de Vargas, em Porto Alegre e Mem narra o episódio sem grandes nuances, apenas dizendo que Pilla divergiu de Assis Brasil e que houve troca de ideias, sem menção a alguma tensão ou a um “silêncio tumular”. Em suma, o peso dado na sua obra era mais um efeito narrativo visando construir um ato heroico de Pilla contra Vargas, ou mesmo uma ideia de que Pilla sabia dos perigos de entregar o poder ao líder do movimento de 1930. PILLA, Raul. Destinatário: Mem de Sá. Rio de Janeiro, 11/09/1956. SÁ, Mem de. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 31/12/1956.

<sup>49</sup> O PL organizou diversas homenagens a Assis Brasil ao longo do período democrático, o que corrobora a construção do papel simbólico pelos libertadores da figura de um dos seus fundadores. Por exemplo, em 1957, houve várias atividades em torno do centenário do nascimento de Assis Brasil, com uma romaria de lideranças libertadoras a cidade de Pelotas e visitas ao Solar de Pedras Altas e ao túmulo do político. Além de Pilla, teve discursos de outros membros do Diretório Rio-Grandense do partido, como Solano Borges e Orlando da Cunha Carlos, além da presença da viúva de Assis Brasil, Lídia de Assis Brasil. Sobre o evento, ver: Tocante romaria ao túmulo de Assis Brasil. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.1 e 3, 08/08/1957.

competição externa, mas também na interna – ou seja, com o grupo da Advertência vinculado ao PSD<sup>50</sup>.

Voltando ao encontro político, houve sinais de que o domínio de Pilla sobre o grupo ali reunido não era tão evidente: ocorreram contestações à proposição de aprovação do apoio à candidatura de Eduardo Gomes. Um jovem estudante de Direito, Ajadil de Lemos<sup>51</sup>, questionou o fato de que os presentes não tiveram conhecimento dos termos do acordo entre Pilla e Gomes. Outro presente, Mário de Lima Beck, saiu em defesa de Lemos, afirmando que a dúvida era democrática. No fundo, ambos estavam questionando o discurso daquela liderança: se defendia um retorno à democracia e criticava os métodos autoritários dos adversários, porque agia de forma não democrática, tomando decisões sem consultar os seus aliados? Beck ainda indagou sobre o fato de Pilla estar ao lado e sair em fotos com pessoas que “mereciam reservas”, numa alusão a sua aproximação com Flores da Cunha e Borges de Medeiros, antigos adversários dos libertadores. Mas, lembrava Pilla, naquele instante coincidiam os objetivos. Como forma de contemporizar aquelas manifestações, permitiu-se elogiar as posições de Lemos e Beck, especialmente o primeiro, que não conhecia, e os chamou de “correligionários”<sup>52</sup>.

Tanto as falas de Lemos quanto as de Beck foram silenciadas no evento. Ao ponto de serem acusados por alguns presentes, defensores da liderança de Pilla, de “não-libertadores” e que deveriam sair dali. Embora a agremiação recém reiniciasse sua inserção na vida política, já apresentava, através daqueles que se colocavam como

---

<sup>50</sup> No período inicial do sistema partidário no Rio Grande do Sul, em que PL e PSD ainda não haviam se aproximado, existiram menções a símbolos libertadores por esse como forma de fustigar aquele. Um caso nesse sentido foi durante a campanha eleitoral de 1950. Em um A Pedido no Correio do Povo, a campanha do candidato ao governo estadual pessedista, Cylon Rosa, criticou editorial do periódico libertador Estado do Rio Grande em que, no qual se insinuava que o PL não daria apoio a Rosa, caso eleito, na Assembleia Legislativa. Como resposta, a publicação pessedista afirmava que, se fosse, de fato, uma ameaça ao possível governo de Rosa, era prova de que o PL havia esquecido as lições de patriotismo lapidados por Assis Brasil e aderido ao faccionismo. Ver: A pedido: do patriotismo ao faccionismo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 09/08/1950.

<sup>51</sup> Essa é a única referência encontrada sobre a participação de Lemos junto ao PL. Ainda em 1945, já formado como advogado, Ajadil de Lemos (1919-2002) participou da fundação da União Social Brasileira (USB) ao lado de Alberto Pasqualini (BODEA, 1992, p.23). É possível que sua presença no evento tivesse relacionada com algum vínculo ou mesmo alguma simpatia por Pasqualini, que fora libertador até 1937, mas trata-se apenas de uma hipótese, uma vez que não há nenhuma evidência nesse sentido. Com a integração da USB ao PTB, Lemos seguiu o mesmo caminho e através da legenda trabalhista chegou à chefia do Ministério Público do Rio Grande do Sul durante o governo de Ernesto Dornelles (1951-1954). Foi ainda secretário de Interior na gestão de Leonel Brizola (1959-1962) e elegeu-se vice-prefeito de Porto Alegre em 1963, na mesma chapa de Sereno Chaise, prefeito eleito. Ambos foram cassados após o golpe civil-militar de 1964. (VIANNA, 2011, p.252)

<sup>52</sup> Depois de sete anos de silêncio... Destacados elementos do Partido Libertador realizaram, ontem, sua primeira reunião política. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12 e 4, 13/03/1945.

cúpula partidária, uma aparência democrática, mas com uma prática interna autocrática e centralizada na figura de poucos chefes, um círculo “interior” e fechado, que exclui aqueles que se contrapõem a posição dominante (DUVERGER, 1970, p.170-239). No entanto, isso não significava que esse domínio era absoluto.

Como lembra Costa (1983, p.27-30), não era apenas entre os libertadores presentes no encontro que havia incômodo com a postura de Pilla: embora com motivações diferentes, o grupo dos antigos libertadores que apoiaram Vargas em 1937 também se reuniram. As manifestações iniciais de Pilla, especialmente favorável a Eduardo Gomes, fizeram o grupo pró-Vargas iniciar uma reação. Marcaram, no dia 13 de março, uma reunião na residência de Alberto Pasqualini<sup>53</sup>. No mesmo dia, o ex-presidente do diretório libertador do município de Uruguaiana, o advogado Manoel Martins Pacheco Prates, deixava claro: via como “inoportuna e, sobretudo, desagregadora e dissolvente das hostes libertadoras”<sup>54</sup> as posições de Pilla. Qualificando-o ainda como “quase ditatoriais”<sup>55</sup>.

Da reunião do dia 14 de março, na residência de Alberto Pasqualini<sup>56</sup>, surgiu a “Advertência aos libertadores”: Nela, o grupo questiona a autoridade de Pilla, ao nomearem-se como a autoridade legítima para falar em nome do PL uma vez que eram os membros do Diretório Central do partido quando do encerramento das atividades político-partidárias em 1937. Pediam ainda que os antigos libertadores não assumissem compromissos políticos – numa clara alusão ao acordo de Pilla com Eduardo Gomes – e apontava os motivos para tal posição:

- a) a inconveniência de quaisquer pronunciamentos antes de estabelecidas as normas de orientação programática e da futura ação política, *de acordo com as tradições dos libertadores*;
- b) a necessidade de convocação de um congresso, único meio democrático capaz de traçar as referidas normas, o que sómente será possível depois de promulgada a Lei Eleitoral;

<sup>53</sup> Importante reunião dos membros do extinto diretório central do Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8, 14/03/1945.

<sup>54</sup> Discorda do sr. Raul Pilla. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8, 14/03/1945.

<sup>55</sup> Discorda do sr. Raul Pilla. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8, 14/03/1945.

<sup>56</sup> A matéria do *Correio do Povo* de 15 de março que trata da reunião e da nota/advertência cita que uma primeira versão da mesma fora recusada por Pasqualini pois disse já estar comprometido “em torno de um programa que estava congregando diferentes setores da opinião pública e das forças produtoras do Estado”. De fato, Pasqualini tomou caminho diferente dos outros signatários: como bem lembra Angeli (2020, p.54-73), Pasqualini havia pedido demissão da Secretária de Interior e Justiça em meados de 1944 devido ao episódio da autorização de um plebiscito para escolha do prefeito do município de Cachoeira do Sul/RS, o que não combinava com o regime. Desde então marcava distanciamento das práticas do Estado Novo e procurava construir, naquele contexto de abertura política, um programa político que se pretendia democrático e social. Em suma, reorganizava suas ideias e práticas políticas para aquele novo contexto. Resultou daí a formação da União Social Brasileira (USB), pela qual pretendia inserir-se no jogo político, mas que depois foi incorporada ao PTB.

c) a conveniência de ser assegurada a unidade de ação dentro de um amplo programa que congregue todas as forças progressistas e os elementos das antigas correntes políticas, tendo em mira os altos interesses do Estado e da Nação;

d) e, finalmente, porque é da tradição dos libertadores comprometerem a sua solidariedade a qualquer candidato sómente depois de conhecido o seu programa e de bem caracterizados os elementos políticos que o apoiam<sup>57</sup>.

Assinada por Walter Jobim, Oscar Carneiro de Fontoura, Alberto Pasqualini, Luiz Pacheco Prates, João Máximo dos Santos e Orlando Serrano, a advertência era uma crítica direta ao grupo de Pilla. O grupo entra no embate em torno da memória libertadora em vários momentos, ao lembrar “as tradições dos libertadores”: não fazia parte dessa tradição, segundo os signatários, fazer pronunciamentos pensando em ações políticas futuras sem antes estabelecer normas programáticas. Evidentemente, era uma reprovação ao suporte de Pilla e seu grupo à Gomes e as suas manifestações de que antes de um programa, era preciso ter em conta a disputa entre democracia e ditadura. Mais, era preciso conhecer quem apoiava e os outros aliados: o alvo, nesse caso, era a nascente aliança com os antigetulistas, que por muito tempo foram adversários do próprio Pilla, como Flores da Cunha.

Por óbvio, esse conflito entre os antigos libertadores tinha objetivos diferentes na luta política: o grupo da Advertência não tinha intenção de refundar o PL, diferentemente de Pilla. O intuito era, a partir do recurso discursivo em torno da tradição – do enquadramento da memória libertadora – atrair adeptos para o que viria a ser o PSD. Por isso a nota fala na “conveniência de ser assegurada a unidade de ação dentro de um amplo programa que congregue todas as forças progressistas e os elementos das antigas correntes políticas”. Afinal, como lembram autores como Miguel Bodea (1992) e Mercedes Cánepa (2005), o PSD vai surgir dos grupos dos antigos PRR, PRL e PL que apoiavam Vargas e se mantiveram junto ao poder durante as interventorias estadonovistas. Lisandre de Oliveira (2008)<sup>58</sup> destaca o papel de Walter Jobim, que naquele mês de março, ainda era Secretário de Obras Públicas do interventor Ernesto Dornelles, no recrutamento de libertadores para as hostes do que viria a ser o PSD:

---

<sup>57</sup> As deliberações tomadas pelos membros do extinto Diretório Central do Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10, 15/03/1945.

<sup>58</sup> Segundo Oliveira (2008, p.40), em fevereiro de 1945 já havia movimentações para a formação de diretórios do PSD no Rio Grande do Sul e em março, já havia o compromisso de Dornelles com a candidatura de Eurico Gaspar Dutra para as eleições que ocorreriam naquele ano. Tal informação demonstra que a nota do grupo Advertência era uma peça política mais ligada ao confronto com Pilla do que com o pleito eleitoral, já que o grupo também já tinha assumido compromissos nos bastidores com uma candidatura.

(...) no início do mês de maio de 1945, o Jornal Diário de Notícias divulgou que Cylon Rosa, secretário estadual do Interior, do interventor Ernesto Dorneles, havia declarado publicamente que os “prefeitos serão convocados para formar o PSD no Rio Grande do Sul”. Inicialmente, cogitou-se numa grande assembléia entre os prefeitos para que fosse aprovado o programa do partido mas, frente à necessidade de ser avalizado pela comissão executiva estadual, Ernesto Dornelles procurou acelerar os preparativos do diretório estadual pessedista.

Com esse intuito, intensificou-se a organização de núcleos pessedista pelo estado, sendo o diretório municipal de Porto Alegre *o responsável por percorrer os municípios e articular as forças locais. José Diogo Brochado da Rocha e o secretário estadual de Obras Públicas, Walter Jobim eram responsáveis por negociar com os diretórios libertadores e republicanos “no sentido de sua extinção”, orientando-os para ingressarem no PSD.* O chefe de gabinete de Cylon Rosa, advogado e jornalista Damaso Rocha, foi o responsável pela organização dos comitês em toda a zona colonial, além de atuar como redator chefe do jornal do PSD gaúcho Correio da Noite (OLIVEIRA, 2008, p.41, itálicos nossos).

A nota do grupo provocou a reação de Pilla. Teve as portas abertas pelo *Diário de Notícias*<sup>59</sup> para responder à nota da Advertência. O primeiro artigo, intitulado “A autoridade de uma advertência”<sup>60</sup> questionava aquilo que Pilla já havia dito em manifestações anteriores: ninguém tinha legitimidade para falar em nome do PL, uma vez que o partido estava extinto. Pior, menos ainda teria aquele grupo pois eram membros do partido quando o fato ocorreu e mantiveram o apoio à ditadura em 1937. Não tinham, nos dizeres de Pilla, nem autoridade formal, menos ainda moral, para falarem em nome do PL:

Moralmente decaiu, caducou o Diretório naquela noite inesquecível do mês de novembro de 1937, em que a maioria dos seus membros aceitou o regime autoritário, *rasgando de alto a baixo o programa partidário e conspurcando um longo passado de lutas pela liberdade. Tudo isto, programa e tradições, teria sido definitivamente sepultado, se três dos seus membros não houvessem protestado, retirando-se da corporação que desertava para bandear-se ao campo da Ditadura, e se outros não houvessem nobremente reconhecido o seu erro mais tarde.*

Mas e os signatários da “Advertência”? Estes pecaram conscientemente e se mantêm impenitentes. Não foi erro de apreciação, não foi fraqueza momentânea de ânimo. *Não. Porque, se o fôra, esta seria agora a ocasião em que resgatassem as suas faltas e, contrictos, reingressassem as fileiras do Partido*<sup>61</sup>

<sup>59</sup> A nota introdutória do primeiro artigo escrito por Pilla sobre a Advertência feita pelo periódico relembra a relação entre o autor e o jornal, uma vez que Pilla fora um dos fundadores do Diário de Notícias, em 1925. O texto o chama de “velho e indefectível batalhador do ideal democrático pelas colunas da imprensa” e diz estar prestando, ao abrir espaço a ele, “um grande serviço à cultura do Rio Grande e do Brasil”. É possível, todavia, que o interesse dos Diários Associados e de seu proprietário, Assis Chateaubriand, em publicar tais colunas era combater Vargas e seus aliados, já que havia entrado em rota de colisão com o então presidente e já havia declarado seu apoio ao Brigadeiro Eduardo Gomes, como recorda Oliveira (2008).

<sup>60</sup> PILLA, Raul. A autoridade de uma advertência. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, s/p, 16/03/1945.

<sup>61</sup> PILLA, Raul. A autoridade de uma advertência. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, s/p, 16/03/1945. (Itálicos nossos)

Pilla apela ao programa partidário e o “longo passado de lutas pela liberdade” para atestar a sua legitimidade perante o grupo Advertência. Eles haviam maculado as “tradições libertadoras”. Pilla, Décio Martins Costa e Orlando da Cunha Carlos, não: ao protestarem afastando-se da ala majoritária que “mancomunou-se” com o golpe, evitaram o sepultamento delas.

Pilla se coloca no papel de verdadeiro representante legítimo do antigo partido: ele não abandonou o programa, logo, ele representa os “verdadeiros libertadores”. Delega a si esse papel. Como afirma Bourdieu (2004, p.188-206), a delegação de poder a um mandatário só é possível quando esse produz recursos que garantem coesão diante dos seus mandados. Esses passam a sentir-se representados por aquele. O mandatário é o que fala em nome deles e, dessa forma, delegam esse direito a esse líder, que se torna o porta-voz do grupo.

Pilla, portanto, constrói através da narrativa de autêntico defensor das “tradições libertadoras” – da memória enquadrada – o papel de verdadeiro libertador, aquele que preservou o programa partidário, entre outras coisas. Assim, o grupo da Advertência não tinha essa legitimidade. Se fossem verdadeiros libertadores, abandonariam aquela posição e apoiariam Pilla. Mas não o fazem: logo, não são dignos, são, para Pilla, “pecadores impenitentes”.

Bourdieu ressalta que há coincidência de interesses entre representados e representantes. Interesses esses ligados a lógica do campo/espço em disputa. No caso libertador, coincide o interesse de Pilla em retomar o partido junto ao grupo que o delegou esse poder, mas não com os interesses da Advertência, já vinculado a outros atores políticos e que tinham como foco convencer ex-libertadores a aderirem ao partido que formariam.

No artigo seguinte, “A prova decisiva”<sup>62</sup>, ficou mais explícita essa disputa pela delegação dos libertadores. Pilla volta a dizer que o grupo da Advertência não possuía legitimidade pois reconheciam que não dispunham sequer de um candidato e nem de um programa. Diferentemente dos “verdadeiros libertadores”: eles tinham um candidato e voltou a definir o debate em torno do embate democracia x ditadura. Não seria necessário um congresso ou uma convenção, como propunha o grupo da Advertência, pois já havia um programa. Um congresso partidário seria necessário apenas para a reativação do partido e para a atualização da plataforma partidária, mas seus princípios

---

<sup>62</sup> PILLA, Raul. Prova Decisiva. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, s/p, 21/03/1945.

“mais sólidos” estavam lá. Para Pilla, a intenção do grupo concorrente era apenas protelar a reorganização partidária, imobilizá-los enquanto ganhavam tempo – muito possivelmente para atrair adeptos. E que dessem a prova decisiva de que não estavam ao lado de Vargas, aderindo à palavra de Pilla.

Tal preocupação surgiu nos outros três artigos: um deles, o texto *Com quem ficou o programa?*<sup>63</sup>, já tinha um título sugestivo. Pilla diz que ficou com os “verdadeiros libertadores”, pois eles mantinham a defesa da democracia e a “democratização do Brasil” como esteio, que fazia parte do programa libertador, ao passo que o grupo Advertência o rasgou ao aderir ao Estado Novo. Se o programa caracterizava o partido, aqueles indivíduos já haviam rasgado o mesmo:

Se o que caracteriza um partido é o programa, *eles deixaram de ser libertadores, quando trocaram a democracia pelo regime autoritário*. E teimaram, persistiram, perseveraram na sua aberração, quando, conclamados, como todos os libertadores, a formar em torno da candidatura democrática, quer dizer, da candidatura libertadora, *não só se recusaram, mas tentaram também desviar dela os verdadeiros libertadores*<sup>64</sup>.

Pilla arroga-se ao papel de definir quem era e quem não era libertador. E acusava os “traidores” de não apenas não se arrependem da falha, como também de tentar “desviar os verdadeiros libertadores”. Novamente, evidenciava-se que a disputa, mais do que em torno da legenda em si, era pelos simpatizantes ainda presentes do partido. E buscavam tocar eles disputando as memórias e apropriando-se do que chamavam de tradições.

Como dito anteriormente, Pilla saiu-se parcialmente vencedor. Entre os meses de março e julho, vários telegramas eram publicados a pedido no Correio do Povo em solidariedade a ele. Muitos deles comunicavam a fundação de diretórios municipais do PL, já visando o congresso partidário que seria realizado em agosto de 1945 e daria início às atividades do PL na República Democrática. Tais comunicações evidenciavam que muitos libertadores aceitavam delegar as ações de retomada partidária a Pilla. É o caso de um libertador de Santo Antônio da Patrulha/RS, já no dia 17 de março: “Meus aplausos teu manifesto. *Nessa terra democrática tem quem a defenda*. Providenciando reorganização Partido. Viva Eduardo Gomes. Abraços Arnaldo Bier Sobrinho”<sup>65</sup>. De Cruz Alta/RS, veio uma reafirmação da solidariedade com o “paladino da democracia”:

<sup>63</sup> PILLA, Raul. Com quem ficou o programa? *Diário de Notícias*, Porto Alegre, s/p, 03/04/1945.

<sup>64</sup> PILLA, Raul. Com quem ficou o programa? *Diário de Notícias*, Porto Alegre, s/p, 03/04/1945. (itálicos nossos).

<sup>65</sup> A pedido: telegramas recebidos pelo dr. Raul Pilla. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.3, 17/03/1945. (Itálicos nossos).

“Reafirmamos nossa solidariedade ilustre correligionário inflexível paladino da Democracia e intrépido vexilário dos ideais do Partido Libertador Riograndense. (...)”<sup>66</sup>. De São Leopoldo/RS, a solidariedade vinha de veteranos libertadores, que destacavam o ambiente mais democrático inaugurado naquele ano:

Hipotecamos integral solidariedade *eminente apóstolo e protótipo democracia brasileira baluarte nosso impoluto Partido Libertador*. Como soldados veteranos voluntários pedimos alistar-nos primeiro combate armas, apesar da tênue “cortina de fumaça” aí espalhada pelos advertentes... Haja vista os horizontes já estão mais límpidos. *O ar não é mais saturado... resultado de vossas inequívocas batalhadoras atitudes em holocausto grandiosa pátria brasileira*. Estamos auscultando antigos correligionários e esperamos dentro breve eleger diretório municipal partido – Ernesto Silva Bohrer, Henrique Scharlan, Waldemar Lindemeyer, José Córdova, Antônio Winckler, João Brack Carlos Morais Júnior, Edmundo Stumpf, José Solon da Silva<sup>67</sup>.

Além disso, alguns libertadores que estiveram atuando abertamente durante o Estado Novo retornaram ao seio partidário: os casos mais evidentes eram de Mem de Sá e Edgar Luís Schneider. O primeiro havia sido secretário de Raul Pilla, atuou como diretor do *Estado do Rio Grande* até 1937 e passou a ter uma ação partidária mais efetiva a partir de 1945. Durante o Estado Novo, foi chefe de gabinete justamente de Walter Jobim, entre 1938 e 1939, na Secretaria de Obras Públicas e depois, chefe do Departamento Estadual de Estatística, cargo que exerceu entre 1940 e 1945. Já o segundo era um libertador veterano, oriundo, assim como Pilla, do Partido Federalista, havia sido membro do Diretório Central do PL já em 1928, sendo ainda Secretário de Obras Públicas do Rio Grande do Sul entre 1930 e 1932 e deputado estadual entre 1935 e 1937. Durante o Estado Novo exerceu o cargo de diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Porto Alegre (UPA) e de reitor da mesma universidade, vinculada à Secretaria de Educação, entre 1942 e 1943.

Como destaca Gertz (2005, p.116-117), tratavam-se todos de cargos de confiança da administração estadual. No mesmo texto, o autor cita carta de Protásio Vargas ao irmão e presidente, Getúlio Vargas, em que se queixava de Sá e Schneider, pois ambos se negaram a aderir a um Movimento Intelectual pró-Estado Novo alegando serem contrários ao regime e serem libertadores. No caso de Sá, a justificativa que dera para aceitar o cargo junto a Jobim em suas memórias estava vinculada a questões financeiras e familiares, após confessar ter “quebrado suas convicções”:

<sup>66</sup> A pedido: telegramas de solidariedade ao dr. Raul Pilla. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.6, 10/04/1945. (Itálicos nossos).

<sup>67</sup> A pedido: telegramas recebidos pelo dr. Raul Pilla. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.3, 17/04/1945. (Itálicos nossos).

Minha mãe falecera em julho, o jornal fechara.  
 Não tinha a mesada amiga nem os pobres caraminguás do Estadinho; a mulher e dois filhos me redobravam as responsabilidades.  
 Advocacia, nada.  
 Capitulei, mas, como se há de ver, não perdi a vergonha. Aprendi uma lição que transmito aos jovens.  
 Quem quiser fazer política decente prepara-se para uma vida áspera, sobretudo se enfrentar os poderosos. Sem independência econômica, difícil a liberdade política – é truísmo que vale para as nações e os indivíduos.  
 Curvei a cabeça, engoli em seco e fui trabalhar com Valter Jobim que foi um amigo perfeito (SÁ, 1981, p.82).

É possível que as razões apontadas tivessem sentido, mas também pode ter pesado a necessidade de preservar certos vínculos e redes de relações e mesmo um certo pragmatismo político. Sá sustentou, como admitido pelo próprio, boa relação com Jobim. A questão ideológica em si era importante, mas não o único fator para as escolhas desses atores políticos. Quando foi necessário, apelaram para o purismo ideológico e daí se afastavam ou se mantinham, dependendo da conjuntura<sup>68</sup>. Sabiam, possivelmente, que teriam pouco espaço numa futura abertura política junto às lideranças estadonovistas. Nesse caso, teriam um porto ao qual poderiam retornar e que já vinha sendo gestado: o Partido Libertador. Não se pode negar que, em que pese a retórica fortemente ideológica e de crença nas “tradições libertadoras”, Pilla também agia pragmaticamente ao deixar as portas abertas a quem renegasse o Estado Novo e aceitasse a sua liderança no reconstruído PL.

Se obtive vitórias no sentido de conseguir atrair adeptos para a reconstrução do PL - mesmo aqueles que eram membros das administrações interventoras do Estado Novo - sob sua direção, dizemos aqui que a vitória foi parcial pois houve quem optasse pelo grupo Advertência. Fruto, provavelmente, do desempenho de Jobim junto aos antigos libertadores, alguns que inclusive tinham aderido ao PL, com formação de diretório, mas que depois optaram pelo PSD, como era o caso do Diretório de Caí/RS, atual município de São Sebastião do Caí: “Ontem à tarde, estiveram em visita ao dr. Valter Jobim os membros do diretório do Partido Libertador em Caí, que vem aderir ao Partido Social Democrático (...)”<sup>69</sup>. Mesma linha seguida pelo antigo diretório libertador de São José do Norte, publicada na imprensa escrita dois dias antes:

---

<sup>68</sup> Mem de Sá não chegou a afastar-se. Mudou de cargo, a convite do interventor Cordeiro de Farias, mas em suas memórias relata o episódio citado por Gertz, mas afirma que quem o procurou fora outro irmão de Vargas, Viriato. Alegou que não participaria do movimento por ser libertador e contrário ao regime e que se isso fosse um problema, pediria demissão. Viriato teria aceitado sua justificativa e não o procurou mais (SÁ, 1981, p.82). Já Schneider exerceu a reitoria entre abril de 1942 e setembro de 1943, tendo renunciado (GERTZ, 2005, p.105), mas não foram encontradas referências sobre as razões da renúncia.

<sup>69</sup> Adesão do diretório do P.L. de Caí ao P.S.D.. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.4, 15/07/1945.

No dia 6 do corrente foi transmitido, pelos membros remanescentes do antigo Diretório do Partido Libertador de São José do Norte, o seguinte telegrama: “Infraescritos, únicos membros existentes do antigo Diretório Municipal do Partido Libertador, atendendo aos dispositivos da Legislação Eleitoral vigente e dissentindo da orientação impatriótica do dr. Raul Pilla na atual situação política, opinam pela filiação do P.L. ao P.S.D., cujo programa consubstancia as aspirações nacionais do momento. – (a) João Silveira dos Santos, dr. Orlando Costa, Alvaro de Pinho Faustino e Patrício Scheridou”<sup>70</sup>

Entre baixas e ganhos, o fato era que Pilla conseguiu mobilizar setores libertadores em torno de si e cabe agora questionar se ele possuía a intenção de fundir o PL, caso conseguisse reconstituí-lo de acordo com seu projeto, com os outros partidos regionais rio-grandenses que ressurgiram na época. Tanto o grupo antigetulista do PRR quanto o do Partido Republicano Liberal (PRL) – os que apoiaram Vargas estavam no PSD - tinham a intenção de resgatar suas atividades. Ressalta-se que no mês de março de 1945, ainda não havia nenhuma definição sobre o funcionamento dos partidos políticos, o que só iria ocorrer ao final de maio daquele ano, com a Lei Agamenon, que definiria pela obrigatoriedade de os partidos serem nacionais e, dessa forma, extinguindo qualquer possibilidade da existência de partidos regionais.

Oliveira (2001) frisa que o objetivo desses velhos chefes políticos como Flores da Cunha e Borges de Medeiros de retomar as antigas siglas retardou a decisão de se unirem e formarem a secção sul-rio-grandense da UDN. Mesmo a definição de apoio à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes partiu primeiro de Raul Pilla, como já demonstrado aqui, através do *Manifesto aos Libertadores*. No entanto, Pilla e seu grupo tinham conversas com Medeiros, Flores da Cunha e outras lideranças do que viria a ser a UDN do Rio Grande do Sul, além de ter também contatos com o grupo fundador da sigla nacional, tanto que participou da reunião de fundação, como abordado nessa tese.

Dito isso, voltamos à entrevista de Pilla em março de 1945<sup>71</sup>. Nela, ao ser questionado sobre as chances de uma fusão entre as siglas – especificamente com o PRL, liderado por Flores da Cunha, ele é categórico: a única razão que os unia era o suporte à Gomes. Embora apenas um congresso partidário pudesse dar a palavra final sobre o tema, via como algo improvável devido às diferenças entre as agremiações:

... devo confessar que não me parece fácil semelhante fusão; trata-se de dois partidos diferentes pelas idéias e pela formação, apesar de semelhante denominação. Assim o Partido Libertador tem uma tendência nitidamente parlamentarista e o Partido Liberal é presidencialista; o Partido Libertador, cujas raízes vamos encontrar nos primórdios da República com o Partido Federalista e as várias dissidências republicanas, nasceu e viveu na oposição

<sup>70</sup> O P.L. em São José do Norte. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8, 13/07/1945.

<sup>71</sup> Declara o Sr. Raul Pilla – “A questão é muito simples: Somos ou não somos contra a ditadura?” *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8, 08/03/1945.

e o Partido Liberal, embora esteja agora no ostracismo, nasceu no governo. Repito, o que há entre nós é o mesmo objetivo essencial: a democratização do país<sup>72</sup>.

Orlando Carlos, na entrevista dada alguns dias depois<sup>73</sup>, seguiu o mesmo discurso, embora de forma menos moderada que a de Pilla: ao ser questionado sobre a possibilidade de fusão com o PRL antigetulista, foi enfático:

Absolutamente, não (...). O Partido Libertador não pode transigir com os seus princípios e tradições. Combatemos, sem desfalecimento, o sr. Flores da Cunha, quando ele estava no poder. (...). O ostracismo não o santificou, e nem fez com que as ideias do seu programa partidário se impusessem à nossa admiração. Da entrevista do sr. Flores da Cunha com o dr. Raul Pilla resultou apenas coincidência de pontos de vista quanto à candidatura Eduardo Gomes<sup>74</sup>

Para Carlos, o que havia era o entendimento da necessidade de unirem-se para dar suporte a Gomes, descartando uma fusão entre as agremiações. Carlos vai adiante, e já em março diz que, caso se confirmasse a proibição da existência de partidos regionais, o PL tenderia a ressurgir como um partido nacional. O tema seria discutido numa convenção partidária, que, segundo Carlos, seria convocado tão logo a lei eleitoral entrasse em vigor e já fazia um chamado aos velhos libertadores:

Parece-me interessante e oportuno, entretanto, que desde já os meus antigos correligionários vão se reunindo para que, se tivermos de formar em Partido Nacional, contemos com força de opinião para obter inclusão dos princípios ideológicos que nos são caros, no programa que se votar<sup>75</sup>.

Tanto Pilla quanto Carlos deixavam evidentes a intenção de restaurar a antiga legenda, agora sob novo ambiente político. Tais falas se deram mesmo antes da nota do grupo Advertência. Já fica explícito que a pretensão era torná-lo um partido regional ou nacional, a depender do que a lei eleitoral viesse a definir. As movimentações de Pilla, ao se distanciar dos antigos libertadores e logo no início daquele ano já declarar apoio a uma candidatura de oposição, para uma eleição que ainda seria marcada, indicava essa pretensão. Mais ainda: como Mem de Sá já havia relatado, os antigos libertadores sob liderança de Pilla vinham já se reunindo mesmo durante o Estado Novo, eventualmente articulando para caso viesse o momento de abertura política, pudessem resgatar a legenda.

---

<sup>72</sup> Declara o Sr. Raul Pilla – “A questão é muito simples: Somos ou não somos contra a ditadura?” *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8, 08/03/1945. (Itálicos nossos).

<sup>73</sup> Declara o Dr. Orlando Carlos – “O Partido Libertador não pode transigir com seus princípios e tradições”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8 e 4, 10/03/1945.

<sup>74</sup> Declara o Dr. Orlando Carlos – “O Partido Libertador não pode transigir com seus princípios e tradições”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8 e 4, 10/03/1945.

<sup>75</sup> Declara o Dr. Orlando Carlos – “O Partido Libertador não pode transigir com seus princípios e tradições”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8 e 4, 10/03/1945.

Dessa forma, discorda-se da perspectiva de Benevides (1981) em seu trabalho clássico sobre a UDN. A autora lê a presença de Pilla no encontro de fundação udenista em abril de 1945 como uma adesão ao partido. Na realidade, a adesão dele era ao candidato Eduardo Gomes. Seu discurso no evento era em apoio ao postulante à presidência da República. Portanto, é equivocado tratar Pilla como um “dissidente da UDN”, ainda que ao longo do período da República Democrática o PL tenha sido um aliado de primeira hora dos udenistas em nível nacional.

A movimentação de Pilla e seu grupo também pode ajudar a entender por que o PL teve mais sucesso eleitoral no Rio Grande do Sul, ofuscando a UDN local. Como já posto, e destacado por Lisandre de Oliveira (2001), o grupo dos dissidentes de Vargas de PRR e PRL demoraram a agir e formar a secção da UDN no estado. Pilla e seus aliados largaram na frente, conseguiram atrair adeptos e recuperar o discurso libertador, que mobilizava diversos setores políticos sul-rio-grandenses. Bodea (1992) cita que:

Ao nível regional, o PL levava uma grande vantagem sobre a UDN: era portador de uma longa tradição política, cultural e até militar (As guerras civis de 1893-95 e 1923) que remontava aos federalistas dos anos 1890 e aos libertadores da era Borges de Medeiros (1903-1928). Com este cacife, o PL suplantaria a UDN em força eleitoral já a partir das eleições de 1947 (BODEA, 1992, p.18).

Cortés (2007) já indicava no mesmo sentido: o PL tinha uma “orgulhosa herança de mais de cinquenta anos de luta” (CORTÉS, 2007, p.176). Discordamos de Bodea e Cortés quando tratam dessa longa tradição ou dessa orgulhosa herança: o que pesou não foi a tradição/ herança/ discurso por si só, mas a reconstrução delas através da ação de Raul Pilla, Orlando Carlos, Décio Martins Costa e tantos outros libertadores que refundaram o partido em 1945. Retomando Pollack (1989, p.9), o enquadramento da memória depende do material fornecido pela história. Ou seja, ao se apropriar dos eventos históricos ou mesmo do programa partidário, os libertadores o reenquadraram com a intenção de ativar adeptos e simpatizantes que, após sete anos sem a presença de vida partidária, estavam desmobilizados.

Aparentemente, Flores da Cunha, Borges de Medeiros e outros atores políticos que fundaram a UDN não tiveram o mesmo sucesso nessa ativação. Se pensarmos que demoraram para tomar tal iniciativa, é possível que muitos dos antigos republicanos e liberais foram mobilizados pelo PSD, que tinha também suas correntes que antes eram ligadas ao PRR e ao PRL e apoiaram Vargas em 1937. De antemão, os libertadores já estavam motivados tanto pelo grupo de Pilla quanto pelo grupo da Advertência. Além

disso, uma nova sigla, ainda desconhecida, podia dificultar também a ativação de antigos sentimentos partidários.

Dessa forma, podemos compreender a força eleitoral libertadora não apenas pela existência de uma tradição ou de uma “cultura política”, mas pela capacidade de reconstruir narrativamente esses episódios históricos. Uma reinvenção do Partido Libertador, liderada por Pilla e seus aliados. Em agosto de 1945, essa reinvenção tomou forma em um Congresso Partidário no município de Bagé – não por acaso, o mesmo município em que o antigo PL também havia sido fundado. Mais um exemplo da reconstrução dessa memória libertadora.

## 1.2. Reaparecimento (e fim) do *Estado do Rio Grande* (1950-1960)

No dia 29 de maio de 1950 voltava a circular no Rio Grande do Sul o periódico *Estado do Rio Grande*. Tratava-se de mais uma peça no enquadramento da memória do PL desenhada pelos fundadores de 1945: retomar o seu “posto de combate e tribuna de doutrina”, como os libertadores o definiam. Para Raul Pilla, o periódico deveria servir como um “instrumento de educação cívica”<sup>76</sup>, uma forma de os libertadores tentarem recrutar novos partidários através da divulgação das suas ideias e do seu programa.

Também tinha o intuito de reforçar a identidade coletiva do partido, via divulgação de símbolos ligados à agremiação nas páginas do impresso – nesse sentido, a capa da edição inicial já dava indicativos, com uma *homenagem do Partido Libertador* (ver figura 2) a dois personagens reverenciados: o federalista Gaspar Silveira Martins, nomeado como *precursor*, numa ideia de que havia uma linha de continuidade entre os federalistas e o PL, e Assis Brasil, como o *fundador*, construindo essa mesma linha entre o PL de 1928 e o de 1945: uma referência ao simbolismo que se queria construir em torno desses dois líderes e os libertadores que ressurgiam como uma forma de reforçar vínculos. Mesmo o resgate do ERG ia nesse sentido, uma vez que o próprio periódico representava uma forma de vinculação entre os seus leitores-aderentes e o PL.

Assim, cabe entendê-lo como uma tecnologia partidária, no caminho proposto por Offerlé (1987, p.34-38): uma forma de homogeneizar e mediar as relações internas partidárias aceitas e legitimadas pelos filiados da agremiação: nesse sentido, o jornal é uma tecnologia pois a partir dele se constrói produtos políticos aceitos por todos: programas, símbolos, palavras de ordem etc. Em suma, uma tecnologia partidária

---

<sup>76</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Décio Martins Costa. Rio de Janeiro, 25/06/1959.

fundamental para a mobilização política e eleitoral dos adeptos, um recurso político que podia garantir a manutenção da identidade partidária coletiva e a busca por novos membros.

O jornal, como já reiterado, havia surgido um ano após a fundação do PL em 1928 e com o intento de ser o órgão oficial partidário, o porta-voz das ideias e do programa libertador. Entre 1930 e 1932, foi além, servindo também como difusor das ideias da Aliança Liberal e do movimento de 1930, até o rompimento com Getúlio Vargas e o seu fechamento, em 13 de julho de 1932, pelo governo federal, devido sua adesão ao movimento constitucionalista paulista daquele ano (KANAN, 1980, p.366).

O jornal reapareceu em setembro de 1937, junto com a campanha presidencial para 1938. Mas a duração, dessa vez, foi efêmera: em 5 de dezembro de 1937, com a extinção dos partidos políticos pelo Estado Novo, o ERG deixava novamente de circular. Além disso, de acordo com os libertadores de 1945, encabeçados por Pilla, o jornal ficou “desvirtuado” após a adesão do Diretório Central ao Estado Novo<sup>77</sup>.

Portanto, a edição de 29 de maio de 1950 marcava a terceira aparição do periódico. Raul Pilla era o grande entusiasta do retorno do periódico libertador, uma vez que via nele esse papel já ressaltado de “educação cívica”, o que, ao fim e ao cabo significava tentar atrair novos adeptos e reforçar os símbolos partidários dos que já haviam sido recrutados. Retornava como um vespertino em formato tabloide, como em suas fases anteriores, com 16 páginas e edições diárias, com exceção das segundas-feiras. Pilla foi o diretor do jornal nos dez anos da sua existência na República Democrática, embora tenha a compartilhado com outros libertadores: entre 1950 e 1952, foi diretor ao lado de Mem de Sá; já entre 1952 e 1954 dividiu o comando da redação com Henrique Fonseca de Araújo, já entre 1954 e 1959 Heitor Galant compartilhou o cargo com Pilla e nos últimos anos, 1959 e 1960, Say Marques juntou-se aos dois.

Com exceção de Araújo, todos os outros, de uma forma ou outra, tinham experiência jornalística: Pilla era colunista em diversos jornais, participou, em 1925, da fundação do *Diário de Notícias* (DE GRANDI, 2005, p.20-21) e do próprio ERG, em 1929 (FLORES, 2009, p.13-14). Mem de Sá havia sido redator do ERG entre 1929 e 1932 e em 1937 (SÁ, 1981, p.60-61); Galant era proprietário de um jornal em Alegrete, o *Gazeta do Alegrete* (SCHAEDLER, 2018, p.83) e Say Marques, além de vereador libertador em Porto Alegre, era também jornalista do *Diário de Notícias*, exercendo o

---

<sup>77</sup> De novo na Arena. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, p.1, 29/05/1950.

cargo de diretor-secretário do impresso entre 1947 e 1958 (TILL, 2004, p.36). Políticos e jornalistas, o que refletia a maleabilidade dessas relações durante a República Democrática.

**Quadro 1: Diretores do Estado do Rio Grande (1950-1960)**

<b>DIRETORES</b>	<b>PERÍODO</b>
<b>Raul Pilla/ Mem de Sá</b>	1950-1952
<b>Raul Pilla/ Henrique Fonseca de Araújo</b>	1952-1954
<b>Raul Pilla/ Heitor Galant</b>	1954-1959
<b>Raul Pilla/ Heitor Galant/ Say Marques</b>	1959-1960

Quadro elaborado pelo autor a partir das edições do *Estado do Rio Grande* disponíveis na BN e de recortes do mesmo jornal disponíveis no Acervo Particular de Raul Pilla - NUPERGS/UFRGS

Todavia, como destaca Rüdiger (2003, p.37), era um outro momento para os periódicos partidários. Se haviam tido seu auge no Rio Grande do Sul entre o fim do século XIX e a década de 1930 e possuíam como principal característica serem essencialmente opinativos e organizador das ideias e do pensamento partidário que representava, a década de 1950 era o momento de ascensão do jornalismo comercial e do declínio dos jornais político-partidários. Para o mesmo autor, isso se devia às alterações nas estruturas socioeconômicas no Rio Grande do Sul. A consolidação de uma nova classe média, com outras expectativas culturais, supridas pelo jornalismo empresarial, perda das condições econômicas dos partidos políticos para manterem uma estrutura de imprensa, ainda enfrentando a concorrência de empresas como a Caldas Júnior e o Diário Associados, proprietários do *Correio do Povo* e do *Diário de Notícias*, respectivamente, entre outros fatores. Dessa forma, as folhas sobreviventes precisariam se adaptar a essa realidade.

A intenção, nesse subcapítulo, é analisar como se deu o retorno do ERG na República Democrática tendo como fonte algumas edições do ano de 1950<sup>78</sup>. Perceber como os libertadores tentaram adaptar o periódico a essa nova realidade comunicacional e política e, depois, através de outras fontes tais como as correspondências de Raul Pilla e as memórias de outros agentes políticos, como se deu a sobrevivência dele até o seu derradeiro fim, em 1960 e qual o seu alcance entre os leitores.

<sup>78</sup> O motivo do uso apenas de edições de 1950 deve-se a alguns empecilhos da pesquisa devido à pandemia de COVID-19: A Biblioteca Nacional (BN), que tem a guarda de edições do ERG dos anos de 1950, 1955-1960, esteve fechada para o acesso ao público entre os anos de 2020 e 2021, reabrindo em março de 2022. Devido a pesquisa já estar em processo de escrita e ao pouco tempo em que foi possível acessar os jornais, optou-se por analisar apenas essa pequena amostra do ano da retomada, especialmente porque permite ver quais eram as preocupações iniciais dos jornalistas envolvidos e como tentavam se inserir no mercado comunicacional como um jornal político-partidário.

Figura 2: Capa da edição do Estado do Rio Grande, de 29/05/1950



Fonte: Estado do Rio Grande, Porto Alegre, p.1, 29/05/1950.

Um primeiro ponto a se destacar era como o ERG pretendia atuar: seria um jornal essencialmente político-partidário ou tentaria trazer outros tipos de informações, comuns aos periódicos empresariais? Essa resposta os editorialistas tentaram dar já na primeira edição de 1950, em dois textos: no texto da capa, intitulado *De novo na arena*<sup>79</sup>, afirmava-se que o jornal seria político, mas na acepção “mais ampla da palavra”: englobaria no que entendiam ali, como política, temas como economia, finanças, educação, higiene, trabalho, ciência, arte e diplomacia. Não era uma novidade, tais notícias tinham espaço em outros momentos do periódico (KANAN, 1980; FLORES, 2009). Todavia, ao se folhear as páginas da edição em questão, percebe-se

<sup>79</sup> De novo na Arena. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, p.1, 29/05/1950.

que tais temas terão maior destaque. Embora procurassem dizerem-se “políticos”, havia muito de um jornal empresarial. No próprio texto, o editorialista não descartava que o passo seguinte seria investir nesse papel. O termo “política” ganhava uma visão mais ampla, como o próprio documento afirma, e nele se inclui outras temáticas que antes não tinham a mesma atenção, fruto de uma nova conjuntura política, diferente daquela em que o jornal havia atuado anteriormente.

O tema também foi realçado em outro texto, na mesma edição, na terceira página, com o título de *Nosso programa*. Ali, reiterava-se o papel político do jornal – ressaltando não ser faccioso e que seu principal foco era “combater e doutrinar”. Em suma, deixava evidente seu papel de tecnologia mediadora dos partidários – a luta partidária libertadora era a luta da nação e da humanidade, e os adeptos deveriam ter isso como norte:

O ESTADO DO RIO GRANDE é, pois, um órgão de partido e disso fez seu mais honroso braço. Mas órgão de partido, somente, e não de facções. Pugnará sinceramente, tenazmente por um sistema de idéias – as que se compendiam no programa libertador e democrático – amparará na luta os homens que sustentam essas idéias, e não esquecerá nunca que a finalidade das agremiações políticas transcende o âmbito restrito da organização partidária, para se inspirar nos supremos interesses da nação e, muitas vezes, nos da própria humanidade.<sup>80</sup>

Mas não ignorava o papel de jornal noticioso, ainda que esse não fosse o principal foco. O papel de informar também teria espaço:

Entretanto, a sua feição política não absorverá, no ESTADO DO RIO GRANDE, as demais funções da imprensa moderna. A informação é a alma do jornal. Informar é ensinar, é deleitar, é criticar, é combater. Nenhuma das manifestações da atividade humana em nossa terra escapará a investigação do jornal, nos limites das suas possibilidades. E nessa tarefa procuraremos ser sempre imparciais e verdadeiros, sem o que a informação passa a ser deformação e embuste.<sup>81</sup>

Ao realçar que, “nos limites das suas possibilidades”, o ERG iria cumprir a tarefa de informar e cumprir as “funções da imprensa moderna” - além das questões político-partidárias - deixava nas entrelinhas que a grande questão não era desprezar o jornalismo comercial, mas tentar adequá-lo ao modelo político e às possibilidades econômicas do impresso. Como se verá mais adiante, a manutenção do jornal foi um constante desafio dos libertadores, uma vez que tinha dificuldades financeiras bastante grandes. Consolidar-se como uma *fábrica de notícias* - conforme o termo usado por Marialva Barbosa (2012) para referir-se aos jornais comerciais da década de 1950 e

<sup>80</sup> Nosso Programa. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, p.3, 29/05/1950.

<sup>81</sup> Nosso Programa. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, p.3, 29/05/1950.

1960, com máquinas e técnicas modernas, porém mais caras e que exigiam recursos humanos maiores - seria custoso para o ERG naquele primeiro momento. Ainda assim, era algo no horizonte. Bastava ver as referências que o artigo faz a conceitos não tão comuns em jornais partidários, tais como a ideia de imparcialidade, o que demonstra o uso de uma linguagem característica dos impressos empresariais, que buscavam a “verdade dos fatos”. Em suma, uma perspectiva de objetividade jornalística.

Alguns exemplos dessa ampliação são postos pelos próprios produtores jornalísticos ao longo da primeira edição de 1950: as seções dedicadas ao cinema e ao movimento sindical vieram, no primeiro número, com breves explicações sobre os motivos da existência daqueles temas em um periódico pretensamente político-partidário. Na apresentação da página dedicada às artes cinematográficas, o colunista, que assinava como D.A. Gomes, evidenciava qual o interesse dele e do ERG quanto ao assunto:

Não se concebe jornal, em nossos dias, sem a secção de Cinema. O ESTADO DO RIO GRANDE, que volta à liça com o firme propósito de reverenciar suas mais caras tradições correspondendo in-totum ao espírito dos novos tempos, não poderá, evidentemente, prescindir da coluna cinematográfica. Eis porque aqui estamos, já no primeiro número, para tomar contacto com os amantes da sétima arte. (...). Desejamos, contudo, esclarecer, desde logo, que não nos move o intuito de sermos absolutos no assunto. (...). Esta secção pretende apenas desempenhar o papel de orientador desinteressado e honesto, sem prevenções contra o que quer ou a quem quer que seja. Aqui tornaremos público exatamente o que sente e pensa a respeito de Cinema um estudioso da matéria, que não contenta em apenas assistir os filmes, gosta também de trocar idéias sobre os mesmos. Analisando-os sem paixões. (...) <sup>82</sup>.

Primeiramente, o colunista realça que era inconcebível um jornal não dar, naqueles dias, destaque para o cinema. Evidenciava-se a força que essa arte tinha e como era importante oferecer ao leitor informações sobre ela. Não que já não tivesse páginas dedicadas à “sétima arte” nos jornais político-partidários – o próprio ERG tinha já nas suas primeiras edições de 1929 (KANAN, 1980, p.358) - mas era de forma secundária. Ao inserir um jornalista dedicado ao assunto e que afirmava analisar os filmes “sem paixões”, evidenciava-se que a forma que iria ser tratado era mais próximo daquilo que a imprensa comercial fazia.

Da mesma forma, os esportes tinham destaque nas páginas do ERG. Novamente, a seção esportiva também existia em outros jornais partidários, inclusive no próprio periódico nas suas fases anteriores. No entanto, ganhava agora duas páginas dentro do jornal e com direito a colunas sobre diversos aspectos da temática, com ênfase na

---

<sup>82</sup> GOMES, D.A. Princípio de conversa. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, p.12, 29/05/1950.

prática do futebol, esporte que passava por um processo de popularização no Brasil. Por exemplo, o jornal publicou um artigo elogiando a realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil naquele ano e sublinhou o papel político do esporte no “entrelaçamento dos povos”<sup>83</sup>. Não era por acaso que o ERG era saudado com um anúncio da Federação Rio-Grandense de Futebol (FRGF) – atual Federação Gaúcha de Futebol (FGF) – percebendo o periódico como um “novo veículo” para o engrandecimento daquela prática esportiva.

**Figura 3: Anúncio da FRGF saudando o Estado do Rio Grande, 30/05/1950**



Fonte: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, p.10, 30/05/1950.

O periódico abria, igualmente, seu espaço para os temas sociais, em consonância com o cenário político da época. A relação entre os libertadores e os trabalhadores urbanos pós-1945 será mais bem explorada no subcapítulo 3.3. Tratava-se de um período com notável ampliação da participação política da população, especialmente da

<sup>83</sup> Nossa opinião: A copa do mundo e o melhor entrelaçamento dos povos. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, p.8, 30/05/1950.

classe trabalhadora operária, beneficiada por uma série de políticas públicas consolidadas em 1942, com a CLT. Como lembra Ângela Castro Gomes (2005, p.294), o trabalhador urbano passou a ser parte da vida política brasileira e não podia ser mais ignorado pelas elites políticas. Dentre as iniciativas que os libertadores tomaram para tentar atrair, ou ao menos, não ficar atrás das outras forças partidárias quanto a essa questão foi incluir uma seção sindical no seu jornal oficial.

O tema, segundo Maria Cecília Kanan (1980, p.358), tinha pouca importância nas edições de 1929-1932 e quando aparecia, era apenas em momentos de crises operárias nacionais e sob uma ótica “conservadora-liberal”. Seja como for, o momento era diferente e o próprio jornal, no texto de abertura da seção chamada de *Trabalho e Justiça Social* - o qual não constava assinatura – abrem as portas para a temática:

Jornal de opinião e de orientação, ESTADO DO RIO GRANDE ressurgiu hoje para, novamente, ser um posto de combate e como tribuna de doutrina, no campo da justiça social.  
 TRABALHO E JUSTIÇA SOCIAL é o nome desta seção, que vai tratar de assuntos do interesse imediato dos trabalhadores. Seus redatores serão os próprios trabalhadores, que melhor conhecem seus próprios problemas.  
 Nossa posição, na questão social, é pelo solidarismo. Nem domínio do capital e nem ditadura do Trabalho. Mas sim o respeito dos direitos de uns e de outros, à luz dos ensinamentos da doutrina social cristã e dos princípios da humanidade. (...). E estamos de portas abertas, para divulgar todos os movimentos sadios e todas as sãs reivindicações da população assalariada do R. Grande do Sul.<sup>84</sup>

De certa forma, o trecho inicial do texto é um reconhecimento de que o tema social tinha pouca atenção, de fato. Naquele momento, segundo o texto, a questão social não só ganharia relevo nas páginas do ERG, como seriam os próprios trabalhadores que tocariam a seção no periódico. Tal aspecto que ia ao encontro da maior preocupação do próprio partido em inserir-se nos debates sociais, como se verá mais adiante, no subcapítulo 3.3, com a formação de um departamento partidário voltado aos assalariados e a insistência da retórica de Pilla e de outros correligionários de que a temática social não era uma exclusividade de Vargas e do PTB. Enfim, o tema era uma imposição da época e o PL – e, por consequência, o ERG – não podiam ignorá-lo. Na verdade, precisavam tentar disputá-lo com os outros partidos políticos, especialmente com os trabalhistas. Daí a necessidade de “abrir as portas” aos operários nas páginas do jornal.

Apontar essas características das primeiras publicações do ERG em 1950 não significa dizer que o jornal não era, na prática, político-partidário. Assim como não

---

<sup>84</sup> De portas abertas. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, p.14, 29/05/1950.

significa dizer que, nos anos de 1929-1932 já não havia elementos da imprensa moderna empresarial. Como já dito, a presença de muitas dessas seções, além de outras como a educação, o interior do estado, as notícias internacionais, as notícias policiais etc. também estavam presentes nos jornais político-partidários, no auge desses impressos.

A questão era que o ERG pretendia, naquele momento, tentar publicar tais matérias com um olhar mais atento por serem áreas que tinham muito destaque nos jornais comerciais. O leitor de jornal da década de 1950 estava mais preocupado com assuntos populares como esportes e cinema do que propriamente com os temas políticos, queria mais informação dos impressos e menos opinião. Os jornais empresariais procuravam atender essa demanda, vendendo-se como “isentos” e “objetivos”. Procuravam, como cita Marialva Barbosa (2012), mostrarem-se como fábricas de notícias, adotando estratégias de popularização junto ao público-leitor.

Para um jornal político-partidário, que já deixava estampada sua posição, era mais difícil. Daí a necessidade de tentar vender, em determinados temas, como o do cinema, um certo “desinteresse”. A estratégia do ERG foi tentar ser um jornal político-partidário, mas mesclando características dos jornais comerciais. Ser uma tecnologia partidária, mas tentar expandir seu público leitor – o que poderia até vir a beneficiar o próprio partido, com a atração de novos adeptos.

O jornal abria espaços para divulgação de informações sobre ações do PL. Se reforçava a identidade partidária para os leitores já convertidos, também servia para atrair o público que não conhecia a agremiação e que obteria contato com ela através do periódico. Na segunda edição, de 30 de maio de 1950, há um chamado do Diretório Municipal de Porto Alegre que, primeiramente, “congratula-se pelo auspicioso reaparecimento do ESTADO DO RIO GRANDE”<sup>85</sup> e, depois, conclama os mesmos para uma “cooperação no sentido do fortalecimento de suas fileiras, e comunica achar-se a sua sede ao dispor de todos os companheiros, onde poderão efetuar inscrição de novos membros e alistamento eleitoral”<sup>86</sup>. Destacavam as atividades partidárias em diferentes cidades do estado: como exemplo, citam ações realizadas pelos libertadores de São Leopoldo, incluindo o surgimento de um programa de rádio em uma emissora local voltado para a “propaganda doutrinária” do PL<sup>87</sup>.

---

<sup>85</sup> Partido Libertador: Diretório Municipal de Porto Alegre. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, p.5, 30/05/1950.

<sup>86</sup> Partido Libertador: Diretório Municipal de Porto Alegre. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, p.5, 30/05/1950.

<sup>87</sup> Atividades do P.L. em São Leopoldo. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, p.4, 03/06/1950.

Outra forma de fortalecer os laços dos leitores libertadores ou de tentar aderentes era a divulgação e venda de produtos vinculados aos símbolos do partido. Um exemplo era a venda feita pelo Diretório Municipal de Porto Alegre de adesivos de automóveis com o distintivo do PL, o barrete frígio<sup>88</sup> em meio a um círculo com o nome do PL, conforme a figura 4. No anúncio, era destacado que a distribuição podia ser tanto para a capital quanto para o interior do estado. Havia ainda chamamentos aos correligionários para usarem o lenço vermelho<sup>89</sup>, esse um símbolo dos maragatos<sup>90</sup> federalistas da Primeira República, ao qual os libertadores recorriam com frequência para construir sua ligação histórica com aquela agremiação e com o provável intuito de reforçar os vínculos entre os militantes partidários: “O Lenço Encarnado é o Distintivo Tradicional do Partido Libertador. Usa-o.”<sup>91</sup>

---

<sup>88</sup> Não se encontrou registros que motivaram o uso do barrete frígio como um dos símbolos visuais do PL, tampouco se já era usado no período 1928-1937. A imagem é constante em documentos partidários e está na capa do programa do partido publicado tanto em 1947 quanto em 1952 e da Declaração de Princípios de 1953. A hipótese mais provável é de que representasse a defesa da liberdade dentro da perspectiva liberal recorrentemente referida pelos aderentes do PL. Possivelmente a inspiração vinha da Revolução Francesa, que difundiu o uso daquele ícone como sinônimo de liberdade e da República e de adesão ao processo revolucionário, em contraste ao *Ancien Régime* (VOVELLE, 2012, p.243; LIRIS, 1989, p.190-193).

<sup>89</sup> Na Guerra Civil de 1893, também conhecida como Revolução Federalista, um dos traços distintivos dos federalistas era o uso do lenço vermelho (ou encarnado). Essa simbologia foi mantida pelo Partido Libertador tanto em 1928-1937 quanto em 1945-1964. Era um importante ícone de identidade e um exemplo da apropriação e construção da memória feita pelos libertadores. Sobre o conflito de 1893, ver Love (1975, p.61-81) e Pesavento (1983).

<sup>90</sup> Era comum, pelos libertadores, o uso do termo “maragato” para se referirem entre si. Era a alcunha pelo qual os federalistas ficaram conhecidos durante a Guerra Civil de 1893. Segundo Love (1975), o apelido fora dado de forma pejorativa pelos republicanos devido a presença de muitos gaúchos uruguaios descendentes de espanhóis oriundos de uma região chamada Maragatería, no momento da invasão federalista que deu início ao conflito. Com isso, os primeiros pretendiam taxá-los como “estrangeiros”. No entanto, acabou aceito pelos federalistas como um “distintivo de honra” (LOVE, 1975, p.66).

<sup>91</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, p.4, 07/07/1950.

Figura 4: Anúncio de venda dos distintivos do PL no *Estado do Rio Grande* – 21/11/1953



Fonte: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, s/p, 21/11/1953.

Por fim, faziam grande coberturas dos congressos partidários, como na edição de 6 de junho, logo após a primeira Convenção Nacional do PL, em que a capa foi dedicada ao “Manifesto à Nação” proposto pela agremiação, em que foi declarado apoio ao Brigadeiro Eduardo Gomes no pleito presidencial daquele ano<sup>92</sup>

---

<sup>92</sup> Manifesto à Nação. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, p.1, 06/06/1950.

Figura 5: Capa do *Estado do Rio Grande*, com o “Manifesto à Nação” – 06/06/1950

**ESTADO DO RIO GRANDE**  
FUNDADO EM 11 DE OUTUBRO DE 1930  
COMPANHIA EDITORA RIOGRANDENSE  
PORTO ALEGRE, TERCEIRA, 6 DE JUNHO DE 1950

Redação, Administração e oficinas  
RUA DON ANTONIÃO Nº 80 e 88  
Telefone: 594 e 720 - Cx. P. 480

# MANIFESTO À NAÇÃO

## PRIMEIRO DIRETORIO NACIONAL DO P. LIBERTADOR

**E' o seguinte o manifesto do Partido Libertador dirigido à nação, e lido pelo presidente do P. L., deputado Raul Pilla, na sessão de encerramento da primeira convenção nacional libertadora**

### DETALHES DA SESSÃO FINAL DA CONVENÇÃO

**Na campanha presidencial que ora se está desenvolvendo, tem o Partido Libertador uma posição singular: preferiria evitá-la pela reforma constitucional que propôs e se acha em andamento no Congresso Nacional. Esta seria não só a solução mais prudente na atual conjuntura política, tão cheia de dificuldades de toda a ordem, mas também a mais razoável e acertada, considerado o problema político em toda a sua extensão e profundidade. Mas, enquanto não chega a solução preconizada, não pode o Partido Libertador cruzar os braços e desinteressar-se da sorte do país: tem de proceder dentro desse sistema condenável e condenado, que é o presidencialismo brasileiro, e procurar tirar dele como sempre o faz, os melhores resultados.**

Vem, pois, o Partido Libertador tomar a sua posição na pendência. Tratando-se de eleger o presidente da República, isto é, o homem que, pela enorme e sempre crescente soma de poderes que enfiteia, exerce virtualmente a ditadura — ditadura eleitora e periódica, mas ditadura — cumpre-lhe preferir, entre os vários candidatos, aquele de mais entrançados sentimentos democráticos e maior firmeza de caráter: mais entrançados sentimentos democráticos, porque somente estes o podem prevenir de dar à sua ditadura constitucional a maior força possível; maior firmeza de caráter, porque somente um caráter firme poderá conter, senão debelar, a desordem moral que se estende a todos os setores da vida pública.

Dois candidaturas já foram postas: as do ilustres cidadãos Eduardo Gomes e Cristiano Machado. Uma terceira, já esboçada e bem caracterizada, surgirá possivelmente em breve. Mas, pelas que ainda possam aparecer, não precisamos esperar os libertadores, para tomar partido: optamos, sem hesitar, pela de Eduardo Gomes. Estamos com ele nesta campanha, como com ele estivemos na campanha passada. Se o nosso candidato de há cinco anos não desmereceu o juízo que dele formávamos e, pelo contrário, o reforçou por seu impecável procedimento desde a derrota eleitoral, porque lhe havemos de recusar a agora o nosso voto, se ele de novo se apresenta? Candidato, por candidato, há de sempre o nosso merecer-nos mais. Para afastá-lo da nossa preferência mistir seria aparecer outro candidato que, além de possuir todos os atributos morais e intelectuais indispensáveis ao cargo, também se propuzesse por toda a sua influência a serviço da reforma constitucional por que nos batemos. E não só. Necessário se faz para essa candidatura tivesse alguma possibilidade de êxito nas urnas e não tivesse por conselheira única concorrente para a derrota do melhor candidato possível. Na situação presente o nosso candidato é, pois, e não pode deixar de ser Eduardo Gomes.

Mas, não só por já o haver sido uma vez. Agora e retomamos, porque a situação em que já o levantamos por nosso candidato está fundamentalmente inalterada. A ditadura não se extinguiu, apenas mudou de forma. Quasi as mesmas violências, e certamente a mesma, senão maior corrupção. Continua a ditadura, em parte porque lhe damos um instrumento constitucional apto ao seu exercício e, em parte, porque se entregou e poder a homens viciados nos seus processos. Não foi uma revolução a que se fez nos últimos meses de 1945: foi uma acomodação. Logo, pois, de haver se resolvido está o problema proposto, há cinco anos, pelo levantamento do nome do Brigadeiro. Não entrou o regime democrático em sua normalidade. E até o mesmo ambiente de ameaças mais ou menos veladas se está reproduzindo agora, como de outra feita. Quasi os mesmos motivos que justificavam a candidatura de Eduardo Gomes naquele ano, a estão reclamando agora. Já se tem dito, com muita verdade, ser ela uma garantia de que as eleições se farão. Se há possibilidade de mudança no triste ambiente em que se encontra o país, e se esta mudança pode depender de um homem, aí temos o homem que, por sua inteligência e, principalmente por seu caráter e seu idealismo, poderá realizar o quasi milagre. Absurdo seria esperá-lo dos conformados e, mais ainda, dos conformistas.

Fates são os motivos pelos quais o Partido Libertador se pronuncia em 1950, como se pronunciou em 1945, pela candidatura Eduardo Gomes. De lá espera tudo, quanto seja humanamente possível fazer neste país e neste regime. Mas, não tem ilusões. Se o grande cidadão puder resistir incluído à mecânica do sistema — e nós confiamos que resistirá — não estará, com isto, resolvido o problema político brasileiro. Teremos tido um bom excepcional governo, mas o problema se apresentará mais uma vez, com toda a acidez, por ocasião da nova sucessão. Não teremos saído, senão transitoriamente, do sistema de ditaduras, estrutura quaternária, agora quinquenária.

Por isto mesmo, uma coisa esperamos, cremos que temos direito de esperar do nosso grande candidato: que, levado à presidência da República, não interponha à quasi irresistível influência de cargo contra a reforma parlamentarista que ora se está tentando. Outros, para quem o poder vale mais que tudo, poderiam fazê-lo, a pretexto de preservar as prerrogativas do posto. Eduardo Gomes, que é um provado democrata e luta por dever, não pelo poder não o fará nunca e acalmará sempre o que, no uso das suas atribuições constitucionais, deliberarem os representantes da nação. Com esta fé, iremos às urnas.

**EDUARDO GOMES**

Presidente do Partido Libertador

**EDUARDO GOMES** é o candidato do Partido Libertador a presidente da República. O manifesto do Partido Libertador a respeito do candidato é o seguinte: "O Partido Libertador considera o Sr. Eduardo Gomes o melhor candidato para a presidência da República. O Sr. Eduardo Gomes é um homem de caráter firme, de alta inteligência e de profunda consciência democrática. Ele é o único candidato que representa o povo brasileiro e que luta pela reforma parlamentarista do Brasil. O Partido Libertador apoia o Sr. Eduardo Gomes e espera que ele seja eleito presidente da República em 1950." (Continua na 2ª página)

Fonte: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, p.1, 06/06/1950.

Logicamente, o tema político-partidário dominava as páginas do jornal, ao menos nessas primeiras edições: o tema está presente entre seis e oito páginas das edições dos dias 29, 30 e 31 de maio de 1950, das 16 publicadas pelo periódico. Além disso, os editoriais eram a palavra da elite libertadora, tendo às vezes até três textos sem autoria definida, que representavam o pensamento da direção da redação — e por consequência, do partido. Um indicativo de quem eram os autores dos textos consta em uma carta de Mem de Sá para Pilla, de 1951 — quando ambos dividiam a direção do impresso, um de Porto Alegre, e o outro do Rio de Janeiro, onde exercia seu mandato de

parlamentar. Na missiva, Sá pedia que Pilla continuasse mandando um texto por semana, ao menos e que a divisão estava naquele momento, em três editoriais escritos por Sá, um por Pilla, um por Henrique Fonseca de Araújo e um com revezamento entre Paulo Brossard e Heitor Galant<sup>93</sup>. Com exceção de Brossard, ainda um jovem membro da Ala Moça do PL, todos os outros eram figuras da elite partidária.

Embora tivesse o papel de reforço identitário do partido, o jornal não escapava dos conflitos internos. Quando do episódio da Declaração de Princípios, discutido no subcapítulo 3.3, o jornal, à época sob o comando de Henrique Fonseca de Araújo e sem o conhecimento de Pilla - que também era diretor da publicação - veiculou dois artigos que se posicionavam favorável a tese de valorização, no programa partidário, das discussões sobre questões sociais e econômicas. Após isso, Pilla chegou a pedir sua renúncia da direção do impresso, alegando “graves motivos de ordem política”<sup>94</sup>, no entanto, a ideia não foi para a frente. Seja como for, o jornal também era um espaço de disputas intrapartidárias, ainda que buscasse emitir a imagem de coesão e disciplina para os seus leitores-aderentes.

E como o jornal sobreviveu? Como conseguiu manter-se ao longo dos anos dessa fase? Muitas cartas do acervo de Raul Pilla tratam da situação econômica do ERG, que parece ter sido sempre dificultosa. O jornal era propriedade da Companhia Editora Riograndense. Tal empresa, criada pelos próprios libertadores, os quais eram os acionistas e dirigentes dela, tinha a função de manter e organizar financeiramente o periódico. Um dos balanços feitos por ela, do ano de 1952, demonstram o peso que a agremiação tinha em sustentar aquele órgão: nos três primeiros anos do jornal pós-democratização – 1950, 1951 e 1952 – o jornal terminou os dois primeiros com prejuízo e um pequeno lucro em 1952, mas que manteve as contas no negativo<sup>95</sup>.

Tal demonstrativo já evidencia os problemas quanto à questão econômica para a manutenção do jornal. O que levava a diversas tentativas para encontrar soluções que garantissem a continuidade do ERG. No mesmo ano de 1952, Pilla questionou Décio Martins Costa sobre a “saúde do doente” – numa referência jocosa ao jornal - e se a

---

<sup>93</sup> SÁ, Mem de. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 11/08/1951.

<sup>94</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Mem de Sá e Paulo Brossard. Rio de Janeiro 28/04/1953.

<sup>95</sup> De acordo com o balanço, publicado no próprio jornal, o ERG estava com um prejuízo de 3.937.935,80 Cruzeiros. Companhia Editora Riograndense: Relatoria da Diretoria. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, s/p, 31/12/1952.

melhora que havia tido era apenas “ilusória”<sup>96</sup>. A resposta de Martins Costa nos dá uma ideia da criatividade necessária para ter recursos econômicos:

O ESTADO DO RIO GRANDE vence os meses, ajudado por um grupo de companheiros.

A publicidade é conseguida pelos “voluntários”, o que me parece tem dado excelente resultado. Renato e eu, em excursão pelo comércio, já obtivemos dezenas de contos em contratos. É uma maneira mais fácil e honesta de conseguir numerário. O déficit que em fevereiro foi de CR\$ 120,000,00 está reduzido a CR\$ 50.000,00!! Tenho esperanças de que a continuar o trabalho, em pouco tempo estará o nosso doente em plena convalescência. Nem Mem de Sá, que há meses traz não mão lenço para atar-lhe o queixo de defunto fresco, deixa de concordar com a hipótese de viabilidade.<sup>97</sup>

Era necessário, segundo o relato do dirigente libertador e membro do Conselho Fiscal da Companhia mantenedora do ERG, buscar recursos junto a membros do partido e ir junto ao comércio buscar tais auxílios. Com tais medidas, acreditava que haveria uma melhora financeira.

Algumas vezes apelava-se até mesmo para publicidade governamental, mesmo que essa fosse gerida por um governo ao qual os libertadores faziam oposição. Ao menos esse foi o relato de Alaor Córdova, em seu depoimento ao Memorial da ALRS. Córdova trabalhou durante os dez anos da existência do jornal na República Democrática, primeiro como um jovem office-boy, depois tornou-se diretor comercial e responsável pelas assinaturas. Segundo ele, conseguiu publicar uma nota da Caixa Econômica Federal em um período em que o governo era do PTB tanto no âmbito federal quanto no estadual<sup>98</sup>, apelando, em seus argumentos, que o ERG não era só um jornal do PL, mas um jornal como qualquer outro – em outras palavras, também tinha características comerciais:

Eu vou abrir um parêntese e contar um fato pra (...): eu coloquei uma notinha social em um determinado período que eu estava no jornal naquele tempo do diretor da Caixa Econômica Federal que era do governo do PTB e nós do PL, jornal exclusivamente do PL, eu coloquei uma nota. Daí saiu uma página em todos os jornais de Porto Alegre mudando os horários dos bancos (...) então saiu uma página em todos os jornais. Então eu fui lá na Caixa Econômica Federal e disse pro Dr. Guedes: Dr. Guedes, o *Estado do Rio Grande* gostaria de publicar esse anúncio aqui, essa página. - não, Alaor! Não faz, nem fala, tu tá louco! - mas porque Dr. Guedes? - é do Partido Libertador. O governador vai me matar! - Ah, ele não vai te matar! Dr. Guedes, é jornal, Dr. Guedes. É do Partido Libertador, mas é jornal. - tá, Alaor, então tá. Eu vou te autorizar.

<sup>96</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Décio Martins Costa. Rio de Janeiro, 18/06/1952.

<sup>97</sup> COSTA, Décio Martins. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 21/06/1952.

<sup>98</sup> Córdova não cita a data, mas o mais provável é que tenha sido entre 1958 e 1960, quando Kubitschek governava o país, aliado ao PTB do vice-presidente João Goulart, e o estado era gerido por Leonel Brizola – provavelmente o governador ali citado. Subentende-se que o presidente da Caixa Econômica Federal, um órgão federal, havia sido nomeado pelo PTB do Rio Grande do Sul. Outra hipótese é que Córdova tenha confundido com a Caixa Econômica Estadual, essa sim, ligada ao governo estadual, e inclusive fundada durante o governo Brizola.

Sabe o que que eu fiz? Eu peguei a autorização, preenchi e pedi pra ele assinar. De medo, né? De medo. Aí cheguei no jornal, apresentei pro diretor – porque eu era o diretor de publicidade – apresentei pro diretor que era o então deputado Heitor Galant, apresentei pra ele: como é que tu conseguiu isso, guri? E eu era guri mesmo, tinha 21 anos: - amizade, deputado, amizade. Aí publicamos. Pra encurtar o caso pra vocês: nós pagamos um mês de salários de todos os funcionários do jornal só com o anúncio da Caixa Econômica Federal.<sup>99</sup>

Com os recursos conseguidos, Córdova alega que foi possível pagar a equipe do jornal. No entanto, não era um capital permanente, ainda considerando tratar-se de um órgão à época ligado a um governo trabalhista. Ao fim e ao cabo, indicava a dificuldade que um jornal diretamente vinculado a uma força partidária teria para angariar publicidade, em um momento que o interesse comercial era atingir o máximo possível de leitores, e não apenas em um nicho partidário.

Os acontecimentos de 24 de agosto de 1954 certamente não ajudaram a situação do ERG. Naquele dia, uma multidão saiu às ruas, em comoção devido ao suicídio de Getúlio Vargas, efetuado na madrugada daquele dia. As pessoas comuns, muitas delas, segundo Jorge Ferreira (2005, p.167), inseridas na vida social e política do país de forma recente e que se sentiam tributárias à Vargas e ao trabalhismo por isso, revoltaram-se e culpavam os opositores do presidente recém-falecido pelo seu desaparecimento, e destruíram, em várias cidades, locais que simbolizavam essa oposição. Para Ferreira, foi a revolta popular do dia 24 de agosto de 1954 que fez os adversários de Vargas recuarem de uma possível tentativa de golpe.

Em Porto Alegre, os distúrbios foram bastante fortes e um dos alvos foi a sede do PL e a redação do ERG, associados pelos populares ao antigetulismo. Sobre o evento na redação do impresso, novamente Alaor Córdova, à época um jovem funcionário do jornal, relembrou o episódio, em depoimento para o Memorial da ALRS:

Sim, estava no jornal, (...), eu era o único, todo mundo fugiu, eu fiquei sozinho, não sabia o que ia fazer, fiquei sozinho lá dentro. Quando eu vi aquela multidão se dirigindo ao jornal, eu bati a porta e fui embora e me escondi na Igreja Das Dores, na escadaria. E dois ou três dias antes nós tínhamos comprado uma bobina pra imprimir o jornal. Com o maior sacrifício do mundo, não tinha dinheiro, o jornal era pobre. (...), até ficamos devendo. Eu fiquei ali sentado, era garoto, não lembro quantos anos tinha na época, fiquei sentado, olhando. Pegaram uma bobina e botaram nos trilhos do bonde e empurraram aquela bobina e a bobina passou por mim. Eu digo: bah, nem pagamos ainda a bobina! Bom, eles destruíram algumas coisas lá dentro e eu, assim que passou a bagunça toda, voltei pra dentro do jornal e começamos a organizar tudo. Mas foi terrível, essa da bobina eu jamais vou

---

<sup>99</sup> CÓRDOVA, Alaor. Depoimento (agosto/2012). Entrevistadores: Carla Brandalise, Luiz Alberto Grijó e Marluzza Marques Harres. Porto Alegre, 2012. Acervo Particular Carla Brandalise.

esquecer, porque o sacrifício que a gente fez pra comprar aquela bobina, e passa pela tua frente, (...).<sup>100</sup>

O depoimento traz mais alguns elementos interessantes: a situação financeira do ERG ainda era precária, a julgar pela história da bobina, que, segundo Córdova, foi comprada com dificuldade, sendo que sequer havia sido paga ainda. Além de afirmar taxativamente que o jornal era pobre. Apesar disso, segundo o próprio depoente, o impresso conseguiu reerguer-se e voltar à atividade naquele mesmo ano. No entanto, era, nas palavras de Mem de Sá, um “pesadelo permanente”<sup>101</sup> do ponto de vista econômico.

Em meados de 1955, Sá relatava uma melhora na situação do ERG, especialmente pelo trabalho do novo gerente, Américo Gay<sup>102</sup>. Mas já em 1956 voltavam a ter problemas: no Congresso Estadual do PL daquele ano, Heitor Galant, então diretor junto com Pilla, faz um relato das finanças do jornal, que, se por um lado, havia conseguido comprar uma máquina rotativa nova e construído uma nova sede, por outro, não conseguia difundir-se nem mesmo entre os libertadores:

... (Galant) expôs detalhadamente as dificuldades que o jornal tem encontrado e fez sentir que ele não tem tido a circulação desejada no seio do próprio partido.

Apresentou sugestões para remover estas dificuldades principalmente nos problemas dos agentes e disse que a direção não tem recebido o numerário das assinaturas que cujo prazo atinge a avultada soma de CR\$. 1000, 000, 00, terminando por fazer um apelo aos presidentes dos diretórios municipais para que auxiliem na propagação do jornal e pagamento das assinaturas.<sup>103</sup>

O relato permite interpretar que os diretórios municipais deveriam se responsabilizar pela promoção do jornal e pelo recolhimento das assinaturas e o envio delas, os recursos das assinaturas, para a direção, na capital, e que isso não vinha acontecendo. Outro ponto era a permanência do prejuízo do periódico, ainda que tenha havido as melhorias citadas, tanto em estrutura quanto em maquinário.

Os relatos dos anos de 1959 e 1960 já denotavam que a tendência era o fechamento do jornal. Em correspondência com Martins Costa, Pilla diz não ter a quem recorrer para financiar o ERG e lamentava: estavam vencidos<sup>104</sup>:

<sup>100</sup> CÓRDOVA, Alaor. Depoimento (agosto/2012). Entrevistadores: Carla Brandalise, Luiz Alberto Grijó e Marluza Marques Harres. Porto Alegre, 2012. Acervo Particular Carla Brandalise.

<sup>101</sup> SÁ, Mem de. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 08/11/1954.

<sup>102</sup> SÁ, Mem de. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 28/05/1955.

<sup>103</sup> PARTIDO LIBERTADOR. Ata da sessão preparatória da Convenção Regional do Partido Libertador realizada em 28 e 29 de julho de 1956, na cidade de Cruz Alta, 1956.

<sup>104</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Décio Martins Costa. Rio de Janeiro, 03/09/1959.

O fechamento do jornal, se for tal decisão, explica-se facilmente na atual situação: a tremenda elevação do custo do papel e outros materiais, que levou, ainda as mais prósperas empresas, a levantar o preço dos jornais. Não havendo a possibilidade de salvar nosso tradicional órgão, parece que se justifica plenamente o abandono da luta. E tanto mais, quanto é o próprio Partido quem, pelos seus mais categorizados representantes, não sente a necessidade do jornal (...).<sup>105</sup>

Mais adiante, Pilla insistiria nessa tese com Say Marques: além da questão financeira, havia o desinteresse e o desvirtuamento, na sua visão, por parte de membros da agremiação quanto à função do jornal: estavam mais preocupados em ganhar eleitores do que em fazer aquilo que era a função do periódico oficial, na sua visão: educação política. Para ele, os dirigentes do PL – à exceção de Décio Martins Costa, que, ressaltava, fazia o que podia para salvar o ERG e mais não podia fazer devido sua condição de saúde – não tinham consciência da importância do jornal<sup>106</sup>.

Seja por razões econômicas, seja por questões de disputa partidária interna – ou, muito provavelmente, pelos dois motivos – o fato é que o jornal encerrou suas atividades em 1960. Não é possível precisar a data: Till (2004, p.105) diz ter sido no mês de junho, mas os registros da BN indicam publicações ainda nos meses de julho e agosto – mais precisamente, a última que consta é de 25 de agosto de 1960.

O jornal nunca teve grande comercialização. Embora tivesse sistema de assinaturas, também era vendido de forma avulsa. Nos registros das pesquisas nacionais de consumidores do IBOPE, referente aos jornais vespertinos mais lidos em Porto Alegre, o melhor índice do ERG foi de 2,4%, nos meses de novembro e dezembro de 1951<sup>107</sup>, contra 40% de citações para a *Folha da Tarde*, vespertino mantido pela Caldas Júnior, conglomerado que mantinha também o matutino *Correio do Povo*. Em 1955 e 1956 ainda era citado, mesmo tendo uma nova concorrência, o jornal *A Hora*. Em 1955<sup>108</sup>, o ERG teve 2% de citações, contra 1% de *A Hora*, enquanto a *Folha da Tarde* seguia muito à frente na preferência dos entrevistados, com 57%. Já no ano seguinte<sup>109</sup>, o ERG caiu para 1%, mas o concorrente direto sequer teve citação. Já o vespertino da Caldas Júnior aumentou seu índice para 68%. Todavia, em 1957, *A Hora* foi adquirido pelo Diário Associados, de Assis Chateaubriand e proprietário do matutino *Diário de Notícias* (DE GRANDI, 2005, p.96) e sob nova direção, cresceu, chegando a 14% das

<sup>105</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Décio Martins Costa. Rio de Janeiro, 03/09/1959.

<sup>106</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Say Marques. Rio de Janeiro, 16/02/1960. A íntegra dessa carta encontra em Rodrigues Till (2004, p.106-107)

<sup>107</sup> IBOPE. Serviço X Nacional 004. Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP.

<sup>108</sup> IBOPE. Serviço X Nacional 006. Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP.

<sup>109</sup> Fundo IBOPE. Serviço X Nacional 006. Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP.

citações em dezembro de 1958<sup>110</sup>, enquanto o ERG deixou de ser citado pelos entrevistados até 1960, ano do seu encerramento.

A retomada do ERG, foi, portanto, uma tentativa dos libertadores de ter uma tecnologia partidária capaz de fortalecer a agremiação e garantir a manutenção da sua identidade coletiva. Da mesma forma, tentou adaptar-se aos novos tempos, investindo, dentro do possível, em publicações que atraíssem os leitores comuns e, dessa forma, atraindo novos aderentes. Se obteve sucesso, seria necessária uma pesquisa mais ampla e aprofundada, o que não era o intuito aqui. De qualquer forma, os libertadores fizeram essa tentativa em um momento não tão propício para esse tipo de mídia, ao menos no sentido político-partidário, concorrendo com grandes empresas de comunicação, com muito mais recursos econômicos para atuar e investir. Talvez o momento político e comunicacional não tenha sido favorável ao projeto, ainda que tenha resistido por dez anos.

### **1.3. As lideranças do PL pós-1945: uma análise prosopográfica**

Para conhecer um partido político é importante termos conhecimento, ainda que de forma breve, sobre os indivíduos que constroem, através de suas atividades, tanto internas quanto externas, a agremiação. Para tal empreitada, se utilizará aqui o método prosopográfico, também chamado de biografias coletivas<sup>111</sup>. Como aponta Lawrence Stone (2011), trata-se de um método que busca, através de características comuns de um determinado grupo, investigá-los de forma uniforme, buscando indícios e vestígios não perceptíveis em uma análise individual desses sujeitos. Para Christophe Charle (2018), refere-se à definição de “uma população com base em um ou vários critérios e estabelecer a seu respeito um questionário biográfico, cujas diversas variáveis e critérios servirão para descrever sua dinâmica social, privada ou pública, cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário adotados” (CHARLE, 2018, p. 127).

Em direção semelhante, Flávio Heinz (2006) aponta que tal instrumento metodológico permite ao historiador fazer uma sociologia no passado dos grupos de elite: as biografias coletivas possibilitam compreender as propriedades sociais de uma determinada elite ou classe política tais como características em comum, elaborar perfis sociais de determinados grupos – políticos, profissionais ou coletividades em geral “(...)

---

<sup>110</sup> Fundo IBOPE. Serviço X Nacional 008. Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP.

<sup>111</sup> Ressalta-se que a análise aqui proposta se refere aos libertadores do Rio Grande do Sul no período entre 1945 e 1964.

dando destaque aos mecanismos coletivos – de recrutamento, seleção e de reprodução social – que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira) dos indivíduos” (HEINZ, 2006, p.9).

Nesse trabalho: adota-se a concepção de *elite* de Wright-Mills (1985, p.64-66): a elite se caracteriza principalmente pelas posições ocupadas nas instituições. São aqueles que ocupam o topo da hierarquia das organizações sociais, políticas, econômicas etc. Tais posições são estratégicas pois são posições formais e que somente são alcançadas pois tais membros pertencem a círculos sociais que lhes permitem adquirir os recursos necessários – sociais, educacionais etc. – para atingir tal posição. A partir dessa disposição, os elementos de uma elite conquistam prestígio e poder, e na posição de mando, tomam decisões estratégicas e que têm consequências na vida daqueles que estão abaixo hierarquicamente.

Conforme Codato (2015), é possível adaptar o instrumental de Wright Mills – produzido para compreender a elite econômica, política e militar dos Estados Unidos da América – para outras instituições tais como os partidos políticos. Com referência ao PL, se aplicará aqui o termo elite política quanto aos indivíduos estudados por entender que se trata do grupo de líderes libertadores que exerceram o poder de forma efetiva dentro da agremiação – parlamentares e dirigentes partidários. Em outras palavras, que detinham posições de poder e de tomada de decisões dentro da organização partidária.

Sobre o grupo delimitado para a pesquisa, optou-se pela análise dos libertadores que exerceram algum cargo eletivo em nível estadual e/ou federal ao longo do período da República Democrática, no Rio Grande do Sul. Ou seja, grupos que tiveram protagonismo eleitoral e, portanto, grupos de reputação e de posição de poder (CODATO, 2015, p.16-18). Em suma, a elite parlamentar libertadora, ainda que muitos deles tenham tido também posições de dirigentes na agremiação. Tal escolha deveu-se especialmente pela facilidade de acesso a informações desses indivíduos e porque permite conhecer aqueles que tinham algum grau de influência e prestígio internamente, ao ponto de serem indicados, nas diferentes esferas e órgãos partidários internos, para concorrerem a tais cargos. A única exceção, acrescentada por ter exercido, no período estudado, a presidência do diretório sul-rio-grandense foi Décio Martins Costa, ainda que o mesmo tenha sido deputado estadual no período do “velho” PL (1935-1937) e tenha concorrido ao cargo de governador em 1947 e de senador em 1950. Sua influência e seu capital político dentro da legenda permitiu essa prerrogativa. Dessa forma, chegou-se a uma lista de 26 membros do PL:

**Quadro 2: Membros do PL/RS que exerceram algum cargo eletivo entre 1945 e 1964**

<b>NOME</b>	<b>CARGOS E/OU POSIÇÕES PARTIDÁRIAS</b>
<b>Adão Henrique Fett</b>	Deputado Estadual (1960-1963)
<b>Amadeu Ferreira Weinmann</b>	Deputado Estadual (1955-1959)
<b>Antônio Maria da Silva Filho</b>	Deputado Estadual (1947-1951)
<b>Armando Câmara</b>	Senador (1954-1956)
<b>Cândido Norberto</b>	Deputado Estadual (1959-1963) <sup>112</sup>
<b>Carlos de Brito Velho</b>	Deputado Estadual (1947-1951); Deputado Federal (1963-1967; 1967-1969)
<b>Dário Beltrão</b>	Deputado Estadual (1963-1967)
<b>Décio Martins Costa</b>	Deputado Estadual (1935-1937); Presidente do Diretório do Rio Grande do Sul do PL (1951-1963)
<b>Edgar Luís Schneider</b>	Deputado Estadual (1926; 1935-1937; 1947-1951); Deputado Federal (1955-1956)
<b>Francisco Solano Borges</b>	Deputado Estadual (1951-1955; 1955-1959; 1959-1963; 1963-1967)
<b>Getúlio Marcantônio</b>	Deputado Estadual (1959-1963; 1963-1967; 1967-1971; 1971-1975)
<b>Gudbem B.Castanheira</b>	Deputado Estadual (1959-1963; 1963-1967)
<b>Heitor Galant</b>	Deputado Estadual (1951-1955; 1955-1959; 1959-1963)
<b>Hélio Alves de Oliveira</b>	Deputado Estadual (1951-1954)
<b>Henrique Fonseca de Araújo</b>	Deputado Estadual (1947-1951; 1955)
<b>Honório Pereira Severo</b>	Deputado Estadual (1963-1967)
<b>José Pereira Coelho de Souza</b>	Deputado Federal (1951-1955; 1955-1959; 1959-1963)
<b>Lucídio Ramos</b>	Deputado Federal (1956-1959)
<b>Manoel Braga Gastal</b>	Deputado Estadual (1955-1959; 1960)

<sup>112</sup> Legislatura que exerceu enquanto parlamentar eleito pelo PL. Também esteve presente nas legislaturas de 1951-1955 e 1955-1959 eleito pelo PSB e de 1963-1966 pelo MTR.

<b>Mário de Lima Beck</b>	Deputado Estadual (1951-1955; 1955-1959)
<b>Mem de Sá</b>	Deputado Estadual (1947-1951; 1951-1955); Senador (1956-1963; 1963-1971)
<b>Norberto H.Schmidt</b>	Deputado Estadual (1951-1955; 1955-1959); Deputado Federal (1961-1967; 1967-1971; 1971-1975; 1975-1979)
<b>Othon Blessmann</b>	Deputado Estadual (1954-1955)
<b>Orlando da Cunha Carlos</b>	Deputado Estadual (1949-1950); Presidente do Diretório do Rio Grande do Sul do PL (1963-1965)
<b>Paulo Brossard</b>	Deputado Estadual (1955-1959; 1959-1963; 1963-1967)
<b>Raul Pilla</b>	Deputado Federal (1946-1951; 1951-1955; 1955-1959; 1959-1963; 1963-1966); Deputado Estadual (1935-1937); Presidente do Diretório do Rio Grande do Sul do PL (1945-1951); Presidente do Diretório Nacional do PL (1945-1965)

Quadro elaborado pelo autor

O trabalho prosopográfico autoriza ao pesquisador ser o “seu próprio estatístico” (CHARLE, 2006, p.31): ou seja, cabe a ele a coleta e a organização dos dados a partir das mais diferentes fontes para produzir o seu próprio banco de dados. Seguindo esse método, utilizou-se, aqui, as mais diversas fontes e vestígios sobre os personagens selecionados. Desde a imprensa escrita, com os jornais pesquisados como o *Correio do Povo*, o *Diário de Notícias* e o *Estado do Rio Grande*, bem como as memórias, biografias e depoimentos de vários desses atores políticos ou de pessoas próximas a eles, a maioria delas citadas nesse trabalho. A partir da leitura dessas fontes, foi possível levantar-se várias informações sobre os políticos libertadores pesquisados e organizá-la em um banco de dados.

Com base nesse material produzido, foi possível perceber as regularidades e tendências desse grupo e de suas trajetórias, através de diferentes variáveis tais como o local e a data de nascimento, a ocupação profissional, a formação escolar e universitária, a base eleitoral, os cargos partidários, os cargos eletivos e os cargos administrativos. Além disso, tal biografia coletiva será eventualmente comparada com outros estudos de elite política visando notar semelhanças e diferenças entre o PL de 1945-1964 e esses outros casos. Nesse sentido, terá importância o comparativo com o PL entre 1928 e

1933, através do estudo de Rodrigo Dal Forno (2020, p.98-127). Também serão feitos paralelos com trabalhos relativos a elites políticas do período da República Democrática como o de Heinz (2005), referente aos deputados estaduais sul-rio-grandenses, a tese de Sandra do Amaral (2005), que mapeou e analisou a elite política do Rio Grande do Sul dos primeiros anos pós-Estado Novo – entre 1945 e 1947 - e um artigo de Letícia Cânedo (2002) sobre as elites políticas de São Paulo e Minas Gerais de 1945-1964.

Um primeiro dado a se analisar quanto aos libertadores aqui estudados é bastante eloquente: os 26 estudados são homens. Comparando com o estudo de Dal Forno (2020, p.102-103) quanto aos libertadores dos anos 1920 e 1930, o resultado é idêntico – dos 44 líderes estudados por esse pesquisador, também eram todos do gênero masculino, o que pode indicar que, embora tivesse havido avanços quanto a participação feminina na política entre os anos 1930 e o período entre 1940 e 1960, com o sufrágio das mulheres tornando-se uma realidade consolidada, a inserção delas nos partidos políticos – e especificamente no PL - ainda era escassa e marginalizada. Mesmo em cargos partidários, a única mulher que se encontrou registro foi Natércia da Cunha Silveira, que teve postos no Diretório Nacional e no do Distrito Federal, como se verá mais adiante. Todavia, no Rio Grande do Sul não foi encontrado nenhum registro.

Embora os caminhos para as mulheres fossem mais difíceis, isso não impediu, no período democrático, algumas delas de ao menos tentarem se candidatar. No caso do PL sul-rio-grandense, foram verificadas três candidaturas femininas nos pleitos estaduais: Natércia da Cunha Silveira, candidata a deputada federal em 1945 e Marieta da Cunha Silva e Maria Luiza de Almeida Vieira, candidatas a deputadas estaduais em 1947 e 1954, respectivamente<sup>113</sup>. Cabe lembrar também que foi nesse período que foi eleita a primeira deputada estadual no estado: Suely de Oliveira, do PTB, eleita pela primeira vez em 1950 e reeleita nos pleitos de 1954, 1958, 1962, 1966 e 1970<sup>114</sup>.

Quanto à origem étnica, percebe-se algumas nuances interessantes. Dos sobrenomes paternos dos 26 líderes, foi possível elaborar os seguintes dados:

---

<sup>113</sup> TSE. *Estatísticas Eleitorais*.

<sup>114</sup> Sobre Suely de Oliveira, autores que trabalharam com sua trajetória como Céli Pinto (2014) e Maura Bombardelli e Douglas Angeli (2022) destacam que sua ascensão política esteve relacionada a sua profissão – Oliveira era professora - e sua consequente defesa das pautas ligadas ao magistério e seu capital delegado, ao fazer uso do nome de Getúlio Vargas em suas campanhas. O que não diminui o seu pioneirismo enquanto primeira mulher parlamentar na assembleia gaúcha, considerando que ela teve de adquirir as competências necessárias para atuar na tribuna em um ambiente dominado por homens e, por certo, enfrentar barreiras construídas por essa elite masculina devido a sua condição de gênero.

**Tabela 1: Origem dos sobrenomes paternos dos membros do PL/RS**

<b>ORIGEM</b>	<b>NÚMERO DE INDIVÍDUOS</b>	<b>%</b>
<b>Portuguesa</b>	15	57,7%
<b>Alemã</b>	6	23,1%
<b>Italiana</b>	3	11,5%
<b>Francesa</b>	2	7,7%
<b>TOTAL</b>	26	100%

Tabela elaborada pelo autor

A comparação possível com os dados de Dal Forno (2020, p. 103) – em que pese as possíveis diferenças das amostras – indica a manutenção da predominância dos sobrenomes lusos – enquanto entre 1928-1933 representavam 53,48% da amostragem, aqui houve um pequeno aumento relativo, para 57,7%. Todavia, houve um razoável aumento de lideranças de procedência ítalo-germânica: juntos, representavam 26% nos primeiros anos do partido, durante a Primeira República (16,7% italianos e 9,3% alemães). Já no grupo pesquisado aqui são 34,6%, com predomínio germânico. Mesmo no número total, há mais descendentes de alemães no período 1945-1964 no PL – são seis: Adão Fett, Amadeu Weinmann, Edgar Luiz Schneider, Mário de Lima Beck, Norberto Schmidt e Othon Blessmann – contra quatro do período estudado por Dal Forno.

Esses dados indicam a manutenção de um padrão de origem lusa, vinculada às elites políticas e econômicas predominantes no estado, ligadas à produção pecuária. O que conectava a própria formação do PL em 1928, ligada à elite estancieira da região da Campanha e do sul do Rio Grande do Sul. Todavia, havia uma mudança em curso na composição socioeconômica gaúcha, com a inserção cada vez maior dos elementos ligados aos imigrantes italianos e alemães e seus descendentes. Essa inserção se dava, primeiramente, na economia, com o advento da indústria e do comércio sob o controle dessa nova elite, oriunda das regiões ditas coloniais, entre os anos 1920 e 1930. Como bem aponta Pesavento (1980, p.191.194), esse capital econômico dos descendentes de imigrantes é convertido em capital político, levando muitos deles para a arena política a partir da democratização de 1945, tornando-se uma nova força nas disputas políticas.

Essa informação ajuda também a compreender como o PL conseguiu ter penetração nessas áreas. René Gertz (2020, p.452-457) lembra que a historiografia clássica costuma indicar uma “incompatibilidade” entre o PTB e a zona colonial. Ou seja, que o partido trabalhista teria pouca penetração naquelas localidades e precisava

aliar-se a partidos como o PRP, pois esses teriam força entre os ítalo-germânicos. Todavia, o autor mostra que a realidade não era bem essa e o PTB não só tinha boas votações em muitos municípios da região colonial, como também tinha candidatos representativos e com eleitorado consistente, ao ponto de elegerem-se. Ainda que o PL não tenha sofrido a mesma acusação de incompatibilidade, o comum é associar o partido a região da campanha, devido sua origem entre os grandes estancieiros. Taufer (2008, p.69) insiste nessa tese, mesmo para o período democrático pós-1945:

Outra característica fundamental do PL que o mesmo manteve desde a sua fundação em 1928, são os fortes vínculos com os interesses agropecuários dos grandes proprietários rurais, especialmente da região da Campanha Gaúcha (...), tanto é que dessa região vinha grande parte de suas lideranças, bem como a grande maioria de seus votos, desde as eleições da República Velha até as últimas eleições do período democrático de 1962 (TAUFER, 2008, p.69).

Tal afirmativa, como se verá, não resiste aos dados do período. Além disso, ignora que os libertadores em 1945 expandiram sua atuação, alcançando outras regiões, através de novas demandas e mediações, inclusive na região colonial, ainda que o PL tivesse votações expressivas nas regiões fronteiriças. Com relação às regiões ditas coloniais, três exemplos são bastante elucidativos da atuação libertadora: o primeiro refere-se a um indivíduo de sobrenome luso: Décio Martins Costa. Embora viesse de uma família de importantes juristas de Porto Alegre, ao se formar em medicina, preferiu iniciar sua trajetória profissional no município de Lajeado/RS, local majoritariamente habitado por descendentes de alemães, no ano de 1922. Atuou na região até 1928 e, ao que os indícios demonstram, foi um mediador dos libertadores ali, buscando angariar apoios e adesões, chegando mesmo a ser candidato a prefeito em 1927, conforme diz uma reportagem da *Revista do Globo*, quando da sua candidatura ao governo estadual, em 1947: “Ao receber o diploma de médico em 1922, ele foi clinicar em Taquari e Lajeado, *militando em todos os diretórios libertadores daquela zona* e dos cinco anos seguintes, até se candidatar ao cargo de prefeito de Lajeado, em 1927”<sup>115</sup>.

De acordo com Mem de Sá, não só militar entre os libertadores, mas também inserir-se naquele meio, construindo capital de notoriedade e popularidade através de sua atuação como médico e de sua capacidade de construir relações de confiança com o seu público:

---

<sup>115</sup> MARTINS, Justino. Doutor Décio: retrato do candidato da União Democrática Nacional e do Partido Libertador ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. *Revista do Globo*. Porto Alegre, p.25-31, 21/12/1946.

O jovem brasileiro (Martins Costa) possuía as chaves para abrir as portas e os corações dos teutos: era brincalhão, *destituído de preconceitos ou esnobismos*, companheiro sempre pronto para participar de um churrasco, de uma roda de chope, de uma noitada de baile, de um “kerb”, fosse onde fosse. (...).

Num tal ambiente, médico de clínica absorvente, desprendido e humanitário, *cobrando apenas o que o cliente pudesse pagar, ou nada cobrando e ainda tirando do seu bolso o dinheiro dos remédios e outras necessidades para aqueles que nada tinham*, Décio, em breve, passou a ser primeira figura da cidade, procurado para curar os doentes e aconselhar a quantos enfrentavam problemas de qualquer espécie. Nascera líder. *E era líder das cidades e vilas onde clinicava. Daí tornar-se líder político foi um passo*, que deu sem sentir. (SÁ, 1974, p.150, itálicos nossos).

Mem de Sá indica esse papel mediador de Martins Costa: ao dizer que tratava os locais sem “preconceitos ou esnobismos”, certamente referia-se ao fato de que os imigrantes e descendentes ainda eram vistos com desconfiança pela elite política sul-rio-grandense. Ao tratá-los como iguais, segundo Sá, Martins Costa dismantelava essas possíveis desconfianças e ganhava o apreço e o crédito deles. Ainda havia a prática de não cobrar pelas suas consultas ou mesmo ajudar financeiramente os seus pacientes, o que lhe dava maior notoriedade e circulação entre as lideranças políticas locais e a própria população. Cumpria, dessa forma, esse papel de mediador, buscando adesões aos libertadores através dessas ações. Tendo esses dados, não surpreende que Martins Costa tenha tido boas votações, quando candidato a governador em 1947, em municípios daquela região, sendo o segundo mais votado na Junta 32, que reunia Lajeado e Arroio do Meio, na Junta 43, em Rio Pardo, na Junta 45, correspondente aos municípios de Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul e na Junta 63, de Taquari. Todos, municípios de colonização alemã.

**Tabela 2: Eleição para governador do Rio Grande do Sul – 1947 – juntas 32, 43, 45 e 63**

CANDIDATOS	TOTAL - VOTOS	TOTAL - %	JUNTA 32 - VOTOS	JUNTA 32 - %	JUNTA 43 - VOTOS	JUNTA 43 - %	JUNTA 45 - VOTOS	JUNTA 45 - %	JUNTA 63 - VOTOS	JUNTA 63 - %
<b>Walter Jobim – PSD</b>	229.129	42,17	5551	52,4	2005	44,2	7965	56,1	1814	45,2
<b>Alberto Pasqualini – PTB</b>	209.164	38,49	1904	18	1203	26,5	2615	18,4	581	14,5
<b>Décio Martins Costa - PL</b>	105.062	19,34	3147	29,6	1325	29,3	3618	25,5	1619	40,3
<b>TOTAL</b>	543.355	100	10602	100	4533	100	14198	100	4014	100

Fonte: NUPERGS/UFRGS

Embora no pleito em geral estivesse muito atrás tanto de Jobim quanto de Pasqualini, nessas localidades Martins Costa teve um considerável desempenho, superando a candidatura petebista e sendo derrotado apenas pelo candidato do PSD. Um dos possíveis fatores para esses resultados foi a sua inserção naquele meio em meados dos anos 1920 e os contatos que manteve ao longo do tempo.

Outros dois casos também tiveram sucesso em regiões coloniais: Norberto Schmidt e Othon Blessmann. O primeiro elegeu-se deputado estadual por dois pleitos consecutivos – 1950 e 1954 - era natural de Santa Cruz do Sul/RS, seu reduto eleitoral e local de forte presença de descendentes germânicos – dentre os quais, ele próprio. Suas votações no município eram expressivas, sendo nas duas eleições o segundo mais votado, conquistando em torno de 20% dos sufrágios, perdendo apenas para outra liderança local, o petebista Siegfried Heuser (GUIMARÃES, 2020, p. 59 e 80).

Já Blessmann não chegou a eleger-se como titular na Assembleia Legislativa, atuando em duas legislaturas na condição de suplente: a primeira, entre 1954 e 1955, assumindo a vaga aberta com a renúncia de Hélio Alves de Oliveira e entre 1955 e 1958, na ausência do titular Henrique Fonseca de Araújo, que havia assumido o cargo de chefe da Procuradoria-Geral do Estado no governo Meneghetti. Blessmann já era uma figura conhecida em São Leopoldo, com ligações junto a grupos do período do Estado Novo favoráveis ao processo de nacionalização daquele regime, que atingiu imigrantes e descendentes de alemães, de italianos e de japoneses (GERTZ, 2020, p.448). Ainda, vinha de uma família tradicional local, tendo parentesco com outro ex-deputado estadual, Luís Francisco Guerra Blessmann, que exerceu seu mandato entre 1935 e 1937, pelo PRL.

Blessmann teve boas performances em São Leopoldo, área também vinculada à colonização germânica e sua base eleitoral. No pleito de 1950, dos seus 2227 votos, que lhe garantiam a segunda suplência, 1771 vieram da junta 60, que continha os votos de São Leopoldo e Novo Hamburgo. Já em 1954, Blessmann fez 3258 votos, dos quais 2604 eram do seu município-base – a partir desse pleito, os votos passaram a ser discriminados por cada município. Indicações, portanto, da sua força eleitoral naquela localidade.

Outro ponto a se destacar é o aspecto geracional. Dos 26 membros aqui estudados, foi possível identificar o ano de nascimento de 22 deles, sendo assim distribuídos:

**Tabela 3: Período de nascimento dos membros do PL/RS (1945-1964)**

<b>PERÍODO DE NASCIMENTO</b>	<b>NÚMERO DE INDIVÍDUOS</b>	<b>%</b>
<b>1900-1920</b>	12	46,2%
<b>1920-1940</b>	5	19,2%
<b>1880-1900</b>	5	19,2%
<b>Não identificados</b>	4	15,4%
<b>TOTAL</b>	26	100%

Tabela elaborada pelo autor

O primeiro dado perceptível é que mais de 65% dessa elite parlamentar libertadora nasceu já no século XX, enquanto quase 20% eram ainda oriundos do século XIX. Tal situação demonstra que estava havendo mudanças geracionais em meio ao período democrático. Se compararmos com os dados de Sandra do Amaral (2005, p.241-243), referentes a elite política do Rio Grande do Sul no período 1945-1947, percebe-se um equilíbrio entre os nascidos entre 1881-1900 e os que nasceram após 1900: os primeiros tinham 50% dos indivíduos, enquanto o segundo tinha 48,4%. A autora não estudou os resultados após 1947, mas é provável que houvesse uma substituição de posições, com a geração pós-1900 superando a oitocentista. Como aqui o interesse era analisar os libertadores durante toda a República Democrática, acabou aparecendo mais claramente esse predomínio.

Desses nascidos no século XX, a primazia é daqueles que vão ser chamados aqui de *segunda geração*, referentes àqueles nascidos entre 1900 e 1920. Desses, boa parte teve sua iniciação política entre os anos 1920 e 1930, ou seja, em meio aos turbulentos anos finais do domínio do PRR no Rio Grande do Sul e ao Movimento de 1930, do qual o próprio PL, então aliado aos republicanos, teve importante participação. Muitos deles já tinham algum vínculo com os libertadores e com os assististas, embora estivessem longe de terem algum protagonismo partidário ou mesmo sequer tivesse ligação direta com o partido naquele instante: Décio Martins Costa (1900-1963) terá sua primeira experiência política com a sua candidatura a prefeito de Lajeado, em 1927, já citada aqui e na qual saiu derrotado. Passará a ter alguma relevância quando se elegeu deputado estadual, em 1935. Mem de Sá (1905-1989) entrou no seio libertador, de fato, em 1928, quando tornou-se secretário de Raul Pilla – mesmo ano em que formou-se na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Até 1937, vai exercer papel importante em outro meio partidário, o periódico *Estado do Rio Grande*, no qual será diretor durante um

certo período. Foi ainda Chefe de Gabinete de Pilla na curta passagem desse pela Secretária da Agricultura, em 1936. No entanto, a atuação político-partidária, de fato, vai ter apenas após 1945.

Outros desse grupo darão início a sua atuação dentro do PL apenas nos anos 1930, mas assim como Sá e Martins Costa, ganharão destaque mesmo após 1945: são os casos de Amadeu Weinmann (1907-1984), que inseriu-se na ala moça libertadora naquela década (WEINMANN, s/d, p.50); Carlos de Brito Velho (1912-1998) já comunicava-se como membro partidário com o seu professor da Faculdade de Medicina, Raul Pilla, nesse período (DAL FORNO, 2020, p.272); já Henrique Fonseca de Araújo teve atuação como promotor público em Cachoeira do Sul e em Ijuí, município no qual envolveu-se com a política local, tendo atuado como membro do Conselho Administrativo da localidade, em 1938<sup>116</sup> (VIANNA, 2011, p.180; 368). Trata-se de casos em que todos os citados iniciavam um acúmulo de capitais políticos que seriam usados posteriormente.

Alguns terão alguma participação apenas após 1945, como Adão Henrique Fett (1904-1984), que iniciou sua trajetória política como candidato a vice-prefeito do município de Estrela, em 1947; Francisco Solano Borges (1915-2003), por sua vez, foi candidato a prefeito de Jaguari, no mesmo ano e Manoel Braga Gastal (1916-2007) elegeu-se vereador em Porto Alegre, também em 1947.

Depois há um empate entre aqueles que aqui serão nomeados como *primeira geração* (1880-1900) – ou seja, os veteranos libertadores, nascidos ainda no século XIX – e a *terceira geração* (1920-1940), os mais jovens e que tiveram seu batismo político já em 1945 e as primeiras vivências políticas no Estado Novo ou mesmo no pós-democratização. Com relação aos veteranos, destacam-se figuras que participaram da refundação do partido em 1945, como Raul Pilla (1892-1973) e Lucídio Ramos (1891-1965). Outro era Edgar Luís Schneider (1893-1963), que embora não tenha sido um dos fundadores do PL de 1945, já era membro do partido durante a 1ª República.

Já os outros dois nomes, não tinham vínculo histórico com o partido, embora tivessem atuação política e intelectual desde ao menos os anos 1920: Um era Armando Câmara (1898-1975), cuja ligação com o PL deu-se apenas entre 1954 e 1956, ano em

---

<sup>116</sup> O Departamento Administrado do Estado (DAE) – transformado em Conselho Administrativo do Estado (CAE), em 1943 – cobria as funções antes destinadas ao Poder Legislativo. Com o fechamento desse, coube a esse conselho, com membros nomeados pelo interventor estadual. Assim como na esfera estadual, os municípios também tinham seus Conselhos Administrativos, que tinham essa função legislativa. Sobre o CAE, ver Dilan Camargo (2020). Sobre os municípios sul-rio-grandenses durante o Estado Novo, ver Eliane Colussi (1996).

que se elegeu e exerceu o cargo de Senador da República. Membro da chamada “geração católica” e ferrenho anticomunista, Câmara destacava-se por suas atividades junto à Liga Eleitoral Católica (LEC) visando selecionar os candidatos aos quais os católicos podiam votar. Sua candidatura, em 1954, teve o intuito de fortalecer a Frente Democrática (FD) no embate com o PTB.

Por sua vez, José Pereira Coelho de Souza (1898-1982) teve sua trajetória política inicial ligada ao PRR e ao PRL durante os anos 1920 e 1930, sendo inclusive um dos membros da dissidência liberal que apoiou Vargas em 1937. No Estado Novo, foi secretário de Educação entre 1937 e 1945 e ainda participou da fundação do PSD sul-rio-grandense, em 1945 (COSTA, 1983, p.11-24).

Quanto a Souza, cabe um adendo sobre sua entrada no PL: sua adesão se deu em 1946. Em carta, comunicava ter renunciado a possibilidade de uma eleição certa para deputado federal pelo PSD para aderir a um partido que “só pode oferecer renúncias, sacrifícios e lutas”<sup>117</sup>. Com sua trajetória, o que levou Coelho de Souza ao PL? É possível que, diferentemente do que havia afirmado, ele não teria o espaço esperado dentro do PSD, optando, assim, pelos libertadores. Embora com um passado “getulista”, Pilla possivelmente olhou antes para a questão pragmática do que ideológica, percebendo na inserção de Souza uma adesão que poderia gerar recursos políticos – o que se confirmou, uma vez que se tornou uma figura importante, além de ter sido eleito deputado federal por três legislaturas. É importante também ressaltar que Coelho de Souza foi colega de membros do PL durante sua formação escolar no Ginásio Anchieta, especialmente de Décio Martins Costa, com quem construiu amizade desde a época escolar, conforme ele mesmo relatou<sup>118</sup>. Um outro ponto chama a atenção, mas não foi possível averiguar mais detalhes: a notícia do *Correio do Povo* fala em *reingresso* de Coelho de Souza, o que sugere alguma participação anterior dele junto aos libertadores. A única menção referente a isso foi notada na entrevista de Mem de Sá ao NUPERGS, em que diz que Coelho de Souza havia sido presidente da mocidade libertadora na Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1924 e depois teria abandonado o partido, e só

---

<sup>117</sup> Reingressou no P.L. o Dr. Coelho de Souza. *Correio do Povo*. Porto Alegre, p.14 e 4, 19/11/1946.

<sup>118</sup> Quando da morte de Martins Costa, em agosto de 1963, Coelho de Souza publicou um artigo no *Correio do Povo* em homenagem àquele. Nela, relata o início da amizade de ambos, no Ginásio Anchieta. COELHO DE SOUZA, José Pereira. Morreu um homem. *Correio do Povo*. Porto Alegre, p.4, 01/09/1963.

retornado em 1946<sup>119</sup>. Não foi possível encontrar os motivos desse rompimento. Seja como for, embora afastado, Souza tinha algumas ligações políticas e pessoais com os libertadores, que o permitiram retornar ao partido.

Retomando o tema das gerações da elite libertadora, essa primeira geração, embora tivesse o mesmo número de indivíduos da terceira geração, estava em processo de saídas da vida pública, enquanto os mais jovens começavam a ocupar esses espaços. Dos veteranos, apenas Pilla estava na arena política às vésperas do golpe de 1964: Schneider renunciou à cadeira de deputado federal em 1956 e faleceu em 1963; Lucídio Ramos candidatou-se pela última vez em 1958, ao cargo de deputado federal, conquistando a suplência. Faleceu em 1965; Câmara renunciou ao Senado em 1956 e não se envolveu mais em eleições, não ao menos como candidato; Coelho de Souza encerrou seu último mandato na Câmara Federal em 1963, não se candidatando mais.

Nisso surgiam novos políticos como Paulo Brossard Pinto de Sousa (1924-2015), cuja inserção política deu-se quando era estudante da Faculdade de Direito de Porto Alegre em meados dos anos 1940, tornando-se membro da mocidade acadêmica do PL<sup>120</sup>. Candidatou-se a deputado estadual em 1947 e 1950, sem sucesso, até conseguir sua primeira vitória em 1954; Honório Severo (1929-2012) também entrou através da ala moça do partido, sendo seu presidente em 1950<sup>121</sup>. Sua primeira eleição, para deputado estadual, ocorreu em 1962, já próximo da ruptura democrática; Gudbem Castanheira (1926-2012) elegeu-se pela primeira vez em 1958, também para a Assembleia Legislativa; Getúlio Marcantônio (1930-2010) também era fruto da ala moça partidária, a qual presidiu em 1958 e 1959<sup>122</sup> e da qual foi indicado para uma candidatura para Assembleia Legislativa ainda em 1958, elegendendo-se pela primeira vez. O único caso não ligado diretamente ao PL era o de Cândido Norberto (1925-2009), cuja candidatura pelo PL foi em 1958, mas já tinha uma trajetória anterior no PSB e depois terá no MTR<sup>123</sup>.

Em suma, havia o predomínio de uma geração intermediária, com alguma experiência política e um momento de “troca de bastão” entre uma geração mais

---

<sup>119</sup> Na entrevista, ele cita 1947, mas a fonte principal, a matéria já citada do CP, seu retorno foi em novembro de 1946. SÁ, Mem de. Depoimento (1977). Entrevistador: Hégio Trindade. Porto Alegre, 1977. Acervo de História Oral. NUPERGS/UFRGS.

<sup>120</sup> Já em 1946 existem várias referências a Brossard atuando no Departamento Universitário do PL, que depois tornou-se a Ala Moça do PL. O PL e a campanha de oposição. *Correio do Povo*. Porto Alegre, p.10, 18/10/1946.

<sup>121</sup> Convenção Estadual da Ala Moça do PL. *Correio do Povo*. Porto Alegre, p.5, 14/05/1950.

<sup>122</sup> Reuniu-se ontem a Ala Moça do PL. *Correio do Povo*. Porto Alegre, p.7, 18/03/1958.

<sup>123</sup> Sua atuação no PL será tratada no capítulo 4.

veterana, com experiência política praticamente desde o início do século XX, por uma nova geração, adaptada àquela experiência democrática e que fazia uso das possibilidades postas pela própria legenda. Nesse ponto, cabe destacar o papel da ala moça do PL no recrutamento dessa nova geração. Tal transição, que se somava à ascensão de algumas dessas jovens lideranças – especialmente Paulo Brossard, que começava a ganhar papel de destaque no partido nos anos 1960 - sofrerá uma ruptura com o encerramento da República Democrática, em 1964. Mesmo em partidos como o PL, que em sua maioria, apoiaram o rompimento democrático.

Um tema bastante interessante sobre o PL é com relação ao perfil geográfico dessas lideranças. Para esse tema, ressaltou-se dois aspectos: o local de nascimento – foram encontradas informações de 22 dos 26 pesquisados – e base eleitoral – das quais foi possível averiguar de 24 dos 26 através do banco de dados eleitorais do NUPERGS/UFRGS, em que está discriminada a votação por municípios do Rio Grande do Sul. As tabelas abaixo mostram a divisão regional<sup>124</sup> dessas duas variáveis.

**Tabela 4: Local de nascimento dos membros do PL/RS (1945-1964)**

<b>REGIÃO</b>	<b>Nº DE MEMBROS*</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>%</b>
<b>Metropolitana</b>	Porto Alegre (8), Montenegro (1)	9	34,6%
<b>Central</b>	Santa Maria (2), Santiago (1), Bom Retiro do Sul (1), Santa Cruz do Sul (1), Cachoeira do Sul (1)	6	23,1%
<b>Sudoeste/Campanha</b>	Bagé (2), Alegrete (1), Dom Pedrito (1), São Gabriel (1)	5	19,2%
<b>Nordeste</b>	Vacaria (1)	1	3,8%
<b>Noroeste</b>	Cruz Alta (1)	1	3,8%
<b>Sudeste</b>	-	0	0%
<b>Não Identificados</b>	-	4	15,4%
<b>TOTAL</b>		26	100%

Tabela elaborada pelo autor

\*Número entre parênteses representa os indivíduos nascidos naquela localidade.

<sup>124</sup> A divisão usada aqui difere das utilizadas por Amaral (2005) e Dal Forno (2020). Optou-se por usar a classificação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os anos de 1989 e 2017. Ela divide o Rio Grande do Sul em 6 regiões: Metropolitana, Central, Noroeste, Nordeste, Sudoeste/Campanha e Sudeste. Nas tabelas, estarão os municípios referentes ao nascimento e/ou base eleitoral da elite libertadora de cada região.

**Tabela 5: Base Eleitoral dos membros do PL/RS (1945-1964)**

<b>REGIÃO</b>	<b>Nº DE MEMBROS*</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>%</b>
<b>Metropolitana</b>	Porto Alegre (7), Montenegro (1), São Leopoldo (1)	9	34,6%
<b>Central</b>	Estrela (1), Taquari (1), Jaguari (1), Tupanciretã (1), Santa Cruz do Sul (1), Cachoeira do Sul (1)	6	23,1%
<b>Noroeste</b>	Ijuí (2), Santo Ângelo (1), Soledade (1), Cruz Alta (1)	5	19,2%
<b>Sudoeste/Campanha</b>	Bagé (1), Alegrete (1), Dom Pedrito (1)	3	11,5%
<b>Nordeste</b>	Vacaria (1)	1	3,8%
<b>Sudeste</b>	-	0	0%
<b>Não Identificados</b>	-	2	7,7%
<b>TOTAL</b>		26	100%

Tabela elaborada pelo autor

\*Número entre parênteses representa quantos tem base eleitoral naquela localidade.

Dal Forno (2020, p.116-118) identificou, para o período 1928-1933, uma diversidade regional, desmistificando a tese da hegemonia da região da Campanha como base quase exclusiva dos libertadores. No período 1945-1964, o mesmo ocorreu, talvez até com mais intensidade uma vez que o partido, desde o Congresso de 1945, preocupou-se em espalhar-se por várias regiões do estado, aproveitando as bases já existentes em diferentes municípios. Como referido anteriormente, houve perdas naquela disputa com o grupo que optou pelo PSD, mas, ainda assim, o partido conseguiu expandir seus diretórios para as mais diferentes localidades.

Taufer (2008), em seu trabalho sobre o partido, insiste na relação quase umbilical entre os libertadores e a região da Campanha. De fato, há um vínculo com a elite estancieira dessa região com os assististas e com os libertadores nos anos 1920, dando uma importante base para atuação partidária. Muitas das lideranças são daquela região e tem seus recursos e capitais advindos dali. Muitos votos, mesmo depois de 1945, vinham da Campanha, mas não se pode reduzir a ação da agremiação apenas àquela elite econômica e política. Trindade e Noll (2004, p.63-65) já mostravam que, na eleição de 1929, embora a maioria dos votos libertadores estivessem concentrados ali, havia ampliação para outras áreas.

Para o período democrático, isso é mais evidente, lembrando ainda que o PL ressurgente não é exatamente o mesmo que encerrou suas atividades em 1937. Tampouco o Rio Grande do Sul era o mesmo, pois passava por um processo de diversificação e integração econômica com o resto do Brasil, que se reflete em uma maior industrialização e urbanização (MÜLLER, 1979). Tal situação se refletirá tanto

no eleitorado, mais urbano e ligado aos novos grupos sociais como os trabalhadores, os setores médios liberais etc., quanto nas elites partidárias, uma vez que essas terão de atender esses novos setores sociais. Se uma agremiação queria crescer, ia precisar sair de seus redutos específicos e avançar em outras áreas.

Não por acaso tanto a base eleitoral quanto o local de nascimento da maioria da elite partidária eram a região metropolitana, especialmente a capital, Porto Alegre. Como lembra Dal Forno (2020, p.177), a capital era o centro político e econômico do Rio Grande do Sul. Era ali que as principais decisões relacionadas ao estado eram tomadas, logo, era ali que a elite partidária precisava estar presente. Dentre os líderes nascidos e com atividades em Porto Alegre, pode-se destacar Raul Pilla, Décio Martins Costa, Mem de Sá, Edgar Luís Schneider, entre outros.

Desses, nenhum tinha sequer raízes na região da Campanha e suas heranças e capitais familiares vinham de outras áreas: Pilla era filho de imigrantes italianos, que viviam do comércio em Porto Alegre, assim como Schneider, com a diferença que esse vinha de uma família de imigrantes alemães (DAL FORNO, 2020, p.108); Martins Costa era de uma tradicional família de advogados e professores da Faculdade de Direito de Porto Alegre – seu pai, José de Almeida Martins Costa Jr., foi um dos fundadores dessa instituição (GRIJÓ, 2017, p.191-200) e seus irmãos – Camilo Martins Costa e José Luiz de Almeida Martins Costa - também tiveram atuação jurídica e universitária; Mem de Sá, por sua vez, também tinha uma origem vinculada mais aos setores médios: seu pai era militar e seu avô, advogado. Outro fator sobre Martins Costa e Sá é que suas famílias tinham origem em outro estado: o primeiro era filho de um alagoano e o segundo, de um fluminense.

Um dado interessante é que, muitas vezes, essa base eleitoral estava localizada em alguns nichos da capital, indicando também a diversidade populacional dela, quando se trata de um grande centro urbano. Mem de Sá e Coelho de Souza possuíam um eleitorado considerável entre a população descendente de judeus. Segundo Sá (1981, p.101-103), esse apoio tinha relação com o seu posicionamento favorável à formação do Estado de Israel<sup>125</sup> após uma entrevista em uma rádio, em 1947. Depois dela, foi procurado por membros da comunidade judaica porto-alegrense, que o convidaram a

---

<sup>125</sup> Com o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, iniciou-se um longo debate em torno da formação de um estado para os judeus. Concomitantemente, o movimento sionista, que defendia a formação do estado de Israel na região da Palestina, iniciou um movimento pela independência naquela região, em 1948, o que levou ao conflito com os árabes que ali viviam. Sobre a crise e a guerra israelo-palestina e suas repercussões entre os judeus do Rio Grande do Sul nos anos 1940 e 1950, ver Carlos Bartel (2006).

“participar da batalha”, na qual aceitou, o que, de acordo com ele, lhe garantiu o apoio israelita, ao ponto de agradecer que não precisava da Liga Eleitoral Católica – LEC - para eleger-se, pois tinha a LEI – a Liga Eleitoral Israelita – ao seu lado (SÁ, 1981, p.102). Bartel (2006, p.91; 157) cita várias participações de Mem de Sá em eventos das organizações judaicas de Porto Alegre, confirmando essa relação.

Coelho de Souza, por sua vez, estabeleceu relações com a comunidade desde sua passagem pela Secretaria da Educação no Estado Novo. Durante a política de nacionalização estadonovista, a pasta chefiada por Souza buscou impor nas comunidades ítalo-germânicas-nipônicas do estado a adoção da língua portuguesa e de símbolos nacionais brasileiros, em detrimento do uso, por esses grupos, de costumes e valores das nações de sua origem ou de sua descendência. Tal política, feita através de métodos educativos e repressivos, teve como pretexto, de acordo com Gertz (1998, p.63-77), o temor de que os imigrantes e seus descendentes fossem, na realidade, grupos infiltrados pelos regimes nazifascistas do período, que estavam no poder justamente na Itália, na Alemanha e no Japão. Souza foi a face “educativa” dessa política, ainda que muitas vezes andasse junto com a face “repressiva”, simbolizada na figura do chefe de polícia do Rio Grande do Sul, Aurélio da Silva Py (GERTZ, 1998, p.65). Segundo Carlos Bartel (2006, p.88) Souza agiu muitas vezes em parceria com a comunidade judaica no combate aos grupos nazistas e integralistas sul-rio-grandenses. Por isso, manteve uma relação de proximidade com esses grupos, tendo até mesmo uma biblioteca com seu nome em uma entidade cultural sionista (BARTEL, p.87) e candidatando-se eventualmente em “dobradinha” com membros dessa comunidade<sup>126</sup>.

Retomando as regiões, a Central também era local de origem e eleitoral de vários libertadores. Tal dado reflete o relativo sucesso da expansão partidária<sup>127</sup>, conseguindo formar lideranças naquelas localidades, que incluíam alguns lugares

---

<sup>126</sup> Na campanha de 1958, uma das propagandas publicadas falava sobre o “Comitê Independente Pró-Candidaturas” de Coelho de Souza e Isaac Siminovich. Souza era candidato a reeleição para a Câmara, enquanto Siminovich tentava o primeiro mandato como deputado estadual. Curiosamente esse não era membro do PL, mas da UDN. A propaganda citava a relação de Souza com a comunidade judaica, o fato dele ser patrono da biblioteca do Circulo Social Israelita e que ele havia combatido o nazifascismo no Rio Grande do Sul. Siminovich, de acordo com Bartel (2006, p.123) era advogado e dirigente da Organização Sionista Unificada do Rio Grande do Sul. Apêndice: Comitê Independente Pró-Candidaturas Dr. Coelho de Souza e Dr. Isaac Siminovich. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.18, 28/09/1958.

<sup>127</sup> A expansão partidária no estado era uma preocupação presente desde as primeiras reuniões partidárias. Um exemplo foi a Convenção realizada em 31 de agosto e 1 de setembro, organizada pelos Diretórios Municipais de Santa Maria e São Gabriel e que contou com a presença de lideranças como Pilla, Martins Costa, Mem de Sá, entre outros. O evento contou com 30 diretórios municipais presentes, além das alas universitária, feminina e dos trabalhadores libertadores. Um exemplo da mobilização levada a cabo pela agremiação no sentido de expandir-se regionalmente e também de recrutamento. Congresso Regional do Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.4, 04/09/1946.

coloniais, como era o caso de Santa Cruz do Sul, já mencionada aqui, com a atuação de Norberto Schmidt. Havia ainda uma tradicional liderança, partícipe da fundação do PL de 1945 e já atuante nos anos 1920 e 1930: Orlando da Cunha Carlos, que era natural e tinha sua base em Cachoeira do Sul.

Como base eleitoral, o Noroeste desponta com 5 indivíduos, embora apenas um tenha nascido na região: Lucídio Ramos, de Cruz Alta. Todavia, muitos membros consolidaram suas carreiras naquela região, embora não fossem naturais de lá. Uma hipótese para esse fenômeno foi dada por Luiz Antônio Carlos Machado Dias em depoimento ao livro biográfico de Amadeu Weinmann. Dias era amigo do Weinmann e filho de um libertador do município de Giruá. Segundo ele, muitos libertadores foram para a região norte do estado vindos da Campanha, fugindo das perseguições feitas por Borges de Medeiros aos federalistas após a Guerra Civil de 1923 (WEINMANN, s/d, p.72-73). Seja como for, havia também casos de indivíduos que iam para essas cidades em busca de oportunidades, muitos deles já ligados ao PL e a Raul Pilla. Era o caso do próprio Weinmann, que, nascido em Santa Maria, se fixou em Ijuí para trabalhar como médico – ele havia sido aluno de Pilla na Faculdade de Medicina. Fixou residência e acabou tornando-se uma figura local importante, angariando capitais que permitiram sua eleição como deputado estadual em 1954. Henrique Fonseca de Araújo era porto-alegrense de nascimento, mas foi durante sua passagem por Ijuí como promotor público que abriu as portas para sua carreira política, como já comentado.

A Campanha tem apenas a terceira posição como local de nascimento, com 5 membros, mas apenas 3 tinham como base eleitoral a região, sendo a quarta colocada nesse quesito. Curiosamente, dois deles eram da terceira geração: Paulo Brossard, natural de Bagé, e Honório Severo, de Dom Pedrito. Havia ainda Heitor Galant, de Alegrete. Com exceção do último, ao qual não foi possível encontrar muitas informações sobre sua família, Brossard e Severo vinham de famílias de proprietários rurais, o que corrobora o peso das estâncias no recrutamento político dos libertadores da Campanha. Também buscaram o diploma universitário como forma de ascender politicamente, para além das heranças familiares (GRIJÓ, 1998, p.78).

Para encerrar, ainda há dois casos de nascimento na região da Campanha, mas que a base eleitoral acabou sendo outra: Manoel Braga Gastal e Cândido Norberto. O primeiro nasceu em São Gabriel e o segundo, em Bagé, mas ambos ascenderam politicamente reconvertendo seus capitais de popularidade e notoriedade de bem-sucedidos e populares comunicadores nas rádios porto-alegrenses. Gastal era locutor na

Rádio Farroupilha quando se candidatou a vereador de Porto Alegre em 1947, alcançando a suplência pelo PL. Já Norberto popularizou-se nos microfones da Rádio Gaúcha antes da sua primeira eleição como deputado estadual, em 1950, pelo PSB.

Por fim, cabem algumas palavras sobre as regiões Nordeste e Sudeste. Na primeira, tratava-se de uma região em que o PL teve pouca penetração ao longo do período democrático<sup>128</sup>. Não por acaso, o único representante local era Getúlio Marcantônio, nascido e com base política em Vacaria. Embora seus capitais viessem também de sua atuação local como advogado, sua inserção nas disputas eleitorais se deu mais pela sua força e influência dentro da ala moça libertadora, como já mencionado. Já a região Sudeste, cujo centro principal é o município de Pelotas, era a única em que o PL não teve uma liderança eleita para cargos eletivos estaduais ou federais. Nesse caso, representava uma diferença considerável em relação à elite libertadora dos anos 1920 e 1930. Como lembra Dal Forno (2020, p.117), Pelotas era um importante núcleo oposicionista naquele momento:

Na mesma região, outro município possuía grande importância: Pelotas, sede de um dos grupos de correligionários mais atuantes, tais como, Anacleto Firpo, Antunes Maciel, Bruno Mendonça Lima, Edmundo Berchon e Urbano Garcia. A cidade também era local de um dos órgãos de imprensa de maior prestígio e longevidade na causa oposicionista, o jornal *O Libertador*, aspectos que tornavam o local espaço de influência central nos interesses e decisões assumidas pelo partido (DAL FORNO, 2020, p.117).

Dos citados, o único que mantinha alguma participação política era Anacleto Firpo, mas com ações bastante discretas, servindo mais como um confidente de Pilla e de Martins Costa do que propriamente articulando ações partidárias – ainda que tenha presidido em determinado momento o diretório pelotense<sup>129</sup>. Há várias menções em cartas presentes no acervo de Pilla da situação do PL pelotense, em que afirmavam que estavam lutando para reerguer a agremiação naquela localidade. Um exemplo foi a fala do líder da ala moça libertadora local, Marcino Motta, em que comunicava Pilla que os moços estavam lutando para “reerguer do esquecimento” o partido, mas que o “espírito libertador” não havia morrido<sup>130</sup>. Por que houve essa alteração? Não há como saber sem uma investigação mais profunda, mas pode-se pensar em algumas hipóteses, como as

<sup>128</sup> Ao se analisar as votações do PL nos pleitos para deputados estaduais entre 1947 e 1962, conforme os dados disponibilizados pelo banco de dados do NUPERGS/UFRGS, a região Nordeste era a que o partido tinha votações mais baixas, em geral sendo superado não apenas por PTB e PSD, mas também pelo PRP – o que ocorreu em 1947, 1950 e 1962. Nessa última, o PL foi apenas a 5ª força local, superado também pelo PDC. Apenas em 1954 e 1958, o PL foi a 3ª força.

<sup>129</sup> Relação dos Diretórios Municipais do Partido Libertador, neste estado. Agosto de 1950, jornal desconhecido.

<sup>130</sup> MOTTA, Marcino. Destinatário: Raul Pilla. Pelotas/RS, 04/04/1955.

rápidas transformações econômicas vividas naquela região, que alteraram o quadro político ou mesmo a ausência de lideranças mais vocais, seja pela falta de uma nova geração libertadora local após 1945, seja porque os líderes anteriores ao Estado Novo optaram por deixar a vida política ou tenham preferido outras organizações partidárias. Seja como for, o Sudeste sul-rio-grandense tornou-se um lugar hostil aos libertadores entre 1945 e 1964.

Sobre a formação escolar da elite libertadora, podemos perceber o seguinte quadro dos 15 membros em que foi possível identificar essa variável, quanto ao tipo de escola – confessional-religiosa, pública e militar – e quanto à localidade dessa formação:

**Tabela 6: Tipo de escola frequentada pelos membros do PL/RS (1945-1964)**

<b>TIPO DE ESCOLA</b>	<b>Nº DE MEMBROS</b>	<b>%</b>
<b>Confessional</b>	6	23,1%
<b>Confessional/pública</b>	4	15,4%
<b>Pública</b>	3	11,5%
<b>Militar</b>	1	3,8%
<b>Militar/Confessional</b>	1	3,8%
<b>Não Identificados</b>	11	42,3%
<b>TOTAL</b>	26	100%

Tabela elaborada pelo autor

**Tabela 7: Localidade das escolas frequentadas pelos membros do PL/RS (1945-1964)**

<b>LOCALIDADE</b>	<b>Nº DE MEMBROS</b>	<b>%</b>
<b>Porto Alegre/RS</b>	8	30,8%
<b>Santa Maria/RS</b>	1	3,8%
<b>Bagé/RS</b>	1	3,8%
<b>São Leopoldo/RS</b>	1	3,8%
<b>Santa Cruz do Sul/RS</b>	1	3,8%
<b>Rio de Janeiro/RJ e Porto Alegre/RS</b>	1	3,8%
<b>Santa Maria/RS e Porto Alegre/RS</b>	1	3,8%
<b>Bagé/RS e Porto Alegre/RS</b>	1	3,8%
<b>Não Identificados</b>	11	42,3%
<b>TOTAL</b>	26	100%

Tabela elaborada pelo autor

Alguns dados são bastante elucidativos. Em primeiro lugar, a maioria estudou em escolas confessionais. Seis deles tiveram sua formação completa em escolas religiosas, outros quatro dividiram a formação com outro tipo de escola, sendo três em escolas públicas e um em escola militar. Ou seja, dos 15, 11 tiveram algum tipo de educação religiosa. Tal informação vai ao encontro da ação política da chamada “geração católica” nos partidos políticos gaúchos durante a República Democrática. Conforme citado por autores como Trindade (1982), Coradini (2003), Monteiro (2011)

e Grijó (2017), tratava-se de um grupo de lideranças oriundos da elite econômica, política e intelectual do Rio Grande do Sul que tiveram sua formação nesses ambientes escolares.

Para os mesmos autores, mais do que uma formação escolar, esses indivíduos estavam inseridos em um projeto liderado pelos grupos religiosos mantenedores desses educandários e pelo qual lutariam na arena política, universitária e cultural. Tal tema será aprofundado no subcapítulo 3.2, mas cabe aqui ressaltar que o alto índice de libertadores com tal histórico estudantil confirma a força desse laicato católico dentro da agremiação, o que também vai ao encontro do que Lorena Monteiro (2011, p.220) afirma: a “geração católica” preocupou-se em adentrar nas forças político-partidárias surgidas pós-1945 para tentar introduzir suas demandas no debate político através deles. O PL foi um dos partidos em que houve essa inserção.

Dos grupos religiosos mais influentes estavam os jesuítas, que controlavam o tradicional Ginásio Anchieta, de Porto Alegre. Dessa escola tiveram a formação completa ou em partes sete dos 11 que passaram por escolas confessionais: Armando Câmara, Carlos de Brito Velho, Décio Martins Costa, Getúlio Marcantônio, José Pereira Coelho de Souza, Manoel Braga Gastal e Mem de Sá. Desses, destaca-se alguns líderes relevantes nos bastidores partidários entre os anos 1940, 1950 e 1960 como Martins Costa, Mem de Sá, Brito Velho e Coelho de Souza. Também teve uma formação jesuítica Amadeu Weinmann. Todavia, seus estudos se deram no Seminário de São Leopoldo/RS, local em que fora colega de Alberto Pasqualini. Dos outros três, dois tiveram formação salesiana<sup>131</sup>: Honório Severo e Paulo Brossard, que estudaram no Colégio Auxiliadora, de Bagé/RS. Já Norberto Schmidt teve educação marista<sup>132</sup> no Liceu São Luís, de Santa Cruz do Sul/RS.

No entanto, havia também membros com formação em escolas públicas, com outro tipo de formação doutrinária em relação às confessionais. Nesse sentido, cabe referenciar a força do Colégio Júlio de Castilhos, de Porto Alegre/RS. Uma das escolas

---

<sup>131</sup> A congregação católica salesiana foi fundada por São João Bosco, hoje conhecido como Dom Bosco no século XIX, em Turim, Itália. Sua expansão se deu ainda no século XIX, chegando no Brasil no final desse século, a pedido de religiosos brasileiros visando a instituição do projeto pedagógico dessa congregação no território. Sobre os salesianos, ver Silvana Pittilo (2017).

<sup>132</sup> A congregação católica marista foi fundada em 1816 pelo padre francês Marcelin Joseph Benoît Champagnat, com intuito de “levar a verdade da fé” para aqueles que não tinham ouvido falar em Deus, o que demonstra o interesse para a educação confessional da congregação. Assim como outras congregações, a chegada dos maristas no Brasil deu-se sob pedido de bispos brasileiros. Os primeiros maristas chegaram no Rio de Janeiro em 1897. Sobre os maristas, ver Washington Abadio da Silva (2017, p.9-49).

públicas mais tradicionais do Rio Grande do Sul, fundada em 1900 inicialmente como escola preparatória para a Escola de Engenharia de Porto Alegre, tornou-se um ginásio escolar em 1905. A partir de 1908 recebeu o nome do primeiro governador republicano do Estado – até então era chamado de Ginásio Rio Grande (CUNHA, 2016, p.34-38) e tornou-se uma das escolas mais requisitadas do Rio Grande do Sul. Não por acaso, destaca Luciana Cunha (2016, p.35), estudar no Júlio de Castilhos foi, por muito tempo, “sinônimo de prestígio social”, ao ponto de estudantes do interior virem para Porto Alegre para poderem estudar naquele instituto.

Se Getúlio Vargas, Leonel Brizola e outras grandes personagens políticas sul-rio-grandenses passaram pelo Júlio de Castilhos, não foi diferente entre os libertadores. Dos sete membros que estudaram em escolas públicas civis, cinco tiveram passagem naquela prestigiosa escola: Edgar Luís Schneider, Getúlio Marcantônio, Mem de Sá, Paulo Brossard e Raul Pilla. Marcantônio, Mem de Sá e Brossard também tiveram experiência em escolas confessionais, mas Schneider e Pilla tiveram sua formação completa ali. Para o último, inclusive, a escola teria sido fundamental, segundo suas palavras, para a sua formação política, uma vez que foi por influência de um dos seus professores, o jornalista e escritor Apeles Porto Alegre, que se tornou parlamentarista (BUENO, 2006, p.55-56).

É provável que tais diferenças na formação escolar tenham sido um dos fatores de conflitos como aqueles destacados no subcapítulo 3.2, especialmente entre lideranças como Pilla – oriundo de uma escola pública – e Martins Costa, Mem de Sá e outros, vindos de uma formação confessional. Além dos cinco membros que estudaram no Colégio Júlio de Castilhos, outros dois indivíduos estudaram em escola pública, ambos no mesmo educandário, o Ginásio Santa Maria, no município homônimo da região central gaúcha. Manoel Braga Gastal iniciou seus estudos lá, mas os concluiu no Ginásio Anchieta, em Porto Alegre. Já Francisco Solano Borges completou seu percurso escolar naquela escola.

Destaca-se ainda a presença de dois políticos que tiveram formação em escolas militares. Curiosamente, são os dois *outsiders* – integrantes sem vínculos orgânicos com o partido e que tiveram uma curta ligação com o PL - entre os 26 indivíduos aqui estudados: Armando Câmara, que iniciou sua formação em escola militar, possivelmente influenciado pela trajetória familiar: Câmara era neto de José Antônio Correia da Câmara, o visconde de Pelotas, que fora marechal do Exército e participou

da Guerra do Paraguai (1865-1870)<sup>133</sup>. Todavia, completou sua formação no Ginásio Anchieta. Embora não tivesse um vínculo orgânico com os libertadores, era bastante influente entre a elite partidária, com a qual estabeleceu relações justamente na instituição jesuítica, seja como colega, seja como professor. O outro trata-se de Cândido Norberto, que estudou no Colégio Militar de Porto Alegre e do Rio de Janeiro<sup>134</sup>. Como será visto no subcapítulo 4.3., Norberto só esteve no PL entre os anos de 1954 e 1958.

Por fim, cabe uma breve explanação sobre a localidade das instituições escolares. Pela tabela 8 vê-se que oito dos membros da elite do PL entre 1945 e 1964 tiveram sua formação em Porto Alegre. Além disso, outros iniciaram ou terminaram na capital sul-rio-grandense. Apenas quatro completaram o percurso escolar no interior do Estado. Tal variável exemplifica a centralidade de Porto Alegre para as elites gaúchas, não apenas no aspecto político e econômico, mas também cultural, pois era do interesse desses grupos que seus filhos fizessem seus estudos em Porto Alegre. Tal centralidade levava a formação de novas redes de contato e de capitais que poderiam ser explorados no futuro.

Quanto à formação superior/universitária desses libertadores, dos 26 membros, apenas de 4 indivíduos não foi possível especificar formação ou se tinha, de fato, feito e concluído um curso universitário. As informações colhidas apontam para os seguintes dados:

**Tabela 8: Formação superior dos membros do PL/RS (1945-1964)**

<b>CURSO</b>	<b>Nº DE MEMBROS</b>	<b>%</b>
<b>Direito</b>	15	57,7%
<b>Medicina</b>	4	15,4%
<b>Direito/Jornalismo</b>	1	3,8%
<b>Militar</b>	1	3,8%
<b>Sem Formação Superior</b>	1	3,8%
<b>Não Identificados</b>	4	15,4%
<b>Total</b>	26	100%

Tabela elaborada pelo autor

Os números apontam para um predomínio dos bacharéis em Direito, representando quase 60% dos membros da elite libertadora. Se for considerar o único caso com duas graduações – Cândido Norberto, que era formado tanto em Direito quanto em Jornalismo – se ultrapassa esse índice. Em suma, os bacharéis predominavam frente às outras formações. A Medicina era a segunda formação com

<sup>133</sup> *DHBB*, FGV. Verbete: Armando Pereira da Câmara.

<sup>134</sup> CHAVES, Ricardo. O talento de Cândido Norberto. *GZH*, 05/07/2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2017/07/o-talento-de-candido-norberto-9832860.html>. Acesso em: 24/12/2022.

mais representantes: quatro, o que equivalia a pouco mais de 15% dos pesquisados. Depois havia um jornalista – que também era formado em Direito – o já citado Cândido Norberto, um militar da Aeronáutica (Adão Fett) e um sem formação superior, mas com formação técnica em contabilidade (Norberto Schmidt).

A formação em Direito ser preponderante não era uma novidade entre as elites políticas. Tratava-se de um recurso comum e de um investimento em capitais sociais, econômicos e culturais que podiam ser convertidos em capitais políticos graças ao prestígio social que a formação jurídica garantia ao seu detentor. Permitia, ainda, o acesso a cargos públicos e era um meio de ascensão social, sendo uma forma de abrir as portas da sociedade, como bem apontou Luiz Alberto Grijó (1998, p.78), quando analisou os membros da chamada “Geração de 1907”. Era um meio de legitimação da ação política devido a posição social alcançada e aos conhecimentos adquiridos com a formação jurídica, conforme lembra Diego Almeida (2019, p.639-640), em sua análise da trajetória de Alberto Pasqualini. Letícia Cãnedo (2002, p.186-187) define a graduação em Direito como a “marca do interessado na política” pois é ali que se adquire não apenas o domínio da retórica e da capacidade de falar em público, mas os próprios conhecimentos jurídicos, fundamental para o trabalho político.

O que pode ser visto como uma novidade no caso do PL é que o domínio da formação jurídica se tornou quase hegemônico se comparado com os dados de Dal Forno (2020, p.110-113) sobre o PL de 1928-1933, em que havia um equilíbrio entre o Direito e a Medicina. De acordo com os dados apresentados por esse autor, nesse período, dos 39 pesquisados, 18 eram bacharéis em Direito e 15 eram médicos. Em que pese algumas diferenças metodológicas entre as amostras daquele pesquisador e os dessa tese, trata-se de uma variação bastante considerável.

Segundo Dal Forno, a partir do trabalho de Felipe Vieira (2009) - que versa sobre a formação do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul - uma das hipóteses para a alta presença de formados em medicina entre os libertadores era o antigo conflito entre essa classe profissional e o PRR. De acordo com a constituição sul-rio-grandense de 1891, não era exigido diploma para o exercício dessa profissão. Era a chamada “liberdade profissional”. Muitos médicos formados, descontentes com a ausência da regulamentação profissional e sofrendo a concorrência de indivíduos que exerciam a medicina sem ter habilitação para tal - os conhecidos como “práticos”. A questão da “liberdade profissional” levou a organização de muitos médicos no sentido de fazerem

críticas e buscarem, através de reuniões e formações de organizações como o próprio Sindicato Médico, a regulamentação profissional.

Dessa forma, conclui Dal Forno, "... é notável uma combinação de interesses e críticas de setores da classe médica com o grupo político oposicionista no âmbito estadual, fazendo com que muitos dos médicos viessem a construir vínculos com o PL..." (DAL FORNO, 2020, p.112). Além disso, o contato entre esses médicos na faculdade também permitiu a formação de redes de contato e de aproximações que influenciaram nas decisões políticas deles. Os quatro médicos da amostra eram, de uma forma ou outra, ligados a essas questões: Raul Pilla e Décio Martins Costa foram membros do Sindicato Médico, sendo o primeiro um dos grandes críticos da "liberdade profissional" ainda nos anos 1920<sup>135</sup>, época em que já era professor na Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Já Amadeu Weinmann e Carlos de Brito Velho foram alunos tanto de Pilla quanto de Martins Costa na universidade.

O que havia mudado e levou a uma redução do número de clínicos formados entre os libertadores no período 1945-1964? Uma hipótese é de que com a regulamentação da medicina existente desde 1932, através do decreto 20.931, de 11 de janeiro de 1932, durante o governo provisório de Vargas e posto em prática no Rio Grande do Sul a partir de 1938 (KUMMER, 2002, p.100), um dos motivos que colocavam em oposição os médicos e os republicanos haviam se encerrado. Ainda, desde 1930, libertadores e republicanos estavam unidos na Frente Única, o que havia amenizado consideravelmente os conflitos entre essas duas forças, uma vez que nos anos 1930 foram marcados por uma reconfiguração das forças políticas sul-rio-grandenses. É possível que esses fatores tenham levado a uma menor participação de médicos entre os libertadores. O conflito entre a classe médica e a força política dominante nos anos 1920 aproximou aqueles da oposição aos republicanos, o que pode ter contribuído para uma menor participação dos médicos no PL.

Os dados também encontram correspondência com outras pesquisas prosopográficas sobre as elites políticas na República Democrática. Cãnedo (2002), ao estudar as elites políticas de São Paulo e de Minas Gerais, destaca o papel da formação em Direito. Na sua amostra, dos 11 membros da elite política paulista, nada menos que oito eram bacharéis em Direito, enquanto apenas um era médico de formação. Quanto

---

<sup>135</sup> Segundo Vieira (2009, p.40-43) Pilla era um dos mais ferozes críticos da liberdade profissional, usando muitas vezes sua coluna *Microscópio*, no jornal *Correio do Povo*, para tecer considerações e defender a regulamentação do exercício da Medicina.

aos 11 da elite mineira, esses números se repetem: oito advogados, um médico e dois com outras formações (CÂNEDO, 2002, p.174-175). Quanto à escol nos primeiros anos da democratização de 1945 no Rio Grande do Sul, apontados por Sandra do Amaral (2005, p.230), também há um monopólio dos bacharéis: dos 63 pesquisados pela autora, 41 tinham formação jurídica. A Medicina vinha a seguir, com apenas oito indivíduos. Já na análise de Heinz (2005) sobre os deputados estaduais na Assembleia Legislativa gaúcha entre 1945 e 1964, em todas as legislaturas o domínio foi dos advogados. O menor índice foi na primeira legislatura pós-democratização, de 1947 a 1951, em que 21 dos 33 deputados com formação superior eram bacharéis em Direito. Em 1959-1963 esse número chegou a 33 advogados dos 36 com formação superior. Os médicos tiveram sua maior aparição também entre 1947 e 1951, com seis entre os 33 identificados, mas na seguinte – 1951 a 1955 - teve seu pior desempenho: apenas um médico entre os 33 deputados estaduais com formação superior.

Em suma, no período 1945-1964, o PL estava em conformidade com os dados em geral das elites político-partidárias daquele momento: tinha o predomínio dos formados em Direito, seguido dos médicos, com um número bastante inferior. Ainda que os médicos tivessem uma participação importante na trajetória do partido devido ao histórico vinculado a lutas da classe médica contra as oposições do PL nos anos 1920 e 1930. Nada menos que o presidente nacional e o estadual do partido e fundadores do PL pós-1945 vinham dessa época e eram médicos: Raul Pilla e Décio Martins Costa, respectivamente.

Para encerrar o tema da formação universitária, convém algumas palavras sobre a localidade em que se deu esses estudos. Dos 22 que foram identificados, foi possível descobrir a localização das formações de 19. Desses, apenas duas não se deram em Porto Alegre, justamente aqueles que não tinham formação superior: Adão Henrique Fett, que se formou militar da Aeronáutica no Rio de Janeiro; e Norberto Schmidt, que formou técnico perito-contador no Liceu São Luís, em Santa Cruz do Sul/RS. Todos os outros tiveram sua formação na Faculdade de Direito ou na Faculdade de Medicina da capital sul-rio-grandense.

O dado revela a centralidade desses ambientes universitários e o provável meio em que a maioria dessas lideranças entraram em contato e começaram a formar suas redes de relações e de amizade. Muitos deles foram colegas, outros foram alunos e começaram a se aproximar de professores que tinham vínculos políticos – nesse sentido o caso mais notório era o de Brito Velho e Pilla, o que foi lembrado pelo segundo em

seu discurso de despedida da FAMED<sup>136</sup>. Ao fim e ao cabo, o meio universitário foi também a forma de introdução política de muitas dessas lideranças: Paulo Brossard, por exemplo, foi bastante ativo no Movimento Estudantil: segundo ele próprio, ocupou a presidência da Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre (FEUPA) em 1946 (VALLS, 2004, p.38).

Por fim, a variável ocupação, referente ao que esses indivíduos faziam profissionalmente à margem da política partidária – ainda que as duas situações frequentemente se chocassem, afinal, muitas vezes, era a partir da atuação profissional que se tornava possível adentrar no meio político – nos oferece um conjunto de dados bastante rico para conhecer essa elite partidária. Dos 26 políticos libertadores pesquisados, apenas de um não foi encontrada ocupação profissional. Boa parte deles tinham duas ou mais ocupações, como pode ser visto na tabela abaixo:

**Tabela 9: Número de ocupações dos membros do PL/RS (1945-1964)**

<b>Nº DE OCUPAÇÕES</b>	<b>Nº DE MEMBROS</b>	<b>%</b>
<b>Duas</b>	10	38,6%
<b>Uma</b>	7	26,9%
<b>Três</b>	7	26,9%
<b>Quatro</b>	1	3,8%
<b>Não Identificado</b>	1	3,8%
<b>TOTAL</b>	26	100%

Tabela elaborada pelo autor

As informações mostram que, em geral, esses políticos tinham ao menos duas ocupações profissionais: 18 deles se dividiam entre dois ou mais afazeres, o que significa quase 70% da amostra. Abaixo, consta a tabela das ocupações. Quanto a mesma, cabe uma explicação: optou-se aqui por destacar todas as atividades realizadas pelos agentes pesquisados, uma vez que, de uma forma ou outra, elas tiveram papel no aprendizado político dessas lideranças. Dessa forma, se considerará todas as ocupações daqueles que exerciam duas ou mais, o que levou ao número de 53 ocupações realizadas pelos 26 personagens.

<sup>136</sup> Brito Velho foi um dos oradores na cerimônia de aposentadoria de Pilla como professor universitário da FAMED, em 1962. O título do seu discurso reflete a influência não apenas enquanto tutor da área médica, mas também no seu aprendizado político: “Professor sempre, na cátedra e na política”. BRITO VELHO, Carlos. Professor sempre, na cátedra e na política. In: PILLA, Raul. *Homenagem a Raul Pilla*. Porto Alegre: Gráfica da Livraria do Globo, 1962, p.8-9.

**Tabela 10: Ocupações dos membros do PL/RS (1945-1964)**

<b>OCUPAÇÃO</b>	<b>Nº DE MEMBROS</b>
<b>Advogado</b>	15
<b>Professor Universitário</b>	11
<b>Jornalismo</b>	9
<b>Proprietário Rural</b>	5
<b>Médico</b>	4
<b>Funcionário Público</b>	2
<b>Empresário</b>	1
<b>Militar</b>	1
<b>Comerciante</b>	1
<b>Bancário</b>	1
<b>Promotor Público</b>	1
<b>Contador</b>	1
<b>Não Identificado</b>	1

Tabela elaborada pelo autor

Através dessa tabela, percebemos que o trabalho jurídico era predominante, em concomitância com os dados sobre a formação universitária. Somava-se ainda um promotor público – Henrique Fonseca de Araújo – que para exercer tal encargo necessitava do diploma de Direito. Também em sintonia com a escolaridade superior, percebe-se a presença de apenas quatro médicos – os mesmos que tinham, logicamente, formação naquela área. Ainda assim, significava um considerável decréscimo frente aos dados relacionados ao PL de 1928-1933: Dal Forno (2020, p.113) identificou a ocupação de 42 membros, dos quais 16 eram advogados e 12, médicos. De certa forma, parece se confirmar a ideia de que o alto índice desses profissionais estava vinculada à disputa em torno da regulamentação profissional, que se chocava com o ambiente político da Primeira República no Rio Grande do Sul. Ou seja, o PL abraçou a causa médica e os médicos abraçaram os libertadores, ambos contrários ao PRR e à “liberdade profissional”. Encerrado esse embate, arrefeceu-se a presença dos médicos entre os maragatos. Por óbvio esse é um fator a se considerar, embora possam haver outros que não foram considerados aqui.

Todavia, muitos desses advogados e médicos exerciam outras funções, o que explica o alto índice de professores universitários e jornalistas. Sendo que 11 deles exerceram a docência no meio acadêmico: entre os médicos, Raul Pilla teve uma longa

trajetória na FAMED, interrompida somente quando teve de mudar-se para o Rio de Janeiro para exercer o cargo de deputado federal; Décio Martins Costa dividia suas atenções entre o PL, o seu consultório de pediatria, no centro da capital, e a Faculdade. Entre os bacharéis, Mem de Sá teve passagem tanto pela Faculdade de Direito de Porto Alegre quanto pela PUCRS nos anos 1940 e 1950. Nessa última, Paulo Brossard também lecionou a partir de 1954. Dário Beltrão não só lecionou, como foi fundador da Faculdade de Direito de Santo Ângelo/RS. Há ainda o caso do *outsider* Armando Câmara, que foi professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre e reitor da futura UFRGS.

A inserção desses atores políticos no meio universitário podia se dar em função dos capitais e recursos desses sujeitos – Sá e Brossard, por exemplo, só vieram a ocupar tais cargos depois de já serem políticos eleitos - ou podia ser um dos capitais convertidos para essa inserção: Câmara é um exemplo nesse sentido. Já o Jornalismo, ocupação de nove dos indivíduos pesquisados, costumava ser um meio para ascender politicamente. De todos eles, apenas um - Cândido Norberto - tinha formação na área de comunicação social. Cândido (2002, p.193-184) lembra que as redações dos jornais em São Paulo serviram, na Primeira República, como meio de coalizões de vários grupos políticos. Muitas lideranças políticas iniciaram sua trajetória na imprensa escrita e “tiveram o jornal como um bom aprendizado político, meio de ação ou trampolim político”. Além disso, geravam também capitais importantes a serem utilizados, como a popularidade e a notoriedade.

Não há como não citar novamente Raul Pilla, que se manteve ativo em sua atuação jornalística praticamente até o seu último mandato: fundou dois jornais nos anos 1920 – o comercial *Diário de Notícias* e o político-partidário *Estado do Rio Grande* – e escreveu a sua famosa coluna *Microscópio* em que debatia temas políticos no *Correio do Povo* entre os anos 1940 e 1960, com breves interrupções. Edgar Luís Schneider, ao encerrar sua trajetória política, em 1956, assumiu o papel de editorialista do *Correio do Povo*. Há ainda Armando Câmara, que fundou o jornal católico *Jornal do Dia* e Coelho de Souza, que escrevia colunas sobre política e outros assuntos em diversos jornais sul-rio-grandenses. Outro caso interessante era o de Heitor Galant: além de advogado, atuou na imprensa, tanto no periódico libertador, no qual foi diretor ao longo dos anos 1950, mas também em sua base política, Alegrete, onde era proprietário desde 1945 do jornal local *Gazeta do Alegrete*. De acordo com Cândida Schaedler

(2018) Galant usou o jornal “para defender seus interesses políticos, ao mesmo tempo que não deixava a notícia local de lado” (SCHAEDLER, 2018, p.83).

Destaca-se ainda a pouca presença de proprietários rurais: apenas cinco foram identificados como estancieiros, o que atenta que, diferentemente do apontado por Taufer (2008), o PL não tinha como base política exclusiva esse grupo e que suas demandas e preocupações eram bem mais diversas do que temas ligados ao campo – o que não significa que também não as tivessem, mas não com o excessivo peso demonstrado por aquele autor. Dal Forno (2020, p.113-114) já mostrou que mesmo o “velho” PL dos anos 1930 tinha uma diversidade de ocupações, o que se comprova também na República Democrática.

Os dados de ocupação vão ao encontro daqueles apresentados por Heinz (2005, p.85-86) com relação ao parlamento sul-rio-grandense: em todas as legislaturas entre 1947 e 1967, houve primazia dos bacharéis. Entre 1955 e 1967, mais da metade dos deputados estaduais eram advogados. No que concerne aos médicos, vinham em queda: na primeira legislatura (1947-1951) eram seis, caindo para apenas dois, na última legislatura eleita antes do golpe civil-militar de 1964, correspondente aos anos de 1963-1967. Heinz ainda fez a distinção da ocupação entre os deputados eleitos de cada partido no mesmo período e no caso do PL, os números se assemelham: dos 17 parlamentares eleitos pelos libertadores entre 1947-1962, dez tinham como ocupação a advocacia, apenas dois eram médicos e os outros cinco se dividiam, cada um, em outras profissões como professor universitário, contador, bancário e funcionário da justiça<sup>137</sup>.

Em suma, a prosopografia da elite do PL entre 1945 e 1964 permitiu compreender quem eram essas lideranças e como ascenderam politicamente. Inegavelmente, também permitiu perceber que, embora houvesse predomínio de determinadas características, não se tratava de um grupo homogêneo: pelo contrário, as biografias coletivas possibilitam perceber justamente as nuances e a diversidade das amostras pesquisadas e entender as diferentes formas de entrada e de manutenção ou saída desses grupos do cenário político. Por fim, possibilitaram notar os meios pelos quais tais lideranças adquiriram capitais e recursos políticos e como formavam suas redes de relações, onde se conheciam, quais ambientes compartilharam, entre outras informações.

---

<sup>137</sup> Certamente, refere-se a Henrique Araújo, que era promotor público.

## CAPÍTULO 2 – A EXPANSÃO DO PL PÓS-1945

Refundado o PL, surgia uma nova missão aos libertadores: tentar expandir o partido para além do Rio Grande do Sul. De fato, a história do partido era vinculada ao território gaúcho, ainda que tenha surgido como uma seção regional do PDN, em 1928. Todavia, sua atuação foi restrita ao estado rio-grandense até 1937. Tal marca estaria presente ao longo da sua trajetória nacional: suas principais lideranças eram sul-rio-grandenses e o estado em que obtinha melhores índices eleitorais era o Rio Grande do Sul. Embora o enfoque desse trabalho seja a atuação do PL no estado rio-grandense, cabe nesse capítulo um mapeamento da expansão do partido ao longo da República Democrática de 1945.

A ênfase dada ao regionalismo libertador por parte dos trabalhos acadêmicos obscurece as tentativas que a agremiação fez no sentido de amplificar sua base. E ao buscar ampliar sua capilaridade, procurava também o PL ser mais presente no sistema político e partidário nacional, apresentando-se como ator importante nesse cenário. Duverger (1970) lembra que o tamanho da dimensão de um partido na arena parlamentar era um fator decisivo para o prestígio e a influência dela na disputa político-partidária: uma agremiação com poucos deputados tem menor peso, menor participação nas decisões e menos informações a oferecer aos eleitores (DUVERGER, 1970, p.316).

Mesmo com essa tentativa de expansão, os libertadores também estavam imbuídos de uma definição de identidade coletiva regional. Afinal, o partido surgiu no Rio Grande do Sul, em meio as lutas locais e posterior aliança entre os antigos adversários, que resultaram na união das forças políticas sul-rio-grandenses em torno de Getúlio Vargas em 1930. A expansão libertadora tinha um pouco do que Grijó (2019, p.301-306) chamou de “regionalismo salvacionista”. Ou seja, o Rio Grande do Sul, por suas características políticas e de “união”, era a única região capaz de salvar o Brasil. Tal tese serviu para mobilização interna das elites políticas estaduais em 1930 e mantinha certo peso. Embora os libertadores quisessem se expandir, seriam nos seus termos, e traziam, junto de si, muito dessa noção de se difundir para levar a “salvação” para o resto do país. Dessa vez, essa salvação eram os libertadores, “verdadeiros democráticos”, “sufocados” pelo Estado Novo, mas, herdeiros dos “maragatos”,

estavam novamente na luta, conforme as palavras de Pilla no seu discurso no Congresso de agosto de 1945, em Bagé/RS<sup>138</sup>. Mas que agora seria também nacional.

De qualquer forma, o PL pretendia abranger outros territórios, em que pese as dificuldades que teria por ser um partido de pequeno porte e muito vinculado ao extremo-sul do país. Tal postura era estratégica e necessária para que o partido tivesse maior força na arena política brasileira. Tendo essa perspectiva, não surpreende a animação dos libertadores quando realizaram a primeira convenção nacional do partido, em 3 de julho de 1950<sup>139</sup>. Primeiro, o simples fato de o congresso partidário ter sido feito na então capital federal Rio de Janeiro já denotava o peso dessa mudança. Segundo, era citada a presença de delegações de oito estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Distrito Federal, Bahia, Maranhão e Pará. Terceiro, abria-se a distribuição dos cargos partidários para os membros dos diretórios regionais, ainda que predominasse a delegação rio-grandense: dos 30 postos, cada diretório teria direito a um. Os que sobrassem, seriam entregues aos adeptos do Rio Grande do Sul, que cederiam à medida que novos diretórios regionais fossem incluídos.

Por fim, no seu discurso durante o evento, Raul Pilla enfatizou que o PL sempre fora um partido nacional, afinal, suas ideias e princípios não diziam respeito apenas ao Rio Grande do Sul, mas ao país inteiro e mesmo durante sua existência entre 1928 e 1937, era vinculado ao PDN – ou seja, era a ala sulista de uma agremiação nacional. A sua definição era de que o PL, enfim, era um “partido nacional de fato, não apenas de direito” e que sempre havia sido nacional, pois tratava de temas nacionais, apenas estava “confinado no Rio Grande do Sul”<sup>140</sup>.

Os libertadores comemoravam novas adesões, como nesse trecho do editorial *Expansão libertadora, do Estado do Rio Grande*, publicado no fim de março de 1954:

Mercê de sua retilínea conduta, da inflexível fidelidade aos ideais democráticos, da pureza e superioridade da atuação política e, marcadamente, da projeção do seu grande líder Raul Pilla – o Partido Libertador vai progressivamente se impondo no cenário nacional, conquistando dia a dia novas e mais dilatadas fronteiras. No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, sob a presidência do velho e intemerato batalhador que é Maurício de Lacerda, acaba de se constituir um novo Diretório Estadual. Em São Paulo, uma brilhante plêiade de homens de bem, de variadas classes sociais, se mostra disposta a ingressar na arena política formando outra seção

<sup>138</sup> Encerrado o Congresso Libertador em Bagé, em que o prof. Raul Pilla foi eleito presidente do Diretório Central. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.3, 14/08/1945.

<sup>139</sup> Reunido em Convenção, na capital da República, O Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.28, 04/06/1950.

<sup>140</sup> Reunido em Convenção, na capital da República, O Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.28, 04/06/1950.

libertadora. No Distrito Federal, um líder católico da envergadura do professor José Fernando Carneiro e um líder político da categoria do dr. Xavier D'Araújo, fundador da U.D.N. e ex-vereador carioca, além de outras valorosas adesões, estão projetando a bandeira do P.L. e assegurando seu desenvolvimento acima das melhores expectativas. Por último, registra-se o ingresso, nos quadros da seção baiana, do pugilo de estadistas e políticos que constituíram o glorioso movimento autonomista daquele Estado. São figuras do valor de um Otávio Mangabeira, campeão intemerato de democracia cuja honestidade exemplar tem desafiado, por decênios, o despeito de todos os adversários, se que jamais nada lhe pudesse ser imputado ao ilibado caráter; de um Nestor Duarte e de um Aloísio de Carvalho, professores da Faculdade de Direito de Salvador, deputado o primeiro e senador o último; de um Luís Viana Filho e de um Nelson Carneiro, ambos deputados, de vida pública e privada igualmente sem jaça. Nenhum partido brasileiro deixaria de se sentir ufano em receber próceres deste quilate e a preferência deles às falanges libertadoras constitui penhor de que o Partido cresce em número e avulta em proporções, sem decair das exigências morais que representam a sua mais harmoniosa característica.<sup>141</sup>

Nota-se a preocupação do editor em demonstrar o avanço do partido, ainda mais citando nomes que estavam se juntando ao PL e que gozavam de alguma projeção no centro do país, como Maurício de Lacerda – pai de Carlos Lacerda e com atuação política desde a Primeira República – Otávio Mangabeira, Nestor Duarte, Nelson Carneiro, Xavier D'Araújo e outros, além de ressaltar a existência de diretórios em lugares como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Distrito Federal – então a cidade do Rio de Janeiro, capital à época do Brasil. Mais ainda, destaca-se o capital político de Pilla, bem como sua rede de relações, que facilitava a adesão de outros membros ao PL. O capital de Pilla era reconhecido como um recurso decisivo para expansão libertadora nesse momento, como ressalta Mem de Sá: “... a partir de 45, depois de Nacional, por força da lei, o Partido Libertador era, fora do Rio Grande, mais conhecido como “o Partido de Raul Pilla” do que propriamente pelo nome...” (SÁ, 1973, p. 132).

Nesse novo contexto político, a legislação eleitoral exigia que os partidos políticos reunissem diretórios em ao menos cinco unidades federativas e que reunissem 10 mil assinaturas de eleitores, sendo que o mínimo era de 500 signatários em uma circunscrição e o PL buscou atender essa demanda, dentro dos seus limites e da sua organização. Em um primeiro momento, apelou-se para o capital de popularidade de Pilla em outras regiões. No Pará, havia um militar libertador e no Rio de Janeiro contou-se com o auxílio de um ex-libertador, Fernando Caldas, para o recolhimento das assinaturas<sup>142</sup>. Na tabela abaixo, são apresentadas as circunscrições em que o PL conseguiu recolher assinaturas:

<sup>141</sup> Expansão Libertadora. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, p.2, 29/03/1954.

<sup>142</sup> Tanto o caso paraense como o carioca e o fluminense serão tratados no subcapítulo 2.2.

**Tabela 11: Estados em que o PL obteve assinaturas para o registro partidário (1945)**

ESTADO/CIRCU NSCRIÇÃO	ASSINATURAS OBTIDAS	ASSINATURAS VERIFICADAS PELO TSE	SITUAÇÃO PARA REGISTRO
Rio Grande do Sul	12.170	12.091	Aceita
Rio de Janeiro	967	1.040	Aceita
Pará	949	956	Aceita
Santa Catarina	596	595	Aceita
Paraná	559	538	Aceita
Distrito Federal	558	248	Rejeitada
São Paulo	506	462	Rejeitada
<b>TOTAL</b>	<b>16.305</b>	<b>15.220<sup>143</sup></b>	

Fonte: TSE. Petição de registro definitivo do Partido Libertador, 07/11/1945.

Evidentemente, o maior registro vem do estado natal dos libertadores, no entanto, nota-se que houve esforço para a conquista de assinaturas em locais diferentes e conseguindo atingir o número mínimo com alguma folga: 15.220 assinaturas verificadas, ou seja, ao menos 5.220 além do número exigido.

Poucos partidos não tiveram dificuldades nesse processo: ao analisar os dados eleitorais de 1945-1964 a partir de fontes até então inéditas, Nicolau (2004) confirmou a tese de Santos (2003) de que apenas três partidos haviam atingido índices de nacionalização partidária, com votos distribuídos de forma equilibrada ao longo do território brasileiro: PSD, PTB e UDN. Logo, excetuando essas três agremiações, todas as outras - umas mais, outras menos - concentravam seus votos em poucas regiões/unidades federativas.

Mesmo os grandes partidos não escapavam a alguma forma de regionalização, ao menos organizacionalmente. Lavareda (1999) lembra que a ausência de mecanismos de coesão interna partidária levava ao entrincheiramento das forças políticas de determinados partidos nas seções estaduais, tendendo a uma feição de federações descentralizadas:

Também na esfera da normatização da vida partidária, nota-se a ausência de mecanismos institucionais que contribuíssem para maior coesão interna. Espalhados em um extenso território marcado por grandes desigualdades regionais, os partidos tendiam a reunir no seu bojo a mais variada gama de interesses, nem sempre sintonizados com os respectivos programas, que se entrincheiravam nas diversas seções estaduais. Assumiam, à semelhança da organização política nacional, a feição de *federações* (LAVAREDA, 1999, p.143. Itálicos do autor).

Logo, o PL não era um partido que se diferenciava dos outros nesse sentido. Assim como os demais, tinha, uma base mais forte em um estado de origem – o que é

<sup>143</sup> Esse resultado exclui as assinaturas de São Paulo e do Distrito Federal pois ficaram abaixo do número mínimo exigido pela legislação. Se somá-las junto àquelas foram aceitas, o resultado seria 15.930.

simbolicamente mais evidente tratando-se de uma sigla que era herdeira de uma tradição anterior – mas que buscou atuar de acordo com as regras impostas naquele momento.

Os dados eleitorais dos 1945-1964 nos permitem enxergar onde se deu essa difusão dos libertadores e com qual intensidade. Pretende-se, nesse capítulo, mapear essa atuação a partir das fontes eleitorais disponíveis<sup>144</sup>. Um primeiro indício nesse sentido foi o mapeamento da participação do PL nos pleitos eleitorais estaduais e nacionais ao longo da República Democrática. Depois, se discutirá como se formaram os diretórios regionais do PL pelo país.

## 2.1. O desempenho eleitoral nacional do PL

Em nível federal, o Diretório Nacional do PL sempre se aliou a uma das candidaturas presidenciais: em 1945<sup>145</sup>, apoiou, ao lado da UDN, do PR e do PRP<sup>146</sup>, a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes. Em 1950<sup>147</sup>, voltaria a apoiar o militar udenista, ao lado da UDN e do PRP<sup>148</sup>. Já em 1955<sup>149</sup>, os libertadores formalizaram aliança ao lado de PDC, UDN e PSB, a chamada *Frente de Renovação Nacional*, em sustentação à candidatura de Juarez Távora. Por fim, em 1960<sup>150</sup>, última eleição presidencial antes do golpe civil-militar de 1964, o PL deu suporte, ao lado de PTN, UDN, PDC e PR, à candidatura de Jânio Quadros. Das quatro candidaturas que os libertadores deram seu suporte, apenas a de Quadros foi vencedora.

Com relação aos pleitos nos estados, o Quadro 1 permite ver quantas participações os libertadores tiveram entre 1945-1965. Considera-se como participação

---

<sup>144</sup> Serão usados para a elaboração dos gráficos e tabelas o repositório digital de dados eleitorais do TSE, os livros de estatísticas eleitorais publicados também pelo TSE e disponíveis digitalmente no sítio da Câmara dos Deputados e informações advindas de sítios de assembleias legislativas. Da mesma forma, serão utilizados alguns verbetes do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB) disponível no sítio do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

<sup>145</sup> TSE, Repositório de Dados Eleitorais, eleições de 1945. Ressalta-se que entre 1945 e 1950, o Diretório do Rio Grande do Sul acumulou a função de Diretório Nacional – chamado à época de Diretório Central, conforme consta na matéria do *Correio do Povo* sobre a primeira Convenção Nacional do PL, em 1950. Reunido em Convenção, na capital da República, O Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.28, 04/06/1950.

<sup>146</sup> Aqui, trata-se do Partido Republicano Progressista, fundado por Adhemar de Barros e João Café Filho, e não do Partido de Representação Popular, fundado por Plínio Salgado e herdeiro da Ação Integralista Brasileira (AIB). O PRP de Adhemar de Barros teve vida efêmera, encerrando suas atividades em 1945, ao fundir-se com o Partido Agrário Nacional (PAN) e com o Partido Popular Socialista (PPS), dando origem, em 1946, ao Partido Social Progressista (PSP), pelo qual Barros e Café Filho seguiram suas carreiras políticas até 1965. Sobre o PRP de Barros: *DHBB*, FGV. Verbetes: Partido Republicano Progressista.

<sup>147</sup> TSE, Repositório de Dados Eleitorais, eleições de 1950.

<sup>148</sup> Aqui, trata-se do PRP de Plínio Salgado.

<sup>149</sup> *DHBB*, FGV. Verbetes: Juarez Távora.

<sup>150</sup> TSE, Repositório de Dados Eleitorais, eleições de 1960.

a presença de candidatos nos pleitos majoritários ou proporcionais, assim como a presença do partido em coligações, dados que indicam a existência de diretórios nessas unidades federativas:

**Quadro 3: Participações eleitorais do PL nas eleições estaduais entre 1945 e 1965**

ESTADO	REGIÃO	PARTICIPAÇÃO ELEIOTRAL	ELEIÇÕES <sup>151</sup>
Rio Grande do Sul	Sul	6	45, 47, 50, 54/55, 58/60, 62
Maranhão	Nordeste	6	45, 47, 50, 54/55, 58/60, 62
Pernambuco	Nordeste	5	47, 50, 54/55, 58/60, 62
Bahia	Nordeste	4	50, 54/55, 58/60, 62
Distrito Federal/Guanabara <sup>152</sup>	Sudeste	4	50, 54/55, 58/60, 62
Paraíba	Nordeste	4	50, 54/55, 58/60, 62
Piauí	Nordeste	3	45, 47, 54/55
Pará	Norte	3	50, 54/55, 62
Paraná	Sul	3	50, 54/55, 58/60
São Paulo	Sudeste	3	50, 54/55, 58/60
Rio de Janeiro	Sudeste	2	54/55, 62
Santa Catarina	Sul	2	54/55, 58/60
Amazonas	Norte	2	58/60, 62
Minas Gerais	Sudeste	2	58/60, 62
Ceará	Nordeste	1	45
Guaporé/Rondônia <sup>153</sup> (Território Federal)	Norte	1	58/60
Alagoas	Nordeste	1	62
Goiás	Centro-Oeste	1	62
Acre <sup>154</sup> (Território Federal)	Norte	0	

<sup>151</sup> Sobre as eleições do período, optou-se aqui por considerar como parte do mesmo ciclo as eleições de 1954 e 1955, 1958 e 1960 e de 1962 e 1965. Conforme Nicolau (2012), as constituições estaduais tinham autonomia para definir o tempo de mandato dos governadores e alguns estados optaram por 5 anos. Outros preferiram 4 anos. Dessa forma, nas unidades federativas com mandatos de 5 anos, as eleições para o governo estadual não coincidiam sempre com os pleitos para o senado e proporcionais para as assembleias legislativas e para a Câmara dos Deputados. Devido a isso, essas eleições “separadas” tornavam-se uma continuação dos pleitos proporcionais e para o senado. Daí a opção por compreendê-las de forma complementar. Os estados que tinham 5 anos de mandato para os governadores eram Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso. Guanabara, quando surgiu em 1960, também adotou mandato de 5 anos para o governador eleito.

<sup>152</sup> Quando ocorreu a mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília, em 1960, a antiga capital tornou-se o Estado de Guanabara, permanecendo assim até 1975, quando foi incorporado ao Estado do Rio de Janeiro. IBGE, biblioteca do IBGE, Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riodejaneiro/riodejaneiro.pdf>.

<sup>153</sup> Território Federal fundado em 1943 com o nome de Guaporé. Muda a nomenclatura para Rondônia em 1956. Torna-se uma unidade federativa em 1981. (OLIVEIRA, 2004).

Amapá (Território Federal)	Norte	0	
Espírito Santo	Sudeste	0	
Mato Grosso	Centro-Oeste	0	
<b>Rio Grande do Norte</b>	Nordeste	0	
<b>Sergipe</b>	Nordeste	0	
<b>Rio Branco (Território Federal)</b>	Norte	0	

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: TSE; Estatísticas eleitorais; TSE, Repositório de Dados Eleitorais

Importante ressaltar que participação eleitoral não significa dizer sucesso eleitoral: em muitos casos, o partido tinha uma participação bastante limitada como em Santa Catarina e em São Paulo, em que o PL apenas lançou candidatos próprios a deputados estaduais, e não esteve presente em alianças em outras disputas, como para governador e para senador. Todavia, indicava que havia alguma mobilização, mesmo que pequena, de adeptos libertadores naqueles lugares.

O Quadro 3 indica algumas questões: o Rio Grande do Sul foi o local em que PL esteve presente em todas as campanhas entre 1945 e 1965, mas surpreende saber que isso ocorreu também no estado do Maranhão. Já em 1945, por exemplo, os libertadores maranhenses tiveram dois candidatos ao senado: João Marcelino da Silva Teixeira e Othelo Rodrigues Franco, mas nenhum deles obteve sucesso<sup>155</sup>.

Nota-se ainda a participação do PL nos estados do Nordeste: além do Maranhão, o partido tinha atuação considerável em Pernambuco, na Bahia e na Paraíba. Como se verá mais adiante, os dois últimos casos tiveram a favor dos libertadores as disputas internas entre as elites políticas desses estados que acabaram tornando o PL um esteio para dissidências, especialmente oriundas da UDN. Por outro lado, as outras unidades federativas do Sul do país, Santa Catarina e Paraná, não possibilitaram espaços para um avanço libertador, apesar de serem locais com alguma influência de rio-grandenses.

A tabela demonstra ainda que foi a partir dos anos 1950<sup>156</sup>, especialmente em 1954, que aumentou o número de estados em que o PL passa a ter alguma atividade

<sup>154</sup> O Acre foi território federal até 1962. Naquele ano tornou-se uma unidade federativa. IBGE, IBGE cidades, Acre, história. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/historico>.

<sup>155</sup> Naquele pleito, os senadores eleitos foram Clodomir Cardoso e Antônio José Pereira Jr., ambos do PSD. Foram 8 candidatos para 2 vagas e os libertadores ocuparam as duas últimas posições. Para se ter ideia da diferença de votos, o 2º colocado e eleito Antônio José Pereira Jr. Obteve 43.507 votos. João Marcelino Teixeira obteve apenas 537 enquanto Othelo Rodrigues Franco conquistou 506. TSE. Repositório de Dados Eleitorais, eleições de 1945.

<sup>156</sup> Conforme posto anteriormente, em junho de 1950 ocorreu a primeira Convenção Nacional do PL, que possivelmente ajude a explicar esse crescimento partidário.

eleitoral. É o caso da Bahia, onde o partido começa a atuar em 1950 – em coligação com o PSD apenas no pleito para deputados estaduais e seguiu até 1962. No Pará, iniciou em 1950, o partido não atuou no pleito de 1958, mas reapareceria em 1962.

Mesmo locais em que o partido teve inexpressiva ação ou mesmo não teve registro de participação, não significava que não houvesse tentativas de estabelecer um diretório: o caso do Mato Grosso aponta nesse sentido. Em 1956, Raul Pilla enviou carta a Mário Caravello, um construtor gaúcho que morava no município matogrossense de Ponta Porã, questionando se ele tinha mesmo interesse em abrir um diretório naquele estado. Na carta, Pilla narra as dificuldades que encontrava para estabelecer uma sede no Mato Grosso:

Pelo nosso companheiro, sr. Dirceu Ferreira, soube eu da disposição, em que está o amigo, de promover a fundação do Partido Libertador nesse Estado. Na verdade, é esta uma antiga preocupação. Há anos dirigi-me ao nosso velho e dedicado companheiro, sr. Laudelino Barcelos, que foi prestigioso chefe libertador em Tupanciretã e depois se transferiu para esse Estado, em Campo Grande, mas ele já ingressara na UDN, que não poderia abandonar, em virtude da solidariedade criada pelas lutas locais. Posteriormente, aqui esteve, no Rio, o dr. Jaime Ferreira de Vasconcelos, advogado e proprietário de um jornal em Campo Grande, a quem autorizamos a tratar da fundação do Partido. Sucedeu, porém, que ele foi exercer uma comissão no Pará e abandonou temporariamente o Estado.<sup>157</sup>

Outra possibilidade de ver o desenvolvimento do PL em termos de participação eleitoral é através da análise por ano/ ciclo eleitoral. A Tabela 12 demonstra o crescimento da presença libertadora nos estados:

**Tabela 12: Participações eleitorais do PL por ciclo eleitoral**

ANO ELEITORAL	NÚMERO DE ESTADOS COM ATUAÇÃO DO PL	ESTADOS
1945	4	CE, MA, PI, RS
1947	4	MA, PE, PI, RS
1950	9	BA, DF, MA, PA, PB, PE, PR, RS, SC
1954/55	12	BA, DF, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RS, SC, SP, MA
1958/60	12	AM, BA, DF, PB, PE, RS, SC, PR, RO, MG, PR, MA
1962/65	12	AL, AM, BA, GB, GO, MA, MG, PA, PB, PE, RJ, RS

Fonte: TSE. *Estatísticas eleitorais*; TSE, *Repositório de Dados Eleitorais*.

Nota-se que nas primeiras eleições, ainda em meio a transição democrática, a organização partidária conseguiu participar em apenas 4 estados – excetuando-se o próprio pleito federal de 1945, no qual, como já foi destacado, o PL era parte da aliança

<sup>157</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Mário Caravello. Rio de Janeiro, 07/11/1956.

favorável à Eduardo Gomes. No ano de 1950, houve um salto: o PL atuou em 9 estados, sendo que em alguns teria presença ao longo de toda a República Democrática, como a Bahia, o Distrito Federal/Guanabara, a Paraíba e o estado de Pernambuco, que já tinha diretório libertador atuando em 1950<sup>158</sup>. Entre 1958 e 1960 e entre 1962 e 1965, o partido esteve presente em 12 estados e territórios federais. Surgiram diretórios – ou pelo menos passaram a funcionar formalmente - nos estados de Amazonas, Minas Gerais e mesmo no então território federal de Rondônia, que lançou um candidato libertador à Câmara Federal<sup>159</sup>. Em 1962, o PL teve uma bem-sucedida participação em Alagoas<sup>160</sup> e operou pela primeira vez no estado de Goiás.

E quais foram os resultados nesses pleitos? Pouco expressivos, afinal, o PL tinha sua capacidade mobilizatória muito restrita. Encontrou pouco espaço em outras regiões enquanto representante dos partidos nascidos sob égide do antigetulismo: tal papel era ocupado pela UDN, na maioria dos estados, ou pelos diretórios dissidentes do PSD<sup>161</sup>. No entanto, isso não significa que não aconteceram algumas conquistas, ainda que poucas. Conquistas que mantiveram o partido entre as pequenas siglas existentes no período. As eleições proporcionais para a Câmara Federal demonstram esse fato, como mostra a Tabela a seguir:

---

<sup>158</sup> Como já referido, em 1950 ocorreu a 1ª Convenção Nacional do PL, reunindo diferentes diretórios estaduais. Esse evento provavelmente auxiliou no crescimento daquele ano.

<sup>159</sup> Eduardo Colares foi candidato a única vaga na Câmara dos Deputados a que tinha direito o território federal de Rondônia no pleito de 1958. Colares obteve apenas 44 votos, sendo o 4º e último colocado. O eleito, Aluísio Pinheiro Ferreira, do PTB, conquistou 3660 votos. TSE. Estatísticas eleitorais, vol.4; TSE. Repositório de Dados Eleitorais, eleições de 1958.

<sup>160</sup> O PL elegeu uma bancada de 5 deputados estaduais no estado de Alagoas sendo a terceira maior, atrás de PSP, com 9 deputados e UDN, com 7 parlamentares. Empatou em número de deputados com o PDC e PSD e ficou à frente de PTB e PST, com elegeram 2 parlamentares. Na eleição, o partido foi o quinto mais votado, perdendo para PSP, UDN, PSD e PDC. TSE. Estatísticas eleitorais, vol. 6; TSE. Repositório de Dados Eleitorais, eleições de 1962.

<sup>161</sup> Pelo seu caráter federativo, era comum diretórios estaduais pessedistas rebelaram-se contra decisões do diretório nacional. Caso clássico foi o episódio da rebelião dos diretórios do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Santa Catarina contrários a indicação de Juscelino Kubitschek como candidato à presidente em 1955, e em aliança com o PTB (HIPÓLITO, 2012). No Rio Grande do Sul, o processo de “desgetulização” pessedista, apresentado por Bodea (1992), com a ida das lideranças mais próximas do getulismo para o PTB, facilitou a aproximação do PSD local com o PL, ainda que a relação entre os dois partidos, por motivos diversos, sempre tenha sido tensa. Para Pilla, havia uma condição para se aproximar dos pessedistas, essa agremiação estar afastada do PTB e do getulismo: em carta em que tratava sobre o apoio ou não do PL a candidatura ao Senado do jornalista Assis Chateaubriand na Paraíba, pelo PSD, lembrou ao diretório libertador paraibano que “de nosso lado, nenhuma dúvida temos quanto à aliança com o P.S.D da Paraíba. Onde quer que este partido não seja uma simples ala do partido getulista, justifica-se a aproximação, em benefício da democracia, ameaçada, como está, pela demagogia”. PILLA, Raul. Destinatário: presidente do Diretório Regional do PL da Paraíba. Rio de Janeiro, 06/07/1954.

**Tabela 13: Participação do PL nas eleições para a Câmara Federal**

ELEIÇÃO	NÚMERO DE ESTADOS COM CANDIDATOS DO PL	NÚMERO DE ESTADOS COM ELEITOS DO PL	CADEIRAS (ESTADOS)
1945	4	1	1 (RS)
1950	7	3	5 (RS - 2, PB-2, PE-1)
1954	7	3	8 (RS-3, BA-3, PB-2)
1958	5	2	3 (RS-2, PE-1)
1962	4	2	5 (RS-3, AM-2)

Fonte: TSE. *Estatísticas Eleitorais*; TSE. *Repositório de Dados Eleitorais*, votação por candidato, eleições de 1945, 1950, 1954, 1958 e 1962.

Em um primeiro momento, constata-se que o Rio Grande do Sul foi a única unidade da federação na qual o PL conseguiu eleger ao menos um deputado federal em todas as legislaturas entre 1945 e 1962. O auge, no entanto, deu-se nos pleitos de 1950 e 1954, em que o partido lançou candidaturas em 7 estados e conseguiu eleger em 3, sendo que em 1954 atingiu sua maior bancada, com 8 deputados federais<sup>162</sup>. Em 1958 houve uma regressão para 5 estados com candidatos e apenas 2 candidatos eleitos. Em 1962, repetiu-se o número de estados com representantes eleitos, 2, e diminuiu um estado com candidaturas.

A evolução pode ser explicada pela expansão partidária. Em 1945, o partido retornou praticamente baseado apenas no Rio Grande do Sul. Ainda que tenha participado em outros três estados (Ceará, Maranhão e Piauí) foi apenas no estado sulista que conseguiu eleger o seu único representante: Raul Pilla, que iria ser reeleito até o pleito de 1962. Para se ter ideia da diferença entre o estado sulista e os outros com envolvimento libertador naquela eleição, no Rio Grande do Sul o partido teve 57.341 votos, contra 6.017 dos outros 3 estados somados<sup>163</sup>. Em outras palavras, 90% dos votos do PL para a Câmara Federal foram sul-rio-grandenses, e a apenas 10% aconteceram nos outros territórios em que a agremiação apresentou concorrentes às cadeiras legislativas federais<sup>164</sup>.

<sup>162</sup> Nicolau (2004) apresenta uma tabela em que consta 10 deputados federais do PL. Como não há especificação de quais seriam esses deputados e não se pode ainda ter acesso a outras fontes que os confirmem, vai se utilizar aqui a tabela apresentada pelo TSE em suas estatísticas, em que registra os partidos dos deputados federais eleitos em 1954 a partir da própria indicação desses à Câmara Federal. TSE. *Estatísticas Eleitorais*, vol. 3, parte 1.

<sup>163</sup> Foram 3803 votos no Piauí, 1552 no Maranhão e 662 no Ceará. TSE. *Estatísticas Eleitorais*; TSE. *Repositório de Dados Eleitorais*, eleições de 1945.

<sup>164</sup> Tais dados comparativos de votos do PL no Rio Grande do Sul e outros estados só foi possível para o pleito inaugural da República Democrática. A partir de 1950, as participações do PL eram majoritariamente em coligações e, nesse caso, os dados não apresentam os votos discriminados por agremiação, uma vez que os registros das candidaturas eram feitos pela coligação e não pelos partidos aos quais eram filiados.

Para as eleições de 1950, o partido se encontrava presente em 7 estados nessa modalidade eleitoral: lançou candidatos sem alianças no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal, e inserido em coligações partidárias nas unidades federativas do Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Paraná. Reelegeu Raul Pilla e levou à Câmara Federal para o seu primeiro mandato José Pereira Coelho de Souza, que se reelegeria pela legenda libertadora ainda em 1954 e 1958. Além dos dois representantes rio-grandenses, elegeu dois parlamentares paraibanos - Antônio Pereira Diniz<sup>165</sup> e Elpídio Josué de Almeida<sup>166</sup> e um pernambucano - Pedro Joaquim de Sousa<sup>167</sup>. Na Paraíba, o partido concorreu aliado ao PSD, que elegeu outros 4 representantes, somando-se 6 eleitos pela aliança; já em Pernambuco o PL fazia parte da coligação com UDN, PR, PRP, PDC e PTB, que elegeu outros 9 deputados naquela eleição.

Já 1954 foi o auge dos libertadores na competição por cadeiras na Câmara Federal: o partido elegeu 8 deputados federais, iniciando aquela legislatura como a 6ª maior bancada da Câmara dos Deputados<sup>168</sup>. Pilla e Coelho de Souza se reelegeriam no Rio Grande do Sul, estado em que a agremiação ganhou mais um representante: Edgar Luís Schneider<sup>169</sup>. Na Bahia, onde o partido fazia parte de uma coligação que envolvia ainda PSD e PRP, foram eleitos 11 representantes, dos quais 3 eram libertadores: Otávio Mangabeira<sup>170</sup>, Nestor Duarte<sup>171</sup> e Luiz Viana Filho<sup>172</sup>. Na Paraíba, Antônio Pereira

---

<sup>165</sup> Advogado formado na Faculdade de Recife (PE) em 1930, Diniz foi prefeito de Campina Grande (PB) e de João Pessoa (PB) durante os anos 1930. Em 1947, pela UDN, elegeu-se suplente de senador e em 1950, já pelo PL, elegeu-se deputado federal e se reelegeu em 1959. Ainda foi suplente de senador em 1966 pelo MDB. *DHBB*, FGV. Verbete: Antônio Pereira Diniz.

<sup>166</sup> Médico formado no Rio de Janeiro, Almeida foi membro do Conselho Municipal de Campina Grande (PB) entre 1929 e 1930. Retornou à política filiado ao PL e elegendo-se prefeito de Campina Grande em 1947, exercendo o cargo até 1950, quando se elegeu deputado federal. Em 1954 foi novamente eleito prefeito campineiro. *DHBB*, FGV. Verbete: Elpídio Josué de Almeida.

<sup>167</sup> Industrial, fora duas vezes prefeito de Caruaru (PE). Trabalhou ainda na imprensa em Pernambuco. *DHBB*, FGV. Verbete: Pedro Joaquim de Sousa.

<sup>168</sup> A frente do PL estavam: PSD, com 114 deputados federais eleitos; UDN, com 74; PTB com 56; PSP com 32 e PR com 19. O partido ainda estava à frente de PSB, com 3 e PDC, com apenas 2 deputados. Ressalta-se que esses dados se referem ao início da legislatura 1955-1959, não captando as alterações de filiação partidária ocorridas ao longo da mesma. TSE. Estatísticas Eleitorais, vol.3.

<sup>169</sup> A candidatura de Schneider foi uma estratégia do PL gaúcho para garantir uma terceira cadeira na Câmara, uma vez que o próprio Schneider não tinha interesse em lançar candidatura. Pilla propôs a Schneider uma solução intermediária, que fosse satisfatória ao partido e ao próprio candidato: ele estaria liberado para tirar licenças durante o exercício do mandato e até mesmo a renunciar, caso eleito. Em 1956, Schneider de fato renunciou e em seu lugar assumiu Lucídio Ramos. PILLA, Raul. Destinatário: Edgar Luís Schneider. Rio de Janeiro, 01/06/1954.

<sup>170</sup> Mangabeira era uma figura histórica da política baiana: havia sido vereador em Salvador/BA nos anos 1910, depois foi deputado federal (1912-1926) e Ministro das Relações Exteriores durante o governo Washington Luís (1926-1930). Opositor da Revolução de 1930, foi preso e exilado duas vezes durante os anos 1930 e 1940, embora tenha novamente exercido o cargo de deputado federal entre 1934 e 1937. Em 1946, foi um dos fundadores da UDN e elegeu-se governador da Bahia em 1950. No fim do mandato, em 1954, migrou para o PL, partido pelo qual se elegeu novamente deputado federal (1955-1959) e senador

Diniz conquistou um segundo mandato pela legenda e teve a companhia de Plínio Lemos<sup>173</sup>. Nesse estado, o PL elegeu 2 dos 6 representantes eleitos em aliança com o PSD. Além dessas unidades federativas, o PL lançou nomes no Distrito Federal – em chapa sem alianças – Maranhão, Pará, Pernambuco e Paraná.

A partir de 1958, percebe-se uma diminuição da atuação do PL na eleição proporcional federal: o partido conseguiu eleger apenas 3 deputados federais naquele ano - Pilla e Coelho de Souza, novamente reeleitos, no Rio Grande do Sul e Geraldo Guedes, em Pernambuco. O último conquistou a vaga entre os 13 eleitos da aliança que unia PL, PSD, PDC, PRT e PST. Além dessas unidades federativas, o PL esteve presente com candidatos no Distrito Federal, na Paraíba e no território federal de Rondônia. Em 1962, a bancada libertadora voltou a crescer, embora não com os mesmos números de 1954: foram eleitos 5 deputados federais: Raul Pilla, Carlos de Brito Velho e Norberto Schmidt no Rio Grande do Sul – esse foi o único pleito para deputados federais que o PL não lançou candidatos em chapa pura no seu estado de origem, fazendo parte da coligação Aliança Democrática Popular (ADP) com UDN, PRP e PDC, que elegeu mais 4 representantes. O partido ainda elegeu 2 representantes no estado de Amazonas: Paulo Ramos Coelho<sup>174</sup> e Djalma Vieira Passos<sup>175</sup>. O PL já havia lançado nomes no pleito de 1958 no estado amazonense, embora não para o legislativo federal. Além desses dois estados, ainda teve candidaturas, em alianças, no

---

(1958), cargo que exerceu até seu falecimento, em 1960. *DHBB*, FGV. Verbete: Otávio Mangabeira; Oliveira (1971).

<sup>171</sup> Advogado e professor, vinculado à Mangabeira, fundou a UDN junto com esse e elegeu-se por essa legenda deputado federal em 1945 e 1950. Em 1954, migrou para o PL, partido pelo qual se elegeu no mesmo ano. Elegeu-se novamente em 1958, em seu retorno à UDN. *DHBB*, FGV. Verbete: Nestor Duarte Guimarães.

<sup>172</sup> Advogado e jornalista, Viana Filho também era ligado ao grupo de Mangabeira. Foi deputado federal entre 1934 e 1937, ajudou a fundar a UDN baiana em 1945, elegeu-se deputado federal no mesmo ano, reelegeu-se em 1950, 1954 – nesse caso pelo PL -, 1958 – novamente pela UDN – e 1962. Ainda exerceu cargos durante os governos da Ditadura Militar inaugurada em 1964. *DHBB*, FGV. Verbete: Luiz Viana Filho.

<sup>173</sup> Advogado, Lemos iniciou na política nos anos 1930 como assessor de José Américo de Almeida, durante a gestão desse no Ministério de Obras e Viação (1930-1934). Foi deputado federal eleito em 1945, prefeito de Campina Grande (PB) entre 1951 e 1954 e elegeu-se deputado federal novamente em 1954 pelo PL. Ainda foi deputado federal pela UDN e pela ARENA. *DHBB*, FGV. Verbete: Plínio Lemos; Camargo, Raposo e Fleckman, 1984.

<sup>174</sup> Contador e advogado, Ramos Coelho era senador suplente quando se elegeu deputado federal em 1962 pelo PL. No entanto, em 1963, deixou o partido, aderindo ao PDC. Depois de 1965, filiou-se ao MDB. Era irmão do governador eleito em 1962 no estado amazonense, o petebista Plínio Ramos Coelho. *DHBB*, FGV. Verbete: Paulo Ramos Coelho.

<sup>175</sup> Djalma Vieira Passos foi policial militar e advogado. Exerceu os cargos de vereador em Manaus e deputado estadual amazonense até a sua eleição para deputado federal em 1962. Embora o verbete relacionado a seu nome no *DHBB* cite PTB como partido pelo qual se elegeu, nos registros do TSE consta sua eleição em 1962 pelo PL. O que pode ter ocorrido foi a troca de legenda durante o mandato. *DHBB*, FGV. Verbete: Djalma Vieira Passos; TSE. Estatísticas Eleitorais, vol.6.

Pará e em Minas Gerais – outro local em que a organização fazia sua estreia em pleitos legislativos federais.

Ainda que os resultados libertadores estivessem longe dos grandes partidos, os dados aqui propostos esclarecem que o PL procurou expandir-se pelo país, ou seja, nacionalizar-se. Certamente os obstáculos eram muito difíceis de superar, como a presença já evidente de partidos ideologicamente próximos, mas com estruturação muito mais sólida e maior dimensão. No entanto, não foi impedimento para os libertadores tentarem se colocar no mercado político, manifestar suas visões de mundo e procurar mobilizar eleitores a partir de suas ideias e princípios e de tentar se aproximar dos centros decisórios na arena política. Fez uso de artifícios legítimos na luta política como as coligações para alcançar melhores resultados, atraiu lideranças de outras agremiações e procurou atuar dentro das regras do jogo político para ter representatividade e apresentar aos cidadãos suas propostas políticas.

Com relação aos pleitos para deputados estaduais, a presença libertadora foi maior do que nos pleitos legislativos federais. A Tabela 14 mostra o desempenho libertador nessas votações:

**Tabela 14: Participação do PL nas eleições para as assembleias legislativas estaduais<sup>176</sup>**

ELEIÇÃO	NÚMERO DE ESTADOS COM CANDIDATOS DO PL	NÚMERO DE ESTADOS COM ELEITOS DO PL	CADEIRAS (ESTADOS)
1947	4	1	5 (RS)
1950	8	5	20 (RS-6, PB-5, PE-5, BA-3, SP-1)
1954	11	5	20 (RS-7, BA-5, PB-5, DF-2, SP-1)
1958	6	4	15 (RS-7, BA-3, DF-3, SP-2)
1962	10	8	27 (RS-6, AL-5, AM-3, MA-3, MG-3, BA-3, GB-2, PB-2)

Fonte: TSE. *Estatísticas Eleitorais*; TSE, *Repositório de Dados Eleitorais*, votação por candidato, eleições de 1947, 1950, 1954, 1958 e 1962.

Nas eleições legislativas estaduais, era mais comum o PL lançar chapas próprias, sem coligações, embora essas ocorressem ocasionalmente. Possivelmente, levava-se em conta que era, do ponto de vista eleitoral, mais plausível a um partido com menor estrutura eleger representantes estaduais pois havia maior número de vagas, necessitando de menos votos para atingir o quociente eleitoral e adquirir uma cadeira em uma assembleia legislativa estadual.

<sup>176</sup> O Distrito Federal, até 1960, elegia vereadores, embora o cargo de vereador equivallesse aos de deputado estadual das outras unidades federativas. TSE. *Estatísticas Eleitorais*, vols. 2, 3, 4 e 6.

Na primeira eleição, em 1947, o PL só conseguiu eleger representantes na sua base principal, o Rio Grande do Sul, ainda que tenha lançado candidatos também no Maranhão, Piauí e Pernambuco. Foram apenas 5 eleitos. Já em 1950, o partido elegeu ao menos 20 deputados estaduais, destacando-se, além do Rio Grande do Sul, os estados da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia e de São Paulo. Nesse ano, o partido ainda lançou nomes no Paraná e no Maranhão, ambos em coligações, mas não foi possível identificar se houve eleitos do PL.

Em 1954, o PL manteve o número de 20 deputados estaduais eleitos pelo país, com destaque ao Rio Grande do Sul, com 7, e a continuidade da atuação do partido nas assembleias legislativas baiana, paraibana e paulista. O partido ainda elegeu dois vereadores no Distrito Federal. Em 1954 o PL esteve presente em mais estados: além dos citados, teve postulantes no Pará, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Em 1958, houve uma queda tanto no número de estados com candidatos como de representantes eleitos: foram 6 unidades federativas, e em 4 houve libertadores eleitos. Além de Rio Grande do Sul, Bahia, Distrito Federal e São Paulo, o partido postulou o cargo no Amazonas e na Paraíba – em que a coligação com a UDN elegeu 11 deputados estaduais, mas não foi possível detectar se algum dos eleitos era libertador.

Na eleição de 1962, o PL voltou a ter um bom desempenho, elegendo 27 deputados – o partido com mais deputados estaduais eleitos naquele pleito fora o PSD, com 207 – distribuídos por 8 estados: Rio Grande do Sul, Alagoas, Amazonas, Maranhão, Minas Gerais, Bahia, Guanabara e Paraíba. Ainda teve candidatos no estado do Pará e no Rio de Janeiro.

Para encerrar a apresentação desses dados, cabe destacar brevemente sobre as candidaturas majoritárias (governadores, senadores, suplente de senadores e vice-governadores) e as eleições municipais com participação do PL. No primeiro caso, o partido não tinha costume de apresentar muitos candidatos. Era mais interessante para os dirigentes formar alianças, com a perspectiva da obtenção de cargos e maior poder político.

O caso do Rio Grande do Sul, nesse sentido, é importante: o PL lançou candidatos ao governo estadual em 1947 e 1950, depois aliou-se a outros partidos da mesma esfera – antigetulistas - renunciando às chances de eleger um governador, ao menos momentaneamente, tendo em conta que o PSD era um partido mais estruturado e que tinha mais chances de alcançar o poder estadual. Como se verá mais adiante, além da identificação com alguns pontos em comum entre as agremiações na luta política,

havia também o interesse em alcançar maior poder político. Tratava-se de uma tática factível para um partido de menor tamanho atingir melhores posições de poder.

**Quadro 4: Candidatos do PL a cargos majoritários entre 1945 e 1965**

CANDIDATO	ELEIÇÃO	ESTADO	CARGO	SITUAÇÃO ELEITORAL
João Marcelino da Silva Teixeira	1945	Maranhão	Senador	Não-eleito
Othelo Rodrigues Franco	1945	Maranhão	Senador	Não-eleito
Joaquim Vaz da Costa	1945	Piauí	Senador	Não-eleito
Cícero Portela Nunes	1945	Piauí	Senador	Não-eleito
Décio Martins Costa	1947	Rio Grande do Sul	Governador	Não-eleito
Edgar Luiz Schneider	1950	Rio Grande do Sul	Governador	Não-eleito
Décio Martins Costa	1950	Rio Grande do Sul	Senador	Não-eleito
Carlos de Brito Velho	1950	Rio Grande do Sul	Suplente de Senador	Não-eleito
Virginio Veloso Borges	1952	Paraíba	Senador	Eleito
Antônio Carvalho Guimarães	1953	Maranhão	Senador	Eleito
Virginio Veloso Borges	1954	Paraíba	Senador	Não-eleito
Antônio de Novais Filho	1954	Pernambuco	Senador	Eleito
João Alves da Rocha Loures	1954	Paraná	Senador	Não-eleito
Armando P. da Câmara	1954	Rio Grande do Sul	Senador	Eleito
Basílio Vicente de Castro	1954	Paraná	Suplente de Senador	Não-eleito
Mem de Sá	1954	Rio Grande do Sul	Suplente de Senador	Eleito
Márcio de Menezes	1958	Amazonas	Governador	Não-eleito
Otávio Mangabeira	1958	Bahia	Senador	Eleito
Carlos de Brito Velho	1958	Rio Grande do Sul	Senador	Não-eleito
Aloisio de Carvalho F.	1958	Bahia	Suplente de Senador	Eleito
Virginio Veloso Borges	1958	Paraíba	Suplente de Senador	Não-eleito
Mário Martins	1962	Guanabara	Vice-Governador	Não-eleito
Vasconcelos Costa	1962	Minas Gerais	Senador	Não-eleito
Antônio de Novais Filho	1962	Pernambuco	Senador	Não-eleito
Mem de Sá	1962	Rio Grande do Sul	Senador	Eleito
Amaral Neto	1965	Guanabara	Governador	Não-eleito

Fonte: TSE. *Estatísticas Eleitorais*; TSE. Repositório de Dados Eleitorais, votação por candidato, eleições de 1945, 1947, 1950, 1954, 1958, 1962 e 1965.

Com relação aos pleitos municipais, a única fonte que permitiu compilar boa parte dos dados foram os livros do TSE de Estatísticas Eleitorais. Mesmo assim, sem todas as informações disponíveis. Por exemplo, as eleições municipais de 1951 não foram contempladas nessa compilação. Além disso, como cada estado definia o mandato de prefeitos, nem sempre as eleições municipais coincidiam em todas as unidades da federação. Somava-se ainda que os anos dos mandatos dos vereadores também podiam ser diferentes:

Após a promulgação das Constituições estaduais, dois calendários passaram a coexistir nas eleições para as Câmaras Municipais. Um grupo de estados realizou eleições em 1951, 1955, 1959 e 1963: Amazonas, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Em outros estados elas ocorreram em 1950, 1954, 1958 e 1962: Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal (neste, somente até 1958). (NICOLAU, 2012, p. 92).

De qualquer forma, foi possível fazer um levantamento da situação do PL nos pleitos municipais a partir dos dados disponibilizados pelas estatísticas compiladas pelo TSE, ainda que incompletos:

**Tabela 15: Número de prefeitos e vereadores eleitos pelo PL em eleições municipais entre 1947 e 1963**

ELEIÇÃO	ESTADOS	PREFEITOS ELEITOS PL	VEREADORES ELEITOS PL
1947	BA, MA, PA, PE, PI, PR, RJ, RS	8 (RS-5, PE-3)	114 (RS-57, PE-30, MA-9, PR-9, RJ-4, PA-4, BA-1)
1955	BA, CE, MA, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RS, SC, SP	12 (BA-8, PB-3, SP-1)	97 (BA-89, SP-6, SC-2)
1959	BA, CE, MA, PI, PR, RJ, RS, SP	24 (RS-10, SP-7, BA-3, RJ-2, CE-1, MA-1)	106 (SP-55, BA-43, PR-5, CE-3)
1963	MG, PB, PE, PR, RJ, RN, SP	4 (MG-2, PR-2)	34 (PR-19, MG-11, SP-4)

Fonte: TSE. *Estatísticas Eleitorais*.

Sublinha-se que faltam informações importantes como dos pleitos no Rio Grande do Sul, em que não há os dados das eleições em 1955 e em 1963. Da mesma forma, não há informações de alguns estados tanto em 1959<sup>177</sup> como em 1963<sup>178</sup>. De qualquer forma, a fonte indica a presença do PL em ao menos um estado em que não

<sup>177</sup> Não constam informações da situação nos estados de Amazonas, Goiás, Pará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe.

<sup>178</sup> Não constam informações da situação nos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe

teve participação nos pleitos estaduais: o Rio Grande do Norte em 1963, embora não tenha obtido sucesso.

Outros estados, como Bahia, Paraíba e São Paulo, em que o PL elegia deputados federais e estaduais, conseguia votos, conquistando algumas prefeituras e cadeiras nas Câmaras Municipais. Ressalta-se que o PL ganhou a prefeitura de Campinas (SP), com Rui Hellmaister Novais<sup>179</sup>, em 1955 e nas eleições de 1958, venceu em Fortaleza, elegendo o prefeito Manuel Cordeiro Neto e o vice, Aécio de Borba Vasconcelos, e ainda conquistando 3 cadeiras, das 24, do legislativo da capital cearense<sup>180</sup>. O PL voltou a vencer nessa capital em 1962, com Murilo Borges Moreira.

## 2.2. Os diretórios regionais do PL

E como se deu a formação desses diretórios? Alguns indícios são possíveis identificar nas correspondências de Pilla. Afinal, ele foi o presidente do Diretório Nacional do partido durante todo o período democrático e por ele passava o aval para a criação deles. Por ter sua formação política ligada ao território rio-grandense, houve maior facilidade para o partido se posicionar nesse estado: seguindo Offerlé (1987), quanto mais fechada e antiga uma associação partidária, com uma definição ideológica mais clara, mais importante serão esses capitais objetivos do partido e mais tranquilamente será feita a sua apropriação e a sua conversão pelos militantes e/ou políticos profissionais.

No caso dos diretórios fora do Rio Grande do Sul, ocorre outra situação: os capitais do partido são mais frágeis – era preciso construir essa mesma tradição – e os profissionais políticos que se inserem impõem seus capitais individuais e/ou coletivos e àquela secção partidária: os partidários fazem o partido<sup>181</sup>. Abria-se o risco, para os

---

<sup>179</sup> Os dados do TSE apontam que o PL venceu o pleito em Campinas, embora o verbete sobre Novais no DHBB afirme que ele pertencia ao PSB. Todavia, no acervo de Pilla há várias referências a Novais e sua participação no PL, bem como o rompimento da relação entre a agremiação e o prefeito em 1957. Um exemplo é a notícia de *O Estado de São Paulo*, de 4 de setembro de 1957, que informa que ele não aceitou ser candidato ao governo do estado de São Paulo pelo PL. TSE. Estatísticas Eleitorais, vol.3, parte 1; DHBB, FGV, verbete: Rui Hellmaister Novais. Outra fonte que confirma Novais como membro libertador é a carta do presidente do Diretório Municipal do PL em Campinas, Paulo de Camargo Ferraz para Pilla. Ferraz afirma que “O nosso partido, felizmente, conseguiu fazer o Prefeito e 3 vereadores, sendo a nossa Câmara composta de 23 vereadores. Por alguns votos, não fizemos 4. A legenda do PL foi a segunda em votação, apenas vencida pelo P.T.B.”. FERRAZ, Paulo de Camargo. Destinatário: Raul Pilla. Campinas/SP, 13/10/1955.

<sup>180</sup> Sobre a eleição de 1958 em Fortaleza, ver TRE-CE, Eleições de 1958, resultados. Disponível em: <http://apps.tre-ce.jus.br/tre/download/Eleicoes%201958.pdf>. Acesso em: 04/09/2020.

<sup>181</sup> A expressão, logicamente, não deve ser interpretada ao pé da letra: o que se pretende dizer é que as lideranças políticas regionais que assumiam, ao impor seus capitais e recursos, geravam maior autonomia àquele diretório em relação ao nacional, dificultando interferências dos dirigentes nacionais. Mas não

dirigentes nacionais, de se perder o monopólio da palavra. Mas do ponto de vista estratégico, permitia algum alargamento, que alcançava certos resultados, como foi visto nos dados eleitorais já apresentados.

Assim, podia ocorrer o que Panebianco (2005) chamou de modelo de organização de sistema natural: devido a conjuntura ambiental política-eleitoral, os objetivos prioritários de uma organização partidária passam a ser a manutenção e a sobrevivência dela, deixando os objetivos ideológicos definidos *a priori* em segundo plano. No caso libertador, Pilla pode ter notado a necessidade de conciliar os objetivos ideológicos com a necessidade pragmática de expansão partidária e de adaptação à nova lógica política, ainda que, do ponto de vista retórico, procurava manter o discurso programático (especialmente a defesa da reforma parlamentarista).

Nesse ponto, retomamos Panebianco: para o cientista político italiano, a dimensão organizativa – ou seja, a grandeza da organização em termos tanto eleitorais como parlamentares – é uma variável cujos líderes partidários manipulam conforme as necessidades em determinada conjuntura (PANEBIANCO, 2005, p. 367-274). No caso libertador, era interessante o crescimento da organização. As lideranças, notadamente Raul Pilla, buscavam relaxar estrategicamente os limites ideológicos visando se aproximar de adeptos que podiam fortalecer o partido em alguma unidade federativa.

Também é importante lembrar que o PL enfrentava um concorrente de maior peso na disputa pelo espaço entre os eleitores anti-getulistas no país: a UDN. No Rio Grande do Sul, o PL ocupou esse setor. Mais tarde, o PSD ocupou com mais força ainda essa área e a UDN acabou sendo, das três agremiações anti-petebistas da década de 1950 no estado gaúcho, aquela que apresentava menor capacidade mobilizatória das forças antitrabalhistas – ainda que contasse com nomes tradicionais da política sul-riograndense como Flores da Cunha e Oswaldo Aranha.

No entanto, no resto do país, a situação era oposta: a UDN formou-se através de diversas lideranças oposicionistas ao Estado Novo, com autoridade em diferentes regiões. Benevides (1981) elencou desde as oligarquias regionais destronadas pela Revolução de 1930, passando por antigos aliados de Getúlio Vargas - como os tenentes – e as oposições liberais estaduais ao regime getulista, chegando até grupos de esquerda que, ressalta a autora, não participaram da formação da UDN, mas a apoiaram em seu início. Sendo assim, a UDN surgia com um elenco de atores políticos significativos e

---

significava que essas ingerências não ocorressem por parte desses. Todavia, dependendo do peso dos chefes políticos regionais, podiam ter maior ou menor ressonância nas secções regionais.

com considerável força política, ainda que, diferentemente de petebistas e pessedistas, não tivessem a máquina estatal para capilarizar o partido nacionalmente. Mas como a própria autora cita, tratava-se de uma união em torno de um objetivo comum: enfrentar Vargas e o Estado Novo.

A partir do momento em que esse tema fora superado, com a derrota eleitoral do Brigadeiro Eduardo Gomes em 1945, vários fatores motivaram diversas cisões dentro daquela agremiação heterogênea. Aqui estava uma chave para entender o surgimento de novos diretórios libertadores pelo país: o PL, por ser uma agremiação próxima ideológica e politicamente – principalmente por sua oposição ao getulismo - tornou-se o destino de muitos desses grupos dissidentes udenistas.

Pilla, como já dito, foi procurado por lideranças udenistas e esteve presente na reunião de fundação da UDN, até mesmo lendo o discurso em prol da candidatura de Eduardo Gomes à presidência (BENEVIDES, 1981). Logo, tinha contato e relação com muitas das lideranças políticas ali presentes. Muitos deles, que o conheciam já da luta política pré-1937. Essa rede de relações certamente pesou para atrair ao partido essas lideranças quando as mesmas romperam com a UDN. Pesando, dessa forma, o capital de notoriedade de Pilla. Mais ainda: Pilla atraía não apenas esses líderes dissidentes, mas aquilo que Gláucio Soares (2001, p.85) cunhou como *periferia partidária*. Em outras palavras, o grupo de indivíduos e/ou instituições que orbitam no entorno de um partido ou mesmo de suas lideranças. Como o autor informa, quando algum político ou grupo de políticos trocam de partido político, levam consigo os seus apoiadores mais fieis, ou seja, a sua periferia. Por outro lado, teria de enfrentar resistências internas, por inserir nos quadros partidários lideranças estranhas ao histórico do PL. Os casos mais evidentes nesse sentido são os Diretórios do PL na Paraíba e na Bahia.

O caso do diretório paraibano estava diretamente vinculado à figura de José Américo de Almeida. Filho de família tradicional naquele estado nordestino, além de destacado intelectual e escritor, Almeida começou a ganhar notoriedade política quando assumiu a Secretaria de Interior e Justiça estadual durante o governo de João Pessoa (1928-1930).

Apoiou a Revolução de 1930 e com a morte de João Pessoa, assumiu a liderança do movimento revolucionário na Paraíba, tendo papel decisivo na chamada Revolta da Princesa<sup>182</sup>. Com o sucesso do movimento, foi nomeado Ministro de Obras e Viação por

---

<sup>182</sup> A Revolta da Princesa tratou-se de um movimento armado por chefes políticos da região do sertão da Paraíba, mais especificamente na cidade de Princesa, contrários à política econômica do então presidente

Getúlio Vargas, ocupando o cargo entre 1930 e 1934 (SILVA, 2015). Seu nome começava a ganhar notoriedade nacional.

Como ministro, teve decisiva atuação no combate à seca no Nordeste brasileiro, através de investimentos robustos, como construção de açudes, entre outras obras. Embora tenha mantido formas de preservar sua influência junto aos grandes proprietários de terra e a elite política local: muitas dessas obras eram construídas em propriedades privadas (BARBOSA, 2012). Tais fatores ajudaram a construir os créditos políticos de Almeida não só na Paraíba, mas na região nordeste como um todo, ampliando também suas bases políticas, construindo o que ficou conhecido como *americismo*:

Essa construção de açudes em parceria com os grandes proprietários de terras da região Nordeste fez com que Almeida conseguisse extrapolar o poder de sua base para além das camadas populares, já que na posição de ministro conseguiu aprofundar as relações com essas elites, tendo as verbas federais ao seu favor, as utilizava no sentido de favorecer os donos das terras e consequentemente o seu grupo político. Tal ação teve importante papel para a consolidação do *americismo* no Estado paraibano, uma vez que o programa de combate à seca permitiu que a força política do ministro fosse sentida em todos os lugarejos da Paraíba. Através da parceria público-privada, José Américo de Almeida aproximou-se de alguns correligionários das velhas oligarquias paraibanas, mantendo-as sob o seu controle (SILVA, 2015, p.91-92).

Em 1937, Almeida candidatou-se à presidência, com vista às eleições de 1938 – que acabaram não ocorrendo devido o golpe do Estado Novo. Em paralelo, havia perdido espaço político na Paraíba para o governador que assumiu a administração local em 1934 e que tinha sido indicado por ele próprio, Almeida: Argemiro de Figueiredo. Almeida assumiu uma cadeira no Tribunal de Contas da União (TCU), indicado por Vargas. O golpe de 10 de novembro de 1937 encerrou qualquer chance de disputa eleitoral e motivou o rompimento definitivo entre Almeida e Vargas<sup>183</sup> (BARBOSA, 2012), enquanto Figueiredo tornava-se aliado do regime estadonovista e, por consequência, rival do então ministro do TCU.

---

do Estado João Pessoa. O movimento foi liderado José Pereira. O movimento ocorrido durante o ano de 1930 sofreu influência direta das eleições nacionais daquele ano, já que João Pessoa seria candidato a vice-presidente pela Aliança Liberal e Pereira apoiou Júlio Prestes e contava com o lastro do governo Washington Luís. Com a morte de Pessoa, o governo federal pôs termo à revolta. Sobre esse movimento, ver *DHBB*, FGV, verbete: Revolta da Princesa; Silva (2015).

<sup>183</sup> Segundo Barbosa, a relação entre os dois líderes políticos já vinha se deteriorando durante a campanha eleitoral em 1937. Vargas aproveitou-se do discurso de Almeida, voltado às classes populares, e através de seus aliados, difundiu que havia um complô comunista. Vale lembrar que o golpe do Estado Novo fora dado sob a justificativa de impedir um golpe da esquerda comunista (BARBOSA, 2012).

Em 1945, uma entrevista de Almeida para Carlos Lacerda, publicada no jornal carioca *Correio da Manhã*<sup>184</sup>, em que fez críticas ao Estado Novo e a Getúlio Vargas, virou símbolo da queda da censura do regime, uma vez que o periódico não sofreu repressão do governo após a publicação<sup>185</sup>. Nesse interim, Almeida já era um dos articuladores da fundação da UDN, e teve como companhia o seu rival político, Argemiro de Figueiredo<sup>186</sup>, o que definiu uma unidade frágil do partido em sua seção paraibana, que tinha como forte rival local o PSD.

A UDN conquistou o governo estadual nas eleições de 1947, com Oswaldo Trigueiro, em uma trégua entre os dois chefes. Mas os problemas voltariam a acontecer: disputas locais como a eleição para prefeitura de Campina Grande (PB), em que disputaram um nome ligado a Américo – o médico Elpídio de Almeida – e outro ligado a Figueiredo – Veneziano Vital do Rego. Elpídio – que ainda seria deputado federal pelo PL, mas de acordo com Barbosa (2012) estava ligado ao PSD, bem como outros aliados de Almeida naquele momento – venceu o pleito. Além disso, pesou também para a ruptura o fato de o governador paraibano Trigueiro dar preferência à ala de Figueiredo em relação a de Almeida em nomeações de cargos e favores políticos (CAMARGO; RAPOSO; FLECKSMAN, 1984).

Em 1950 o rompimento estava sacramentado e Almeida levou o seu grupo para o Partido Libertador. Aproximou-se do PSD e lançou sua candidatura ao governo estadual através da aliança entre PSD e PL, passando a se opor à UDN, agora dominada apenas por Figueiredo. Na disputa, os dois rivais confrontaram-se e Almeida se elegeu:

No pleito eleitoral de 1950, a Coligação Democrática Paraibana elegeu José Américo, José Fernandes de Lima e Ruy Carneiro (governador, vice-governador e senador, respectivamente). Assim como conseguiu eleger a maioria dos deputados federais, preenchendo seis das dez vagas oferecidas. Nos anos de 1950, a UDN perdeu razoavelmente espaço para partidos como o PSD, PTB e PL com a onda do “populismo” e nacionalismo vigentes, político e socialmente, os ventos pareciam soprar à favor da oposição, numa época em que importantes cidades do estado, se urbanizaram, aumentando a mobilização e ciência política dos eleitores (CAMPOS, 2017, p.33).

Frisa-se que, embora alguns trabalhos citem que Almeida estivesse registrado como membro do PL, tanto Pilla quanto o próprio Almeida afirmavam que esse registro não ocorreu. Quem registrou-se de fato foram os aliados de Almeida, os *americistas*. A candidatura ao governo estadual sem uma filiação partidária era explicada pela

<sup>184</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.14, 22/2/1945.

<sup>185</sup> Sobre os bastidores dessa entrevista e de sua publicação, ver Camargo, Raposo e Fleksman (1984).

<sup>186</sup> Figueiredo afastou-se de Vargas em 1940, devido a conflitos com grupos getulistas na Paraíba. Por isso, acabou formando a UDN ao lado do rival José Américo de Almeida. *DHBB*, FGV. Verbete: Argemiro de Figueiredo.

legislação eleitoral, que permitia o registro de candidaturas por coligações, sem ser necessário registro em um partido político em específico<sup>187</sup>. José Américo de Almeida relatou da seguinte forma a sua saída da UDN: “De fato, depois que saí da UDN, fiz a proposta de não me filiar a outro partido, para não parecer que eu vivia saltando de um partido para outro” (CAMARGO; RAPOSO; FLECKSMAN, 1984, p. 332).

O processo de ingresso de Almeida – ou melhor, da sua periferia partidária - às fileiras libertadoras gerou um conflito entre duas lideranças do PL: Raul Pilla e Décio Martins Costa. Como já referido, Almeida rompeu com Figueiredo e procurou Pilla para que pudesse se candidatar sob a legenda do PL. De acordo com o noticiado no periódico *Correio do Povo*, Décio Martins Costa, naquele momento presidente interino do Diretório Rio-Grandense – Pilla acumulava o cargo com o de presidente nacional, mas estava licenciado daquele devido ao exercício do mandato de deputado federal no Rio de Janeiro – recebeu uma carta de Pilla em que esse relata que havia sido procurado por um emissário de Almeida para solicitar a legenda do PL para os seus partidários visando o pleito estadual de 1950. PSB e PDC já haviam oferecido espaço a ele, mas a sua preferência era o PL<sup>188</sup>.

É possível dizer que a situação causou incômodo entre alguns libertadores. O mesmo periódico noticiou, alguns dias depois, que a resposta do PL – vinda de Costa, já que Pilla havia o consultado antes – era de que Almeida deveria se comprometer com o programa libertador, especialmente o sistema parlamentarista, o que seria problemático uma vez que Almeida era defensor do presidencialismo, de acordo com a publicação<sup>189</sup>.

Pilla, insatisfeito com a posição de Costa e por ter acreditado que ela havia sido vazada pela secção do Rio Grande do Sul, concedeu uma entrevista ao *Correio do Povo* em que desautorizou o diretório rio-grandense: afirmou que não havia feito uma consulta, mas informado da procura de Almeida através do seu intermediário, Plínio Lemos, que, segundo Pilla, era um “parlamentarista de primeira hora” e que

O diretório do Rio G. do Sul (...) geralmente presidido pelo meu substituto legal (Costa), esqueceu de que estávamos ainda numa fase preliminar e reservada de conversações e desprezou a circunstância de ser eu, como

<sup>187</sup> Conforme lembra Nicolau (2004), o registro partidário não era exigido no momento do registro da candidatura: “(...) não havia nenhum documento legal comprovando o vínculo de um cidadão com determinado partido. Para concorrer em uma eleição, o partido (ou coligação) precisava apenas registrar sua lista de candidatos quinze dias antes do pleito. Nas situações em que havia coligação, não havia indicação do partido ao qual cada candidato estava vinculado” (NICOLAU, 2004, p. 87).

<sup>188</sup> Movimento Político: deseja o Sr. José Américo concorrer às eleições na Paraíba sob a legenda do PL. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 14, 18/02/1950.

<sup>189</sup> Movimento Político: confirmada pelo sr. José Américo a notícia sobre o pedido de legenda do P.L. feito ao sr. Raul Pilla. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 14, 21/02/1950.

presidente do Diretório Nacional, o órgão natural das negociações e juiz único da conveniência de uma divulgação, anunciando amplamente o fato e estabelecendo publicamente as condições.<sup>190</sup>

Todavia, em março, surgiu duas novas notícias: a primeira, era de que Pilla dava o caso como encerrado e mitigava o embate com os dirigentes gaúchos ao afirmar que teriam lhe esclarecido que nada foi vazado e que tudo era “intriga jornalística” dos adversários de Almeida na Paraíba<sup>191</sup>. A outra, na mesma edição, era de que as negociações entre o grupo americista e Pilla seguiam para abrigar a candidatura de Almeida<sup>192</sup>, o que acabou se confirmando.

Percebe-se, dessa forma, que Pilla estava interessado na adesão dos americistas na Paraíba, ainda que como um “empréstimo” da legenda, sem maiores compromissos programáticos, ao passo que Costa apresentava resistências a essa hipótese. Pilla, em suas cartas, mostrava-se cioso com o programa partidário e mesmo com relação a entrada de novos membros no partido, como em um documento encaminhado ao diretório de São Paulo, sem data, em que defende que o PL não era uma “simples legenda eleitoral”, pois tinha princípios definidos e para ser membro deveria estar “verdadeiramente identificado com seus ideais”. Mais ainda, o PL “não oferece, não dá e não negocia a sua legenda”<sup>193</sup>.

Todavia, a posição programática teve de ceder às necessidades pragmáticas de expansão da dimensão organizativa do PL, e para tal foi preciso abrir esse espaço e correr o risco de perder o monopólio da fala. Por outro lado, tal postura do dirigente libertador o levou a um breve confronto com Costa, em que esse ocupou o papel de “purista”, ao defender compromissos programáticos de Almeida, enquanto aquele buscou um compromisso para fortalecer e expandir o partido. Confronto esse comum entre os grupos partidários: enquanto alguns procuram conciliações necessárias para ampliar as bases partidárias e cedem em pontos programáticos, outros denunciam tais tomadas de posições como abandono das teses originais partidárias. Logicamente, tais conflitos podem ter atores diferentes em determinadas conjunturas: nesse caso, Pilla acomodou-se como pragmático, em outras, como se verá nos capítulos seguintes, tomará o papel de purista.

---

<sup>190</sup> O sr. José Américo e o P.L.: esclarecimentos do sr. Raul Pilla. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 24/02/1950.

<sup>191</sup> O sr. José Américo e o P.L.: considera o sr. Raul Pilla o incidente como esclarecido e encerrado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 14, 02/03/1950.

<sup>192</sup> Promete o sr. José Américo um novo pronunciamento político. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 02/03/1950.

<sup>193</sup> GABINETE EXECUTIVO NACIONAL. Sem Título. Sem Data. Sem local..

De toda forma, em carta para Décio Martins Costa, enviada alguns anos após o caso do ingresso dos americistas, Pilla lembrou essa situação, lembrando uma advertência de Costa sobre a entrada do grupo de Almeida no PL paraibano:

*Com efeito, se a secção paraibana tem elementos dignos de todo apreço, o fato é que ela não passa de um apêndice do Sr. José Américo, que, aliás, não se filiou ao Partido. E o comportamento posterior dele tem sido simplesmente decepcionante. Em outros termos, hoje, e não só de hoje, reconheço que, não obstante a necessidade de robustecer a nossa situação legal, melhor fora não ter organizado a secção paraibana, que nunca se desligará de José Américo.*<sup>194</sup>

Percebe-se no discurso de Pilla - além de lembrar que Almeida, realmente, não havia se registrado como membro libertador, mas sim, os seus seguidores - certa frustração com o diretório local. Reconhecia que a entrada robusteceria a expansão partidária, mas os movimentos daquela seção não lhe agradavam. Por um lado, pode estar a questão do monopólio da palavra ali: os libertadores paraibanos estavam fortemente subordinados a Almeida, e não a Pilla ou aos libertadores rio-grandenses. Pilla não tinha tanto controle, a sua palavra não era a mais ouvida naquela secção, mas sim, de alguém que sequer militava oficialmente na agremiação. Soma-se a isso o fato de que o PL fazia nacionalmente, junto com a UDN, oposição ferrenha ao governo de Vargas - eleito em 1950 - e Almeida, devido a sua aproximação com o PSD paraibano, reconciliou-se com o então presidente e se licenciou do governo estadual para atender ao convite de Getúlio Vargas para assumir o Ministério de Obras e Viação, cargo que ocupou até a morte do presidente, em 24 de agosto de 1954. Logo, havia o risco de o grupo libertador tomar posições ao menos mais brandas quanto ao governo federal.

A aproximação de Almeida e Vargas pode ter frustrado o movimento de Pilla de juntar-se ao primeiro, mas não o impediu de intermediar pedidos de aliados, tendo um ministro que, se não era oficialmente ligado ao PL, era o chefe dos libertadores paraibanos. Em carta, encaminha ao então ministro uma solicitação do presidente do Diretório Municipal do PL da cidade de Pinheiro Machado/RS:

Ilustre amigo,  
Parecendo-me ser esta a providencia mais adequada para atender o pedido, transmito-lhe cópia do telegrama que, do Presidente do meu Partido em Pinheiro Machado, no Rio Grande do Sul, recebi a propósito da estação postal-telegráfica daquela cidade. É o seguinte o despacho: "Correio Telegrafo desta cidade instalado prédio residencial em ruínas. Rogamos vocencia empenhar esforços construção prédio atenda necessidades serviços, pleiteando inclusão verba através emenda orçamento federal. Antecipamos agradecimentos, Silvano Dias - Presidente Diretório Municipal".

---

<sup>194</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Décio Martins Costa. Rio de Janeiro, 09/03/1954. (Itálicos nossos).

Agradecendo-lhe a atenção que dispensar ao caso, os protestos de minha admiração.<sup>195</sup>

Do ponto de vista eleitoral, o PL paraibano obteve resultados bastante consideráveis com a adesão dos americistas: além dos deputados federais já citados, conseguia ainda boas representações na Assembleia Legislativa local, além de um senador em uma eleição suplementar em 1952, em que foi eleito Virgínio Veloso Borges<sup>196</sup>, que ocupou a cadeira até 1955.

O diretório libertador baiano também teve o prestígio de um nome advindo da UDN: Otávio Mangabeira. Tratava-se de um personagem que, diferentemente de Almeida, sempre fora opositor a Vargas: Mangabeira era ministro das Relações Exteriores no governo de Washington Luís, e manteve-se contrário ao movimento de 1930, tendo sido exilado após a vitória dos revolucionários. No seu retorno, foi um dos líderes do grupo autonomista na Bahia, de oposição ao interventor – e depois governador eleito indiretamente – Juracy Magalhães, aliado de Vargas. Foi eleito deputado federal em 1934 e juntou-se às oposições coligadas no Congresso Nacional, que incluía a Frente Única do Rio Grande do Sul, que unia o PRR e o PL de Assis Brasil e Raul Pilla. Exilado novamente em 1938, retornou durante o ocaso do Estado Novo, em 1945 e ao lado do seu antigo rival, Juracy Magalhaes, fundou a UDN na Bahia, tornando-se presidente nacional do partido e deputado federal constituinte e, em 1947, sendo eleito governador da Bahia<sup>197</sup>.

O PL baiano já era presente ao menos desde 1947, conforme os dados eleitorais aqui mostrados e estava representado no Diretório Nacional ao menos desde 1950<sup>198</sup>, mas o partido ganhou maior relevo com a introdução de Mangabeira e de seus aliados em 1954. Foi novamente um caso de rompimento interno da UDN, e que não tinha sido o único: além da ida de Mangabeira para o PL, houve a saída de outro grupo em direção ao PR local (SAMPAIO, 1981). Tanto Mangabeira como os libertadores comemoraram

---

<sup>195</sup> PILLA, Raul. Destinatário: José Américo de Almeida. Rio de Janeiro, 12/06/1954.

<sup>196</sup> Virgínio Veloso Borges era farmacêutico, empresário e banqueiro. Sua família tinha fortes vínculos com Almeida, sendo inclusive financiador de suas campanhas, conforme consta em Camargo, Raposo e Fleksman (1984). Ver ainda: *DHBB*, FGV. Verbete: Virgínio Veloso Borges.

<sup>197</sup> Sobre Mangabeira, foi consultada a biografia escrita por um ex-assessor seu durante o período em que foi governador da Bahia (1947-1951), Yves de Oliveira, intitulada *Otávio Mangabeira: alma e voz da República*. Embora seja um típico caso de “ilusão biográfica” retratada por Bourdieu (2006), traz algumas informações e fontes sobre a trajetória desse político.

<sup>198</sup> O senador Aloysio de Carvalho Filho encaminhou telegrama a Pilla para apresentar o presidente do diretório baiano naquele momento e representante da mesma na Convenção Nacional que se realizaria em 3 de junho de 1950. Um indício da existência da agremiação naquele estado antes da entrada dos autonomistas. CARVALHO FILHO, Aloysio de. Destinatário: Raul Pilla. Rio de Janeiro, 02/06/1950, Acervo Raul Pilla, NUPERGS/UFRGS.

a entrada dos baianos ao partido. Para o Mangabeira, o PL era “a trincheira dos udenistas que não admitem transigências de nenhuma natureza e é precisamente o meu caso com a desgraçada situação dominante” (OLIVEIRA, 1971, p. 250). Observa-se que o discurso faz menção a uma imagem que o PL tinha frente a muitos políticos: a de um partido honesto e que defendia a moralidade na política. Como veremos mais adiante, tratou-se de uma imagem desenhada pelas suas lideranças perante os outros partidos, uma forma de diferenciar-se frente as outras agremiações, formando um novo tipo de capital partidário. Um partido “verdadeiro”, conforme Pilla costumava dizer<sup>199</sup>.

Já os libertadores, vibraram com as adesões no editorial já citado *Expansão Libertadora*, no *ERG*, embora, como se verá adiante, o diretório do Rio Grande do Sul, especialmente suas lideranças – Décio Martins Costa e Mem de Sá – entraram em conflito com Pilla e outros dirigentes nacionais devido a entrada do deputado federal Nelson Carneiro – pertencente ao grupo de Mangabeira - autor de vários projetos de leis visando a legalização do divórcio. O incômodo se dava pela ligação dos dois representantes gaúchos a setores do clero rio-grandense e da Liga Eleitoral Católica (LEC)<sup>200</sup>.

Ainda que eleitoralmente a chegada de Mangabeira tenha trazido bons resultados para os libertadores baianos e uma melhor colocação no jogo político regional e nacional, tratava-se, assim como o caso paraibano, mais de uma adesão estratégica política do que propriamente de ideias. Novamente, era o capital do partido que interessava, mais do que propriamente aderir ao programa, embora isso fosse feito, de forma secundária. Era muito mais a figura de Mangabeira do que o PL que formava o partido naquele estado. E entre os dirigentes libertadores, provavelmente olhavam a adesão de Mangabeira como uma forma de fortalecimento nas disputas políticas locais. O próprio Mangabeira – que diferentemente do paraibano José Américo de Almeida, de fato registrou-se na agremiação – ressaltava que os partidos não mais lhe atraíam:

Cheguei (...) a uma estação da existência em que só se diz a verdade, por que nem sentimentos partidários me inspiram mais. Como que me sinto distante de todos os partidos, embora honrado em figurar nas fileiras do Partido Libertador (OLIVEIRA, 1971, p.254).

Em 1946, com sua eleição para deputado federal, Pilla mudou-se para a então capital federal Rio de Janeiro para exercer seu mandato. Tal presença no Distrito

---

<sup>199</sup> Essa construção obteve relativo sucesso. Entre muitos udenistas, o PL era tratado como a “ala angelical” do bloco udenista-libertador no Congresso Nacional (BENEVIDES, 1981).

<sup>200</sup> O caso Nelson Carneiro será tratado no capítulo 3.

Federal facilitou a implementação dos diretórios naquela cidade e no Estado do Rio de Janeiro, cuja capital era Niterói.

O Estado do Rio de Janeiro, assim como o próprio Distrito Federal, foi uma das circunscrições que o partido conseguiu assinaturas para o seu registro. Lá, contou com o apoio de Fernando Caldas<sup>201</sup> – filho do fundador do periódico porto-alegrense *Correio do Povo*, Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior e meio-irmão do então diretor do jornal, Breno Caldas. Segundo Mem de Sá, Fernando Caldas fora fundamental para recolher assinaturas em Niterói:

Eu sei que o último estado, foi o Estado do Rio. E foi o Fernando Caldas, irmão e irmão por parte de pai do Breno Caldas, que no último dia, ainda estava em Niterói com um grupo de amigos colhendo assinaturas na rua. E com isto às 3 horas da tarde, que era a hora final, conseguimos entrar no último estado com Guanabara, Rio Grande do Sul, Estado do Rio, depois não sei se foi Bahia ou Pernambuco, não me lembro.<sup>202</sup>

Caldas retirou-se do partido em 1953 e seguiu sua vida de jornalista. O motivo não se sabe ao certo, mas um indício está presente em uma carta de Pilla para Mem de Sá, de 1955, em que o primeiro se queixa para o segundo do secretário-geral do Diretório Nacional, Pedro Xavier D'Araújo. Nela, compara a atuação de D'Araújo no cargo partidário com a de Caldas, que havia exercido a mesma função: ambos, para o chefe libertador, acreditavam que o cargo era semelhante a como era exercido nos partidos comunistas<sup>203</sup>, em que o secretário-geral tinha poderes amplos.

Já em 1954, o partido fez uso de figuras importantes politicamente daquela região para fincar suas raízes naquele estado. No editorial *Expansão Libertadora*, cita que no estado fluminense, a figura que liderava naquele instante o partido era Maurício de Lacerda, pai do jornalista e político da UDN Carlos Lacerda. As relações de Maurício eram históricas com o partido, afinal ele esteve presente no Congresso de

<sup>201</sup> Fernando Caldas foi diretor do jornal entre os anos de 1927 e 1929. Antes, havia trabalhado no jornal *O Estado de São Paulo* (GALVANI, 1995). Em 1923, quando ainda estava na redação do periódico paulista, foi um dos jornalistas do mesmo que recolheu e enviou dinheiro em favor da Aliança Libertadora durante a Guerra Civil de 1923 no estado gaúcho (SÁ, 1973). Portanto, já tinha uma ligação com os libertadores durante a Primeira República. Segundo Galvani (1995), Caldas ainda trabalharia para as sucursais de *O Estado de São Paulo* e da *Folha de São Paulo* no Rio de Janeiro após sua saída do *Correio do Povo*, o que explica sua presença naquele estado em 1945.

<sup>202</sup> Como já posto, os estados foram: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pará, Santa Catarina e Paraná. SÁ, Mem de. Depoimento (1977). Entrevistador: Héglio Trindade. Porto Alegre, 1977..

<sup>203</sup> Pilla reclamava com Décio Martins Costa e Mem de Sá que Xavier D'Araújo havia assumido compromissos com a candidatura de Juarez Távora à presidência da República, em 1955, e que queria levar o partido todo a esse apoio, sem discussão. Ao estilo, no seu entender, dos secretários-gerais dos partidos comunistas, que detinham grande poder nessas agremiações. Nesse momento, comparou a atuação de D'Araújo com a de Caldas quando esse esteve no mesmo cargo. À época, havia a possibilidade de Etelvino Lins, dissidente do PSD em Pernambuco, também candidatar-se e Pilla simpatizava com essa possibilidade, não com Távora. PILLA, Raul. Destinatário: Décio Martins Costa e Mem de Sá. Rio de Janeiro, 30/05/1955.

Bagé, quando o PL foi fundado, em 1928<sup>204</sup>. Lacerda chegou a presidir a UDN no Rio de Janeiro, mas em 1954, como já dito, aderiu ao PL.

Essa adesão, no entanto, partiu de uma liderança política do norte fluminense, Altivo Mendes Linhares. A atuação política de Linhares vinha ainda da Primeira República, quando foi um dos líderes locais favoráveis à campanha de Nilo Peçanha a presidência da República em 1922, contra Arthur Bernardes<sup>205</sup>. Foi nesse momento que se aproximou de Maurício de Lacerda. Apoiador da Revolução de 1930, foi nomeado prefeito da cidade de Santo Antônio de Pádua/RJ, após a vitória dos revolucionários. Ainda havia sido deputado estadual eleito em 1934. Após a democratização de 1945, aderiu ao PSD, sendo nomeado em 1947, prefeito de outro município, Miracema/RJ, e em 1950, pelo governador Amaral Peixoto, prefeito de Niterói. Deixou a prefeitura em 1953 e, devido a uma disputa com o outro chefe pessedista na região de Miracema e municípios próximos, Coronel Agenor Barcelos Feio, deixou o PSD e fundou o diretório do PL<sup>206</sup>. Segundo o próprio Altivo Linhares, para constituir a organização partidária, precisou recorrer ao amigo Maurício de Lacerda:

Para fundar o Partido Libertador no Estado do Rio, eu recorri ao meu velho amigo Maurício de Lacerda convidando-o para participar do movimento. Maurício não quis agir, antes de ter um entendimento com o ministro da Fazenda Oswaldo Aranha. (...). De volta ao entendimento, fomos então ao Dr. Raul Pilla e este não teve dúvidas de nos entregar a direção do Partido no Estado do Rio. Imediatamente entramos em ação procurando elementos que acreditávamos que fossem criar no Estado uma política de puro idealismo, de vez que, a questão do espírito público estava em crise entre nós; mal sabíamos que iríamos encontrar muito pouco material humano nas condições ideais; e assim, foi que os únicos prefeitos que conseguimos fazer, Alberto Fortes, que tinha prestígio pessoal em 1958 em Niterói e, o autor dessas declarações (Linhares), em Miracema. (...). Continuei a guiar o Partido Libertador e entusiasta da Revolução de 64 e, quando surgia a necessidade, por uma questão de coerência, de conseguir a minha filiação à Arena, tive que recorrer ao Libertador Mem de Sá e ao presidente do partido, Filinto Muller (MONTEIRO, s/d, p. 161-162).

É interessante que, além de recorrer a Maurício de Lacerda, esse precisou tratar com Oswaldo Aranha. Aranha era ligado à UDN à época, embora sem participar das questões mais políticas, tanto que aceitou o convite de Getúlio Vargas para assumir o ministério da Fazenda. Uma hipótese é que Aranha tinha boas relações com lideranças

<sup>204</sup> *DHBB*, FGV. Verbete: Maurício Paiva de Lacerda.

<sup>205</sup> A campanha de Nilo Peçanha em 1922 ficou conhecida como a “Reação Republicana”, que representava uma cisão entre as oligarquias detentoras do poder político no Brasil. Peçanha angariou o apoio do seu estado, Rio de Janeiro, além das oligarquias baianas e gaúchas para enfrentar o representante da elite mineira Artur Bernardes, apoiado pelas oligarquias de São Paulo. O grupo de Peçanha buscou adeptos para além das elites, incentivando a mobilização de setores excluídos da participação política. Sobre as eleições de 1922, ver Marieta Ferreira e Surama Pinto (2013).

<sup>206</sup> Todos os relatos sobre a trajetória de Altivo Mendes Linhares estão presentes em suas memórias escritas por Maurício Monteiro (s/d).

libertadoras, como Pilla, daí precisar tratar antes com ele. Seja como for, Linhares afirma que Pilla não viu problemas e entregou o diretório ao seu grupo, possivelmente como um ato de confiança à Lacerda. Linhares buscou construir uma narrativa próxima da defendida pelos libertadores externamente: política idealista, diferente da “demagogia”, como Pilla costumava referir-se aos adversários políticos, especialmente getulistas/trabalhistas.

A se julgar pela troca de cartas, Lacerda pouco interferia: das correspondências presentes no acervo de Pilla não há nenhuma troca de carta entre 1954 e 1959, ano de falecimento daquele. Por outro lado, o presidente nacional do PL tinha alguns contatos com Linhares, para discutir o posicionamento do partido frente às eleições estaduais fluminenses. Em uma delas, Linhares ameaçou deixar o PL por um desentendimento com o chefe nacional quanto a qual candidato apoiar no pleito de 1958: Pilla opunha-se a dar suporte ao petebista Roberto da Silveira, porém também tinha restrições ao candidato do PSD Getúlio de Moura<sup>207</sup>. Ao fim, o PL se absteve e Silveira foi o vencedor do pleito.

Em 1962, outra troca de cartas, dessa vez encaminhada aos convencionais do PL fluminense. Nela, Pilla respondia a consulta do próprio diretório do estado do Rio sobre qual candidatura adotar, novamente demonstrava restrições às candidaturas postas – Badger da Silveira, do PTB; Tenório Cavalcanti, do PST e Miguel Couto, da aliança PSP/UDN. Pilla sugeriu a candidatura própria como uma forma de fortalecer o partido<sup>208</sup>. Finalmente, o PL acabou apoiando a candidatura de Edmundo Macedo Soares, antigo aliado de Linhares e que terminou com pouco mais de 4% dos votos. Badger da Silveira foi o vitorioso. Essa carta sugere que, no Rio de Janeiro, Pilla conseguia exercer um maior controle sobre o Diretório, uma vez que era consultado, algo que não era tão comum na Bahia e na Paraíba.

Todavia, o desempenho do partido no território fluminense foi frágil: tratava-se de um estado em que o sistema partidário girava em torno de PSD, UDN e PTB, além de líderes personalistas como o próprio Linhares, Tenório Cavalcanti, Ernani do Amaral Peixoto, entre outros. O partido apenas participou dos pleitos em 1954/1955 e 1962, sem conseguir eleger representantes parlamentares estaduais ou federais e conquistou apenas as prefeituras de Miracema – com o próprio Linhares - e de Niterói nos pleitos municipais de 1958.

---

<sup>207</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Altivo Linhares. Rio de Janeiro, 08/07/1958.

<sup>208</sup> Essa carta está presente em Monteiro (s/d).

Diferentemente do Distrito Federal, local em que o partido logrou alguns bons resultados. O partido obteve vereadores em 1954 e 1958. O Distrito Federal foi uma das circunscrições em que o PL tentou conseguir assinaturas para adequar-se às regras da lei Agamenon. Foram 558 assinaturas, mas foram validadas 248, não atingindo o número mínimo de 500 assinaturas<sup>209</sup>. Além disso, há indícios de sua organização já em 1946: Em entrevista ao *Correio do Povo*, Raul Pilla informou que o Gal. Isidoro Dias Lopes<sup>210</sup> já havia regularizado o Diretório local, com “a adesão de vários elementos influentes”<sup>211</sup>. Apesar disso, a primeira aparição eleitoral na capital federal se deu em 1950, com candidatos a deputados federais, mas que estiveram longe de conseguirem elegerem-se<sup>212</sup>. Mas em 1954 o partido ganhou maior relevância no cenário carioca com a adesão de Pedro Xavier D’Araújo.

Como lembra o já citado editorial do periódico *O Estado do Rio Grande* sobre a expansão do PL, Araújo fora fundador da UDN e vereador no Distrito Federal. Naquele momento (1954) era candidato a deputado federal, acabou ficando na suplência, assumindo em alguns momentos daquela legislatura a cadeira na Câmara dos Deputados<sup>213</sup>.

Xavier passou a desempenhar papel importante no Diretório Nacional, chegando ao cargo de Secretário-geral<sup>214</sup>. Pilla elogiou Xavier D’Araújo em uma carta pelo seu trabalho de organização dos libertadores na capital federal. No entanto, cobrou algumas questões como a falta de critério na escolha de membros – acusou de haver um candidato a vereador registrado no PL que seria comunista – e pelo fato de a seção carioca cobrar 35 mil cruzeiros para alguém candidatar-se pela agremiação. Para Pilla, esse ato significava transformar o partido em balcão de negócios, e não em um “verdadeiro partido”.

<sup>209</sup> TSE. Petição de registro definitivo do Partido Libertador, 07/11/1945.

<sup>210</sup> Isidoro Dias Lopes (1865-1949) foi um militar gaúcho, com histórico próximo aos libertadores: lutou nas forças rebeldes durante a Revolução Federalista (1893-1895) e foi um dos líderes das Revoltas Tenentistas ocorridas na década de 1920, bem como do movimento constitucionalista paulista de 1932. Estava afastado da vida pública ao menos desde esse período. Não há mais informações sobre esse retorno auxiliando Pilla e o PL no Distrito Federal, mas é mais uma evidência de que o líder libertador buscou mobilizar seus contatos fora do Rio Grande do Sul para fundarem seções libertadoras. Sobre Dias, ver: *DHBB*, FGV. Verbete: Isidoro Dias Lopes.

<sup>211</sup> Movimento político estadual: “as oposições assumirão uma atitude de crítica construtiva” – declara o deputado Raul Pilla. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10, 27/09/1946.

<sup>212</sup> Naquele pleito, o partido apresentou 4 candidatos a deputado federal. Natércia Silveira Pinto da Rocha fora a mais votada, com 588 votos. O PL angariou 1143 votos, bem distante do mais votado, PTB, com 221.430 votos. Obviamente, Natércia não foi eleita. TSE. Repositório de Dados Eleitorais, eleições de 1950.

<sup>213</sup> Informações disponíveis em *DHBB*, FGV. Verbete: Pedro Xavier D’Araújo.

<sup>214</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Décio Martins Costa e Mem de Sá. Rio de Janeiro, 30/05/1955.

Observe-se que, mesmo com esse discurso, na mesma missiva Pilla abria uma exceção, levando em conta as “condições políticas” da cidade do Rio de Janeiro, pedindo apenas que D’Araújo reduzisse o valor<sup>215</sup>. Em suma, a realidade política teve de se sobrepor aos princípios verbalizados pelo chefe libertador. Mantinha-se a retórica moralista, mas era preciso jogar o jogo para o crescimento do partido. O diretório tinha uma ala-moça ativa, liderada por Ricardo Howling e Carlos Chagas, ambos estudantes de Direito da PUC do Rio de Janeiro<sup>216</sup>.

Outros estados tiveram a formação de seus diretórios e o recrutamento de seus membros também a partir de uma liderança regional com algum recurso/capital, embora tenha sido encontrado poucos dados sobre esses casos. Um deles é o estado de Pernambuco. Ali possivelmente teve peso a influência de Antônio de Novais Filho. Bacharel em Direito e proprietário rural, Novais Filho foi prefeito da capital pernambucana, Recife, durante o Estado Novo, nomeado pelo então interventor Agamenon Magalhães. Essa proximidade o levou, em 1945, a participar da fundação do PSD local. No entanto, em 1947, afastou-se do partido e ingressou no PL<sup>217</sup>.

Um indicativo da sua presença foi a carta de 1950 do presidente do Tribunal de Contas do Estado de Amazonas, Elphego Jorge de Souza, ao pedir a Pilla para formar a agremiação naquela unidade. Souza era pernambucano e afirmava seguir Novais Filho quando ainda residia no estado nordestino: “Em Pernambuco, era fichado na secção local do Partido Libertador, sob a chefia de Novais Filho”.<sup>218</sup> Novais Filho elegeu-se senador pelo PL em dois pleitos: 1954 e 1962, sendo líder do partido na câmara alta. Além dele, o partido ainda elegeu Geraldo Guedes<sup>219</sup> deputado federal em 1958, embora esse tenha deixado o PL durante o mandato e sido reeleito pelo PSD em 1962.

No Maranhão, a liderança libertadora, ao menos em um primeiro momento, foi o jornalista Antônio Carvalho Guimarães<sup>220</sup>, que chegou a eleger-se senador em 1953 para um mandato complementar, que se encerrou em 1955. Junto com o estado de origem do

<sup>215</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Pedro Xavier D’Araújo. Rio de Janeiro, 13/08/1958.

<sup>216</sup> HOWLING, Ricardo Érico. Destinatário: Raul Pilla. Rio de Janeiro, 28/04/1958.

<sup>217</sup> *DHBB*, FGV. Verbete: Antônio de Novais Filho. De fato, seu nome não consta entre os membros do primeiro diretório pernambucano libertador, conforme noticiado no *Correio do Povo*, através de uma nota do Diretório Central libertador. O P.L. em Pernambuco. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.24, 10/11/1946.

<sup>218</sup> SOUZA, Elphego Jorge de. Destinatário: Raul Pilla. Manaus, 20/12/1950.

<sup>219</sup> Guedes ainda foi deputado entre 1964 e 1983, passagens por Arena até 1979 e pelo PDS a partir desse ano. *DHBB*, FGV. Verbete: Antônio Geraldo de Azevedo Guedes. Organizou também o perfil parlamentar de Raul Pilla, publicado pela Câmara dos Deputados (GUEDES, 1980).

<sup>220</sup> É possível que Carvalho Guimarães tenha sido um dos fundadores do PL no estado maranhense, uma vez que ele foi candidato a deputado federal pelo partido já no pleito daquele ano. TSE. Repositório de Dados Eleitorais, eleições de 1945; *DHBB*, FGV. Verbete: Antônio Carvalho Guimarães.

PL, o Rio Grande do Sul, o Maranhão foi o estado em que os libertadores estiveram presentes em todos os pleitos estaduais da República Democrática, embora com pouco sucesso.

Em Alagoas houve ao menos uma tentativa de recrutar uma liderança local, no entanto, Pilla não obteve sucesso. O libertador convidou o ex-deputado estadual udenista Lourival Mello Motta<sup>221</sup> para dirigir o Diretório alagoano. O convite não se encontra nos arquivos de Pilla, mas consta no acervo a resposta de Motta, em que se diz honrado, mas recusava a empreitada pois alegava não ter mais fé na política:

Mínima parcela entre os que pretendem contribuir para o bem deste país, me vi forçado a retirar-me. (...). Perdi a fé. E quem anda assim desamparado, nada pode fazer que não seja aos outros desanimar. Não seria um bom exemplo e estímulo para a mocidade que se agita, pela natureza de suas próprias forças, quem se sente aniquilado, por falta de fé, e sem esperanças, diante do “ambiente mefítico” que sufoca este país. Desculpe-me ter dito tanto, para concluir por tão pouco, que tanto vale uma negativa (...).<sup>222</sup>

Apesar da recusa de Motta, o partido acabou se formando para as eleições de 1962 e conquistou resultados interessantes naquela unidade federativa, alcançando cadeiras na Assembleia Legislativa local<sup>223</sup>. Sobre quem acabou assumindo as rédeas partidárias em Alagoas não foram encontrados muitos dados. Paulo Vitor Barbosa dos Santos (2018) apresenta o PL junto a coligação do governador eleito em 1960, Luiz Cavalcanti, da UDN. Todavia, os dados do Repositório do TSE e das Estatísticas Eleitorais não confirmam essa informação. Possivelmente houve um apoio informal. De qualquer forma, é possível pensar que essa proximidade com o governo estadual auxiliou no desempenho eleitoral do partido em 1962.

Já nas outras unidades da federação, os libertadores não puderam contar com chefes políticos de maior ressonância social e política. Em geral, eram locais em que o partido tentou estabelecer-se através de adeptos às bandeiras tradicionais do partido,

---

<sup>221</sup> Médico e jornalista, Mello Motta atuava na política alagoana desde os anos 1930, sendo deputado estadual nesse período. Retornou ao cargo eleito pela UDN em 1947 e reeleito em 1950, mas renunciou ao cargo em 1953 alegando insatisfação com os governos locais, especialmente o uso da violência nas disputas políticas. Sobre Mello Motta, ver: HISTÓRIA DE ALAGOAS. *O corajoso médico e deputado Lourival de Mello Motta*. Maceió/AL, 2015. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/lourival-de-mello-motta.html>. Acesso em 20/09/2020; APALCA. *Lourival de Mello Motta*. Palmeira dos Índios/AL, s/d. Disponível em: <https://apalca.com.br/patronos/lourival-de-mello-motta/>. Acesso em: 20/09/2020.

<sup>222</sup> MOTTA, Lourival de Mello. Destinatário: Raul Pilla. Maceió/AL, 19/06/1958.

<sup>223</sup> O PL elegeu 5 deputados estaduais em 1962. Dos eleitos, 4 foram reeleitos, mas todos haviam chegado à Assembleia Legislativa alagoana por outros partidos na eleição de 1958: Cicero de Siqueira Torres havia sido eleito pelo PSP; Remy Tenório Maia estava na aliança PSD/PTB/PRP; Tarcísio de Jesus foi eleito por PSB/PDC/PST e João Batista de Moraes pela UDN. A presença deles em 1962 no PL indica uma organização de várias forças em torno da formação dos libertadores alagoanos. O único a estreitar no legislativo local era Gonçalo Tavares. TSE. Estatísticas Eleitorais, vols. 4 e 6.

precisamente o parlamentarismo – ideia-força que tinha alguma capacidade mobilizatória - e/ou de indivíduos que buscavam uma legenda partidária que possibilitassem suas entradas no jogo político e que tinham ainda poucos recursos sociais e políticos para tal. Os casos com maior diversidade de dados nesse sentido foram os de São Paulo, do Ceará e do Amazonas.

No maior colégio eleitoral do país, houve inúmeras tentativas de consolidar o PL, mas todas elas esbarravam ora nos interesses políticos locais dos membros paulistas, ora em disputas intrapartidárias – quando não em ambos. No acervo de correspondências de Raul Pilla, é notável a quantidade de cartas trocadas com militantes paulistas, o que indica uma preocupação do presidente nacional libertador em inserir-se no jogo político daquele estado. Há de se considerar que o sistema partidário em São Paulo era significativamente fragmentado.

Peres (2017) questiona as interpretações clássicas<sup>224</sup> sobre o sistema partidário paulista durante o período 1945-1964: tais análises costumavam salientar o personalismo presente naquele estado, especialmente em torno das figuras de Adhemar de Barros e Jânio Quadros; salientavam a forte presença do PSP, partido construído por Barros e a menor relevância dos grandes partidos nacionais – PTB, PSD e UDN. Segundo o autor, a partir da análise do desempenho eleitoral dos partidos ao longo dos pleitos nacionais e estaduais, foi possível identificar que havia uma alta fragmentação das forças políticas locais e que o quadro era muito mais complexo do que até então havia sido desenhado, uma vez que houve aproximações e distanciamentos entre as secções partidárias dali. De fato, o PTB enfrentava maior concorrência com o eleitorado ademarista e janista, assim como PSD e UDN também concorriam por votos com o PSP.

Em outros momentos, essas agremiações buscaram se aproximar dessas forças justamente para ter ganhos políticos nos pleitos seguintes. Em suma, os três grandes partidos brasileiros, embora enfrentassem maiores obstáculos para se consolidarem entre os eleitores paulistas, não eram irrelevantes ou inexpressivos, pelo contrário, tinham peso importante naquela conjuntura:

Os dados que analisamos mostraram um cenário bem mais complexo e que exigem uma revisão no argumento principal da tese sobre a especificidade do sistema partidário no estado e no município. É verdade que, de modo geral, o

---

<sup>224</sup> Peres refere-se ao trabalho de Benevides (1989) sobre o PTB paulista intitulado *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)* e ao artigo de Fernando Henrique Cardoso (1975), *Partidos e deputados em São Paulo: o voto e a representação política*.

PSP foi o partido predominante em todos os níveis e modalidades de disputa; mas, em alguns casos, como na disputa para o Legislativo municipal, o partido apresentou um histórico de perda de votos persistente ao longo do tempo. Por outro lado, a UDN aumentou substantivamente sua votação nas eleições de 1962. O PTB, por sua vez, realmente não replicou o mesmo desempenho observado no plano nacional; contudo, em todos os níveis de disputa em São Paulo, sempre foi um partido eleitoralmente relevante em termos relativos. O PSD também foi um partido relevante, inclusive porque se aproximou do PSP e se aliou com ele em algumas eleições. Portanto, o PTB, o PSD e a UDN foram partidos relativamente expressivos no contexto de São Paulo, no estado e no município, apesar da incontestável predominância do PSP (PERES, 2017, p. 31).

Dessa forma, era plausível imaginar que os libertadores enfrentariam bastante dificuldades de se inserir entre as forças partidárias no estado paulista. Por outro lado, a julgar pelas suas correspondências, havia preocupação de Pilla em demarcar território em São Paulo. Já em 1945, São Paulo foi um dos estados em que os libertadores recolheram assinaturas: na petição do registro definitivo do PL constam 506 nomes, embora o TSE tenha reconhecido 462 e a circunscrição não tenha sido oficialmente uma das cinco a constarem no registro definitivo da agremiação junto ao Tribunal Eleitoral<sup>225</sup>.

Um documento sem data, advindo do Gabinete Executivo Nacional<sup>226</sup>, porém guardado em uma pasta de papeis do ano de 1945 do acervo de Raul Pilla no NUPERGS/UFRGS, dá indícios desse interesse das lideranças nacionais do partido em inserir-se no cenário político paulista. O documento citava a necessidade da dissolução do diretório paulista e dos respectivos diretórios municipais, bem como a nomeação de uma nova comissão reorganizadora daquela secção. Depois de enumerar as medidas necessárias para a formação da comissão, tais como a indicação de nomes para formar os diretórios municipais, a convocação de uma convenção estadual para formalização da nova secção, entre outras medidas exigidas pela legislação e decisivas para a ordenação partidária, o documento registra:

5- O Partido Libertador é mais do que uma simples legenda eleitoral: um partido de princípios definidos, que pugna por os propagar e impor e deseja, sobretudo, a moralização da vida pública brasileira. Portanto, só lhe interessam correligionários que estejam verdadeiramente identificados com os seus ideais. O Partido Libertador não oferece, não dá e não negocia a sua legenda. Assim, se todo o rigor é necessário na admissão de correligionários maior rigor ainda deve exercer-se na escolha de candidatos a cargos eletivos. É necessário evitar infiltrações, e não somente de comunistas.

<sup>225</sup> TSE. Petição de registro definitivo do Partido Libertador, 07/11/1945.

<sup>226</sup> De acordo com o estatuto do partido, o Gabinete Executivo Nacional era o órgão politicamente responsável pelo Diretório Nacional. O presidente e o vice-presidente desse exerciam simultaneamente os mesmos cargos no Gabinete. Além deles, havia mais sete membros, eleitos pelo Diretório Nacional. PARTIDO LIBERTADOR. *Programa e Lei Orgânica*. Rio de Janeiro, 1952, p. 21-22.

6 – Dada a proximidade das eleições municipais em S. Paulo e a luta de interesses meramente eleitorais que elas acarretam, entende este Gabinete que, sem descurar de sua reorganização, deve o Partido Libertador abster-se do próximo pleito. Tal posição terá vantagem de afastar elementos que só o baixo interesse eleitoral atrai e logo se tornam elementos perturbadores.

7 – Para adquirir uma sólida base e poder desenvolver-se, deve o Partido Libertador ser diferente dos demais. Somente assim logrará atrair aquela grande massa de gente honesta que, por descrer da política, vive arredada da vida pública.<sup>227</sup>

Opera-se aqui um modo de distinção – uma forma de se propor como diferente dos demais partidos. Os libertadores tentam impor uma marca distintiva e construir um discurso que os coloque perante o eleitorado como *diferente*. Ao dizer-se um partido preocupado com a moralização da vida pública brasileira e que pretendia atrair apenas adeptos dispostos a comprarem o seu discurso, o PL busca posicionar-se no jogo político. Ainda que, como foi visto no caso paraibano, a prática podia ser diferente.

Todavia, há uma estratégia de reconstruir as bases em São Paulo, quase do zero, como o Gabinete Executivo Nacional deixa transparecer, para que nos próximos pleitos estivesse mais fortalecido diante dos eleitores e com maior capacidade de mobilização. Embora haja essa advertência, o PL, como qualquer outra agremiação política, não ficaria enfeza a correligionários que buscam uma legenda para poder candidatar-se a um cargo eletivo, afinal, os partidos políticos são os meios necessários para tal. Apesar da retórica moralista, os libertadores propunham estratégias para conquistar poder político e, dessa forma, também ter influência no jogo político, participar das articulações políticas, da distribuição de recursos políticos, da proposição de políticas públicas, etc.

Do ponto de vista eleitoral, surtiu algum efeito a entrada libertadora no terreno paulista: já no pleito de 1950 o PL conseguiu eleger um deputado estadual – José Bertola. Essa era uma característica libertadora em vários estados, especialmente em São Paulo: em todos os pleitos, lançou candidatos somente para o parlamento estadual<sup>228</sup>. Naquele pleito, o partido conquistou 32916 votos, sendo o 11º partido mais

<sup>227</sup> GABINETE EXECUTIVO NACIONAL. Sem Título. Sem Data. Sem local.

<sup>228</sup> Ao menos no pleito de 1958, o PL teve um candidato a deputado federal, mas que foi lançado através da coligação PSB/PTN. Tratava-se de Octávio Galli. A informação foi confirmada pelo presidente paulista do PL naquele momento, Rodrigues Alves Filho. Tal estratégia possivelmente era utilizada pois o PL não teria condições de alcançar o quociente eleitoral para a Câmara Federal, pois necessitaria de um número alto de votos, pois era um número menor de vagas em disputa. Diferentemente do pleito para o legislativo estadual. Esse fato também aponta uma contradição na retórica de Pilla: no já citado documento para a Comissão Reorganizadora em São Paulo, ressaltava-se, no item 5, que “O Partido Libertador não oferece, não dá e não negocia a sua legenda. Assim, se todo o rigor é necessário na admissão de correligionários maior rigor ainda deve exercer-se na escolha de candidatos a cargos eletivos”. O oposto – o PL “alugar” legenda – não era malvisto. A prática política, novamente, levava os libertadores a tomarem atitudes diferentes – e necessárias para tentar expandir a legenda. ALVES FILHO,

votado, tendo o equivalente a 2,2%. O mais votado, o PSP de Adhemar de Barros, obteve 329368 votos, equivalente a 22% e conquistou 19 das 75 cadeiras da Assembleia Legislativa de São Paulo<sup>229</sup>.

Entre 1951 e 1953, o PL paulista passou por uma crise: Pilla encaminhou pedido ao TRE de São Paulo solicitando a dissolução do diretório local e a formação de uma comissão reorganizadora. Alegava ter feito um relatório sobre a situação da secção, apresentado ao Gabinete Executivo da agremiação, que concluiu pela pena sugerida por Pilla<sup>230</sup>.

Em 1953, em troca de cartas com um membro partidário paulista, Pilla deixou um indicativo de que, apesar de sua liderança partidária, não significava que suas posições seriam sempre vencedoras: afirmava ter sido voto vencido frente ao Gabinete Executivo quanto às orientações para a reestruturação paulista. Pilla diz ter ficado contente ao saber que um grupo de dissidentes do PSP que estavam em vias de adentrarem ao PL terem optado por outra legenda. Para ele, não era a melhor forma de organização daquele diretório – ou mesmo de qualquer outra secção:

Não era este o caminho - dos políticos já instalados em outros partidos e por qualquer motivo dissidentes – não era este o caminho que eu preferia para organizar a secção paulista ou qualquer outra secção do Partido. Mas, como talvez não ignore, eu tenho sido criticado pelo meu radicalismo, que, segundo alguns estaria prejudicando a necessária expansão do partido.<sup>231</sup>

Havia um embate de táticas: Pilla procurava indicar uma linha que, em tese, era mais criteriosa. Por outro lado, o Gabinete Executivo, procurava viabilizar a expansão partidária. Ainda assim, é possível perceber maior presença da atuação do chefe nacional do partido, indo mesmo até São Paulo, e procurando instituir sua visão sobre a secção, o que não se percebe, nas fontes, com relação aos casos em que existia lideranças regionais com peso local.

Em 1954, o partido voltou a eleger um membro para a Assembleia Legislativa paulista: Joaquim José da Cruz Seco. No entanto, provavelmente fruto das disputas internas, o partido perdeu votos: foram 28659, sendo o menos votado. Ainda assim, conquistou uma cadeira, enquanto PSP teve 17, PSD, 11 e PTB, 8. Mas a maior vitória eleitoral em São Paulo se deu nas eleições municipais do ano seguinte: o PL conquistou

---

Rodrigues. Destinatário: Raul Pilla. São Paulo, 20/10/1958; GABINETE EXECUTIVO NACIONAL. Sem Título. Sem Data. Sem local. Acervo Raul Pilla, NUPERGS/UFRGS..

<sup>229</sup> TSE. Estatísticas Eleitorais, vol.2

<sup>230</sup> PILLA, Raul. Destinatário: TRE/SP. Maceió/AL, 30/06/1951.

<sup>231</sup> PILLA, Raul. Destinatário: João Assumpção Mofreita. Rio de Janeiro, 17/11/1953.

a prefeitura de Campinas (SP) com Rui Hellmeister Novais<sup>232</sup>. Além da prefeitura, conquistou ainda 3 cadeiras na Câmara Municipal daquele município<sup>233</sup>.

A gestão de Novais levou Pilla a uma visita ao município em 1957. A empolgação com a administração campineira era evidente entre os militantes libertadores paulistas, o prefeito e o próprio chefe nacional, que já cogitavam uma possível candidatura de Novais ao governo estadual nas eleições de 1958<sup>234</sup>. Em carta, Pilla faz uma série de elogios ao administrador campineiro:

(...) A primeira coisa que impressiona, desde o primeiro dia da sua administração, é a sua incansável atividade. Os problemas são logo considerados, estudados e resolvidos. Não há contemplações, nem contemporizações. (...). O prefeito de Campinas devotou-se inteiramente à administração, à vida pública, deixando de parte os seus interesses particulares (...).

Longe iria eu, se quisesse enumerar os atos notáveis de sua administração. (...) Permitido seja que eu me desvaneça por conta-lo entre os membros do meu partido.<sup>235</sup>

Todavia, repentinamente, Novais descobriu não preencher um requisito caro aos libertadores, especialmente a Pilla: não era parlamentarista. Ao menos, esse foi o argumento que utilizou para deixar o partido, apenas alguns meses depois de receber os elogios e, até certo ponto, ser alçado a imagem de representante da nova geração libertadora. Houve destaque na imprensa paulista quanto à desistência e ao motivo alegado por Novais<sup>236</sup>. Mas Pilla, em troca de carta com o presidente da Comissão Reorganizadora paulista, João Batista de Campos Maia, acreditava que o prefeito havia recebido propostas de outras agremiações<sup>237</sup>.

<sup>232</sup> Novais era proprietário rural e industrial. Elegeu-se prefeito em 1955 quando ainda tinha 31 anos. Em 1958, deixou a prefeitura de Campinas e acabou candidatando-se a deputado federal, elegendo-se pela coligação PSB/PTN. Foi reconduzido à prefeitura de Campinas em 1964, dessa vez nomeado, após o golpe civil-militar daquele ano. Ocupou o cargo até o ano de 1969 e retirou-se da vida política em 1970. Erroneamente, o verbete sobre Novais no DHBB afirma que ele havia sido eleito pelo PSB, com apoio do PL. *DHBB*, FGV. Verbetes: Rui Hellmeister Novais.

<sup>233</sup> Além das 3 cadeiras em Campinas, o partido ainda conquistou 2 na Câmara Municipal da capital, São Paulo (HACKER, 2017).

<sup>234</sup> Novais, em carta a Pilla, ressaltava a disposição para representar o PL na disputa eleitoral de 1958. Afirmava que a carta do presidente nacional do PL valia como uma fiança a favor do seu nome. Dizia ter mesmo apoio dentro do governo estadual de então – o governador de então era Jânio Quadros – e teria possibilidade de contar com a UDN. Ao fim, como já referido, a candidatura não saiu do papel e ele elegeram-se deputado federal. NOVAIS, Rui Hellmeister. Destinatário: Raul Pilla. Campinas/SP, 06/07/1957.

<sup>235</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Rui Hellmeister Novais. Rio de Janeiro, 18/06/1957.

<sup>236</sup> O acervo de Pilla conta com vários recortes de jornais sobre o episódio da saída de Novais do PL, tratam-se de recortes guardados pelo próprio Pilla, o que demonstra que incidente marcou o líder libertador. Algumas das matérias presentes no acervo são: “Desiste o prefeito de Campinas”. *Diário Popular*, s/1, 04/09/1957; “O Sr. Rui Novais não será candidato do P.L.”. *Folha da Manhã*, São Paulo, 05/09/1957.

<sup>237</sup> PILLA, Raul. Destinatário: João Batista de Campos Maia. Rio de Janeiro, 17/09/1957.

O episódio da desistência de Rui Novais acabou gerando uma nova crise no atribulado diretório libertador paulista – que ainda era provisório. Sem um candidato para o governo estadual, os membros partidários fizeram uma convenção em janeiro de 1958 em que escolheram o senador Auro de Moura Andrade<sup>238</sup> como candidato libertador ao governo paulista. A escolha desagradou um novato na agremiação: Francisco Rodrigues Alves Filho. Sobre Alves Filho, há poucos indícios da sua trajetória anterior à sua adesão ao PL. Sabe-se que era aliado de Adhemar de Barros, tendo inclusive sido editor do jornal *A Época*, de propriedade de Barros, durante os anos de 1946 e 1947. Nesse ano, foi chefe do comitê eleitoral do PSP, mas acabou se desentendendo com Barros e deixando o partido (LOVATO, 2014).

As razões do desentendimento não são muito conhecidas. Segundo o próprio, os motivos seriam seu desencanto com a figura de Barros e suas ações ligadas à corrupção. Defendeu-se ao secretário-geral do PL, Xavier D’Araújo, afirmando que só fora aliado de Barros por motivos familiares, uma vez que tinha um irmão que havia sido secretário de Barros durante o período em que esse tinha sido interventor em São Paulo e que sua família tinha boas relações com a família de Barros<sup>239</sup>.

Seja como for, Alves Filho escreveu um livro intitulado *Um homem que ameaça o Brasil – A história secreta e espantosa da “caixinha” de Adhemar de Barros*, em que fazia diversas acusações contra o chefe do PSP. Um biógrafo do ex-governador paulista, Amilton Lovato, afirmou que o intuito de Alves Filho, com o livro, “era fazer frente à candidatura de Adhemar de Barros à presidência da República” (LOVATO, 2014, p.162). Em outras palavras, tentar prejudicar com uma grave acusação a possível candidatura de Adhemar de Barros ao cargo de presidente da República.

O livro foi uma das portas de entrada de Alves Filho ao PL: a primeira carta que enviou a Pilla foi uma espécie de apresentação, em que ele escreveu palavras que iam ao encontro do discurso distintivo que os libertadores procuravam defender, especialmente Pilla: defendeu o parlamentarismo, elogiando a atuação parlamentar do libertador gaúcho na luta pela implementação do sistema, afirmava ser o PL “o partido político

---

<sup>238</sup> Experiente político paulista, Andrade circulava entre diversos partidos, iniciou sua trajetória como membro fundador da UDN em São Paulo, depois esteve em partidos como PDC, PTB e PSD, partido pelo qual elegeu-se senador em 1954. *DHBB*, FGV. Verbete: Auro de Moura Andrade.

<sup>239</sup> Nessa carta, Alves Filho procurava defender-se de acusações feitas contra ele ao Diretório Nacional pelos membros da seção paulista do PL que estavam em vias de serem expulsos. Respondia, na carta, sobre sua relação com Adhemar de Barros, sobre a acusação de ter envolvimento com estelionatos e também sobre o fato de ser desquitado. ALVES FILHO, Francisco Rodrigues. Destinatário: Pedro Xavier D’Araújo. São Paulo, 03/06/1958.

que melhor satisfaz às elites, tomando-as em seu verdadeiro sentido”<sup>240</sup>, elogiava figuras do partido e dizia que teria satisfação em fazer parte do quadro libertador, após analisar o programa. Reiterava saber que o PL era um partido pequeno, “Mas o seu arcabouço e o seu conteúdo são elementos que o tornam grande, e com amplas possibilidades futuras”<sup>241</sup>. Declarava que era necessário um trabalho de doutrinação e em São Paulo estaria disposto a colaborar para que o PL atingisse o gabarito eleitoral exigido. Assegurava não ser ambicioso, mas também não ser comodista, que gostava de ser um “soldado”. Ao responder, Pilla declarou que a carta parecia vinda de um “libertador nato” e que lê-la lhe deu uma das maiores satisfações da sua vida pública<sup>242</sup>. E o encaminhou para um encontro com o chefe libertador paulista, Campos Maia.

Rodrigues Alves Filho – que, apesar de homônimo, não era primogênito do ex-presidente brasileiro entre 1902 e 1906<sup>243</sup> - ganhou a confiança de Pilla e passou a atuar como elo entre o diretório paulista e o nacional. O que o levou a entrar em conflito com o grupo dominante naquele momento, ligado a Campos Maia e ao vereador do PL na capital paulista, José Augusto da Silva Ribeiro. Foram eles que definiram, em janeiro de 1958, o apoio à candidatura de Moura Andrade, o que desgostou Alves Filho, que encaminhou o episódio ao Diretório Nacional. Pilla entrou com um novo pedido de dissolução junto ao TRE paulista, alegando que a seção local, por ser provisória, não tinha autonomia para decidir sobre o pleito estadual sem o aval do Diretório Nacional.

Dessa forma, a seção central tinha liberdade de dissolver a Comissão e formar uma nova. Alegava ainda que Auro Andrade não era um membro do PL, logo não tinha compromissos com o programa libertador<sup>244</sup>. Tal posicionamento contradizia a postura

<sup>240</sup> ALVES FILHO, Francisco Rodrigues. Destinatário: Raul Pilla. São Paulo, 02/05/1957.

<sup>241</sup> ALVES FILHO, Francisco Rodrigues. Destinatário: Raul Pilla. São Paulo, 02/05/1957.

<sup>242</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Francisco Rodrigues Alves Filho. Rio de Janeiro, 08/05/1957.

<sup>243</sup> Aqui convém fazer uma correção ao verbete sobre Rodrigues Filho presente no DHBB, da FGV. O artigo trata de homônimos como se fossem a mesma pessoa. Pelos dados encontrados, o filho do ex-presidente chamava-se Francisco de Paula Rodrigues Alves Filho e teve atuação política durante os anos 1920, sendo deputado federal em algumas legislaturas daquele período. Já o Rodrigues Alves Filho que atuou a partir dos anos 1940, junto a Adhemar de Barros e que aderiu ao PL em 1957, ou seja, o personagem tratado aqui, tratava-se de Francisco Martiniano Rodrigues Alves Filho, neto de Virgílio Rodrigues Alves, irmão do ex-presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves. O próprio Raul Pilla, ao pedir a publicação de um artigo de Alves Filho em *O Estado do Rio Grande*, pensou tratar-se do herdeiro do ex-mandatário da República, no que foi corrigido, em carta, pelo próprio Alves Filho, que inclusive lembrou que aquele, o filho do ex-presidente da República, já havia abandonado a política muitos anos antes. A última referência encontrada sobre ele foi quando se candidatou ao Senado Federal, em 1945, conforme consta nos registros do TRE paulista. *DHBB*, FGV. Verbetes: Rodrigues Alves Filho; ALVES FILHO, Francisco Rodrigues. Destinatário: Raul Pilla. São Paulo, 04/07/1957; TRE/SP. *Sistema Paulista*: estatísticas eleitorais. Disponível em: <http://www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/sistema-paulistica>. Acesso em 01/10/2020.

<sup>244</sup> PILLA, Raul. Destinatário: TRE/SP. Rio de Janeiro, 01/03/1958.

de Pilla com relação as entradas de José Américo de Almeida na Paraíba e Otávio Mangabeira na Bahia. Ali, o que pesou era a capacidade mobilizatória daqueles dois atores políticos nas suas localidades, ainda que causasse perdas do ponto de vista ideológico. No entanto, era importante manter o discurso programático como um importante estímulo para a militância partidária. Como lembra Panebianco (2005), a retórica ideológica é um importante incentivo para a manutenção da identidade partidária perante a coletividade partidária, especialmente as bases, mais ciosas com as “causas partidárias”.

Enquanto isso, Alves Filho encaminhava cartas pressionando Pilla a expulsar os membros rebeldes e formar uma nova Comissão em São Paulo. Muitas das missivas tinham caráter de dossiês, com acusações contra vários membros: em uma delas afirma que o interesse dos rebeldes era ter uma legenda para o pleito de 1958, logo, eram apenas “oportunistas” e que Pilla deveria expulsá-los<sup>245</sup>. Por outro lado, Alves Filho afirmava ter “franco desinteresse” no pleito eleitoral: seu intuito era auxiliar a reformulação do partido e torná-lo forte no jogo eleitoral paulista<sup>246</sup>.

Ao fim, a dissolução foi consumada e um novo grupo passou a comandar os libertadores em São Paulo, sob a liderança de Rodrigues Alves Filho<sup>247</sup>. Dentre os novos membros do partido estava também, no cargo de tesoureiro, um jovem advogado, Dalmo de Abreu Dallari<sup>248</sup>. Alves Filho obteve uma ascensão interna rápida, sabendo utilizar-se do seu contato – e do discurso libertador – junto ao líder nacional do partido.

No entanto, nesse meio tempo veio à tona, pela mão dos seus opositores internos, que haviam sido rechaçados do diretório, acusações quanto a sua relação com Adhemar de Barros e ainda um fator caro a muitos libertadores, bastante conservadores: o fato de Alves Filho ser desquitado e viver com outra mulher em um segundo casamento. Na carta em que se queixava dessas “calúnias” a Xavier D’Araújo, Alves Filho reclamava que a publicização dessas histórias havia abalado sua relação com Pilla<sup>249</sup>. De qualquer forma, Alves Filho coordenou a campanha de 1958. Em missiva a

---

<sup>245</sup> ALVES FILHO, Francisco Rodrigues. Destinatário: Raul Pilla. São Paulo, 01/02/1958.

<sup>246</sup> ALVES FILHO, Francisco Rodrigues. Destinatário: Raul Pilla. São Paulo, 25/04/1958.

<sup>247</sup> SOARES, Adalberto. Destinatário: Raul Pilla. São Paulo, 22/06/1958.

<sup>248</sup> Em entrevista ao sítio *Sul21* sobre a instauração do parlamentarismo no Brasil em 1961, o professor aposentado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) lembrou que se filiou ao PL quando ainda era estudante universitário pois admirava Raul Pilla e Mem de Sá e era defensor do parlamentarismo. Uma expectativa que não se concretizou. *Sul21*, Porto Alegre, 25/05/2011. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/postsrascunho/2011/05/uma-expectativa-que-nao-se-concretizou/> Acesso em: 01/10/2020.

<sup>249</sup> ALVES FILHO, Francisco Rodrigues. Destinatário: Pedro Xavier D’Araújo. São Paulo, 03/06/1958.

Pilla, comemorou os resultados eleitorais, com 2 deputados estaduais eleitos e a vitória de Carvalho Pinto, candidato a governador paulista naquele pleito e que recebeu apoio do PL<sup>250</sup>.

A ascensão levou Rodrigues Alves Filho a cogitar um cargo eletivo: em 1959, comunicou a Pilla que havia sido escolhido candidato do partido para a prefeitura<sup>251</sup>, eleição que se realizaria apenas em 1961, e que ao fim teve outro candidato libertador<sup>252</sup>. Logo, não se envolver em disputas eletivas deixou de ser um problema para o então presidente do partido em São Paulo.

No seu período como líder, o partido experimentou um crescimento em relação a si próprio nos pleitos anteriores: elegeu dois deputados estaduais em 1958 – Mário Telles e Alberto da Silva Azevedo. Foram 55047 votos ao todo, em que pese o fato de que havia aumentado o número de cadeiras na Assembleia Legislativa, de 75 para 91 deputados e ainda de que o PL seguia como o partido menos votado. Em comparação, o mais votado, PSP, teve 411.510 votos, conquistando 16 cadeiras<sup>253</sup>. No plano municipal, entre os anos de 1959 e 1961, conquistou sete prefeituras<sup>254</sup> e elegeu 55 vereadores, sendo 3 na capital, São Paulo (HACKER, 2017).

Em 1962, Pilla encerrou a hegemonia de Alves Filho no partido ao indicar João Pessoa de Albuquerque<sup>255</sup> para o diretório local. Tratou-se de um processo longo, uma vez que Pilla precisou pedir intervenção do TSE no diretório paulista para afastar Alves Filho<sup>256</sup>. Possivelmente, o chefe nacional estivesse incomodado com a postura de Alves Filho, o que o levou a retirá-lo do cargo. Albuquerque, por sua vez, também vinha de uma família política tradicional e havia sido presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e exerceu o cargo em São Paulo até a extinção do partido, em 1965.

<sup>250</sup> ALVES FILHO, Francisco Rodrigues. Destinatário: Raul Pilla. São Paulo, 20/10/1958.

<sup>251</sup> ALVES FILHO, Francisco Rodrigues. Destinatário: Raul Pilla. São Paulo, 19/11/1959.

<sup>252</sup> De acordo com a informação presente no sítio do TRE/SP, o candidato do PL foi Anselmo Farabulini Júnior, que havia sido vereador na capital paulista e deputado estadual por siglas como PR, PTN e PTB. TRE/SP. *Sistema Paulista*: estatísticas eleitorais. Acesso em 01/10/2020; *DHBB*, FGV. Verbete: Anselmo Farabulini Júnior.

<sup>253</sup> TSE. Estatísticas Eleitorais, vol.4; TSE. Repositório de Dados Eleitorais, eleições de 1958.

<sup>254</sup> O PL elegeu prefeitos nos municípios de Guararema, Guariba, Monte Aprazível, Piracaia, Guaratinguetá, São Sebastião e Sorocaba. TSE. Estatísticas Eleitorais, Vols. 5, 6 e 7.

<sup>255</sup> Albuquerque estava presente no diretório desde 1960, quando estabeleceu seu escritório na capital paulista, oriundo do Rio de Janeiro. Pilla fez a comunicação em carta ao membro do diretório paulista Adalberto Soares de Azevedo. Em 1962, tornou-se presidente da secção. PILLA, Raul. Destinatário: Adalberto Soares de Azevedo. Rio de Janeiro, 10/02/1960; *DHBB*, FGV. Verbete: João Pessoa de Albuquerque.

<sup>256</sup> Pilla relata, em carta, para José Pereira de Macedo a dificuldade que teve no Diretório Nacional de aprovar a autorização do pedido de intervenção junto ao TSE justamente porque Alves Filho havia articulado junto a outros dirigentes partidários para evitar a medida. PILLA, Raul. Destinatário: José Pereira de Macedo. Brasília, 30/07/1962.

Assim como Rodrigues Alves Filho, aproximou-se de Raul Pilla e ascendeu internamente, embora inicialmente suas atividades fossem no município do Rio de Janeiro<sup>257</sup>. Dessa forma, o partido impunha através de sua principal liderança, o caminho que via como mais adequado aos partidários locais.

Como pode ser visto, São Paulo foi um local em que a ausência de uma liderança política mais forte acabou permitindo uma maior intervenção do Diretório Nacional, especialmente de Pilla. Por outro lado, dificultou o avanço do partido ali, ainda mais tendo em conta a forte fragmentação do eleitorado conservador entre PSD e UDN, que embora não fossem tão dominantes como eram no plano federal, tinham boa capacidade mobilizatória, além das lideranças personalistas de Quadros e Barros. Sobrava pouco espaço para os libertadores, que ainda precisavam enfrentar suas próprias lutas internas.

No Ceará, o PL tentou inserir-se já em 1945, estando presente nas eleições para deputado federal. De acordo com Montenegro (1980, p.145), o TRE cearense registrou a fundação do partido em 17 de novembro daquele ano, sob a presidência do jornalista, advogado e escritor Jáder Moreira de Carvalho<sup>258</sup>. Carvalho foi o candidato mais votado do PL naquele pleito para a Câmara constituinte: obteve 156 votos. O partido foi o menos votado, com 662 votos, ante os 123.944 da UDN, a sigla mais votada e que conquistou 10 cadeiras na Câmara Federal para representar a população cearense<sup>259</sup>.

O fracasso possivelmente levou a um arrefecimento dos libertadores cearenses, que não participaram mais de eleições estaduais até o fim da República Democrática de 1945-1964, ao menos formalmente. Em 1950, Jáder de Carvalho pediu o cancelamento do diretório ao Tribunal Eleitoral Regional, alegando “que se afastava das lides político-partidárias por causa das decepções sofridas” (MONTENEGRO, 1980, p.150). Teria sido convencido a desistir dessa ideia. Não obstante, em 1953, o mesmo autor registra que a seção local passava a funcionar, autorizada por Raul Pilla, em uma segunda fase,

---

<sup>257</sup> Albuquerque encaminhou missiva a Pilla pedindo sua orientação pois vários apoiadores queriam que ele se candidatasse a vereador no Distrito Federal. Afirmava que só se candidataria se tivesse aprovação de Pilla e seria pelo PL pois tinha afinidade ideológica com a organização partidária. ALBUQUERQUE, João Pessoa de. Destinatário: Raul Pilla. Rio de Janeiro, 10/03/1958.

<sup>258</sup> Jáder de Moreira Carvalho foi um escritor, jornalista e político cearense. Teve atuação em jornais vinculados ao PCB. Fundou o jornal *Diário do Povo*, em Fortaleza, em 1947, que se tornou um dos jornais mais populares da capital cearense. Foi opositor de Getúlio Vargas durante o Estado Novo, tendo sido preso durante o regime autoritário varguista. Sobre Carvalho, ver RODRIGUES, Geovana; FALCAO, Maria. Amores e lutas de Jáder de Carvalho. *Retratos e perfis*, 2012. Disponível em: <https://retratoeperfis.wordpress.com/2012/11/01/perfil-jader-de-carvalho/>. Acesso em: 13/10/2020. Também há informações em Montenegro (1980).

<sup>259</sup> TSE. Estatísticas Eleitorais, vol. 1.

o que permite compreender que entre 1950 e 1953, acabou ocorrendo a dissolução do diretório comandado por Carvalho. Essa nova fase do PL era comandada por José de Borba Vasconcelos<sup>260</sup> e por Santiago Gurgel do Amaral<sup>261</sup> (MONTENEGRO, 1980).

Segundo Montenegro, a política cearense apresentava uma peculiaridade em relação ao cenário nacional: as disputas eram travadas entre o PSD e a UDN, sendo que o PTB tinha um viés mais conservador perante ao diretório nacional trabalhista e se aliava com frequência aos udenistas<sup>262</sup>. Já o PSP era o fiel da balança, ora apoiando os pessedistas, ora apoiando a aliança UDN-PTB.

Além disso, esses partidos contavam com lideranças em diferentes regiões do estado, tendo forte peso sobre o eleitorado rural, guardando ainda elementos do clientelismo. Nessa configuração, novamente o PL não teve muitas possibilidades de ampliar-se. Os dados disponíveis demonstram essa situação: enquanto a UDN dispunha 95 diretórios municipais em 1954, o PSP, 81 e o PSD, 57, os libertadores tinham seções em apenas 6 municípios cearenses. Nesse mesmo ano, o PSP registrou 1102 membros, contra 918 da UDN, 797 do PSD e 518 do PTB. O PL tinha apenas 67 membros registrados (MONTEGEGRO, 1980).

Tais dificuldades eram registradas nas trocas de correspondências entre Vasconcelos/ Amaral e Pilla. No pleito de 1954, chegou-se a cogitar uma candidatura ao governo estadual, mas o candidato – Coronel Holanda<sup>263</sup> - desistiu para candidatar-se a deputado federal pelo PSD. O que, por um lado, fez Borba sacrificar sua candidatura a

---

<sup>260</sup> José de Borba Vasconcelos teve atuação junto as lideranças da Revolução de 1930 no Ceará (MONTENEGRO, 1980). Após a vitória do movimento, foi Secretário de Polícia e Segurança Pública do Ceará entre 1931 e 1934 (AGUIAR, 2014). Em carta a Pilla, afirmou ainda ter pertencido à UDN naquele estado. No verbete do DHBB sobre o seu filho, Aécio, consta que ele fora deputado federal pela UDN entre 1946 e 1951. VASCONCELOS, José de Borba. Destinatário: Raul Pilla. Fortaleza, 25/07/1955; *DHBB*, FGV. Verbetes: Aécio de Borba Vasconcelos.

<sup>261</sup> Miguel Santiago Gurgel do Amaral consta como um dos fundadores e Secretário-Geral do primeiro diretório da UDN no Ceará (MONTENEGRO, 1980). Foi presidente do Instituto de Previdência do Estado do Ceará (IPEC) entre 1947 e 1955 – ou seja, nos dois últimos anos de sua gestão, já era membro do PL local. SECRETARIA DO PLANEAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ. Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará. Ex-presidentes e superintendentes do IPEC. Disponível em: <http://www.issec.ce.gov.br/index.php/historico/ipec/ex-presidentes-e-superintendentes-do-ipec/386-miguel-santiago-gurgel-amaral-1947-1955>. Acesso em: 13/10/2020.

<sup>262</sup> Tal configuração se tratava das disputas políticas até 1954. Já em 1958 e 1962 houve mudanças no processo político local: em 1958, nas eleições estaduais, PSD e PTB se aliaram contra os udenistas e venceram o pleito com Parsival Barroso (PTB), e em 1962 foi a vez do PSD se aproximar da UDN enfrentando e vencendo os petebistas com o udenista Virgílio Távora. TSE. Estatísticas Eleitorais, vols. 4 e 6; TSE. Repositório de Dados Eleitorais, eleições de 1958 e 1962.

<sup>263</sup> É provável que se trata de Cândido de Medeiros Holanda Cavalcante, que se candidatou a deputado federal pela sigla do PSD, mas não alcançou votação suficiente para eleger-se. TSE. Repositório de Dados Eleitorais, eleições de 1954.

deputado federal, mas livrou o partido de um incômodo e de um candidato que “não encheria um jeep”<sup>264</sup> de eleitores.

Houve ainda problemas quanto às questões regionais: Borba e Amaral não estavam dispostos a apoiar a candidatura presidencial de Juarez Távora, uma vez que era o nome apoiado pela UDN, e Borba – ele mesmo um dissidente udenista – não queria retornar ao convívio dos antigos companheiros<sup>265</sup> - lembrando que Távora tinha suas raízes familiares e políticas no estado cearense.

Além de não querer envolver-se em uma campanha presidencialista – usando, assim, o argumento de que o parlamentarismo seria superior - a carta de Borba dava a entender que o PL local estava sem apoio do Diretório Nacional e sem orientação sobre qual caminho tomar. Em resposta, Pilla desculpou-se pela demora em entrar em contato, discordou da tese de Borba e apresentou a sua perspectiva quanto a necessidade de manter o PL atuando:

Se bem percebi, o prezado amigo e companheiro não se dispõe a votar em Juarez, por ser ele também candidato da UDN e haver sérias incompatibilidades entre esta e o Partido Libertador nesse Estado. Releve-me não concordo com o prezado companheiro, neste ponto. A eleição de Presidente da República é uma questão de ordem nacional, que não deve ficar sujeita a circunstâncias locais. Se o candidato, por si mesmo, merece o nosso voto, não o podemos retirar, porque outros também vão votar nele.

Conheço por experiência própria as dificuldades que se encontra para organizar alguma coisa neste país. Não me admira pois o que escreveu o nosso amigo Coelho de Souza, a respeito da organização do Partido nesse Estado. Creio, porém, que aí, como em S. Paulo, como em toda parte, são favoráveis as condições para o desenvolvimento do Partido Libertador, tal o desencanto que os demais Partidos têm produzido.

Tudo é questão de persistência, pois os bons elementos acabarão vindo a nós.<sup>266</sup>

Pilla segue: embora percebesse que Borba não demonstrava entusiasmo com a candidatura de Távora, deixar de votar seria concorrer com a vitória de um candidato que não atendia aos interesses libertadores. Pilla mesmo tinha suas restrições quanto ao presidenciável da Frente de Renovação Nacional:

(...). Mas a verdade é que não temos outro caminho. Votar em Juscelino, em Adhemar, em Plínio Salgado? Parece impossível. Deixar de votar: É concorrer para a vitória de um dos piores candidatos.

Vamos procurar transpor este afanoso período que nos separa da eleição. Tenho a impressão que depois, melhorarão muito as condições para o nosso Partido.<sup>267</sup>

<sup>264</sup> A preocupação, portanto, não era tanto o vínculo com os libertadores, mas a capacidade de arregimentar eleitores. VASCONCELOS, José de Borba. Destinatário: Raul Pilla. Fortaleza, 02/10/1954.

<sup>265</sup> VASCONCELOS, José de Borba. Destinatário: Raul Pilla. Fortaleza, 25/07/1955.

<sup>266</sup> PILLA, Raul. Destinatário: José de Borba Vasconcelos. Rio de Janeiro, 06/08/1955.

<sup>267</sup> PILLA, Raul. Destinatário: José de Borba Vasconcelos. Rio de Janeiro, 06/08/1955.

As palavras de Pilla pareceram surtir efeito: houve maior envolvimento do PL cearense na campanha de Juarez Távora e o partido até passou a ser cortejado pelas lideranças estaduais. Em 1957, o senador Fernandes Távora procurou Pilla sugerindo a adesão dos libertadores locais à candidatura ao governo estadual de 1958 de Virgílio Távora, seu filho. Afirmou a Pilla que Borba teria recebido bem a ideia e que aquele poderia entrar em contato para confirmar<sup>268</sup>. Pilla encaminhou a carta, afirmando a Borba que havia falado para Fernandes Távora o procurar diretamente, pois era uma questão que o diretório local deveria deliberar, sem sua interferência<sup>269</sup>.

De qualquer forma, foi Pilla que o senador udenista procurou primeiro, formalmente, pedindo sua mediação com os membros da seção cearense. A aliança acabou não ocorrendo e o PL optou novamente por não participar do pleito estadual e focar no municipal – que ocorreria naquele mesmo ano no Ceará - mais especificamente na capital cearense, Fortaleza. Pode-se dizer que essa opção é um indício das dificuldades de inserção dos libertadores no interior cearense, devido a atuação proeminente das lideranças locais nos ambientes mais rurais. Dessa forma, a área mais urbanizada, em que o eleitor tinha menos vínculos com chefes políticos daria maiores oportunidades para a agremiação.

Entretanto, necessitavam de um nome de maior distinção política, o que não era o caso de Borba ou Amaral. O primeiro atuou no governo de Roberto Carlos Vasco Carneiro de Mendonça durante os anos de 1931 e 1934 como Secretário de Polícia e Segurança Pública. Com a mudança no governo e a eleição de Francisco de Menezes Pimentel, em 1935, foi sucedido por Manuel Cordeiro Neto, que exerceu o cargo entre 1935 e 1941 (AGUIAR, 2014). Durante sua gestão, Neto adquiriu capital político perante certos setores da sociedade cearense, especialmente em Fortaleza, por sua política de controle social. Ganhou a alcunha de “homem da lata” devido sua política correcional direcionada aos presos, fortemente ligada a uma imagem de valorização do trabalho, da instrução e da ordem social, aos moldes do regime do Estado Novo, como explica Aguiar<sup>270</sup>:

A sociedade olhava diretamente para os presos correccionais condenados a lata, ou seja, realizando serviços de proveito público através do trabalho nos

---

<sup>268</sup> TÁVORA, Fernandes Manuel. Destinatário: Raul Pilla. Rio de Janeiro, 01/03/1957.

<sup>269</sup> PILLA, Raul. Destinatário: José de Borba Vasconcelos. Rio de Janeiro, 20/08/1957.

<sup>270</sup> Aguiar (2014) faz uma análise da gestão de Cordeiro Neto como secretário de Segurança Pública entre 1935 e 1941 com o foco na sua política de correção dos presos, vistos como “desocupados”. A autora pensa tal diretriz moldada na ideia do Estado Novo de organização do estado baseado no controle social feito pela polícia local e em ideais como valorização do trabalho, da instrução e da ordem social.

serviços e, principalmente, nas obras de reforma e construção de prédios públicos que formavam o aparato policial na cidade. A punição exemplar foi aplicada aos transgressores do modelo de sociedade orgânica pretendida, pois até aqueles “desviados” poderiam ser incorporados, se assumissem funções de trabalho em proveito público, sendo regenerados e instruídos. A estratégia policial de Cordeiro Neto foi a de imposição dos valores da instrução, do trabalho e da ordenação social (AGUIAR, 2014, p.117).

A escolha dos libertadores de Fortaleza recaiu em Cordeiro Neto para a campanha de 1958, ainda que tenha sido Cordeiro que havia procurado os libertadores, e não o oposto, como se verá mais adiante. Sua popularidade era muito vinculada a essa imagem de “homem da lata”<sup>271</sup>, o que levava a uma ideia de moralidade pública, algo bem visto no discurso libertador.

Já em 1957, as negociações estavam em andamento, o que foi confirmado por José de Borba Vasconcelos: “(...) Sem esmorecimentos e de ânimo erguido procuraremos dar maior impulso ao PL, lutando contra fortes interesses personalistas em torno da candidatura do Coronel Cordeiro Neto à Prefeitura de Fortaleza”<sup>272</sup>. Acusava ainda o vice-governador cearense, Flávio Marcílio, de tentar entrar em uma área da cidade receptiva a Cordeiro Neto, em sua campanha para eleição estadual, também marcada para 1958.

Meses depois, a candidatura foi confirmada, recebendo o aval de Pilla, que, em manifesto a ser lido na convenção que confirmaria o nome de Cordeiro Neto – e que ele não poderia comparecer por questões de saúde - fez uma série de elogios ao candidato e à seção local. Enxergava Cordeiro Neto como um primeiro passo para o crescimento dos libertadores cearenses:

(...) A candidatura Cordeiro Neto é um penhor de renovação, de saneamento, de elevação da vida pública. É a candidatura de um homem, que ao cargo nada pede, porque ao cargo tudo pode dar. *É uma candidatura caracteristicamente libertadora, já que democratizar e moralizar a República constitui o objetivo supremo do Partido Libertador.* Para outra coisa não se fundou ele, sucedendo ao glorioso Partido Federalista, que no extremo sul do País se vinha batendo estreitamente, desde os primórdios do regime republicano.

Estando vós, prezados correligionários, empenhados agora, com o indispensável concurso de todos os concidadãos honestos e conscientes, *na regeneração da vida pública de Fortaleza, como primeira fase de uma operação mais ampla,* quase dispensável seria que manifestasse a minha mais integral solidariedade com patriótico movimento e vos dissesse a intensidade do meu pesar por não poder, com a presença da minha pessoa, ao lado de tão abnegados cidadãos, participar pessoalmente da patriótica assembleia<sup>273</sup>.

<sup>271</sup> O termo “homem da lata” faz referência ao fato de os apenados carregarem os materiais de construção em uma lata junto a cabeça. TV ASSEMBLEIA CEARÁ. Fortaleza Antiga: Cordeiro Neto e o “regime da lata”. 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=8jTq578q\\_hA](https://www.youtube.com/watch?v=8jTq578q_hA). Acesso em 26/10/2020.

<sup>272</sup> VASCONCELOS, José de Borba. Destinatário: Raul Pilla. Fortaleza, 06/11/1957.

<sup>273</sup> PILLA, Raul. *Aos libertadores do Ceará e, especialmente, aos de Fortaleza.* Discurso lido na Convenção do PL de Fortaleza. 27/05/1958. (Itálicos nossos).

Malgrado tratar-se de um discurso voltado para os correligionários de Fortaleza, é relevante registrar que Pilla adotou o postulante como uma candidatura “caracteristicamente libertadora”. Incluía o discurso muito usado pelo PL de moralização política como objetivo partidário, ligando, provavelmente, ao histórico de Cordeiro Neto como secretário de segurança e polícia dos anos 30 e 40. Citava ainda que o movimento poderia ser um primeiro momento para a expansão maior do partido no Ceará.

O interessante é que a candidatura de Cordeiro Neto surgiu de uma aproximação do candidato com o PL, porque necessitava de uma legenda. Ou seja, não tinha nenhum histórico vinculado com o PL. Tal relato foi feito por Gurgel de Amaral, em carta à Pilla, em que contava que Cordeiro demonstrava desprezo pelo partido, ao não se referir ao mesmo em seus discursos e insistir em afirmar que era apartidário<sup>274</sup>. Esse fato mostra que o discurso nem sempre correspondia ao que a luta política – ou o ambiente da arena eleitoral, nos dizeres de Panebianco (2005) - impunha: a possível vitória de Cordeiro traria frutos ao PL, ainda que, ao fim e ao cabo, ele não fosse um candidato “caracteristicamente libertador”. Adaptava-se o discurso ao jogo político.

Cordeiro Neto e o PL conquistaram a prefeitura, tendo como candidato a vice, também vencedor, Aécio de Vasconcelos Borba<sup>275</sup>, além de 3 cadeiras na Câmara Municipal da capital cearense<sup>276</sup>.

O partido novamente faria o prefeito da capital cearense em 1962 e novamente com um militar sem histórico libertador: Coronel Murilo Borges<sup>277</sup>. Ex-secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará e ligado a um adversário dos libertadores, o ministro da Guerra do Governo Juscelino Kubitschek e candidato do PSD derrotado à presidência em 1960, Marechal Henrique Lott, Borges tinha a desconfiança de Gurgel

---

<sup>274</sup> AMARAL, Miguel Gurgel do. Destinatário: Raul Pilla. Fortaleza, 16/07/1958.

<sup>275</sup> Aécio de Borba Vasconcelos iniciou sua carreira política naquele pleito, ao se eleger vice-prefeito de Fortaleza. Segundo o verbete referente a seu nome no DHBB, assumiu a prefeitura em maio de 1962 quando Cordeiro Neto teria renunciado para candidatar-se ao Senado Federal naquele mesmo ano, no entanto, a informação não é confirmada nas fontes do TSE consultadas sobre esse pleito. Outra informação equivocada é que ele teria sido eleito pela UDN vice-prefeito. No arquivo consultado do TRE do Ceará confirma que tanto Cordeiro Neto como Aécio elegeram-se pelo PL. De qualquer forma, elegeram-se deputado estadual em 1962, mas pela sigla do PST, o que pode indicar que o PL estava sem uma seção no Ceará naquele momento. Aécio ainda seria deputado federal entre 1983 e 1998. *DHBB*, FGV. Verbetes: Aécio de Borba Vasconcelos; TSE. Estatísticas Eleitorais, vol.6; TSE. Repositório de Dados Eleitorais, eleição de 1962; TRE/CE. Eleições de 1958, resultados, p. 33.

<sup>276</sup> Das 23 cadeiras do legislativo de Fortaleza, o PL elegeu 3, contra 4 do PTB, 4 do PRT, 3 da UDN, 3 do PSD, 3 do PSP, 3 do PR e 1 do PRP. TRE/CE. Eleições de 1958, resultados, p.33.

<sup>277</sup> Sobre Borges, ver o sítio Portal da História do Ceará; Disponível em: [http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2585&catid=293&Itemid=101](http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2585&catid=293&Itemid=101). Acesso em 24/04/2021.

do Amaral. Em missiva a Pilla, o líder libertador local via no prefeito eleito pelo partido alguém muito disposto a alianças com outros partidos e com grupos políticos antagônicos aos libertadores no Ceará e que demonstrava não confiar na agremiação em que se candidatou<sup>278</sup>. Com exceção dessas vitórias em Fortaleza, o partido não obteve maior sucesso naquele estado.

Um detalhe importante é que Gurgel do Amaral foi candidato a deputado federal em 1958 pela legenda do PRP. Primeiro, ele questionou Pilla sobre a possibilidade. Após descartar vários partidos – incluindo o próprio PL, pois com um candidato, não teria força para ultrapassar o quociente eleitoral – colocou a possibilidade de candidatar-se por PSB, PTN ou PRP, com vantagem para os dois últimos, pois o primeiro tinha muitos “comunistas”. Já o PTN era interessante, mas era um partido novato no Ceará. Quanto ao PRP, houve um abalo, pois os perrepistas foram descartados por Cordeiro Neto quando pretendiam indicar o candidato a vice-prefeito de Fortaleza<sup>279</sup>. Pilla, em resposta, diz preferir o PRP, e, em último caso, PTN ou PSB<sup>280</sup>.

Novamente, a prática política impunha a necessidade de um artifício comum aos outros partidos menores, de incluir candidatos em siglas com mais chances de se eleger. Os libertadores – especialmente Pilla - embora seguissem com uma retórica de não ser um partido preocupado com resultados eleitorais, fazia uso desses mecanismos, como um ator político que necessitava também de resultados eleitorais e de algum acesso a cargos de poder e representação. Naquele mesmo ano, como já referido, usou a mesma estratégia em São Paulo. Ao fim, Amaral, de fato, candidatou-se pelo PRP, mas não conseguiu eleger-se<sup>281</sup>.

Cabe igualmente registrar alguns casos em que as fontes são muito esparsas sobre a atuação do PL ou mesmo lugares em que houve tentativas de formação, mas por fatores como a já mencionada dificuldade de inserção em locais em que o PL era desconhecido e que enfrentava a concorrência de partidos maiores com perfil eleitoral próximo do PL, especialmente a UDN.

No norte do país, a unidade federativa em que houve algum êxito eleitoral, embora apenas no final da década de 1950 e início da década de 1960 foi o Amazonas. Como já citado, Pilla recebeu uma carta do presidente do Tribunal de Contas do Estado,

---

<sup>278</sup> AMARAL, Miguel Gurgel do. Destinatário: Raul Pilla. Fortaleza, 13/12/1962.

<sup>279</sup> AMARAL, Miguel Gurgel do. Destinatário: Raul Pilla. Fortaleza, 16/07/1958.

<sup>280</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Miguel Gurgel do Amaral. Sem local, 24/07/1958.

<sup>281</sup> Amaral fez 825 votos, sendo o 5º suplente de deputado federal do PRP cearense. TSE. Estatísticas Eleitorais, vol.4.

Elphego Jorge de Souza. Ele era pernambucano e dizia ter registro na agremiação em Recife/PE e pedia a Pilla a chance de formar a secção em Manaus, já que havia se transferido para aquela localidade<sup>282</sup>. Não há indícios da resposta de Pilla – caso ela tenha ocorrido.

De qualquer forma, não foram encontrados registros da atuação do PL nesse estado ao menos até 1958. Foi nesse ano que o PL se formou ali e lançou a candidatura de Márcio de Menezes ao governo estadual. Menezes havia sido comandante da Polícia Militar Amazonense e era militar do Exército<sup>283</sup>. Interessante que o partido demonstrava ter uma organização e capacidade de mobilização, ao adquirir espaços na imprensa: em 3 de junho de 1958, lançou a coluna *A Reforma*, publicado em meia página no periódico manauara *Jornal do Comércio* e que tinha como objetivo ser “tribuna avançada e sentinela incontestada, na defesa dos princípios democráticos em nossa terra”<sup>284</sup>.

No espaço, discutiam-se os problemas do Amazonas, faziam duras críticas à política e aos políticos locais, apresentavam os candidatos ao governo estadual e à Assembleia Legislativa amazonense, anunciavam comícios e reuniões, entre outros temas. Havia uma tentativa de seguir o discurso de Pilla: anunciando-se como um partido com princípios, apostando em um desgaste junto aos eleitores das forças tradicionais. *A Reforma* teve 42 números entre os meses de junho e outubro de 1958, mas não foi suficiente para o sucesso do partido: Menezes obteve apenas 841 votos, contra 37241 de Gilberto Mestrinho, candidato eleito do PTB e 36252 de Paulo Nery, do PSD. No legislativo estadual também não conseguiu conquistar cadeiras<sup>285</sup>.

Conforme Queirós (2020), a política amazonense durante a experiência democrática, a grosso modo, dividiu-se entre o PTB, sob liderança de Plínio Ramos Coelho e o PSD, comandado pelo ex-interventor durante o Estado Novo, Álvaro Maia. Os outros partidos giravam em torno dessas duas forças. Em 1958, embora o PL tenha surgido tentando posicionar-se como terceira força, apoiava a candidatura ao senado do petebista Vivaldo Palma Lima, além de candidatos a deputados federais petebistas, como Artur Virgílio Filho<sup>286</sup>. Essa aproximação tornou-se mais clara em 1962, quando

---

<sup>282</sup> SOUZA, Elphego Jorge de. Destinatário: Raul Pilla. Manaus, 20/12/1950.

<sup>283</sup> Realizando importantes obras, fala-nos o coronel comandante Márcio Menezes. *Jornal do Comércio*, Manaus, p.6, 04/06/1949.

<sup>284</sup> A Reforma: responsabilidade do Partido Libertador. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 4, 03/06/1958.

<sup>285</sup> O PL conquistou 2251 votos, o que significou 2,9%. O PTB teve 22342, o que representou 28,4%, sendo o mais votado. TSE. Estatísticas Eleitorais, vol.4.

<sup>286</sup> A Reforma: responsabilidade do Partido Libertador. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 3, 22/07/1958.

o PL, junto com PDC e PST, compôs a aliança que elegeu governador o petebista Plínio Ramos Coelho.

Nesse pleito, os libertadores lograram maior sorte: elegeram dois deputados federais – Paulo Ramos Coelho, irmão do governador eleito, e Djalma Passos. Ressalta-se que, além do PL apenas o PTB e o PSD elegeram deputados federais para representar os amazonenses na legislatura federal de 1963-1967<sup>287</sup>, sendo 3 e 2 deputados respectivamente. Além de 3 deputados estaduais<sup>288</sup>, formando a quinta maior bancada no legislativo estadual<sup>289</sup>, chama a atenção a aproximação do PL com o PTB. Não havia, por parte de Pilla e do Diretório Nacional, grandes restrições a essa aproximação quando se tratava de casos locais – exceto no Rio Grande do Sul ou em nível nacional, como será tratado no capítulo 4.

Ainda na região norte, o PL teve, em 1958, um diretório em Rondônia, que, como já dito no subcapítulo anterior, era um território federal naquela época. É interessante notar que a organização do partido ali, capitaneada por Eduardo Colares, se deu através da comunicação direta entre ele e Pilla.

Tal procura gerou desconfianças do deputado federal libertador, já que não conhecia o seu interlocutor, e não tinha garantias de que ele pretendia formar o partido por acreditar nos princípios partidários ou apenas para ter uma legenda para se candidatar à Câmara Federal – único cargo em disputa nos territórios, uma vez que os mandatários eram escolhidos pelo governo federal e não havia legislativo estadual. Na carta, Pilla faz uso da retórica de que o PL não era qualquer partido, era um “verdadeiro partido”. Colares deveria ter muita responsabilidade ao assumir a sigla. Lembrava que a entrada em Rondônia ia ao encontro da expansão do partido, mas:

(...) não lhe interessa somente crescer, sem perfeita assimilação dos elementos que admite, pois cresceria debilitando-se. O Partido Libertador não é apenas uma legenda de caráter eleitoral, mas um verdadeiro partido, de princípios, que tem por finalidade característica reformar as nossas defeituosas instituições e nossos viciosos costumes. É, por isto, essencialmente um partido de oposição<sup>290</sup>.

<sup>287</sup> TSE. Estatísticas Eleitorais, vol.6; TSE. Repositório de Dados Eleitorais, eleições de 1962.

<sup>288</sup> Entre os candidatos ao cargo legislativo estadual inscritos pelo PL, estava Amazonino Armando Mendes, futuro governador do Amazonas (1987-1990, 1995-2003, 2017-2019), senador (1991-1992) e prefeito de Manaus/AM (1983-1986, 1993-1994, 2009-2013). Possivelmente foi a primeira candidatura do então engenheiro. No entanto, não obteve sucesso, sendo o 11º mais votado do partido, com 428 votos, ocupando a 8º suplência. TSE. Estatísticas Eleitorais, vol.6., p.133-134. Sobre a trajetória de Mendes, ver *DHBB*, FGV. Verbete: Amazonino Armando Mendes.

<sup>289</sup> PTB e PSD, com 6 deputados cada, formavam as maiores bancadas. TSE. Estatísticas Eleitorais, vol.6.

<sup>290</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Eduardo Colares. Rio de Janeiro, 05/09/1956.

Como foi visto em outros locais, o discurso e a prática não necessariamente se encontravam. Enfim, Colares recebeu autorização e levou adiante a formação do diretório rondoniense. Na ata de fundação, constavam, entre os fundadores, uma liderança política local que já havia passado pela prefeitura de Porto Velho, capital do então território, Saleh Morheb<sup>291</sup>. O partido participou apenas do pleito em 1958 com Colares como candidato, que recebeu somente 44 votos. Depois disso, não há mais indícios sobre a atuação libertadora local, possivelmente tendo sido dissolvido o diretório.

No Pará, há poucas informações sobre a atuação do PL. Sabe-se que foi uma das circunscrições em que o PL conseguiu, em 1945, assinaturas necessárias: 956<sup>292</sup>. O ex-deputado estadual libertador pelo Rio Grande do Sul, Francisco Solano Borges lembra que os libertadores contaram com a presença de um militar reformado sul-rio-grandense naquele estado para angariar as assinaturas:

A lei falava em “cinco circunscrições eleitorais”. E aí? Arrumar mais quatro, onde e de que forma? Mas o Dr. Pilla era um homem de muito prestígio dentro e fora do partido e conseguiu em Santa Catarina, onde tinha muitos gaúchos, que se organizasse o diretório. Em São Paulo, da mesma forma, (...). E para a surpresa geral, um coronel do Exército gaúcho reformado, que residia no Pará, organizou no Pará.<sup>293</sup>

Ainda assim, as participações eleitorais libertadoras no Pará foram tímidas, lançando candidatos, de fato, apenas em 1954, ao cargo de deputado estadual<sup>294</sup>. Nos outros pleitos, esteve presente em coligações<sup>295</sup>. Em 1957, um representante do diretório local mandou uma missiva a Pilla afirmando estar organizando o partido em ao menos 16 municípios e que o partido estaria apto para as eleições seguintes<sup>296</sup>. Mas o PL só reapareceu em 1962, em coligações, novamente.

Em Minas Gerais, o PL só conseguiu, de fato, participar das eleições a partir de 1958. O estado mineiro era berço de muitas das principais lideranças dos partidos de

---

<sup>291</sup> A ata estava presente em uma carta encaminhada por Colares para Pilla. COLARES, Eduardo. Destinatário: Raul Pilla. Porto Velho, 16/4/1957. Sobre Morheb, o dado consta no sitio oficial da prefeitura de Porto Velho. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/21740/prefeitos-de-porto-velho>. Acesso em: 16/10/2020.

<sup>292</sup> TSE. Petição de registro definitivo do Partido Libertador, 07/11/1945.

<sup>293</sup> BORGES, Francisco Solano. Depoimento (maio/2004). Entrevistadores: Ângela Flach, Claudira Socorro e Daniel Milke. Porto Alegre, 2004. Arquivo de História Oral Delfos/PRP-AIB, PUCRS.

<sup>294</sup> TSE. Estatísticas Eleitorais, vol.3; TSE. Repositório de Dados Eleitorais, eleições de 1954.

<sup>295</sup> No pleito de 1950, o PL estava na Coligação Democrática Paraense, que reunia ainda UDN, PSP e PST, em apoio ao udenista Zacarias de Assunção, que se elegeu governador do estado. Em 1962, os libertadores coligaram-se, na chapa para deputado federal, com PSP, PTN, PRT, MTR, PSB, UDN e PR. Para o parlamento estadual, com os mesmos partidos, à exceção de UDN e PR. TSE. Repositório de Dados Eleitorais, eleições de 1950 e 1962.

<sup>296</sup> NASCIMENTO, João Braga. Destinatário: Raul Pilla. Belém, 10.06.1957.

linha mais conservadora no país: PSD e UDN, além de ser berço do PR - sucedâneo do antigo Partido Republicano Mineiro (PRM) naquele período e fundado pelo ex-presidente da República Arthur Bernardes<sup>297</sup>. Um fato que talvez tenha obstaculizado as tentativas libertadoras de ascender naquela região. Existiram tentativas: em janeiro de 1953, estava em formação uma seção libertadora em Minas Gerais e que lançou, inclusive, um manifesto ao povo mineiro<sup>298</sup>, assinada por Jacintho Marcelino Ferreira. Nele, Ferreira replica muitas das teses caras a Pilla: a defesa do parlamentarismo, a ideia de que era necessária uma “educação política” do povo e repete a tese de que o PL não era um partido voltado para as eleições, mas para as ideias e princípios. Aparentemente, o manifesto não encontrou eco na população local.

Em 1954, Pilla, às vésperas dos pleitos, dissolveu a seção mineira, pois esperava formar um diretório mais “digno” acusando Jacintho Ferreira, que era o presidente da seção de Minas Gerais e autor do já citado manifesto, de apenas querer a legenda para se candidatar, conforme relatou ao intelectual conservador mineiro e membro do PL local João Camilo de Oliveira Torres<sup>299</sup>.

O PL mineiro reapareceu em 1960, participando pela primeira vez de um pleito estadual, aliando-se à candidatura ao governo estadual de Magalhães Pinto<sup>300</sup>, que venceu a eleição. Os libertadores ainda participaram da gestão de Pinto com cargos no primeiro escalão estadual<sup>301</sup>. Em 1962, o partido elegeu 3 deputados estaduais – em coligação<sup>302</sup> - e teve um candidato ao Senado<sup>303</sup>. Ao que parece, o PL conseguia, naquele momento, ganhar alguma notoriedade junto ao eleitorado de Minas Gerais. No entanto, foi justamente próximo do rompimento democrático e da extinção do sistema partidário iniciado em 1945.

---

<sup>297</sup> Sobre o PR, ver *DHBB*, FGV. Verbete: Partido Republicano (PR).

<sup>298</sup> FERREIRA, Jacintho Marcelino. *Partido Libertador: manifesto ao povo mineiro*. Belo Horizonte, 11/01/1953.

<sup>299</sup> PILLA, Raul. Destinatário: João Camilo de Oliveira Torres. Rio de Janeiro, 01/09/1953.

<sup>300</sup> Magalhães Pinto, que pertencia a UDN, elegeu-se com o apoio de PRT e PL. TSE. Estatísticas Eleitorais, vol.6; TSE. Repositório de Dados Eleitorais, eleições de 1960.

<sup>301</sup> O deputado estadual libertador eleito em 1962, Wilson Chaves, foi secretário de Ação Social entre agosto de 1965 – portanto, antes do Ato Institucional nº2, que extinguiu os partidos em outubro daquele mesmo ano – até fevereiro de 1966. O dado está presente no sítio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/export/sites/default/deputados/LegislaturasAnteriores/Deputados/deputados5.pdf>. Acesso em 16.10.2020.

<sup>302</sup> O PL aliou-se ao MTR para as eleições legislativas estaduais de 1962. TSE, Estatísticas Eleitorais, vol.6; TSE. Repositório de Dados Eleitorais, eleições de 1962

<sup>303</sup> Vasconcelos Costa foi o candidato do PL ao senado por Minas Gerais, mas foi apenas o 8º mais votado, com 111.692 votos. Os eleitos foram Benedito Valadares, do PSD, e Camilo Nogueira da Gama, da aliança PSB/PTB/PSP, com 454.842 e 441.546, respectivamente. TSE, Estatísticas Eleitorais, vol.6; TSE. Repositório de Dados Eleitorais, eleições de 1962.

Em outros quatro estados – Piauí, Goiás, Rio Grande do Norte e Espírito Santo – as fontes são escassas. Com relação ao Piauí, a única referência são os dados eleitorais, que mostram a participação do PL em três eleições estaduais: 1945, 1947 e 1954: na primeira, lançou candidatos para a Assembleia Constituinte nacional, e, na segunda, para a Assembleia Legislativa local, em ambas, sem sucesso<sup>304</sup>. Na última aparição, esteve coligado com outros partidos<sup>305</sup>.

Em Goiás, a agremiação estreou apenas em 1962, apoiando as candidaturas ao Senado dos udenistas Geraldo de Araújo Vale e Jerônimo Coimbra Bueno<sup>306</sup>. No entanto, houve ao menos uma investida anterior, em 1950, de formar uma seção goiana, através de Alódio Tóvar<sup>307</sup>, que alegava ter formado alguns diretórios municipais. No entanto não foi adiante.

No Rio Grande do Norte, houve também interessados em criar seções. No caso potiguar, Antônio Barboza fez esse pedido por carta a Pilla<sup>308</sup> em 1951. Não se encontrou uma resposta desse. Nos dados eleitorais, a única menção ao PL foi nas eleições municipais de 1963<sup>309</sup>.

Já no Espírito Santo, ao menos nas fontes aqui pesquisadas, não houve referência de presença do PL nos pleitos estaduais, nem nos municipais. Nas correspondências de Pilla, entretanto, existe uma troca de cartas com Waldir Vitral, em que esse, primeiro, fala em organizar a agremiação no estado capixaba, e depois, Pilla afirmava ter dissolvido o diretório e que contava com Vitral para reorganizá-lo<sup>310</sup>. O que se denota é que Vitral não era capixaba, mas era o responsável pela organização do PL no Espírito Santo. Portanto, existiu uma seção, no entanto, possivelmente era muito frágil e sequer conseguiu participar dos pleitos.

Por fim, cabe algumas palavras sobre os diretórios de Santa Catarina e Paraná, ambas unidades federativas ao sul do país, próximas ao Rio Grande do Sul, que tiveram, em algumas localidades, como o oeste catarinense e o sudoeste paranaense, forte

---

<sup>304</sup> TSE. Repositório de Dados Eleitorais, eleições de 1945, 1947 e 1954.

<sup>305</sup> O PL apoiou a candidatura ao governo estadual de Joaquim Lustosa Sobrinho, juntamente com a UDN e o PSP. Sobrinho foi derrotado por Jacob Manoel Gayoso e Almendra, da aliança PSD/PTB. TSE. Repositório de Dados Eleitorais, eleições de 1954.

<sup>306</sup> Nenhum dos dois candidatos se elegeram. TSE. Repositório de Dados Eleitorais, eleições de 1962.

<sup>307</sup> TÓVAR, Alódio. Destinatário: Raul Pilla. Goiânia, 15/03/1950.

<sup>308</sup> BARBOZA, Antônio. Destinatário: Raul Pilla. Natal, 03/05/1951.

<sup>309</sup> TSE. Estatísticas Eleitorais, vol.7.

<sup>310</sup> VITRAL, Waldir. Destinatário: Raul Pilla. Rio de Janeiro, 29/03/1955.; PILLA, Raul. Destinatário: Waldir Vitral, 08/09/1956.

presença de migrantes vindos do território sul-rio-grandense ao longo do século XX<sup>311</sup>. Pilla conseguiu, em ambos, as assinaturas necessárias para fundar o partido em 1945<sup>312</sup>. No entanto, essa presença não necessariamente direcionou-se para a luta política, e quando se direcionou, encontrou outras forças políticas consolidadas.

No caso catarinense, os dois partidos mais fortes e que disputavam o poder político naquele momento eram PSD e UDN. Ambos estavam vinculados a famílias políticas tradicionais do estado e que se revezavam no poder desde a Primeira República: os Ramos, entre os pessedistas, e os Konder, em um primeiro momento, e os Bornhausen, durante as décadas de 1950 e 1960, entre os udenistas (CARREIRÃO, 1988). Logo, no caso dos Ramos, ligados à interventoria catarinense durante o Estado Novo, já surgiam com a força da máquina administrativa, como foi característica do PSD. Por outro lado, a UDN também já tinha uma base política sólida, através das famílias Konder e Bornhausen, o que dificultava qualquer avanço de outros partidos próximos ideologicamente, como era o caso dos libertadores. Segundo Yan Carreirão, inclusive, o PL teria servido como legenda de aluguel no estado e tinha sua maior atuação na região do Oeste Catarinense:

Em SC o PL se enraíza inicialmente em Lages, teria sido fundado em 1949. Durante a segunda metade da década de 50 o partido conta com Diretórios Municipais em 13 municípios, sendo que 9 destes situavam-se a Oeste de Lages (incluindo este último), o que reforça a hipótese da influência exercida pelo RS no Oeste catarinense.

Na realidade o PL parece ter sido uma legenda que serviu para barganhas eleitorais (...). (CARREIRÃO, 1988, p.81).

A correspondência de Pilla demonstra que antes de 1949 o partido já estava formando-se em território catarinense. Em 1947, Ermenegildo Corbellini já comunicava a criação do diretório catarinense, com sede provisória no município de Caçador, na região Oeste, o que indica que, de fato, a presença de gaúchos facilitou a fundação do PL naquele local<sup>313</sup>.

---

<sup>311</sup> Sobre as colonizações de sul-rio-grandense no oeste catarinense e no sudoeste paranaense, ver, respectivamente, Silva (2010) e Mondardo (2010). Esse dado – a migração de gaúchos para outros estados - cabe ainda ao estado do Mato Grosso, na região Centro-Oeste, já comentado nesse trabalho.

<sup>312</sup> Em Santa Catarina, foram 595. Já no Paraná, 538. TSE. Petição de registro definitivo do Partido Libertador, 07/11/1945.

<sup>313</sup> Nessa carta, Corbellini indicava como representante do PL catarinense junto aos dirigentes sul-rio-grandense um estudante da Faculdade de Direito de Porto Alegre: Raymundo Faoro. O autor de *Os Donos do Poder* era natural de Vacaria/RS, mas sua família migrou para o município catarinense de Caçador nos anos 1930. Conforme Tridapalli (2009), seu pai, Atilio Faoro, era comerciante e teve contato com o PL ainda em Vacaria, quando fora delegado da cidade nomeado pelo prefeito de então, ligado aos libertadores. Possivelmente daí vinha a ligação de Faoro com o partido. CORBELLINI, Ermenegildo. Destinatário: Raul Pilla. Caçador/SC, 06/01/1947. Ainda corrobora a informação um manifesto de estudantes universitários publicado na edição do *Correio do Povo* do dia 17 de dezembro de 1946 em apoio à candidatura de Décio Martins Costa (PL) ao governo estadual no pleito de janeiro de 1947. Entre

Já Em 1952, outro líder local, e de origem gaúcha, comentava sobre a expansão do PL no estado catarinense. Tratava-se de Fidêncio Souza de Mello Filho, residente em Xanxerê, município do Oeste de Santa Catarina. Nela, Mello Filho afirmava ter esperanças de crescimento do partido ao menos naquela região e no Paraná, encaminhava uma foto sua para Pilla e lembra que ambos atuaram juntos durante a campanha de 1922 e a Guerra Civil de 1923 no Rio Grande do Sul:

(...). Pelas fotografias notarás que apesar de velho ainda estou em forma para prestar meus serviços a nossa causa, ainda mais tendo como Chefe o grande idealista, aquele mesmo companheiro do Comitê da Rua dos Braganças na residência do saudoso Armando Tavares, em Porto Alegre<sup>314</sup>

Um indício de que o papel dos migrantes sul-rio-grandenses foi importante para a atuação do partido em Santa Catarina. De qualquer forma, apesar das tentativas, o partido só conseguiu algum peso nessas regiões, e mesmo assim, muito pouco. No estado como um todo, participou somente dos pleitos de 1954 e 1958. Quanto a ser uma legenda para barganhas eleitorais, não foi possível verificar tal situação. Pelas correspondências, é possível afirmar que os dirigentes locais seguiam as orientações do Diretório Nacional e, em geral, o PL era mais próximo da UDN<sup>315</sup>. Oficialmente, nos pleitos para o governo estadual, não há indicação dos candidatos apoiados pelo PL.

No Paraná, os indicativos são de que o PL, assim como no caso catarinense, obteve algum apoio em regiões com a presença de gaúchos, embora tenha adquirido também alguns resultados positivos na capital, Curitiba. Um primeiro rastro da atuação libertadora no Paraná foi noticiado no *Correio do Povo*<sup>316</sup>: em nota publicada a partir de informações da secretaria do partido, informou-se que no dia 28 de novembro de 1946 havia se dado a primeira reunião da recém fundada secção paranaense do PL, sob a presidência do professor da Universidade do Paraná e médico, José Pereira de Macedo<sup>317</sup>.

---

os signatários do manifesto consta o nome de Raymundo Faoro. Dos estudantes do curso superior ao candidato Décio Martins Costa. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 17/12/1946.

<sup>314</sup> MELLO FILHO, Fidêncio Souza de. Destinatário: Raul Pilla. Xanxerê/SC, 17/10/1952.

<sup>315</sup> Nesse sentido, há uma carta de Marcos Konder, avô de Irineu Bornhausen, chefe político da UDN catarinense, a Pilla, em que o elogia por uma entrevista dada ao jornal carioca *O Globo*. KONDER, Marcos. Destinatário: Raul Pilla. Itajaí/SC, 16/03/1955.

<sup>316</sup> O Partido Libertador no Paraná. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 12, 05/12/1946.

<sup>317</sup> Macedo (1883-1965) era médico e professor da Faculdade de Medicina do Paraná, atual Universidade Federal do Paraná (UFPR), conforme consta em sua biografia na Academia Paranaense de Letras: ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. Cadeira 35 – fundador: José Pereira de Macedo (1883-1965). Disponível em: <http://academiaparanaensedeletras.com.br/cadeira-35/cadeira-35-fundador/>. Acesso em 25/04/2021. Ao menos até 1962 mantinha contato com Pilla, conforme carta que encaminhou ao presidente nacional do partido sobre a situação do partido naquele local. MACEDO, José Pereira de. Destinatário: Raul Pilla. Curitiba/PR, 13/12/1962.

Segundo Batistella (2015) a política paranaense se dividiu, na década de 1950, em torno do nome de Moysés Lupion – governador entre 1947-1950 e 1956-1961 - que tinha aliados no PSD e em alas do PTB, e os antilupionistas, presentes sobretudo na UDN, PTB, PR, PRP e PDC. Nessa aliança, destacava-se Bento Munhoz da Rocha Neto, que governou o estado entre 1951 e 1955. No final da década de 1950 e início de 1960, começou a destacar-se a figura de Ney Braga, eleito governador em 1960 e que encerrou seu mandato em 1965. Novamente, o PL surgiu tardiamente e, além da concorrência da própria UDN, havia ainda o PR – partido de Munhoz da Rocha - e o PDC – sigla a que Ney Braga era registrado - como partidos com eleitorado em consolidação.

De qualquer forma, é a esses dois partidos e as suas lideranças que o PL vai aliar-se no Paraná: em 1950, apoia a candidatura de Munhoz da Rocha, que foi vencedora; e em 1960, aliou-se ao PDC em auxílio a Braga, que saiu eleito das urnas. No entanto, não significou conquista de cadeiras na Assembleia Legislativa paranaense para os libertadores em 1950 ou 1958, ou mesmo ao Senado Federal em 1954<sup>318</sup>.

O presidente do partido, o já citado Macedo, encaminhou carta inclusive reclamando que Braga havia “absorvido” o PL e que por esse motivo poderia devolver a legenda ao Diretório Nacional<sup>319</sup>. Batistella (2015) destaca que o PL tinha alguma influência em municípios do Sudoeste paranaense, como Matelândia e Medianeira, locais em que, no plebiscito de 1963, quanto a manutenção do parlamentarismo ou o retorno ao presidencialismo, o primeiro venceu. Tratavam-se de regiões que receberam migrantes sul-rio-grandenses.

Já em Curitiba, o partido conquistou alguns resultados interessantes nas eleições municipais: de acordo com o levantamento feito por Rehbein (2008), o PL elegeu vereadores em todos os pleitos proporcionais na capital paranaense: em 1947, 1951 e 1955 com 1 cadeira e em 1959 e 1963 com 2 cadeiras. Nas eleições majoritárias, apresentou candidatos em 1954, com Amâncio Moro, ex-vereador do PTB entre 1947 e 1950 (REHBEIN, 2008 p. 63). No entanto, Moro foi apenas o 5º mais votado. O prefeito eleito foi Ney Braga. Já em 1958, o candidato foi o vereador Felipe Aristides Simão, que contou com o apoio oficial do então prefeito Braga, todavia, foi derrotado

---

<sup>318</sup> O PL lançou João Alves da Rocha Loures ao Senado em 1954, no entanto, ele foi apenas o 5º mais votado, com 44.342 votos. Os eleitos foram Moysés Lupion e Alô Guimarães, ambos do PSD, com 162.814 e 135.204 votos, respectivamente. TSE. Repositório de Dados Eleitorais, eleição de 1954.

<sup>319</sup> MACEDO, José Pereira de. Destinatário: Raul Pilla. Curitiba/PR, 13/12/1962.

pelo petebista Iberê de Mattos<sup>320</sup>. O desempenho em Curitiba pode ter ocorrido justamente pela proximidade que o PL buscou com os partidos mais estruturados do município, o que ajudou a colher melhores frutos. Tal situação, ao menos de acordo com as fontes consultadas, não ocorreu da mesma forma no interior paranaense, à exceção das regiões de colonização gaúcha.

Em resumo, as fontes aqui apresentadas e analisadas demonstram que o PL procurou expandir-se durante esse período. Enfrentou dificuldades nesse sentido: diferentemente do Rio Grande do Sul, onde os libertadores, enquanto uma memória política construída, já existiam, o mesmo não ocorreu em outras regiões do país.

Os dados eleitorais demonstram que houve tentativas de superar esses empecilhos pelos militantes dessa agremiação partidária. Considera-se ao menos discutível tratar o PL – e mesmo outros partidos daquele período – como *estaduais* ou *regionais*, como posto, por exemplo, por Soares (2001). Ainda que tivesse sua votação e sua representação política maior no Rio Grande do Sul, o PL buscou ampliar sua organização para outras regiões. Se obteve êxito na empreitada, trata-se de uma outra questão. No entanto, o partido procurou mover-se nacionalmente, dentro das suas limitações organizacionais e eleitorais.

O PL buscou posicionar-se nos pleitos presidenciais, em que se colocava claramente como um grupo de oposição a Getúlio Vargas e ao PTB. Tentou firmar-se nas disputas eleitorais estaduais e municipais, com os recursos e capitais políticos que tinha a sua disposição, que, pelos resultados que conquistou, provou-se serem escassos. Ainda que os resultados libertadores estivessem longe dos grandes partidos, os dados aqui propostos esclarecem que o PL procurou difundir-se pelo país, ou seja, nacionalizar-se, não ficando restrito à sua base original, o Rio Grande do Sul.

Certamente a presença já evidente de partidos ideologicamente próximos, mas com estruturação muito mais sólida e maior capilaridade dificultaram a ação dos libertadores. No entanto, não foi impedimento para tentarem se colocar no mercado político, adotar estratégias eleitorais, apresentar suas visões de mundo e tentar mobilizar eleitores a partir de suas ideias. Fez uso de artifícios legítimos na luta política como as coligações para alcançar melhores resultados, atraiu lideranças de outras agremiações e procurou atuar dentro das regras do jogo político para ter representatividade e apresentar aos cidadãos suas propostas políticas.

---

<sup>320</sup> Iberê de Mattos venceu com 32.313 votos, enquanto Simão obteve 26.691. No ano seguinte, Simão reelegeu-se vereador. (REHBEIN, 2008).

Notamos, ainda, que o partido adotou estratégias diferentes para tentar crescer nacionalmente, uma vez que o seu principal recurso, sua ideia-força: a “tradição política”, construída através do enquadramento da memória libertadora durante a retomada partidária liderada por Pilla e seu grupo, não estava presente em outros estados. Dessa forma, foi preciso ativar redes de relações com lideranças políticas próximas ao chefe político libertador, Raul Pilla, como foi o caso dos estados da Bahia e da Paraíba e, em menor grau, do Distrito Federal.

Tal política rendeu frutos, mas também tensões entre o que se defendia no discurso e a prática política. Por outro lado, em outros estados, foi preciso buscar indivíduos dispostos a adotar o discurso moralista libertador ou outras ideias-força libertadoras, como a defesa do parlamentarismo, para tentar colocá-los em prática em espaços em que o partido teria dificuldades pois já estavam ocupados por outras. Ainda havia o risco de perder o monopólio da fala, daí a necessidade de um controle maior do diretório nacional e, especialmente, do fundador do partido, Raul Pilla. Era uma abertura da agremiação que tinha seus riscos, mas que poderia ter seus dividendos políticos.

O PL buscava ampliar sua atuação, em geral sem muito sucesso, mas estava presente, em maior ou menor grau, na maioria dos estados brasileiros. Raul Pilla, em um discurso na Convenção da secção sul-rio-grandense do PL de junho de 1960, ao citar o papel originário daquele diretório na formação da agremiação, procurou destacar que a origem geográfica no sul do país não significava que o PL não fosse nacional:

Significará isto (a origem gaúcha) que, como dizem superficialmente, senão malevolamente, seja o Partido Libertador um partido regional, mais que nacional, isto é, seja um partido essencialmente rio-grandense? Não, senhores. O Partido Libertador, como todo verdadeiro partido político, é uma formação histórica, teve uma origem, e esta origem se encontra no Rio Grande, está tendo um desenvolvimento, uma evolução, e este desenvolvimento, embora lento pelas adversas condições do ambiente político, se está fazendo por todo o país (...).

Assim, senhores, negar não se pode o carácter nacional do Partido Libertador, pois, formalmente ao menos, existe ele em muitos Estados e até em Territórios, como Rondônia, no extremo Norte. Se historicamente é rio-grandense por sua origem, geograficamente é nacional por sua difusão<sup>321</sup>.

O líder libertador afirmava, aqui, que o PL tinha uma origem e formação histórica e geográfica, como outras tantas organizações, mas que se encontrava em desenvolvimento – lento e adverso devido a conjuntura política, segundo suas palavras, possivelmente expressando as dificuldades de disputas por espaços políticos com

---

<sup>321</sup> PILLA, Raul. Discurso lido na Convenção Regional do Partido Libertador em Porto Alegre. 30/6/1960.

agregações maiores e de proximidade ideológica-eleitoral. Ressalta-se que essa manifestação era de 1960, ou seja, a República Democrática já tinha 15 anos e o PL, como um partido de pouca expressão, ainda procurava espalhar-se. Mais adiante, Pilla afirmava que, além do critério geográfico, havia o critério político: o PL era nacional pois o seu programa tratava de questões nacionais.

Do ponto de vista analítico, as palavras do chefe libertador fazem algum sentido. Talvez o mais adequado não seja tratar o PL como um partido regional, mas sim, como um partido pequeno, que atuou dentro dos limites que a legislação e que o jogo político lhes permitiu, assim como tantos outros partidos existentes em meio ao processo de consolidação da experiência democrática brasileira, interrompida em 1964.

### CAPÍTULO 3 – OS LIBERTADORES E AS DISPUTAS INTERNAS EM TORNO DAS QUESTÕES POLÍTICAS, RELIGIOSAS E SOCIAIS

Nos estudos sobre partidos políticos, é comum a referência ao conceito da *lei de ferro das oligarquias partidárias*. Tese construída pelo sociólogo político alemão Robert Michels (1982), diz que qualquer organização partidária – e também não-partidária – tende a oligarquizar-se, sendo governada por uma pequena camada de dirigentes, que se afasta paulatinamente dos interesses dos adeptos/ militantes que dizem representar e tornando cada vez mais difícil o exercício da democracia interna. Panebianco (2005) prefere chamar essa elite de *coalizão dominante*, pois mesmo que haja o controle dos recursos e capitais partidários (o que Panebianco nomeia como *zonas de incerteza*<sup>322</sup>) nas mãos desse grupo restrito – cabendo a eles a gestão do mesmo – esse controle não é absoluto: os líderes ainda devem ter em conta a necessidade de negociar com os outros agentes, dependendo de acordos com forças internas partidárias para garantir a manutenção do seu poder, ou mesmo com lideranças e organizações extrapartidárias que detenham algum peso no interior da agremiação. Tampouco esses grupos podem prescindir de lideranças locais, caso seja um partido de caráter nacional. Em suma:

O conceito de coalizão dominante, mais amplo do que os geralmente usados, permite fotografar melhor a efetiva estrutura de poder nos partidos, seja quando ela implica a existência de uma aliança “transversal” (entre alguns líderes nacionais e alguns líderes locais), seja quando implica a aliança entre alguns líderes nacionais e alguns líderes de organizações formalmente externas e separadas do partido. À luz da definição de poder organizativo aqui acolhida, a coalizão dominante de um partido é composta por aqueles agentes formalmente internos e/ou externos à organização, que controlam as zonas de incerteza mais vitais. O controle sobre esses recursos, por sua vez, faz da coalizão dominante o principal centro de distribuição dos incentivos organizativos no interior do partido (PANEBIANCO, 2005, p.74).

Offerlé (1987, p.58-61) defende ideia semelhante à de Panebianco: o controle dos principais recursos e capitais sociais, políticos e simbólicos pela elite dirigente não são *ad eternum*, podendo perder valor, o que enfraquece tais lideranças, e a autoridade deles pode ser contestada, o que leva a conflitos internos.

---

<sup>322</sup> Para Panebianco (2005, p.44-45), a relação de poder entre os líderes e os comandados em uma organização partidária se dá através de uma relação de trocas desiguais. O poder é relacional e assimétrico. Dessa forma, o poder nunca é absoluto, pois são necessárias negociações e trocas de recursos, embora quem tenha maior controle e quem ganhe mais nesses acordos seja a coalizão dominante – mas ainda assim precisa renunciar a algo junto aos seguidores. As áreas/zonas de incerteza – fatores que, se não controlados, podem pôr em risco a sobrevivência da organização – estão, em geral, nas mãos da elite partidária e são usadas nas negociações internas para atrair seguidores. Mas mesmo os adeptos também têm seus recursos a serem usados.

No caso do PL entre 1945 e 1965, se levarmos em consideração apenas a quase inexistente renovação de chefes nos diretórios nacional e sul-rio-grandense ao longo daqueles anos pode-se pensar que a lógica de Michels é a mais coerente para explicá-lo: Raul Pilla foi o único presidente nacional da legenda, exercendo o cargo desde 1945 até 1965. Já no Rio Grande do Sul, o partido teve ao menos três: Pilla, que exerceu concomitantemente com o cargo nacional entre 1945 e 1951; Décio Martins Costa, eleito oficialmente na Convenção Partidária de 1951<sup>323</sup> – na prática, exercendo a presidência interinamente provavelmente desde a posse de Pilla como deputado constituinte e de sua consequente mudança para a capital federal, Rio de Janeiro - e reeleito constantemente até 1963, quando faleceu; e Orlando da Cunha Carlos, que substituiu Costa nos últimos anos de existência do partido, 1963 a 1965. Destaca-se que, além de Pilla, Carlos e Martins Costa foram figuras que participaram da refundação do partido e eram membros do “velho” PL. Inclusive eram justamente os dois membros que se opuseram, junto com o Pilla, ao apoio do Diretório Central à intervenção de Vargas no governo gaúcho em 1937.

**Quadro 5: Presidentes dos Diretórios nacional e sul-rio-grandense do Partido Libertador (1945-1965)**

<b>DIRETÓRIO NACIONAL</b>	
<b>PRESIDENTE</b>	<b>PERÍODO</b>
<b>Raul Pilla</b>	1945-1965
<b>DIRETÓRIO SUL-RIO-GRANDENSE</b>	
<b>Raul Pilla</b>	1945-1951
<b>Décio Martins Costa</b>	1951-1963
<b>Orlando da Cunha Carlos</b>	1963-1965

Quadro elaborado pelo autor

Todavia, embora houvesse esse núcleo duro – a coalizão dominante - capitaneado por Pilla, isso não significava que conseguissem impor suas pautas e interesses aos aderentes e grupos internos sem algum tipo de negociação e/ou acordo.

<sup>323</sup> As notícias do *Correio do Povo* referente à Convenção Estadual de 1951 referem-se a Décio Martins Costa como vice-presidente em exercício e Raul Pilla como presidente licenciado. De fato, notícias de anos anteriores do mesmo periódico já tratavam ambos dessa forma. Encerrado aquele congresso, Martins Costa constava como presidente, propondo eleger Pilla como presidente de honra do diretório, o que foi feito. Dessa forma, parece plausível dizer que Décio já exercia a presidência da secção gaúcha, ainda que interinamente. O que não é possível afirmar é o momento em que Pilla licenciou-se, pois nas fontes pesquisadas, não foi encontrada essa informação. Mas possivelmente tenha relação com a ida de Pilla para o Rio de Janeiro, onde exerceria o mandato de deputado federal constituinte, para o qual fora eleito no pleito de dezembro de 1945. Congresso Estadual do PL. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12, 05.10.1951; Instala-se hoje o Congresso Estadual do Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12, 06.10.1951; Eleita a nova direção do P.L. nesse estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.32, 09.10.1951.

Quando conseguiam impô-las, isso não ocorria sem alguma fissura ou mesmo ruptura entre os agentes que divergiam, o que será visto no capítulo a seguir.

### 3.1. Os libertadores e o programa de 1945/1947

O grupo do “velho” PL foi o responsável pela organização da retomada definitiva do partido. Em 10 de junho de 1945, foi publicada uma convocação aos libertadores nos periódicos locais para o Congresso que marcaria esse retorno. Assinada por membros da “velha guarda” que optou pelo suporte a Pilla após 1937 como Camilo de Freitas Mércio, Firmino Torelly e Renato Guimarães, Martins Costa, Cunha Carlos, além do próprio Pilla, o documento afirmava que a reunião tinha o intuito de tomar providências para o novo período da vida política nacional tais como a revisão do programa partidário, a reforma da lei orgânica, a escolha dos candidatos para as eleições de dezembro de 1945<sup>324</sup> e a eleição de um diretório central – lembrando que fora divulgado alguns dias depois o decreto da Lei Agamenon. O texto ainda arvorava a eles o direito de retomar a legenda, assim como a sua “tradição”:

Sendo necessário que alguém tome a iniciativa da convocação, *pois deixou de existir o antigo Diretório Central, desde que aceitou o regime da carta de 10 de novembro e, mais tarde, expirou o prazo do seu mandato*, nós, abaixo firmados, *antigos membros do mesmo Diretório que se mantém fieis ao ideal de liberdade e ao passado de lutas do Partido Libertador, sentimos-nos obrigados, na falta de órgão regular, a constituir-nos em direção central provisória* para o fim especial de promover a próxima e urgente assembleia geral do partido.

Isto posto, concitamos todos os *verdadeiros libertadores* a apressarem a organização dos Diretórios municipais onde ainda não se tenha constituído. Sendo eles a base da nossa organização partidária, representam também a condição preliminar para a reunião do Congresso, o qual deverá realizar-se no máximo, em meados de julho<sup>325</sup>.

O chamado tinha várias referências ao conflito com o grupo da Advertência, já inseridos no seio pessedista. Reafirmava sua legitimidade naquela reintegração uma vez que era realizado por membros do antigo diretório, que havia se extinguido em 1937. Mais ainda, se mantinham “fieis ao ideal de liberdade e ao passado de lutas” do PL, apropriando-se da “tradição histórica” da agremiação, algo já discutido no primeiro

---

<sup>324</sup> Ressalta-se que a legislação eleitoral passou por várias alterações ao longo de 1945: como lembra Angeli (2020, p.59-60), em um primeiro momento, o Decreto-Lei nº 7.586 – a Lei Agamenon – de 29 de maio daquele ano, definia as eleições para presidente, senado federal e deputados federais para 2 de dezembro e as eleições estaduais, para 6 de maio de 1946. Quando da convocação para o Congresso, era provável que se decidisse sobre candidatos e apoio para o pleito federal, mas já se alinhavassem algumas questões em nível estadual. No fim, as eleições estaduais foram apenas em 19 de janeiro de 1947.

<sup>325</sup> Ao Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.4, 10.06.1945. (Itálicos nossos).

capítulo dessa tese. Dessa forma, o texto colocava-os como os “verdadeiros libertadores”.

De qualquer forma, o Congresso se realizou entre os dias 10 e 12 de agosto de 1945. O local escolhido era bastante simbólico: o município de Bagé/RS, mesmo lugar da fundação do PL em 1928. Segundo Mem de Sá, a escolha era porque “Bajé havia sido cenário de acontecimentos e reuniões memoráveis, havia um velho federalista (...) que não deixava de incluir em suas orações, pelo menos cinco vezes “Bajé, Covadonga da Liberdade!”” (SÁ, 1981, p.93). O que o velho federalista citado por Sá possivelmente fazia referência era a Batalha de Covadonga, vista por setores nacionalistas espanhóis como o início da Reconquista da Península Ibérica - então sob domínio islâmico - pelos reinos cristãos locais, a partir do século VIII<sup>326</sup>. Bagé teria sido o equivalente no Rio Grande do Sul da época, naquela perspectiva de domínio do PRR no Rio Grande do Sul, uma vez que muitas lideranças libertadoras eram daquela região. Retomando Pollack (1989), havia a intenção de apropriar-se das lembranças e memórias relacionadas ao município e ao partido em sua primeira fase. Fazia parte da construção daquele novo PL que surgia.

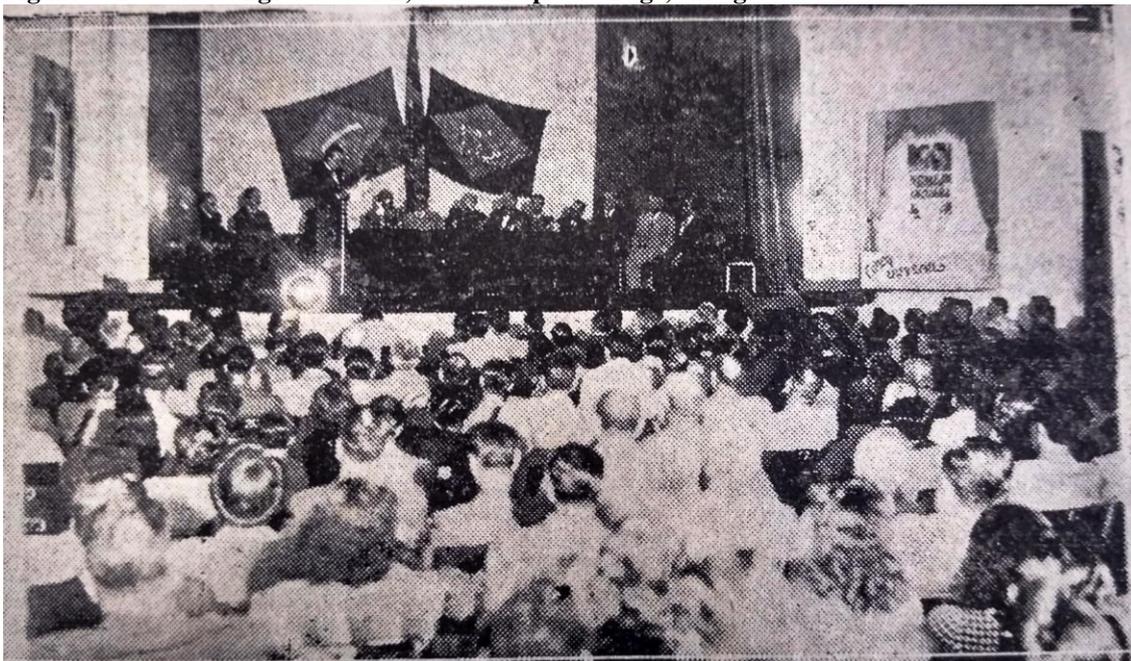
Destaca-se ainda a presença de 64 diretórios locais no evento. Considerando que, naquele momento, o Rio Grande do Sul tinha 92 municípios<sup>327</sup>, isso indicava a formação de diretórios libertadores em 70% das cidades sul-rio-grandenses. De acordo com Mem de Sá, havia em torno de 200 pessoas no evento (SÁ, 1981, p.92) e, segundo seu relato, havia tanto veteranos quanto jovens que não tinham ligação anterior com o partido. Tal presença simbolizava o considerável sucesso que a coalização dominante libertadora teve em atrair adeptos e formar comitês locais, seja através do apelo político-partidária, seja também através do discurso construído em torno das memórias partidárias, ainda que muitos antigos libertadores tenham optado por outras agremiações, especialmente o PSD.

---

<sup>326</sup> Sobre a Batalha de Covadonga e os usos políticos feitos dela, ver: A raivosa atualidade da Idade Média. *El País Brasil*. 27.07.2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/internacional/1563535022\\_261422.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/internacional/1563535022_261422.html). Acesso em 16.04.2022. Ressalta-se também o questionamento feito a tal narrativa sobre essa batalha e do próprio conceito de Reconquista feita por Buades (2016, p.82-84).

<sup>327</sup> Dados relativos aos municípios gaúchos obtidos em: COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS DA ALRS. Evolução Municipal: Rio Grande do Sul – 1809-1996. Porto Alegre: CORAG/RS, 2002, p.54.

**Figura 6: Foto do Congresso do PL, no município de Bagé, em agosto de 1945.**



Fonte: *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.3, 14/08/1945

O Congresso também consolidou a chefia de Pilla naquele momento. Ele recebeu uma recepção bastante efusiva, de acordo com a narrativa do *Correio do Povo*: recebeu uma saudação do então acadêmico de Direito Paulo Brossard logo na sua chegada e se formou uma marcha em torno de si enquanto deslocava-se até a residência do libertador local José Gomes Filho, onde ficaria hospedado<sup>328</sup>. Ao longo do evento, Pilla fora homenageado pelos correligionários e propôs que o partido se adequasse à legislação vigente, tornando-se um partido nacional, encerrando qualquer boato de absorção dos libertadores aos antigos partidos Republicano e Liberal, que, através de seus membros antigetulistas, deram origem a secção sul-rio-grandense da UDN<sup>329</sup>. A proposta foi recebida com entusiasmo, segundo relato do *Correio do Povo*<sup>330</sup>. Pilla ainda proferiu um longo discurso em que retomou o histórico libertador desde 1928, relembrou as desavenças internas de 1937, criticou o Estado Novo e os antigos membros libertadores que aderiram a ele, voltou a questionar a autoridade do grupo da

<sup>328</sup> Instalou-se, ontem, em Bagé, o Congresso do Partido Libertador, com representação de 64 municípios. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8, 11/08/1945.

<sup>329</sup> O tema preocupava alguns diretórios, que defendiam manter a legenda e eram contrários a sua extinção e possível absorção pelas outras siglas antigetulistas. Um exemplo nesse sentido era o Diretório libertador de Santa Maria. Para João Manoel Ataíde, membro libertador local, tal decisão já seria um fato fundamental de unidade partidária. A atitude do Diretório do P.L. de Santa Maria. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8, 10.08.1945.

<sup>330</sup> Instalou-se, ontem, em Bagé, o Congresso do Partido Libertador, com representação de 64 municípios. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8, 11/08/1945.

Advertência e fez a defesa do sistema de governo que via como o mais adequado para o país e que evitaria uma nova ditadura: o regime parlamentarista.

Para Pilla, o mal do Brasil era o sistema presidencialista. Na sua visão, tratava-se um sistema personalista e que ignorava as instituições políticas, especialmente aquela que representa o povo: o parlamento. Em suma, não era um sistema verdadeiramente democrático, pois o poder político de fato não estava nos representantes eleitos pela população, mas nas mãos de uma pessoa, apenas. Era uma ditadura pessoal com prazo de quatro ou cinco anos<sup>331</sup>.

Pilla iniciou sua trajetória política no Partido Federalista, de Gaspar Silveira Martins, que era defensor do parlamentarismo. Dal Forno (2020) relembra que a adesão se dera, segundo os próprios relatos do libertador, no ambiente estudantil, por influência do seu professor de História no Colégio Júlio de Castilhos e militante federalista Apeles Porto Alegre. Em 1909, quando tinha apenas 17 anos, já era membro do partido oposicionista sul-rio-grandense. Desde então, seja pela imprensa escrita, seja pelos meios partidários e/ou legislativos, Pilla passou a propugnar por esse sistema de governo.

A temática quase sempre esteve entre os interesses principais de Pilla. No entanto, a retórica de defesa do parlamentarismo e de críticas ferozes ao presidencialismo não indicava necessariamente intransigência. Quando sabia ter menos força e capitais para impor suas condições, recuava nas negociações em relação ao tema. Foi o que ocorreu quando da fundação do Partido Libertador em 1928: Assis Brasil era presidencialista<sup>332</sup> e Pilla sabia que ele trazia maior contingente de adeptos para as fileiras partidárias. Dessa forma, conseguiu um acordo em que o PL deixaria a questão do sistema de governo em aberto, mas daria liberdade para que os parlamentaristas – em geral, advindos do Partido Federalista – defendessem a tese<sup>333</sup>. A

---

<sup>331</sup> Antônio Bueno (2006) e Mauro Gaglietti (2007) analisam de forma aprofundada o pensamento político de Pilla, especialmente quanto ao parlamentarismo. O primeiro autor dedica ainda um capítulo ao debate estabelecido entre Pilla e o udenista Afonso Arinos na Câmara dos Deputados em torno do tema. É de grande valia também a leitura do livro *Catecismo Parlamentarista*, de autoria do próprio Pilla (1992) e publicado originalmente em 1949, em que explica, em formato de perguntas e respostas e de forma didática, o que era o parlamentarismo e como esse sistema funcionava, na sua perspectiva.

<sup>332</sup> Essa tese não pretende adentrar no debate em torno dos regimes de governo, mas sim como tais propostas foram usadas politicamente por seus defensores. Cabe apenas ressaltar que o sistema presidencialista defendido por Assis Brasil pressupunha que a eleição para presidente fosse indireta. Ou seja, seria escolhido pelos representantes eleitos pelo povo em eleições diretas, que, por consequência, estariam autorizados a fazer a escolha do chefe de governo e de Estado. (AITA, 2006, p.175).

<sup>333</sup> Na análise feita em editoriais do ERG entre 1929 e 1932, Ericson Flores (2009) identificou vários momentos em que o periódico defendeu o sistema parlamentarista, o que comprova que havia essa liberdade para os defensores do sistema dentro do partido.

capacidade de mediar tal acordo vinha dos capitais adquiridos durante o período entre 1922 e 1928, em que Pilla se empenhou no auxílio material tanto na campanha de Assis Brasil contra Borges de Medeiros quanto no conflito derivado da eleição vencida pelo republicano:

Os recursos obtidos na política ao longo da década de 1920, garantiram um lugar proeminente no nascente PL em 1928, sendo eleito vice-presidente da agremiação e desempenhado um papel fundamental na mediação, juntamente com Assis Brasil, de uma fórmula capaz de agradar as diferentes facções em relação ao programa partidário. O resultado foi a manutenção da possibilidade de os parlamentaristas propagarem suas ideias. Ao longo da trajetória do partido, Pilla permaneceu com um dos principais defensores da vertente parlamentarista no interior da agremiação (DAL FORNO, 2020, p.154).

Mem de Sá, na sua dramática narrativa do episódio, relembra como se deu o acordo entre federalistas e assisistas e diz que os parlamentaristas tiveram um outro ganho: poderiam obter, caso tivessem maioria, o fechamento de questão em torno do sistema parlamentar de governo:

Reuniões se sucediam, debates se multiplicavam, conversas e confabulações entre os próceres não tinham fim. Tudo parecia inútil, e fatal se afigurava o encerramento do Congresso, se conclusão favorável. Foi quando, madrugada alta, Pilla e Assis, num quarto de hotel, alcançaram a fórmula salvadora: - O Programa inscreveria, logo, os dois princípios aceitos por Assis: eleições indiretas e governo coletivo. Quanto aos demais, seriam silenciados, mas expressa e peremptória seria a ressalva de que os antigos federalistas, parlamentaristas, teriam como questões abertas, no programa, as normas cordiais do ideário político e, ainda mais, teriam o direito de continuar propugnando por ele, mesmo dentro do Partido, para o fim de, nalgum dia do futuro, obterem, por maioria, a reforma do Programa... (SÁ, 1973, p.68).

Mesmo que em 1945 não houvesse mais uma liderança presidencialista do porte de Assis Brasil entre os libertadores reunidos em Bagé, Pilla não obteve sucesso ao propor a inserção da defesa do parlamentarismo no programa partidário. O noticiário dizia ter havido debates nesse sentido durante o último dia do evento e nele houve proposições tanto para inserção do sistema parlamentar no programa partidário quanto para a manutenção do “meio-termo”, numa referência ao que havia sido adotado no programa de 1928. Ao fim e ao cabo, decidiu-se pelo adiamento da discussão para o congresso vindouro, sob a alegação de que a legislação vigente não permitia partidos parlamentaristas. Quando tal restrição fosse levantada, o tema retornaria ao debate<sup>334</sup>.

Essa situação demonstrava que o controle de Pilla não era, de fato, absoluto, tendo que ceder sobre a questão. Muito possivelmente, a presença de lideranças assisistas, mais propensas a seguir as teses doutrinárias do antigo chefe da agremiação,

<sup>334</sup> Debatidos, em Bagé, no Congresso do Partido Libertador, as reformas do seu programa. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.3, 15/08/1945.

freou o ímpeto de Pilla. O relato jornalístico entra em choque com as memórias de Sá: segundo o ex-senador, a decisão de aguardar um momento propício para discutir o sistema a ser defendido programaticamente teria sido tranquila:

Após muitos dias de discussão a Lei Magna foi aprovada, sem incluir o sistema parlamentarista entre seus princípios. *Assim se procedeu para evitar possíveis impugnações ou transtornos na inscrição do Partido.*

Deixou-se o ponto fundamental para outro Congresso a ser convocado após a Constituição da República. (...).

Prevaleceu o bom senso; só em 1947, em novo Congresso em Porto Alegre, com número bem menor que o de dois anos antes, ficou consagrado o regime dos sonhos de 93. *Tranqüilamente* (SÁ, 1981, p.93, Itálicos nossos).

Ora, a discussão sobre o tema, segundo o CP, teria se encerrado próximo da meia-noite daquele dia, tendo se iniciado no período da tarde. Dificilmente pode-se pensar em uma decisão tranquila. É mais provável que tenha ocorrido um acordo para uma retomada futura da contenda. E haveria tempo para rearticulação das forças favoráveis tanto de um quanto do outro lado do embate.

Entre essas convenções Pilla ganhou um importante recurso para usar no embate interno em favor da inclusão do sistema parlamentarista no programa libertador: no pleito de dezembro de 1945 foi o único deputado federal eleito pelo PL no país todo. Além disso, os congressistas eleitos seriam também membros da Assembleia Constituinte, responsável pela nova Carta Magna brasileira. Eram capitais que davam ainda maior peso à chefia de Pilla internamente, pois poderia levar a discussão sobre o sistema político para o debate público nacional, angariando maior notoriedade e maior poder junto aos seus correligionários. Como constatou Gaglietti (2007), Pilla fez uso da tribuna parlamentar para explorar o tema, inclusive propondo o parlamentarismo como sistema a ser adotado pela Constituição, o que acabou não acontecendo<sup>335</sup>. Pilla adquiria, com o cargo, recursos/capitais disponíveis tanto do ponto de vista simbólico quanto material, importantes para o crescimento partidário e disputados no jogo político interno.

Os presidencialistas libertadores, por óbvio, sentiram-se incomodados com a forma como Pilla exercia o seu mandato na Câmara dos Deputados. Um dos

---

<sup>335</sup> Além da tentativa durante a Assembleia Constituinte, Pilla fez outras tentativas, conseguindo levar a plenário propostas de emendas constitucionais em ao menos 4 ocasiões: 1948, com a emenda nº 4-B; 1954, com a emenda nº 15; e 1956, com a emenda n.3. As duas últimas conseguiram maioria absoluta na Câmara, mas era necessária maioria qualificada para aprová-la, visto se tratar de uma emenda constitucional. Há ainda a emenda nº4, de 1961, aprovada com modificações feitas por outros parlamentares visando a posse do vice-presidente João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros e a crise surgida entre os meses de agosto e setembro daquele ano. Sobre as emendas apresentadas por Pilla, ver Maduro (1988). Sobre Pilla e sua relação com o sistema parlamentarista aprovado em 1961, ver Klein (2022).

descontentes era Dácio Assis Brasil. O seu sobrenome já denunciava seus vínculos familiares: era sobrinho da antiga liderança libertadora<sup>336</sup>, o que denotava sua posição presidencialista. Embora Pilla estivesse com maior peso político por ser, além de dirigente partidário, o único parlamentar libertador, Dácio era um membro partidário importante, pois fazia parte da direção eleita para o Diretório Central no Congresso de agosto de 1945<sup>337</sup> e havia sido candidato a deputado federal.

Com tal legitimidade, Dácio encaminhou uma carta a Décio Martins Costa, então vice-presidente do diretório, questionando a atuação de Pilla durante a Assembleia Nacional Constituinte. Não foi possível acessar tal carta, mas sim, a resposta de Pilla a ela e encaminhada diretamente a Dácio e a réplica desse, entre os meses de outubro e novembro de 1946. Pilla afirmava que Dácio o censurava de forma direta e frontal por defender o parlamentarismo de forma individual, sem ter em conta o posicionamento do partido, que ainda era aberto sobre o tema.

Pilla refutava Dácio: primeiro porque entendia que estava defendendo a tese de uma corrente do partido, e não apenas dele; e que a formação do PL em 1928 só havia sido possível pois os federalistas - incluindo ele, Pilla - tiveram que desistir temporariamente de propugnar pelo sistema parlamentar, aguardando o momento oportuno. E para ele, não havia momento melhor do que a Assembleia Constituinte, pois já haviam feito sacrifícios demais ao silenciarem em nome do PL:

(...) note mais o seguinte, neste longo período de 18 anos, houve, em 1933, uma assembleia constituinte, na qual os parlamentaristas do partido estiveram mudos e quietos. Tal abstenção poderia justificar-se então, mas não tem nenhuma explicação em 1946, a não ser que houvessem abjurado os seus ideais.

Isto posto, claro é que eu não poderia aceitar a norma que V.S. pretendeu traçar ao exercício do meu mandato. Qual seria, no caso, o ponto de vista da nossa coletividade partidária? (...). qual a expressão exata da maneira de sentir da “comunhão partidária”, se, como reconhece, fui eleito por parlamentaristas e presidencialistas? (...) <sup>338</sup>.

---

<sup>336</sup> Segundo sua breve biografia no sítio do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul, Dácio Assis Brasil nasceu em São Gabriel/RS, em 1 de novembro de 1904 e faleceu em 30 de setembro de 1977. Era filho de Ptolomeu Assis Brasil, general com participação importante no movimento de 1930 e irmão de Joaquim Francisco Assis Brasil. Dácio era médico de formação e vinculado ao cooperativismo rural e a vida agrária. Entre 1957 e 1959 exerceu o cargo de presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), cargo que ocupou novamente entre 1965 e 1968. O texto não cita sua passagem pelo PL. Sobre Dácio Assis Brasil, ver MUHM, Assis Brasil, Dácio. Disponível em: <https://muhm.org.br/biografiasmedicas/biografia?id=69>. Acesso em: 19.04.2022. Sobre Ptolomeu Assis Brasil, ver: *DHBB*, FGV. Verbete: Ptolomeu Assis Brasil.

<sup>337</sup> A lista dos nomes eleitos naquele Congresso consta na versão do programa partidário de 1945: PARTIDO LIBERTADOR. *Programa e Lei Orgânica*. Porto Alegre, 1945, p. 22.

<sup>338</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Dácio de Assis Brasil. Porto Alegre/RS, 16/10/1946.

Pilla denotava, assim, que a formação do PL em 1928 não foi tão heroica como as narrativas costumavam apresentar – especialmente a já citada de Mem de Sá – e que naquele instante era ele que estava com os recursos necessários para impor-se internamente. Não iria mais silenciar sobre o debate e tampouco pretendia sofrer interferências nesse sentido, afinal, como deixou evidente na missiva, o mandato era dele. É possível dizer que era sabedor que o sistema não vingaria na Assembleia Constituinte, como de fato não vingou, mas lhe dava força dentro da agremiação.

Enfoca que, pela lógica de Dácio, não poderia se pronunciar, pois iria desagradar todos os lados dentro do partido, nem poderia defender os seus princípios no seu mandato. Pilla segue sua escrita em tom ácido: questionou Dácio sobre quem eram os presidencialistas do PL: “Os da Constituição, de 24 de fevereiro? Os da Constituição de 14 de julho?”<sup>339</sup>. As datas eram referências tanto a Constituição brasileira de 1891, promulgada em 24 de fevereiro, como a sul-rio-grandense, promulgada em 14 de julho do mesmo ano. A intenção era criticar o presidencialismo presente em ambas. Para Pilla, o presidencialismo de Assis Brasil era diferente e muito mais próximo do parlamentarismo, já que defendia a eleição pelo Congresso Nacional, de forma indireta, do Presidente da República. Logo, Pilla buscava construir uma explicação em que, no final das contas, o que Assis Brasil legitimava era menos o sistema presidencial clássico, mas um sistema híbrido.

Pilla ainda negava que a retirada da votação no congresso partidário de 1945, em que, segundo o interlocutor, o parlamentarismo teria vencido apenas por um ou dois teria se dado por esse motivo, mas sim, por uma questão preliminar: o risco de o partido ser impedido de se registrar no TSE devido a presença no programa da defesa da eleição indireta para Presidente da República. No mérito, segundo Pilla, o presidencialismo teria entre 10 ou 15 votos. Refutava, ainda, que por ser presidente do Diretório Central e representante parlamentar, deveria se sentir inibido de tomar posição no Parlamento.

Em resumo, Pilla deixava explícito nessa correspondência que detinha o poder dentro da legenda e tampouco aceitaria algum tipo de reprimenda por sua atuação parlamentar. Sua autoridade partidária, lhe garantia direito de pôr em pauta temas que lhe diziam respeito e interesse.

Dácio ainda responderia Pilla um mês depois do envio da missiva pelo parlamentar libertador. Afirmava que o chefe libertador se contradizia pois o Diretório

---

<sup>339</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Dácio de Assis Brasil. Porto Alegre/RS, 16/10/1946.

não havia dado a ele tal prerrogativa de advogar pelo sistema parlamentar no Congresso Nacional, emendando ainda que à época, antes da eleição de 1945, sequer se sabia que Pilla seria parlamentar:

A reunião do Diretório a qual se refere eu estava presente e não se cogitou de lhe dar, pelo menos na minha presença, a prerrogativa que alude em sua carta. Nem isso poderia servir para justificar a atitude assumida, porque o Diretório, nessa reunião, que foi a primeira, estava longe de supor que, nas eleições, o seu Presidente viria a ser o único representante eleito<sup>340</sup>.

Ainda, repeliu o tom irônico de Pilla quanto aos presidencialistas do PL. Para Dácio, eles tinham ideias tão respeitáveis quanto às de Pilla e mereciam de alguém que se definia como um democrata o acatamento. Para Dácio, os presidencialistas eram aqueles que defendiam o programa de 1928, que havia sido retomado em 1945 e que ainda não havia passado por nenhuma reforma. Negava também que o presidencialismo de Assis Brasil se assemelhasse ao parlamentarismo, pois embora advogasse a eleição indireta pelo Congresso do chefe de governo, quem exerceria o cargo seria eleito e não os parlamentares. Por fim, afirmava que o “recalque” de Pilla por não ter podido sustentar o sistema parlamentar durante os anos 1930 não lhe dava “autoridade para desprezar inteiramente, no presente, um programa que tanto lhe mereceu no passado”<sup>341</sup>.

Embora o ressentimento demonstrado por Pilla não lhe desse tal autoridade, como alegava Dácio Assis Brasil, o fato era que ele detinha mais recursos e apoios para reformar o programa, o que acabou ocorrendo no Congresso partidário de 1947. Realizado em Porto Alegre, na Sociedade Espanhola, centro da capital sul rio-grandense, entre os dias 9 e 12 de julho. Nomeado como 6º Convenção – a de 1945 havia sido a 5º e as anteriores eram as que o PL realizou entre 1928 e 1937, ou seja, produzindo uma ideia de continuidade entre aquele período e o inaugurado após o Estado Novo – era justamente o encontro que ia decidir, afinal, se haveria mudanças programáticas quanto ao sistema político defendido pelos libertadores.

Mesmo antes do debate e da votação sobre o tema, Dácio Assis Brasil afastou-se do Diretório Central. Sua posição era de franca oposição a inserção do sistema parlamentar de governo no programa, conforme relata o Correio do CP, a partir do pronunciamento de Décio Martins Costa, presidente em exercício do Diretório Estadual, no evento:

<sup>340</sup> ASSIS BRASIL, Dácio. Destinatário: Raul Pilla. São Gabriel/RS, 16/11/1946. Acervo Raul Pilla, NUPERGS/UFRGS.

<sup>341</sup> ASSIS BRASIL, Dácio. Destinatário: Raul Pilla. São Gabriel/RS, 16/11/1946. Acervo Raul Pilla, NUPERGS/UFRGS.

Fazendo uma exposição da atividade desenvolvida pelo Diretório Estadual do P.L., em sua gestão, o dr. Décio Martins Costa, atualmente no exercício da presidência, pronunciou um improviso, ocupando-se, entre outras coisas, do afastamento dos srs. Dácio de Assis Brasil e dr. Carlos de Aragão Bozano, bem como dos motivos que determinaram sua retirada da direção central. (...). Quanto ao dr. Dácio de Assis Brasil, discordou da política parlamentarista que vinha sendo adotada pelo Diretório Central. Enviada por esse libertador, o dr. Décio Martins Costa leu ao plenário uma carta através do qual s.s. apela para que os congressistas lancem o devido protesto, adiantando que acredita na derrocada completa de sua organização partidária, se continuar a prevalecer a política por ela adotada no momento. Ao finalizar a missiva, o dr. Dácio de Assis Brasil comunica que, por se encontrar doente, não podia tomar parte pessoalmente no Congresso<sup>342</sup>.

A retirada de Dácio era sinal de que Pilla havia conseguido impor o seu interesse – e de seu grupo interno, majoritário naquele momento. Quando o tema foi para a votação, a vitória foi acachapante: 128 delegados votaram favoráveis à tese do parlamentarismo. Apenas 4 optaram pelo presidencialismo de Assis Brasil. Vitorioso, Pilla sugeriu ainda uma ressalva: o chefe libertador pediu para que se reconhecesse o direito dos discordantes de se manifestarem livremente<sup>343</sup>.

Desse embate, Pilla e seu grupo saíram vitoriosos. Mas não foi algo tranquilo ou simples, como desenhado nas memórias de Sá. De qualquer forma, o programa foi modificado de acordo com o que Pilla idealizava, embora isso não signifique dizer que Pilla fosse apenas um idealista. Como conseguiu introduzir o parlamentarismo indicava também a capacidade pragmática dessa liderança. Nesses instantes iniciais ele soube gerir a coalizão dominante libertadora, ainda que tivesse havido algumas rupturas. Todavia, não seria sempre dessa forma, como se verá na relação dele com outros membros da própria elite partidária, que tinham interesses distintos dos seus outros contextos políticos.

### 3.2. Os libertadores e a “geração católica”

Offerlé (1987), em sua análise sobre os partidos políticos, propõe que essas agremiações sejam percebidas como um campo de forças, um conjunto de relações objetivas. Assim, o autor insere a perspectiva de Bourdieu (1989), sobre o campo político de forma mais ampla, para um espaço social e político de menor monta. Logo, dentro dos partidos políticos também são percebidos disputas e conflitos. Um partido, para Offerlé, deve ser estudado como um espaço de concorrência objetiva entre os

<sup>342</sup> Instalado ontem o 6º Congresso do Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12 e 4 10/07/1947.

<sup>343</sup> O Partido Libertador defenderá em seu programa o parlamentarismo clássico. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12, 11/07/1947.

agentes, com sua lógica própria, que lutam internamente pela definição legítima do partido e pelo direito de falar em nome do mesmo e da marca coletiva construída. Através desses embates é que se constroem os capitais objetivos das legendas, tais como os símbolos, as palavras de ordem, programas etc., que são ofertados aos eleitores na competição política (OFFERLÉ, 1987, p.24-27).

Tais embates e disputas pela legitimidade partidária também podem ocorrer em um espaço ainda mais restrito dos partidos políticos: a coalizão dominante. Como referido no item anterior, é a elite partidária que detém o controle das principais zonas de incertezas, sendo esse um capital importante. Dentre essas zonas estão as regras formais internas, pois elas estão quase sempre abertas a interpretações, o que leva a conflitos entre os agentes. Segundo Panebianco (2005):

Estabelecer as regras, manipular suas interpretações, impor ou não sua observância são zonas de incerteza, de imprevisibilidade organizativa, cujo controle é um outro recurso decisivo nas relações de poder. Por conseguinte, esse raciocínio também explica por que um estatuto de partido não descreve a organização mais do que uma constituição não descreve a fisionomia efetiva de um sistema político. Um estatuto é apenas um pálido esboço, muito inconstante e impreciso, pouco mais do que um ponto de partida para a análise organizativa de um partido político (PANEBIANCO, 2005, p.69).

No caso do PL, os anos de 1953 e 1954 foram paradigmáticos nesse sentido. Se a retomada da legenda e a construção da sua legitimidade por Pilla e seu grupo vinha acontecendo sem grandes acidentes no interior partidário devido ao controle dessa coalizão, aqueles foram tempestuosos, principalmente para o chefe libertador, especialmente porque o confronto partia de lideranças muito próximas dele e que eram da sua confiança, como Décio Martins Costa, Mem de Sá e Carlos de Brito Velho. O primeiro foi o seu sucessor no comando do Diretório do Rio Grande do Sul, um dos fundadores da legenda em 1945 e um dos membros que se retirou da já citada reunião de 1937 em apoio à Pilla. O segundo havia sido seu secretário particular e secretário do Diretório Central nos anos 1930, além de diretor do ERG no mesmo período<sup>344</sup> e, assim como Martins Costa, era um dos fundadores da legenda no pós-Estado Novo. Já o terceiro havia sido aluno de Pilla na Faculdade de Medicina.

Todavia, os vínculos partidários não eram os únicos desses três libertadores. Como lembra Bourdieu (1996), as trajetórias de vida se definem como “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”

---

<sup>344</sup> Mem de Sá relata sobre esse período em seu livro de memórias (1980).

(BOURDIEU, 2006, p.189). Diferente de uma “história de vida” linear e teleológica, a análise de um indivíduo – ou grupo – tem como enfoque suas posições ocupadas ao longo de um determinado tempo e em um determinado espaço social, sendo que essas posições dependem e variam de acordo com as transformações ocorridas dentro do espaço e do jogo de capitais presentes naquele contexto específico. No caso de Martins Costa, Sá e Brito Velho havia, além das relações partidárias, o entrecruzamento das suas trajetórias familiares, escolares e religiosas, e que carregaram com eles para o espaço político-partidário.

Essas três figuras tinham uma origem escolar e religiosa em comum. Para exemplificar esse ambiente formador, cita-se aqui um trecho de um artigo de outro político libertador do período, José Pereira Coelho de Souza, em homenagem à Martins Costa, alguns dias após o falecimento desse<sup>345</sup>. Nele, relata quando e como os dois se conheceram:

Uma manhã de abril de 1912, um pai, excessivamente zeloso no seu afeto, conduziu o filho pela velha rua da Igreja, ainda toda de sobrados e residências patrícias, e bateu à porta do Ginásio Anchieta – o grande colégio da cidade, em que já matriculara o menino. O diretor, alto, meio curvado, enxuto de carnes recebeu o novo aluno e quando o pai lhe pediu que o apresentasse a “bons meninos”, chamou um “frater” e lhe transmitiu a ordem rápida. Momentos depois chegava ao gabinete um rapazinho, dentro do uniforme cáqui bem passado, de fisionomia simpática e séria, olhar direto e o reitor, cortando o curto silêncio, disse: “esse é o aluno exemplar” – e pousando olhar agudo no “veterano”, acrescentou com nobre gravidade jesuítica: “encaminhe seu novo colega, sei que tem noção da responsabilidade”. O menino que chegava era eu – e quem me recebia era Décio Martins Costa. (...)

Começou, então, entre nós dois uma amizade que durou ininterrupta, sem um arranhão, sem um esfriamento durante cinquenta e um anos – mesmo quando, nas contradições terríveis da nefanda vida política que o presidencialismo gera, estivemos em posições opostas. (...) <sup>346</sup>.

O episódio relatado por Coelho de Souza, filho do Desembargador de Justiça Paulino Berlinck Coelho de Souza<sup>347</sup>, era sobre sua entrada no Ginásio Anchieta, importante escola gerida pela ordem religiosa cristã-católica Companhia de Jesus. Nela, conheceu Martins Costa, filho do advogado José Luiz Martins Costa Júnior, um dos

<sup>345</sup> Décio Martins Costa faleceu em 26 de agosto de 1963, na sala de conferências da Faculdade de Medicina da URGs (atual UFRGS) quando saudava o médico alemão Hans Georg Hansen, que iria palestrar no local. Segundo o *Diário de Notícias*, Martins Costa sofreu um enfarte do miocárdio. Vitimado por um enfarte faleceu ontem o dr. Décio Martins Costa. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, p.6, 27/08/1963.

<sup>346</sup> COELHO DE SOUZA, José Pereira. Morreu um homem. *Correio do Povo*. Porto Alegre, p.4, 01/09/1963.

<sup>347</sup> Informação contida em *DHBB*, FGV. Verbete: José Pereira Coelho de Souza e confirmada na breve biografia inserida na contracapa da coletânea de artigos de Coelho de Souza, intitulada *Caminhada* (1969).

fundadores da Faculdade de Direito de Porto Alegre (GRIJÓ, 2017, p.193-200). Desse ginásio saíram não apenas esses dois futuros políticos, mas diversos outros, incluindo Brito Velho e Mem de Sá, além do próprio Martins Costa - e intelectuais, que foram nominados por Trindade (1982) como a “geração católica”. Tal geração, formada por filhos de membros da elite política, econômica e jurídica do estado, como destacado por esse autor, vai inserir-se com relativo sucesso nos meios políticos, sociais e culturais sul-rio-grandenses entre as décadas de 1920 e 1950. Esse grupo fazia parte de um projeto maior, que Grijó (2017) chamou de projeto católico-jesuítico, que:

... por meio da disciplina e de uma formação escolar elitista e orientada filosoficamente para os valores humanistas cristãos derivados do neotomismo, os jesuítas passaram a influenciar decisivamente aqueles que se tornariam parte da elite cultural e político-partidária do Rio Grande do Sul. (GRIJÓ, 2017, p.300).

Baseado em Grijó (2017, p.295-301), retoma-se aqui de forma breve a atuação dos padres jesuítas no Rio Grande do Sul no século XIX para compreender a ascensão dessa ordem no campo escolar gaúcho. A chegada de padres jesuítas em Porto Alegre se deu em 1842, mesmo ano em que a Companhia de Jesus foi expulsa da Argentina. Um ano antes, haviam já desembarcado alguns padres no Rio de Janeiro e, depois, a pedido do presidente da província do Rio Grande do Sul, foram encaminhados para a província gaúcha, que alegava necessitar de clérigos para atender as suas zonas rurais.

A partir de 1842, começaram então a fazer viagens pelo interior da província, “nas quais ministravam sacramentos e rezavam missas (...) quando, a pedido de colonos teutos católicos, teriam se correspondido com seus coirmãos de ordem austríacos que aceitaram enviar ao Brasil sacerdotes que falassem o idioma alemão”. (GRIJÓ, 2017, p.296). Em 1849 chegaram ao Rio Grande do Sul esses padres jesuítas de língua teuta, sendo um polonês, um tcheco e um silesiano<sup>348</sup>. Nas regiões coloniais, atuaram tanto em questões religiosas quanto educacionais, erigindo escolas elementares. Nos anos seguintes, mais clérigos jesuítas aportaram nas zonas de colonização germânica. No entanto, entre os séculos XIX e XX, as atividades desses religiosos já não se resumia apenas a atender os imigrantes teuto-católicos:

Em 1869 inauguraram um colégio em São Leopoldo, o Nossa Senhora da Conceição, (...). Segundo padre Schupp, a frequência de alunos desde cedo não se limitou aos filhos dos colonos, de modo que, paulatinamente, “a juventude luso-brasileira se tornou a maioria e [...] o idioma português, que antes desempenhava um papel secundário, se converteu na língua dominante” (apud Bohnen; Ullmann, 1989, p.179).

---

<sup>348</sup> Oriundo da região da Silésia, que atualmente tem territórios na Alemanha, na Tchécua e na Polônia.

Para Bohnen e Ullmann, os padres responsáveis pela escola chegaram a pensar em fechar as portas, pois a presença de luso-brasileiros ia desviando a instituição de seus objetivos iniciais de formar padres e professores para as colônias. Porém, ao contrário de ser fechado, o colégio foi ampliado e passou também a formar alunos aptos a prestarem os exames preparatórios ao ingresso nas escolas superiores do Império. (GRIJÓ, 2017, p.297)

Daí em diante veio a formação de uma nova escola, fundada pelos padres de São Leopoldo, dessa vez na capital, Porto Alegre: o Ginásio Anchieta. Primeiramente como um externato do Nossa Senhora da Conceição, e depois, autônomo a partir de 1908, passou a visar os exames preparatórios para as faculdades porto-alegrenses, como a do Direito e da Medicina.

Como destaca Grijó (2017), mas também Lorena Monteiro (2011, p.76), as tentativas de influenciar as elites urbanas não se restringiam a São Leopoldo e Porto Alegre, pois os jesuítas formaram educandários também em Rio Grande, Pelotas e mesmo fora do Rio Grande do Sul, como Florianópolis, Rio de Janeiro e São Paulo.

É nesse sentido que Coradini (2003) define que a “geração católica” era fruto de algo maior, na qual estava inserido o projeto católico-jesuítico citado por Grijó: era um desdobramento do que o autor chamou de comunitarismo orgânico:

De qualquer modo, o ponto central a destacar é que, apesar da enorme variação das condições sociais das lutas ideológicas e das diferentes esferas em que ocorrem, há uma matriz geral básica que pode ser definida como "comunitarismo orgânico". Esse tipo de "comunitarismo", ao mesmo tempo que pode modificar sua pauta de temas de confronto em cada conjuntura histórica, adquire modalidades distintas conforme as esferas sociais em que se apresenta. Portanto, não apenas consiste em um fenômeno religioso ou "católico", mas envolve, simultaneamente, uma dimensão religiosa (podendo incluir religiões social e culturalmente próximas, como o luteranismo) e uma dimensão étnica (visto que diretamente associada aos grupos originários da "imigração europeia"). (CORADINI, 2003, p.137)

Esse comunitarismo, embora fosse multidimensional, estando presente em diferentes campos e esferas sociais, apresentava uma concepção integral para todas elas, recusando alterações caso não estivessem inseridas nessa concepção. Isso retratava a unidade da “geração católica” nos diversos domínios que procurou penetrar, tais como a religião, a política e as universidades. Todavia, o peso de cada esfera social variava de acordo com as posições dos agentes e dos mediadores culturais, especialmente em relação aos opositores. Se na colônia o comunitarismo se unia em torno do debate das identidades nacional e étnicas, quando transpassa para o meio universitário, passava-se a enfrentar as ideologias “anticlericais”, “positivistas”, etc. a partir do instrumental construído através da educação jesuítica.

A “geração católica” era, portanto, fruto desse comunitarismo orgânico, pois fora formada nessas escolas, como esse projeto de “educação das elites” pelos jesuítas. Projeto que se expandiu para além da colônia, atingindo as elites urbanas regionais. Não foi por acaso a citação à origem familiar tanto de Coelho de Souza como de Martins Costa: ambos advinham dessas elites e tiveram sua educação forjada entre os jesuítas.

Para além da educação formal, os jesuítas investiram nas congregações marianas. Tais congregações tinham o intuito inicial de reunir os alunos e aprofundar sua fé, sua piedade e sua devoção, especialmente à Virgem Maria (MONTEIRO, 2011, p.86). Várias delas se formaram no Brasil e no Rio Grande do Sul, sendo a mais importante nesse estado a *Mater Salvatoris*, fundada em 1911 e liderada pelo Padre Werner von und zur Mühlen, professor do Ginásio Anchieta, a partir de 1923. A centralidade dessa congregação mariana, segundo Monteiro, deveu-se à atuação desse padre, graças à ênfase dada por ele à formação intelectual e à filosófica. Ele incentivava a formação desses alunos dentro da filosofia neoescolástica, visando contrapor-se a outras teses, especialmente ao que chamavam de “positivista” e que dominava a Faculdade de Direito, como se verá adiante. O padre Werner, de acordo com Monteiro, produziu um “exército católico de combate”:

De fato, Werner formou “um exército católico de combate” especialmente pela atuação dos mais jovens no espaço social rio-grandense, como Francisco Machado Carrion, Vitor de Britto Velho, Carlos de Britto Velho e Ernani Maria Fiori, uma vez que atuou como assistente eclesiástico em quase todas as associações desse grupo de católicos até seu falecimento, em 1939, a exemplo de sua atuação no Centro Católico de Acadêmicos e na revista *Idade Nova*. (MONTEIRO, 2011, p.114)

Trindade (1982, p.43) já destacava essa característica mais voltada para o meio político e intelectual do que propriamente religioso: embora houvesse preocupações de cunho espiritual, havia a ideia do “espírito de combate” e da proteção da Igreja contra os seus inimigos mundanos. Como lembra Grijó (2017, p.302), o projeto católico-jesuíta “se apresentava como uma missão proselitista e salvacionista de almas e da sociedade” e para tal, precisava implantar-se nos espaços sociais, políticos e intelectuais. Ademais, as congregações, com suas atividades de retiros espirituais, ascese, entre outras, tornavam-se espaços que complementavam a formação escolar e “que cimentavam os laços de relações interpessoais estabelecidos desde muito cedo nos colégios e faculdades frequentados” (GRIJÓ, 2017, p.303).

Embora fosse um fenômeno regional, a partir da década de 1930, esse comunitarismo orgânico vai aproximar-se cada vez mais do projeto da Igreja da

Neocristandade, de caráter mais nacionalizado e que visava “romanizar” a Igreja Católica brasileira, expandindo sua influência nos meios sociais (MAINWARING, 2004). Tal proposta era oriunda da carta pastoral de Dom Sebastião Leme, arcebispo de Recife e Olinda, publicada em 1916. No entendimento desse religioso, a Igreja Católica precisava demarcar sua presença de forma mais consistente na sociedade brasileira, considerando que a maioria da população era adepta do catolicismo. O intuito era “cristianizar as principais instituições sociais, desenvolver um quadro de intelectuais católicos e alinhar práticas religiosas populares aos procedimentos ortodoxos”. (MAINWARING, 2004, p.41). Mais do que as instituições sociais, havia o interesse do clero em avançar sobre as instituições políticas, buscando, dessa forma, agir no debate público.

O auge da Igreja da Neocristandade deu-se a partir da década de 1930. O catolicismo produziu, naquela época diversos intelectuais ligados àquelas diretrizes através do Centro Dom Vital, instituto católico com sede no Rio de Janeiro, como Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. Além disso, surgiram inúmeros movimentos vinculados ao clero católico, visando tanto ações nos meios leigos operários, quanto nos meios estudantis por meio de instituições como a Ação Católica Brasileira, o Círculo Operário, a Juventude Operária Católica e a Juventude Universitária Católica. Os bispos também garantiram aliança profícua e de afinidade política com o governo de Getúlio Vargas. Conforme Mainwaring (2004), ambos – Igreja e governo – percebiam vantagens nessa relação:

A Igreja desejava que o Estado reinstituísse de uma maneira informal a relação de favorecimento que a separação formal entre Igreja e Estado terminava do ponto de vista legal. O Estado, percebendo que tinha muito a ganhar com a Igreja, segurou essa oportunidade de negociar alguns privilégios em troca de sanção religiosa. (MAINWEARING, 2004, p.47)

Mas a expressão de mais destaque advinda da Neocristandade foi a Liga Eleitoral Católica (LEC) e mediante ela que se deu a maior proximidade entre esse grupo e os jesuítas do Rio Grande do Sul. Nos anos 1930, o projeto de inserção nos espaços políticos e sociais do apostolado laico jesuíta começou a tomar forma. No ambiente político, surgiu a LEC, fundada em 1932 por dois expoentes da Igreja da Neocristandade, Dom Sebastião Leme e Alceu Amoroso Lima, no Rio de Janeiro e que tinha a intenção de orientar e esclarecer o eleitorado católico em torno das eleições de 1933, para a Assembleia Nacional Constituinte do ano seguinte:

Esta ação indireta consistiu na orientação e no esclarecimento dos católicos no processo eleitoral, desde o alistamento daqueles aptos a votar até a escolha

dos candidatos. De forma geral, seu objetivo foi mobilizar o eleitorado católico em torno das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de 1934 e na de 1945, para a Câmara Federal e as assembleias estaduais, daqueles candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja. Estes candidatos tiveram que se comprometer na defesa dos postulados católicos na nova Carta Constitucional, como a promulgação da Constituição em nome de Deus, a indissolubilidade do matrimônio e da validade civil do casamento religioso, a adoção da instrução religiosa obrigatória nas escolas públicas, tanto primárias, quanto secundárias, a concessão de assistência religiosa oficial às forças armadas, prisões e hospitais, liberdade de sindicalização e mesmas garantias estatais para os sindicatos católicos, legislação do trabalho inspirada nos preceitos de justiça da doutrina social da Igreja, etc. (MONTEIRO, 2011, p.194)

Como se verá mais adiante, a LEC retomou sua atuação na República Democrática de 1945, mantendo a sua intenção de influenciar o eleitorado de coorte católico no país.

Já no ambiente universitário, a “geração católica” buscou conquistar diversas cátedras nas faculdades porto-alegrenses, mas obteve maior sucesso na Faculdade de Direito e na de Filosofia. A primeira teve forte presença católica, especialmente a partir da nomeação de Armando Câmara, em 1935. Oriundo do Anchieta, membro de congregação mariana e membro honorário do Centro Católico de Acadêmicos (CCA)<sup>349</sup>, Câmara já lecionava como professor interino desde 1931, mas sua nomeação, feita pelo interventor Flores da Cunha, foi o que causou reações tanto de apoio, quanto de protesto contra sua designação. Dela teria surgido o embate entre os “católicos” e os “positivistas” – professores e estudantes que, na visão dos católicos, eram cientificistas e não comungavam dos mesmos ideais humanistas cristãos dos primeiros. Todavia, na prática, era apenas um rótulo dado pela “geração católica” àqueles que viam como “inimigos da Igreja”, fossem eles positivistas de fato, fossem liberais, fossem socialistas etc.

Não obstante, Grijó (2017, p.310-311) defende que, na prática, embora os católicos tenham proposto novas linhas filosóficas, partindo do neotomismo, a pregação tinha o mesmo objetivo dos seus inimigos “positivistas”: a militância política e a formação de lideranças políticas. Ao fim, o humanismo dos católicos apenas atualizava as referências filosóficas das concepções então dominantes.

---

<sup>349</sup> Monteiro demonstra que a fundação do CCA tinha o intuito de organizar a “tomada” das faculdades pelos católicos, especialmente o grupo reunido na congregação *Mater Salvatoris*. Depois, ampliou-se os objetivos para a organização da “mocidade católica” (MONTEIRO, 2011, p.159-161)

Esse domínio se expandiu para outras áreas da universidade, especialmente após Câmara ter sido nomeado reitor da UPA<sup>350</sup>, em 1945. Através desse cargo, Câmara incorporou nas diversas estruturas universitárias um corpo docente hegemonicamente católico, especialmente na Faculdade de Filosofia, criada apenas em 1942. Para tal, de acordo com Monteiro (2011, p.248), contou, em 1947, com o apoio do governador eleito naquele mesmo ano, Walter Jobim, que naquele momento procurava se aproximar da Igreja Católica e que tinha como secretário da Educação outro integrante da Congregação *Mater Salvatoris* e colega docente de Câmara na Faculdade de Direito, Eloy José da Rocha. Dessa forma:

(...) a partir do decreto estadual nº 1500 de 1947 foi estabelecido à organização geral da Faculdade de Filosofia com 45 cátedras distribuídas pelos onze cursos em funcionamento, prevendo a contratação de professores assistentes, adjuntos e colaboradores em caráter extranumerários.

Assim, além de aproveitar os catedráticos das outras unidades universitárias como comissionados, foi possível incorporar docentes como professores assistentes, e nesta situação favorável o Reitor preencheu as cátedras vagas com pessoas que tivessem a sua orientação doutrinária. Neste sentido, o quadro docente do curso de Filosofia, que antes tivera certa abertura ideológica, tornou-se um ensino quase confessional. (MONTEIRO, 2011, p.248).

Através desse decreto, Câmara incluiu um número bastante considerável de professores filiados à “geração católica” tais como Ernani Maria Fiori, Vitor de Brito Velho, Carlos de Brito Velho, Laudelino Medeiros, entre outros.

E qual a relação que o PL tinha com essa “geração católica”? Se pensarmos no PL que surgiu em 1928 e se encerrou em 1937, as relações guardavam alguma tensão. Dal Forno (2020, p.219) relembra que nos debates em torno da questão da religião no programa partidário de 1928, os libertadores optaram pela posição favorável à separação entre Estado e Igreja e de garantia da “liberdade de consciência”, sem preferência por um outro credo. Em suma, fixaram uma posição laica. O autor relembra que essa posição foi mantida mesmo diante da pressão da LEC, em 1933, ano da eleição para a Assembleia Constituinte de 1934:

Mesmo no contexto eleitoral de 1933, diante da pressão do eleitorado católico, o PL manteve seu posicionamento em defesa da plena liberdade de consciência, não aceitando a defesa de nenhuma doutrina religiosa e optando pela manutenção do estado laico, posicionamento que resultou na perda de apoio e uma forte campanha de crítica por parte da Liga Eleitoral Católica. (DAL FORNO, 2020, p.219).

---

<sup>350</sup> Em 1947, a Universidade de Porto Alegre (UPA), que abarcava as faculdades de Direito, Medicina, Engenharia, Filosofia, entre outras, passou a denominar-se Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), incorporando ainda faculdades dos municípios de Santa Maria e Pelotas. Em 1950 houve a federalização e passou então a chamar-se Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). UFRGS. *Histórico*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>. Acesso em: 26/04/2022.

Dal Forno vai ao encontro do que Monteiro (2011) afirma, embora essa autora destaque que havia entre os membros libertadores adeptos identificados com o laicato católico. A temática gerou alguma controvérsia na assembleia extraordinária do PL de 1933, na cidade de Rivera, no Uruguai, convocada para a rearticulação das suas forças após a participação e derrota no Movimento Constitucionalista de 1932 e visando as eleições constituintes daquele ano. Dentre os temas em debate estava a questão religiosa e já comentada pressão da LEC, preocupada em eleger lideranças aderentes as teses defendidas pelos católicos.

Enfim, apesar das pressões tanto da LEC como dos próprios católicos do partido – alguns deles membro da própria organização eleitoral dos católicos - optou-se por se deixar em abertos tais temas e cada candidato teria liberdade para defendê-los ou não. Apesar das tentativas de mitigar o posicionamento partidário e a relação com os religiosos, como a entrevista ao CP de Anor Butler Maciel, citada por Monteiro (2011, p.206-207), na qual diz que não havia incompatibilidade entre os libertadores e os católicos, até mesmo porque a maioria dos partidários eram adeptos dessa religião, o fato era que o posicionamento partidário acabou fornecendo à LEC a justificativa para que a sua junta no Rio Grande do Sul não indicasse ou recomendasse aos católicos candidatos libertadores.

Considerando a presença de católicos entre os membros da legenda, o que pode ter levado a tal posicionamento? Uma hipótese pode ser considerada a partir da comparação entre a lista de membros do Diretório Central do PL entre 1928 e 1935 elaborada por Dal Forno (2020, p.99-101) e a lista dos membros da congregação mariana *Mater Salvatoris* entre 1917 e 1936, apresentada por Monteiro (2011, p.319-324). Observando as duas listas, apenas um nome da lista dos membros da coalização dominante libertadora de 1928-1935 é encontrado: Oscar Carneiro de Fontoura. Havia outros membros como Alberto Pasqualini, que tinha histórico também na congregação, mas não tinha, ao menos até 1935, cargos diretivos no partido. Ou mesmo o próprio Anor Butler, já citado, que também nunca exerceu cargo partidário no PL. Logo, supõe-se que a pouca presença da “geração católica” na elite partidária daquele período facilitou a recusa a abraçar as bandeiras da LEC naquele momento.

Raul Pilla ainda tinha forte proeminência no Diretório e, como se verá mais adiante, tinha uma postura de distanciamento, embora isso não significasse rejeição, quanto aos temas caros aos católicos e religiosos em geral, tais como a indissolubilidade

do casamento e a defesa da Doutrina Social da Igreja. Segundo suas próprias palavras, se tratava de temas “secundários”<sup>351</sup> no debate político. Todavia, na retomada liderada por ele próprio em 1945, contará com o apoio de lideranças que eram formadas pelas escolas confessionais jesuíticas, tais como os já citados Décio Martins Costa, Mem de Sá e Carlos de Brito Velho.

Entre 1928 e 1937, Martins Costa estava em processo de ascensão interna partidária, mas só alcançou maior projeção a partir de 1935, quando assumiu a cadeira de deputado estadual na ALRS, eleito no ano anterior, e passou a ter cargo no Diretório Central, até então, era um mediador dos libertadores junto as populações da região do Vale do Alto Taquari, de colonização alemã, onde clinicava desde 1923 (SÁ, 1973, p.149); já Sá era secretário do Diretório Central e atuava no jornal do partido, tendo como “padrinho” o próprio Pilla, mas ele mesmo reconhecia que não tinha sequer direito a voto junto aos integrantes do Diretório Central (SÁ, 1973, p.83-84); Brito Velho era um militante e estudante universitário, embora tivesse já alguma atividade dentro da agremiação e contato com Pilla, como demonstrou Dal Forno (2020, p.272) ao citar uma troca de cartas entre esses dois libertadores, já conhecidos dos bancos universitários<sup>352</sup>. Outro ex-libertador, Say Marques<sup>353</sup>, lembrou em entrevista ao CPDOC, que havia assinado um manifesto à juventude brasileira quando estudante de Direito ao lado de Brito Velho, então um jovem estudante de Medicina.

De 1945 em diante, eles consolidaram suas ascensões dentro da legenda, todos eles, de uma forma ou de outra, associados a Pilla no empreendimento de retorno da legenda e (re)construção do PL. Coradini (2003) relembra que, embora houvesse uma retórica de crítica e desprezo à política e ao jogo político, considerando o discurso de identidade étnica e religiosa dos jesuítas, procuravam inserir um pouco de “política” nas

---

<sup>351</sup> Em meio aos embates em torno do tema do divórcio, que será tratado mais adiante, Pilla respondeu a Décio que acataria uma posição antídivorcista, caso assim decidisse a maioria partidária, embora preferisse manter a questão aberta, por acreditar ser uma questão secundária. PILLA, Raul. Destinatário: Décio Martins Costa. Rio de Janeiro, 09/03/1954.

<sup>352</sup> No seu discurso de despedida da Faculdade de Medicina da UFRGS, após sua aposentadoria. Pilla fez várias menções a sua relação com Brito Velho, que já havia feito um discurso em sua homenagem. Na sua fala relembrou que Brito Velho havia sido seu aluno, inclusive “melhor aluno, do que eu, professor”. Lembrou ainda que ele fora orador dos formandos de uma turma que escolheu Pilla como paraninfo e que foi o seu padrinho quando Brito Velho iniciou suas atividades profissionais. Embora não tenha dito em sua oração, mas é possível que tenha iniciado o antigo aluno nas atividades políticas também. PILLA, Raul. Despedindo-se da velha faculdade. In: *Revista da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*, Porto Alegre, jun/dez. 1961 – Fascículo II. Separata, p. 13-15.

<sup>353</sup> MARQUES, Say. Depoimento (1977). Entrevistador: Alírio Eberhardt e Rosa Maria Barbosa de Araújo. Porto Alegre, 1977. FGV/CPDOC.

esferas que atuavam, inclusive na política partidária e em diversos campos sociais, como meio universitário e ocupando diferentes posições nelas:

Portanto, nessa matriz, as relações com o fenômeno político são necessariamente mediatizadas por outras relações e identidades sociais. Se, por um lado, isso leva a um distanciamento ou desprezo pela "política" como ela se apresenta (em nome de "partidos", "revoluções", "república"), por outro, insere algo da "política" em todas as esferas e práticas sociais, sejam econômicas, religiosas, educacionais, ou de qualquer outra espécie. Importa ressaltar que, além da formação da Associação de Professores e Educadores Católicos do Rio Grande do Sul, em 1949, e da Liga Eleitoral Católica, ainda na década de 1930, passou a ocorrer um "movimento" com um conjunto de "ações" e uma rede crescentemente ampla de "grupos", abrangendo mais diretamente um amplo leque de esferas sociais, que vão das questões trabalhistas através dos Círculos Operários, e da política partidária, à educação universitária. Além disso, apesar da resistência ou ambivalência frente à política partidária, em nome do "grupo", boa parte dos principais líderes desse catolicismo acabaram nela atuando -com diferentes graus de contradições e desacertos -, bem como no ensino universitário. Vale enfatizar que as posições políticas assumidas nos respectivos percursos são as mais diversas, e que isso ocorre também com os que não chegaram a fazer carreira política. (CORADINI, 2003, p.139).

Em 1945, com a democratização e a retomada da vida partidária, muitos dos laicos católicos inseriram-se nos partidos políticos disponíveis. Em sua tese, Monteiro (2011) faz uma questão pertinente: por que esse grupo não fundou e reuniu-se em um partido político de orientação católica? Na sua análise, a resposta pode ser encontrada no depoimento de vários congregados marianos: era preferível espalharem-se entre as forças políticas acessíveis naquele instante e, incorporados nelas, tentarem introduzir princípios de orientação católica nos respectivos programas partidários ou mesmo nas assembleias legislativas e Câmara dos Deputados, caso conquistassem cadeiras pela via eleitoral. Segundo o congregado e ex-deputado estadual pelo PSD Francisco Machado Carrion, tratava-se de um “pacto de honra” do grupo, no combate da ainda presente na cultura rio-grandense, segundo ele, ideias positivistas:

Firmamos, entre nós, um pacto de honra, que, fosse qual fosse o Partido a que cada um de nós viesse a se filiar, estaríamos sempre juntos e solidários na defesa daqueles princípios objeto do nosso manifesto. Com essa posição, tínhamos como grande objetivo renovar a cultura rio-grandense, profundamente impregnada pelo positivismo. (CARRION, 1969 apud MONTEIRO, 2011, p.220).

Não se podia ignorar também que o combate mudaria de foco ao longo do período democrático. O anticomunismo, algo que já preocupava esses indivíduos, passou a ter importância cada vez maior, como já demonstrado por Rodeghero (2003) com relação a construção do imaginário anticomunista e por Angeli (2020), em relação às formas que a Igreja buscava mobilizar o eleitorado. O “positivismo”, primeiro inimigo da cristandade, perdia o posto para o “perigo vermelho”.

Sobre o manifesto referido por Carrion, ele foi produzido em 1945 e assinado por vários membros da “geração católica” e trazia diversos itens caros ao grupo e que pretendiam incorporar nas agremiações a que viessem a se filiar. Antes disso, procuraram e obtiveram a aprovação do Arcebispo de Porto Alegre Dom João Becker para o documento. Os itens do manifesto tocavam em pontos como a proibição do divórcio, o ensino religioso facultativo, a legislação trabalhista baseada na Doutrina Social da Igreja, entre outras.

De fato, as lideranças laicas católicas dispersaram-se pelas agremiações partidárias surgidas em 1945: o PSD recebeu Eloy José da Rocha, Francisco Machado Carrion, Adroaldo Mesquita da Costa, Daniel Faraco, Oscar Carneiro da Fontoura – esse, como já referido, era o único membro do grupo no Diretório Central do PL entre 1928 e 1935 – entre outros. A UDN teve em seus quadros José Salgado Martins e Bruno Mendonça de Lima. O PRP contou com o ex-libertador Anor Butler e mesmo o PTB acolheu congregados como Theobaldo Neumann e José Mariano de Freitas Beck. O PL foi receptáculo de diversos indivíduos do grupo católico: além de Martins Costa, Brito Velho e Mem de Sá – esse, embora não tivesse sido integrante da Congregação *Mater Salvatoris*<sup>354</sup>, foi estudante do Ginásio Anchieta, onde concluiu o curso secundário – ainda filiaram-se aos libertadores Ernani Maria Fiori, Armando Dias de Azevedo, Antônio Bottini, Adalberto Tostes, Francisco Assis de Oliveira, Albino Lenz, José Truda Palazzo, Amadeu Weinmann, José Pereira Coelho de Souza, dentre outros e soma-se ainda a passagem de Armando Câmara quando da sua candidatura ao Senado Federal e exercício do mandato, entre 1954 e 1956.

Portanto, a contar do retorno do PL em 1945, o projeto de inserção do laicato católico nas entranhas partidárias conseguiu ser bem sucedido. Considerando o primeiro diretório central, eleito no Congresso de agosto de 1945, já contava com a presença de dois anchietanos entre os 15 integrantes: Décio Martins Costa e Mem de Sá. Não eram a maioria dentro da elite partidária, mas já galgavam alguma influência. Tanto que um deles, Martins Costa, tornou-se 1º vice-presidente e, na ausência de Pilla devido sua eleição para a deputado federal, passou a exercer interinamente a presidência do Diretório do Rio Grande do Sul a partir de 1946 e em 1950 foi eleito definitivamente para o cargo, exercendo-o até o seu falecimento, em 1963. Nas eleições de 1945 e 1947, outros católicos ganharam relevância interna devido seus desempenhos nas urnas:

---

<sup>354</sup> Monteiro (2011, p.319-324) apresenta uma lista com o nome de todos os congregados da *Mater Salvatoris* entre 1917 e 1936.

Ernani Fiori foi o segundo mais votado do partido para a Câmara Federal, sendo o primeiro suplente de Pilla<sup>355</sup>, seguido ainda por Brito Velho e Martins Costa. Em 1947, Brito Velho e Mem de Sá elegeram-se deputados estaduais, sendo que o segundo exerceu a liderança do partido durante a legislatura de 1947 a 1951.

**Tabela 16: Votação dos candidatos a deputado federal do PL no Rio Grande do Sul - 1945**

<b>NOME</b>	<b>VOTOS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
<b>Raul Pilla</b>	16996	Eleito
<b>Ernani Maria Fiori</b>	5131	1º Suplente
<b>Carlos de Brito Velho</b>	4717	2º Suplente
<b>Décio Martins Costa</b>	3968	3º Suplente
<b>Edgar Luiz Schneider</b>	3830	4º Suplente
<b>Outros</b>	16682	Suplentes
<b>Total de votos do PL</b>	51324	

Fonte: TSE. *Estatísticas Eleitorais*.

**Tabela 17: Votação dos candidatos a deputado estadual do PL no Rio Grande do Sul - 1947**

<b>NOME</b>	<b>VOTOS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
<b>Edgar Luís Schneider</b>	4239	Eleito
<b>Carlos de Brito Velho</b>	2809	Eleito
<b>Mem de Sá</b>	2552	Eleito
<b>Henrique Fonseca de Araújo</b>	2455	Eleito
<b>Antônio Maria da Silva Filho</b>	2221	Eleito
<b>Outros</b>	40696	Suplentes
<b>Total de votos do PL</b>	54972	

Fonte: TSE. *Estatísticas Eleitorais*.

Embora ainda minoritários na coalizão dominante, já naqueles primeiros pleitos da República Democrática os católicos adquiriam capitais e recursos importantes que poderiam utilizar dentro da agremiação para propor suas ideias e tentar incorporá-las no programa partidário. Para Pilla, essa situação podia se tornar um problema, pois deixava

<sup>355</sup> Pilla chegou a questionar que o PL deveria ter conquistado duas cadeiras – sendo que a segunda seria de Fiori. Para ele, isso só não havia sido possível devido ao mecanismo de sobras, introduzido na legislação eleitoral de 1945 e que garantia que as sobras de votos após o cálculo do quociente eleitoral fossem para o partido mais votado. No Rio Grande do Sul, o partido beneficiado fora o PSD, que elegeu 17 deputados federais contra 2 da UDN e 1 de PL, PTB e PCB, respectivamente. Pilla, em discurso na Assembleia Constituinte, defendia que uma das cadeiras pessedistas “não lhe pertence, porque devia ser do Partido Libertador” (PILLA, 1946 apud SOUZA, 1976, p.120). Para Campello de Souza (1976, p.119-121), tal mecanismo beneficiava os partidos que tiveram sua origem vinculada ao Estado Novo, como era o caso do próprio PSD.

de ter um domínio maior das zonas de incertezas partidárias, obrigando-se a negociar com maior frequência com esse o grupo, entrando em choque com as posições desses, que, por sua vez, começavam a adquirir legitimidade interna. Muitos deles, inclusive, adentraram na legenda com a anuência do próprio chefe libertador.

Já no Congresso de 1945, o primeiro realizado após a autorização do retorno da vida partidária e que marcou a reorganização dos libertadores visando tornarem-se um partido nacional, um dos temas caros aos setores católicos do partido foi discutido: a indissolubilidade do matrimônio.

O divórcio, na perspectiva católica, significa o rompimento de uma união conjugal produzida pela própria Igreja. Dessa forma, o que foi unido por ela, não poderia ser desfeito. Simboliza ainda a união de Jesus Cristo com o seu povo, que também não poderia ser quebrada. Com o contínuo processo de secularização das sociedades ocidentais a partir de meados do século XIX, a luta contra o divórcio passou a ser um instrumento no campo de batalha da Igreja contra a “modernidade”, visto como algo que destruía a tradição cristã uma vez que afastava os indivíduos da necessidade de se guiarem por preceitos religiosos. Logo, levaria a uma perda de credibilidade social da Igreja Católica (ALMEIDA, 2010, p.26-38).

Retomando o congresso libertador, em 13 de agosto de 1945, último dia do evento, o tema foi debatido, especialmente visando a sua inclusão no programa. Tendo como base o que o *Correio do Povo* publicou, é possível observar que se decidiu internamente por uma solução negociada entre os favoráveis e os contrários ao divórcio:

Na sessão vespertina (...) foi debatida a inclusão no programa partidário, do princípio favorável à indissolubilidade do vínculo matrimonial, em virtude da apresentação de uma proposição (sic), por intermédio do sr. Mem de Sá e da autoria dos srs. Décio Martins Costa e Antônio Botini. Aprovando o parecer da comissão, o congresso entendeu que a matéria é da consciência de cada um e que os representantes do partido no parlamento deverão propor que o referendun popular se manifeste sobre a lei nesse sentido<sup>356</sup>.

O trecho da notícia não dá muitos detalhes do debate, mas abre margem para interpretação de que não se tratava de um assunto pacífico, uma vez que a decisão foi por uma solução de conciliação entre os antdivorcistas e aqueles que não se opunham à indissolubilidade do casamento. A proposta veio de Décio Martins Costa e Antônio Bottini. Sobre o primeiro, já se apresentou aqui o seu vínculo com a “geração católica”; quanto ao segundo, tratava-se também de um membro da *Mater Salvatoris* e ex-aluno

---

<sup>356</sup> Debatidos, em Bagé, no Congresso do Partido Libertador, as reformas de seu programa. *Correio do Povo*. Porto Alegre, p.3, 15/08/1945.

do Ginásio Anchieta (MONTEIRO, 2011, p.320). Formou-se em 1926 na Faculdade de Medicina de Porto Alegre<sup>357</sup> – mesmo ano em que Pilla tornou-se professor titular da mesma, embora já lecionasse como professor interino (BUENO, 2006, p.56-57). Naquele período, 1947, Bottini era também professor na própria Faculdade de Medicina, mas também exercia a docência na Faculdade Católica de Filosofia, embrião da futura Universidade Católica do Rio Grande do Sul<sup>358</sup>, que teria como primeiro reitor em 1948 outro egresso das escolas jesuítas: Armando Câmara. Quem levou a proposta para a discussão foi Mem de Sá, o que já denotava sua proximidade com o grupo dos católicos.

Em resumo, os católicos não tiveram o sucesso esperado – fechar a questão dentro da agremiação contra o divórcio - mas ao menos saíram com uma possibilidade aberta: caso algum deles alcançassem o parlamento nacional, teriam autorização do partido para propor um referendo popular para que o eleitorado decidisse sobre o tema. Não há indícios do posicionamento de Pilla no debate, mas não se pode descartar que tal proposta de acordo tenha sido liderada e negociada por ele.

O debate em 1945 e seu resultado esfriou, por um bom tempo, as discussões em torno da proximidade do PL com temas caros aos católicos, assim como não se encontrou indícios de novos embates internos em torno desses assuntos. Na realidade, os vestígios são de uma aproximação entre o Clero e a elite partidária, possivelmente por razões estratégicas e eleitorais, como ficou evidente na campanha de 1947<sup>359</sup>, em que Décio Martins Costa candidatou-se ao governo estadual, quando o PL respondeu -

---

<sup>357</sup> Bottini atuou ainda como médico e diretor de Higiene do Estado de Santa Catarina. Sobre Bottini, ver: MUSEU DE HISTÓRIA DA MEDICINA DO RIO GRANDE DO SUL. Memórias Médicas. Verbete: Antônio Bottini. Disponível em: <https://muhm.org.br/biografiasmedicas/biografia?id=180>. Acesso em: 15/05/2022.

<sup>358</sup> PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. História da Universidade. Disponível em: <https://www.pucrs.br/institucional/a-universidade/historia-da-universidade/>. Acesso em 15/05/2022.

<sup>359</sup> Sobre o envolvimento da LEC no pleito estadual de 1947, cabe destacar alguns trabalhos: Cruz (2010, p.136-147) aponta para a fronteira pouco nítida entre o político e religioso na atuação da LEC, que atuou na campanha praticamente como um partido político ao exigir posicionamentos dos candidatos quanto aos temas religiosos e ao anticomunismo. Destaca ainda que as respostas positivas dos pretendentes ao governo sul-rio-grandense tinham motivações espirituais em maior ou menor grau, mas também indicavam estratégias eleitorais, uma vez que a Igreja tinha forte penetração em diversas regiões do Estado, especialmente a colonial. Asturian (2019, p.89-107) indica justamente a busca dos candidatos em se colocarem aos eleitores como cristãos, visando esse eleitorado. Angeli (2020, p.243-256), por sua vez, destaca que mais do que agir como um partido político, o Clero buscava, via LEC e imprensa católica, além de outros meios, construir o interesse do eleitor pelo voto e apelar pelo voto em candidatos comprometidos com os princípios e os projetos da Igreja. O autor lembra que, diferentemente do que se afirmou em outros trabalhos, não houve hostilidade oficial a candidatura de Alberto Pasqualini (PTB), mas uma disputa pela legitimidade junto ao eleitorado católico.

assim como os outros partidos envolvidos na disputa: PTB com Alberto Pasqualini e o PSD com Walter Jobim<sup>360</sup> - positivamente aos questionamentos da LEC<sup>361</sup>.

Contudo, diferentemente do petebista Pasqualini, que, nas palavras de Bodea, respondeu de forma “curta e seca” (BODEA, 1992, p.40), os libertadores foram mais prolixos no retorno dado à entidade católica<sup>362</sup>: declaravam que não se podia colocar em dúvida “a natureza essencialmente democrática e cristã da nossa agremiação e a sua formal contradição com qualquer espécie de extremismo”<sup>363</sup>; afirmavam que os pontos referentes às diretrizes papais quanto à família, à educação e aos problemas sociais e econômicos estavam amparados no programa mínimo de Martins Costa e do próprio partido.

Para confirmar essa proximidade de ideias, citaram diversos trechos do programa libertador que estavam em comunhão com o pensamento católico. Declaravam ter respondido com um programa, e não com "declarações de ocasião" – sugerindo que os concorrentes assim teriam feito - e dizem não precisar assumir compromissos, pois já o assumiram há muito com a "opinião pública da nossa terra", mas para que não houvesse dúvidas, acrescentavam: quanto ao item 1, a separação Igreja-Estado não impedia a contribuição do Poder Espiritual e quanto ao item 3, dado o radical antagonismo com o comunismo, admitiam apenas a "conveniência social" dentro das leis da democracia e dos próprios "preceitos do evangélicos", mas não se aliavam a eles.

O documento havia sido assinado não pelo candidato, mas pelo presidente do partido, Raul Pilla, e pelo secretário-geral, Mem de Sá. Tal postura demonstrava haver proximidade de interesses entre os membros da cúpula partidária. Isso é ainda mais nítido se for considerado que, antes da escolha de Décio Martins Costa como candidato da aliança PL-UDN, ambas as agremiações convidaram Armando Câmara, então

---

<sup>360</sup> A campanha de 1947 guarda uma peculiaridade envolvendo o PL: além de Décio Martins Costa, candidato representante da agremiação naquela eleição, os outros dois concorrentes – Pasqualini e Jobim – também tinham histórico libertador até 1937. Os três se reencontraram eleitoralmente, mas em caminhos distintos.

<sup>361</sup> Os questionamentos da LEC, conforme consta em Angeli (2020, p.249): “I – Mantida, embora, a separação da Igreja do Estado, propugnará V. Ex.<sup>a</sup> pela colaboração de ambos, em prol do interesse coletivo, máxime no que tange ao ensino e à assistência? II – Seguirá V. Ex.<sup>a</sup> no governo a diretrizes contidas nas encíclicas dos Sumos Pontífices relativamente à proteção da família, à educação da infância e da mocidade, bem como no que diz respeito à natureza e à solução dos problemas econômicos e sociais? III – Rejeitará V. Ex.<sup>a</sup> a colaboração de adeptos do Partido Comunista Brasileiro para cargos de direção no Governo do Estado e no magistério público?”

<sup>362</sup> Respondem à LEC o Partido Libertador e a União Democrática Nacional. *Correio do Povo*. Porto Alegre, p.10, 18/12/1946.

<sup>363</sup> Respondem à LEC o Partido Libertador e a União Democrática Nacional. *Correio do Povo*. Porto Alegre, p.10, 18/12/1946.

ocupando a presidência da própria LEC e a reitoria da URGS, simultaneamente, para ser esse postulante, segundo noticiava o *Correio do Povo*:

Prosseguem as forças da oposição (...) em suas démarches em torno da escolha de um nome extra-partidário que concorra à presidência do Estado nas próximas eleições de 19 de janeiro. O nome em cogitação é o do sr. Armando Câmara, reitor da Universidade e líder católico do Estado que há muito preside os destinos da Liga Eleitoral Católica, entidade que visa orientar os fiéis da Igreja no que se refere à escolha de candidatos e que tem por lema “pairar acima dos partidos”. Nos últimos dias o sr. Raul Pilla, como emissário das oposições, tem se encontrado com o sr. Armando Câmara, nada transpirando sobre sua decisão (...). Sabe-se por fontes extra-oficiais que o presidente da LEC tem se mantido em permanente contacto com proeminentes vultos da Igreja Católica entre nós, possivelmente pesando a resolução<sup>364</sup>.

Possivelmente, as lideranças – incluindo-se Pilla, à época, ainda presidente do Diretório local e que atuou, conforme a publicação citada, como emissário nas negociações com Câmara – perceberam o potencial eleitoral de um candidato com forte penetração entre os eleitores católicos. Atente-se ainda para o peso que o próprio Clero teria na decisão, uma vez que Câmara fez consultas a eles para tomar sua resolução.

Ao fim, Câmara recusou o convite. Em nota oficial, os partidos ressaltaram que a busca por um pretendente ao governo estadual fora das agremiações pretendia mostrar que aliança queria alguém que não representasse forças políticas, mas o próprio Rio Grande do Sul. Nas palavras deles, “seria menos o candidato das oposições que o de todo o Rio Grande”<sup>365</sup>. A nota indicava justamente o interesse da aliança em capitalizar o prestígio de Câmara, especialmente entre os eleitores cristãos, ainda mais quando agradeciam a ele pelas conversas, ressaltando seus valores morais e cristãos.

Apesar da recusa, Câmara declarou seu apoio a Martins Costa<sup>366</sup> em um jantar com a presença do candidato e outros membros da coligação, após esse ter sido definido como o concorrente da aliança PL-UDN. Embora tenha explicitado que o apoio se dava não por questões partidárias, nem mesmos de vínculos com entidades cristãs - uma vez que havia deixado a presidência da LEC e da Ação Católica do Rio Grande do Sul – Câmara enfatizou que não era também devido a amizade de ambos, egressos do Ginásio Anchieta e membros destacados da Congregação *Mater Salvatoris*: o apoio se dava as posições “cristãs” de Martins Costa: fosse ele um velho amigo, mas não-cristão, não

<sup>364</sup> Tentam as oposições a indicação do sr. Armando Câmara. *Correio do Povo*. Porto Alegre, p.10, 18/10/1946.

<sup>365</sup> Declinou do convite o sr. Armando Câmara. *Correio do Povo*. Porto Alegre, p.10, 25/10/1946.

<sup>366</sup> A PEDIDO: O eminente professor e líder católico Armando Pereira da Câmara dá o seu apoio à candidatura Décio Martins Costa. *Correio do Povo*. Porto Alegre, p.3, 28.12.1946. (originalmente publicada no *Diário de Notícias*, 27/12/1946).

teria seu suporte. Elogiou a “fiel convicção católica” de Martins Costa e que ele era o candidato da “consciência cristã”. Uma posição curiosa, uma vez que, para a LEC, ao qual ele estava ligado um pouco antes desse evento, qualquer um dos três candidatos eram válidos para os católicos sul-rio-grandenses. Na sua resposta, Martins Costa, ressaltou a necessidade de, além da democracia, preservar o “ideal cristão” dos rio-grandenses.

Na matéria sobre o jantar republicada no *Correio do Povo* como um a pedido, mas originalmente produzida pelo matutino concorrente *Diário de Notícias*, não fora citada a presença de Raul Pilla. A matéria informa que se tratava de um jantar organizado em homenagem à Martins Costa, o que sugeria que não tinha, a princípio, uma natureza partidária. Logo, é possível interpretar que Pilla não tinha informação do que seria discutido e tampouco da declaração de apoio de Câmara. Por outro lado, também não foram encontrados indícios de algum incômodo da sua parte por esse fato, até mesmo porque o próprio Pilla havia trabalhado para que Câmara fosse candidato extra-partidário da aliança.

Esse episódio mostra também algo que será aprofundado mais adiante: a ação de Pilla, diferentemente do que fora construído por ele próprio, por seus contemporâneos – correligionários ou não – e, que de certo modo foi aceita passivamente pela produção acadêmica que estudou sua atuação, não era um político apenas “idealista” ou “purista”, demonstrando capacidade de articulação e tendo, sempre que era necessário, uma atuação pragmática. Embora seu discurso tivesse um tom de idealismo e do resgate das “tradições libertadoras”, a prática se dava tendo em conta as estratégias e táticas políticas-eleitorais necessárias seja para a afirmação da posição do PL no espectro político – como se percebeu no segundo capítulo quanto à formação dos diretórios regionais em outros estados brasileiros e como se verá, tanto nesse caso com relação aos católicos, como no tema da questão social, mais à frente.

Pilla certamente tinha noção daquilo que Pierre Bourdieu (1989, p.184) chamou a atenção sobre a atuação dos grupos internos nos partidos políticos: para estar agindo em um partido, é preciso saber jogar o jogo político. Os “puritanos”, aqueles que se empenham na defesa intransigente e sectária da ideologia partidária dentro das agremiações partidárias carecem de bases e de força. Caso esse grupo seja predominante em um partido, diminuem as possibilidades de acesso ao poder e à distribuição desse mesmo poder. Isso não significa que uma liderança partidária não possa eventualmente

estar presente de um lado em uma determinada situação, e em outro em um momento diferente.

A mudança da conjuntura se consolidou no ano de 1953. Buscando expandir o partido nacionalmente – e agindo de forma pragmática – Pilla cogitava “a possível admissão de notáveis políticos e parlamentares no seio do nosso Partido”<sup>367</sup>, conforme relatou em carta à Martins Costa. Nesse período, Pilla já exercia exclusivamente a presidência nacional da legenda, não acumulando mais com o de presidente do Diretório do Rio Grande do Sul. Esse estava sob comando de Décio Martins Costa. O grupo ao qual Pilla queria incluir na legenda era da ala autonomista da UDN baiana, liderada por Otávio Mangabeira, conforme já relatado no capítulo 2 dessa tese. Essa facção havia se desentendido com o grupo liderado por Juracy Magalhães e procurava se abrigar em uma nova legenda. Dentre os possíveis novos membros libertadores no estado baiano estava o deputado federal Nelson Carneiro, que exercera o mandato desde 1947, como suplente e a partir de 1951, como eleito.

Carneiro era um notório divorcista. Fez da luta pelo divórcio a sua ideia-força, entrando em choque com a Igreja Católica. Mais ainda, Carneiro era um provocador e usava em seus argumentos em defesa da possibilidade de separação entre casados exemplos em que a própria Igreja e setores dela aprovavam nulidades de contratos matrimoniais, o que causava repulsa entre os católicos (ALMEIDA, 2010, p.76-86). Já em 1951, no seu primeiro ano como deputado federal eleito, apresentou a sua primeira proposta de aprovação da anulação do casamento, rejeitado após forte campanha contrária dos deputados católicos liderados pelo deputado/padre pernambucano Alfredo de Arruda Câmara, do PDC<sup>368</sup>.

Pilla buscou negociar com o Martins Costa sobre o tema. Na já citada correspondência alegava não poder comparecer na Convenção Estadual, a ser realizada entre 10 e 12 de abril daquele ano, mas pedia que se discutisse nela, visando uma definição na Convenção Nacional, prevista para julho de 1953, o tema do divórcio, justamente projetando a entrada de novos integrantes no quadro partidário. Pilla alegava que ouvia de companheiros que o compromisso assumido com a LEC nos pleitos eleitorais indicava que o partido tinha posição clara a respeito dos temas reivindicados pelos leigos católicos, outros diziam que se o programa não citava tais questões, os temas seguiam em aberto e o compromisso com a LEC era apenas conjuntural, voltado

---

<sup>367</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Décio Martins Costa. Rio de Janeiro, 04/04/1953..

<sup>368</sup> *DHBB*, FGV. Verbete: Nelson de Sousa Carneiro.

para as eleições e que automaticamente se encerraria ao fim dos pleitos. Diz que a questão era fundamental, justamente porque havia a possibilidade de o PL receber adesão de membros abertamente favoráveis ao divórcio e pede então a posição dos gaúchos visando a Convenção Nacional, por ser o diretório mais importante da agremiação: caberia a ela propor uma reforma programática e dar a última palavra sobre o tema. Todavia, Pilla não se furtou em apontar o seu entendimento:

(...) creio dever continuar aberta a questão do divórcio, já por haver ela assumido um caráter nitidamente religioso, já por numerosos serem os companheiros favoráveis ao divórcio como um recurso de ordem social, já por melhor corresponder semelhante orientação à conhecida tradição liberal do nosso Partido. Com isto, não se inibiriam os candidatos de firmar com a Liga Eleitoral Católica, ou outras organizações confessionais, os compromissos pré-eleitorais que julgassem convenientes. Entretanto, se a Convenção Estadual julgasse mais acertado tomar oficialmente o Partido uma posição anti-divorcista, parece-me que mister se faria declara-la em nosso programa, pois somente assim poderia obrigar a todos os companheiros. Em tal caso, a Convenção Estadual tomaria a iniciativa da reforma, que seria oportunamente submetida à Convenção Nacional<sup>369</sup>.

Pilla seguramente tinha conhecimento das apreciações de Martins Costa sobre o divórcio. Sabia também que se tratava de alguém com vínculo robusto com o laicato católico, mas pelo tom adotado acreditava que o correligionário poderia colocar esses pontos em segundo plano internamente. Pilla, primeiro, deixava claro o seu ponto-de-vista: entendia que a questão deveria permanecer aberta. Apelava à “conhecida tradição liberal” do PL – construindo uma memória de um partido histórico e de posições, o que já foi discutido aqui. Também afirmava que o partido tinha muitos membros identificados como divorcistas e, embora não estivesse no trecho aqui citado, havia o interesse em manter aberta a questão precisamente para a inserção de novos filiados que tivessem posição divorcista. Com relação ao diretório presidido por Martins Costa, parecia que Pilla buscava pressioná-los: se tinha tal posição, que a propusessem através dos mecanismos internos partidários e que o fizessem logo, pois era necessária uma definição.

O que o chefe nacional libertador talvez não esperasse era a reação da cúpula do diretório gaúcho, que não foi de aceitação passiva aos termos por ele propostos. Estava aberto um conflito interno. A resposta veio assinada não por um, mas por quatro lideranças da secção sul-rio-grandense do PL: Além de Martins Costa e Mem de Sá, também assinavam a missiva Henrique Fonseca de Araújo e Anacleto Firpo. A carta, produzida dois dias após o encerramento da Convenção Estadual, justificava o motivo

<sup>369</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Décio Martins Costa. Rio de Janeiro, 04/04/1953..

do congresso partidário não ter discutido o tema. Para eles, entre manter a omissão voluntária sobre o tema da indissolubilidade do casamento, não o debatendo, e abrir discussão que levaria a posicionamentos favoráveis e contrários àquela questão, foi preferível a primeira opção:

Ninguém pode nutrir dúvidas quanto a solução certa, desejável e a que chegaria qualquer convenção partidária: a de manter o *stato quo*. *Qualquer das outras significaria dilaceração e enfraquecimento*. Mas, sendo assim, sendo certo que seria esta a conclusão – a todos nós pareceu que o debate e a decisão – agora provocados e tomados – daria margem a explorações e a repercussões inteiramente desfavoráveis. Não haveria negar que era o Nelson Carneiro quem determinava o debate. E que a solução favorecia, autorizava e por assim dizer consagrava o seu ingresso.<sup>370</sup>

Na perspectiva dos libertadores do diretório gaúcho, propor o debate seria mexer em algo que até então era secundário na agremiação, mas que posto em pauta, causaria divergências. Poderia abrir feridas internas e, ainda, significava que alguém de fora – no caso, Carneiro – estava determinando os debates internos e se favorecia disso, praticamente sacramentando seu ingresso na legenda. Por parte da elite partidária sulina, a entrada de Carneiro significaria a abertura explícita de uma corrente divorcista, o que levaria a organização de uma corrente oposta, anti-divorcista:

Se os deputados baianos entram para o Partido, em face da omissão programática, não haverá escândalo maior. Nem são somente eles os divorcistas que militam em nossas hostes. Se um deles é líder da corrente, basta que líderes da corrente oposta, libertadores também, assumam o contra-ataque, com igual vigor, para comprovarem que o Partido não tem doutrina expressa e cerrada a respeito. O próprio Brito Velho, a quem expusemos esta fórmula, embora não possa ocultar o desgosto que lhe causa a admissão de Carneiro, aceita-a como lógica e a menos perniciosa.<sup>371</sup>

Para os remetentes, definir-se pela omissão, abrindo discussão sobre o divórcio, permitiria a Carneiro assumir tal bandeira enquanto liderança, o que teria consequências internas com a reação dos grupos anti-divorcistas, que buscariam mostrar que os libertadores não tinham definição expressa sobre o assunto. O que estava implícito era que as lideranças anti-divorcistas partiriam para o contra-ataque, procurando minar qualquer tentativa de Carneiro de liderar sua luta favorável à indissolubilidade matrimonial através do PL. A correspondência era, no fundo, um recado para Pilla: caso levasse adiante a inserção de Carneiro, isso levaria a reações e conflitos dentro da legenda. Se até então a questão religiosa não vinha interferindo no programa e nas práticas políticas libertadoras, o caso Nelson Carneiro servia para reativar o grupo

<sup>370</sup> COSTA, Décio Martins; SÁ, Mem de; FONSECA, Henrique F. de; FIRPO, Anacleto. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 14/04/1953. (Itálicos nossos).

<sup>371</sup> COSTA, Décio Martins; SÁ, Mem de; FONSECA, Henrique F. de; FIRPO, Anacleto. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 14/04/1953. (Itálicos nossos).

católico libertador e o seu “espírito de combate. Para eles, Carneiro era um “inimigo”. Não era por acaso o “desgosto” de Brito Velho, um dos expoentes da “geração católica” pós-1945, com a inserção de um “inimigo” na sua trincheira.

O temor da reação dos católicos ao debate foi expresso por um dos assinantes da carta anterior, Anacleto Firpo, que atendia a um pedido do próprio chefe partidário ao encaminhar uma carta sobre os acontecimentos na Convenção do mês de abril daquele 1953<sup>372</sup>. Espécie de “figura simbólica” do partido, Firpo tinha atuação no PL desde os anos 1920, tendo sido auxiliar de confiança de Assis Brasil e membro do Diretório Central em meados dos anos 1930 (DAL FORNO, 2020, p.99; 141). Foi um dos antigos libertadores que apoiaram e participaram da refundação do partido em 1945, mantendo, ao longo do período, uma atuação mais discreta, centrada no município que residia, Pelotas/RS, chegando mesmo a presidir o diretório libertador local<sup>373</sup>.

Todavia, era também uma pessoa da confiança de Pilla, tanto que fora a ele que pediu um parecer sobre o congresso ao qual o deputado federal não pôde comparecer. Firpo esclarece a Pilla que a carta causou inquietação a todos e que quem rejeitou o debate foram os convencionais, como um todo, e não Martins Costa, que insistiu, pois era um pedido de Pilla. No entanto, acabou cedendo e evitou que o tema entrasse em debate. Firpo defendia, na missiva, essa necessidade, alegando prudência e assim evitando as reações dos católicos, que, segundo ele, eram “intolerantes” quanto aos assuntos religiosos:

*O assunto representa para nós um problema, que devemos ladear, enquanto nos for possível. Bem sabes como os católicos são intolerantes, sobretudo neste ponto. E, agora, que o nosso Partido se vem refazendo admiravelmente, quando tantos companheiros, afastados de nós, estão voltando – tudo devemos fazer para evitar o menor aborrecimento ou criar situações difíceis. A-demais, isso é um assunto do íntimo de cada um de nós, fortemente ligado a princípios religiosos e que quasi sempre se discutem sem serenidade. Bem sei que o mundo quasi todo já se poz, de há muito, ao lado do divorcismo, mas acho que nós, que os eleitores brasileiros assim como os próprios Libertadores, ao que se verem envolvidos numa luta dessas, cairiam na sua característica impulsividade e nos costumeiros excessos. Esse assunto, a meu vêr, se resolverá sabiamente pelo tempo...<sup>374</sup>.*

Em suma, Firpo afirmava que a decisão pela não-discussão foi a melhor por razões pragmáticas: era preciso “ladear” o tema evitando reação dos católicos – possivelmente referindo-se não só aos correligionários religiosos, mas também a própria Igreja e o laicato católico. Era, a seu ver, um momento de retomada do PL e não cabia

<sup>372</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Anacleto Firpo. Rio de Janeiro, 23/04/1953.

<sup>373</sup> Relação dos Diretórios Municipais do Partido Libertador, neste estado. Agosto de 1950, jornal desconhecido.

<sup>374</sup> FIRPO, Anacleto. Destinatário: Raul Pilla. Pelotas/RS, 07/05/1953. (Itálicos nossos).

criar constrangimentos naquele instante. Apostava ainda que, eleitoralmente, não era ainda interessante, uma vez que o divórcio tinha peso entre os brasileiros e o debate levaria aos “costumeiros excessos”. Por fim, apela ao tempo: o assunto se encerraria em algum momento por conta própria, uma vez que o mundo marchava, a seu ver, para a aceitação do divórcio.

No entanto, como já referido, o pedido de Pilla feito em abril para Décio Martins Costa despertou a reação do grupo católico, encastelado na secção do Rio Grande do Sul, que decidiu posicionar-se. Entre os dias 11 e 13 de julho de 1953 foi realizada a Convenção Nacional do PL e Martins Costa apresentou uma proposta para apreciação dos delegados libertadores quanto ao tema. Rememorou que a questão era aberta no partido e que no Congresso de “renascimento” do PL, em agosto de 1945, havia sido decidido que, caso um representante anti-divorcista alcançasse o cargo de deputado federal, teria liberdade de propor um plebiscito para decisão popular sobre o tema. Mas lembrava ainda Martins Costa que, com a Constituição de 1946, a indissolubilidade do matrimônio já havia sido aprovada<sup>375</sup> e só poderia ser alterada através de emenda constitucional. Sendo assim, caberia a quem interessava o divórcio propor o plebiscito popular, visando derrubar a indissolubilidade matrimonial:

INDICO FIQUE ASSENTADO

Que o representante libertador no Congresso Nacional, partidário de um regime de casamento que não o indissolúvel, só promova e vote a reforma do atual artigo 16, da Constituição, dando ao mesmo artigo uma redação que sujeite a instituição do divórcio após a manifestação favorável da maioria do eleitorado brasileiro.<sup>376</sup>

Resumindo, Martins Costa aproveitava-se do fato que, após a decisão de 1945, o casamento indissolúvel fora incluído na Carta Magna. Se interessava a alguém modificar aquela situação, era aos divorcistas do partido, não mais aos anti-divorcistas. A indicação foi aprovada pela Comissão responsável que contava com Raul Pilla entre os membros. Na justificativa, a comissão fazia suas as palavras do autor da indicação, referente à indissolubilidade matrimonial ser constitucional, à necessidade de emenda para alterá-la e ao antecedente histórico do congresso de 1945, quando:

... ficou expresso, com o renascimento do Partido Libertador, que tal resolução derivava do reconhecimento do fato de ser filiada à religião católica a maioria do povo brasileiro, bem orientada está a Indicação que

<sup>375</sup> De acordo com o artigo 163 da Carta Magna, a família era constituída pelo “casamento de vínculo indissolúvel”. BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1946. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 22/05/2022.

<sup>376</sup> COSTA, Décio Martins. (PROPOSIÇÃO). Rio de Janeiro, 11/07/1953.

deve passar a fazer parte dos princípios normativos que presidem à vida do Partido.<sup>377</sup>

A indicação, lançada por Martins Costa, mas que havia a feito em nome da delegação do Rio Grande do Sul, foi aprovada com apenas três votos contrários: Silvio Faria Correa, Esperidião Esper e João Faria Aquino, que justificaram suas escolhas por serem divorcistas<sup>378</sup>. Aparentemente, Pilla votou favoravelmente, pois não consta na notícia a existência de abstenções. Além disso, era membro da comissão que aprovou a indicação, assinando-a.

Alguns pontos cabem esclarecer aqui: Martins Costa demonstrou ser muito hábil ao usar a provocação inicial de Pilla para propor aquele texto que, ao fim e ao cabo, garantia que os divorcistas do partido – ou aqueles que viessem a ingressar, como Carneiro – dificilmente teriam margem de manobra para defender abertamente a tese. Por outro lado, satisfazia, em parte, o chefe nacional, que havia pedido justamente por uma definição sobre a questão. Por que em parte? Porque talvez não fosse esse o resultado calculado por Pilla: o seu interesse possivelmente era que tivesse uma resolução que abrisse as portas aos baianos e, por consequência, a Nelson Carneiro. O que ocorreu, no entanto, foi um fortalecimento das lideranças sul-rio-grandenses, lideradas por Martins Costa, que conseguiram impor sua perspectiva conectada ao clero e ao laicato católico, e que freava as pretensões do Diretório Nacional. Não por acaso, o debate sobre a incorporação dos baianos esfriou após a Convenção de julho de 1953. Havia um racha na coalização dominante libertadora e quem parecia controlar melhor os recursos e capitais partidários, naquele instante, era a elite partidária do Rio Grande do Sul.

Até meados de 1954, a situação dos baianos e de Carneiro, ainda não estava nítida. Pilla começou a receber queixas de outros correligionários, especialmente libertadores de outros estados, contra a decisão tomada na Convenção do ano anterior. Era o caso de Natércia da Cunha Silveira<sup>379</sup>, à época membro do Diretório Nacional e

---

<sup>377</sup> PILLA, Raul; MELLO, Silveira; MENDES JR., Candido; VASCONCELOS, Tancredo. Parecer. Rio de Janeiro, 11/07/1953.

<sup>378</sup> Congresso Nacional do Partido Libertador. *Correio do Povo*. Porto Alegre, p.18, 14/07/1953.

<sup>379</sup> Natércia da Cunha Silveira (1905-1993) – também chamada em alguns documentos como Natércia Silveira Pinto da Rocha, devido ao uso do sobrenome de seu marido, o advogado Paulo Arthur Pinto da Rocha – era sul-rio-grandense e já nos anos 1920 militava, possivelmente por influência de seu pai, ao lado da Aliança Libertadora e Partido Libertador. Formou-se, ainda, em Direito na Faculdade de Porto Alegre, em 1926. Mas foi nos anos 1930 que ganhou destaque como liderança feminista em defesa do sufrágio feminino e de outras pautas dos direitos das mulheres, ao lado da bióloga Bertha Lutz, embora em grupos diferentes, pois ambas romperam devido ao apoio de Natércia à Aliança Liberal, de Getúlio Vargas, em 1929 e 1930. Em 1945, ingressou no PL e se candidatou a deputada federal pelo Rio Grande

do Gabinete Executivo do PL, representando a secção do Distrito Federal. Na missiva encaminhada ao presidente nacional libertador, Natércia diz ter sido surpreendida na reunião do Gabinete Executivo com a informação sobre a indicação confirmada no congresso partidário e com a posição do próprio Pilla, de que a decisão não poderia ser questionada pelo Diretório ou pelo Gabinete Executivo. Para ela, a decisão era nula, pois entrava em contradição com o programa partidário. Em suma, Natércia apontou para a jogada proposta pelo grupo católico do Rio Grande do Sul. O que propunham era, na realidade, uma reforma no programa, sem ter que passar pelas instâncias necessárias para tal, fechando questão em torno da indissolubilidade matrimonial:

(...). Na verdade, dizer que o P.L. admite divorcistas, mas, que tais divorcistas não poderão defender suas ideias, ou com eles votar, sem antecipadamente sujeitá-las ao referendo popular (...) – não é apenas zombar do bom senso, é muito mais, é reformar implicitamente, o programa do Partido, transformando o que era permitido, por ser questão aberta, em proibido, e assim, tornado questão fechada. Logicamente, reformado foi com essa indicação um ponto do programa partidária, e por assemblea sem poderes para tal, já que a reforma do programa, dada a relevância do objetivo, não se pode incluir entre simples atos de “interesse partidário”, previstos nas atribuições ordinárias da Convenção (...). A lei de um partido é o seu programa, e na observância deste, há de amparar a seus filiados o próprio princípio constitucional “de que ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa se não em virtude da lei” (...)

Os Diretórios Regionais do Rio Grande ou de qualquer outro Estado, bem assim, o Diretório Nacional não podem sujeitar o Partido a qualquer corrente de opinião desde que com isso sacrifiquem os princípios orgânicos da vida partidária. Conveniências eleitorais ou mesmo doutrinárias, sobre matéria que constituía questão aberta, podem pesar na atitude individual dos integrantes desses Diretórios, nunca, porém, arrastando o Partido a ponto de obriga-lo a renegar suas velhas tradições liberais.<sup>380</sup>

Em resumo, Natércia assinalava que a estratégia dos membros sul-riograndenses era impor, ainda que de forma sutil, o fechamento de questão sobre o divórcio. A medida, além disso, desrespeitava não apenas o conteúdo programático, mas também a burocracia interna, uma vez que, na interpretação dela, a indicação precisava passar por determinados trâmites e aprovações junto ao Diretório Nacional e ao Gabinete Executivo, órgãos superiores à Convenção Ordinária, para ter validade. A autora da missiva ainda deixava explícito que a crítica era direcionada aos gaúchos: não

---

do Sul, sem sucesso. Em 1950, tentou novamente, dessa vez pelo Distrito Federal, mas novamente não se elegeu. Entre 1950 e 1959 revezou-se como membro tanto do Diretório Regional da capital federal quanto do Diretório Nacional Libertador. Sobre ela, ver o perfil construído por Andrea Wanderley (2020) para a série “Feministas, graças a Deus!”, do blog Brasileira Fotográfica, vinculado ao sítio da Biblioteca Nacional. Há ainda um verbete sobre ela no Dicionário Mulheres do Brasil, editado por Schuma Schumacher e Érico Brazil (2000). Sobre a luta das mulheres pela conquista do sufrágio no Brasil, ver a tese de Doutorado de Monica Karawejczyk (2013).

<sup>380</sup> SILVEIRA, Natércia da Cunha. Destinatário: Raul Pilla. s/l., 20/01/1954.

podiam sacrificar os princípios partidários em nome de suas conveniências. Isso significava renegar as “velhas tradições liberais” dos libertadores<sup>381</sup>.

A carta era um indício, portanto, do avanço da elite partidária sul-rio-grandense, procurando impor suas visões e percepções no programa, dentro da lógica da geração católica pós-1945, qual seja, de adentrar nos partidos políticos e através deles propor pautas de interesse do clero. Além disso, retoma-se aqui a ideia de que o programa partidário é um recurso em disputa, conforme apontado por Panebianco (2005): embora os gaúchos/ católicos não tivessem alterado as regras partidárias formalmente, conseguiram, naquele momento, ditar o posicionamento dos partidários, ao propor a indicação que deixava de mãos atadas os divorcistas dentro do PL e dificultava a inserção de defensores do divórcio.

Talvez o alerta tenha despertado Pilla a questionar novamente os interesses da secção do Rio Grande do Sul, não apenas sobre o tema do divórcio, mas também sobre as mudanças quanto a questão social, também liderada por eles – tema do próximo subcapítulo – em carta para Mem de Sá<sup>382</sup>, na qual se diz isolado e excluído pela ala sulista. Esse responde dizendo-se “abismado” com a decisão do interlocutor em convocar nova Convenção e o Diretório Nacional para reconsiderar a questão do divórcio. Mem lembrava que o próprio Pilla havia assinado favorável a indicação e que graças a ela, no entendimento do deputado estadual gaúcho, houve, no Rio Grande do Sul, “ponto de congraçamento entre todos, divorcistas e não-divorcistas”<sup>383</sup>. E diz que, embora minoritários, os católicos do PL “estavam na primeira fileira” do partido:

Peço licença para acentuar dois aspectos a respeito: se tais católicos, em nossas fileiras, não são numerosos, ou se deles não se depende a força eleitoral – estão, entretanto, situados na primeira fila de nosso comando. Basta citar e cuidar a situação e a posição de Décio. A outra consideração decorre da circunstância de que, sendo católicos – tão católicos quanto libertadores – estão presos pelo imperativo religioso que, no caso, lhes seria o dilema: pertencem a Partido que, no mínimo (ou no máximo...) adote a fórmula aceita pelo PL desde 1945, ou se afastam da diretriz que a Igreja lhes impõe.<sup>384</sup>

Mem de Sá assinalava, assim, a força dos católicos do Rio Grande do Sul: não eram tão numerosos, mas tinham recursos disponíveis a seu favor, ao ponto de enfrentar a chefia nacional. Não podiam ser descartados, ao contrário, demonstravam ter

---

<sup>381</sup> A própria Natércia diz, na carta, não ter posição definida sobre o tema, embora tendesse para o anti-divorcismo. Mas indica que sua preocupação era com a liberdade de pensamento, que via cada vez mais restrita no PL. SILVEIRA, Natércia da Cunha. Destinatário: Raul Pilla. s/l., 20/01/1954..

<sup>382</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Mem de Sá. s/l., 22/01/1954..

<sup>383</sup> SÁ, Mem de. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre., 27/02/1954..

<sup>384</sup> SÁ, Mem de. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre., 27/02/1954..

influência e peso. Ainda apontava que os princípios católicos tinham tanto peso quanto os partidários. Confirmava-se a autoridade da rede do laicato católico, tanto que produziam um dilema para esses sujeitos: ou ficam em um partido que os aceite, no mínimo, ou se afastam das diretrizes religiosas aos quais estão ligados. Aparentemente, a decisão foi tentar unir ambos, em detrimento da posição do correligionário e presidente nacional partidário.

Mem de Sá insinuava ainda que Pilla havia feito uma jogada equivocada ao tentar pressionar os católicos novamente: em uma nova Convenção, caso a decisão do congresso anterior fosse mantida – considerando a ascendência da secção sul-riograndense, que votaria dessa forma – deixaria o Diretório Nacional e o próprio Pilla isolados; já que se fosse revogada e reformada a decisão, não caberia aos católicos, encabeçados por Martins Costa e Brito Velho, deixar o partido. Em tom um tanto irônico, diz que a entrada de Carneiro não preencheria o vazio deixado pelos católicos e completa:

(...) a “fórmula” até agora, desde 1945, conciliou os antagonismos, permitindo que católicos e anti-divorcistas permaneçam libertadores ao lado de ateus e divorcistas. Alterá-la implica, sem dúvida possível, perder a fração católica, trocando-a pelos três cardeais do divorcismo. Convém, aliás, não esquecer este aspecto: vamos alterar a fórmula afim de dar nossa legenda ao campeão nacional do divorcismo... Pense um pouco na situação moral do Décio... para não citar outros.<sup>385</sup>

Mem de Sá, em síntese, inverteu a pressão que Pilla pretendia pôr em prática: se a escolha recaísse nos divorcistas, perderia os católicos. Mais ainda, deixava claro a importância que os católicos davam para as suas demandas, frente às demandas partidárias. Confirmava-se, dessa forma, aquilo que autores como Lorena Monteiro (2011), Luiz Alberto Grijó (2017) e Odaci Coradini (2003) apresentaram: o interesse maior da “geração católica” era entranhar-se nas forças partidárias para, a partir delas, ditar as regras conforme seus interesses. Eram combatentes antes de Deus do que dos libertadores, no caso aqui estudado. Ou dos udenistas, ou dos trabalhistas, ou dos pessedistas, enfim, a depender de qual agremiação eram associados.

A se destacar também que Pilla parecia bastante fragilizado naquela disputa partidária: sua tentativa de controlar a corrente católica/sulista se mostrou confusa, dando margem para a reação daquele grupo. O temor dele – o que se relacionava com o episódio da Declaração de Princípios e a predominância do tema social ao político, também articulada pela ala católica, em aliança com a ala moça, tema do próximo

---

<sup>385</sup> SÁ, Mem de. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre., 27/02/1954..

subcapítulo – era de perder a legitimidade partidária e os recursos/capitais coletivos e simbólicos e tentava recuperá-los, mas cometia erros que apenas fortalecia o grupo sul-rio-grandense.

Pilla passou a se corresponder diretamente com Décio Martins Costa, durante o mês de março de 1954. Na carta<sup>386</sup> encaminhada falava sobre seus excessos nos embates quanto ao episódio da Declaração de Princípios. Embora tenha se encaminhado para uma reconciliação nesse assunto, afirmou seguir crítico quanto à fórmula do divórcio. Reiterou o que havia dito a Mem de Sá: não lhe agradava a resolução produzida pelos gaúchos sobre o divórcio, mas como estava decidido a não se intrometer, por isso a relatou e foi favorável a ela. Porém, mostrou a resolução aos autonomistas baianos e pediu que examinassem e vissem se estavam dispostos a entrar no partido. Foi quando percebeu o que a fórmula tinha de falsa: admitia os divorcistas para depois anulá-los. Um subterfúgio. Por isso Pilla decidiu enfrentar a questão e resolvê-la. Esse era o motivo de pedir uma nova Convenção para discutir o tema: “Senti-me diminuído em face dos baianos, que me davam a entender não ser cousa séria”<sup>387</sup>.

Em suma, Pilla havia percebido que a resolução dos sul-rio-grandense era, a seu ver, uma “armadilha” e que dificultaria a entrada dos baianos divorcistas. No entanto, Martins Costa, em sua resposta, diz ter sentido “profundo desgosto e amargurado espanto”<sup>388</sup> com o parecer de Pilla e que sua indicação apenas revigorava o que havia sido decidido em 1945: não imaginava que ela fosse “metralhada e tomada sem efeito pelo parecer aprovado pelo Gabinete Executivo”<sup>389</sup>. Na carta, Martins Costa voltava a defender a sua tese. Apontava que o problema não era apenas partidário, mas de consciência: em uma campanha, em que divorcistas e anti-divorcistas participassem juntos, como queria o Gabinete Executivo do partido, um candidato católico estaria auxiliando outros candidatos que iriam contra o que acreditavam:

Não é apenas a LEC, Dr. Pilla, que lhe nega os votos, mas é a sua própria consciência de crente que o impede de estar, sob a mesma legenda, a contribuir com o quinhão de seu prestígio eleitoral, para que um divorcista consiga exatamente o contrário do que ele acredita ser fundamental na constituição da família – a indissolubilidade do vínculo matrimonial.<sup>390</sup>

---

<sup>386</sup> Nessa missiva, já citada anteriormente, que Pilla declarou ser favorável ao divórcio, embora considerasse a questão secundária no debate político. PILLA, Raul. Destinatário: Décio Martins Costa. Rio de Janeiro, 09/03/1954.

<sup>387</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Décio Martins Costa. Rio de Janeiro, 09/03/1954.

<sup>388</sup> COSTA, Décio Martins. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 16/03/1954.

<sup>389</sup> COSTA, Décio Martins. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 16/03/1954.

<sup>390</sup> COSTA, Décio Martins. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 16/03/1954.

Dessa perspectiva, entendia que a sua indicação era a melhor, pois não excluía os divorcistas – ainda que os deixassem com menos recursos para propor debates. Questionava o argumento dos divorcistas de que seria impossível um plebiscito pois simplesmente a Constituição não previa tal instituto. Para ele, se para o divórcio seria preciso reformar a Carta Magna, não via porque não tentar fazer o mesmo com relação ao plebiscito – sem mencionar, por óbvio, as dificuldades para a tramitação de uma emenda constitucional e da conquista do apoio para aprová-la, ainda mais visando questionar a população sobre um tema que causaria fortes reações, especialmente da própria Igreja Católica. Reconhecia ainda que para os católicos libertadores, como ele, o ideal era fechar questão contrariamente ao divórcio, mas que não tiveram “coragem” para tal proposta: segundo o relato de Martins Costa, Brito Velho preferia uma fórmula que não o satisfizesse totalmente como católico, mas que não causaria instabilidade partidária uma vez que havia libertadores históricos como Orlando Carlos, Anacleto Firpo e outros que eram divorcistas.

Martins Costa ainda surpreende com outro motivo para defender sua indicação: o fator eleitoral e a associação entre divórcio e esquerda. Segundo ele:

Somos, porém, um partido político de base eleitoral no Rio Grande do Sul. Bem sei não viverem os partidos exclusivamente dos fatores eleitorais, mas acredito não possam estes ser esquecidos, mormente às vésperas dos grandes pleitos. P.S.D., U.D.N., P.T.B. e P.R.P. são antidivorcistas; só nós abrimos questão, e, se facilitarmos, mais ainda, o ingresso dos divorcistas atuantes, teremos tresmalhadas as nossas fileiras pela avalanche do esquerdismo, sempre a postos para destruir o que é tradicional e estável, na luta pelos seus objetivos revolucionários.<sup>391</sup>

Além do interesse programático, há o interesse pragmático: Martins Costa demonstrava compreender a necessidade eleitoral da decisão. Havia maiores possibilidades de ganhos político-partidários ao lembrar que os outros partidos principais tinham questão fechada em torno do divórcio. Nesse caso, o libertador-católico conseguia unir a posição purista com as exigências do jogo político daquele contexto.

Soma-se ainda a menção ao anticomunismo: como lembra Motta (2002), uma das matrizes do anticomunismo no Brasil era justamente o catolicismo e um dos meios de combater o comunismo eram as disputas eleitorais, nas quais, eventualmente membros do clero se candidatavam, mas, na maioria dos casos, a Igreja apoiava candidatos identificados com o programa católico (MOTTA, 2002, p.28-29) – um dos

---

<sup>391</sup> COSTA, Décio Martins. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 16/03/1954..

motivos principais para a formação das entidades como a LEC. Além disso, no imaginário anticomunista construído pelos católicos, o divórcio era um dos instrumentos usados pelo “perigo vermelho” visando destruir os valores familiares defendidos pela Igreja. Rodeghero (2003, p.70-71) lembra que, segundo alguns editoriais da imprensa católica, implantar o divorcismo nos países era fundamental para o comunismo pois facilitaria a sua conquista. Com o divórcio se quebraria inúmeros valores tais como a autoridade dos pais sobre os filhos, o temor a Deus, o amor à religião etc. Divorcismo e comunismo eram dois lados da mesma moeda, nesse imaginário.

Curiosamente, Martins Costa respondia uma carta em que Pilla admitia-se divorcista. Mas as alegações dele era de que seria um caminho inevitável e que, na realidade, era indiferente pois não via como tema importante. Além, claro, do interesse pragmático de inserir nas fileiras partidárias políticos declaradamente divorcistas e que, no caso de Nelson Carneiro, militavam abertamente.

A discussão encerrou-se ali, aparentemente. Cinco dias após a carta enviada por Décio, a imprensa já destacava, primeiro, uma reunião do Gabinete Executivo do PL nacional sobre o ingresso dos baianos. Segundo o *Correio do Povo*, a situação de Nelson Carneiro era o que impedia um acordo ainda: na matéria destacava-se a resistência dos gaúchos devido às posições divorcistas do deputado baiano e que o programa partidário era omissivo sobre o tema. Diz ainda que Pilla pretendia ouvir o Gabinete Executivo<sup>392</sup>.

Na imprensa carioca, sublinhava-se os resultados da reunião. O periódico *Diário da Noite* destacou que a entrada dos autonomistas baianos se deu por unanimidade e “sem prejuízo da resolução votada pela Convenção Nacional de julho do ano passado, relativa ao divórcio, segundo a qual toda proposição desta natureza dependerá de consulta ao eleitorado”<sup>393</sup>. Pode-se supor que a troca de correspondências acabou solucionando os entraves. Tanto Pilla como Martins Costa tiveram de ceder, com o primeiro aceitando a resolução e o segundo, tolerando a presença de Carneiro nas fileiras libertadoras. Mas a conciliação ainda os desagradavam, ou ao menos

---

<sup>392</sup> O ingresso no PL do sr. Otávio Mangabeira e parlamentares baianos. *Correio do Povo*. Porto Alegre, p.18, 21/03/1954.

<sup>393</sup> Ingressa definitivamente no Partido Libertador o sr. Otávio Mangabeira. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, p.2, 22/03/1954.

desagradava alguns católicos: o *Jornal do Dia*, periódico vinculado aos católicos<sup>394</sup>, escreveu editorial criticando fortemente o PL pela aceitação da filiação de Carneiro. Com o título de *Surpresa política*<sup>395</sup>, o editorial apelava para as “tradições” do PL: um partido que se caracterizava pelos critérios rígidos na escolha de seus membros, de “alto valor cívico” e “perfeição nos costumes políticos”, pela sua atuação parlamentar em favor das instituições nacionais e, apesar da decisão de manter aberta a questão do divórcio, por votarem sempre contra tentativas de ataques a sociedade brasileira no legislativo federal. Por isso não compreendiam a entrada de Carneiro, alguém que tinha a intenção de destruir uma instituição: a da família. Para eles

Nelson Carneiro não é só o divorcista. Em projetos que apresentou e fêz converterem-se em lei, em proposições que tramitam no Congresso Nacional e em outras que anuncia para a presente sessão legislativa da Câmara dos Deputados, sua preocupação fundamental é a de ferir a família, solapar-lhe os mais íntimos alicerces, abalar-lhe a autoridade, afrouxar-lhe os vínculos, desmoralizar-lhe a constituição para afinal, pretender tornar efetiva, um dia, sua destruição total.<sup>396</sup>

Ao permitir a entrada de Carneiro, o PL, partido ao qual todos depositavam esperanças, segundo o editorialista, causava a “mais profunda mágoa” daquele jornal, que, embora partidário e “acima dos partidos”, não podia deixar de lamentar a atitude.

O editorial deixa evidente o propósito dos católicos naquele contexto: adentrar nas forças partidárias para incluir o seu programa cristão. O texto talvez reflita o incômodo não só com o PL, mas com o relativo insucesso da empreitada naquela agremiação. Ainda que os católicos libertadores tenham ao menos conseguido criar uma barreira para as manifestações de Carneiro e seu grupo divorcista, não puderam impedir o seu ingresso. Ainda assim, saíam mais fortalecidos do embate com a chefia nacional do PL, pois demonstravam ter domínio de determinados recursos partidários ao incluir a já citada indicação de Martins Costa e que se confirmaria meses depois, com a candidatura do leigo católico Armando Câmara ao Senado Federal, pelo Rio Grande do

---

<sup>394</sup> O impresso foi fundado, em 1947, pela Associação Católica de Difusão Cultural, vinculado aos docentes leigos católicos de Porto Alegre e teve como seu primeiro diretor Armando Câmara. De acordo com Angeli (2020, p.247), o jornal deixou explícito, em seu primeiro editorial, a intenção de difundir o ponto de vista do cristianismo pleno e integral. De fato, Rodeghero (2003) utiliza como uma das suas fontes sobre o imaginário anticomunista no Rio Grande do Sul esse periódico, destacando o papel que o mesmo teve, ao lado de outros periódicos, na irradiação das ideias defendidas pelo clero e sua recepção junto à população, tanto da capital quanto do interior.

<sup>395</sup> Surpresa política. *Jornal do Dia*. Porto Alegre, p.4, 31/03/1954.

<sup>396</sup> Surpresa política. *Jornal do Dia*. Porto Alegre, p.4, 31/03/1954.

Sul, por convite de Martins Costa, como representante do PL na aliança Frente Democrática (FD)<sup>397</sup>.

Todavia, Pilla conseguiu incluir os baianos no partido, mas isso não significou uma grande vitória interna, uma vez que teve de aceitar a resolução de Martins Costa. E desabafou para o confidente Anacleto Firpo. Admitiu não ter comparecido a uma reunião do diretório regional gaúcho para marcar distanciamento da direção partidária local. Disse ainda que na carta já citada encaminhada por Décio Martins Costa, considerava grave o trecho em que um católico teria dificuldades de conviver no partido com um divorcista, pois estaria lutando por algo que era contrário. Para o chefe nacional libertador o excerto significava admitir que o PL havia se tornado um “partido confessional, ou mais exatamente, um partido católico”<sup>398</sup>. Citou ainda surpresa com o ultramontanismo de Martins Costa, a quem julgava ser um “católico liberal”.

Perder o controle das zonas de incertezas partidárias, para Pilla, significava o fim do partido, ao menos do seu perfil liberal, que tanto defendia e que tinha nele e na memória partidária do velho PL sua base de construção narrativa. Para ele, havia tido uma infiltração no PL: “Repito-te o que julgo já te haver dito em conversa: *O Partido Libertador foi vítima de habilíssima infiltração, não comunista, mas católica*”<sup>399</sup>. A menção ao termo “infiltração” não era por acaso. Era comum, por parte dos anticomunistas da época, as acusações de “infiltrações comunistas” nas instituições políticas para, por dentro delas, destruí-las e assim facilitar o caminho para a revolução socialista (MOTTA, 2002; RODEGHERO, 2003). Governos que tinham pautas um pouco mais progressistas, como o de João Goulart (1961-1964) no país, e o de Leonel Brizola (1955-1959) no Rio Grande do Sul eram rapidamente associados ao comunismo e sofriam acusações de permitir tal “infiltração” que levaria cabalmente à introdução do regime soviético em terras brasileiras.

Pilla invertia o uso da expressão. Não eram os comunistas que tentavam tomar o PL por dentro e assim enfraquecê-los. Eram os católicos. Indicava, dessa forma, que havia interesse do grupo católico do partido em interferir. Ao fazê-lo, provavelmente Pilla estivesse mais preocupado em confidenciar o seu ressentimento quanto às divergências com Martins Costa e os católicos, mas ao fim resumiu o projeto dos leigos católicos naquele contexto: adentrar-se nos partidos políticos e fortalecer as pautas

---

<sup>397</sup> A participação do PL nas eleições de 1954 e a candidatura de Câmara serão discutidas no capítulo 4 dessa tese.

<sup>398</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Anacleto Firpo. Rio de Janeiro, 17/05/1954.

<sup>399</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Anacleto Firpo. Rio de Janeiro, 17/05/1954. (Itálicos nossos).

defendidas pelo clero católico. Era um projeto de incorporação semelhante àquele feito nas universidades, visando fazer prevalecer os pontos de vista do chamado cristianismo integral (TRINDADE, 1982; CORADINI, 2003; MONTEIRO, 2011; GRIJÓ (2017). No caso libertador, o episódio do divorcista Nelson Carneiro serviu para a tentativa de o grupo católico impor sua visão, obtendo algum sucesso nessa tentativa de construção de domínio partidário, mas também sofrendo derrotas, que impediram um domínio completo. De qualquer forma, Pilla entendia que estava, de fato, ocorrendo uma tentativa de “enfeudamento do partido à igreja”<sup>400</sup> No entanto, esse não foi o único conflito entre as elites partidárias libertadoras nesse mesmo momento, como se verá a seguir.

### 3.3. Os libertadores e os trabalhadores

Concomitantemente ao episódio Nelson Carneiro, outra disputa entre a coalizão dominante libertadora ocorreu entre os anos de 1953 e 1954: trata-se da Declaração de Princípios aprovada na Convenção sul-rio-grandense de abril de 1953 e confirmada na Convenção nacional de julho do mesmo ano. Em suma, a documento inseria entre as preocupações principais da agremiação as questões socioeconômicas, retirando-se, assim, o peso das preocupações políticas. Lançada pela ala moça do PL gaúcho e apoiado pelos católicos daquela secção, ela causou forte descontentamento em Raul Pilla, pois entendia que o programa já cobria esse tema. As regras formais partidárias tornavam-se um campo de batalha.

Retomando a expressão de Panebianco (2005, p.69), os programas partidários são “pálidos esboços”, apenas pontos de partida para análise organizativa de uma agremiação partidária. Offerlé (1987, p.55-57) aponta ainda que os estatutos partidários e outros documentos como as declarações de princípios representam o grau de afirmação e legitimação do controle que os primeiros líderes e seus sucessores e o grau de consolidação da relação partidária. Tais regulamentos podem ser utilizados como recursos contra adversários, seja externamente, seja internamente e podem sofrer alterações devido a mudanças conjunturais.

Longe de serem respeitados passivamente pelos agentes partidários, os programas, declarações, estatutos, etc. são utilizados e reinterpretados para medir forças entre as elites internas. Frequentemente são violados como forma de enfrentar aqueles

---

<sup>400</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Anacleto Firpo. Rio de Janeiro, 21/11/1953.

que a construíram visando garantir dominância interna – embora nem sempre tais violações e rupturas sejam feitas de forma agressiva, mas sim de formas sutis e que se apresentam muitas vezes apenas como explicitações ou pequenas reformas do programa original. Foi isso que ocorreu com relação ao embate em torno do programa libertador – vinculado a Pilla – e a Declaração de Princípios – com a assinatura de membros mais jovens do PL, mas que contou com o apoio de setores da “velha guarda”, até então homens de confiança do chefe nacional.

Mas antes de aprofundar as discussões sobre tal documento, cabe aqui fazer um breve resumo da relação dos libertadores com a temática social, especialmente com o trabalhismo.

O ano de 1945 marcou o início do fim do Estado Novo de Getúlio Vargas, com a abertura democrática. Tal abertura, nos lembra Jorge Ferreira (2005, p.25), mobilizou não apenas o governo, preocupado em manter algum controle sobre a transição democrática, através de leis e decretos, mas também as oposições liberais – dentre as quais Pilla e o grupo de antigos libertadores que o apoiavam – interessadas em livrar o país da “ditadura” e da “demagogia” getulista. No entanto, uma força para além desses atores também surgiu: a classe trabalhadora. Em um primeiro momento, uma mobilização surpreendeu as oposições, pedindo uma transição democrática com Vargas no poder – era o chamado movimento Queremista, que mobilizou trabalhadores brasileiros ao longo daquele ano. Depois, a partir das eleições presidenciais de 1945, os operários adentraram nas disputas políticas com uma massa nada desprezível de votos.

A influência de Vargas nesse processo não podia ser desconsiderada: ao longo do Estado Novo houve a construção de uma ideologia em torno da figura de Vargas e direcionada aos trabalhadores. Aquilo que Ângela de Castro Gomes (2005, p.211-226) definiu como a invenção do trabalhismo, através do Ministério do Trabalho, sob batuta de Alexandre Marcondes Filho, entre 1942 e 1945. Naquele instante, foi direcionada ao trabalhador operário um conjunto de políticas públicas tais como os direitos sociais, via Consolidação das Leis do Trabalho, além de iniciativas de mobilização dos operários pela ação estatal. Construiu-se, junto a essas pessoas, a imagem de um líder preocupado com o bem-estar delas e que ofereceu essa “dádiva” – as leis sociais. No entanto, isso significava que deveria haver retribuição por parte dos beneficiados. Em suma, estabelecia-se um pacto social entre Vargas e trabalhadores urbanos, com a apropriação,

por parte do Estado, da palavra operária<sup>401</sup>, passando a definir a identidade operária. Tal esforço terá ascendência não apenas no movimento queremista, mas também na própria formação do PTB, com a adesão dos operários em massa ao partido getulista.

Ressalta-se ainda que a forma de alistamento eleitoral proposta pela Lei Agamenon facilitava o recrutamento de eleitores devido à modalidade *ex-officio*. Segundo Nicolau (2012, p.94-98), tal forma de alistamento permitia a órgãos estatais e/ou de classe enviar à Justiça Eleitoral a lista dos seus filiados para serem inscritos como eleitores. Tal medida permitia a inserção dos trabalhadores através de organizações sindicais, associações, entre outras entidades. O incômodo gerado em setores políticos que não se beneficiavam por esse modelo levou à sua extinção no Código Eleitoral de 1950. Autores como John French (1998) citam que o alistamento *ex-officio* tinha a intenção de favorecer a participação política dos trabalhadores urbanos. Não por acaso Souza (1976) defende que, juntamente com outros elementos da legislação eleitoral daquele 1945, esse tipo de recrutamento eleitoral garantiu o controle da transição democrática para o grupo de Vargas.

Sendo assim, e com uma legislação eleitoral muito mais ampla, abarcando setores sociais antes excluídos do direito ao voto, não era possível às forças políticas ignorar tais agentes. Ainda havia o ressurgimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), também com ligações junto ao movimento sindical-operário. É Gomes novamente que cita a necessidade dos partidos políticos então em formação naquele momento atentarem para os interesses das classes proletárias, tendo em conta o efeito da entrada de Vargas na campanha eleitoral de 1945, pesando favoravelmente ao Gal. Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD, contra o udenista Brigadeiro Eduardo Gomes:

... a definitiva entrada do trabalhador no cenário político, destruindo todos os cálculos tradicionalmente cultivados no país, ligava-se à entrada em cena de dois novos partidos: o PC e o PTB. Tanto a UDN quanto o PSD testemunhavam a insuficiência dos apelos que não se dirigiam maciçamente ao povo. Os partidos do futuro teriam que contar com este ator fundamental. (GOMES, 2005, p.293)

Citando avaliações de jornalistas da época, Gomes diz que o prognóstico da época era de que o futuro seria dos partidos de massas, e não mais dos partidos de notáveis, pois esses não respondiam de forma verdadeira à questão da participação política (GOMES, 2005, p.294). É possível perceber PTB e PCB como um partido de

---

<sup>401</sup> Gomes (2005, p.25) entende a palavra operária as diferentes propostas e versões do passado, presente e futuro dos diferentes movimentos operários brasileiros durante a Primeira República e parte do período após a ascensão de Vargas em 1930.

massas, no sentido de Duverger (1970): ambos eram frutos da expansão do sufrágio e adotaram técnicas próprias de adesão, recrutamento e financiamento. Já a UDN, o PSD e o objeto dessa tese, o PL, podiam se enquadrar no que o autor chamava de partidos de quadros, que não produziam seus próprios militantes, dependendo exclusivamente para se financiar das doações das elites econômicas ou de líderes partidários abastados. No entanto, esse tipo de partido, ao menos nos moldes clássicos, já não era mais presente no século XX justamente por consequência da ampliação do direito ao voto e da aproximação da população junto aos partidos de massas, que dialogavam melhor com esses novos setores. Daí a necessidade desses partidos adaptarem-se a esse novo momento e buscarem usar o instrumental dos partidos de massas, dialogando com grupos sociais mais populares e tentando construir uma base de militantes.

Nesse ponto cabe uma crítica às produções acadêmicas quanto ao PL: Bodea (1992) citava o PL como um partido “elitista, liberal e visceralmente antigetulista, que transformaria a luta pelo parlamentarismo na sua principal plataforma doutrinária.” (BODEA, 1992, p.18). No caso desse estudo, o foco do autor não era os libertadores, mas sim, a atuação do PTB. Paulo Tauffer (2008), por sua vez, tinha o intuito de analisar o PL entre 1945 e 1964 e defende que o partido era mais conservador do que UDN e PSD, pois enquanto esses tinham alas internas de cunho mais reformista, o PL havia perdido suas lideranças com tal perfil, tais como Bruno Mendonça de Lima, Pedro Gabriel Moacyr e Alberto Pasqualini (TAUFFER, 2008, p.65-66).

Não cabe aqui negar o perfil conservador e pouco afeito aos temas sociais da maioria dos libertadores, tampouco negar o seu elitismo e seus vínculos com as classes mais abastadas da sociedade. Como já dito aqui, trata-se, usando a tipologia duvergiana, de um partido de quadros. No entanto, é importante não cometer exageros e tratar o conservadorismo libertador como uma “essência”<sup>402</sup> do partido (TAUFFER, 2008, p.69). Primeiro, não há como quantificar qual força partidária era mais ou menos conservadora. As ações e práticas políticas nem sempre correspondem ao que está no programa partidário, como já referido. Segundo, os partidos políticos estão longe de ser blocos homogêneos, em que todos os seus membros pensam e agem da mesma forma.

---

<sup>402</sup> Tauffer diz que a “essência” do PL era o parlamentarismo – que, como já vimos, foi incluindo no programa partidário através das articulações de Pilla, que minaram as ações dos presidencialistas da agremiação – o liberalismo e o conservadorismo social – cita “aversão” a mobilizações sociais por reformas e ampliação de direitos. Reitera-se aqui nessa tese que não é possível falar em uma essencialidade: o PL precisava adaptar-se ao contexto histórico e não foi completamente avesso a mudanças sociais, como se verá. Considera-se bastante problemático o uso do termo “essência” pois denota que tais características eram inatas ao partido, quando são frutos dos embates políticos e do contexto social e político daquele período.

Os partidos, nos alerta Offerlé (1987), são feitos por indivíduos, com visões de mundo diferentes e que lutam dentro das estruturas partidárias para impô-las aos outros membros. Além disso, muitas vezes os atores políticos mudam suas perspectivas, seja por questão de princípio, seja por motivos estratégicos e disputa de poder dentro da agremiação – que fica evidente no caso aqui estudado. Terceiro, as fontes demonstram que houve, sim, por parte do PL, atenção ao tema social – e, diferentemente do que foi posto por Taufer, a questão já era presente no programa partidário de 1928. Se o motivo da inserção da questão estava mais relacionado a estratégias político-eleitorais ou era uma preocupação genuína, cabe aos estudos posteriores dizer, mas não se pode ocultar a presença desse debate.

Por fim, Taufer aludi citações antirreformistas de Mem de Sá, presente em seu livro *politização do Rio Grande* (1973, p.100) em que critica o PTB e suas preocupações com temas sociais e econômicos, além de sua atuação “demagógica”; e de Pilla, enquanto deputado federal em 1963, atacando a reforma agrária e acusando o governo de então de João Goulart, de estar infiltrado por comunistas. Ora, é preciso ter em conta que o livro de Mem de Sá foi publicado em 1973, em plena ditadura militar – que chegou ao poder com um golpe de estado contra o PTB, principalmente – e a qual Sá tinha vínculos bastante próximos, tendo sido ministro da Justiça entre janeiro e julho de 1966, no governo do General Humberto Castello Branco<sup>403</sup>. Já o discurso de Pilla estava inserido no contexto de radicalização política, em que o discurso antirreformista das direitas ganhava tons de desestabilização do governo Goulart, como lembra Carlos Fico (2014).

Portanto, ao tratar as posições desses dois líderes libertadores apenas nesses contextos e, ao desconsiderar outras manifestações deles em situações diferentes, se oculta a complexidade do assunto. O Pilla que se posicionava radicalmente contra as reformas de base não era o mesmo Pilla que apontava a necessidade de discutir as questões sociais em 1945. O Mem de Sá de 1973 tampouco era o mesmo de 20 anos antes, que apoiou a Declaração de Princípios, que colocava o tema social e econômico no mesmo patamar do político no programa libertador - declaração à qual Pilla se referiu, de forma crítica, como a entrada do PL nas práticas ditas populistas<sup>404</sup>. Em suma, a intenção aqui é aprofundar a relação do PL com o tema social e com os

---

<sup>403</sup> *DHBB*, FGV, verbete: Mem de Sá.

<sup>404</sup> Populismo aqui usado no sentido de práticas demagógicas, de mudanças programáticas que visavam apenas a busca do voto do eleitor. Uma leitura comum do termo naquela época. PILLA, Raul. Destinatário: Anacleto Firpo. Rio de Janeiro, 21/11/1953.

trabalhadores, que teve seu ápice em 1953, não o tratando de forma simplificada. Além disso, pretende-se olhar tais discussões para além do debate ideológico, apresentando também as disputas de poder dentro da agremiação e a construção de estratégias políticas e eleitorais, com a participação de diferentes grupos internos, consequentes desse debate.

Os libertadores que retomaram a legenda em 1945 não ignoravam essa discussão. Como já posto, seria um equívoco de qualquer partido político naquele instante desprezar a presença do operariado na vida política nacional. Tragava-se de uma agenda conjuntural, usando o termo de Offerlé (1987, p.94-95), uma imposição daquele momento histórico, inserido na luta política e partidária. Benevides (1981, p.179-186), por exemplo, cita que a própria UDN, no seu primeiro programa, em 1945, tinha uma visão mais social - ainda que não o colocasse em prática. Mesmo assim, o fato de o tema ter tido espaço programático demonstrava alguma atenção àquela questão. Assim como o PL, a UDN não deixou de ser um partido de quadros, mas procurou adaptar-se ao modelo de massas e isso se refletia nesse documento inicial, assim como na atuação da sua ala moça, a “Bossa Nova”, em meados dos anos 1960, que se contrapunha à elite do partido, dominada pelos “bacharéis” (BENEVIDES, 1981, p.179-186).

Na reunião para retomada do Diretório Municipal porto-alegrense em 12 de março daquele ano, Raul Pilla, no seu discurso, tocou no tema que “andava no ar”:

A grande preocupação do momento são os problemas econômicos e sociais. Que posição tomaremos no debate, que soluções indicaremos?  
Quero frizar, antes de mais nada, que o nosso antigo programa não era alheio a tais questões. Dos antigos partidos democráticos era o nosso dos que maior atenção lhes dispensavam. Mas nos últimos anos amadureceu muito a consciência coletiva e ela está a exigir soluções mais claras, profundas e precisas. O nosso próximo Congresso terá, pois, de ocupar-se com a reforma e a atualização do programa. Tal reforma, porém, não deve representar mero recurso demagógico e deve ser, pelo contrário, de acordo com a proverbial probidade do Partido, uma coisa bem pensada e maduramente refletida.<sup>405</sup>

Não é possível afirmar se o programa do PL anterior ao Estado Novo era o que mais dava atenção ao tema social e econômico, mas é inegável que ele estava presente no programa e nas discussões partidárias nos fins dos anos 1920 e início dos anos 1930. Dal Forno (2020, p. 217-218) lembra que o PL inovou ao reconhecer as questões ligadas aos trabalhadores e operários como um problema político naquele momento, tendo até mesmo um espaço no jornal partidário, o ERG, intitulado “Coluna Operária”,

---

<sup>405</sup> Depois de sete anos de silêncio... Destacados elementos do Partido Libertador realizaram, ontem, sua primeira reunião política. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12 e 4, 13/03/1945.

voltada a essas questões. Por óbvio, tal postura tinha, para além de uma defesa por princípios, um viés de estratégia, pois visava afastar os trabalhadores da influência comunista, representada pelo ex-tenente Luís Carlos Prestes.

De qualquer forma, havia o reconhecimento de Pilla de que o que estava no programa era insuficiente para o pós-1945, sendo necessárias uma reforma e atualização programática, mas que não fosse apenas “demagógica”, mas sim, fruto de reflexão dos seus correligionários.

Contudo, não é crível imaginar que o chefe libertador não estivesse pensando também nas lutas eleitorais que ocorreriam a partir da abertura democrática. Não bastava, para tal, reconhecer a necessidade de dialogar com os trabalhadores, era imprescindível tentar minar o capital político dos trabalhistas, ou ao menos atingi-los minimamente, atraindo parte das suas bases militantes.

Foi o que Raul Pilla tentou ao escrever cartas para um fictício operário, chamado de Antônio – construído como uma representação dos trabalhadores em geral. Intituladas *Cartas políticas a um operário* e publicadas possivelmente no jornal *Diário de Notícias* de Porto Alegre<sup>406</sup> entre junho e agosto de 1945<sup>407</sup>, os escritos tinham como objetivo dialogar com os trabalhadores e, mais ainda, educá-los, mostrando-os que eles não tinham sido tão beneficiados como imaginavam pela política trabalhista de Getúlio Vargas, tampouco havia sido ele, Vargas, o idealizador de tal política, mitigando o seu papel. Tinha também, logicamente, interesses estratégicos, visando as eleições que ocorreriam naquele ano, ao menos a presidencial - na qual os libertadores apoiavam a candidatura udenista do Brigadeiro Eduardo Gomes - que já estava confirmada para dezembro de 1945. Como ele cita na carta número 6, de 01 de julho de 1945, em que diz pretender “esclarecer todas as dúvidas” do operário Antônio visando fazê-lo cumprir, de forma consciente, o seu “dever cívico” nas eleições vindouras<sup>408</sup>.

Por exemplo, nesses escritos, Pilla procurava mostrar ao Antônio que era um erro os trabalhadores “quererem” Vargas apenas pelas leis sociais. Na primeira missiva, publicada em 12 de junho de 1945, apontava que Vargas tinha o mérito de ter posto em

---

<sup>406</sup> Essas cartas foram encontradas como recorte de jornal no acervo particular de Raul Pilla, atualmente depositado no arquivo do NUPERGS/UFRGS. Como consta em todos a copyright do Diários Associados S.A. e não foram publicados na edição carioca do Diário de Notícias, é plausível que tenham sido divulgados na edição porto-alegrense.

<sup>407</sup> A primeira carta data de 12/06/1945 e a última foi publicada dia 25/08/1945.

<sup>408</sup> PILLA, Raul. *Cartas políticas a um operário – VI*. 01/07/1945. Acervo Particular Raul Pilla. NUPERGS/UFRGS.

prática as reformas sociais, mas que o mérito da iniciativa não cabia a ele, mas a aliança política que o apoiou em 1930:

Ora, se mérito há nisto, Antônio, não é tanto dele, como de uma formidável campanha política, de que, por força, hás-de ter ouvido falar: a campanha liberal. No seu programa, que – ouve bem, Antônio – não foi elaborado pelo candidato Getúlio Vargas, estavam formuladas e ao eleitorado prometidas todas as reformas sociais, cujo mérito a propaganda oficial tem querido atribuir exclusivamente à figura do Ditador(...).<sup>409</sup>

O mérito, para Pilla, era mais do movimento liberal, que apoiou Vargas em 1930 – tanto no pleito de março daquele ano, quanto no movimento armado que o levou ao poder, em outubro e novembro do mesmo ano, do que propriamente a Vargas, como o mesmo pretendia fazer supor através da sua propaganda durante o regime do Estado Novo. Na carta número 14, de 25 de julho de 1945, Pilla propõe a Antônio que se alguém merecia gratidão dos trabalhadores, não era Vargas, mas sim, todos que fizeram o movimento de 1930 e se em algum deles deveria receber esse sentimento dos trabalhadores, esse era Lindolfo Collor<sup>410</sup>, que “havia arrancado” de Vargas as reformas sociais e que teve seu nome deliberadamente apagado em favor do “oportunista e demagogo” Vargas<sup>411</sup>.

Pilla ainda insistia num ponto caro às oposições a Vargas: elas estavam “manipulando” os trabalhadores. Na carta número 2, de 13 de junho de 1945, Pilla observava que Antônio era iludido pela propaganda sistemática de Vargas, que os faziam acreditar que deviam a ele seus direitos sociais. Estava mal-informado,

---

<sup>409</sup> PILLA, Raul. *Cartas políticas a um operário – I*. 12/06/1945. Acervo Particular Raul Pilla. NUPERGS/UFRGS.

<sup>410</sup> Lindolfo Leopoldo Boekel Collor fora um importante ator político da chamada “Geração de 1907”, que reunia os jovens republicanos representariam a segunda geração do PRR no Rio Grande do Sul e que teriam papel de destaque na política brasileira a partir de 1930 (LOVE, 1975). Sua trajetória, como destacou Grijó (2001, p.25-35), foi peculiar em relação aos outros membros – era de origem social mais humilde e de descendência alemã, não representando nenhuma família estancieira luso-brasileira, como os outros jovens republicanos. Ainda, não era formado em Direito, mas sim, em Farmácia. No entanto, compensou essa falta de recursos herdados aproximando-se de lideranças do PRR e atuando na imprensa e na área cultural tanto no Rio Grande do Sul quanto no Rio de Janeiro, até ser convidado por Borges de Medeiros para ser editor do jornal republicano *A Federação*. Daí em diante fora deputado federal e entusiasta da Aliança Liberal, no pleito de 1930, em apoio a Getúlio Vargas. Em 1931 fora nomeado ministro do Trabalho, sendo fundamental para a instituição das leis trabalhistas. Em 1932 rompeu com Vargas durante o episódio da Revolta Constitucionalista de São Paulo, tendo se exilado durante um certo período, até ser anistiado em 1934. Esse período marcou a aproximação entre PRR, partido de Collor, e o PL, de Pilla, na Frente Única, no Rio Grande do Sul, em oposição ao PRL de Flores da Cunha. Essa relação certamente era atizada por Pilla ao defender o papel mais proeminente de Collor quanto aos temas sociais e mitigar o de Vargas. Sobre Collor e a Geração de 1907, ver ainda *DHBB*, FGV. Verbete: Lindolfo Collor; Grijó (1998) e Cortés (2007, p.57-180)

<sup>411</sup> PILLA, Raul. *Cartas políticas a um operário – XIV*. 25/07/1945. Acervo Particular Raul Pilla. NUPERGS/UFRGS.

portanto<sup>412</sup>. Como lembra Ferreira (2005, p.29), na lógica dos liberais opositoristas ao trabalhismo, era de difícil compreensão justo no momento de abertura política e de ocaso da ditadura liderada pelo próprio Getúlio Vargas, que setores da população saíssem às ruas pedindo democracia com o próprio ditador. A explicação plausível para eles era de que o Estado Novo havia obtido sucesso na aplicação de métodos de manipulação das massas via Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) sobre uma população majoritariamente analfabeta e ignorante. Todavia, diz o mesmo autor, a construção do mito em torno de Vargas não podia ser explicada apenas pelo uso da propaganda, mas também – e principalmente – em ganhos e benefícios conquistados pelos trabalhadores, que creditavam à figura do líder trabalhista (FERREIRA, 2005, p.31).

O “pacto trabalhista”, conforme proposto por Ângela de Castro Gomes (2011), dificultou essa inserção libertadora no mundo dos trabalhadores, ao menos com relação às cartas publicadas na imprensa por Pilla. Ainda no mês de julho de 1945, foram publicadas algumas respostas aos escritos do libertador. Assinadas por Antônio – usando o nome do operário interlocutor de Pilla, numa clara provocação – e divulgadas como a pedidos nas páginas do *Correio do Povo*, tais respostas eram intituladas como *Cartas operárias a um político*. Não há como saber quem de fato escreveu, mas era uma forma de dizer que os operários – ao menos quem diz ser a voz deles - discordavam das teses apontadas pelo libertador. E que eram gratos, sim, a Vargas. Nelas, o Antônio, interlocutor de Pilla, ganhava, de alguma forma, voz e refutava o político.

Na carta do dia 5 de julho de 1945, Antônio diz que, nos dias de mando de Pilla, os operários nunca tiveram uma palavra professoral dele, e só naquele momento, antes da eleição, ele resolvia falar com os trabalhadores. O que Pilla queria era o voto do operário. Mas não teria, pois Antônio diz já estar comprometido com sua consciência. Entre eles, ninguém votaria em inimigo e nos algozes "do nosso benfeitor e amigo, o Presidente Vargas"<sup>413</sup>. Afirmava que os tempos haviam mudado: "Os operários sabem o que desejam e sabem defender-se"<sup>414</sup>. Queriam que os chamassem pelo que realmente são: operários, e não por epítetos como Pilla fazia nas cartas trocadas com Antônio: "Como se eu fosse um petiço que servisse apenas para carregar o seu rico corpinho até a

---

<sup>412</sup> PILLA, Raul. *Cartas políticas a um operário – II*. 13/06/1945. Acervo Particular Raul Pilla. NUPERGS/UFRGS.

<sup>413</sup> ANTÔNIO (pseudônimo). *Cartas operárias a um político – V*. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 04/07/1945.

<sup>414</sup> ANTÔNIO (pseudônimo). *Cartas operárias a um político – V*. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 04/07/1945.

Câmara dos Deputados..."<sup>415</sup>. Entre acusações de que Pilla representava o elitismo, não se preocupava realmente com os trabalhadores – apenas em época eleitoral – o Antônio que assinava as cartas deixava manifesto ao libertador que ele não era um amigo, era do “contra”. Afirmavam sua identidade e sua gratidão ao getulismo ao lembrar que era Vargas, na concepção dele, que protegia os trabalhadores e o povo.

Aparentemente longe de alcançar algum sucesso nos meios operários com suas cartas, os indícios levavam a crer que seria uma batalha muito complicada para Pilla e seu grupo ter algum apoio do operariado. No congresso do PL em agosto de 1945, o tema foi retomado pelo líder libertador. Seu discurso fora no mesmo sentido daquele feito em Porto Alegre, em março do mesmo ano: o PL tinha a questão social como parte do seu programa partidário, mas o “espírito da época” exigia “fórmulas mais concretas, minúcias, pormenores” e confiava nos correligionários para fazerem as alterações com equilíbrio e isentos de “espíritos demagógicos”<sup>416</sup>. Apesar do discurso e do tema ter sido citado no preâmbulo do programa publicado em 1945, o fato era que ele era apenas uma reedição do programa de 1928. O evento encerrou-se com a promessa de uma atualização em uma próxima convenção. Assim, mantinha-se a parte social nos mesmos moldes<sup>417</sup>.

De qualquer forma, a questão social e dos trabalhadores mantinha-se presente naqueles primeiros momentos do PL pós-Estado Novo. Tanto que de 1946 em diante, encontrou-se vários registros da existência de uma ala interna voltada para os militantes vinculados ao mundo do trabalho. O departamento dos trabalhadores libertadores anunciava, através do *Correio do Povo*, em outubro de 1946, reunião para definição das regras internas e da eleição dos representantes daquela secção libertadora:

Do Departamento do Trabalhador do Partido Libertador recebemos, ontem, a seguinte nota: “Realizar-se-á hoje, terça-feira, 1º do corrente, uma reunião do Departamento do Trabalhador na qual se hão de tratar de assuntos de transcendental importância. Nesta ocasião, tratar-se-á da discussão e aprovação do Regulamento do Departamento do Trabalhador e, ainda, da eleição dos representantes dos diferentes setores de atividade dos membros deste Departamento. Para tanto, tratando-se de assunto de tal importância, o

<sup>415</sup> ANTÔNIO (pseudônimo). Cartas operárias a um político – V. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 04/07/1945.

<sup>416</sup> Encerrado o Congresso Libertador em Bagé, em que o prof. Raul Pilla foi eleito presidente do Diretório Central. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.3, 14/08/1945.

<sup>417</sup> Na parte social, o programa libertador de 1928 e reprisado em 1945 falava na defesa do direito ao trabalho e da legislação social, tanto ao trabalhador urbano quanto ao trabalhador rural. Citava ainda a defesa do direito à liberdade sindical e de greve; combate à exploração do homem pelo homem; direito à subsistência; direito à educação; à saúde, entre outros temas, demonstrando, ao menos no papel, ter uma pauta avançada para os anos 1920 no Brasil, quanto àquelas questões. PARTIDO LIBERTADOR. *Programa e Lei Orgânica*, Porto Alegre, 1945. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/historico>. Acesso em: 14/06/2022.

Partido Libertador se empenha em que compareçam todos os correligionários pertencentes a este Departamento. A aludida reunião terá início às 20:30 horas, na sede do Partido, à rua das Andradas, 940.”<sup>418</sup>

A nota do Departamento traz alguns indícios relevantes: o fato de já estar em gestação um regulamento interno e de definição dos membros indicava alguma organização do grupo. Além disso, a possibilidade de utilizar a sede partidária indicava a anuência da elite partidária – Pilla, nessa época, acumulava as presidências regional e nacional da sigla, tendo Décio Martins Costa como interino no primeiro cargo, em suas ausências no Rio Grande do Sul.

Alguns dias depois, o Departamento estava formalmente estabelecido. Havia se formado uma comissão diretora, das quais foram eleitos dois comerciários (Carlos Lopes la Fonte e Jaime Fernandes da Cunha), dois ferroviários (Djalma del Corona e Ulisses Pimentel), um bancário (Carlos Kraemer Haesbaert), um industrial (Amarante Goulart), um tranviário<sup>419</sup> (Ivo Bedgliorgio), um marítimo (João Felipe Santiago), um securitário (Olmiro Chiká) e um servidor público (Remo Pilla<sup>420</sup>)<sup>421</sup>.

Aquele 1946, especialmente os meses finais, eram de campanha eleitoral, tendo em vista que em 19 de janeiro de 1947 se realizariam as primeiras eleições estaduais pós-Estado Novo. O PL, em conjunto com a UDN, lançaria a candidatura de Décio Martins Costa ao governo estadual, apostando numa possível divisão entre as forças getulistas, que de fato se consolidaram em novembro de 1946, com as candidaturas de Alberto Pasqualini, pelo PTB e de Walter Jobim, pelo PSD. O foco nos trabalhadores, portanto, tinha esse componente, assim como nas cartas de Pilla ao trabalhador fictício Antônio, em 1945. Isso tornava-se mais evidente no discurso que o chefe libertador fez no lançamento da campanha da oposição getulista e posse do Diretório porto-alegrense dos libertadores<sup>422</sup> – ainda sem um candidato definido, logo, antes da escolha pela candidatura de Martins Costa.

<sup>418</sup> Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.18, 01/10/1946.

<sup>419</sup> Termo utilizado para se referir aos tripulantes dos bondes elétricos. Esse meio de transporte foi utilizado em Porto Alegre entre os anos de 1902 e 1970. WEBER, Jéssica. Há 50 anos, a última viagem de bonde de Porto Alegre: saiba como foi o “Passeio da Saudade”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 03/03/2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/03/ha-50-anos-a-ultima-viagem-de-bonde-de-porto-alegre-saiba-como-foi-o-passeio-da-saudade-ck7cczmvi012p01oabeyv55u9.html>. Acesso em 17/06/2022.

<sup>420</sup> Remo Pilla era irmão de Raul Pilla. Segundo Antônio Bueno (2006, p.50-51), ele era produtor rural desde meados dos anos 1930. Remo também era, de fato, servidor público, vinculado ao Estado do Rio Grande do Sul. PILLA, Remo. Destinatário: Heitor Galant. Porto Alegre, 15/03/1954. In: *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.4, 21/03/1954.

<sup>421</sup> Departamento do Trabalhador do P. Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10, 17/10/1946.

<sup>422</sup> Em sessão solene, ontem à noite, no Teatro São Pedro, o Partido Libertador iniciou a sua campanha eleitoral no Rio Grande. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8, 19/10/1946.

Na sua fala, Pilla alegava que o PL era um partido, até 1937, de base popular, ainda que não tão maciça, e também de elite, mas que em 1945, a primeira havia sido “extraviada” pelos trabalhistas:

O Partido Libertador fora sempre um partido popular servido por um escol. Não contava, é certo, com aquele eleitorado massiço e em parte fictício, que os vícios do regime eleitoral explicavam sobejamente; mas tinha, no proletariado urbano e rural uma sólida base. Ao expirar a Ditadura, vimo-nos quase só com a escol: a massa, tangida pela demagogia do Estado Novo, extraviara-se em grande parte.<sup>423</sup>

Há exageros retóricos na declaração: o PL não tinha uma base tão sólida entre os proletários urbanos, tampouco entre os rurais. Era um partido de base elitista e mantinha-se assim, mas era preciso demonstrar alguma proximidade com esses setores, ainda mais naquele instante. No mesmo discurso, Pilla procura mostrar que o PL estava atento, ao lembrar que naquela reunião era oficialmente lançado o Departamento do Trabalhador. Para ele, era uma evidência de que os libertadores estavam recuperando suas “bases populares”. Inclusive cometeu um ato falho, chamando o setor de “Trabalhista”. Por outro lado, entendia que a chegada em grande número dos trabalhadores nos partidos democráticos dificultaria novas tentativas de golpes e ditaduras.

Pilla aproveitava ainda para defender o PL das acusações de que era uma agremiação pouco afeita ao social e de excessiva preocupação com as temáticas políticas. Lembrava novamente que o programa partidário de 1928 já tocava na questão social e que, na sua perspectiva, o político e o social andavam juntos e que se muitos países davam, naquela época, mais atenção ao segundo, não era em detrimento do primeiro, mas sim, porque esse já estava satisfatoriamente resolvido.

Mas não foi apenas Pilla que discursou no evento. Outros oradores se manifestaram, dentre eles o então líder do Departamento Universitário do PL, Paulo Brossard; o primeiro suplente de Pilla na Câmara Federal, o professor universitário e líder católico Ernani Maria Fiori – repleto de referências ao tema social, do qual se falará mais adiante; o então deputado estadual Edgar Luís Schneider; e um representante do Departamento do Trabalhador, o ferroviário Francisco Assis de Oliveira<sup>424</sup>. O seu discurso foi repleto de elogios à atuação de Raul Pilla na Assembleia Nacional

---

<sup>423</sup> Discurso do sr. Raul Pilla: “Assim não basta que tenhamos uma constituição: preciso é fazer que ela viva, se quisermos que nos proteja efetivamente”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.4, 19/10/1946.

<sup>424</sup> Vigorosa demonstração de civismo a assembléia de oposição do Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 25/10/1946.

Constituinte, afirmando ter sido um defensor dos direitos dos trabalhadores. Dizia repudiar os

(...) falsos defensores dos trabalhadores, a esses que, apregoando aos quatro ventos estarem com o povo, nada mais tem feito senão dividir a massa em dois grupos, com o fim de lutas internas para que eles surjam como os milagrosos do momento.<sup>425</sup>

Proclamava ainda que estava viva na memória dos ferroviários a luta de Pilla na constituinte em defesa deles, punidos e perseguidos pela greve que fizeram contra a ocupação militar dos seus locais de trabalho na via férrea. A greve só ocorreu porque o governo cortou os entendimentos que vinham sendo feitos e afrontou a classe com o envio das Forças Armadas. Os taxaram de comunistas, como pretexto para "iludir a opinião pública". E graças a interferência de Pilla e de outros parlamentares, a Assembleia Constituinte votou anistia aos ferroviários.

Em que pese o discurso em tom apologético, é interessante notar que a elite partidária abria espaço para que essa ala pudesse manifestar-se em um evento ao lado da cúpula libertadora. Muito possivelmente, o intuito era de apresentar-se ao eleitorado como uma agremiação que dava voz aos trabalhadores.

Mesmo durante a campanha eleitoral de 1946/1947, o tema foi lembrado com frequência pelo candidato libertador, Décio Martins Costa. No seu discurso-plataforma, procurava lembrar sua atuação como médico e a proximidade com a situação de pobreza de muitos dos seus pacientes. Martins Costa chegou mesmo a subverter o lema libertador criado por Assis Brasil, ainda em 1928: representação e justiça. Para ele, ao primeiro podia acrescentar a palavra política, já ao segundo, social. Logo, a sua campanha defenderia a representação política e a justiça social, entendendo esse como fazer os ricos menos poderosos e os pobres menos sofredores<sup>426</sup>. Não se pode, todavia, ignorar o fato de que Martins Costa era do grupo católico do PL, assim como Fiori, e isso terá influência quando da retomada das discussões sobre o social e econômico, em 1953.

Seja como for, o Departamento teve atuação mais proeminente naqueles anos, chegou mesmo a ter sedes em outras cidades sul-rio-grandenses, como Santana do Livramento<sup>427</sup> e Caxias do Sul<sup>428</sup> e mesmo secções distritais em Porto Alegre, além de

<sup>425</sup> Vigorosa demonstração de civismo a assembléia de oposição do Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 25/10/1946.

<sup>426</sup> PARTIDO LIBERTADOR. Discurso-plataforma de Décio Martins Costa. Porto Alegre: Editora Globo, 1946.

<sup>427</sup> Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10, 13/11/1946.

<sup>428</sup> Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10, 20/11/1946.

alas específicas de determinadas profissões, como os taxistas<sup>429</sup>. Em 1947, o departamento mudou de nome, passando a chamar-se Departamento de Ação dos Meios Assalariados<sup>430</sup>. Já em 1950 foi encontrada, ao menos no *Correio do Povo*, uma das últimas menções ao setor<sup>431</sup>, quando foi inaugurada a sede do mesmo no 4º distrito, região industrial de Porto Alegre e habitada majoritariamente por trabalhadores operários. Sem a presença de lideranças mais proeminentes do partido, os oradores, dentre eles o presidente de então do departamento, Benjamin Vargas, a exaltaram:

(...) destinado a apressar de maneira prática a realização do programa partidário, não só no tocante à parte social e econômica, como às demais e bem assim, proporcionar ao homem assalariado um meio eficiente de ação política e de atuação no seio do partido<sup>432</sup>.

Ainda assinaram uma carta dirigida a Pilla, em que lamentavam a sua ausência por “motivos justificados” e apelando ao chefe e deputado federal libertador que defendesse na Câmara dos Deputados projetos que garantissem os direitos dos trabalhadores de pleitearem aumentos salariais. A Carta encerrava se um com um “viva o parlamentarismo, único remédio do Brasil”<sup>433</sup>.

Denotava-se, assim, que o tema social parecia ter perdido o relevo para a cúpula partidária libertadora e mesmo para Pilla. É sintomático que não se tenha encontrado mais notícias sobre esse departamento após 1950. O que pode ter ocorrido? É provável que o órgão tenha deixado de existir, pois o partido não obteve sucesso em atrair a massa de trabalhadores para a sigla. Possivelmente esse pode ser o motivo do resgate dos debates interno sobre tema em 1953, sob a batuta do Diretório do Rio Grande do Sul, já sem tanto controle de Pilla - então presidente do partido nacional - e de uma outra ala intrapartidária gaúcha, a Ala Moça.

É provável que um episódio ocorrido no Congresso de julho de 1947 – aquele em que se definiu o parlamentarismo como sistema de governo defendido pelos libertadores - tenha auxiliado na diminuição do ímpeto pelo apoio operário dentro do PL, ou ao menos de parte da liderança nacional. Há poucos relatos sobre o evento, mas alguns indícios podem ser notados. Na notícia do *Correio do Povo* do evento, com a

---

<sup>429</sup> A nota citava uma reunião do Departamento, em que convocava os “militantes choferes” para lançar as bases para um “Núcleo de Choferes desse Departamento”. Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14 e 4, 19/11/1946.

<sup>430</sup> Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.16, 22/07/1947.

<sup>431</sup> Como será visto mais adiante, ele voltou a ser mencionado em 1953, em meio à Convenção Regional daquele ano, em que se aprovou o projeto de resolução da Declaração de Princípios. A menção foi feita em outro periódico porto-alegrense, o *Diário de Notícias*.

<sup>432</sup> Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.2, 19/02/1950.

<sup>433</sup> Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.2, 19/02/1950.

íntegra do discurso de Pilla na convenção, o chefe libertador mudou o seu tom: se até então parecia disposto a reformar o programa na sua parte social e econômica para adaptar-se melhor ao momento, naquele dia Pilla pregou “cautela”:

Sómente a parte política do nosso novo programa não havia ainda ficado perfeita e acabada.

Não quer isto dizer que as outras partes do programa, há dois anos aprovadas, não mereçam uma revisão. No terreno econômico e social, rápido está sendo o movimento das idéias. Mas, por isto mesmo que é rápido, há mister cautela. Tôda modificação importante nesta matéria, convém que seja feita depois de cuidadosa auscultação dos sentimentos do Partido. Todos desejamos uma cada vez maior justiça social e, se fora compatível com as imperfeições humanas, uma justiça social perfeita. Entretanto, como nem sempre os meios correspondem aos fins e muitas vezes os comprometem, devemos receber simpaticamente, mas estudar profundamente toda inovação<sup>434</sup>.

O que modificou o posicionamento de Pilla? O que ocorreu no evento? Uma pista nos é dada por Mem de Sá: segundo ele, a parte social de 1928 era muito genérica e houve, em 1947 – provavelmente se referindo ao congresso – uma tentativa de Ernani Fiori e Carlos de Brito Velho de introduzir uma parte social mais avançada:

Em 47 como lhes disse foi adotado o parlamentarismo. Depois disso, houve o ingresso do partido desses dois brilhantes jovens, Carlos de Brito Velho e o Fiori, Ernani Maria Fiori. O Ernani Maria Fiori, sobretudo mais dentro que o Brito Velho, apresentou um programa para substituir ou para ser a parte social do programa do Partido Libertador, era a carta social do programa. Era muito avançado, muitíssimo avançado, muito extenso e muito preciso. Eram idéias avançadas e bem de esquerda. Era uma esquerda democrática, poderíamos chamar. Era um programa de esquerda democrática. O Dr. Pilla era um homem conservador. Não aceitou.<sup>435</sup>

Possivelmente o recado de Pilla em seu discurso era direcionado para Fiori, que assim como Brito Velho, Mem de Sá e Décio Martins Costa, pertencia ao grupo católico do PL. Para essas lideranças, o tema social tinha um importante relevo, pois procuravam seguir – e pôr em prática – a Doutrina Social da Igreja. A formulação mais precisa dessa doutrina veio com a encíclica *Rerum Novarum*, em 1891, durante o papado de Leão XIII. No documento, o papa recomendava aos Estados-Nação maior cuidado às situações de pobreza e desigualdade social vividas pelos trabalhadores industriais e pedia um freio aos excessos do capitalismo liberal vivenciado no século XIX (RIBEIRO; CARVALHO; OREIRO, 2019, p.715). Segundo Mainwaring (2004, p.43), embora a tese papal demonstrasse maior apelo social e maior atenção ao equilíbrio entre capital e trabalho, ainda mantinha muitos elementos conservadores. Segundo esse mesmo autor, a Doutrina passou a ser mais utilizada pelo clero católico no Brasil a

<sup>434</sup> Discurso do deputado Raul Pilla. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12, 10/07/1947.

<sup>435</sup> SÁ, Mem de. Depoimento (1977). Entrevistador: Héglio Trindade. Porto Alegre, 1977. Acervo de História Oral. NUPERGS/UFRGS.

partir dos anos 1940 e 1950, como uma resposta tanto à ascensão das ideias comunistas entre os setores populares, mas também por compreender que eram necessárias mudanças sociais, mas dentro de uma perspectiva cristã.

Conforme Lorena Monteiro (2011, p.176-181), a Doutrina Social era um dos aspectos que interessavam ao laicato católico educado pelos jesuítas no Rio Grande do Sul. Evidentemente não na mesma proporção, dependendo do indivíduo e suas posições dentro do grupo. Fiori, no caso, era alguém que levava bastante em consideração a tal Doutrina. De origem italiana – seus pais vieram da Itália em fins do século XIX - formado em Direito pela Faculdade de Porto Alegre, em 1935 e oriundo do Colégio Anchieta, teve importante papel na formação dos Círculos Operários no Rio Grande do Sul. Chegou a pertencer às fileiras da Ação Integralista Brasileira (AIB), por influência de Dom Helder Câmara, logo afastando-se do movimento. Durante o Estado Novo, exerceu a advocacia e a partir de 1940 passou a atuar no magistério superior, como professor de Filosofia, primeiro como assistente de Eloy José da Rocha e depois de Armando Câmara, ambos membros do laicato católico. Entre 1947 e 1963 foi professor interino da Faculdade de Filosofia e Letras da URGs/UFRGS. Nesse período, exerceu atividade partidária no PL, embora tenha se afastado paulatinamente desde o episódio de 1947:

Ernani só voltou à militância político-partidária depois da guerra, quando aderiu ao Partido Libertador, juntamente com um antigo companheiro do CCA<sup>436</sup>. Ambos redigiram um novo programa para o PL, onde explicitavam suas antigas e constantes preocupações com as injustiças sociais. Por este partido, foi candidato a deputado federal em 1945, tendo sido eleito suplente de Raul Pilla.

O distanciamento progressivo entre as posições assumidas pelo partido e o programa que havia redigido levaram-no ao afastamento dessa agremiação. (FIORI, 1987, p.299)

No mesmo Congresso, Pilla havia conseguido impor uma derrota aos presidencialistas libertadores. Mas também impôs ao grupo católico, que mostrava disposição em fazer uma reforma no programa partidário no que tangia às questões sociais e econômicas. Curiosamente, é a partir desse momento que as referências ao Departamento do Trabalhador do PL praticamente desaparecem - ao menos nas fontes aqui consultadas - e o próprio Pilla recuava na sua intenção de discutir mais abertamente esses temas. Ressalta-se, ainda, que tais vitórias do grupo de Pilla se deram em um contexto de predomínio seu sob o diretório sul-rio-grandense, uma vez que acumulava

---

<sup>436</sup> A referência é a Carlos de Brito Velho.

os cargos de chefe tanto regional quanto nacional do PL, ainda que quem comandasse no território gaúcho fosse seu vice, o católico Décio Martins Costa.

Logo, pode-se supor que o recuo de Pilla nessas discussões tivesse relação com a disputa de poder dentro da agremiação. O tema social, sua discussão e sua inserção no programa partidário passaram a ser um campo de batalha, retomando as colocações de Offerlé (1987).

Por outro lado, enquanto Pilla ainda tinha o domínio da secção gaúcha, não houve confrontos ou disputas intrapartidárias, mas isso mudaria em 1953, quando o grupo dos católicos passou a agir com mais liberdade em relação ao chefe libertador, então mais dedicado à direção nacional partidária e empenhado em seus projetos no Congresso Nacional. Tendo em conta a lógica de disputa do campo político de Bourdieu (1989, p.178-182), em que todas ações encontram sentido relacionalmente, por meio do jogo de distinções e oposições, o mesmo ocorre na lógica interna partidária. Para se distinguir do conservadorismo de Pilla, como citou Mem de Sá, o grupo católico passou a investir na necessidade de atuar nas questões sociais e econômicas. Obviamente, havia a própria defesa da Doutrina Social da Igreja e a perspectiva de se distinguir na disputa externa à esquerda trabalhista e, principalmente, comunista, assim como uma estratégia eleitoral, para tentar atrair minimamente esses setores para darem algum suporte a um partido tachado como “elitista”. Mas havia também essa disputa de poder intrapartidário. Assim Pilla se afastou dessa discussão, que ele mesmo havia proposto e dado guarida em 1945.

Voltando a entrevista de Mem de Sá, ele cita o momento em que a proposta de reforma foi aprovada, mesmo que a contragosto do chefe nacional libertador:

(...) Mas eu sempre fui um homem que aceitei esses princípios e nós fizemos um movimento no sentido dessa parte ser aprovada e houve uma convenção que aprovou. Com voto contrário de Pilla e de uma grande corrente que apoiava o Pilla. Mas o Pilla nesse ponto era extremamente democrata.

Poucas vezes se poderá ter encontrado um chefe de partido, tantas vezes derrotado em convenções ou em reuniões de diretório, aceitando a derrota. (...) e foi derrotado na questão social.

Esse programa passou a ser o programa do Partido Libertador (...). Depois, quando surgiu o Partido Trabalhista, o raciocínio era este: se é Partido Trabalhista o trabalhador deve ser do Partido Trabalhista, sem saber do programa. Nós sempre dizíamos que o nosso programa era muito mais avançado do que o do Partido Trabalhista, mas ninguém conhecia nem levava a sério o programa do Partido Libertador. O Partido Libertador era considerado um programa de conservador, bem de centro e direita.

E o Partido Trabalhista era considerado de centro e esquerda, quando o nosso programa era muito mais de centro e esquerda, do que o Partido Trabalhista.<sup>437</sup>

Não há muita dúvida quanto ao conservadorismo de Pilla e do próprio Mem de Sá, entre outros líderes libertadores. Mesmo assim, ele próprio, Pilla, havia iniciado o debate social dentro do PL em 1945. Não é apenas a questão ideológica que explica sua recusa em 1953, quando a Declaração de Princípios foi aprovada, com o voto contrário dele. Tampouco ele aceitou a derrota de forma tão democrática e tranquila, como proclama Sá. Antes de adentrar no episódio em si, cabe uma breve contextualização do período.

O Congresso Regional do PL de 1953 estava marcado para o mês de abril. Nesse momento, vivia-se o terceiro ano do segundo governo de Getúlio Vargas. Um mês antes, o governo federal teve de lidar com uma série de greves que eclodiram em São Paulo e no Rio de Janeiro. Conhecida como a greve dos 300 mil, o movimento paredista tinha como principal reivindicação melhores salários, uma vez que a crise econômica do país impedia uma melhora no custo de vida dos trabalhadores. Somava-se ainda que a reação do ministério do Trabalho para com os grevistas fora bastante violenta, contradizendo o discurso trabalhista de proximidade com os trabalhadores (FERREIRA, 2005, p.99-101).

Além disso, 1953 foi o ano que marcou o ápice dos debates em torno do monopólio do Petróleo no Brasil, produto visto como estratégico economicamente dada a dependência mundial dos combustíveis derivados daquela matéria-prima. A *Campanha do Petróleo é Nosso!* atingiu seu auge e contou com o apoio explícito não apenas de militares nacionalistas e de grupos à esquerda no espectro político, mas da própria UDN, partido opositor de Getúlio Vargas, mas que, através de seus parlamentares, propôs um substitutivo ao projeto de criação de uma empresa de economia mista para tratar do Petróleo. Na proposta udenista, o Estado teria o monopólio do produto – da exploração, da produção, do refino e do transporte. A

---

<sup>437</sup> SÁ, Mem de. Depoimento (1977). Entrevistador: Hélijo Trindade. Porto Alegre, 1977. Acervo de História Oral. NUPERGS/UFRGS. Importante notar que o discurso de Mem de Sá sobre o PTB e o trabalhismo difere consideravelmente daquele adotado no seu livro *Politização do Rio Grande* (1973), escrito alguns anos antes desse depoimento. Se no livro o trabalhismo era sinônimo de corrupção e de demagogia por terem como foco os temas sociais e econômicos, na entrevista o teor é o oposto: Sá reivindica ao PL um programa de esquerda, mais avançado no tema social e econômico do que o próprio PTB. Mais, se coloca como quem sempre aceitou essa visão. Ressalta-se, portanto, o cuidado que se deve ter na leitura das fontes, considerando-se sempre os contextos dessas falas e para quem elas são direcionadas, evitando dar um caráter definitivo as mesmas.

proposta foi aprovada e em 3 de outubro de 1953 surgia a empresa estatal Petróleo Brasileira – a Petrobrás (AZEVEDO E SILVA, 2007).

Além das crises nos campos econômico e social, havia ainda a crise política, com a forte resistência da oposição, liderada pela mesma UDN, e pela hostilidade da imprensa, ressentidas com o retorno de Vargas ao poder. Os problemas daquele ano abriram espaço para uma reforma ministerial, em que Vargas procurou retomar um consenso com os opositores e com os setores conservadores. D'Araújo (1992, p.127-128) explicita que longe de significar uma nova orientação do governo, a reforma ministerial apenas procurou remanejar a situação, com a inserção de vários ministros conservadores e filiados a UDN e ao PSD – ainda que a presença de João Goulart no Ministério do Trabalho passasse uma imagem de uma administração mais voltada aos temas do trabalhismo.

Não se pode afirmar com certeza que esse contexto instigou as decisões tomadas no congresso libertador – mesmo que Pilla havia pedido para discutir o tema do divórcio - mas é lícito pensar que tiveram, sim, influência, afinal travam-se de debates nacionais e que envolvia as forças políticas. O PL não ficaria imune a elas. E o que se decidiu? Quem participou do mesmo?

Marcada para os dias 10, 11 e 12 de abril, a convenção regional de 1953 não contou com a presença de Raul Pilla. Mais tarde, Pilla alegaria que havia pedido o adiamento do evento para o período da semana santa – entre os dias 2 e 4 de abril – em que estaria em Porto Alegre e poderia comparecer, mas por motivo desconhecido, tal alteração não foi feita<sup>438</sup>. Para ele, era um indício de que o queriam afastado do evento. Ao fim, foi realizado nos dias antes previstos.

O Congresso transcorreu normalmente no primeiro dia, como relatado na imprensa: o *Correio do Povo* destacou o discurso de lideranças libertadoras de Caxias do Sul, Porto Alegre e outras localidades, com críticas ao governo federal e saudação aos convencionais presentes<sup>439</sup>. Já o *Jornal do Dia* apenas destacou em breve nota de poucas linhas que a Convenção havia se iniciado sob a presidência de Décio Martins Costa<sup>440</sup>.

A surpresa viria, de fato no segundo dia do evento e ganhou destaque nos periódicos porto-alegrenses: *O Jornal do Dia* – como já citado, vinculado aos leigos

---

<sup>438</sup> PILLA, Raul. *Cahier de Doléances*. jul./1953.

<sup>439</sup> Instalou-se, ontem, solenemente a Convenção Extraordinária do PL. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.16, 11/04/1953.

<sup>440</sup> Convenção do P.L.. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.8, 11/04/1953.

católicos sul-rio-grandenses – usou um terço da sua última página, dedicada aos assuntos políticos, para destacar a aprovação da chamada Declaração de Princípios. Tratava-se ainda de um projeto de resolução, que seria levado a votação na Convenção Nacional, marcada para julho daquele mesmo ano, mas ainda assim, era um documento que causava repercussão, vindo ainda de um partido dito elitista e liberal. Segundo o periódico católico:

Documento político da mais alta importância destinado à mais viva repercussão em todo o país é a moção ontem apresentada à Convenção do Partido Libertador pelo dr. Carlos de Brito Velho com a assinatura de vários convencionais e aprovada pelo plenário.

A resolução contém uma declaração de princípios que traça novos rumos de ação política à tradicional agremiação rio-grandense. Incluídos no seu programa esses princípios colocarão o programa do partido ao lado dos mais avançados grupos democráticos do mundo e que atendem às mais reais aspirações populares.<sup>441</sup>

A autoridade dada ao documento e ao fato pelo impresso são claros, especialmente destacando um católico como o proponente da moção. Ainda dizia que a declaração colocava o PL entre os mais avançados partidos do mundo, o que sugeria que a agremiação estava em descompasso com aqueles tempos.

O *Diário de Notícias* também realçou na sua seção de notas políticas a declaração. Apontava o fato como “ponto alto” do evento, mas não tratava como uma novidade no programa, mas sim, como uma explicitação de pontos já existentes. Além de Brito Velho, fez referência também a outro autor da moção: Ernani Fiori. O periódico citou ainda que não houve grandes debates, pois o documento fora recebido com entusiasmo e recebeu assinatura dos “maiores líderes do PL”<sup>442</sup> – à exceção de Pilla.

Além disso, o DN destacou as falas de alguns convencionais, especialmente as que valorizavam a Declaração aprovada, como o vereador do município de Cruz Alta, Henrique Roetger, que “apresentou um trabalho sobre a aproximação das massas, encarecendo a necessidade dos libertadores fazerem um entrosamento mais completo com o proletariado, defendendo os seus direitos e apoiando suas reivindicações”<sup>443</sup> e do então representante de Dom Pedrito, Honório Severo, que apresentou moção para os convencionais se dirigirem à bancada federal libertadora para que fizessem projetos de leis relativos “à fixação do homem no campo, à reforma agrária; ao estatuto do

<sup>441</sup> “A ordem social deve fundar-se na justiça”. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.8, 12/04/1953.

<sup>442</sup> Declaração de Princípios ratificada na Convenção Estadual do P. Libertador. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, s/p, 12/04/1953.

<sup>443</sup> Declaração de Princípios ratificada na Convenção Estadual do P. Libertador. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, s/p, 12/04/1953.

trabalhador rural (...); enfim, leis que melhorem a posição do trabalhador e que tratem mais objetivamente da justiça social”<sup>444</sup>. Em suma, tais posicionamentos demonstravam que de fato a declaração encontrou bastante receptividade entre os libertadores, seja por entenderem que tais medidas conectavam o PL ao momento histórico, seja por questões estratégicas políticas e eleitorais.

A matéria ainda citava o Departamento de Ação dos Meios Assalariados, que realizaria seu primeiro congresso estadual, que reunia, segundo a reportagem, os “proletários” e/ou “operários” libertadores. Houve ainda a fala de um convencional, o vereador cruz-altense Elpídio Goulart, que “destacou o trabalho do proletariado filiado ao PL, mostrando que o povo não pode continuar sendo explorado vilmente como o tem sido até agora”<sup>445</sup>. O DN frisou o apelo dentro da reunião em favor do tema social, com uso de termos que normalmente não seriam muito associados aos libertadores como a menção ao operariado e ao proletariado do partido, o que indica a necessidade dos convencionais em tentar apresentar o PL como um grupo partidário atento às reivindicações sociais e econômicas mais concretas, o que ficava ainda mais evidente na própria declaração ali exposta.

O *Correio do Povo* também salientou o episódio em suas páginas. Mais, destacou com maior clareza os autores da proposta de mudança programática, lançada “inesperadamente”, na “última hora da sessão de instalação” da Convenção: o presidente da Ala Moça do PL gaúcho, Ernani Coutinho, e Brito Velho, destacando a fala do primeiro, que

...examinava a atividade que a agremiação libertadora vem desenvolvendo, mostrando que, em face dos fenômenos políticos da atualidade, se tornava indispensável que o PL encarasse mais de frente os problemas sociais e econômicos e não preferencialmente o político, isto é, a luta pelo parlamentarismo.<sup>446</sup>

A seguir, seguia a matéria, Carlos de Brito Velho tomou a palavra para “secundar” a posição dos jovens libertadores, dando sugestões ao documento e prometendo no dia seguinte apresentar uma moção. Conforme o esperado, Brito Velho apresentou um projeto de resolução, a ser levado para aprovação na Convenção Nacional, publicado na íntegra pelo jornal. Relembrou ainda que o projeto já havia sido

---

<sup>444</sup> Declaração de Princípios ratificada na Convenção Estadual do P. Libertador. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, s/p, 12/04/1953.

<sup>445</sup> Declaração de Princípios ratificada na Convenção Estadual do P. Libertador. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, s/p, 12/04/1953.

<sup>446</sup> Aprovada pela Convenção do PL uma mudança de orientação nas atividades partidárias. *Correio do Povo*, p.32, 12/04/1953.

apresentado em momentos anteriores e contava com a autoria de Ernani Fiori. Todavia, o CP foi o único dos três jornais citados a não publicar a Declaração propriamente dita, enquanto o *Jornal do Dia* e o *Diário de Notícias* publicaram tanto o projeto a ser levado para a reunião nacional quanto o documento em si.

Mas afinal, o que dizia tais documentos? Não é o intuito dessa tese elaborar um estudo aprofundado da declaração, mas sim, das repercussões que ela causou nas disputas intrapartidárias e nas estratégias político-eleitorais libertadoras<sup>447</sup>. De qualquer forma, é importante ao menos sintetizar o que tais fontes enunciam. O projeto de resolução, proposto por Brito Velho e assinado por outros 40 convencionais, tinha o intuito de apresentar a Convenção Nacional uma declaração de princípios e visava aprová-la para que se tornasse “o ideário socio-econômico-político dos libertadores”<sup>448</sup>. Propunha ainda uma reforma no programa para a Convenção de 1954, visando a inserção da declaração no programa e ainda conclamava os libertadores em geral e aqueles que tivessem mandatos para que em suas pregações visassem “preferencialmente, suas vistas para os problemas de caráter social e econômico”<sup>449</sup>. O projeto passou a ser chamado informalmente, entre os correligionários, de *Moção Brito*.

Já a declaração em si procurava externar essa preocupação com as questões sociais e econômicas, ampliando a inserção desses temas no partido. De fato, não trazia grandes novidades ao que o programa propunha, mas deixava mais claro e dava maior ênfase, falando abertamente em democracia social e em primazia do homem em relação à sociedade, em dever social do trabalho e na instauração de uma democracia cristã dos trabalhadores – algo próximo daquilo que era explicitado pelos defensores da Doutrina Social da Igreja: não renegava o papel do capital, mas buscava humanizá-lo, dando maior atenção ao trabalhador, dentro de uma perspectiva cristã.

Com relação ao econômico, falava em predomínio do bem-comum frente ao lucro e em nacionalização feita através do Estado democrático, sendo uma solução “mais justa, mais humana e mais “libertadora””<sup>450</sup>. Temas como participação do povo nas responsabilidades do governo, defesa do distributivismo econômico e da necessidade de integração entre o social, o econômico e o político também se

---

<sup>447</sup> Os documentos estão, na íntegra, nos anexos dessa tese: o projeto de resolução está no anexo 1, já a declaração de princípios está no anexo 2.

<sup>448</sup> VELHO, Carlos de Brito. Projeto de Resolução. Declaração de Princípios ratificada na Convenção Estadual do P. Libertador. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, s/p, 12/04/1953.

<sup>449</sup> VELHO, Carlos de Brito. Projeto de Resolução. Declaração de Princípios ratificada na Convenção Estadual do P. Libertador. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, s/p, 12/04/1953.

<sup>450</sup> PARTIDO LIBERTADOR. *Declaração de princípios Aprovada na Convenção Nacional, em julho de 1953*. Rio de Janeiro, 1953.

destacavam naquele registro. Assuntos que não são comuns de serem associados a partidos como o PL, que, através de lideranças como Pilla, gostavam de se postarem como partidos democráticos e liberais.

Mesma perspectiva teve Jorge Chalhoub (2015) em sua análise sobre a UDN: embora o partido se vendesse como ideologicamente liberal, na verdade havia confrontos entre os diferentes liberalismos dentro da agremiação e, ainda, esses liberalismos podiam variar de acordo com as conjunturas políticas, muitas vezes até tentando aproximar-se de uma imagem menos elitista e mais popular. Nesse sentido é que esse autor entende a defesa que os udenistas fizeram do monopólio do petróleo: para Chalhoub, não significava traição a algum credo liberal, mas sim, parte do projeto liberal udenista, ou de setores udenistas, que buscavam aproximar-se dos militares nacionalistas, associando-se a tese de que o petróleo era um tema de segurança nacional, e, ao mesmo tempo, buscando interpelar os movimentos populares nacionalistas. Além disso, o liberalismo de vários setores udenistas não recusava a participação estatal, pois assim a economia estaria sob o controle da política. Portanto, era tanto estratégia de conjuntura política quanto parte do ideário da agremiação – embora, o autor ressalte, não de todos os udenistas, pois havia aqueles que não viam com bons olhos essa visão.

No caso libertador, as disputas iriam se dar em torno do programa e da declaração capitaneada por Brito e Fiori, somados naquele instante à Ala Moça. Será através deles que os católicos do partido medirão forças com o chefe nacional, em uma nova conjuntura, diferente daquela de 1947. Ainda, usavam justamente um documento que Pilla não simpatizava naquele momento, ou seja, buscaram construir uma distinção em relação ao líder libertador e jogar com ela na disputa pelo poder intrapartidário. De acordo com os indícios a declaração era, com possivelmente uma ou outra modificação, a mesma apresentada por Fiori em 1947 e rejeitada naquele contexto. O seu retorno e aprovação durante a Convenção Regional – que, como já foi dito, não teve a presença de Pilla – causou desconforto no chefe nacional do partido, o que desmente a declaração já citada de Mem de Sá, de que ele havia aceitado prontamente a mudança.

Ainda na mesma semana Pilla encaminhou telegramas comunicando sua renúncia à escritura de editoriais do ERG: num breve telegrama em 14 de abril, comunicava ao então deputado estadual Henrique Fonseca de Araújo que, devido a “nova orientação traçada”<sup>451</sup> sentia-se inabilitado para continuar escrevendo ao jornal

---

<sup>451</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Henrique Fonseca de Araújo. Rio de Janeiro, 14/04/1953. Acervo Raul Pilla, NUPERGS/UFRGS.

libertador. No dia 17 era vez de se comunicar com Décio Martins Costa<sup>452</sup>. Afirmou que a “espantosa resolução” aprovada o desautorizava como “comandante da tropa”, ainda mais que estava em vias de ser novamente votada na Câmara Federal o projeto do parlamentarismo que, segundo ele, era “agora condenada pela Convenção Estadual”<sup>453</sup>. Renunciava não só a escrever editoriais do ERG, mas também da direção do próprio jornal e da Companhia Rio-Grandense, empresa acionista do periódico e controlada pelos libertadores.

Nota-se, nas palavras do autor da carta, sentimento de que o tema pelo qual tinha se dedicado, o parlamentarismo, havia sido abandonado pelo diretório regional, e ao mesmo tempo deixava claro não concordar com o tom do documento, ao dizer que por essa razão afastava-se do ERG. Mas, obviamente, existia o entendimento de uma disputa através do programa pelo controle partidário e possivelmente Pilla tomava a decisão da renúncia como forma de pressionar as lideranças sul-rio-grandenses a conversarem com ele. Demonstrava-se ainda que Pilla não tinha mais interesse em alterações relacionadas ao social e ao econômico, diferentemente das suas ações logo após a formação do partido, em 1945.

A sensação era, por parte dos convencionais, de que Pilla não havia compreendido o episódio. A carta encaminhada pelo colega de bancada de Pilla, Coelho de Souza, para Mem de Sá e Décio Martins Costa<sup>454</sup> revela alguns detalhes importantes: segundo Coelho, a primeira menção ao episódio veio no dia seguinte à Convenção, no plenário da Câmara, de um deputado federal petebista, José Diogo Brochado da Rocha<sup>455</sup>, que, ao passar por Pilla, parabenizou o PL, de forma irônica, por ter aderido ao trabalhismo. Depois da sessão, foram à sede do partido e lá Pilla teve contato com a fala de Coutinho através do *Correio do Povo*. Na notícia, estava a citação do líder da ala moça de que era preciso dar maior atenção aos temas sociais e econômicos do que ao

---

<sup>452</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Décio Martins Costa. Rio de Janeiro, 17/04/1953. Acervo Raul Pilla, NUPERGS/UFRGS.

<sup>453</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Décio Martins Costa. Rio de Janeiro, 17/04/1953. Acervo Raul Pilla, NUPERGS/UFRGS.

<sup>454</sup> SOUZA, José Pereira Coelho de. Destinatário: Décio Martins Costa e Mem de Sá. Rio de Janeiro, 23/04/1953. Acervo Raul Pilla, NUPERGS/UFRGS.

<sup>455</sup> Importante liderança dos primeiros anos do PTB, José Diogo Brochado da Rocha tinha sua trajetória vinculada ao Movimento de 1930, do qual foi apoiador. Foi político do PRR durante os anos 1930 e militar durante o período do Estado Novo. Em 1944 tornou-se diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), onde construiu uma base de apoio entre os ferroviários. Ingressou inicialmente no PSD, sendo líder da ala trabalhista do partido no Rio Grande do Sul, mas logo desentendeu-se com as lideranças pessedistas e aderiu ao PTB, pelo qual foi eleito deputado estadual em 1947 e federal em 1950. Rompido com o PTB por ter sido preterido como candidato ao governo sul-rio-grandense em 1954, acabou candidatando-se pelo PSP, sendo derrotado no pleito. *DHBB*, FGV. Verbete: José Diogo Brochado da Rocha.

parlamentarismo. Segundo Coelho de Souza, Pilla ficou “chocadíssimo” e procurou o acalmar, dizendo ser necessário aguardar o ERG. E de fato, o jornal partidário trazia um tom conciliatório e sem hierarquização dos temas políticos e socioeconômicos. Mas para Pilla, segundo o relato de Coelho de Souza, o que tinha maior peso era o relato do *Correio do Povo*, pois, segundo o chefe libertador, costumava ser muito criterioso em suas notas políticas e que iria aguardar uma nova edição do ERG, para que tudo ficasse esclarecido.

No entanto, as edições seguintes do impresso libertador valorizavam a declaração e falava em termos como “primado do social e econômico sobre o político”, o que fez Coelho ficar ao lado de Pilla e afirmar que tal posição não podia ter sido tomada sem uma discussão prévia com o chefe nacional. Lembrou o episódio de 1947, se colocando inclusive como um dos autores ao lado de Fiori da declaração naquele momento, e que, com apoio de Martins Costa e de Sá – o que ia de encontro a colocação desse de que sempre defendeu tal posição, na entrevista ao NUPERGS – Pilla conseguiu barrar a proposta, o que levou ao afastamento de Fiori das atividades partidárias. Diz ainda que a crise seria ruim para a Convenção Nacional vindoura, ainda mais que havia um deputado paulista da UDN para se inserir no PL, mas que só o faria seguindo a orientação de Pilla.

A missiva traz alguns elementos relevantes: primeiro, a percepção de que o PL era um partido liberal e elitista era recorrente, como demonstrava o gracejo de Brochado da Rocha. Aliás, fazia sentido aos petebistas construírem essa distinção – PTB como partido popular e as oposições como elitistas - evitando qualquer tentativa de outras legendas adentrarem em sua base política-eleitoral consolidada; segundo, o peso da imprensa escrita como fonte de construção dos acontecimentos e fatos e do discurso de credibilidade e imparcialidade. Tal discurso encontrava eco não apenas entre os leitores comuns, mas mesmo entre as lideranças políticas, como era o caso de Pilla, que, num primeiro momento, preferia manter sua posição através do que lera no CP e aguardar as publicações seguintes do jornal libertador para avaliar a situação. Sendo assim, pode-se dizer que a visão de Pilla era a da matéria, que não tinha publicado na íntegra a Declaração propriamente dita, e sim, apenas o projeto de resolução (a Moção Brito) - que tinha colocações no sentido de situar o tema social acima do político e a própria fala do líder da Ala Moça, Coutinho, que citava nominalmente a necessidade de pôr em

segundo plano o tema do parlamentarismo - tinha maior peso do que o próprio periódico libertador<sup>456</sup>.

Por fim, há o aspecto estratégico: se por um lado é possível dizer que o que levou a discussão em torno da declaração foi a necessidade de ampliar as bases do PL para um setor que estava um tanto esquecido nas fileiras partidárias – os trabalhadores - por outro, na tentativa de expansão nacional articulada por Pilla, a declaração era prejudicial, pois possíveis novos aderentes só confirmariam suas filiações se prevalecesse a visão de Pilla.

Nesse sentido, existia ainda a questão de quem estava propondo tais modificações: como já dito, Fiori e Brito Velho eram do grupo dos católicos que aderiram ao PL, mas que mantinham também suas convicções vinculadas à doutrina da Igreja, especialmente no campo social. E que ganharam suporte do presidente regional do partido e do líder da bancada libertadora na Assembleia Legislativa – ambos também católicos: Décio Martins Costa e Mem de Sá, respectivamente. Isso fica evidenciado em dois editoriais do ERG, possivelmente escritos por Mem de Sá<sup>457</sup>.

Um editorial era intitulado *Rumos Partidários*<sup>458</sup> e foi publicado em 22 de abril de 1953 – ou seja, um dia antes de Coelho encaminhar a carta para Sá e Martins Costa, sendo, dessa forma, uma das edições do *ERG* com a qual Pilla teve acesso. Há nele uma defesa enfática da alteração e uma crítica a forma como ela foi divulgada na imprensa comercial porto-alegrense, divulgação essa que levou “muitas pessoas” – uma referência provável a Pilla e a outros libertadores - a se equivocarem quanto ao que foi

---

<sup>456</sup> De acordo com Rüdiger (2003, p.77-80), o *Correio do Povo* procurou mostrar-se como um jornal “independente e imparcial”, desde sua fundação, em 1895. Por ser um jornal comercial/empresarial nascido em um período em que predominava os jornais ditos literários e/ou político-partidários, soube construir um discurso que o diferenciava dos concorrentes como sendo apenas informativo, ou retomando Barbosa (2012), uma *fábrica de notícias*. Tal construção fica evidente na obra de Galvani (1995), que reforça tal discurso ao dizer que ele “já nasceu independente, tendo a divulgação da verdade como seu compromisso maior” (GALVANI, 1995, p.5). Em suma, um jornal objetivo e isento. Por óbvio trata-se de uma construção discursiva, mas que tinha aceitação social, mesmo entre atores políticos, como Pilla, que valorizou mais a notícia dada pelo CP do que o que o próprio jornal partidário, o ERG, havia noticiado sobre a questão da convenção.

<sup>457</sup> Editoriais, em geral, não são assinados, portanto seria difícil identificar o autor, mas certamente não era Pilla, uma vez que ele própria havia pedido para não publicar nada no periódico naquele momento e claramente eram textos favoráveis a decisão aprovada da Convenção Regional. Um indício de que a autoria poderia ser de Sá é uma carta dele para Pilla de 1951 em que pede a esse para continuar mandando ao menos um editorial por semana para a redação, definindo a distribuição ao longo da semana em um editorial escrito por Pilla, um por Henrique Fonseca de Araújo, um por Heitor Galant ou Paulo Brossard e três por ele próprio, Mem de Sá. Também fica comprovado que, ao fim e ao cabo, Pilla tinha pouco controle sobre o que era decidido na redação do ERG, uma vez que a sede era em Porto Alegre e o diretório sul-rio-grandense dominava o periódico. SÁ, Mem de. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 11/08/1951. Acervo Raul Pilla, NUPERGS/UFRGS.

<sup>458</sup> *Rumos Partidários*. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, s/p, 22/04/1953.

debatido na Convenção. Elogiava o congresso partidário, que demonstrou coesão entre as diferentes gerações libertadoras em torno das ideias e aspirações do partido. Citava o episódio da Moção Brito como o mais marcante e negava que tal posição excluía a luta parlamentarista do ideário partidário. Por fim, indicava que era justamente pelo fato de a vitória parlamentarista estar à vista que era preciso olhar para o social e o econômico, e que não se tratava de uma do PL na “estrada fácil do populismo demagógico”, mas uma tentativa de investigar e equacionar tais questões “à luz de normas sadias de uma ideologia rigorosamente cristã”:

O P.L. quer agora conquistar os homens de boa vontade para as fórmulas da parte econômico-social – de seu programa - a fim de que, tal como hoje está a ocorrer com o parlamentarismo – venha êle a contribuir para a felicidade dos brasileiros mediante a implantação de normas de uma economia humaníssima, regida pelos princípios do distributismo e inspirada nos altos ideais cristãos de justiça e solidariedade.<sup>459</sup>

Embora não quisesse o caminho do “populismo demagógico”, o texto revelava o interesse daquele grupo em ampliar a base partidária a partir de um programa mais social. Indicava ainda que a busca era por princípios mais justos e cristãos, o que evidenciava a ligação daqueles membros com as teses do laicato católico. Mais ainda, proclamava essa definição como sendo do partido como um todo. Pode-se dizer que o intuito, ao defender tal tese no próprio jornal partidário era medir forças e tentar legitimar tal postura frente ao diretório nacional, que era centralizado na figura de Pilla.

O outro editorial foi publicado dois dias depois. Com o título de *Ideal Libertador*<sup>460</sup>, adotava uma retórica menos agressiva, buscando explicar que nada havia mudado no programa partidário, apenas se dado maior ênfase aos temas sociais e econômicos. Reiterava que o PL – na realidade, o grupo dos católicos libertadores gaúchos – queria afastar-se das teses capitalistas, de exploração do lucro, e das teses socialistas, de negação da propriedade privada. O que defendiam era ordenar a economia e os direitos dos trabalhadores dentro dos princípios cristãos e da solidariedade social. Nada, segundo eles, diferente do que o programa libertador já pregava. Esse era o ideal do PL. De novo, nitidamente enfatizavam a relação com a Doutrina Social da Igreja, embora buscassem também desfazer possíveis confusões com o pensamento mais à esquerda. Também pretendiam colocar aquele pensamento como o predominante entre os libertadores. Ou seja, legitimar suas teses frente a que era dominante até então.

<sup>459</sup> Rumos Partidários. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, s/p, 22/04/1953.

<sup>460</sup> *Ideal Libertador*. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, s/p, 22/04/1953.

Raul Pilla não se sentiu satisfeito e partir desse momento iniciava uma troca de cartas dele com as lideranças regionais, buscando explicações, enquanto os segundos tentavam convencê-lo de que a declaração não era uma mudança de rumos, mas sim, uma explicitação do que já estava escrito na principal plataforma partidária e assim impedi-lo de renunciar ao cargo de diretor do ERG. Henrique Fonseca de Araújo, por exemplo, enfatizou que o parecer ao projeto de resolução - defendido oralmente por Paulo Brossard - ressaltou o ponto de vista de Pilla, pois a necessidade de solucionar os problemas políticos andava juntamente aos econômicos e sociais, até porque tratavam-se de problemas de ordem política<sup>461</sup>. Mas Araújo ainda deixava escapar outra motivação para a declaração: a eleitoral. Ao dizer que, “psicologicamente”, a declaração era útil, pois “teria o efeito de, em certos setores, desfazer a impressão – falsa, sem dúvida - de que somos um partido que somente se preocupa com os problemas políticos, no sentido restrito da palavra.”<sup>462</sup>.

Décio Martins Costa vai mais além: em sua carta para Pilla também negava estar havendo mudanças de rumo programático pois se fosse assim, seguiria Pilla e renunciaria ao seu cargo na secção do PL<sup>463</sup>. Reafirmava não ter sido o intuito transparecer a ideia de uma transformação nas ideias partidárias e rechaçava a insinuação do próprio Pilla de ter agido pelas suas costas.

Em que pese tal posicionamento dos membros do diretório sul-rio-grandense de tentar convencer Pilla, é sempre importante lembrar o alerta de Ângela Castro Gomes (1998) sobre as missivas e os arquivos privados como fontes e a “ilusão de verdade” que elas aparentam: longe de representarem uma realidade ou uma “autenticidade”, o que há é uma construção – consciente ou não – de si para si mesmo e para os outros. No caso aqui estudado, há nas cartas essa tentativa: no exemplo das missivas de Araújo e Martins Costa, se observamos as outras fontes, fica perceptível que elas fazem parte do esforço de construção de uma hegemonia e legitimidade através dos princípios partidários, em contraposição ao que era defendido por outros atores dentro da legenda. Em outras palavras, uma estratégia para tentar convencer aquele que discordava – Pilla – e de se solidarizar a ele, como uma forma de aparentar que estavam, sim, defendendo ideias próximas. O mesmo vale para as respostas de Pilla, procurando colocar-se naquela situação como alguém que era interessante manter nas fileiras do partido pela

---

<sup>461</sup> ARAÚJO, Henrique Fonseca de. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 26/04/1953..

<sup>462</sup> ARAÚJO, Henrique Fonseca de. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 26/04/1953..

<sup>463</sup> COSTA, Décio Martins. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 27/04/1953.

sua relevância política e histórica e pelo seu prestígio político, mas descartável no campo das articulações e práticas políticas, como se verá mais adiante.

Mesmo um dos irmãos dele, presente no evento, José Pilla, mostrou-se empolgado e pedia sua reconsideração, também entendendo a declaração como uma explicitação de pontos já presentes no programa do PL<sup>464</sup>, o que causou uma áspera reação do seu parente, que disse se admirar que José tenha visto uma explicitação em um trabalho que Raul havia rejeitado em 1947 e que era praticamente um “comunismo cristão”, sendo, para ele, uma “mudança radical”. Diz ainda que surpreendia a ele que tenham tomado a decisão sem o consultarem<sup>465</sup>.

Pilla ainda enfrentava outro problema nessa disputa: o entusiasmo de diferentes setores do partido no Rio Grande do Sul com a declaração. A sua aprovação na Convenção já indicava isso, mas nas cartas isso era ainda mais evidente, mesmo entre lideranças próximas a Pilla, como Anacleto Firpo, que chamou a declaração liderada pela Ala Moça e por Brito Velho de “ponto alto” da Convenção. O projeto de resolução, de acordo com Firpo, foi bem recebido, dando “um novo surto de vida às nossas minguadas hostes (...) operárias, despertando muita simpatia nas que não se acham filiadas ao nosso Partido”<sup>466</sup>. Martins Costa e Mem apoiaram Brito quando esse mostrou que o que a mocidade queria já estava no programa libertador, “apenas com outras palavras”: “A leve inovação apresentada na Moção só favorece e torna o nosso Programa mais atualizado”<sup>467</sup>.

Outras lideranças locais também demonstravam animação com a possibilidade de o PL atrair eleitores de outras bases, especialmente trabalhadoras, como posto por Firpo: Silvio Faria Correa, da secção de São Gabriel/RS, citava para Pilla, em telegrama, a necessidade de que as “reivindicações sociais marchem paralelamente difusão parte política nosso programa”<sup>468</sup>. Já Ruy Fernandes Barbosa, dirigente libertador de Rosário do Sul/RS, dizia que a declaração “retemperava” os ideais do PL e que estava tendo “repercussão de grande simpatia no interior do nosso Estado”<sup>469</sup>.

---

<sup>464</sup> PILLA, José. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 03/05/1953.

<sup>465</sup> PILLA, Raul. Destinatário: José Pilla. Rio de Janeiro, 28/04/1953. Observa-se que a data de 28 de abril de 1953 se refere a escrita inicial de Raul Pilla, em que pedia informações a José Pilla sobre a convenção. Há uma observação a posteriori nela, feita após Raul Pilla ter recebido a carta de José Pilla, em 3 de maio. Sendo assim, o envio se deu após essa data, e não no dia 28 de abril.

<sup>466</sup> FIRPO, Anacleto. Destinatário: Raul Pilla. Pelotas/RS, 07/05/1953.

<sup>467</sup> FIRPO, Anacleto. Destinatário: Raul Pilla. Pelotas/RS, 07/05/1953.

<sup>468</sup> CORREA, Silvio Faria. Destinatário: Raul Pilla. São Gabriel/RS, 08/05/1953.

<sup>469</sup> BARBOSA, Ruy Fernandes. Destinatário: Raul Pilla. Rosário do Sul/RS, 10/05/1953.

Ao optarem por dar guarida à posição da secção estadual, tais lideranças deixavam Pilla em maior isolamento naquela disputa por poder dentro da legenda. A reação dele foi colocar-se no papel de sacrificado em nome de uma estratégia que definiu como uma “preocupação dominante (...) (de) arranjar votos”<sup>470</sup>.

Ao responder Décio Martins Costa, Pilla evitou culpar diretamente a cúpula regional em si, mas sim, por ter cedido ao ímpeto de Brito Velho e dos “moços” do partido. Parecia a ele, que entregaram o poder do diretório à mocidade partidária “simplesmente por serem mocidade”. Ainda dizia ver censura à sua atuação parlamentar quando o projeto de resolução falava que os parlamentares deveriam focarem-se nos temas sociais e econômicos e questionava se devia então parar de falar em parlamentarismo e começar a falar em reforma agrária<sup>471</sup>. Apontava possível incoerência de Mem de Sá e do próprio Martins Costa, que haviam classificado o projeto de Ernani Fiori, em 1947, como “comunismo com Igreja”, mas que naquele instante deram guarida ao mesmo projeto, dessa vez sob benção de Brito Velho. Dizia, ainda, que era uma ‘inevitável separação’ entre ele e o partido o que estava ocorrendo, o que reiterou para Anacleto Firpo<sup>472</sup>.

Sobre a Ala Moça, é importante compreender o papel das juventudes em uma estrutura partidária. Citando o cientista político Giovanni Sartori, os sociólogos Antônio Barros, Ricardo Guimarães, Sérgio da Silva e Teresinha da Silva (2019) nos dão a seguinte definição:

Sartori (1980, p. 92) define juventudes partidárias como formas organizativas juvenis que “integram as estruturas dos partidos políticos, com especificidades próprias, que, segundo as regras do jogo, formais e informais, desenvolvem diversas atividades no interior e até no exterior dos partidos em busca de fins específicos”. O autor identifica três níveis de atuação das juventudes partidárias. O primeiro diz respeito aos aspectos formais, ou seja, à constituição legal desses grupos partidários, o que implica estatutos próprios para reger e disciplinar as formas de organização política dos jovens no âmbito dos partidos. O segundo refere-se às funções que os jovens exercem no interior do partido, como a constituição dos diretórios jovens, com seus próprios foros de debates e articulação de redes em diversos níveis territoriais (municipal, estadual e nacional). O terceiro compreende as atividades exercidas fora do partido, especialmente as campanhas para recrutamento de outros jovens, além das atividades de militância nas ruas ou nas redes sociais digitais. (BARROS; GUIMARÃES; SILVA; SILVA, 2019, p.114-115)

De fato, a ala moça libertadora vinha em processo de consolidação dentro da estrutura partidária, ao menos aquela ligada ao diretório do Rio Grande do Sul. O

<sup>470</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Anacleto Firpo. Pelotas/RS, 21/11/1953.

<sup>471</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Décio Martins Costa. Rio de Janeiro, 12/05/1953.

<sup>472</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Anacleto Firpo. Rio de Janeiro, 16/05/1953.

próprio processo de recrutamento teve papel relevante de Pilla, já em 1945, tendo o intuito de atrair estudantes universitários para as fileiras libertadoras, mesmo antes da oficialização do partido, como já era retratado na imprensa da época<sup>473</sup>. Ao longo do tempo a ala foi adquirindo força, criando seus próprios espaços de debate e articulação, como a formação de alas nos diretórios municipais<sup>474</sup> e organizando congressos regionais voltados para os jovens libertadores: naquele ano de 1953 mesmo, no mês de julho – ou seja, após a aprovação definitiva da declaração na Convenção Nacional libertadora - haveria um Congresso Regional da Mocidade Libertadora no município de Santa Maria/RS<sup>475</sup>. Um indicativo interessante de que os jovens libertadores estavam aliados à cúpula regional era de que os convidados a participarem do evento eram nomes como Décio Martins Costa, Carlos de Brito Velho, Ernani Fiori e Henrique Fonseca de Araújo – todos que apoiaram a iniciativa deles na Convenção de abril daquele ano. Raul Pilla não estava entre os chamados.

Logo, fica perceptível o motivo do embaraço de Pilla com os jovens: não era tanto por serem moços, como dizia, mas sim porque era uma ala aliada dentro do diretório aos chefes regionais e vinculada às teses defendidas por aqueles, bastante conectadas com o pensamento do laicato católico. Pilla não tinha praticamente nenhum controle sobre os moços<sup>476</sup>. Não por acaso tornaram-se alvo de Pilla a partir daquele instante.

Nos dias 11, 12 e 13 de julho de 1953 se realizou a Convenção Nacional libertadora<sup>477</sup>. Dessa vez Pilla estava presente, até mesmo por ser o dirigente máximo partidário. Com a presença de 9 diretórios regionais – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais, Bahia, Paraíba e Maranhão – e da cúpula nacional, encabeçada por Pilla, o evento discutiu a declaração de princípios, a pedido do diretório sul-rio-grandense. Esperidião Esper, membro do Distrito Federal, tentou adiar a discussão alegando necessitar estudar melhor o documento, o que foi rechaçado pela delegação gaúcha, liderada por Martins Costa.

---

<sup>473</sup> A reunião de ontem dos estudantes-libertadores. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8, 21/03/1945.

<sup>474</sup> Ala Moça do Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8, 16/04/1953. A nota citava a possibilidade da abertura de uma ala moça junto ao diretório municipal de Gravataí/RS, município limítrofe a Porto Alegre.

<sup>475</sup> Convenção da Mocidade Libertadora. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.4, 16/07/1953.

<sup>476</sup> Pode-se até sugerir que a ala moça avançou ainda na temática social: em 1955, na convenção do grupo, foram temas principais discutidos no evento a reforma agrária e a questão social. O que demonstra também que o PL era um partido complexo e com diferentes perspectivas políticas. In: Convenção da Ala Moça do P.L. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.4, 30/04/1955.

<sup>477</sup> Instalado no Rio o II Congresso Nacional do Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.38, 12/07/1953.

Para ele, não havia exclusão do tema político, pois as melhorias sociais propostas só seriam realizáveis dentro de um sistema parlamentarista, numa última tentativa de persuadir Pilla a aceitar. Não houve sucesso, ao menos com relação ao líder nacional, pois a declaração foi aprovada, mas com o voto contrário de Raul Pilla<sup>478</sup>.

Ao fim, o grupo católico libertador imprimiu mais uma vitória em sua disputa interna, contando, no caso da declaração, com o apoio direto da ala moça libertadora e suporte mesmo nas bases partidárias, como deixou claro várias cartas de lideranças locais, já citadas aqui. À Pilla coube apenas as queixas e um certo ressentimento. Antes compreendia-se como a principal liderança, e entendia o grupo do Rio Grande do Sul como seus aliados, como havia de fato ocorrido nos primeiros momentos do PL após 1945. Ele centralizava a coalizão dominante a qual Martins Costa, Mem de Sá e outros faziam parte. No entanto, essa facção tinha também seus interesses e propósitos e quando surgiu a oportunidade de pô-los em prática, assim o fizeram, como ficou demonstrado no episódio tanto da inserção dos divorcistas à agremiação quanto da declaração de princípios. A conjuntura também tinha peso, o que facilitou a inserção do tema social e econômico, em voga no período em questão, e que era do interesse dos dirigentes sul-rio-grandenses, seja por defender a ideia da Doutrina Social da Igreja, seja por estratégia eleitoral, procurando ampliar o espectro de eleitores do PL. Isso não significa dizer que Pilla agia por princípios ou por “purismo”: havia também nele uma lógica de interesse: ao defender que o PL deveria ser criterioso na entrada de novos filiados, havia uma ideia de controle sobre quem adentraria no partido e, assim, manter o controle organizativo partidário. O pragmatismo estava também presente e o choque desses interesses é um dos fatores que levou ao confronto interno.

No entanto, nas suas missivas, o chefe nacional procurava construir a imagem de alguém que foi usado devido seu capital político, um solitário defensor dos ideais libertadores que fora manipulado para que os outros, antigos aliados que o traíam naquele instante pudessem desvirtuar o PL em busca de votos. Nesse sentido dois documentos têm considerável relevo: um era uma carta que ele entregou ao colega de parlamento Coelho de Souza, com o sugestivo título de *Cahier de Doléances*<sup>479</sup>. Nela,

---

<sup>478</sup> Congresso Nacional do Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.18, 14/07/1953.

<sup>479</sup> O título fazia referência aos cadernos de queixas da população francesa endereçada aos deputados eleitos para a Assembleia dos Estados Gerais de 1788. Segundo George Rudé (1989, p.238) Eles eram preparatórios para as sessões dos estados. O uso do termo por Pilla pode indicar que era a forma dele se queixar dos acontecimentos no PL e uso de uma referência da Revolução Francesa pode ser indicativo de que pretendia se colocar como um liberal clássico, em contraposição aos correligionários que adentravam

acusava a elite partidária rio-grandense de propositalmente ter evitado sua presença na convenção regional de abril de 1953, pois sabiam que ele iria se opor à declaração. Diz, em resumo, que precisavam dele apenas como *figura de proa*, como imagem que legitimaria a nova ordem interna partidária, embora ele próprio discordasse dela.

O outro documento é uma carta para Anacleto Firpo, de 1954, mas sem data específica. Nela voltava a afirmar que fora enganado pelo Diretório do Rio Grande do Sul. Voltava sua carga para a Ala Moça, alegando que o erro da cúpula rio-grandense foi não apenas ter permitido, mas também ter fomentado o grupo dos jovens e acusava Ernani Fiori de estar por trás desses movimentos, o “autor intelectual da subversão operada no Partido”<sup>480</sup>, procurando enfim impor a sua visão dentro do partido, o seu “comunismo cristão”<sup>481</sup>, rejeitada em 1947.

O conflito se encerrava com a vitória da ala sul-rio-grandense na luta por uma definição legítima interna, aproveitando a conjuntura mais propícia para, através do programa partidário, impor uma nova perspectiva do partido, com um olhar mais social e vinculado ao ideário cristão, buscando estrategicamente angariar apoios fora da base mais elitista do PL. Ainda que possivelmente não tenha tido os efeitos esperados, na prática.

Quanto a Pilla, como ele próprio ressaltou para Décio Martins Costa, mesmo depois de tanto questionar a decisão, sobrou-lhe apenas aceitar a derrota e seguir sua carreira política, sem a mesma força interna de antes: “O que me cumpre, pois, como vi claramente, desde o primeiro momento e disse com excessiva força, é conformar-me com a situação, até que me possa aposentar sem abalo e sem prejuízo na atividade partidária. Tempo de serviço não me falta; é apenas esperar a oportunidade”<sup>482</sup>. No entanto, o próprio Pilla havia mudado em relação àquela temática: o Pilla derrotado de 1953 era diferente do vitorioso de 1945, que também tinha outro pensamento em 1947.

---

em uma postura que, para ele, era demagógica. PILLA, Raul. *Cahier de Doléances*. Jul. 1953. Rio de Janeiro.

<sup>480</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Anacleto Firpo. Rio de Janeiro, 1954.

<sup>481</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Anacleto Firpo. Rio de Janeiro, 1954.

<sup>482</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Décio Martins Costa. Rio de Janeiro, 09/03/1954.

#### **CAPÍTULO 4 – AS ALIANÇAS LIBERTADORAS: 1946-1954**

Convencionou-se observar o sistema partidário sul-rio-grandense durante a República Democrática como bipartidário. Tal tese ganhou fôlego a partir das análises de Héglio Trindade (1975), Leônidas Xausa e Francisco Ferraz (1981) e Héglio Trindade e Maria Izabel Noll (2004). Em resumo, esses autores entendem que, embora houvesse um número considerável de agremiações partidárias, a competição eleitoral, a partir de 1950, passou a girar em torno de apenas duas forças: o PTB e seus aliados “populistas” e os partidos ditos “conservadores-liberais”, reunidos em torno da aliança chamada de Frente Democrática (FD), que reuniu, entre 1951 e 1958 PSD, UDN e PL e que em 1962, com a adesão de outros três partidos – PRP, PDC e PSP - passou a denominar-se Aliança Democrática Popular (ADP).

Trindade (1975) apontava que essa polarização inibia a possibilidade do surgimento de uma terceira força no estado sulista, tal era a estabilidade da competição entre as duas principais forças. Xausa e Ferraz (1981, p.146-158) vão ainda mais longe: apontam essa divisão como “rígida e constante”, tendo em vista o crescimento que o PTB experimentava desde 1947, somado ao afastamento progressivo do PSD sul-rio-grandense em relação à figura de Vargas, que o levou a se aproximar de PL e UDN para enfrentar em condições de vitória eleitoral as forças do trabalhismo. Trindade e Noll (2004, p.82-89) veem de forma teleológica esse bipartidarismo: registram que suas origens estavam em um pretense “padrão latino de polarização partidária” cujas raízes estavam na Revolução Farroupilha, no longínquo ano de 1835, quando, segundo os autores, definiu-se “o processo de estruturação das opções políticas regionais” (TRINDADE; NOLL, 2004, p.82). Tanto eles quanto os pesquisadores anteriormente citados mantinham a posição de que o padrão bipartidário facilitou as adesões pós-golpe civil-militar de 1964, com aqueles que eram alinhados ao trabalhismo aderindo ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição à ditadura, e as forças da FD/ADP, majoritariamente, adentrando na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), agremiação governista.

Hegemônicas durante os anos 1970 e 1980, tais propostas passaram a sofrer questionamentos nos anos 1990. José Antônio Giusti Tavares (1997) tratou aquelas propostas como um “equivoco”: embasado na teoria de Giovanni Sartori (1982), esse autor identifica o sistema como pluripartidário polarizado centrífugo, quando vários partidos se unem em um bloco estrategicamente para enfrentar um adversário em

comum. No entanto, isso não invalidaria a presença e a existência de outros partidos: Tavares exemplifica lembrando que em praticamente todas as eleições majoritárias para o governo estadual do período no Rio Grande do Sul tiveram ao menos três competidores<sup>483</sup>. A única exceção foi o pleito de 1958, em que Leonel Brizola (PTB/PRP/PSP) venceu Walter Peracchi Barcellos (FD), sendo, nesse caso, uma competição bipartidária de fato.

O pesquisador afirma ainda que se a intenção era identificar um “bipartidarismo de fato”, deveria ter se analisado os resultados dos pleitos proporcionais. Neles, Tavares defende que para poder caracterizar um bipartidarismo, os principais partidos precisariam levar 90% das cadeiras legislativas ou dos votos, o que não ocorreu em nenhum pleito gaúcho. Embora PTB e PSD sempre fossem as duas maiores bancadas, nunca alcançaram tal número, pois as outras forças menores conseguiam conquistar números razoáveis de cadeiras tanto no parlamento estadual quanto federal. Em suma, as eleições legislativas indicavam o pluralismo partidário e as majoritárias, embora envolvessem um número menor de partidos e/ou coligações, seguiam o mesmo caminho (TAVARES, 1997, p.165-175).

Quanto à tese de Xausa e Ferraz (1981) de que o bipartidarismo imposto pela ditadura militar garantiu a continuidade do “bipartidarismo de fato”, Tavares a rejeita, por entender que naquele momento havia uma consolidação do pluripartidarismo com as ascensões de PDC e MTR. Ou seja, o que o Ato Institucional nº 2 - que impôs o bipartidarismo - fez foi interromper esse processo. Ainda ressalta que as coligações e coalizões formadas durante o período democrático, embora tivessem características ideológicas, também eram fruto de estratégias e pragmatismo:

(...) embora a bipolarização das coalizões para a eleição do governo do estado tenha sido sempre ideologicamente configurada, cada coalizão foi invariavelmente o resultado de cálculos pragmáticos nos quais a consideração que contava era menos o cálculo estratégico macropolítico, de longo alcance, do que a distribuição de secretarias de estado entre os partidos coligados (TAVARES, 1997, p.175).

Mais recentemente, alguns cientistas políticos têm buscado um equilíbrio entre as teses clássicas e a revisionista. Augusto de Oliveira (2018), ao analisar os sistemas partidários no Rio Grande do Sul, desde o período imperial, aponta na mesma direção

---

<sup>483</sup> Em 1947, os candidatos eram Walter Jobim (PSD), Alberto Pasqualini (PTB) e Décio Martins Costa (PL). Em 1950, concorreram Ernesto Dornelles (PTB), Cylon Rosa (PSD), Edgar Schneider (PL) e Mendonça Lima (PSB). Em 1954, candidataram-se Ildo Meneghetti (FD), Alberto Pasqualini (PTB), Wolfram Metzler (PRP) e José Diogo Borchado da Rocha (PSP). Chegou a ser lançada a candidatura de João Pereira de Sampaio (PSB), mas o mesmo desistiu antes do pleito para apoiar Pasqualini. Já em 1962 os candidatos foram Ildo Meneghetti (ADP), Egydio Michaelsen (PTB) e Fernando Ferrari (MTR).

de Tavares ao rechaçar a tese do bipartidarismo de fato: tanto PTB quanto o PSD necessitavam de coalizões eleitorais e/ou parlamentares para governar, quando se sagravam vencedores. Os partidos menores, embora fossem menos votados, tinham relevância e influência e jogavam com os dois lados. Diz ainda que esse uso da polarização PTB x PSD foi interrompida pelo golpe de 1964, como o autor nota:

Disso ainda dá prova o comportamento de PSB, PRP e PSP, que ora se coligaram com o PTB, ora com o PSD, ora lançaram candidatura própria ao governo. Mesmo o uso de “polarização” deve ser entendido como um processo em andamento no Estado, cuja eventual concretização foi impedida pelo golpe de 1964 (OLIVEIRA, 2018, p.109).

No entanto, Oliveira também é crítico de Tavares, ao alegar que esse ignorava a existência de uma polarização, ainda que não necessariamente bipartidária. Para Oliveira, o sistema pode ser classificado como pluralismo moderado, que, na perspectiva de Sartori (1982), indica que existem entre três e cinco partidos relevantes, ainda que, para o autor do artigo, haja uma tendência de polarização nas disputas majoritárias entre as duas principais forças, PTB e PSD.

Paulo Peres e Vinicius de Lara Ribas (2018), por seu turno, defendem que os sistemas estaduais são complexos e que estavam sujeitos às regras eleitorais nacionais, o que descartava qualquer especificidade para o caso sul-rio-grandense. Para eles, no Rio Grande do Sul, existiu a coexistência entre o pluripartidarismo moderado nas eleições parlamentares e uma lógica bipolar nas eleições majoritárias. Os pesquisadores enfatizam que bipolaridade é diferente de bipartidarismo: a lógica bipolar opõe duas forças mais relevantes, mas não exclui as forças menores - indo, dessa forma, ao encontro do que havia sido colocado por Oliveira. A bipolaridade era fruto do sistema de turno único, que levava uma força a se aglutinar junto a outras forças menores para derrotar um adversário em comum – o que se refletiu na formação da FD capitaneada pelo PSD para poder enfrentar o PTB. Já nos pleitos proporcionais, prevaleceu a competição pluripartidária, em que todas as agremiações apresentavam seus candidatos. Para os pesquisadores em questão, a literatura anterior ignorou a possibilidade dessa coexistência e não atentou para a diferença entre bipartidarismo e bipolaridade.

E como o PL se inseriu nesse sistema partidário? Não se nega aqui a contribuição das teses clássicas: de fato, a partir de 1950, a competição política no Rio Grande do Sul tendeu a um enfrentamento entre as forças do PTB e um bloco anti-PTB liderado pelo PSD - no qual o PL se incluiu a partir da eleição municipal porto-alegrense de 1951 – em que outras forças partidárias orbitavam ora favoráveis a um, ora

favoráveis a outro. Nesse sentido, é plausível falar em um sistema bipolar, mas discorda-se quando afirma-se um “bipartidarismo de fato”. Tal tese despreza o papel das forças políticas menores, na qual se enquadra não apenas o PL, mas também outras agremiações tais como UDN, PRP, PDC, PSP, MTR, entre outras, que tinham função decisiva naquele sistema para desequilibrar a disputa para um ou outro lado, através de acordos, articulações e formação de alianças tanto eleitorais quanto parlamentares e governamentais. Também trata o sistema de forma homogênea, desdenhando o surgimento de novas agremiações, assim como deixando de lado a importância das eleições proporcionais, como já havia apontado Tavares (1997), especialmente para a Assembleia Legislativa, quando em todas as legislaturas, nem PSD, nem PTB conquistaram maioria absoluta, necessitando buscar alianças junto aos outros partidos que detinham representação naquela casa.

Com relação ao PL, o intuito desse e do próximo capítulo será justamente demonstrar que a sua inserção na Frente Democrática após 1951 não se deu de forma automática. Busca-se retomar, em um primeiro momento, as articulações libertadoras nos primeiros anos, momentos em que o PL tinha proximidade tão somente com a UDN, uma vez que representavam as principais forças antigetulistas do estado, rivalizando não apenas com o PTB, mas também com o próprio PSD. Os pessedistas, naquele instante, ainda tinham proximidade com Vargas e havia se tornado destino dos libertadores que aderiram ao Estado Novo. Ao ponto de o PL construir uma aliança parlamentar com o PTB para introdução do parlamentarismo no Rio Grande do Sul e assim retirar poder do governador eleito naquele ano, o pessedista e ex-libertador Walter Jobim. A partir de 1951, quando o PSD já está, majoritariamente – usando o termo de Miguel Bodea (1992) – “desgetulizado”, passou a haver uma aproximação entre essas forças, no intuito de enfrentar o PTB. No entanto, tal fato não apagou as desconfianças mútuas, chegando a um rompimento parcial nas eleições municipais porto-alegrenses de 1959 e definitivo após as eleições de 1962.

Longe de ser um participante passivo do sistema partidário bipolar entre trabalhistas e antitrabalhistas, o PL sul-rio-grandense articulou, negociou, barganhou dentro desse sistema, mostrando que era ativo nos processos eleitorais ao longo da República Democrática.

#### **4.1. 1946-1950: entre a autonomia partidária, o antigetulismo e o parlamentarismo**

A eleição de 1947, para muitos autores, marcou o ponto decisivo para a reorganização partidária do Rio Grande do Sul. Cánepa (2005, p.113-117) registra que foi nesse pleito que a relação entre Getúlio Vargas e o PSD gaúcho entrou em um ponto de não-retorno. Tal fato se deveu ao compromisso antes assumido por Vargas em apoiar o candidato pessedista, Walter Jobim. No entanto, o PTB fortalecido pelo próprio Vargas, que entregou a reestruturação daquela agremiação, fundada no estado em 1945 por lideranças sindicalistas, nas mãos de políticos profissionais como José Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha, reivindicou o direito à candidatura de Alberto Pasqualini. A intenção de Vargas era uma candidatura unificada entre PSD e PTB, o que acabou se tornando improvável com a exigência petebista. Vargas acabou cedendo e declarando seu apoio a Pasqualini, o que levou ao rompimento dos pessedistas com o seu então líder. Angeli (2020, p.75) relembra que o lançamento de Pasqualini não estava nos cálculos de Vargas, mas que isso não significou que não tivesse havido tentativas de formalizar o acordo, inclusive com a participação de Pasqualini, buscando negociar as condições para o sucesso da aliança. De qualquer forma, as negociações fracassaram, cada partido lançou uma candidatura e Vargas acabou rompendo com setores do PSD do Rio Grande do Sul.

Cabe lembrar que não foram apenas as candidaturas de Jobim e de Pasqualini que concorreram no pleito daquele ano. PL e UDN lançaram conjuntamente Décio Martins Costa como postulante ao governo estadual. A leitura historiográfica sobre essa candidatura cita para uma tentativa de libertadores e udenistas, aliados desde 1945 quando deram suporte à candidatura presidencial do Brigadeiro Eduardo Gomes, de aproveitar essa divisão entre as forças getulistas, ampliando o discurso anti-estadonovista. Nessa direção vão autores como Bodea (1992), Cánepa (2005), Cortés (2007) e Cruz (2010), sendo que os dois últimos lembram que o antigetulismo foi explorado por Martins Costa ao longo de sua campanha eleitoral – ainda que não tenha sido o único tema de campanha do candidato da aliança PL-UDN<sup>484</sup>.

---

<sup>484</sup> Discorda-se aqui parcialmente de Cruz (2010, p.118) quando afirma que o tema da primazia política era o principal de Martins Costa, uma vez que em seu discurso-plataforma, enfatiza diversas vezes o tema da justiça social, apontando a necessidade de resolver questões dos “necessitados”, ainda que dentro de uma perspectiva cristã, buscando afastar o tema do comunismo. O documento dá a entender, na verdade, que o candidato buscava colocar os dois temas – político e social – em um mesmo grau de importância, quando afirma que sua candidatura se baseava em um binômio: representação política e justiça social, subvertendo o lema tradicional libertador, como já referido no capítulo 3. Quanto ao antigetulismo e ao anticomunismo, além do discurso de aproximação com o laicato católico, concorda-se aqui, pois está

De qualquer forma, não parece tão claro que a intenção de PL e UDN ao unirem-se e apresentarem-se como as forças antigetulistas era de se aproveitar da divisão entre pessedistas e petebistas. Como se deu a formação dessa aliança? Era Martins Costa o candidato pensado inicialmente para esse enfrentamento? Gláucio Soares (2001, p.137-138) defende que as alianças eleitorais do período 1945-1964 se formavam a partir de uma racionalidade: eleger o máximo de representantes com o mínimo de esforço<sup>485</sup>. No entanto, essa racionalidade dependia de uma série de fatores: um deles era a informação quanto à conjuntura. No caso específico do PL e da UDN, a união das suas forças provavelmente foi baseada em informações daquele contexto, mas não necessariamente devido a divisão entre os partidos getulistas, uma vez que libertadores e udenistas já vinham analisando nomes antes mesmo da confirmação do fracasso da tentativa de aliança PTB-PSD e das candidaturas de Pasqualini e Jobim.

As primeiras buscas foram anteriores à divisão entre PTB e PSD<sup>486</sup>: a candidatura desejável precisava ter um potencial de votos, que conseguisse atrair o eleitorado e aí é possível que outra informação tenha tido peso na busca por um postulante. As cúpulas libertadora e udenista tinham conhecimento da votação de Eurico Gaspar Dutra no Rio Grande do Sul nas eleições presidenciais de 1945. Havia sido uma vitória avassaladora: o pessedista, possivelmente beneficiado pelo chamado de Vargas para que seus apoiadores votassem nele, teve 73,54% dos votos no estado sulista, contra apenas 18,15% de Eduardo Gomes<sup>487</sup>, candidato apoiado por UDN e PL. A capilaridade dos partidos ditos getulistas era muito alta no Rio Grande do Sul. Não bastava lançar qualquer concorrente. Era preciso um candidato capaz de virar votos.

Possivelmente, dentro desse entendimento que as duas forças partidárias procuraram o professor universitário e então presidente da LEC, Armando Câmara, como noticiou o *Correio do Povo*:

Prosseguem as forças de oposição – libertadores, liberais e republicanos – em suas démarches em torno da escolha de um nome extra-partidário que concorra à presidência do Estado nas próximas eleições de 19 de janeiro. O nome em cogitação é o do sr. Armando Câmara, reitor da Universidade e líder católico do Estado que há muito preside os destinos da Liga Eleitoral

---

presente também na campanha do postulando da aliança PL-UDN. O discurso-plataforma encontra-se em: PARTIDO LIBERTADOR. Discurso-plataforma de Décio Martins Costa. Porto Alegre: Editora Globo, 1946.

<sup>485</sup> Soares (2001, p.169) procura evidenciar que esse não era o único motivo para as alianças, não negando o peso das ideologias, das bases eleitorais, entre outros.

<sup>486</sup> A candidatura de Pasqualini foi oficializada em 11 de novembro de 1946. Já as informações sobre as negociações do PL têm seus primeiros indícios em 18 de outubro do mesmo ano, sendo anteriores à confirmação do insucesso das negociações entre PTB e PSD.

<sup>487</sup> Dados obtidos através de TSE, Repositório de Dados Eleitorais.

Católica, entidade que visa orientar os fieis da igreja no que se refere à escolha de candidatos e que tem por lema “pairar acima dos partidos”. Nos últimos dias, o sr. Raul Pilla, como emissário das oposições, tem se encontrado com o sr. Armando Câmara, nada transpirando sobre a sua decisão em aceitar ou não tal investidura. Ainda ontem, à noite, nada havia de positivo em torno desse assunto, pois até então o sr. Armando Câmara, apesar de não ter aceito, não desiludiu as correntes que insistem na apresentação de seu nome. Sabe-se por fontes extra-oficiais que o presidente da LEC tem se mantido em permanente contacto com proeminentes vultos da Igreja Católica entre nós, possivelmente pensando a resolução que deveria tomar em face do convite expresso pelas oposições.<sup>488</sup>

O excerto da notícia não explicita diretamente, mas nota-se que o interesse era em uma candidatura que tivesse apelo junto ao eleitorado católico. Ainda conseguiria votos anticomunistas, devido a atuação de Câmara na presidência da LEC. Quando da instalação daquela entidade no Rio Grande do Sul, em agosto de 1945, 50 mil pessoas teriam participado do ato, sob sua liderança, em Porto Alegre. O evento, segundo Rodeghero (2017, p.185-188), fazia parte da campanha da LEC contra o comunismo e contra o PCB.

Como já citado no capítulo 3, as lideranças tanto libertadoras quanto udenistas – mesmo aquelas que não tinham uma ligação tão profunda com a igreja, como era o caso de Pilla - perceberam que seria uma jogada que poderia render frutos eleitorais. Já pelo lado de Câmara e dos laicos católicos, podia significar o alcance daquilo que idealizavam: conquista do poder através do jogo político. Era uma candidatura que “pairava os partidos” e que representava os interesses católicos. Não por acaso a matéria relatava que Câmara foi buscar contato com “vultos da Igreja” sobre a possibilidade de aceitar ou não a candidatura.

Todavia, uma semana depois, PL e UDN lançavam uma carta conjunta em que anunciavam a recusa de Câmara – portanto, ainda em meio às negociações entre PTB e PSD, só concluídas em meados de novembro, antes da Convenção do PTB, em 11 de novembro de 1946 (ANGELI, 2020, p.79-81). Nela, os partidos diziam agir com “desambição política” ao tentarem um nome fora dos seus quadros partidários e que visavam “contribuir, dentro de suas possibilidades, para a instituição de um clima de serenidade, confiança e cooperação entre os homens de boa vontade, que colocam acima dos apetites (...) os interesses mais altos do Estado.”<sup>489</sup>. Após elogiar a figura do líder católico, disseram lamentar a decisão, mas a compreendiam. Não há indícios das

---

<sup>488</sup> Tentam as oposições a indicação do sr. Armando Câmara. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10, 18/10/1946.

<sup>489</sup> Declinou do convite o sr. Armando Câmara. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10, 25/10/1946.

alegações de Câmara para a recusa, mas é possível que o próprio Câmara<sup>490</sup> tenha percebido as dificuldades da campanha, mesmo que tivesse de enfrentar as forças getulistas divididas.

Nos dias 5, 7 e 8 de novembro<sup>491</sup>, o CP publicou que a decisão da aliança PL-UDN tendia para a indicação de Décio Martins Costa. O PL havia corroborado outros dois nomes: Edgar Luís Schneider e Orlando da Cunha Carlos, mas ambos recusaram, sobrando para Martins Costa. Nota-se, novamente, que a candidatura foi escolhida antes da definição quanto ao PTB e ao PSD.

Em 10 de novembro foi lançado um manifesto assinado pelos libertadores e pelos udenistas<sup>492</sup>. Nesse manifesto se confirmava que o antigetulismo seria uma das bandeiras da candidatura de Martins Costa: o documento afirmava que as "correntes tradicionais do pensamento político" do Rio Grande do Sul voltavam a se unir para as lutas eleitorais. Solidárias na campanha para "extirpar" a ditadura e restaurar a democracia, os dois partidos sentiam a necessidade de manterem a ação conjunta até a eliminação definitiva do "fenômeno mórbido". Se em 28 de outubro caiu a ditadura, abalada pelo "ímpeto das massas populares sublevadas ao apelo de Eduardo Gomes" e desmantelada pelas Forças Armadas, latentes ainda se mantinham as forças que construíram e mantiveram o Estado Novo. E os que opõem a aliança são os mesmos que "desertaram de seus partidos" e "renegaram compromissos democráticos" para serem antítese desses princípios – uma clara provocação aos ex-libertadores do PSD e ao próprio Pasqualini. O documento seguia dizendo que PL e UDN estavam "revestidos de autoridade" para as eleições. O campo estava demarcado: de um lado sob a bandeira da moralidade pública e responsabilidade administrativa, respeito à justiça e aos direitos dos cidadãos estão as "correntes democráticas". Do lado do "continuismo estadonovista" – petebistas e pessedistas - estavam os vencidos de 29 de outubro<sup>493</sup>.

No entanto, isso não significava que havia muitas esperanças de que um discurso antigetulista conseguiria confrontar PTB e PSD, naquele instante definitivamente

---

<sup>490</sup> Apesar da recusa, Câmara declararia apoio a Décio Martins Costa, como já foi relatado no subcapítulo 3.3. Todavia, já não era mais presidente da LEC naquele instante e sua influência se mostrou insuficiente tanto junto à própria Liga, que recomendou os três candidatos, quanto na capacidade de conquistar votos. Não há indícios, por exemplo, de que seu apoio se fez presente durante a campanha, possivelmente tendo se restringido naquela declaração de voto.

<sup>491</sup> Provável a candidatura de Décio Martins Costa. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 05/11/1946; Será escolhido hoje o candidato das oposições ao governo do Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10, 07/11/1946; Décio Martins Costa e João Carlos Machado candidatos das oposições. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10, 08/11/1946.

<sup>492</sup> Manifesto das Oposições ao Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.24, 10/11/1946.

<sup>493</sup> Referência ao 29 de outubro de 1945, quando Vargas fora derrubado pelos militares.

separados e com candidaturas independentes: a campanha de PL e UDN buscou também falar sobre temas sociais e econômicos<sup>494</sup>, talvez numa tentativa de angariar votações para além do seu eleitorado tradicional. Mas o fato é que a eleição se polarizou entre Jobim – que recebeu ainda o apoio do PRP e do PCB<sup>495</sup> - e Pasqualini: duas candidaturas ainda marcadas pela presença e pelo prestígio de Getúlio Vargas – ainda que o então ex-ditador tenha dado seu apoio apenas ao segundo. No retrato biográfico de Martins Costa feito por Mem de Sá, que se elegeu deputado estadual naquele pleito, o autor citava outro motivo para a candidatura de Martins Costa: evitar que muitos votos libertadores fossem para os ex-integrantes do partido vinculados aos então opositores e garantir coesão do PL:

(...) em 1946, (Décio Martins Costa) aceitou ser candidato do Partido na primeira eleição que se feria para o governo do Estado. Era difícil a situação dos libertadores; difícil para não dizer desesperadora. O Partido Social Democrático (PSD) havia lançado seu candidato, o Doutor Valter Jobim; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) apresentara o dele, Alberto Pasqualini. Por ironia do destino, os dois procediam do Partido Libertador, havendo tomado outros rumos após a queda da Ditadura. Os libertadores, por isso mesmo, não podiam votar nem num, nem em outro (...). Necessitava-se de um candidato capaz de galvanizar as velhas hostes, ainda meio dispersas pelos 8 anos de Estado Novo, evitando que muito voto fosse favorecer o adversário (...). Décio aceitou o sacrifício como se tratasse de uma brincadeira. Estado Maior não faltava a legenda colorada, faltava-lhe tropa que perfaz os batalhões e regimentos. Nada disso importava. Lá se foi Décio, cercado por um grupo de encanizados lidadores, correr o Estado, município a município, comício sobre comício, com a garra e a gana de um candidato certo da vitória. Resultado do pleito? Isso não importava. O que importava era a luta e a sobrevivência do Partido. (SÁ, 1973, p.158).

Apesar da narrativa um tanto romanceada de Sá e, até certo ponto procurando construir a imagem do PL como um partido pequeno e lutador, o fato é de que reconhecia que as chances eleitorais de Martins Costa eram poucas. Mais do que tentar, através da retórica antigetulista, conquistar sufrágios, o que interessava era a manutenção partidária. Mostrar o partido durante a campanha, fortalecendo-o perante o eleitorado e provavelmente colher frutos nos pleitos proporcionais – o PL conseguiu eleger 5 representantes<sup>496</sup> ante os 23 do PTB, 16 do PSD, 4 da UDN, 4 do PRP e 3 do PCB.

<sup>494</sup> Há vários indícios nos materiais de campanha de Martins Costa. Em uma publicação a pedido na imprensa, o material relembra a atuação de Martins Costa em defesa da assistência social quando fora deputado estadual, em 1935. Também há um texto de Mário de Lima Beck em que defende a participação dos trabalhadores no lucro das empresas e critica a ideia do salário mínimo. A pedido: Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, s/p, 22/11/1946.

<sup>495</sup> Sobre a aliança entre PSD e PCB em 1947, ver Bodea (1992), Cánepa (2005), Cortés (2007) e Asturian (2019).

<sup>496</sup> Os deputados eleitos pelo PL em 1947: Edgar Luís Schneider, Carlos de Brito Velho, Mem de Sá, Henrique Fonseca de Araújo e Antônio Maria da Silva Filho. TSE. *Estatísticas Eleitorais*.

Com relação ao resultado do pleito, é interessante notar um importante indício: o resultado eleitoral de 1947 comparado com o da eleição presidencial de 1945. Ambos têm números parecidos entre as candidaturas getulistas e antigetulistas<sup>497</sup>:

**Tabela 18: Eleições para a Presidência da República no Rio Grande do Sul - 1945**

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
<b>Eurico Gaspar Dutra</b>	PSD	447.462	73,54
<b>Eduardo Gomes</b>	UDN + PL	110.444	18,15
<b>Yedo Fiúza</b>	PCB	50.199	8,25
<b>Mário Rolim Telles</b>	PAN	341	0,06
<b>TOTAL</b>		608.446	100

Fonte: TSE, *Repositório de Dados Eleitorais*

**Tabela 19: Eleições para governador do Rio Grande do Sul – 1947**

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
<b>Walter Jobim</b>	PSD/PRP + PCB	229.129	42,17
<b>Alberto Pasqualini</b>	PTB	209.164	38,49
<b>Décio Martins Costa</b>	PL/UDN	105.062	19,34
<b>TOTAL</b>		543.355	100

Fonte: TSE, *Repositório de Dados Eleitorais*

Ainda que seja apenas um indício e desconsidere outros fatores, tais como as diferenças qualitativas entre uma eleição presidencial e uma governamental estadual, a distribuição geográfica dos votos etc., é interessante notar a similaridade entre as votações relativas. Dutra obteve, no Rio Grande do Sul, 73,54% dos votos, enquanto Jobim e Pasqualini, juntos, somaram 80,66%. Se considerarmos, hipoteticamente, que o apoio do PCB levou votos para Jobim, pode-se somar a votação de Dutra à obtida por Yedo Fiuza, candidato comunista presidencial. Nesse caso, tem-se 81,79% ante os 80,66%. Ou seja, desse número, é possível que em torno de 7% ou 8% sejam votos comunistas, enquanto o restante eram votos de getulistas<sup>498</sup>. Já os números das candidaturas antigetulistas – Gomes em 1945 e Martins Costa em 1947 – são também bastante aproximados: o primeiro obteve, no estado gaúcho, 18,15%, enquanto o segundo, 19,34%. Em resumo, seria bastante complicado para os antigetulistas sul-riograndenses reverter um quadro que era muito favorável às forças oriundas do getulismo.

<sup>497</sup> Em ambas as tabelas não constam os dados dos votos brancos e nulos, pois na fonte utilizada não consta a informação. Dessa forma optou-se por considerar apenas os sufrágios dados aos candidatos dos pleitos. Tal padrão se repetirá nas outras tabelas eleitorais aqui apresentadas.

<sup>498</sup> Cortés (2007, p.196) lembra que de forma alguma Jobim podia ser considerado antigetulista. Ao contrário, Jobim procurou evitar qualquer crítica ao prócer trabalhista durante a campanha, mesmo que tivesse perdido o seu apoio explícito.

Em suma, o PL no pleito de 1947, com o suporte da UDN, estava mais interessado em fortalecer a agremiação, pensando nas eleições seguintes e tentar eleger uma bancada na assembleia estadual, usando a visibilidade de uma campanha estadual. Sá não diz explicitamente isso, mas parece que havia uma racionalidade eleitoral no sentido de dar uma vitrine ao partido através da campanha eleitoral.

É difícil supor que tivessem alguma pretensão de superar as forças políticas getulistas, mesmo com a divisão delas. Se houve essa pretensão, se deu ainda antes da confirmação do rompimento de PTB e PSD, quando tentou-se atrair o líder católico Armando Câmara para ser o postulante antigetulista. Tampouco há indícios de aproximação dessas forças junto ao PSD nesse momento, justamente porque o PSD estava ainda muito atrelado a Vargas e os ressentimentos da cúpula libertadora ainda eram latentes desde o episódio da Advertência, em 1945. Mesmo o rompimento de 1947 entre PTB e PSD não significou aproximação automática entre libertadores e pessedistas. Ao contrário, após o pleito, com a vitória de Jobim, o PL vai aliar-se ao PTB no parlamento estadual, pois ambos tinham um adversário em comum naquele momento: o PSD.

Duverger (1970, p.366-367) cita que as alianças parlamentares têm como objetivo unir partidos a favor e/ou contra o governo. Tais alianças, diz ainda esse cientista político, não necessariamente refletem as alianças eleitorais: muitas vezes um partido vencedor precisará buscar apoios em outras bancadas que não participaram diretamente da coalizão eleitoral vencedora. Por outro lado, os partidos derrotados podem ter tido candidaturas diferentes, mas unirem-se no parlamento para atuar em oposição aos vencedores do pleito – o que ele chama de “aliança negativa” (DUVERGER, 1970, p.367). Em suma, as alianças eleitorais nem sempre coincidem com as parlamentares.

Nesse sentido, torna-se compreensível a aliança formada em maio de 1947 entre PTB e PL na Assembleia Legislativa sul-rio-grandense, visando unir forças para inserir o parlamentarismo no Rio Grande do Sul nos trabalhos constituintes. O assunto foi pouco explorado pela historiografia clássica, que quando aborda o episódio, interpreta-o como uma estratégia política trabalhista para esvaziar o poder do governador eleito, Walter Jobim. Já a participação dos libertadores seria apenas para colocar em prática o antigo sonho de Raul Pilla: o sistema parlamentar de governo, ao menos no nível

estadual<sup>499</sup>. Para Cortés (2007), por exemplo, o PTB agiu sem muita “consistência ideológica”, mas garantia, com o sistema parlamentarista, o controle sobre o governo estadual, uma vez que, por ser majoritário, teria direito à escolha dos membros do governo. Já o PL realizava seu “sonho impossível”: “(...) uma constituição parlamentarista gaúcha; embora para consegui-lo, o antivarguista PL tivesse de entregar o controle do estado ao PTB pró-Vargas”. (CORTÉS, 2007, p.201).

Miguel Bodea (1992) seguiu a mesma linha: o acordo garantia poder ao PTB, enquanto para o PL significava o “velho sonho de implantar o parlamentarismo, pelo menos ao nível regional”. Apontava ainda o “paradoxo” da aliança entre o getulista PTB e o “mais antigetulista dos partidos gaúchos” (BODEA, 1992, p.59). Mesmo atores políticos envolvidos na trama usavam desse argumento. Daniel Krieger<sup>500</sup>, à época deputado estadual da UDN, relatou em suas memórias que “a representação do PL, por convicção, e a do PTB, por manobra política, uniram-se e apresentaram uma emenda parlamentarista ao projeto (constituente)”. (KRIEGER, 1976, p.71). Tal leitura, possivelmente, estava ligada à boa relação que UDN e PL tinham no Rio Grande do Sul, enquanto o PTB era o principal adversário. Dessa forma, na lógica do udenista, o partido aliado agiu ideologicamente, enquanto a agremiação antagonista apenas preocupou-se com o acesso ao poder.

A grande questão de tais análises é que ignoravam que o PL, enquanto uma agremiação partidária, também tinha interesse em acessar o poder para a manutenção ou transformação do mundo social (BOURDIEU, 1989, p.174). Ainda que com menor força, era partícipe de uma aliança que visava excluir do poder o rival daquele momento, o PSD, e acessá-lo como sócio minoritário de uma aliança com os trabalhistas<sup>501</sup>. Embora pudesse causar estranheza essa aproximação, ela tinha uma

---

<sup>499</sup> Ressalta-se que, recentemente, Diego dos Santos (2022) elaborou um trabalho aprofundado sobre o debate em torno do parlamentarismo durante a Assembleia Constituinte de 1947, não só citando as alianças formadas, mas toda a discussão parlamentar, reconstruindo e analisando as alianças e os debates. Trata-se de uma obra atualizada sobre o tema, com análise de fontes até então pouco usadas e que escapa das armadilhas dos estudos clássicos.

<sup>500</sup> Daniel Krieger (1909-1990) foi deputado estadual constituinte entre 1947 e 1951 e senador entre 1955 e 1979, sendo eleito duas vezes pela UDN, nos pleitos de 1954 e 1962 e uma pela ARENA, em 1970. Foi aliado de Flores da Cunha durante o período em que esse governou o Rio Grande do Sul como interventor e governador, entre 1931 e 1937 e em 1945, seguiu com ele participando da criação da UDN no Rio Grande do Sul. Era formado em Direito e atuou durante os anos 1930 como promotor público no município de Santo Antônio da Patrulha. Também exerceu outras atividades públicas no período em órgãos como o Banco do Estado do Rio Grande do Sul e o Instituto de Previdência do Estado. Retirou-se da vida pública em 1978, logo que encerrou seu último mandato no Senado Federal. Sobre Krieger, ver *DHBB*, FGV. Verbete: Daniel Krieger e seu livro de memórias, *Desde as missões...* (1970).

<sup>501</sup> Nesse sentido, a leitura de Flávio Heinz (2005, p.17) sobre o episódio apresenta melhor a complexidade do acordo PTB-PL: para ele, foi, de ambas as partes, uma negociação fruto de oportunismo

lógica e uma racionalidade, pois para ambos o partido que ocupava o governo era um adversário em comum. Recém havia encerrado um pleito em que PTB e PSD acabaram adotando caminhos diferentes, mas que não havia ainda clareza de qual rumo tomariam dentro do sistema partidário. Logo, os partidos ainda tateavam suas posições na disputa política, algo que só se tornaria mais evidente a partir de 1950, quando o grupo majoritariamente antigetulista do PSD sul-rio-grandense consolidará sua força interna e se aproximará das outras forças antigetulistas, dentre as quais estava o próprio PL (BODEA, 1992; CORTÉS, 2007, CÁNEPA, 2005).

Para entender tal aliança, é preciso retomar os resultados da eleição de janeiro de 1947. Nela, Walter Jobim, do PSD e apoiado por PRP e PCB, vencera o pleito contra Alberto Pasqualini (PTB) e Décio Martins Costa (PL-UDN). No entanto, como já referido anteriormente, o PTB fora o grande vitorioso nas eleições proporcionais<sup>502</sup>, na Assembleia Legislativa, o PTB elegeu 23 deputados estaduais, contra 16 do PSD, 5 do PL, 4 da UDN, 4 do PRP e 3 do PCB. A diferença em favor do PTB havia sido o mecanismo de sobra, incluído na lei eleitoral de 1945, em que o partido com mais votos nas eleições proporcionais, ficava com todas as vagas remanescentes após a divisão do quociente eleitoral<sup>503</sup>.

Ainda que estivesse exercendo o governo, o PSD teria dificuldades em relacionar-se com o Poder Legislativo. Uma junção com outro opositor, o PL, já deixaria as forças do governo com minoria no parlamento estadual, uma vez que conseguiria, no máximo 27 parlamentares, enquanto a união PTB-PL somaria 28 deputados estaduais. E tudo indicava que esses dois partidos não pretendiam facilitar a atuação governamental. Tal situação somava-se ao fato de que o parlamento escolhido naquele pleito teria a tarefa de elaborar a nova constituição estadual, dando seguimento, nas unidades federativas, ao processo de constitucionalização do Brasil pós-Estado Novo, iniciada com a aprovação da Constituição Federal, em setembro de 1946.

Já no mês de janeiro, dias após a eleição, era noticiada a possibilidade da instituição do sistema parlamentarista no estado: o *Correio do Povo* relatava, em 29 de

---

e conveniência política: para o PL devido ao tema do parlamentarismo, mas também porque poderia ter outros benefícios aliando-se aos trabalhistas, que por sua vez, enfraqueceriam Jobim e teriam acesso e controle do governo.

<sup>502</sup> PTB também venceu o pleito para o Senado Federal, que, embora elegeisse um representante parlamentar, é feita pelo sistema majoritário, em quem tem mais votos é o vencedor. O eleito fora Salgado Filho.

<sup>503</sup> Segundo Mercedes Cánepa (2005, p.125), o PSD gaúcho tentou impetrar um mandado de segurança junto ao TSE, alegando que o artigo 134 da Constituição Federal aprovada em 1946 alterava a aplicação do mecanismo de sobras. No entanto, o Tribunal Eleitoral rejeitou o recurso.

janeiro, que o tema era debatido entre parlamentares sul-rio-grandenses, uma vez que havia boatos de negociações com os deputados estaduais eleitos de PTB e PL para a inclusão do sistema na Assembleia Constituinte<sup>504</sup>. Curiosamente, o deputado federal Adroaldo Mesquita da Costa, do PSD, defendia que a Constituição garantia aos estados autonomia para definirem seus sistemas de governo. Alguns dias depois, foi a vez de um petebista se manifestar. E não era qualquer petebista: era o ex-presidente e então senador eleito Getúlio Vargas. Para ele, sendo a Constituição Federal de cunho presidencial, os estados deveriam seguir obrigatoriamente o modelo nacional<sup>505</sup>. Foi a única manifestação de Vargas sobre o tema, ao menos a única encontrada. Quem assumiu a liderança das negociações, de fato, fora o candidato derrotado petebista ao governo estadual, Alberto Pasqualini, junto ao também derrotado libertador Décio Martins Costa. Ressalta-se que tais conversas surgiam antes mesmo do encerramento da apuração dos votos do pleito de 19 de janeiro, o que indicava que já existiam rumores nos bastidores mesmo antes do fim do pleito, visando dar continuidade à disputa política no campo parlamentar.

Aparentemente, a discussão esfriou nos meses de fevereiro e março. No dia 10 de março, a assembleia constituinte tomou posse<sup>506</sup>, tendo eleito para presidente da mesa diretora um deputado libertador: Edgar Luís Schneider. A votação encerrou-se com 32 votos para Schneider e 23 para Egydio Michaelsen, candidato do PTB, o que indicava, primeiro, que os trabalhistas ficaram isolados, pois apenas a sua bancada votou em seu candidato, enquanto todas as outras se juntaram em torno do libertador<sup>507</sup> e, segundo que, ao menos em relação à escolha da mesa diretora, PL e PSD estavam próximos. Duas semanas depois, no dia 26 de março, era a vez de Walter Jobim tomar posse como governador eleito (DUARTE, 2003, p.25).

A partir de abril que as discussões sobre o tema se tornaram mais intensas, especialmente dentro da Comissão Constitucional, responsável pela elaboração do projeto constitucional a ser submetido aos deputados no plenário (DUARTE, 2003, p.73). Ao ser debatido o capítulo referente ao Poder Executivo, em torno de uma

---

<sup>504</sup> Pode o Rio Grande ter uma Constituição Parlamentarista? *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8, 29/01/1947.

<sup>505</sup> Afirma o Sr. Getúlio Vargas: “O Estado não pode votar uma Constituição de fundo parlamentar, quando a Constituição Federal é de fundo eminentemente presidencial”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10, 31/01/1947.

<sup>506</sup> Com poderes constituintes, instalou-se, ontem, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12, 11/03/1947.

<sup>507</sup> Foi eleito presidente da Assembleia o deputado Edgar Luiz Schneider, do Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12, 11/03/1947.

emenda do PL pela adoção do parlamentarismo, 7 dos 9 parlamentares da Comissão votaram pela manutenção do presidencialismo, alegando, em linhas gerais, incompatibilidade de um regime parlamentarista estadual quando a Carta Magna federal era presidencialista. Nesse primeiro momento, o PL estava praticamente isolado, embora tenha contado, para além do voto do libertador Henrique Fonseca de Araújo, com o voto do representante comunista do órgão, Antônio Pinheiro Machado Neto, que se declarou “simpático ao sistema parlamentar”<sup>508</sup>. No entanto, os outros membros, vinculados aos partidos PSD, PTB, PRP e UDN, rejeitaram a ideia.

Líder da bancada libertadora, Mem de Sá ocupou o plenário para discursar em favor do sistema parlamentarista<sup>509</sup>. Na sua perspectiva, os constituintes federais foram omissos ao não aprovarem uma emenda apresentada pelo deputado federal Hermes Lima (UDN). Nela, Lima pretendia deixar explícito no texto constitucional que o termo “harmonia e independência dos poderes” se referia ao presidencialismo. Ao rejeitá-la, abria-se as portas, na interpretação de Sá, para que os estados adotassem sistemas diferentes do praticado em nível federal. O líder libertador voltou ao plenário em 29 de abril<sup>510</sup> e ali sofreu alguns apertes, especialmente vindos do líder trabalhista José Diogo Brochado da Rocha, em que criticava essa perspectiva do libertador.

O interesse aqui não é debater as possibilidades jurídicas para que o sistema fosse implantado, mas como as agremiações, especialmente o PL e PTB, instrumentalizaram o debate constitucional para aliar-se em torno do parlamentarismo e assim acessar aos recursos de poder. Do outro lado, o PSD – partido do governador – fazia o mesmo, mas no sentido contrário, qual seja, para garantir a manutenção do seu poder. Os artigos e as emendas certamente eram armas na luta simbólica entre pessedistas e petebistas-libertadores. As palavras, lembra Offerlé (1987, p.77-78), também estão em jogo na luta política. O que estava em disputa era a possibilidade de acessar o poder político, e por consequência, os seus recursos.

É nesse sentido que se dará a aproximação entre o PL – que ainda não era programaticamente parlamentarista, tal mudança ocorreria no Congresso partidário de

---

<sup>508</sup>Comissão Constitucional: mantido por 7 votos contra 2, o regime presidencialista para o Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 03/04/1947.

<sup>509</sup>Assembleia Legislativa Estadual: Inaugurando o debate da matéria constitucional, dissertou longamente o líder libertador sobre a tese parlamentarista. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10 e 4, 09/04/1947.

<sup>510</sup>Assembleia Legislativa Estadual: Como era esperado, a questão parlamentarismo-presidencialismo vem constituindo o maior atrativo dos debates constitucionais. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12 e 5, 30/04/1947. O discurso e os apertes também constam em Duarte (2003, p.171-196).

julho daquele ano, portanto, após o episódio da Assembleia Constituinte<sup>511</sup> – e o PTB, que através das falas do seu líder, demonstrava até então posição favorável ao presidencialismo. O relato de Mem de Sá sobre os movimentos dessa aliança é bastante elucidativo:

A grande luta, porém, travou-se em torno da emenda parlamentarista oferecida pelos representantes do Partido Libertador  
 Nós havíamos redigido por imposição doutrinária, em cumprimento do nosso programa e da disciplina moral, posto que sem ilusões quanto ao seu destino.  
 (...)  
 Aconteceu, porém, o que não prevíamos: como o governador fosse o Sr. Valter Jobim, respeitado dirigente e fundador do PSD, começamos a perceber inclinações indisfarçadas, da bancada do PTB, no sentido de apoiar nossa emenda.  
 Seria manobra magistral para arrebatarmos a vitória do adversário, forçando o Sr. Valter Jobim a presidir o Estado sem governá-lo. A composição da Casa assim permitia, pois, somados os 23 votos petebistas aos 5 libertadores, chegava-se aos 28 que eram maioria absoluta do total de 55 deputados. Logicamente a esta composição passaria a direção política e administrativa do Estado (SÁ, 1981, p.113).

Percebe-se algumas questões nesse excerto das memórias de Sá: primeiro, seja por lapsos de memória, seja intencional, Sá diz que a defesa do parlamentarismo se dava em cumprimento ao programa partidário. No entanto, como já referido, o programa libertador ainda não era parlamentarista. Segundo, a fala de Sá denota que a aproximação com o PTB foi recíproca. Os libertadores tinham interesse no parlamentarismo e perceberam que o PTB via nessa proposta uma chance de limitar os poderes de Jobim e, mais, tomar a direção política estadual. Terceiro e último: Sá cita que os libertadores ficariam como sócio minoritário na possível administração parlamentar, pois seria exercido pela aliança. Portanto, longe do interesse do PL ser apenas o parlamentarismo, o que o partido também focava era em estar presente no governo, ainda que com papel reduzido pois dispunha de menos deputados/recursos na aliança.

No dia 30 de abril, a imprensa destaca que havia boatos quanto a uma possível revisão de posição dos trabalhistas: o *Correio do Povo*, por exemplo, era enfático ao tratar o tema, afirmando, em suas páginas, que o PTB estava entre o presidencialismo e o parlamentarismo<sup>512</sup>. A matéria afirmava que vinha ocorrendo reuniões ora na casa de Alberto Pasqualini, ora na de José Loureiro da Silva, sendo que a última, no dia 28

<sup>511</sup> Ainda que houvesse uma predominância, naquele instante, de parlamentaristas no partido, e que caminhavam para a afirmação, de fato, no programa partidário desse sistema de governo, como demonstrado no subcapítulo 3.1. Todavia, é equivocado afirmar que o programa libertador fosse declaradamente parlamentarista, pelo menos até o Congresso de julho de 1947.

<sup>512</sup> Parlamentarismo e presidencialismo: Entre as duas formulas balançam os trabalhistas, mas nada ainda ficou resolvido. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12, 30/04/1947.

daquele mês, havia sido na casa do último, com a presença dos dois já citados, José Vecchio e alguns deputados estaduais do partido. Ficou decidida a criação de uma Comissão para o estudo do assunto e que no plenário o partido votaria de forma coesa no que fosse decidido. Em outras palavras, fecharia questão e votaria em bloco em um dos sistemas. Negava-se ainda que houvesse negociações com o PL e o PCB, mas sim, conversas individuais com deputados simpatizantes tanto de um como do outro sistema. O *Jornal do Dia*, por sua vez, tratava com desdém esses bastidores e chamou de boato a possibilidade de o PTB votar pelo sistema parlamentarista<sup>513</sup>. Não negava que o assunto foi objeto de discussão partidária, citando a formação da comissão, mas ironizava a presença de Pasqualini, José Diogo Brochado da Rocha, João Nunes de Campos e Egydio Michaelson nesse órgão partidário<sup>514</sup>, pois os quatro, segundo o texto jornalístico, “(...) já estudaram o assunto suficientemente, presidencialistas ferrenhos que são... Portanto...”<sup>515</sup>.

Todavia, os passos seguintes mostrariam que não se tratava de um simples boato: já em 3 de maio, o Diretório Regional do PTB autorizou a bancada estadual trabalhista a votar favoravelmente ao parlamentarismo<sup>516</sup>. Não significava necessariamente que os parlamentares eram compelidos a fechar questão, mas indiretamente indicava esse caminho. Tanto que determinou uma nova comissão, dessa vez para entrar em entendimentos visando a aprovação da resolução. O comitê teria como membros Alberto Pasqualini, José Loureiro da Silva e José Vecchio. Eram três lideranças petebistas incontestes naquele momento: Pasqualini era egresso da União Social Brasileira (USB) e havia sido o candidato derrotado no pleito de janeiro daquele ano; Loureiro da Silva havia sido fundamental para a organização do partido no estado, a pedido de Vargas; e Vecchio era um dos fundadores do PTB estadual e integrante da chamada “corrente sindicalista”. O que denotava que havia o interesse dos trabalhistas nessa articulação.

Dois pontos merecem atenção aqui: como já citado, os trabalhos e mesmo as memórias da época costumam definir a atuação trabalhista voltada para o poder pura e simplesmente e a libertadora, por princípios ideológicos. Ignorou-se que o PL também

---

<sup>513</sup> O parlamentarismo do PTB é apenas um boato e nada mais. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.8, 30/04/1947.

<sup>514</sup> Além deles, Loureiro da Silva era membro da comissão. Dos cinco membros, apenas Loureiro da Silva e Pasqualini não eram deputados estaduais.

<sup>515</sup> O parlamentarismo do PTB é apenas um boato e nada mais. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.8, 30/04/1947.

<sup>516</sup> A bancada trabalhista na Assembléia foi autorizada, pelo diretório do partido, a votar pela instituição de um regime parlamentar no estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10, 03/05/1947.

via a ideia como uma porta de entrada às salas de poder, para além da preferência por determinado sistema de governo. Da mesma forma, o PTB tinha entre os seus deputados defensores do parlamentarismo, o que também foi rechaçado nas análises anteriores e recorrentemente lembrado na imprensa<sup>517</sup>. Ainda que a decisão tenha sido motivada possivelmente mais por interesses do jogo político, não se pode descartar que alguns petebistas agiram também por princípios ideológicos, uma vez que o programa do PTB não tinha questão fechada quanto ao tema, e o partido abarcava filiados defensores de ambos os sistemas - ainda que majoritariamente houvessem presidencialistas.

Outra questão é o protagonismo de Alberto Pasqualini nas negociações: recentemente, várias produções acadêmicas<sup>518</sup> tem sublinhado que, embora Pasqualini tenha sido reconhecido como o “teórico do trabalhismo”, aquele integrante mais interessado em construir uma base ideológica partidária do que propriamente em atuar como ator político, ele também exercia protagonismo nos bastidores do jogo político e sabia usar seus capitais e recursos – dentre os quais a própria imagem de “doutrinador”. No caso da articulação PTB-PL vemos novamente essa ação, em que Pasqualini insere-se como um dos articuladores do acordo, primeiramente dentro do PTB e, em seguida, junto ao PL. Há de se ter ainda em consideração o fato de que Pasqualini tinha contato com muitos libertadores como Raul Pilla, Décio Martins Costa e Mem de Sá, entre outros, uma vez que eram correligionários durante os anos 1930, quando o petebista havia militado no “velho” PL.

O tema esquentava nas rodas políticas, com o PTB próximo de definir posição e o PL iniciando consultas<sup>519</sup>. Por outro lado, o PSD, dono da segunda maior bancada no parlamento sul-rio-grandense, se posicionava contrariamente, por entender que se tratava de uma forma de privar poderes do governador Jobim, exemplificada pela ideia de impor como artigo constitucional uma espécie de “transição” de regime, no qual Jobim estaria impossibilitado de dissolver a Assembleia, mas essa poderia dar voto de desconfiança contra o Poder Executivo. O artigo valeria até 1951, quando a eleição

---

<sup>517</sup> Segundo matéria do *Correio do Povo*, militavam no PTB presidencialistas, parlamentaristas radicais e moderados. Vitoriosos os Parlamentaristas! *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10, 10/05/1947.

<sup>518</sup> Nesse sentido, destacam-se principalmente os trabalhos de Diego Orgel Dal Bosco Almeida (2015) e Douglas Souza Angeli (2020). O último, por exemplo, destaca que Pasqualini observou, após a sua derrota em 1954, que era necessária as alianças eleitorais. Um bom exemplo de que sua atuação ia muito além da doutrinação trabalhista e que inclusive percebia a necessidade de ceder em posições ideológicas visando melhores resultados eleitorais (ANGELI, 2020, p.220).

<sup>519</sup> Parlamentarismo ou Presidencialismo? *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10 e 4, 07/05/1947.

definiria um governo no regime parlamentar clássico<sup>520</sup>. Os pessedistas ganharam o apoio das bancadas da UDN e do PRP. Já o PCB seguia uma incógnita

A bancada do PTB confirmaria seu apoio ao sistema parlamentar no dia 9 de maio<sup>521</sup>. Segundo Bacchieri Duarte (2005, p.219), a decisão foi de 12 votos favoráveis e 9 contrários ao sistema, com 2 ausências. Definiu-se ali que três deputados - João Nunes de Campos, Odílio Martins de Araújo e Unírio Machado - ficariam responsáveis pela negociação com o PL, visando encontrar:

(...) a fórmula que atenda a todos os aspectos – político, doutrinário e partidário – comuns às duas bancadas, estabelecendo-se um liame que assegure o êxito da experiência parlamentarista a ser tentada pela primeira vez no Brasil republicano, e atenda às conveniências, os interesses e os princípios de cada partido, tendo sempre em conta, sobre tudo, como nos disse um representante, “o bem do Estado”.<sup>522</sup>

Um dia antes, o PL havia se reunido: além do Diretório Estadual, estava presente o chefe nacional, Raul Pilla, além dos cinco deputados estaduais do partido<sup>523</sup>. Ali também se decidiu pelo apoio à emenda parlamentarista, sendo o discurso da defesa da tese encabeçada pelo líder da bancada, Mem de Sá. Com essas tomadas de posições, não havia mais obstáculos para a negociação entre petebistas e libertadores.

Não por acaso, Raul Pilla e Alberto Pasqualini dividiram uma entrevista ao CP<sup>524</sup>. Ambos falavam sobre os benefícios do sistema e rechaçavam as teses de inconstitucionalidade ou de intervenção federal<sup>525</sup>. No entanto, chamava a atenção a fala de Pasqualini: para ele, o parlamentarismo era a tendência do futuro, sendo necessária a decisão, pois da forma como estava organizada as atribuições dos poderes, o PSD teria dificuldades para governar, pois seria minoria com apenas 16 deputados. Defende que a intenção do PTB era o “ajustamento dos dois poderes (legislativo e executivo)” e não apenas “apossar-se do poder”. Embora houvesse um objetivo ideológico, havia também o de interesse do jogo político. O governo seria melhor realizável com uma maioria, possível com a aliança PTB-PL, o que excluiria o PSD, que era o detentor do Poder Executivo estadual. Pilla, em sua fala, não descartava a ideia de formar o gabinete ao lado dos petebistas, o que demonstra que o acesso aos recursos políticos que a máquina estatal oferecia também atraía os libertadores naquele acordo.

<sup>520</sup> Parlamentarismo ou Presidencialismo? *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10 e 4, 07/05/1947.

<sup>521</sup> Vitoriosos os Parlamentaristas! *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10, 10/05/1947.

<sup>522</sup> Vitoriosos os Parlamentaristas! *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10, 10/05/1947.

<sup>523</sup> Define-se o Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10, 09/05/1947.

<sup>524</sup> Responde o sr. Raul Pilla a oito questões fundamentais/ Parlamentarismo ou presidencialismo: eis a questão. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.24 e 5, 11/05/1947.

<sup>525</sup> Discutia-se a possibilidade de caso aprovado o parlamentarismo, o governo federal, liderado pelo pessedista Eurico Gaspar Dutra, declarar intervenção federal no Rio Grande do Sul.

O acordo – ou convênio, como foi chamado pela imprensa - se consumou no dia 14 de maio<sup>526</sup>. Nele, PTB e PL definiram que iam apresentar, em conjunto, uma emenda substitutiva parlamentarista à Comissão Constitucional. Mais, concordavam com um programa de governo<sup>527</sup> e que a escolha do secretariado caberia à aliança. Não excluía, ainda, a inserção de novos aliados, desde que respeitada a proporcionalidade da Assembleia, mas que essa participação era condicionada à aprovação das bancadas trabalhistas e libertadoras e à adesão dos ingressantes ao programa já determinado. Em suma, havia já uma ideia de administração entre os dois partidos. Além da realização do “sonho parlamentarista”, o PL também seria parte integrante de um governo. Aliás, o acordo só foi possível com a existência desses pontos.

Mem de Sá, em entrevista ao *Jornal do Dia*, afirmou que o PL concordara com o programa proposto pois as sugestões trabalhistas “visavam matéria programática de alto interesse social, não tendo o PL restrições de qualquer natureza para dar-lhes seu franco e total apoio”<sup>528</sup>. Dessa forma, é possível dizer que havia convergências programáticas, que possibilitaram o convênio. Tanto um lado quanto o outro ganhavam com a negociação, tanto ideologicamente, quanto pragmaticamente. Naquele jogo dentro do espaço político sul-rio-grandense, PL e PTB saíam ganhando recursos e acesso ao poder e o grande perdedor seria o PSD, que por essa razão passou a tentar impedir a concretização dele.

Além dos deputados estaduais do bloco PL-PTB, participaram da assinatura do acordo Loureiro da Silva e Pasqualini, do lado trabalhista, e Martins Costa, presidente em exercício do diretório estadual libertador. As fotografias publicadas na imprensa denotam a satisfação das lideranças partidárias com a negociação. Contudo, conforme Solange Lima e Vânia Carvalho (2012, p.42-43), as fotografias não podem ser compreendidas como verdades, mas sim, como indicadores, passíveis de interpretação devido a interação entre o produtor da imagem e o referente. Mais, a fotografia é também um discurso, um produto cultural e ideológico. A sua veracidade é uma construção e um marcador social. Uma fotografia, dessa forma, não é desinteressada, pois está vinculada a um meio social e aos interesses existentes nesse meio.

---

<sup>526</sup> Firmado ontem, pelas bancadas do P.T.B. e do P.L., o convênio para a implantação do governo parlamentar no Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 15/05/1947.

<sup>527</sup> Além do programa estabelecido entre PTB e PL, a matéria do *Correio do Povo* publicou a íntegra da emenda substitutiva a ser apresentada pelas duas bancadas. Será assinado hoje, pelas bancadas do P.T.B e do P.L. o convênio para a instituição do governo parlamentar no estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10, 14/05/1947.

<sup>528</sup> As negociações entre o PL e o PTB chegaram a bom termo. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.8, 14/05/1947.

Aos deputados e lideranças partidárias envolvidas, interessava vender a ideia de um acordo bem-sucedido. Também interessava apresentar a centralidade dos articuladores da negociação: ao posarem os deputados, em sua maioria, em pé, em torno da mesa em que estavam sentados Loureiro da Silva, Martins Costa e Pasqualini denotava a importância desses três para o sucesso do acordo, conforme mostra a fotografia publicada no *Jornal do Dia* e reproduzida no livro sobre o episódio de Bachieri Duarte (2005):

**Figura 7: Foto da reunião que selou o acordo entre as bancadas do PTB e do PL em 14/05/1947**



Fontes: Duarte (2005, p.609); *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.8, 15/05/1947.

Já nas fotografias publicadas no CP, o destaque central coube as lideranças das bancadas, que também tiveram papel ativo nas articulações. Em uma delas, é possível observar Mem de Sá assinando o convênio, à esquerda do deputado petebista João Nunes de Campos, sob o olhar dos outros presentes, que, segunda a legenda da foto, não escondiam a satisfação pelo “importante acontecimento”<sup>529</sup>:

<sup>529</sup> Firmado ontem, pelas bancadas do P.T.B. e do P.L., o convênio para a implantação do governo parlamentar no Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 15/05/1947.

**Figura 8: João Nunes de Campos (PTB) e Mem de Sá (PL) assinam o convênio PTB-PL pela adoção do parlamentarismo em 14/05/1947**



Fonte: *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 15/05/1947.

Todas essas fotografias procuravam mostrar o que era de valia para os atores políticos envolvidos, e logicamente nelas não eram visíveis aqueles que não concordavam com a aliança libertadora com o trabalhismo. Alegando motivações ideológicas – a luta contra o Estado Novo, representada pela figura de Vargas, líder incontestado do PTB, à qual o PL costumava recorrer para distinguir-se como um partido democrata e liberal – ou mesmo de princípios quanto o sistema de governo – havia ainda presidencialistas dentro do PL, como já dito no capítulo 3 – muitos membros do PL deixaram a legenda. Figuras históricas do partido desertaram naquele instante como Raimundo Gonçalves Viana<sup>530</sup>, que em carta à Décio Martins Costa, publicada na imprensa<sup>531</sup>, alegava incompatibilidade com a fórmula política acordada entre PL e PTB, subentendendo pertencer ao grupo presidencialista libertador. Já Omar de Araújo Jacques, à época diretor da Procuradoria Fiscal do estado, desligou-se do PL e filiou-se a UDN<sup>532</sup>.

<sup>530</sup> A matéria o trata apenas como Professor Gonçalves Vianna, todavia, Dal Forno (2020, p.100-101) lista dois indivíduos com esse sobrenome como integrantes da cúpula do PL entre 1928 e 1933: João Gonçalves Vianna Filho e Raimundo Gonçalves Vianna. O primeiro faleceu em 1934 (MONTARDO, 2009). Já o segundo, apenas em 1969, de acordo com as *Memórias Médicas* do MUHM. Além disso, era professor da Faculdade de Medicina, o que condiz com o tratamento dado a ele na publicação do *Correio do Povo*, o que nos leva a crer que se trata desse sujeito. Sobre João Gonçalves Vianna Filho, ver Rubens Montardo (2009). Disponível em: <https://tribunadeuruguaiana.blogspot.com/2009/04/goncalves-vianna.html>. Acesso em 23/08/2022. Sobre Raimundo Gonçalves Vianna, ver MUSEU DE HISTÓRIA DA MEDICINA DO RIO GRANDE DO SUL. *Memórias Médicas*. Verbete: Raimundo Gonçalves Viana. Disponível em: <https://www.muhm.org.br/biografiasmedicas/biografia?id=1560>. Acesso em: 23/08/2022.

<sup>531</sup> Desliga-se do P.L. o Professor Gonçalves Vianna. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.4, 17/05/1947.

<sup>532</sup> Desligou-se do P.L. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12, 29/05/1947.

Já Álvaro Barcellos Ferreira<sup>533</sup> e Paulo Tibiriçá<sup>534</sup> deixaram a legenda por não virem com “bons olhos a aproximação entre a sua corrente partidária e a trabalhista”<sup>535</sup>. Depois de encerrado o episódio do parlamentarismo, já no Congresso Partidário de julho de 1947, outra liderança, mencionando a aliança com o PTB como motivo para o rompimento, deixava a agremiação<sup>536</sup>. Tratava-se de Carlos Bernardino de Aragão Bozano, que em carta lida por Martins Costa no evento disse que os libertadores jamais deveriam ter juntado forças a um partido que obedecia à direção de Getúlio Vargas. O Caso de Bozano era simbólico pois tratava-se de um integrante que havia participado, em 1945, da refundação da legenda junto com Pilla, Martins Costa, Mem de Sá e outros, além de ser uma liderança histórica, associada à figura de Assis Brasil e tendo sido combatente durante a Guerra Civil de 1923 contra a reeleição de Borges de Medeiros<sup>537</sup>.

Aqui, percebemos novamente a distinção entre os puritanos e os pragmáticos: Sá, Martins Costa e Pilla - em suma, a elite partidária - perceberam as possibilidades possíveis em uma aliança com um partido que na retórica libertadora, era um adversário. No entanto, optaram pelo pragmatismo não apenas pela conquista de um sistema que era preferível para esse grupo, mas também para ter acesso a capitais políticos. Dessa forma, foi preciso abrir mão de determinados princípios, muitas vezes mobilizados para manter acesa a militância partidária. No entanto, para manter-se no jogo político, como alerta o sociólogo francês e ter ao menos influência na distribuição do poder, um partido não pode “consagrar-se a virtudes tão exclusivas” (BOURDIEU, 1989, p.184). Partindo da premissa de Panebianco (2005, p.51-52), a elite partidária

---

<sup>533</sup> O porto-alegrense Álvaro Barcellos Ferreira (1906-1985) era médico e professor na Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Possivelmente tivesse vínculo com os libertadores, especialmente Pilla, devido a atuação nessa área. Sobre ele, ver: ACADEMIA SUL-RIOGRANDENSE DE MEDICINA. Álvaro Barcellos Ferreira. Disponível em: <http://academiademedicinars.com.br/cadeiras/alvaro-barcellos-ferreira/>. Acesso em: 23/08/2022.

<sup>534</sup> Paulo Tibiriçá (1903-?) era médico e professor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, assim como Barcellos Ferreira. Paulista, veio para o Rio Grande do Sul após casar-se com Celina Mendes da Cunha, professora da Faculdade de Enfermagem. No Rio Grande do Sul tornou-se professor e envolveu-se com várias entidades médicas. Também é possível que dessa rede tenha se aproximado dos libertadores. Sobre ele, ver: ACADEMIA SUL-RIOGRANDENSE DE MEDICINA. Paulo de Queiroz Telles Tibiriçá. Disponível em: <http://academiademedicinars.com.br/cadeiras/paulo-de-queiroz-telles-tibirica/>. Acesso em: 23/08/2022.

<sup>535</sup> Os acontecimentos no seio do Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.4, 22/05/1947.

<sup>536</sup> Instalado ontem o 6º Congresso do Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12 e 4 10/07/1947.

<sup>537</sup> O ex-deputado estadual udenista Alcides Flores Soares faz várias referências à Bozano em uma entrevista à Hélgio Trindade - entrevista essa sob guarda do NUPERGS/UFRGS - lembrando a época em que ambos eram colegas da Faculdade de Direito durante os anos 1920. Bozano o cita como um “super libertador” vinculado à figura de Assis Brasil e que teve um ferimento a bala durante a Guerra Civil de 1923, que deformou o seu rosto. SOARES, Alcides Flores. Depoimento (1978). Entrevistador: Hélgio Trindade. Porto Alegre, 1978. Acervo de História Oral. NUPERGS/UFRGS.

optou por colocar em risco partes da identidade coletiva libertadora – o antigetulismo e o antitrabalhismo – em nome de algo que mobilizava as bases – o parlamentarismo – ainda que esse estava longe de ser o único interesse da cúpula do PL sul-rio-grandense.

O PSD era o grande prejudicado pelo acordo, pois era quem governava o estado e perderia força com a institucionalização do sistema. A bancada pessedista tentou um acordo com petebistas e libertadores: manter o sistema presidencial até 1951, com Jobim encerrando seu mandato<sup>538</sup>. A partir da eleição de 1950, valeria o sistema parlamentarista. No entanto, petebistas e libertadores rejeitaram. Trata-se de um interessante sinal de que o interesse libertador não era o sistema em si – fosse isso não teria problemas em aceitar, pois o parlamentarismo passaria a vigorar em 1951. O que pesava era, também, ter posições de poder.

Sem acordo, a emenda substitutiva apresentado por PTB e PL foi rejeitada por 7 votos a 3 na Comissão Constitucional<sup>539</sup>. Porém, o resultado não impediria a emenda de ir ao plenário, no qual petebistas e libertadores contavam com 27 votos. Já os pessedistas tinham confirmados os votos de sua bancada, somados aos dos parlamentares do PRP e da UDN, o que daria 24 votos. A dúvida eram os três deputados do PCB<sup>540</sup>. Ainda que fossem para os pessedistas, terminaria 27 a 27 e quem teria de dar o voto de minerva era o presidente da Assembleia Legislativa, o libertador Edgar Luís Schneider. Os votos do PCB eram decisivos não tanto pelo resultado em si, que de qualquer jeito beneficiaria PTB e PL, mas para evitar que Schneider fosse obrigado a decidir o tema. No dia da votação, falava-se no apoio comunista à tese presidencialista<sup>541</sup>. Em suma, o PCB era a grande incógnita.

Em 14 de junho, a votação ocorreu e para surpresa de muitos, os comunistas votaram favoráveis à emenda parlamentarista. A vitória se deu por 30 votos a 24, sem

<sup>538</sup> O P.S.D. aceita o parlamentarismo, desde que o secretariado, durante o governo Valter Jobim, não seja politicamente responsável perante a Assembleia. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10 e 4, 17/05/1947.

<sup>539</sup> Por sete votos contra três, a Comissão Constitucional rejeitou o substitutivo parlamentarista P.T.B.-P.L. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10, 07/06/1947. Votaram a favor Henrique Fonseca de Araújo (PL), João Nunes de Campos (PTB) e Unírio Machado (PTB). Contra votaram Francisco Brochado da Rocha (PSD), Albano Wolkmer (PSD), Tarso Dutra (PSD), Luiz Campagnoni (PRP), Julio Teixeira (PCB), Fernando Ferrari (PTB) e Daniel Krieger (UDN). O presidente da Comissão, Egydio Michalesen (PTB) deu voto favorável, mas com restrições em alguns pontos. Curiosamente Ferrari deu voto contrário, por afirmar-se presidencialista, mas no plenário cumpriu o acordo, votando favoravelmente.

<sup>540</sup> Os deputados do PCB eram Antônio Ribas Pinheiro Machado Neto, Dyonélio Machado e Júlio Teixeira. Esse último assumiu em 7/4/1947 devido a renúncia de Otto Alcides Ohlweiler. Sobre a legislatura eleita em 1947 ver: MEMORIAL DO LEGISLATIVO DO RIO GRANDE DO SUL, Legislaturas. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Informa%C3%A7%C3%B5esParlamentares/Legislaturas/tabid/3543/Default.aspx>. Acesso em 23/08/2022.

<sup>541</sup> A Assembleia decidirá, hoje, sobre a implantação do parlamentarismo no estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.8, 14/06/1947.

necessidade de intervenção do presidente da Assembleia. A alegação para a decisão do PCB foi a perseguição que o partido sofria por parte do governo Dutra, do PSD<sup>542</sup>. De fato, o governo federal eleito em 1945 empreendeu perseguições aos comunistas, especialmente a partir de 1947, com a Guerra Fria adentrando na política nacional, através da aproximação entre o governo brasileiro e o estadunidense e o alinhamento do primeiro ao segundo na disputa com a União Soviética. Somava-se ainda ao fato do sucesso eleitoral considerável do PCB nos pleitos estaduais de 1947, além da boa votação de Yedo Fiúza nas eleições presidenciais de 1945 (SEGATTO, 1981, p.57-59). Em meio a essa política anticomunista liderada por Dutra, o PCB teve seu registro cassado em maio de 1947 e foi nesse clima que os seus deputados estaduais participaram da Constituinte estadual um mês depois. Logo, o PCB não era parte do acordo, tendo seu voto uma motivação maior de contestação política ao partido-alvo da ação, o PSD<sup>543</sup>.

A Constituição parlamentarista foi promulgada em 8 de julho de 1947, mas, apenas alguns dias depois, em 17 de julho, o Supremo Tribunal Federal (STF) a considerou inconstitucional, declarando que as cartas magnas estaduais deveriam seguir o sistema previsto na Constituição Federal<sup>544</sup>. Todavia, houve um grande evento para a promulgação da Carta parlamentarista<sup>545</sup>. A festa não contou com os 16 deputados pessedistas, que se recusaram a assinar a carta. Mas as lideranças libertadoras e trabalhistas estavam presentes: Pilla e Pasqualini discursaram, elogiando a Carta estadual. O segundo, derrotado na eleição de janeiro de 1947, estava ao lado do outro derrotado de janeiro de 1947, Décio Martins Costa. E uma foto publicada no *Correio do Povo* revelava toda a construção política que culminou com aquele final imprevisto por muitos: um sorridente Raul Pilla sentado em uma cadeira destinada à bancada do PTB na Assembleia, a convite do líder trabalhista, José Diogo Brochado da Rocha:

---

<sup>542</sup> Por trinta votos contra vinte e quatro, o Plenário da Assembleia decidiu, ontem, pela implantação do governo parlamentar no Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.24, 15/06/1947.

<sup>543</sup> Curiosamente, menos de um ano antes, o PCB havia dado o seu apoio a Jobim na eleição estadual (BODEA, 1992; CÁNEPA, 2005).

<sup>544</sup> O Supremo declarou inconstitucionais os dispositivos parlamentaristas da Carta rio-grandense. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12, 18/07/1947. Ressalta-se que a provocação ao STF se deu tanto pelo governador Walter Jobim, mas pela própria bancada parlamentarista, que entendia que o judiciário deveria dar a palavra final. Mem de Sá, autor da provocação, alegava que só o STF poderia dar a palavra final e que demonstrariam não ter medo da decisão final. O intuito, possivelmente, era demonstrar força perante o governo pessedista, possivelmente tendo ciência de que a decisão do Poder Judiciário seria favorável ao governo estadual.

<sup>545</sup> Promulgada ontem, solenemente, a carta constitucional do Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12, 09/07/1947.

**Figura 9: Raul Pilla na bancada do PTB durante o evento da promulgação da Constituição do Rio Grande do Sul – 14/07/1947**



Pilla está ao centro, no primeiro plano, sorrindo. Fonte: *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12, 09/07/1947.

A foto é carregada de simbolismos: o sorriso de Pilla, mesmo em meio, em tese, hostil aos libertadores. Certamente o sorriso tinha a ver com o sistema vencedor naquele momento, mas não era apenas isso: tinha também relação com a capacidade tanto dele e dos libertadores em saber jogar o jogo político, aliando-se ao um adversário para atingir objetivos políticos – ainda que tivesse duração efêmera. O mesmo valia para os trabalhistas, ao aceitarem a presença de Pilla junto a eles.

De qualquer forma, com a decisão do STF, coube aos trabalhistas e libertadores voltarem a ocupar o papel de oposição ao governo estadual. E uma oposição que, nos dizeres de Cánepa (2005, p.126) foi “agressiva e sistemática” por parte do PL e “constante” pelo lado petebista. Acrescia-se que nesse período estava se consolidando o constante afastamento do PSD sul-rio-grandense em relação ao seu mentor, Getúlio Vargas. E foi nessa situação que se iniciava as discussões quanto ao pleito de 1950 que substituiria Jobim no governo estadual e que seria casada com a eleição presidencial, que traria de volta ao jogo político o próprio Vargas.

A eleição estadual sul-rio-grandense de 1950 foi a primeira e única a ocorrer concomitantemente com o pleito nacional e, por óbvio, as articulações e alianças eleitorais se entrecruzariam, o que daria um caráter *sui generis* para aquela disputa eleitoral. Cortés (2007, p.212) vai observar que esse pleito foi um divisor de águas para o sistema partidário sul-rio-grandense, uma vez que a partir dali se encerraria a experiência multipartidária<sup>546</sup> e se abriria uma polarização entre PTB e os partidos que

<sup>546</sup> Embora a tese de Cortés se confirme do ponto de vista de que as disputas partidárias majoritárias se concentrarão entre o PTB e a Frente anti-PTB, organizada na Frente Democrática a partir de 1951,

se uniram contra os petebistas. E foi relevante para tal resultado as articulações nacionais visando o pleito para a Presidência da República. Todavia, como se chegou a esses termos? O que levou o sistema partidário sul-rio-grandense a definir esse desenho a partir de 1950?

Alguns fatos foram decisivos: o constante afastamento entre o PSD e a figura de Getúlio Vargas consolidou-se naquele ano. Segundo Bodea (1992, p.61), em 1948 Vargas afastou-se definitivamente do PSD nacional, completando o que já havia feito em relação ao diretório do Rio Grande do Sul pessedista e se tornou presidente nacional do PTB, dando um passo importante visando seu retorno político em 1950. Havia ainda a aliança entre PSD, UDN e PR no parlamento federal para dar sustentação política ao governo do General Eurico Gaspar Dutra. Tal acordo conhecido como “interpartidário” facilitou a aproximação entre pessedistas e udenistas no Rio Grande do Sul, uma vez que os primeiros já haviam rompido com Vargas. Se pensarmos no episódio da Constituinte de 1947 e do parlamentarismo, já houve ali afinidade entre os dois partidos, uma vez que a UDN se posicionou contrariamente à emenda substitutiva, apoiando o PSD e o governo de Walter Jobim.

Em suma, ocorria o que Bodea (1992) chamou de “desgetulização” do PSD. No entanto, esse processo de desgetulização não era completo, o que levou Vargas a estimular os getulistas do PSD sul-rio-grandense a formarem uma ala autonomista, o PSDA<sup>547</sup>, que lhe daria apoio no Estado. Walter Jobim, destaca Maria Amélia Costa (1983, p.110), tentou aproximar-se do PTB durante o seu governo no estado, sem obter sucesso, especialmente porque o próprio PSD não estava interessado em fortalecer os petebistas e tampouco em ceder espaços na administração aos trabalhistas, naquela altura já vistos muito mais como adversários do que como aliados. Em 1949, Jobim, em mais uma tentativa de manter relações com Vargas e com o PTB, sugeriu que o processo de escolha do candidato pessedista à Presidência da República passasse pelas forças partidárias, incluindo o PTB. Segundo Costa, a chamada “fórmula Jobim”

---

discorda-se da ideia de que a experiência multipartidária tenha se encerrado, conforme posto na discussão inicial desse capítulo. De fato, desenhou-se uma bipolaridade entre duas forças relevantes, especialmente no campo majoritário de disputa, mas, concordando com Peres e Ribas (2018), permaneceu uma disputa multipartidária no campo proporcional, o que dava relevância para os partidos menores, inclusive nas alianças eleitorais.

<sup>547</sup> Aqui, cabe uma menção ao trabalho de Marcos Asturian (2019, p.177-179) que aponta que o PSDA, diferentemente do que a produção acadêmica mais clássica havia definido, não era um partido político, mas sim, uma ala minoritária dentro do PSD que era alinhada ao Diretório Nacional do partido, mais alinhado ao getulismo. Nesse sentido, o autor trata o PSD como uma “dissidência da dissidência”, uma vez que progredia o afastamento entre a elite partidária pessedista sul-rio-grandense e os dirigentes nacionais da agremiação. Mais tarde, parte do grupo autonomista foi incorporado ao PTB.

transparecia a insatisfação de setores do PSD com o governo Dutra e com sua aliança com a UDN e com o PR. A resposta do grupo dutrista foi a “fórmula mineira”, em que a escolha recairia obrigatoriamente em um nome do PSD, com o aval do presidente Dutra, e sem a presença do PTB – e por consequência, de Getúlio Vargas. A escolha recaiu no deputado federal mineiro Cristiano Machado.

Jobim saiu derrotado, com a afirmação da fórmula mineira. Por outro lado, a escolha restrita aos pessedistas também afastou a UDN de uma possível aliança com o PSD. Com a derrota de Jobim, fortalecia-se, dentro do PSD do Rio Grande do Sul, o grupo antigetulista, ainda mais que Machado foi uma indicação de Cylon Rosa, aprovada por Dutra. O grupo de Jobim tinha predileção por Nereu Ramos, visto pelo grupo ligado ao governo federal como muito ligado a Vargas. Vejamos o que diz Asturian (2019):

A questão da sucessão presidencial se intensificou em 1950, isto é, o ano eleitoral. No plano nacional, o PSD ainda procurou entendimentos com a UDN e o PTB. Contudo, a UDN lança, nacionalmente, pela segunda vez, a candidatura Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência e o PTB, por sua vez, indica o nome de Getúlio Vargas. Destarte, o PSD lançou a candidatura Cristiano Machado – sendo indicada por Cylon Rosa e previamente aprovada pelo presidente Dutra – em detrimento do interesse de muitos pessedistas – entre eles o governador Walter Jobim – que apoiava à candidatura Nereu Ramos. (ASTURIAN, 2019, p.112-113).

Juntava-se ainda a esses fatos a confirmação da candidatura de Getúlio Vargas, pelo PTB e com o apoio do PSP, do líder político paulista Adhemar de Barros. Com isso, em meados do mês de maio de 1950, estava configurada a disputa eleitoral nacional: o PSD escolheu o deputado federal mineiro Cristiano Machado, já a UDN lançava novamente o Brigadeiro Eduardo Gomes. A agremiação udenista ganharia ainda o apoio do PL e do PRP.

Nessa situação, qual foi a posição tomada pelos libertadores? No campo nacional, não houve muitas dúvidas: o PL declarou sua adesão ao Brigadeiro Eduardo Gomes, repetindo o que havia feito em 1945<sup>548</sup>. Diferentemente daquele momento, no entanto, em que o apoio se deu quando o sistema partidário ainda estava em construção e não havia sido completamente formalizada e que não houve nenhuma oposição mais vocal ao acordo, na Convenção de 1950, algumas vozes tentaram se opor, mais precisamente, a representação do estado de São Paulo, que defendia um nome com

---

<sup>548</sup> O Brigadeiro Eduardo Gomes é o candidato do Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12, 06/06/1950.

simpatias pelo parlamentarismo, como o do Marechal Mascarenhas de Morais<sup>549</sup>. No entanto, ao perceber que os outros diretórios libertadores direcionavam suas posições favoravelmente à indicação do Brigadeiro Gomes, os paulistas preferiram seguir a mesma direção, o que garantiu unanimidade partidária na decisão.

E nas eleições estaduais? Sabe-se que, ao fim, o PL indicou candidatos próprios para o governo estadual e para o Senado Federal. No entanto, diferentemente de 1947, não contou com o apoio da UDN, tendo lançado uma chapa pura: Edgar Luís Schneider para governador, Décio Martins Costa para o Senado e Carlos de Brito Velho para suplente de Senador. Além de Schneider, foram candidatos ao governo estadual Cylon Rosa, interventor estadual durante os anos de 1945 e 1947 e um dos responsáveis pela organização do PSD sul-rio-grandense, apoiado pelo PRP e por setores da UDN<sup>550</sup> e Ernesto Dornelles, membro do PSDA, incorporado ao PTB. Na eleição senatorial, disputaram a cadeira com Martins Costa o presidente nacional do PRP, Plínio Salgado e o petebista Alberto Pasqualini.

Muitas vezes ao observar apenas a decisão final, tira-se conclusões equivocadas ao não se observar as articulações e negociações o que levaram àquela deliberação. As alianças eleitorais, nos ensina Gláucio Soares (2001, p.137-145), são baseadas em princípios racionais que levem a resultados interessantes para os partidos envolvidos. Tais escolhas racionais dependem dos movimentos da conjuntura. Portanto, para chegar à decisão das candidaturas próprias, os libertadores envolveram-se em diferentes negociações, buscando aquilo que poderia lhe dar melhores resultados, seja do ponto de

---

<sup>549</sup> Refere-se ao Marechal João Batista Mascarenhas de Morais (1883-1968). Militar de longa atuação, tendo participado ativamente da Guerra Civil paulista de 1932, ao lado dos opositores a Vargas, e da repressão aos membros do PCB que participaram do Levante Comunista de 1935, no Rio de Janeiro. Atuou na Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a II Guerra Mundial entre 1943 e 1945 e foi promovido Marechal por ato do Congresso Nacional em 1946. Ainda foi chefe do Estado-Maior das Forças Armadas entre 1953 e 1954 e sua única atuação política se deu no episódio de 11 de novembro de 1955, em que se posicionou ao lado do General Henrique Lott, visando barrar um possível golpe de líderes da UDN contra a posse do presidente eleito naquele ano, Juscelino Kubitschek. Não foi encontrado nenhum indício de que Mascarenhas tivesse, de fato, simpatia pelo parlamentarismo, tampouco que estivesse ligado a algum partido político, o que provavelmente indique que os paulistas pretendiam apenas evitar o apoio a Gomes ou que a ideia seria tentar convencer o Marechal a aceitar a candidatura. Sobre Mascarenhas de Morais, ver: *DHBB*, FGV. Verbete: João Batista Mascarenhas de Morais.

<sup>550</sup> A UDN do Rio Grande do Sul apoiou a candidatura ao Senado de Plínio Salgado, do PRP, como parte do acordo entre os dois partidos no pleito nacional, em que os perrepistas dariam, em troca, suporte ao Brigadeiro Eduardo Gomes. No entanto, oficialmente, os udenistas gaúchos decidiram por questão aberta quanto ao governo estadual, liberando os diretórios municipais a declararem apoios aos candidatos que lhe conviessem. A maioria deles optou pelo postulante pessedista Cylon Rosa. Mas houve ao menos três diretórios udenistas – dos municípios de Alegrete, Tupanciretã e Viamão que decidiram apoiar o libertador Edgar Schneider. Essas informações constam em: Três diretórios municipais da UDN apoiarão o sr. Edgar Schneider. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.32, 27/08/1950.

vista eleitoral, seja da conquista de mais recursos políticos e de poder. Provavelmente já tinham a leitura de que na eleição majoritária, teriam poucas chances contra as máquinas de PSD e PTB, mas ganhariam visibilidade com uma candidatura posta e poderiam repetir um bom desempenho nos pleitos proporcionais, além de terem mais capital político para futuras negociações.

Uma candidatura própria naquele contexto, de consolidação das forças partidárias no Rio Grande do Sul, também tinha valor simbólico, uma vez que mantinha a base eleitoral coesa em torno da identidade partidária e da ideologia. Retomemos Panebianco (2005, p.51-52): a candidatura própria reforçava e vendia a imagem de um partido de princípios e ideológico, uma agremiação que não se aliava por interesses pragmáticos. Como vimos no caso de 1947 e mesmo em 1950, os libertadores também adotavam posturas pragmáticas, mas ter um postulante próprio fortalecia a ideia de que o PL era “diferente dos outros”.

Logo, tal resolução – da candidatura própria – não estava dada desde o início das negociações para o pleito. Já em fins de março de 1950, quando ainda se discutia as fórmulas pessedistas para o pleito nacional, cogitou-se a possibilidade de Jobim ser candidato a presidente<sup>551</sup>. Caso se confirmasse, Jobim teria de renunciar ao governo estadual e a Assembleia Legislativa eleger um sucessor, pois não havia o cargo de vice-governador. O PSD buscou então as lideranças de PRP, UDN e PL para que formasse uma aliança no parlamento para a escolha, assim impedindo a participação do PTB. Porém, a proposta teria fracassado, pois teria sido classificada como “inaceitável” pelos “pequenos partidos”. De acordo com o noticiado no CP, um líder libertador questionou a negociação pois o PSD não oferecia nada em troca do apoio<sup>552</sup>. O motivo para recusa, portanto, não era ideológico, mas sim, prático: sem ganhos políticos para o PL, não fazia sentido aliar-se ao PSD. Nenhuma indicação de que o problema fosse o conflito entre o grupo Advertência e a agremiação de Raul Pilla: a conjuntura já havia mudado, o PSD estava em processo de desgetulização e uma aproximação já não era tão malvista.

Jobim, ao fim, não seria o presidenciável pessedista e as negociações se encerraram. Apenas em junho a sucessão estadual marcada para outubro de 1950 começava a ser assunto recorrente na imprensa. No PSD, Cylon Rosa era o nome mais

---

<sup>551</sup> Persiste a possibilidade do governador Jobim deixar o governo antes de 3 de abril. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.16, 28/03/1950.

<sup>552</sup> Negaram os pequenos partidos o seu apoio ao PSD para a eleição de um governador substituto. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12, 29/03/1950.

cotado e iniciou um cerco a outras siglas<sup>553</sup>. A intenção era uma candidatura única, liderada, obviamente, pelo PSD. A estratégia possivelmente era lançar a ideia e ver quais agremiações se disporiam a negociar mais adiante, uma vez que algumas delas, especialmente o PTB, não teria interesse nesse tipo de acordo. Nesse ponto, concorda-se com Bodea (1992, p.63): o PSD possivelmente estava já pensando em uma coligação que pudesse fazer frente ao PTB, reforçado ainda pela ala getulista pessedista – o PSDA. Essa frente precisava contar não apenas com o PRP, aliado no pleito de 1947, mas também com a UDN e o PL. Mais, o autor lembra que o processo de afastamento entre o PSD sul-rio-grandense e Getúlio Vargas era um facilitador para essa negociação. Em suma, um embrião da futura Frente Democrática se desenhava.

Porém, Bodea aponta “cicatrices do passado” como dificultador do plano pessedista, especialmente com relação ao PL, numa possível referência às disputas tanto partidárias quanto parlamentares entre pessedistas e libertadores, que ocorriam desde 1945, passando pelo episódio da Constituição parlamentarista de 1947. A nosso ver, esses conflitos podiam ser um elemento, mas não era o único. Antes das definições, houve várias articulações que envolveram PL e PSD. Tais conversas tornaram-se recorrentes no mês de junho. O PSD praticamente havia definido Cylon Rosa como candidato - ainda que existissem grupos interessados em uma aproximação com o PTB - e buscava aliados, já o PL iniciava tabulações com as outras forças menores da Assembleia Legislativa, justamente PRP e UDN. Era a “pequena entente”<sup>554</sup>, anunciada na imprensa e que cogitava lançar uma candidatura para concorrer com Cylon e com o candidato do PTB, que seria definido oficialmente no fim daquele mês.

A ideia de grupo de pequenos partidos era apelar ao veterano de 1930 Oswaldo Aranha para que assumisse a candidatura, mas é possível cogitar que se tratava tão somente de uma forma de barganhar com o PSD<sup>555</sup>. Prova disso era que, em paralelo a essas cogitações, Walter Jobim, representando o PSD, reuniu-se com Flores da Cunha, pelo lado udenista e Décio Martins Costa, representante do PL<sup>556</sup>. A ideia era a

---

<sup>553</sup> Praticamente afastada a possibilidade de aplicação do esquema Jobim no estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.18, 20/06/1950.

<sup>554</sup> A Pequena Entente no R. G. do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 21/06/1950. A nota original era uma reprodução do que fora publicado no vespertino carioca *O Mundo*. De qualquer forma, o *Correio do Povo* adotou o termo “pequena entente” para se referir ao grupo dos partidos em questão: PL, UDN e PRP.

<sup>555</sup> Em cogitação o nome do sr. Oswaldo Aranha para o governo do Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.16, 22/06/1950.

<sup>556</sup> Esforça-se o sr. Valter Jobim para aglutinar as forças de PSD, UDN e PL. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.16, 23/06/1950.

formação de uma aliança em torno de Cylon Rosa e a formação de uma frente “nítida e ostensivamente anti-getulista”<sup>557</sup>. Todavia, o que saiu da reunião era que os partidos em questão não viam com bons olhos a candidatura de Cylon, preferindo outros nomes e esse fator bloqueava o avanço das negociações, já que setores majoritários pessedistas não cogitavam a retirada de Cylon Rosa. Seja como for, ainda que pudesse ser um argumento retórico, o fato é que na declaração dada após aquela reunião, Martins Costa não descartou a possibilidade de alianças. Em suas palavras, o “PL reafirma o seu propósito (...). Estamos dispostos a estudar o assunto com a direção do nosso Partido e empenhar todo o nosso esforço em favor de uma solução que atenda aos interesses do Rio Grande.”<sup>558</sup>.

Embora não estivesse presente naquela reunião de 22 de junho, o PRP era cortejado pelos pessedistas também. E entre idas e vindas, no início de julho de 1950, com o quadro em processo de definição – o PTB já havia homologado a candidatura de Salgado Filho ao governo estadual e Alberto Pasqualini ao Senado Federal - os partidos da “pequena entente” teriam acertado os ponteiros com os pessedistas: Cylon renunciaria a candidatura para que o Engenheiro José Batista Pereira, secretário de Obras Públicas do governo Jobim e membro do PL, fosse o candidato da aliança<sup>559</sup>. No entanto, as informações que vinham do PSD davam conta de que a retirada de Cylon seria impossível. Qualquer acordo do partido com PL, UDN e PRP seria com Cylon Rosa. Batista Pereira, que renunciou ao cargo de secretário para se descompatibilizar e se candidatar, surgia como um possível nome da própria entente<sup>560</sup>.

O recuo do PSD pegou de surpresa a entente, especialmente os libertadores. Dias antes, logo após a reunião do Diretório Regional do PL, em que se discutiu a sucessão estadual, Martins Costa havia se encontrado com Cylon Rosa<sup>561</sup>. Ainda iria encontrar Oscar Machado, presidente regional do PRP e Alcides Flores Soares Jr., presidente regional da UDN. Era um indicativo de que as conversas haviam sido retomadas e possivelmente tenha havido ali algum compromisso, pois a informação que os partidos

<sup>557</sup> Esforça-se o sr. Valter Jobim para aglutinar as forças de PSD, UDN e PL. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.16, 23/06/1950.

<sup>558</sup> Esforça-se o sr. Valter Jobim para aglutinar as forças de PSD, UDN e PL. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.16, 23/06/1950.

<sup>559</sup> Tentam os pequenos partidos articular a candidatura do engenheiro Batista Pereira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.18, 04/07/1950.

<sup>560</sup> A renúncia de Batista Pereira indicava que não se tratava de um simples boato: as negociações existiram. Tentam os pequenos partidos articular a candidatura do engenheiro Batista Pereira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.18, 04/07/1950.

<sup>561</sup> Deliberará hoje o P.L. sobre o problema da sucessão do Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.28, 02/07/1950.

da entente tinham era de que Cylon concordava em recuar de sua candidatura. Talvez tivesse esquecido de combinar com os seus correligionários.

Parece, ao menos no que a imprensa repercutia, que não havia interesse em uma candidatura dos partidos da entente. O PRP era a agremiação que explicitava de forma mais vocal: Oscar Machado declarou, inclusive, que o PRP não descartava alianças: podia apoiar o PTB, o PSD ou seguir na entente e não negava que havia conversado com petebistas. Informava ainda que o rumo do partido dependia da decisão do presidente nacional da legenda, Plínio Salgado<sup>562</sup>. Portanto, ainda se fazia uma leitura da conjuntura política e os perrepistas aguardavam o melhor momento para tomar uma decisão, levando em conta o cenário nacional. Claudira Cardoso (2014, p.21-22) lembra que já em abril daquele ano a bancada perrepista na Assembleia Legislativa havia fechado um acordo com os petebistas para eleição da mesa diretora, o que causou desconforto junto ao diretório perrepista, que já conversava com os partidos da entente. Enfim, não era incomum o PRP dividir-se entre diferentes perspectivas de acordos.

Em meados de julho a possibilidade da entente havia se encerrado, devido aos movimentos do PRP. O partido definiu seu apoio a Cylon Rosa, tendo em troca a garantia da candidatura ao Senado<sup>563</sup>. Naquele momento, Plínio Salgado não era o nome oficializado, pois a legenda ainda negociava com relação a questão nacional, definida alguns dias depois, com a oficialização do apoio perrepista ao Brigadeiro Eduardo Gomes, novamente tendo como moeda de troca o apoio da UDN gaúcha a Plínio Salgado<sup>564</sup>. A entente estava praticamente encerrada. Cabia então saber qual caminho PL e UDN seguiriam. Os libertadores já cogitavam uma candidatura própria, após nova tentativa de Martins Costa convencer Osvaldo Aranha a se candidatar<sup>565</sup> e, segundo alguns boatos, dirigentes do PL não consideravam apoiar o candidato à Câmara Alta do PRP, independente de quem fosse<sup>566</sup>.

Quando tudo parecia praticamente delineado para o pleito de outubro, uma tragédia mexeu com o tabuleiro. No dia 30 de julho, um acidente de avião ceifava a vida do candidato trabalhista Salgado Filho. O PTB, autorizado por Vargas e através do seu presidente estadual, o deputado estadual João Goulart, negociou um acordo com os

<sup>562</sup> Posição do P.R.P em face dos acontecimentos políticos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.3, 09/07/1950.

<sup>563</sup> Praticamente assentado um acordo entre P.S.D. e P.R.P. neste Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.20, 18/07/1950.

<sup>564</sup> Resolveu o PRP apoiar a candidatura do Brigadeiro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 22/07/1950.

<sup>565</sup> Fora de cogitações o nome do Sr. Osvaldo Aranha. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 12/07/1950.

<sup>566</sup> Definitivamente afastada a possibilidade de acordo entre os pequenos partidos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 26/07/1950.

partidos da entente, visando um nome em comum<sup>567</sup>. Faltava apenas a aquiescência dos pessedistas, pois caso se confirmasse, Cylon Rosa teria de retirar seu nome. Martins Costa não só não recusou negociar com Goulart como reforçou que o motivo da mudança de postura se deveu ao episódio trágico.

Contudo, o PSD pareceu compreender a ação petebista como uma estratégia que favoreceria Vargas nas eleições presidenciais, uma vez que construiria uma imagem de um “apaziguador do Rio Grande” e afetando o apoio do PSD estadual à candidatura de Cristiano Machado. Vargas, com isso, neutralizaria os pessedistas gaúchos na eleição nacional. Ao fim e ao cabo, os pessedistas publicaram uma nota rejeitando a aliança, ao menos rejeitando-a sem a presença de Cylon Rosa<sup>568</sup>.

Mais do que uma estratégia que neutralizaria os adversários, é possível pensar que o intuito de Vargas e do PTB era gerar discórdia entre os partidos adversários e tentar colocá-los em conflito com o PSD. Já havia o PSDA, alinhavado com Vargas. Na UDN, a tentativa getulista rendeu conflitos internos, pois Flores da Cunha, à época deputado federal, ponderou a possibilidade de respaldar Vargas, o que o levou a romper com Alcides Flores Soares Jr., deputado estadual e dirigente máximo do partido no Rio Grande do Sul. É o próprio Flores Soares que relatou, em entrevista, essa discussão, que, segundo ele, foi testemunhada por Décio Martins Costa:

Quando morreu o Sr. Salgado Filho, repentinamente o Gal. Flores da Cunha (...) mandou pedir para o presidente do Partido Libertador e para mim, então presidente da UDN em exercício, para irmos no apartamento dele no Grande Hotel. Fomos o dr. Décio e eu junto. Aí o Gal. Flores da Cunha nos fez uma exposição, e, em conclusão, a idéia dele era entrar em entendimentos com o Getúlio, candidato a Presidente da República contra o nosso candidato o Brigadeiro Eduardo Gomes (e o Partido Libertador apoiava o nosso candidato também) entrar em entendimento com o Getúlio para propiciar uma candidatura única no Rio Grande do Sul. E o candidato dele era o Dr. Osvaldo Aranha. E que então nós podíamos jogar perante o PSD e os outros partidos, PTB, com as candidaturas ao Senado da República. (...).

Mas aí eu me recordei que o Brigadeiro tinha feito um apelo a nós, para que nós apoiássemos como candidato a senador, o candidato do PRP. Porque o PRP ia apoiá-lo como candidato a Presidente da República.

Aí eu disse ao general e tive uma briga com o Gal. Por causa disso. Digo: “Mas o senhor pode dispor da candidatura. Eu estou ouvindo toda a sua exposição e aliás, não estou de acordo (...). Mas, preliminarmente, o senhor não pode dispor da candidatura, porque o senhor mesmo me ligou do Rio de Janeiro, dizendo que o Brigadeiro estava com o senhor e que o Brigadeiro estava lhe consultando, porque o PRP queria um candidato no Rio Grande do Sul e outro em Minas Gerais (...). Que a UDN apoiasse esses dois candidatos. Em troca disso o PRP apoiaria a candidatura do Brigadeiro. E o Brigadeiro assinou um protocolo nesse sentido. E eu sou um homem que não falho com

<sup>567</sup> Concertado um acordo entre PTB, PRP, UDN e PL para a escolha do candidato único ao governo do Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.32, 06/08/1950.

<sup>568</sup> Rejeita o PSD qualquer acordo que implique na retirada da candidatura Cilon Rosa. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.20, 08/08/1950.

a minha palavra.”. Ele deu um pulo da cama: “O senhor não é dono do partido. Quer se adonar do partido!”. “Quero lhe dizer mais! Quero lhe dizer que não estou de acordo em entrar em entendimento nenhum com o Sr. Getúlio Vargas e que me admiro que o senhor, depois de tudo que sofreu, queira se aproximar do Sr. Getúlio Vargas e isso tudo é uma indignidade que não estou de acordo!”. Disse mais umas coisas impublicáveis, atirei a porta e fui embora. O Décio saiu atrás de mim, apavorado: “Alcides, o que é isso?” (...).<sup>569</sup>

Houve, dessa forma, um rompimento dentro dos quadros udenistas sul-riograndenses, o que ajuda a explicar também o posicionamento do partido no pleito: apoio maciço a Cylon Rosa e a Plínio Salgado, ainda que não de forma unânime - como já dito, houve diretórios udenistas que optaram pela candidatura de Schneider – e nem oficial: a UDN optou por questão aberta quanto ao governo estadual<sup>570</sup>.

No dia 10 de agosto, o PTB lançava um novo nome: o Senador Ernesto Dornelles, vinculado ao PSDA (BODEA, 1992, p.71) e que fora confirmado em 24 de agosto. PSD e PRP confirmavam sua aliança<sup>571</sup>, ainda que houvesse entre os pessedistas – principalmente o governador Walter Jobim<sup>572</sup> - quem aguardasse uma possibilidade já remota de candidatura única<sup>573</sup>, enquanto o PL aguardava os movimentos políticos. Martins Costa chegou a ter o seu consultório médico, no centro de Porto Alegre, como sala de reunião entre lideranças do PSD, UDN, PTB e PRP, mas que não avançaram, especialmente porque os pessedistas não abriam mão da candidatura de Cylon Rosa<sup>574</sup>. Com isso, o PL, sem mais opções de acordos, apelou ao plano B: a candidatura do deputado estadual Edgar Luís Schneider, definida em 22 de agosto<sup>575</sup>. Na matéria do *Jornal do Dia*, ficava evidente que o motivo para aquela decisão era o fracasso das démarches com as outras forças partidárias. Mem de Sá (1981, p.118-121), em suas memórias, vai além e culpabiliza o PSD pelo fracasso das negociações, por tentar impor o candidato em comum – em referência a Cylon Rosa – e dá a entender que ao lançar Schneider, desferiu um golpe que causou a derrota de Rosa e a consequente vitória de Dornelles, pois os votos de Schneider poderiam ter mudado o rumo da eleição. Sá ainda

<sup>569</sup> FLORES, Alcides Flores. Depoimento (1978). Entrevistador: Hélijo Trindade. Porto Alegre, 1978.

<sup>570</sup> A UDN não tem candidato. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.8, 24/08/1950.

<sup>571</sup> Assentada praticamente a aliança entre PSD e PRP. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 11/08/1950; P.S.D. e P.R.P. lançarão amanhã uma proclamação. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 12/08/1950.

<sup>572</sup> Solicitou o PTB ao sr. Valter Jobim que indicasse um candidato ao exame dos demais partidos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 16/08/1950.

<sup>573</sup> "Contraí com meu partido um compromisso de que só ele poderia me libertar" - afirma o sr. Cilon Rosa. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 18/08/1950.

<sup>574</sup> "Contraí com meu partido um compromisso de que só ele poderia me libertar" - afirma o sr. Cilon Rosa. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 18/08/1950.

<sup>575</sup> Edgar L. Schneider: candidato do P.L. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.8, 22/08/1950.

chamou de “missão suicida” a de Schneider, pois sabiam que a derrota era certa, mas como em 1947, a candidatura serviu para manter a coesão da base libertadora.

Para Sá, as duas eleições – 1947 e 1950 - demonstravam o “idealismo democrático” do PL: preferiu ser derrotado a perder sua identidade. De fato, era uma candidatura que dialogava mais com a mobilização dos libertadores fiéis e com a base dos “crentes” – expressão utilizada por Panebianco (2005, p.50-51) para se referir àqueles que são militantes por razões mais ideológicas e programáticas e que dependem desse tipo de incentivo partidário. No entanto, o que vimos é que a elite partidária libertadora esteve envolvida até o último momento em busca de negociações e acordos que os beneficiassem politicamente, aliando-se, muitas vezes, a grupos que não tinham tanta simpatia da militância.

Nesse ponto, é importante mostrar que não se encontrou indícios de que a decisão de candidatura própria se deveu a questões ideológicas, o que difere do que alguns autores defenderam. Bodea (1992, p.64), por exemplo, afirmava que a presença de Cylon Rosa, um ex-interventor ligado ao Estado Novo, e de Plínio Salgado, ex-integralista, teria sido o motivo para a decisão libertadora da candidatura única:

No PL, entretanto, nem mesmo o cacique maragato Raul Pilla estava disposto a engolir tão incômoda aliança, que envolveria apoiar um ex-interventor do PSD ao governo do Estado e o líder máximo do integralismo nacional ao Senado, desfigurando totalmente um Partido Libertador que fazia oposição ao governo pessedista de Jobim. Diante deste dilema, o PL acabou lançando candidatos próprios (...). (BODEA, 1992, p.64)

Nas fontes consultadas, não há nenhum testemunho de que a motivação tenha sido a presença desses nomes. E mais do que isso, não se percebeu o PL negando-se a conversar com PSD ou PRP. Tampouco houve indícios ou insinuações quanto ao passado de Plínio Salgado<sup>576</sup>. Na verdade, como bem aponta Angeli (2020, p.261-278), as críticas à sua candidatura foram mais evidentes já durante a campanha eleitoral, tanto pela sua relação com ideologias de extrema-direita quanto pelo fato de não ser sul-riograndense. No entanto, eram situações vinculadas a uma disputa eleitoral, em que os

---

<sup>576</sup> Plínio Salgado foi fundador e um dos líderes a Ação Integralista Brasileira (AIB), organização formada em 1932 e inspirada no fascismo italiano. A AIB experimentou grande expansão durante os anos 1930, período de grande polarização política não apenas no Brasil, mas no mundo, devido ao crescimento do nazismo no mundo todo, e a reação de grupos liberais, comunistas, anarquistas, entre outros, contra tais movimentos de extrema-direita. Com o golpe do Estado Novo – apoiado pela AIB – e a extinção dos partidos no país, Plínio Salgado exilou-se em Portugal, retornando apenas em 1946, Salgado ajudou na formação do Partido da Representação Popular (PRP), que viria a ser o receptáculo dos antigos integralistas. No entanto, o partido adotou um discurso mais conveniente com a conjuntura de retorno da democracia, sem a defesa explícita de princípios autoritários e aberto as alianças políticas com antigos adversários políticos. Sobre o Plínio Salgado, AIB e PRP, ver Héglio Trindade (1979b), Odilon Caldeira Neto e Leandro Gonçalves (2020) e Gilberto Calil (2001).

adversários – Alberto Pasqualini e Décio Martins Costa – buscavam diferenciar-se do adversário dentro de uma lógica de distinção e oposição: o petebista e o libertador como democratas e conhecedores do estado, quanto o opositor era defensor de ideologias autoritárias e não tinha intimidade com o Rio Grande do Sul.

Com relação a Cylon Rosa, havia restrições, mas elas estavam mais vinculadas às tentativas dos partidos – e não só o PL – em terem alguma participação na escolha do candidato, enquanto o PSD, em sua maioria, não cogitava abrir mão do lançamento do ex-interventor. Por fim, não há, ao menos nas fontes consultadas para essa tese, nenhum indicativo de que Pilla restringia o apoio libertador àqueles candidatos.

Cánepa (2005, p.131) seguiu o mesmo caminho de Bodea: aponta que a dificuldade do PSD em obter o apoio do PL passava por Salgado e sua agremiação presentes na coligação. Nesse caso, a “longa tradição liberal” libertadora impedia de estar numa aliança com o PRP, mesmo que esse estivesse ao lado de Eduardo Gomes, candidato apoiado também pelo PL em nível nacional. No entanto, a tradição liberal não havia impedido PL de conversar com o PRP e formarem a “pequena entente”, que por pouco tempo, cogitou inclusive ter postulante ao governo, aliada a UDN. Nas negociações, PL e PRP sentaram juntos e consideraram, por algum tempo, uma aliança, como foi visto anteriormente. E como a própria autora cita, na eleição nacional PL e PRP estavam unidos em torno do udenista Eduardo Gomes. Cánepa argumenta “falta de alternativa” nessa situação. Todavia, indicava que aceitava a presença do partido, e a “tradição liberal” deixava de ter tanto peso em relação a uma postura mais pragmática.

Longe de indicar possível “coerência” do PL, como cita Taufer (2008), a decisão pela candidatura própria libertadora não se deveu a crença de que uma aliança com PSD e PRP fosse contra a “tradição liberal, antivarguista e antifascista” do PL (TAUFER, 2008, p.79). Pode ser que essa retórica fosse incentivada pela elite partidária junto às bases do partido: vender a ideia de que o partido manteve sua identidade liberal e democrática, mas na prática esteve envolvido nas articulações em busca de candidatos em alianças com esses partidos, visando ganhos políticos e de poder. Ao não obtê-los, procurou uma chapa que reforçasse a identidade partidária junto às bases e desse musculatura política para negociações futuras.

Sobre a campanha dos libertadores, ela foi bem menos vistosa do que dos competidores do PTB e do PSD. Na imprensa escrita houve algumas inserções, mas dificilmente havia páginas inteiras como era o caso das candidaturas maiores. Possivelmente, o partido dedicou poucos recursos para as campanhas majoritárias,

visando maior incentivo às candidaturas proporcionais, em que a legenda buscava ao menos manter o número de deputados estaduais e reeleger Pilla como federal. É possível observar alguns exemplos das campanhas de Schneider e Martins Costa abaixo:

**Figura 10: Inserção da campanha de Edgar Luíz Schneider para o governo do Rio Grande do Sul – 1950**



Fonte: *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 03/09/1950.

**Figura 11: Inserção de campanha de Décio Martins Costa e Carlos de Brito Velho para o Senado Federal – 1950**

DE 1950 NOTICIÁRIO 5

## O SENADOR DO RIO GRANDE DEVERÁ SER UM VERDADEIRO DEMOCRATA



*DECIO MARTINS COSTA e CARLOS DE BRITTO VELHO*, além de gaúchos de nascimento, e gaúchos plenos, pela formação intelectual, sentimental e política, são, ainda, legítimas expressões de democratas autênticos e definitivos. Apontando-os ao sufrágio do eleitorado rio-grandense, o PARTIDO LIBERTADOR oferece a melhor solução para o problema da escolha dos futuros representantes do Rio Grande na Assembléia dos Embaixadores dos Estados.

Vote, pois, em

**DECIO MARTINS COSTA**  
PARA SENADOR e em

**CARLOS DE BRITTO VELHO**  
PARA SEU SUPLENTE



CHAPAS NOS DIRETORIOS MUNICIPAIS DO PARTIDO LIBERTADOR

Fonte: *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 14/09/1950.

Enquanto a imagem referente a Schneider (Figura 9) buscava ressaltar características positivas do candidato, como o caráter, a inteligência e a “firmeza de princípios”, valorizando a sua figura como alguém significativo politicamente, as de

Martins Costa e de seu suplente, Brito Velho, indicavam as suas características democráticas “autênticas”, além de serem “gaúchos de nascimento”, ironizando a campanha de Plínio Salgado, que, como já referido, era visto como autoritário e um intruso na eleição gaúcha. Todavia, era o mesmo Martins Costa que participava das negociações pré-eleitorais e do mesmo partido que apoiava um candidato à presidência ao lado do mesmo Plínio Salgado.

Ao fim e ao cabo, a campanha terminou com um saldo razoável para os libertadores: sabia-se que nas eleições majoritárias, o resultado não seria bom. Na realidade, o desempenho de Schneider foi pior do que o de Martins Costa em 1947: enquanto o segundo obteve 105.062 sufrágios, o primeiro obteve 80.798, ou seja, uma redução de 24.264 votos, considerando ainda que o universo de eleitores havia aumentado de 543.355 para 695.482 – excluindo brancos e nulos em ambos os pleitos.

**Tabela 20: Eleições para governador do Rio Grande do Sul – 1950**

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
<b>Ernesto Dornelles</b>	PTB/PSP	329.884	47,43
<b>Cylon Rosa</b>	PSD/PRP	283.942	40,83
<b>Edgar L. Schneider</b>	PL	80.798	11,62
<b>Mendonça Lima</b>	PSB	858	0,12
<b>TOTAL</b>		695.482	100

Fonte: TSE, *Repositório de Dados Eleitorais*; Cánepa (2005, p.152)

Mem de Sá, como referido antes, tinha razão ao dizer que os votos libertadores fizeram falta a Cylon Rosa: caso eles se direcionassem para a candidatura pessedista, poderia ter vencido o PTB<sup>577</sup>. Talvez o resultado do pleito tenha acelerado a aproximação entre os dois partidos a partir de 1951, como será visto no próximo subcapítulo. Quanto ao Senado, Martins Costa obteve uma votação maior que Schneider, mas também sem chegar perto dos dois principais concorrentes:

**Tabela 21: Eleições para senador do Rio Grande do Sul - 1950**

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
<b>Alberto Pasqualini</b>	PTB/PSP	343.741	50,76
<b>Plínio Salgado</b>	PRP/PSD/UDN	244.769	36,15
<b>Décio Martins Costa</b>	PL	88.614	13,09
<b>TOTAL</b>		677.124	100

Fonte: TSE, *Repositório de Dados Eleitorais*; Cánepa (2005, p.152)

Já nas eleições proporcionais, a estratégia de incentivo a uma candidatura com a marca partidária surtiu algum efeito, ao menos para a Assembleia Legislativa: para a Câmara Federal, o PL havia conquistado 51.409 votos e eleito apenas um deputado

<sup>577</sup> Douglas Angeli (2020, p.220) já havia alertado para o papel de divisão dos votos anti-PTB que a candidatura libertadora de Schneider ocasionou.

federal no estado - Raul Pilla – em 1947. Já em 1950, o acréscimo não foi grande em votos, conquistando 54.195, mas garantiu dois eleitos– Pilla, reeleito, e Coelho de Souza, eleito pela primeira vez.

No entanto, os resultados não foram tão animadores para a Câmara Federal: na eleição de 1950 já não estava mais em vigor a regra do mecanismo de sobra, em que o partido com mais votos levava as cadeiras que sobravam. Dessa forma, o PL, com a votação de 1945, já teria elegido dois deputados federais, não fosse a lei válida naquele ano, que beneficiou o PSD no pleito para a Câmara Federal no Rio Grande do Sul<sup>578</sup>. Outro ponto é que entre 1945 e 1950 houve considerável aumento de eleitores no estado, o que praticamente anulava qualquer acréscimo de voto do PL em termos relativos. Sem considerar brancos e nulos, em 1947 houve 599.549 votos para deputados federais, considerando os 51.409 votos libertadores, o partido obteve 8,57% dos sufrágios. Em 1950 foram 689.442, sem considerar brancos e nulos. O PL obteve 54.195, o que representa 7,86%. Em termos percentuais, os libertadores haviam perdido votos.

**Tabela 22: Cinco candidatos a deputados federais mais votados do PL no Rio Grande do Sul – 1950**

<b>NOME</b>	<b>VOTOS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
<b>Raul Pilla</b>	21885	Eleito
<b>J.P. Coelho de Souza</b>	12040	Eleito
<b>Olavo Miguel Leão</b>	3951	1º Suplente
<b>Fernando Caldas</b>	2858	2º Suplente
<b>Antônio Espellet Brenner</b>	2291	3º Suplente
<b>Total de votos do PL</b>	54195	

Fonte: TSE. *Estatísticas Eleitorais*.

Já para a Assembleia Legislativa, foram mais animadores os números. Comparado ao pleito de 1947, o PL havia eleito cinco deputados estaduais, com 54.832 votos. Já em 1950 – e sem a regra do mecanismo de sobras – o partido obteve 70.343 sufrágios e elegeu seis representantes, ou seja, aumentou em votos totais 15.511 votos e um parlamentar em relação ao pleito anterior. Mas em termos relativos, novamente houve queda: excluindo brancos e nulos, dos 528.561 votos, em 1947 o PL havia feito 10,37% dos votos. Já em 1950, dos 688.500 dados em candidatos e legendas, o PL obteve 10,22%.

<sup>578</sup> Em 1945, o PSD havia eleito 17 parlamentares dos 22 disponíveis para o Rio Grande do Sul. A UDN elegeu 2, enquanto PL, PCB e PRP elegeram 1 cada. A vitória pessedista se deveu ao mecanismo de sobra, como já referido no capítulo 1 dessa tese.

**Tabela 23: deputados estaduais eleitos pelo PL no Rio Grande do Sul - 1950**

<b>NOME</b>	<b>VOTOS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
<b>Mem de Sá</b>	3795	Eleito
<b>Heitor Galant</b>	3401	Eleito
<b>Francisco Solano Borges</b>	2877	Eleito
<b>Mário de Lima Beck</b>	2623	Eleito
<b>Norberto Schmidt</b>	2611	Eleito
<b>Hélio Alves de Oliveira</b>	2497	Eleito
<b>Total de votos do PL</b>	70343	

Fonte: TSE. *Estatísticas Eleitorais*.

A campanha de 1950 foi a última do PL com candidatura própria ou encabeçando uma chapa eleitoral. A partir de 1951, a aproximação com o PSD se tornará mais evidente, ao ponto de, enfim, experimentarem pela primeira vez uma união, ainda que num pleito municipal. O crescimento do PTB, refletido na vitória de Dornelles e Pasqualini e o progressivo afastamento do PSD sul-rio-grandense em relação ao presidente eleito em 1950, Getúlio Vargas, eram os principais motivos para essas forças partidárias voltarem a tentar negociar e, dessa vez, chegarem a um acordo com a formação e consolidação da Frente Democrática.

#### **4.2. 1951-1954: formação e consolidação da Frente Democrática (FD)**

Bodea (1992, p.97) e Cortés (2007, p.222) afirmam que a eleição de 1950 e seus resultados, especialmente na capital sul-rio-grandense, Porto Alegre, levaram as lideranças de PSD, UDN e PL a unirem-se para tentar derrotar a candidatura petebista no pleito municipal de 1951. De fato, a eleição porto-alegrense daquele ano marcou a estreia de uma aliança política que se repetiria em duas eleições estaduais (1954 e 1958) e uma municipal (1955): a Frente Democrática (FD). Demarcava-se, a partir daquele ano, a divisão do sistema partidário sul-rio-grandense entre o PTB e seus eventuais aliados e um bloco anti-PTB, liderado pelas agremiações associadas a FD, que também podiam, eventualmente, agregar outras forças partidárias em seu apoio. O que Peres e Ribas (2018) chamaram de bipolaridade.

Havia uma força maior – o PSD – que necessitava de outras forças menores para poder enfrentar o partido que havia ganho o pleito anterior, com considerável vantagem, no caso, o PTB. Esses agentes de menor dimensão foram UDN e PL. Essa unidade era necessária uma vez que os pleitos eram de turno único. O PL e a UDN estavam longe de

serem grandes partidos, estruturados e organizados, no Rio Grande do Sul. A UDN ainda o era nacionalmente, mas o PL, mesmo no Rio Grande do Sul, onde tinha uma melhor estruturação e era uma terceira força, não adquiriu o mesmo peso e tamanho que PSD e PTB. Nesse sentido, tanto udenistas quanto libertadores cumpriram o papel de complementos de governo ou de oposição que cabia aos pequenos partidos, seguindo a lógica dimensional construída por Duverger (1970, p.321).

Os pessedistas – ao menos sua elite partidária – estavam afastados de Vargas<sup>579</sup>, podendo aproximar-se dos grupos políticos antigetulistas. Por óbvio, a aliança visava mais do que a eleição em Porto Alegre: o alvo era, na realidade, o pleito estadual seguinte, de 1954. Todavia, a capital era um laboratório interessante, tendo em vista o PTB ter obtido uma vitória avassaladora na capital no pleito de 1950. Dornelles teve uma vitória acachapante em Porto Alegre, como se pode ver na tabela a seguir:

**Tabela 24: Eleição para o governo do Rio Grande do Sul em 1950 – resultados de Porto Alegre:**

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
<b>Ernesto Dornelles</b>	PTB/PSP	65.365	69,08
<b>Cylon Rosa</b>	PSD/PRP	18.920	20
<b>Edgar L. Schneider</b>	PL	9.994	10,56
<b>Mendonça Lima</b>	PSB	337	0,36
<b>TOTAL</b>		94.616	100

Fonte: NUPERGS/UFRGS

No entanto, como será visto mais adiante, a relação entre os três partidos aliados não necessariamente foi tranquila ao longo do tempo. A cada eleição, era preciso reconstruir a aliança, pois embora tivessem como elo um adversário em comum, tinham diferentes interesses e origens, especialmente PSD e PL, afinal, como já citado em momentos anteriores, ambos nasceram, no período democrático inaugurado em 1945, como rivais aflorando, entre os anos de 1945 e 1950, diversos ressentimentos entre um lado e outro, refletidos nas eleições de 1947 e no episódio da Constituinte parlamentarista, assim como na oposição libertadora ao governo de Walter Jobim. Aliar-se a um antigo adversário, ainda que visando derrotar antagonistas em comum, ia ter custos. O PSD teria de abrir espaços de poder aos novos sócios.

Se em 1950 a aliança esteve próxima de se confirmar, em 1951 ela foi formalizada. Todavia, cabe aqui retomar como se deu a construção das candidaturas e das alianças, uma vez que a eleição para prefeito foi confirmada apenas alguns meses antes. Poucos trabalhos aprofundaram-se nos pleitos municipais desse período, mas eles

<sup>579</sup> De acordo com Bodea (1992, p.97), o principal artífice dessa unidade com os partidos antigetulistas em 1951 foi o deputado estadual pessedista, eleito em 1950, Walter Perachi Barcelos.

também são importantes para compreender as definições do sistema partidário brasileiro e, no caso específico, sul-rio-grandense. Bodea (1992) dedicou algum espaço ao tema, Já Cortés (2007) e Cánepa (2005) foram econômicos, sendo que a segunda praticamente tratou o pleito apenas como uma antessala do pleito estadual de 1954. Efetivamente, 1951 foi o laboratório para as eleições seguintes dessa oposição ao trabalhismo que começava a construir uma unidade, mas não foi apenas isso, uma vez que a eleição municipal tinha suas próprias peculiaridades, que acabaram influenciando no resultado.

Dentro do PTB, havia a ascensão de várias jovens lideranças, que adentraram no jogo político após 1945 e que demonstravam saber manusear aquilo que Bourdieu (1989, p.169-173) chamou de *habitus*. Ou seja, dominavam saberes específicos e capacidades gerais do jogo político, tais como a linguagem, a retórica, etc. Leonel Brizola era um desses sujeitos. Em sua dissertação, Samuel Alves (2020) nos apresenta essa capacidade de Brizola: ele tinha capitais e recursos adquiridos, tais como sua formação acadêmica em Engenharia – à qual recorria em suas campanhas eleitorais – além de vínculos construídos com outras estrelas ascendentes petebistas, como João Goulart – de quem era cunhado – e que o deixava próximo do próprio Getúlio Vargas. Já era deputado estadual, eleito em 1947 e em 1950 fora reeleito como mais votado do partido. Além disso, já ocupava cargos dentro da executiva do PTB estadual.

Com todos esses requisitos, Brizola queria dar mais um passo em sua ascensão política: eleger-se prefeito de Porto Alegre. Mas havia um empecilho: a capital gaúcha ainda era um dos municípios em que vigorava uma lei complementar, de outubro de 1947, ao artigo 28, parágrafo segundo da Constituição Federal de 1946: Esse artigo tratava da autonomia dos municípios e no seu segundo parágrafo dizia que “Serão nomeados pelos Governadores dos Estados ou dos Territórios os Prefeitos dos Municípios que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do País.”<sup>580</sup>. Em outubro de 1947, uma lei complementar definiu os municípios que teriam seus prefeitos nomeados, dentre eles, Porto Alegre<sup>581</sup>. Portanto, era preciso derrubar tais restrições para que houvesse eleição para prefeitos – a eleição para vereadores ocorreria normalmente.

---

<sup>580</sup> BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 06/09/2022.

<sup>581</sup> BRASIL. Lei nº. 121, de 22 de outubro de 1947. Diário Oficial da União: seção, Rio de Janeiro, 1947, p.13701. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-121-22-outubro-1947-365025-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 06/09/2022.

Com esse intuito, Brizola procurou Vargas, já ocupando a cadeira de Presidente, no final de agosto de 1951 e recebeu dele o sinal de que o governo federal não se opunha a ideia de retirar as cidades sul-rio-grandenses da lei e devolver suas autonomias administrativas. De forma inteligente, Brizola alegou que seu intuito não era o “interesse eleitoral”, como acusavam os opositores, pois era um governador do PTB que tinha a caneta para nomear o prefeito porto-alegrense. O que o interessava e ao seu partido retirar as “restrições” impostas por “interesses subalternos de uma política antidemocrática”<sup>582</sup> – uma alusão ao rival PSD, pois a lei que impôs as limitações surgiu no governo de Dutra. Em suma, o PTB jogava democraticamente, na retórica brizolista.

No fim do mês, em 29 de setembro de 1951, a lei 1444 foi sancionada por Vargas e Porto Alegre<sup>583</sup> ganhava o direito de eleger seu prefeito. Dali em diante, tudo foi rápido e intenso, o que indica que já havia alguns acertos, ou pelo menos conversas de bastidores, entre os partidos e candidatos, faltando apenas a formalização do pleito, marcado para 1º de novembro<sup>584</sup>.

O PSD tinha um nome definido: Ildo Meneghetti (1895-1980). Tratava-se de um político peculiar. Porto-alegrense, engenheiro de formação, descendente de imigrantes italianos e vinculado a um clube de futebol de Porto Alegre, o Sport Club Internacional – do qual foi presidente em duas ocasiões, entre 1929 e 1933 e durante o ano de 1938, tendo papel decisivo na construção do primeiro estádio do clube (BODEA, 1992, p.98; MENEGHETTI, 2012, 239-263) – Meneghetti dizia ter entrado na política em troca de uma dívida com Cylon Rosa, que o havia ajudado com uma situação pessoal. Cylon queria Meneghetti na nominata do PSD para vereadores em Porto Alegre, em 1947, pois ela estava fraca e precisava de alguém com o “prestígio” dele (MENEGHETTI, 2012, p.16). Meneghetti alegava não ter interesse em política, mas acabou aceitando e sendo

---

<sup>582</sup> Restabelecimento da autonomia para diversos municípios rio-grandenses. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12, 01/09/1951.

<sup>583</sup>BRASIL. Lei nº. 1444, de 29 de setembro de 1951. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, 1951, p.14585. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1444-29-setembro-1951-362074-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 06/09/2022. Além de Porto Alegre, a lei contemplava todos os outros municípios gaúchos que tinham a restrição: Rio Grande, Santa Maria e Canoas. Também curioso notar que apenas as cidades do Rio Grande do Sul foram beneficiadas, sendo que os estados de Amazonas, Pará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso também tinham municípios declarados bases militares de excepcional importância para a defesa externa brasileira. Uma hipótese é de que, de fato, foi uma lei casuística, fruto da pressão de petebistas rio-grandenses, especialmente, Brizola.

<sup>584</sup> Também é indicativo nesse sentido os prazos estabelecidos pelo TRE: as convenções deveriam ser realizadas até 6 de outubro, e o registro das candidaturas até 15 de outubro. Ou seja, haveria poucos dias para as negociações, daí a necessidade de as agremiações já estarem minimamente preparadas para as eleições. Considera o T.R.E. inelegível para o cargo de prefeito o dr. Ildo Meneghetti. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12, 26/09/1951.

eleito, muito em função da notoriedade e popularidade adquirida junto aos colorados – como são conhecidos os torcedores do Internacional (SANTOS, 1984, p.27). De vereador, em 1948 foi nomeado prefeito porto-alegrense por Walter Jobim, cargo que exerceu até 1 de fevereiro de 1951, quando o novo governador, Ernesto Dornelles, o substituiu pelo petebista Eliseu Paglioli.

Dentro do PSD, era um sujeito com forte vinculação ao grupo antigetulista de Perachi Barcelos. Portanto, tratava-se de um candidato com considerável prestígio no município, podendo ser um concorrente capaz de enfrentar o PTB. Mas sozinho o PSD não participaria da empreitada. Antes de indicar Meneghetti, a agremiação precisou resolver duas questões: a possível inelegibilidade do candidato, devido ao fato de ter sido prefeito poucos meses antes das eleições, o que poderia configurar reeleição. A situação foi resolvida em outubro, com o TRE permitindo sua candidatura<sup>585</sup>. A segunda era a formação de uma aliança em torno do seu nome, o que não fora difícil. A direção local pessedista procurou as da UDN e do PL no dia 28 de setembro<sup>586</sup> e no dia 4 de outubro já estava definida a formação da Frente Democrática.

No dia 4 de outubro, aliás, tudo passou a correr mais intensamente: naquele dia seriam as convenções tanto do PTB quanto dos partidos da FD. Um dia antes, porém, o PL já havia feito o convite formal para que Meneghetti representasse a legenda no pleito. Segundo o CP, a escolha foi uníssona entre os libertadores porto-alegrenses:

A fim de escolher o seu candidato à Prefeitura desta capital, esteve reunido ontem à noite, o Diretório Metropolitano do Partido Libertador. A reunião se prolongou até às 22 horas, quando foi aprovado, por unanimidade, o nome do sr. Ildo Meneghetti.

Para transmitir a sua resolução e fazer o convite ao candidato, o Diretório do PL (...) foi à residência do sr. Ildo Meneghetti (...). Em nome do Diretório do PL, falou o dr. Jamil A. Aiquel, que disse da escolha feita pelo seu partido, transmitindo oficialmente o convite, frisando que o PL, ao se decidir pelo nome do candidato, o fazia sem buscar compensação, mas tão somente na certeza de que lutaria para dar à nossa capital um titular que, por todos os títulos, estava à altura do nosso progresso e das necessidades da capital.

Em nome do Diretório Estadual do PL, falou o dr. Décio Martins Costa, que reafirmou as palavras do orador do Diretório Municipal. (...). Com esse

---

<sup>585</sup> O PSP, aliado do PTB, entrou com recurso junto ao Tribunal. Primeiramente, o juiz do caso alegou que como Meneghetti não havia sido o último prefeito antes do pleito, isso não configuraria reeleição. O PSP recorreu e em 24 de outubro – pouco mais de uma semana antes da eleição – o TRE julgou improcedente o pedido do partido adhemarista. Meneghetti estava livre para concorrer. Sobre a tentativa de impugnação de Meneghetti, ver: Impugnado pelo P.S.P. o registro da candidatura do sr. Ildo Meneghetti. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12, 11/10/1951; Aceito o registro da candidatura Meneghetti. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.32, 14/10/1951; Mantido por decisão unânime do T.R.E. o registro da candidatura Meneghetti. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 25/10/1951.

<sup>586</sup> Serão iniciadas imediatamente as consultas em torno do nome do Sr. Ildo Meneghetti. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.4, 28/09/1951.

convite, foi o PL o primeiro partido em nossa capital a lançar oficialmente o seu candidato e formular o convite.<sup>587</sup>

Esse relato vai de encontro ao que Bodea (1992) afirmou sobre a atuação do PL na formação da FD: segundo ele, o acordo e a formalização do mesmo foram “imediatamente registrados no Tribunal Regional Eleitoral, antes que houvesse arrependimento por parte dos maragatos.” (BODEA, 1992, p.98). Para o pesquisador, isso estaria dentro da ideia de que o “purista” Pilla não era tão convicto de participar de um acordo que envolvesse o PSD. Ora, nas fontes aqui relatadas Pilla não aparece, mas Martins Costa sim, pois respondia já pelo Diretório Estadual e demonstrava, na matéria citada, estar de acordo com a indicação de Meneghetti. Sendo ele, naquele momento, o representante máximo libertador no estado, é difícil que não tenha tido o aval do chefe nacional para sacramentar o convite e a adesão à FD. Aliás, o PL o escolheu oficialmente antes mesmo do PSD, o que indica que o risco de arrependimento, se havia, eram mínimos por parte dos maragatos/ libertadores.

Muito antes do pleito e mesmo de se saber se haveria eleição para prefeito em Porto Alegre, o jornal libertador *Estado do Rio Grande* havia publicado um editorial em que defendia a necessidade de alianças nos pleitos municipais, mas dentro da lógica de alianças estadual e nacional adotada pelo PL<sup>588</sup>. Em suma, era preciso fazer alianças com forças que tivessem proximidade de ideias – e dentro disso era válido dizer: partidos que se opunham à Getúlio Vargas. Por óbvio era sabido que o PSD sul-riograndense, majoritariamente, já não tinha mais afinidades com o presidente da República, tampouco com o partido que representava, o PTB.

Sendo assim, o PL já embarcou na FD com a convicção de que era preciso unir forças e deixar diferenças de lado para enfrentar os petebistas, o adversário em comum que tinha, naquela conjuntura, com o PSD. Mais do que isso, Meneghetti já simbolizava o pessedismo antigetulista, sendo mais um motivo para os libertadores serem sócios minoritários daquela aliança. Isso ajuda a explicar uma declaração de Mem de Sá, à época deputado estadual, líder da bancada libertadora e secretário-geral do diretório estadual, sobre Meneghetti, dada ao *Jornal do Dia*, alguns dias após a definição da candidatura da FD, em consonância com o presidente do diretório, Martins Costa: “Como secretário-geral do Partido Libertador, estou de corpo e alma com a candidatura

---

<sup>587</sup> O PL escolheu para seu candidato o sr. Ildo Meneghetti. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 04/10/1951.

<sup>588</sup> Eleições Municipais e Partidos Nacionais. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, s/p, 04/04/1951.

Ildo Meneghetti, que é aliás a mais extraordinária revelação de homem público dos últimos anos, em nosso estado.”<sup>589</sup>.

No dia 4 de outubro, tanto a FD – mais precisamente PSD e UDN, já que o PL já havia oficializado – e o PTB confirmaram as indicações de Ildo Meneghetti e Leonel Brizola<sup>590</sup>. No caso dos trabalhistas, ainda houve uma votação interna, na qual o deputado estadual teve 235 dos 251 votos, contra 12 de José Diogo Brochado da Rocha – que, de acordo com Bodea (1992, p.97), não pleiteava a indicação de forma explícita – e 4 de Manoel Vargas. No dia 5 de outubro, a FD lançava o seu protocolo da aliança<sup>591</sup>: basicamente, o acordo interpartidário definia 1) o apoio dos partidos a Meneghetti; e 2) a composição do órgão dirigente da aliança, com representantes das três agremiações. É importante ressaltar que não se definia explicitamente uma aliança permanente ou duradoura: o documento expressava apenas a necessidade daquela unidade para o pleito de 1951. Por isso cabe aqui as expressões “experiência” e “laboratório”: era um experimento visando futuros pleitos e dependendo do resultado, poderia ser expandida, como, de fato o foi. Mas isso ainda não era previsto naquele instante, embora deixasse brechas para tal, especialmente no item 4, em que estava escrito que manifestava o propósito de que “a aliança se conserve, no terreno político, para a consolidação da democracia”<sup>592</sup>. O que dependeria das circunstâncias e da conjuntura política.

Ainda no dia 5, o TRE determinou que também haveria eleição para vice-prefeito, tendo o PTB escolhido o filho de Getúlio Vargas, Manoel Vargas<sup>593</sup> – e que também já tinha definido seus aliados para o pleito: PSP e PRP. Já a FD demoraria mais um dia para fazer a escolha do candidato a vice, recaindo sobre o deputado estadual libertador e diretor do ERG Henrique Fonseca de Araújo. Segundo a imprensa, tanto UDN quanto PSD apoiaram a escolha, pois não pretendiam fazer indicações<sup>594</sup>. Um indicativo de que o PL estava inserido com relativa força na aliança e, provavelmente,

---

<sup>589</sup> A candidatura Meneghetti apreciada por líderes do P.S.D – U.D.N. e P.L. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.7 e 8, 06/10/1951.

<sup>590</sup> Os srs. Ildo Meneghetti e Leonel Brizola candidatos a prefeitos de Porto Alegre. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 05/10/1951.

<sup>591</sup> Formanda oficialmente a “Frente Democrática”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.22 e 4, 06/10/1951; Consolidação da democracia. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 07/10/1951.

<sup>592</sup> Consolidação da democracia. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 07/10/1951.

<sup>593</sup> Os srs. Ildo Meneghetti e Leonel Brizola candidatos a prefeitos de Porto Alegre. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 05/10/1951.

<sup>594</sup> O T.R.E. recebeu ontem os pedidos de registros dos candidatos ao pleito de 1º de novembro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 05/10/1951; Henrique Fonseca de Araújo será o companheiro de Meneghetti para vice-prefeito. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.7 e 8, 06/10/1951.

tinha votos no município que poderiam ajudar numa eventual vitória da frente liderada pelo ex-prefeito nomeado do PSD<sup>595</sup>.

Figura 12: Campanha dos candidatos da FD Meneghetti e Araújo no Jornal do Dia – 1951



Fonte: *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.2, 31/10/1951.

O PTB teve percalços ao longo da campanha: como lembra Alves (2020, p.40), a candidatura de Brizola, especialmente o seu ímpeto em ascender politicamente e conquistar postos de poder maiores o indispor com ala sindical petebista, especialmente com José Vecchio, que formou uma ala dissidente, o Partido Trabalhista Brasileiro Independente (PTBI), que apoiou o voto Meneghetti-Manoel Vargas. Bodea (1992, p.100) relembra depoimento anos mais tarde de Meneghetti de que o apoio “velado” de trabalhistas fora decisivo para a sua vitória<sup>596</sup>.

De fato, Meneghetti saiu vitorioso do pleito realizado em 1º de novembro. Uma vitória bastante apertada, como mostra as tabelas 25e 26. E não foi uma vitória completa: Araújo foi derrotado por Manoel Vargas, o que indica o sucesso da campanha do PTBI. O PL ficou sem a vice-prefeitura, mas, de qualquer forma, estava na gestão

<sup>595</sup> Ressalta-se que Schneider, quando candidato libertador ao governo estadual no ano anterior, obteve 9.994 votos, o que não era uma quantidade desprezível e que poderia fazer diferença em um pleito municipal como aquele que se avizinhava.

<sup>596</sup> Bodea refere-se a entrevista dada por Meneghetti em setembro de 1977 ao *CooJornal*. Nela, disse que recebeu o apoio de muitos trabalhistas das regiões operárias porto-alegrenses como o Bairro Navegantes. O motivo teria sido o incômodo de um dos moradores, operário e cabo eleitoral do PTB no bairro, com a campanha de Brizola, que, segundo ele, era muito agressiva e com “aquelas mulatas quase nuas no meio da rua”, desrespeitando os moradores, em geral católicos. Dessa forma, esse operário procurou Meneghetti e ofereceu apoio a ele para derrotar Brizola. A entrevista está em: O imbatível Meneghetti. *CooJornal*, Porto Alegre, p.22 e 23, setembro de 1977. Disponível em: [https://issuu.com/nupecc/docs/coojornal\\_edi\\_o\\_20](https://issuu.com/nupecc/docs/coojornal_edi_o_20). Acesso em: 18/09/2022.

uma vez que caberia ao prefeito eleito, obviamente, a administração municipal, cabendo ao vice apenas sucedê-lo em casos específicos de ausência do titular.

**Tabela 25: Eleição para prefeito de Porto Alegre – 1951**

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
<b>Ildo Meneghetti</b>	PSD-PL-UDN	41.930	50,67
<b>Leonel Brizola</b>	PTB-PRP-PSP	40.829	49,33
<b>Total</b>		82.759	100

Fonte: *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.8, 08/11/1951.

**Tabela 26: Eleição para vice-prefeito de Porto Alegre – 1951**

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
<b>Manoel Vargas</b>	PTB-PRP-PSP	40.459	50,62
<b>Henrique F. de Araújo</b>	PL-PSD-UDN	39.466	49,38
<b>Total</b>		79.925	100

Fonte: *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.8, 08/11/1951.

Outro detalhe relevante a se considerar foi a formação da Câmara Municipal porto-alegrense. De acordo com os dados do *Correio do Povo*<sup>597</sup>, a vida do prefeito eleito não seria fácil: a FD havia eleito dez vereadores, sendo quatro do PSD, três do PL e três da UDN. Já a aliança de Brizola também tinha 10: nove do PTB e um do PSP. Sobrava ainda um vereador do PR.

Seja como for, a FD saiu com uma vitória promissora, ainda mais em um município que, um ano antes, havia dado 69% de votos aos trabalhistas. Era uma vitória relevante, que, embora contando com aspectos conjunturais, como as divergências internas do PTB, era relevante. A experiência havia dado certo. A FD podia se expandir para o pleito estadual de 1954, ainda mais que o conjunto dos partidos da frente partiriam para o pleito seguinte em uma situação que fortalecia a unidade: se eram governo na capital sul-rio-grandense, eram oposição ao governo Dornelles no estado e ao governo Vargas no plano federal. 1954 marca, portanto, o momento de consolidação da FD, tendo o PSD ao centro e PL e UDN na órbita.

Todavia, essa consolidação não significou que não se demandasse negociações e articulações para a confirmação da aliança. A retomada da FD para 1954 estava no horizonte das possibilidades, uma vez que o sistema partidário se consolidava numa polarização entre trabalhistas e anti-trabalhistas. Diferentemente do que diz Cánepa (2005, p.174), não se tratava de uma aliança “quase natural”, embora os esforços para a formação da aliança pensando no pleito de 1954 não ocorreu com grandes divergências.

<sup>597</sup> A futura Câmara Municipal de Porto Alegre. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 08/11/1951.

Marcos Asturian (2019, p.173) cita o papel decisivo do pessedista João Neves da Fontoura<sup>598</sup> para a formatação da frente visando essa eleição. Antigo líder do PSDA, Fontoura rompeu com Getúlio Vargas em 1953, quando exercia o cargo de ministro das Relações Exteriores<sup>599</sup>. Ao fazê-lo, não apenas deixou o governo federal, como passou a exercer ferrenha oposição ao então mandatário da República e iniciou articulações não somente para derrotar os trabalhistas no Rio Grande do Sul, mas também objetivando a eleição federal de 1955, o que era evidente em uma carta sua para outra liderança pessedista gaúcha, o ex-deputado federal Glicério Alves, datada de janeiro de 1954:

Como te fiz ver, meu pensamento se circunscreve a uma única coisa: desejar que o nosso Partido triunfe no futuro pleito e ponha termo à anarquia que o trabalhismo implantou em nosso Estado. Não faço referências pessoais nem restrições pessoais. Refiro-me à má administração daquele Partido. Isso vale tanto para o Estado como a União. Considero indispensável encerrar-se a predominância do espírito de aventuras do trabalhismo xenofóbico e sectário e da confusão, que são os característicos do PTB e sua atuação federal. Em outras palavras: estou convencido de que é preciso afastar essa maléfica influência, tanto do Rio Grande como no Brasil.<sup>600</sup>

Também no mês de janeiro, o PL já declarava abertamente ser favorável a manutenção da aliança para o pleito estadual. Em uma nota oficial, os libertadores afirmavam ter, unanimemente, autorizado o presidente do diretório estadual, Décio Martins Costa, a manter as conversas e negociação com o PSD e com a UDN visando reconstituir a Frente Democrática. Deram, ainda, a Martins Costa e ao Gabinete Executivo da agremiação, os poderes para tomar decisões quanto a escolha dos candidatos majoritários e encerraram a nota com críticas semelhantes às aquelas feitas por Fontoura na carta para Glicério Alves, em referência ao PTB, ao dizer que subordinavam os “interesses estritamente partidários” aos:

---

<sup>598</sup> Fontoura (1889-1963) foi um dos membros da “Geração de 1907”, já citada anteriormente, inserindo-se na política estadual dentro do PRR e através dessas relações, assumindo o poder político no seu local de nascimento e reduto político, Cachoeira do Sul, herdando a posição de seu pai, Isidoro Neves da Fontoura, durante a década de 1910. Nos anos 1920, foi deputado estadual e elegeu-se vice-governador na chapa de Getúlio Vargas, em 1928 – cargo esse que acumulou com o de deputado federal. Durante as eleições de 1930 e posteriormente à derrota de Vargas e da Aliança Liberal para Júlio Prestes, foi articulador decisivo para o movimento que levaria Vargas ao poder, fazendo uso das relações que havia estabelecido no Rio de Janeiro enquanto parlamentar. Na década de 1930, acabou rompendo com Vargas, aderindo, em 1932, ao movimento constitucionalista liderado pelos paulistas. Retomou a relação com Vargas durante o Estado Novo, sendo enviado para ser embaixador brasileiro em Portugal. No seu retorno, defendeu a retomada democrática e participou decisivamente das campanhas de Dutra, em 1945, e Vargas, em 1950, assumindo o ministério junto a esse quando eleito, rompendo novamente com Vargas em 1953, como já citado. Sobre Fontoura, ver: Love (1975), Grijó (1998) e *DHBB*, FGV. Verbete: João Neves da Fontoura.

<sup>599</sup> Lisandre de Oliveira (2008) divide o PSD sul-rio-grandense através dos termos “ortodoxos”, para se referir àqueles que haviam se afastado de Vargas, enquanto os getulistas eram o grupo ligado ao PSDA. Fontoura era uma importante liderança do PSDA, mas que com sua demissão em 1953, afastou-se do grupo, aproximando-se dos ortodoxos e atuando na articulação da reedição da FD para o pleito de 1954.

<sup>600</sup> FONTOURA, João Neves da. Destinatário: Glicério Alves. Rio de Janeiro, 07/01/1954.

(...) prementes imperativos do Rio Grande do Sul e do Brasil para a preservação das instituições democráticas e para a conquista de governos que pautem sua ação dentro das normas de rigorosa moralidade administrativa e de permanente defesa do bem comum, da paz e da tranquilidade social, ora tão gravemente ameaçadas com a corrupção reinante, a mistificação demagógica e o asfixiante encarecimento da vida.<sup>601</sup>

A nota dos libertadores permitia compreender que a aliança tinha um alvo: os trabalhistas. E que a retórica da aliança, quando consolidada seria de ataques ao que entendiam como “anarquia”, “confusão” e “demagogia” do PTB. Se desenhava, dessa forma, uma distinção em relação ao adversário: se os trabalhistas representavam tais características, a FD procurava apresentar-se como o oposto, como uma força “verdadeiramente democrática”, como dito por Raul Pilla<sup>602</sup>, capaz administrativamente e defensora da ordem e da tranquilidade social. Durante a campanha, a FD faria uso da expressão “cruzada democrática” (CÁNEPA, 2005, p.179) justamente objetivando perceber os trabalhistas como defensores de algo que não era democrático, que representava tão somente agitação social, o que será ainda mais explorado após o suicídio de Vargas e a consequente reação dos getulistas.

Salve um ou outro imprevisto – como uma entrevista de Flores da Cunha dando a entender que a UDN não tinha nenhum compromisso com a FD<sup>603</sup> e o mesmo ter apenas autorizado em fevereiro de 1954 as negociações com PSD e PL<sup>604</sup> – o acordo interpartidário foi praticamente selado entre pessedistas, udenistas e libertadores naquele fevereiro<sup>605</sup>, com a definição de que o candidato ao governo estadual sairia das fileiras pessedistas, enquanto UDN e PL escolheriam os dois candidatos ao Senado Federal<sup>606</sup> - O PL, naquele momento, já tinha como possível postulante o seu dirigente

<sup>601</sup> Nota oficial do P. Libertador. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.2, 10/01/1954.

<sup>602</sup> Declara o dep. Raul Pilla: o que se impõe desde já é a aliança de todas as correntes verdadeiramente democráticas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.4, 03/01/1954.

<sup>603</sup> Até o dia 15 estará solucionada a questão da "Frente Democrática. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.4, 27/01/1954.

<sup>604</sup> A escolha do candidato será feita pela Frente Democrática (PSD-PL-UDN). *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.2, 18/02/1954.

<sup>605</sup> Assentada em definitivo a ideia do candidato comum dos partidos da "Frente Democrática". *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.2, 18/02/1954.

<sup>606</sup> Vagas de senadores para a U.D.N. e P.L. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.4, 25/02/1954. No pleito daquele ano, seriam renovadas duas cadeiras senatoriais por unidade federativa. No Rio Grande do Sul, iam ser substituídos os senadores Alfredo Simch - eleito suplente em 1947, mas que assumiu a cadeira do titular Ernesto Dornelles quando esse assumiu o governo estadual, em 1951 – e Camilo Teixeira Mércio – também eleito em 1947 como suplente de Getúlio Vargas e que assume a titularidade quando Vargas reassumiu a presidência, em 1951. Sobre ambos, ver: *DHBB*, FGV. Verbetes: Carlos Alfredo Simch e Camilo Teixeira Mércio.

máximo estadual, Décio Martins Costa. Em março, o protocolo da frente estava pronto, sendo assinado no dia 2 de abril de 1954<sup>607</sup>.

**Figura 13: Assinatura do protocolo da Frente Democrática – 01/04/1954**



Martins Costa está assinando o documento, sendo observado por Walter Perachi Barcellos (esq), dirigente do PSD/RS, e Victor Graeff (dir), dirigente da UDN/RS. *Correio do Povo*, Porto Alegre, última página, 02/04/1954

Novamente, o documento tinha como objetivo o pleito, firmando-se como uma aliança eleitoral, mas deixava mais explícito do que o protocolo de 1951 que os partidos trabalhariam em conjunto, como uma coligação, e expressava mais claramente a oposição em relação ao PTB. O preâmbulo do protocolo evidenciava tais críticas, sem citar diretamente os trabalhistas ou o governo Dornelles:

As secções rio-grandenses dos Partidos Social Democrático, Libertador e União Democrática Nacional, tendo presente a grave conjuntura político-social que atravessa o País e o Rio Grande do Sul e atendendo as aspirações populares, no sentido de um movimento que restitua ao Estado a invejável posição que outrora desfrutava, se tem a indeclinável necessidade de conjugação de forças partidárias naquele alto, patriótico e impessoal objetivo e resolvem, por isso, firmar o protocolo pelo qual se constituem em COLIGAÇÃO para disputar as eleições de outubro próximo (...).<sup>608</sup>

Salienta-se que o pleito estava se organizando objetivando a sucessão do governo trabalhista de Ernesto Dornelles. Além disso, o governo federal também era petebista. Para os partidários da FD, o discurso de crise política e social era importante,

<sup>607</sup> Assinado ontem pelos presidentes do PSD, UDN e PL o protocolo da "Frente Democrática". *Correio do Povo*, Porto Alegre, última página, 02/04/1954; Assinado o protocolo da Frente Democrática. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg. 12 e 4, 02/04/1954.

<sup>608</sup> Assinado ontem pelos presidentes do PSD, UDN e PL o protocolo da "Frente Democrática". *Correio do Povo*, Porto Alegre, última página, 02/04/1954; Assinado o protocolo da Frente Democrática. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg. 12 e 4, 02/04/1954.

pois permitia fazer essa distinção em relação ao grupo que estava no poder tanto no estado quanto no país. Não é por acaso que usam expressões como “restituir a posição” sul-rio-grandense, pois tratavam aqueles que ocupavam o poder como os que estavam, com suas políticas, colocando o estado em situação de crise e dificuldades. Todavia, tais críticas, conforme aponta Cánepa (2005, p.170) estavam mais vinculadas ao alinhamento de Dornelles ao governo federal do que a administração estadual propriamente dita, pois o governador não teve grandes dificuldades ao longo do seu mandato para aprovar suas propostas junto à Assembleia Legislativa.

Quanto aos itens do protocolo, cabe destacar alguns, relacionados ao grau de envolvimento que as agremiações deveriam ter. O item 3 evidenciava que o compromisso dos candidatos ao governo estadual e ao Senado Federal era à FD, assim como dos partidos, o que mostrava a necessidade de comprometimento das forças partidárias. Nesse sentido, o item 6 determinava que, em caso de vitória da FD, os partidos da frente tinham o compromisso de apoiar o governo eleito. Em suma, a FD passaria a ser não mais apenas uma aliança eleitoral, mas também uma aliança parlamentar e de governo, o que não estava tão explicitamente previsto em 1951. Tal comprometimento indicava que os dirigentes da FD pretendiam mantê-la por mais tempo. A questão que ficava – e que será debatida mais adiante – é até que ponto os três partidos, com as diferenças existentes entre eles, conseguiriam conservar a aliança. A união apenas em função de um adversário em comum era pouco para tal, ainda mais quando, caso vencedores, teriam de compartilhar o poder. Outro item importante era o 8: nele, os partidos se comprometiam em atuar em conjunto na escolha de um candidato para a Presidência da República, em 1955. Esse item demonstrava que a FD buscava ser um ator relevante não só nas questões estaduais, mas também federais.

Um trecho especificava porque era fundamental para o funcionamento do acordo o engajamento das forças partidárias partícipes: tratava-se do item 4, que indicava a formação de uma Comissão Central da FD com cinco representantes de cada um dos partidos e que seria a última instância para a escolha do candidato ao governo estadual, a partir das escolhas feitas nos órgãos partidários respectivos. Dessa forma, os membros precisariam estar de acordo com as indicações e os partidos teriam de respeitar a decisão caso não fosse aquela proposta por eles. Em 1954 funcionou bem, em outros pleitos, como os de 1958 e de 1962 – nesse último, quando já não era mais a FD, mas a Aliança Democrática Popular (ADP), mais ampliada em termos de partidos políticos – houve vários problemas entre as agremiações nessas discussões.

Embora a intenção nesse capítulo seja compreender as negociações e articulações em que o PL se envolveu no Rio Grande do Sul, e nesse subcapítulo, mais especificamente sobre a formação e consolidação da FD, cabe aqui avançar e tratar da escolha das candidaturas, uma vez que, no caso da eleição senatorial, os libertadores organizaram uma candidatura apartidária que fora decisiva para o resultado favorável aos frentistas naquela eleição.

Com relação a candidatura ao governo estadual, Meneghetti era a indicação mais visível. Já em janeiro daquele ano, ainda durante as negociações para a formação da FD, Heitor Galant, deputado estadual do PL, indicava que o prefeito porto-alegrense era o “candidato natural” da oposição<sup>609</sup>, caso confirmasse a união entre as agremiações. Dentro do PSD, Fontoura, na sua carta já citada para Glicério Alves, também sugeria preferência por Meneghetti<sup>610</sup>. Todavia, era dentro do próprio PSD que residia algum conflito, uma vez que Clóvis Pestana<sup>611</sup> e Marcial Terra<sup>612</sup> também pretendiam disputar a vaga (CÁNEPA, 2005, p.175). Tal situação preocupava os pessedistas, uma vez que Meneghetti era um nome aceito pelos aliados, especialmente o PL, temendo-se um afastamento e não-concretização da FD caso outro fosse o postulante<sup>613</sup>. Os nomes de Pestana, Terra, Meneghetti e ainda de Adroaldo Mesquita da Costa<sup>614</sup> foram selecionados pelo PSD para passar pela Comissão Central da FD<sup>615</sup>. Na Comissão, a

---

<sup>609</sup> Heitor Galant: - Meneghetti é o candidato natural da oposição. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg. 2, 15/01/1954.

<sup>610</sup> FONTOURA, João Neves da. Destinatário: Glicério Alves. Rio de Janeiro, 07/01/1954.

<sup>611</sup> Um dos fundadores do PSD, Clóvis Pestana era engenheiro e foi prefeito de Porto Alegre nomeado durante o ano de 1945, durante a interventoria de Cylon Rosa no Rio Grande do Sul. Foi ainda Secretário de Obras do Rio Grande do Sul entre 1945 e 1946, Ministro da Viação entre 1946 e 1950, no governo Dutra e em 1961, durante o governo de Jânio Quadros. Elegeu-se deputado federal em 1950 e foi reeleito até as eleições de 1966, já pela ARENA. Sobre Pestana, ver: *DHBB*, FGV. Verbete: Clóvis Pestana.

<sup>612</sup> Terra era um veterano político, tendo atuado durante os anos 1930 como chefe político do PRR no município de Tupanciretã. Envolveu-se no Movimento Constitucionalista de 1932 ao lado da oposição getulista no Rio Grande do Sul. No período da República Democrática, exerceu papel de liderança do PSD na região central do estado e alcançou a suplência de deputado federal em vários pleitos, tendo exercido temporariamente o mandato nos anos 1960. Sobre Marcial Terra, ver: *DHBB*, FGV. Verbete: Marcial Terra.

<sup>613</sup> Balanço das atividades dos grupos e partidos nesta semana. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.12, 13/03/1954.

<sup>614</sup> Adroaldo Mesquita da Costa atuou politicamente nos anos 1930, tendo sido deputado federal constituinte em 1934 e estadual constituinte em 1935, tendo exercido o mandato até 1937. Vinculado ao laicato católico, encerrou as atividades políticas com o golpe do Estado Novo, em 1937, retornando com a democratização de 1945, participando do PSD, elegeu-se deputado federal constituinte em 1945 e foi ministro da Justiça do governo Dutra entre 1947 e 1950. Voltou a eleger-se deputado federal em 1951, encerrando o mandato em 1955. Foi ainda vereador em Taquari/RS, sua cidade natal, entre 1956 e 1959, exerceu a função de secretário da Educação do Rio Grande do Sul entre julho de 1958 e janeiro de 1959 e foi Consultor-Geral da República, escolhido após o golpe de 1964, e exercendo o cargo até 1969. Sobre Mesquita da Costa, ver: *DHBB*, FGV. Verbete: Adroaldo Mesquita da Costa.

<sup>615</sup> PSD indica 4 nomes: Marcial Terra, Ildo Meneghetti, Clovis Pestana e Adroaldo. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg. 2, 25/03/1954.

decisão foi unânime entre os 15 membros: o candidato ia ser Meneghetti<sup>616</sup>, cabendo apenas aos partidos homologarem a indicação em suas convenções<sup>617</sup>.

Se a escolha do nome para concorrer ao Palácio Piratini ocorreu sem grandes sobressaltos nas hostes frentistas, o mesmo não se podia dizer dos petebistas, aspecto observado por Douglas Angeli (2020, p.84-91) através das cartas de Fontoura a outros políticos:

A percepção dessa situação levou João Neves da Fontoura, novamente rompido com Vargas, a manifestar ao diplomata Afonso Palmeiro, em janeiro de 1954, o seguinte diagnóstico: o caso do Rio Grande do Sul poderia ser considerado perdido para Getúlio, pois “os homens do PTB não se entendem”. Enquanto isso, pela primeira vez se formava para as eleições estaduais a aliança que havia levado Ildo Meneghetti à vitória nas eleições municipais de 1951 em Porto Alegre – derrotando Leonel Brizola na disputa pela Prefeitura: a Frente Democrática formada por PSD, PL e UDN (ANGELI, 2020, p.84).

Havia ao menos quatro pretendentes ao cargo: Alberto Pasqualini, José Diogo Brochado da Rocha, João Goulart e José Loureiro da Silva. A análise dessa disputa interna foi feita por vários autores já, destacando-se mais recentemente o próprio Angeli e Marcos Asturian (2019). Ressalta-se que o PTB se definiu apenas dois meses após a FD, o seu candidato, com a participação decisiva de Getúlio Vargas e das lideranças ascendentes do trabalhismo sul-rio-grandense como João Goulart e Leonel Brizola. Tratava-se do veterano senador Alberto Pasqualini. A definição causou rachas internos, especialmente com José Diogo Brochado da Rocha, que ao ser preterido, lançou sua candidatura pelo PSP, de Adhemar de Barros.

Além de Meneghetti, Pasqualini e Brochado da Rocha, havia uma quarta candidatura: a do PRP, liderada por Wolfram Metzler. A decisão perrepista de uma candidatura própria, segundo Claudira Cardoso (2014, p.32), teria sido para demonstrar independência partidária frente às outras forças e uma resposta a essas mesmas forças de que o partido estaria cansado de apoiá-las e não verem essas agremiações cumprirem os compromissos com a legenda. Pode-se interpretar, assim, que o PRP pretendia mostrar seus recursos eleitorais e ter maior poder de barganha junto aos dois grandes blocos, PTB e FD. De fato, o PL fez críticas à decisão dos perrepistas em editoriais do ERG, já mais próximos da eleição: em um editorial com o título de “hora de mudar”<sup>618</sup>

<sup>616</sup> Indicação unânime do Sr. Ildo Meneghetti como candidato da "Frente Democrática". *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.14, 14/04/1954.

<sup>617</sup> Na Convenção pessedista, curiosamente, a escolha não foi unânime, ainda que fortemente favorável a Meneghetti: ele obteve 247 votos contra 4 dados a Clóvis Pestana. Homologada a candidatura Ildo Meneghetti por 247 votos contra 4. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg. 2, 27/04/1954.

<sup>618</sup> Hora de Mudar. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, s/p, 25/09/1954.

– uma ironia ao slogan de campanha de Metzler – o editorialista libertador chamou a candidatura do PRP de “diversiva” e que se tratava de uma “fuga e um crime” e que se queriam renovação e mudança, como diziam, isso não seria feito com a divisão das forças. Se queriam mudanças, deveriam se unir aos que também as desejavam – no caso, a FD. Aliás, o editorial mostrava mais uma vez que o PL não tinha pruridos em buscar aliança junto ao partido de Plínio Salgado, como a bibliografia clássica e mesmo mais recente insistem em afirmar. Como qualquer partido político, fazia cálculos e atuava com pragmatismo.

Alguns dias antes desse editorial, ainda sob impacto do suicídio de Vargas, em 24 de agosto de 1954, os perrepistas afirmaram que Pilla o havia procurado visando uma aproximação ou mesmo inserção do PRP na FD<sup>619</sup>. Os perrepistas teriam recusado a proposta, enquanto Pilla negou que houvesse feito o convite, dizendo ter apenas sondado os partidários do PRP em nome de uma fórmula alta contra os petebistas e que não ofereceu a vaga libertadora ao Senado em troca do apoio<sup>620</sup>. Se a palavra de Pilla era aquela mesma, de apenas uma união em torno do anti-petebista ou de fato houve tentativa de abrir negociações no sentido de ampliar a frente, não é possível dizer, mas de qualquer forma, houve algum tipo de conversa, novamente, envolvendo libertadores e os partidários de Plínio Salgado. O liberalismo libertador ia até onde os interesses eleitorais e partidários permitiam, o que significava que não havia indecisão quando os interesses políticos falavam mais alto do que a ideologia. O que, aliás, está longe de ser um problema para os partidos uma vez que estão inseridos nesse sistema de trocas partidárias, necessárias para sua sobrevivência, como lembra Offerlé (1987).

As quatro candidaturas<sup>621</sup> postas demonstravam aquilo que Peres e Ribas (2018) destacavam sobre o sistema partidário sul-rio-grandense: tratava-se de uma polarização entre dois blocos – PTB e FD – mas não um bipartidarismo, uma vez que havia outras duas candidaturas, além das eleições proporcionais, nas quais cada partido concorria sozinho, mesmo os da FD.

Já as candidaturas ao Senado tiveram um papel importante no pleito, tendo em conta outros elementos presentes nas disputas eleitorais daquela época: o catolicismo e o discurso anticomunista. O PTB lançou as candidaturas de João Goulart e Ruy Ramos

---

<sup>619</sup> O deputado Raul Pilla propôs um acordo ao P.R.P. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.24, 03/09/1954.

<sup>620</sup> O sr. Raul Pilla e a retirada da candidatura Wolfram Metzler. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.4, 07/09/1954.

<sup>621</sup> Inicialmente havia uma quinta candidatura: João Pereira Sampaio (PSB) e apoiado pelos comunistas. No entanto, a sua candidatura foi retirada na reta final para que os socialistas apoiassem Alberto Pasqualini (ANGELI, 2020, p.131).

– sendo que o último era um protestante metodista, bastante crítico aos católicos, favorável ao divórcio, aspectos destacados por autores como Bodea (1992, p.127) e Angeli (2020, p.291). Já a FD tratou de lançar, conforme constava no protocolo da aliança, um candidato da UDN e um do PL, já que ao PSD coube a do candidato ao governo estadual. Dessa forma, o deputado estadual udenista Daniel Krieger e o presidente do diretório libertador do estadual Décio Martins Costa foram os nomes indicados<sup>622</sup>.

No entanto, em maio, Martins Costa anunciava que não desejava concorrer ao Senado Federal, alegando que não gostaria de deixar seus compromissos profissionais em Porto Alegre<sup>623</sup>. Tal decisão levou os libertadores a discutirem um novo designado para a candidatura. No mês de junho, o PL surpreendia ao lançar o nome do ex-presidente da LEC e professor universitário Armando Câmara como postulante a uma das vagas em disputa<sup>624</sup>. Naquela mesma noite da reunião dos dirigentes libertadores, uma comissão de três membros partidários iria à residência de Câmara para fazer o convite oficial.

Como referido no capítulo anterior, Câmara era uma das eminências pardas do laicato católico do Rio Grande do Sul. Sua presença na campanha – dessa vez como candidato – indicava aos eleitores que a FD fazia um investimento considerável junto aos católicos. Mem de Sá (1981, p.128-131), ao relatar como Martins Costa – também ele um líder católico – teve a ideia de abrir mão da tentativa de chegar à Câmara Alta nacional em prol de Armando Câmara - que, importante ressaltar, havia apoiado Martins Costa em 1947 ao governo estadual - lembra que era uma eleição que “empolgava” o público católico e que os discursos públicos de Câmara com forte teor anticomunista e antipetebista animavam as forças contrárias ao PTB. Segundo o libertador, Martins Costa articulou a escolha e a comunicou em reunião no seu consultório médico no Centro da capital sul-rio-grandense:

Um belo dia Décio mandou avisar-nos para não faltarmos a seu consultório naquela tarde. O chamado apenas revelava que algo grave ocorria porque, todos os dias, pelas seis da tarde, o núcleo da nossa direção partidária se reunia na ultima sala do conjunto que o pediatra ocupava no edifício da rua de Bragança esquina da Andradas. (...).

<sup>622</sup> Além deles, foram candidatos ao Senado Federal ainda Nestor Rodrigues (PRP) e Tarso Côrrea (PSP).

<sup>623</sup> Não deseja o sr. Décio M. Costa concorrer ao Senado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg. 4, 14/05/1954.

<sup>624</sup> Indicado pelo PL para concorrer à senatoria o sr. Armando Câmara. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg. 4, 23/06/1954.

Naquele dia, Martins Costa apressou as consultas, despediu o último cliente e veio, com os olhos miúdos despejando chispas de incontida satisfação, narrar o grande sucesso.

Tinha sabido que o Partido Democrata Cristão, em início de atividades no Estado, estava sondando o Professor Armando Câmara para disputar a senatoria por sua legenda. Pior ainda: o mestre não se mostrava infenso à idéia que já tomava contornos iniludíveis. Isto significaria a última pé de cal em nossas esperanças, diante da divisão das forças em face do monolítico PTB.

Dono da notícia, Décio não titubeou: correrá à casa de seu primo Câmara e, após uma hora de boa argumentação, com apelo à tradição maragata e cívica da família Visconde de Pelotas, alcançara a aquiescência do mestre filósofo.

Tamanha significação da conquista que todos concordaram com o abuso de autoridade do Décio ao tomar uma iniciativa dessa gravidade sem prévia audiência pelo menos do gabinete executivo do Partido. (...).

O certo é que, com o reforço do eleitorado católico, acompanhando seu grande líder, a campanha redobrou o entusiasmo. (SÁ, 1981, p.129-130).

Vários pontos se destacam nesse excerto: primeiro, que consultório de Martins Costa funcionava como uma espécie de escritório informal. Tal situação, de encontros entre os dirigentes frentistas naquele ambiente se repetiam com frequência durante o período eleitoral.

Segundo, a narrativa de Sá indicava que Martins Costa jogava com a possibilidade de ter a sustentação católica através da figura de Câmara. Sua imagem estava vinculada ao catolicismo e sua retórica anticomunista encaixava naquilo que a FD pretendia utilizar na campanha contra o PTB. Algo identificado por autores como Angeli (2020, p.291-297), que enfatizam ainda que o próprio partido trabalhista desdenhou a força eleitoral da Igreja ao admitir um candidato ao Senado explicitamente avesso aos católicos, somado ainda a um candidato ao governo – Pasqualini - que já gerava desconfianças junto ao clero desde 1947. Nesse sentido, o veto da LEC a Ramos e o fato de Câmara ter sido escolhido como “candidato prioritário” da liga teria grande influência junto aos católicos. A ideia foi confirmada pelo udenista Alcides Flores Soares Jr., que revelou ter ouvido de Décio Martins Costa que ia arrumar um “homem para ganhar” no Senado e que para ele, a estratégia se mostrou bem-sucedida: “(...) quem derrotou Jango foram dois fatores – primeiro o Câmara e segundo, o companheiro de Jango, Seu Rui Ramos, anti-clerical (...).”<sup>625</sup>

Em terceiro, um aspecto interno partidário: Martins Costa teria tomado a decisão de convidar Câmara sem consultar os órgãos da agremiação. Sá acabava entregando que a democracia interna dentro das hostes libertadoras não era comumente respeitada, ainda que tivessem aceito aquela ação devido a “grande conquista”. Todavia, podia

---

<sup>625</sup> SOARES, Alcides Flores. Depoimento (1978). Entrevistador: Héglio Trindade. Porto Alegre, 1978. Acervo de História Oral. NUPERGS/UFRGS.

também ser um recurso narrativo do ex-senador libertador: é possível que Martins Costa tivesse comunicado informalmente sua renúncia e a nomeação de Câmara, mas ainda assim foi necessária uma convenção partidária para homologar a decisão, conforme narrado pela imprensa da época, com especial destaque para o *Jornal do Dia* – jornal vinculado aos católicos laicos e fundado pelo próprio Câmara<sup>626</sup>. Um quarto ponto é de que, embora Câmara fosse o candidato indicado pelo PL, não se tratava de um membro orgânico libertador, mas sim, de uma candidatura apartidária, já que também havia sido convidado e homologado pelo PDC, então nascente no Rio Grande do Sul<sup>627</sup>.

O outro candidato ao Senado da FD, Daniel Krieger, confirmou, em suas memórias, que a chegada de Câmara tinha o intuito de atrair os católicos - ainda que não cite que a proposta veio de Martins Costa especificamente, mas do PL como um todo - e deixa transparecer algum ressentimento. A LEC priorizou Câmara e rechaçou Ramos, mas manteve-se aberta tanto quanto ao próprio Krieger quanto ao outro candidato trabalhista, João Goulart (KRIEGER, 1976, p.90). O udenista contava, dessa forma, com a derrota certa e ainda diz ter ouvido do próprio Meneghetti que a política era injusta, pois “Tu estás integralmente empenhado na luta. Vais ser derrotado. O professor, que se encontra em casa, vai ser eleito.” (KRIEGER, 1976, p.90). Ao fim, o prognóstico de Meneghetti não se confirmou e Krieger também fora eleito.

É difícil mensurar o quanto a candidatura de Câmara teve efeito na campanha, mas é provável que tenha tido algum efeito favorável a FD naquele pleito em que o anticomunismo, fortemente combatido pela Igreja Católica, como bem retratou Rodeghero (2003) era um dos assuntos do debate político. Para Cortés (2007, p.233-234), Câmara foi o nome “competitivo e popular” necessário para frear o avanço do PTB e mobilizar o eleitorado católico contra Ruy Ramos. Além de um dos rivais de Câmara ser um protestante, somava-se ainda ao contexto a reaproximação entre o PTB e o PCB após a morte de Vargas, dando munção a FD para criticar tal aliança, conforme lembra Marcos Asturian (2019), especialmente através da figura do professor católico:

*O a pedido* sob o título “O Evangelho do Professor”, mandado publicar pelo “Movimento Universitário Pró-Armando Câmara”, ratificou as acusações do candidato opositor ao Senado de que havia uma união entre trabalhistas e comunistas. Nesse documento, demonstrou-se que Jango era simpático aos “extremistas vermelhos” e que no PTB – seção paulista – oito candidatos comunistas foram inclusos na agremiação para concorrerem à Câmara

<sup>626</sup> Armando Câmara candidato a Senador. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, pg. 8, 23/06/1954.

<sup>627</sup> O PDC no Rio Grande do Sul será tratado mais adiante. Ressalta-se apenas aqui que, oficialmente, o partido apoiou Câmara e informalmente, apoiou Meneghetti. Armando Câmara candidato a Senador. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, pg. 8, 23/06/1954; Apoio do PDC ao sr. Meneghetti. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg. 26, 03/08/1954.

Federal e à Assembleia Legislativa daquele Estado. Por fim, ressaltou a ligação PTB/PCB divulgada no Manifesto do Comitê Central do Partido Comunista. Outro *a pedido* mandado publicar por um “grupo de católicos gaúchos” destacou o papel elementar de Armando Câmara no combate ao comunismo e sua denúncia em relação à “aliança entre os petebistas e o comunismo”. (ASTURIAN, 2019, p.238-239)

A morte de Vargas, aponta ainda Angeli (2020, p.294) tirou de cena a liderança que conseguia intermediar algum diálogo com setores do clero, o que foi prejudicial para a campanha petebista, já tão visada pelos católicos. Bodea (1992) destaca que após o suicídio de Vargas, a FD explorou na campanha que o PTB havia se comunizado e era sinônimo de desordem e radicalização. Dessa forma, os frentistas podiam vender-se como os defensores da ordem, da tranquilidade e da religião e para tal Câmara e seu discurso conservador cristão e anticomunista era fundamental. Se foi suficiente para garantir a vitória, é difícil dizer e concorda-se aqui com Douglas Angeli (2020, p.234) com relação a impossibilidade empírica de avaliar o quanto essa campanha da FD impactou, ou mesmo o suicídio de Vargas influenciou no pleito. O fato é que Câmara teve uma votação considerável, superior mesmo à de Meneghetti, eleito governador, como se verá, para efeitos de comparação, nas tabelas 27 e 28:

**Tabela 27: Eleição para o governo do Rio Grande do Sul - 1954**

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
<b>Ildo Meneghetti</b>	PSD/UDN/PL	386.821	47,08
<b>Alberto Pasqualini</b>	PTB	356.183	43,35
<b>Wolfram Metzler</b>	PRP	71.110	8,66
<b>José Diogo Brochado da Rocha</b>	PSP	7.396	0,9
<b>Pereira Sampaio</b>	PSB	73	0,01
<b>TOTAL</b>		821.583	100

Fonte: TSE, *Repositório de Dados Eleitorais*; Cánepa (2005, p.201)

**Tabela 28: Eleição para o Senado Federal do Rio Grande do Sul – 1954**

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
<b>Armando Câmara*</b>	PL/UDN/PSD	402.438	26,86
<b>Daniel Krieger*</b>	UDN/PL/PSD	383.010	25,56
<b>João Goulart</b>	PTB	346.198	23,1
<b>Ruy Ramos</b>	PTB	299.188	19,97
<b>Nestor Rodrigues</b>	PRP	60.814	4,06
<b>Tasso Corrêa</b>	PSP	6.892	0,46
<b>VOTOS NOMINAIS**</b>		749.270	100
<b>TOTAL</b>		1.498.540	200

Fonte: TSE, *Repositório de Dados Eleitorais*; Cánepa (2005, p.202).

\* Eleição de renovação de dois terços das cadeiras senatoriais por Estado. Dessa forma, elegeram-se os dois primeiros colocados, Câmara e Krieger.

\*\* Cada eleitor podia votar em dois candidatos, por isso o número de votos nominais é metade dos votos totais.

Analisando superficialmente os números, é possível inferir que Câmara possivelmente foi o segundo voto de muitos eleitores que tinham como voto preferencial João Goulart ou Nestor Contreiras Rodrigues. Ambos tiveram em torno de 10 mil votos a menos do que os candidatos a governador de suas agremiações partidárias - Pasqualini e Metzler, respectivamente. Câmara, por sua vez, obteve quase 15 mil votos a mais do que Meneghetti, da sua chapa. No caso do perrepista, talvez fosse um movimento esperado, uma vez que o PRP lançou apenas um candidato em uma eleição senatorial que poderia ter dois votos, mas no caso de Goulart havia a possibilidade do voto petebista em Ramos, e o que se nota é que ele teve muito menos votos: em torno de 47 mil votos a menos que Goulart, e na comparação com Pasqualini, em torno de 57 mil votos de diferença. Um indicativo de que a estratégia da candidatura Câmara havia sido muito bem-sucedida. Seria necessária uma análise pormenorizada para confirmar essa hipótese, porém esse breve comparativo direciona para tal caminho.

Nas eleições proporcionais, o PL apresentou números bastante interessantes, o que indicava a influência dos votos libertadores na vitória de Meneghetti – e que teriam faltado para Cylon Rosa em 1950 - assim como indicam que Câmara pode ter tido influência em uma maior votação aos libertadores. O PL elegeu 3 deputados federais e teve um acréscimo de votos totais consistente: em 1950 haviam sido 54.195, em 1954 o partido alcançou 93.811, um acréscimo de 39.616 sufrágios. Num universo de 805.204 votos válidos, isso significava 11,65%, atrás apenas de PTB e PSD.

**Tabela 29: Cinco candidatos a deputados federais mais votados do PL no Rio Grande do Sul – 1954**

<b>NOME</b>	<b>VOTOS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
<b>Raul Pilla</b>	37088	Eleito
<b>Edgar Luís Schneider</b>	17015	Eleito
<b>J.P. Coelho de Souza</b>	16426	Eleito
<b>Rinaldo Pereira da Câmara</b>	4928	1º Suplente
<b>Lucídio Ramos</b>	4925	2º Suplente
<b>Total de votos do PL</b>	93811	

Fonte: TSE. *Estatísticas Eleitorais*.

Na Assembleia Legislativa o PL alcança também um resultado favorável, ao eleger a terceira maior bancada, com sete deputados estaduais, uma a mais em relação a 1950 e duas em relação a 1947. As duas maiores bancadas foram do PTB, que conquistou 23 cadeiras e do PSD, com 15. Houve crescimento de votos tanto totais como relativos também: de 70.343 em 1950, o PL teve, em 1954 107.209 sufrágios. Um

aumento de 36.866 votos. O total de eleitores válidos foram de 808.178 para a eleição parlamentar estadual. Com isso em termos relativos, o PL teve 13,27% dos votos ante os 10,37% de 1950.

**Tabela 30: Deputados estaduais eleitos pelo PL no Rio Grande do Sul - 1954**

<b>NOME</b>	<b>VOTOS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
<b>Manoel Braga Gastal</b>	6612	Eleito
<b>Henrique Fonseca de Araújo</b>	6443	Eleito
<b>Francisco Solano Borges</b>	5446	Eleito
<b>Paulo Brossard</b>	4666	Eleito
<b>Norberto Schmidt</b>	4515	Eleito
<b>Heitor Galant</b>	4290	Eleito
<b>Amadeu Weinmann</b>	4132	Eleito
<b>Total de votos do PL</b>	107209	

Fonte: TSE. *Estatísticas Eleitorais*.

A eleição em coligação majoritária se mostrou bem-sucedida para a FD naquele momento. Evidentemente contou favoravelmente o contexto político da época, que oportunizou, através do PL, explorar o peso do catolicismo e do anticomunismo com a inserção de uma candidatura explicitamente católica e conservadora, além da conjuntura pós-suicídio de Vargas e mesmo as dificuldades internas do PTB na escolha de seus candidatos. Para os sócios minoritários da aliança – PL e UDN – foi a forma mais acessível de alcançar o poder. Gláucio Soares (2001, p.150-153) diz que as eleições majoritárias são mais propensas às alianças pois apenas elege-se quem tem mais votos, aumentando as chances de que um partido lançando candidaturas de forma solitária, sem alianças, ser derrotado. Dessa forma, é mais vantajoso para os partidos unirem-se no pleito, aumentando as chances de vitória.

O aprendizado do PL quanto a isso se deu apenas em 1951, experimentalmente, e consolidou-se em 1954, com a formação, ao lado de PSD e UDN, da Frente Democrática. Como vimos, o mote público da aliança era impedir a vitória petebista. De fato, esse era um dos fatores que reuniu esses partidos que até então tinham algumas divergências, especialmente libertadores e pessedistas, divergências ligadas às origens de ambas as agremiações na República Democrática. Mas não era o único fator. Voltamos a Soares, tratando dos motivos racionais de um partido pequeno se aliar a um grande:

Para esse partido (pequeno), concorrer sozinho é perder na certa. Aliar-se a um perdedor cujos votos somados ao do partido em pauta sejam claramente

insuficientes para ganhar as eleições é, igualmente, perder. Dar seus votos a um possível vencedor que não lhe dará nada em troca tampouco traz ganho. A solução, então, será uma combinação ótima da probabilidade de êxito e lucro político, em caso de vitória. Nota-se que essas decisões não se tomam abstratamente, num vácuo existencial, mas em situações concretas, nas quais diferentes partidos e candidatos oferecem diferentes vantagens pelos votos controlados pelo partido em questão, tendo também diferentes probabilidades estimadas de vitória nas eleições (SOARES, 2001, p.150).

Vencer sozinho não era possível e isso o PL aprendeu com os pleitos de 1947 e 1950. O PL e PSD aproximavam-se mais devido ao anti-trabalhismo e antigetulismo do que propriamente por afinidade programática. Mais, a elite libertadora tinha noção da importância dos seus votos para uma possível vitória eleitoral do PSD contra os petebistas, dado esse especificado pelo deputado federal Coelho de Souza ainda em meio às conversas para a formação da frente estadual<sup>628</sup>. É possível dizer mesmo que o PL saía ainda mais fortalecido com o pleito encerrado: não só dera seus votos aos pessedistas, como garantiu a eleição de um senador que possivelmente trouxe consigo os votos católicos para a chapa como um todo; aumentava, enquanto legenda, sua votação legislativa – o que lhe dava maior influência no bloco parlamentar governista. Para a elite libertadora, o custo da sua presença na frente havia aumentado e esse conflito em busca de maiores recursos e capitais políticos junto ao PSD surgiria nos anos seguintes. O discurso podia ser de que a aliança era apenas por “objetivos públicos”<sup>629</sup>, entre tantas outras manifestações de libertadores - um discurso que é mais um capital partidário, visando mobilizar as bases (OFFERLÉ, 1987, p.50-51). Na prática o que se buscava também eram espaços de poder e de influência política.

Na verdade, essa disputa interna da aliança já aparecia logo após a eleição de Meneghetti, na definição do secretariado do governo do pessedista: Mem de Sá encaminhou uma carta, a que chamou de “relatório semi-oficial” do diretório regional libertador, para Pilla queixando-se das negociações com o PSD. Alegava que os pessedistas haviam esquecido “que houve uma Frente Democrática para as eleições”<sup>630</sup>. Relatava que Martins Costa estava impaciente com o silêncio do governador eleito quanto ao espaço dos aliados. Quando a reunião foi feita, Martins Costa ouviu de

---

<sup>628</sup> Em entrevista ao DN, Coelho de Souza afirmou que o PL não entrava em alianças por compensações políticas ou cargos públicos – o que se mostrará, a seguir, que não era bem assim – mas que o PL era o “fiel da balança” eleitoral. Coalizão PSD-PL-UDN não para apoiar Meneghetti, mas força de resistência democrática com candidato ao governo. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg. 12 e 4, 06/02/1954.

<sup>629</sup> Coalizão PSD-PL-UDN não para apoiar Meneghetti, mas força de resistência democrática com candidato a governo. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg. 12 e 4, 06/02/1954.

<sup>630</sup> SÁ, Mem de. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 08/11/1954.

Meneghetti que o PL já tinha suas secretarias e secretários definidos, sem que tivesse ouvido antes a direção do partido:

...eis a sumula do que o nosso Presidente oficialmente colheu: Meneghetti praticamente já tem todo o seu governo delineado (...). Ao P.L. destina a Secretaria da Fazenda porque, sendo os libertadores animosos, enérgicos, rígidos, com a necessária coragem para contrariar interesses, a eles se indica tal posto. Assim foi dito ao Décio, quando este, diante do teor vago e impreciso e que a conversa se arrastava, conscientemente se decidiu à inconveniência de aludir ao desejo – de um grande setor partidário – de ser entregue a um libertador a S. (Secretaria) da Educação. Não: está será para a U.D.N., foi dito. Para o P.L. a que tenho eu tenho é a da Fazenda. Há mais. Os nomes também estão decididos. Assim, por exemplo, o dr. Bonifácio Costa – que aderiu ao P.L. durante a campanha – já foi oficialmente convidado para o Dep. da Saúde, sem qualquer prévia à direção partidária. Explicação: trata-se de cargo técnico, em que “não quero” política. (...). O quadro, pois, é o seguinte. Ao PL, a Fazenda; à UDN, a Educação; as outras três, ao PSD. Por coincidência nestas outras – Interior, Agricultura e Obras Públicas – estão os maiores departamentos e autarquias do Estado. No Interior: Polícia, Brigada, Justiça, Cadeias e Foros. Na Agricultura: IRGA, Inst. Carnes, Campal, etc. Nas Obras Públicas: DAER, Viação Férrea, Portos Rios e Canais, Saneamento, (...) <sup>631</sup>.

A seguir, relembra que Décio questionou a quem Meneghetti pretendia convidar entre os libertadores para a Fazenda, e citou José Truda Palazzo, um “grande técnico e libertador”, segundo Sá. Por fim, Sá pedia a Pilla para interceder junto ao governo, pois sentia que aquilo que havia sido essencial para o apoio libertador – um governo coletivo, com a participação dos partidos e dos secretários – estava sendo esquecido pelo governo eleito. Dizia admirar os nomes de Costa e Palazzo, mas não eram “representantes diretos” do PL – não pertenciam à cúpula partidária, em outras palavras – e era isso que os libertadores reivindicavam, apenas um, nas palavras de Sá, que tivesse relação direta com a direção libertadora.

Tal carta é reveladora dos bastidores políticos e do quanto o discurso público mais ideológico visa mobilizar as bases e simpatizantes partidários ou mesmo conquistar a adesão e vender um tipo de imagem do partido para o eleitorado geral, mas que a prática política estava relacionada menos às ideologias e mais à competição e à disputa de espaço e de recursos políticos e de poder. No sentido de Bourdieu (1989, p.177-179), a retórica tinha o objetivo de produzir uma distinção em relação ao polo oposto – no caso, o trabalhismo – e dessa forma buscar a adesão para a visão de mundo construída por esse grupo, bem como suas tomadas de decisão estavam relacionadas a aquelas dos adversários. Daí a necessidade de apontar os petebistas como “agitadores”, “desordeiros”, “comunistas”, etc. entre outras palavras de ordem e ideais-força.

---

<sup>631</sup> SÁ, Mem de. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 08/11/1954.

No entanto, internamente aos partidos e às alianças governamentais, o jogo político opera de outra forma e a disputa se dará pelos espaços de poder. O partido hegemônico julga-se com maior peso na administração (DUVERGER, 1970, p.379-380), o que pode gerar descontentamento nos sócios minoritários da aliança, que creem merecer maiores oportunidades. É o que a carta de Mem de Sá para a Pilla nos indica. Primeiramente reclamava da pasta destinada ao partido e do fato de que os nomes estavam escolhidos, à revelia da direção partidária, o que demonstrava que o PSD, na visão dos libertadores, não estava consultando os aliados que, ao fim e ao cabo, foram decisivos para sua vitória. Outro incômodo é que a pasta que interessava ao PL – a da Educação – fora destinada ao outro partido aliado. Curiosamente, a alegação do governador eleito Ildo Meneghetti era de que o PL “contrariava interesses”, sendo o mais adequado para lidar com uma secretaria que envolvia recursos financeiros e diversos interesses. Era justamente um dos discursos que os libertadores vendiam publicamente, mas para aquele momento, foi visto como “vago e impreciso”. Por fim, ironizava que as pastas que tinham mais recursos de poder – Interior, Agricultura e Obras Públicas – estavam destinadas à agremiação central da aliança – e do qual o governador que se colocava como “apolítico” (SANTOS, 1984; BODEA, 1992) pertencia. Outro ponto: as indicações de libertadores não terem passado pela direção partidária deixava claro, para Sá, que era sinal de desprestígio com os aliados.

Em suma, o que Sá queixava-se era de que, no governo, o PSD e o governador eleito estariam desconsiderando o PL. O que queriam era que houvesse algum reconhecimento do papel do partido no pleito em espaços na administração. A lamentação deu resultado: após Martins Costa encaminhar uma carta ao governador eleito questionando o pouco espaço libertador<sup>632</sup>, o PL foi compensado com a Secretaria da Agricultura<sup>633</sup> – uma das que tinha mais recursos, conforme havia dito Sá na sua missiva já citada.

Embora solucionado, esse não seria o único problema que os aliados daquele momento enfrentariam, especialmente PL e PSD, conforme se verá mais adiante. Para

---

<sup>632</sup> COSTA, Décio Martins. Destinatário: Ildo Meneghetti. Porto Alegre, 09/11/1954.

<sup>633</sup> Orlando da Cunha Carlos, membro do Diretório Regional libertador, foi escolhido para a pasta da Agricultura. As outras pastas ficaram distribuídas da seguinte forma: o PSD ganhou três pastas: Interior e Justiça, com Walter Peracchi Barcelos; Educação e Cultura, com Liberato Salzano Vieira da Cunha e Secretaria de Governo, com Adail Moraes. A UDN ficou responsável pela Fazenda, com Alcides Flores Soares e as de Obras Públicas ficou sob gestão de Euclides Triches, considerado apartidário. Definitivamente constituído o secretariado do sr. Ildo Meneghetti. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg. 52, 21/11/1954.

além dessa disputa por espaços na aliança e no governo, havia ainda resquícios da antiga confrontação entre os dois partidos em suas origens, em 1945.

## CAPÍTULO 5 – AS ALIANÇAS LIBERTADORAS: 1955-1963

Ainda em meio às negociações para a formação da FD no início de 1954, surgiu no *Correio do Povo* uma coluna política na seção livre do jornal denominada *Notas Confidenciais* e assinada por F.B.I.. Segundo o autor anônimo, ele pretendia apresentar “assuntos e fatos ainda omitidos pelo noticiário”<sup>634</sup>, especialmente relacionados à política estadual. No entanto, parecia ter alguns alvos específicos: o PSD e o PL. Em uma das suas notas, em que analisava a futura aliança, acusava a direção estadual pessedista de tomar posições contrárias às suas origens. Relembrava a criação da agremiação vinculada à Vargas e ao Estado Novo e que, naquele instante, aliava-se ao partido “anti-estado novo, anti-Getúlio e contra todos que governavam no Estado Novo”<sup>635</sup>. E porque o PSD buscava o suporte libertador? Por interesse eleitoral daqueles que se consideravam donos do PSD. Já para o PL, a aliança era por conveniência, segundo o F.B.I.: “Segundo alguns libertadores, (...), é a conveniência. E completam: “*O PSD para nós é como óleo de fígado de bacalhau. É ruim de engolir, mas engorda e tem vitaminas*”<sup>636</sup>.

Independente da veracidade da afirmação do anônimo escritor, o fato era que a aliança do PL com o PSD – além da UDN – tinha, desde seu princípio, um caráter mais negativo, em termos duvergianos, no sentido de ser uma aliança contra um inimigo em comum, no caso, o PTB. Como já dito, o início da trajetória de ambos os partidos foi marcado pelo ressentimento libertador quanto aos ex-integrantes que optaram pelo partido de origem getulista e ainda tentaram impedir ou, ao menos, fragilizar o retorno do PL. A aproximação só viria a ocorrer quando o PSD sul-rio-grandense majoritariamente tornou-se opositor ao seu próprio criador, Vargas. Ainda assim, para os libertadores, era “difícil de engolir”, usando os termos do F.B.I..

Por outro lado, a aliança com um partido maior e melhor estruturado traria vantagens no jogo político aos libertadores – era o que “engordava” e dava “vitaminas”, nos dizeres do F.B.I. - embora estivessem limitadas pela dimensão partidária, uma vez que o PSD era o partido hegemônico da FD e requisitava a maior parte dos benefícios e recursos políticos. Devido a esses fatores, as relações internas entre libertadores e

<sup>634</sup> F.B.I. Seção Livre: Notas Confidenciais. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg. 5, 16/02/1954.

<sup>635</sup> F.B.I. Seção Livre: Notas Confidenciais. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg. 5, 16/02/1954.

<sup>636</sup> F.B.I. Seção Livre: Notas Confidenciais. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg. 5, 16/02/1954. (Itálicos nossos).

pessedistas passaram por várias dificuldades, especialmente a partir de 1955, quando o PL se tornou mais incisivo ao cobrar maiores espaços dentro da aliança.

Se em 1951 e em 1954 os libertadores aceitaram o quinhão entregue, a partir de 1955 passavam a exigir uma maior participação, seja no poder – naquele ano iniciava o governo de Ildo Meneghetti, do qual os libertadores faziam parte – seja nas disputas eleitorais, pois entendiam que o seu peso político estava sendo menosprezado pelo aliado maior. Tal postura ficou mais evidente nos dois pleitos seguintes: o municipal de 1955 e o estadual de 1958. Em ambos o PL protagonizou embates com os parceiros, reivindicando candidaturas ou, ao menos, ser mais ouvido nas decisões interpartidárias. Tais disputas seguiriam ainda nos anos 1960, nos estertores do regime democrático. Tais alianças e confrontos derivados delas são o tema desse capítulo.

### **5.1. 1955-1958: os embates com o PSD (1955-1958) e a aliança com o PSB (1958)**

Começamos por 1955, ano que reservava não apenas a disputa pelas prefeituras no Rio Grande do Sul, mas também pela presidência da República. Disputa essa que a FD também se inseriu. Como já dito aqui, a ala majoritária do PSD sul-rio-grandense, a partir da década de 1950, dissentiu do Diretório Nacional, posicionando-se frequentemente em oposição ao PSD nacional, mesmo, como lembra Hipólito (2012, p.183) em votações no Congresso Nacional. Esse racha no Rio Grande do Sul foi concretizado através da formação da FD, pois ali uniram-se os pessedistas aos outros dois partidos antigetulistas – UDN e PL – e colocou-se nas disputas partidárias sulistas em oposição ao PTB e as outras forças getulistas. No protocolo estabelecido entre os três partidos para o pleito de 1954, um dos itens destacava que as agremiações encaminhariam, em conjunto, a busca por uma “solução harmônica”<sup>637</sup> quanto à sucessão nacional. Segundo Lisandre de Oliveira (2008, p.229-230), a própria formação da FD tinha não apenas o intuito de combater o PTB e Vargas no Rio Grande do Sul, mas também nacionalmente. Em suma, a FD agiria em consenso quanto à escolha para a sucessão de Getúlio Vargas – quando o protocolo havia sido assinado era ele que ocupava ainda a cadeira presidencial.

A escolha da candidatura do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, pelo PSD e a aliança desse partido com o PTB, indicando como candidato a vice-

---

<sup>637</sup> Assinado ontem pelos presidentes do PSD, UDN e PL o protocolo da "Frente Democrática". *Correio do Povo*, Porto Alegre, última página, 02/04/1954; Assinado o protocolo da Frente Democrática. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg. 12 e 4, 02/04/1954.

presidente João Goulart alarmou os anti-getulistas. Goulart era um dos membros da nova geração trabalhista pós-Vargas, havia sido ministro do Trabalho entre 1953 e 1954, caracterizando-se por uma gestão voltada para a negociação com os trabalhadores, além de ser presidente nacional petebista, indicado pelo próprio Vargas (D'ARAÚJO, 1996; FERREIRA, 2005). As forças anti-getulistas – incluindo-se a FD e, por consequência, o PSD do Rio Grande do Sul - precisavam de um nome forte para enfrentar JK-Jango. O nome que surgiu foi do pessedista pernambucano Etelvino Lins. Ex-interventor de Pernambuco durante o Estado Novo, vinculado a Agamenon Magalhães, ex-ministro de Vargas, e sem grande carisma popular<sup>638</sup>, Lins – que tinha o apoio dos pessedistas e dos udenistas gaúchos – não fora tão bem recebido pelos libertadores<sup>639</sup>, que ainda demonstravam maior apoio à indicação do ex-tenente Juarez Távora. Todavia, ao longo da campanha de Lins, o chefe libertador Raul Pilla passou a simpatizar com sua pessoa e com seu comprometimento com a união oposicionista, o que o levou a elogiar Lins em manifestações públicas<sup>640</sup> e ser um dos poucos, dentro do PL, a mudar o posicionamento quando Távora resolveu disputar o pleito<sup>641</sup>. Declarou, inclusive, que os libertadores deveriam sustentar a candidatura de Lins. Porém, fora voto vencido: a maioria dos libertadores preferiam Távora.

Ao fim e ao cabo, Lins retirou sua candidatura em junho daquele ano, abrindo caminho para Távora ser indicado pelas forças de oposição intituladas de *Frente de Renovação Nacional*, que acabaria derrotada, no pleito de outubro, por Kubitschek e Goulart.

Entretanto, foi no pleito municipal de Porto Alegre que começaram a ocorrer maiores embates quanto às alianças eleitorais entre as forças partidárias da FD. Libertadores e udenistas pretendiam ter maior participação política, o que enfrentava a resistência do PSD. Mem de Sá, ao tratar de um tema ligado à eleição nacional com Pilla, deixou transparecer o incômodo com a postura pessedista, especialmente com a principal liderança daquele partido e um dos articuladores da FD, Perachi Barcelos, temendo que ela se repetisse na questão nacional. Para Mem de Sá, a FD sequer existia mais após o pleito de 1954, pois era apenas o PSD que dava as cartas:

---

<sup>638</sup> Sobre a trajetória política de Lins, ver *DHBB*, FGV. Verbete: Etelvino Lins de Albuquerque

<sup>639</sup> Próceres do P.L. não veem com simpatia o nome do sr. Etelvino Lins. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.22, 19/04/1955.

<sup>640</sup> Juarez seria agora o caminho natural. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.14, 24/06/1955. A notícia tratava da desistência de Lins e Pilla o elogiava pela sua postura de comprometimento.

<sup>641</sup> A tendência no PL é de apoio a Juarez. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.40, 15/05/1955.

... É que, após a vitória, a F.D. praticamente deixou de ter vida. Dela sobrou o Secretariado, Mais exatamente, o nosso incomparável Secretário Orlando Carlos e nosso devotado Henrique (este, aliás, escolhido pelo Meneghetti, extra-partidariamente) *A Frente, propriamente, inexistente. Na maioria dos municípios o que há é desentendimento, quando não aberto antagonismo entre PL e PSD, a começar por Porto Alegre.* E a cúpula deixou de haver, simplesmente. Por culpa exclusiva do Perachi que é, nota-se bem, o que há de melhor na direção do PSD. Depois de 1º de Fevereiro, conseguiu-se, à duras penas, reunir, por duas vezes, as três direções. (...). O Perachi foi para o Rio resolver o problema da sucessão e, sobretudo, o problema da dissidência pessedista, sem ao menos dar um telefonema ao Décio. Regressou e, embora sabendo, pelo Galant, do descontentamento dos libertadores, continuou sem nos dar a menor atenção. Assim até hoje. *Politicamente é o PSD que está no governo e não a F.D.* O Perachi, em matéria de prestígio e de nomeações (incluídas as da esfera federal) desempenha o papel que Jango exerceu junto ao Dornelles. *Apesar de tudo, continuamos aguentando a Frente, por amor ao Brasil e por horror ao PTB.*<sup>642</sup>

Percebe-se nesse trecho a insatisfação que setores libertadores enfrentavam na sua relação com o PSD. Além de apontar que a FD, na prática, já não existia mais, pois era o PSD que controlava o governo estadual e seus recursos e capitais, deixava nítido que o PL queria maior espaço na aliança e algum tipo de consideração dos próceres pessedistas. A mensagem do líder libertador aproximava-se muito daquela do F.B.I, citado no início desse subcapítulo. A FD era tolerada pois podia ainda render frutos políticos apesar da difícil relação com os pessedistas. No caso do autor anônimo, ele demonstra criticamente os interesses pragmáticos dos libertadores com a analogia do óleo de bacalhau, já Mem, ainda que explicita o embaraço com os poucos espaços dos libertadores no governo Meneghetti e na distribuição de cargos, tentava dar um verniz ideológico para a necessidade da manutenção da FD: amor ao Brasil e horror ao PTB.

Na carta, Mem assinalava que as relações estavam tensas também na formação das alianças para os pleitos municipais e Porto Alegre exemplificava esses embates. Os libertadores porto-alegrenses buscaram firmar posição em torno de um candidato da agremiação, no qual PSD e UDN girariam em torno. Todavia, o PSD não pretendia renunciar à cabeça-de-chapa e mesmo os udenistas tinham intenção de lançar um nome para encabeçar a candidatura frentista em Porto Alegre. No mês de maio de 1955, em meio às discussões sobre a eleição presidencial, a FD iniciou os debates quanto ao pleito para a prefeitura<sup>643</sup>, naquele momento ocupada pelo petebista Manoel Vargas. Maneco, como era conhecido, ocupara o cargo após a renúncia de Meneghetti para que assumisse o governo do Estado, em janeiro daquele mesmo ano.

<sup>642</sup> SÁ, Mem de. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 28/05/1955. (Itálicos nossos).

<sup>643</sup> Reiniciadas as conversações entre os dirigentes da Frente Democrática. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.4, 04/05/1955.

Segundo a imprensa local, a UDN considerava levar o nome de Leovegildo Paiva como possível candidato<sup>644</sup>. Já no PSD era cogitado o deputado federal Clóvis Pestana, que já havia passado pelo cargo, nomeado em 1945. Alegava-se entre os pessedistas que Pestana não tinha interesse, mas que uma pressão poderia levá-lo a mudar de ideia<sup>645</sup>.

O PL tentaria pôr em discussão o nome do vereador Manoel Osório da Rosa (1898-1962)<sup>646</sup>. Para os libertadores porto-alegrenses, tratava-se do mais apto dentro da FD, pois “reúne, tanto por suas qualidades pessoais, como pelo prestígio popular que possui e pelas virtudes de administrador que revelou quando exerceu, substituindo o sr. Ildo Meneghetti, no cargo de prefeito...”<sup>647</sup>. Rosa era um político local experiente, exercendo a vereança desde o primeiro pleito pós-Estado Novo, em 1947. Comerciante oriundo de Osório/RS, Rosa tinha ligações com o Esporte Clube São José, clube desportivo da Zona Norte porto-alegrense, do qual era patrono, o que lhe garantia certo prestígio e capital de notoriedade<sup>648</sup>. Somava-se a isso tudo a *fortuna*<sup>649</sup>, no sentido de Maquiavel, de, na condição de presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, ter ocupado a prefeitura entre 13 de setembro e 3 de outubro de 1954 e entre 10 de novembro de 1954 e 31 de janeiro de 1955, aproveitando as licenças de Meneghetti durante a campanha para o governo estadual e as de Manoel Vargas, vice-prefeito, que ocupava a Secretaria da Agricultura do governo de Ernesto Dornelles. Teria sido nessa oportunidade que apresentou suas “virtudes de administrador” que, segundo os libertadores locais, o colocava em posição de reivindicar a candidatura pela FD.

No entanto, a possível indicação de Rosa não encontrou receptividade entre os pessedistas. Em reunião do diretório porto-alegrense, o diretório local do PSD discutiu até mesmo a relevância da manutenção da FD para o pleito e fizeram duras críticas ao período que Rosa esteve na prefeitura: segundo alguns, Rosa e o vereador udenista

---

<sup>644</sup> A UDN encaminhará à Frente Democrática o nome de Leovegildo Paiva como candidato à Prefeitura. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.4, 05/05/1955.

<sup>645</sup> Estariam dispostos os pessedistas a lançar a candidatura Clóvis Pestana à Prefeitura. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.4, 10/05/1955.

<sup>646</sup> os candidatos da "Frente Democrática" à Prefeitura. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.4, 11/05/1955.

<sup>647</sup> É o sr. Manoel Osorio da Rosa o candidato libertador à Prefeitura. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.2, 14/05/1955.

<sup>648</sup> Faleceu ontem o vereador Manoel Osório da Rosa. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.13 e 18, 20/04/1962.

<sup>649</sup> A *fortuna* pode ser interpretada como as circunstâncias favoráveis a um agente político, podendo aproveitar-se dela para conquistar ou manter o seu poder. Todavia, não bastava a fortuna, pois ela é, segundo Maquiavel, inconstante. Daí a necessidade de o agente político ter também a *virtú*, ou seja, a competência para atuar como governante. Tendo a segunda, é possível ao agente político manter a primeira (MAQUIAVEL, 1998, p.120-125).

Ludolfo Boehl – que ocupou a prefeitura anteriormente a Rosa, também devido às licenças de Meneghetti e Vargas – teriam exonerados funcionários do PSD<sup>650</sup>. Presente na reunião, o deputado estadual Hélio Carlomagno procurou relativizar: as exonerações se deram em caráter pessoal, não sendo decisão dos partidos dos vereadores que ocuparam a cadeira de prefeito, deixando entender que Rosa era um problema para o PSD, mas não o PL. De qualquer forma, parecia clara a divisão dentro do PSD quanto a manutenção da aliança, que acabou resolvida com a decisão de manter a frente<sup>651</sup>, embora parecesse unísono que Rosa não era o candidato do agrado dos pessedistas.

A disputa, todavia, não se dava apenas devido a questões locais, mas envolvia o tema da eleição presidencial. Naquele instante, Távora havia voltado para a disputa pela vaga das oposições contra a chapa PSD-PTB, e Etelvino Lins não pretendia recuar. PSD e UDN estavam ao lado de Lins, enquanto o PL, majoritariamente, optava por Távora. Rosa manifestou ao *Diário de Notícias* que a restrição ao seu nome tinha a ver com a questão nacional e que quanto aos funcionários que havia demitido, o fez pois não estavam cumprindo com o seu dever<sup>652</sup>. Segundo as fontes do mesmo periódico, na reunião do PSD feita nos fins de maio, condicionou-se a posição do PL nacionalmente à recusa de Rosa e o fechamento de questão em torno de Hélio Carlomagno<sup>653</sup>, uma vez que Clóvis Pestana já havia declinado do convite: caso o PL optasse por Távora, Rosa seria ignorado e Carlomagno indicado pelos pessedistas.

Em junho, a situação das oposições nacionais estava praticamente encerrada, com a retirada de Lins e a definição da candidatura de Juarez Távora. Em tese, o tema nacional não seria mais impeditivo para Rosa. Entretanto, surgiam informações de que o PSD aceitaria José Batista Pereira (1889-1971)<sup>654</sup>. Engenheiro de formação, Batista Pereira sabia utilizar tal capital escolar para angariar posições no jogo político: havia trabalhado durante o Estado Novo como diretor do Departamento Autônomo de Estrada de Rodagem (DAER) no Rio Grande do Sul, sendo também fundador do órgão, tendo estabelecido ligações com vários membros da interventoria da época e futuros

---

<sup>650</sup> Restrições ao nome do sr. Osório da Rosa no diretório do P.S.D. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.4, 17/05/1955.

<sup>651</sup> Indicará amanhã o P.S.D. o seu candidato a prefeito da capital. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.4, 26/05/1955.

<sup>652</sup> Osorio da Rosa: - Não percebo até aonde querem chegar porque a Frente Democrática é o sustentáculo do atual governo. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.3, 18/05/1955.

<sup>653</sup> O PSD insistirá por uma candidatura pessedista da Frente Democrática. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.3, 26/05/1955.

<sup>654</sup> Em foco o nome do Sr. Batista Pereira para a prefeitura de Porto Alegre. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.4, 03/06/1955.

pedestistas como Walter Jobim, então secretário de Obras Públicas, e Clóvis Pestana, com quem atuou no DAER. Também havia sido Secretário de Obras Públicas do Rio Grande do Sul entre 1948 e 1950, no governo de Jobim – quando foi considerado possível candidato ao governo estadual - e à época era presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) no governo Café Filho, cargo que ocupou até 1956. Também foi membro do Conselho de Administração da Petrobrás entre 1955 e 1970 (ALVARENGA, 1975, p.197-199).

É difícil afirmar qual a filiação partidária dele: seu pai, Manoel Batista Pereira, fora membro do PL da Aliança Libertadora, que deu origem ao partido em 1928 (ALVARENGA, 1975, p.20-25). Ele próprio havia sido candidato a deputado federal pelo partido, na retomada em 1945, tendo feito pouco mais mil votos<sup>655</sup>. Todavia, aceitou o convite de Walter Jobim para ser secretário de Obras Públicas, o que o colocou em rota de colisão com os libertadores. Segundo ele próprio, fora acusado de abandonar o PL ao aceitar o cargo em um governo que os libertadores consideravam “faccioso” (ALVARENGA, 1975, p.46-48).

Batista Pereira gostava de afirmar que não era político, mas sim, técnico: “nunca fui político, embora tenha exercido cargos que são geralmente considerados políticos. (...). Durante meia dúzia de anos, venho ocupando cargos que considero técnicos, nunca políticos” (ALVARENGA, 1975, p.194). Em que pese tal afirmativa, sempre permeou os meios políticos, tentou candidatar-se a cargos eletivos e fazia uso das suas posições para atender pedidos de outros políticos, como o próprio Raul Pilla, que naquele ano mesmo de 1955, solicitou algumas vezes ao então presidente do CNPq bolsas de estudos<sup>656</sup>, o que indicava, aliás, que possivelmente Batista Pereira estava novamente próximo aos libertadores.

A possibilidade de Batista Pereira ser indicado pelo PSD causou divisão no PL de Porto Alegre. Foi preciso marcar uma reunião entre os partidários com a presença do presidente estadual, Décio Martins Costa, para debater uma nova posição partidária<sup>657</sup>. De um lado, havia um grupo disposto a manter a indicação de Rosa – e cogitava-se mesmo um rompimento da FD, pois havia conversas entre PL e PSB para uma chapa

---

<sup>655</sup> Batista Pereira teve 1102 votos, sendo o 9º suplente da vaga conquistada por Raul Pilla. TSE. Estatísticas Eleitorais; TSE. Repositório de Dados Eleitorais, eleições de 1945.

<sup>656</sup> Em uma carta, Batista Pereira diz que o indicado por Pilla para possivelmente participar do Conselho havia sido recebido e seu nome seria levado em consideração. Já em outra carta, Pilla pede uma bolsa de estudos para um estudante de Medicina que estava se especializando em São Paulo e precisava de recursos para manter-se naquela localidade. PEREIRA, José Batista. Destinatário: Raul Pilla. Rio de Janeiro, 28/04/1955; PILLA, Raul. Destinatário: José Batista Pereira. Porto Alegre, 26/05/1955.

<sup>657</sup> Problema sucessório municipal. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.48, 26/06/1955.

envolvendo Rosa e o deputado estadual socialista Cândido Norberto<sup>658</sup>. Já, de outro lado, havia libertadores que preferiam Batista Pereira pois garantiria a manutenção da aliança<sup>659</sup>.

Com isso, os pessedistas conseguiram neutralizar as pretensões dos libertadores, especialmente de Rosa. O vereador, ao que tudo indicava, era o candidato que interessava a cúpula estadual do PL. Já o PSD lançou um nome que tinha ligação com o PL, mas não era exatamente um aderente convicto, visto que tinha passagens pela UDN e pelo governo pessedista de Jobim, governo ao qual o PL havia feito oposição. De qualquer forma, confirmava aquilo que Mem de Sá relatava na carta antes citada a Pilla. A situação era de desentendimento dentro da FD porto-alegrense. Os interesses pragmáticos das duas forças partidárias estavam em choque.

Os libertadores pareciam também tentar aproveitar um momento de fragilidade do PSD sul-rio-grandense para disputar espaço na FD: naquele mês de julho o Diretório Nacional pessedista intervém no diretório regional, devido ao apoio do PSD local à candidatura de Juarez Távora (OLIVEIRA, 2008, p.232-235). Por outro lado, o PSD de Porto Alegre era majoritariamente juscelinista e passou a sofrer forte pressão para indicar candidatos anti-JK. Em suma, a agremiação vivia momentos conturbados na relação entre os diretórios nacional, estadual e municipal. Nesse interim, o PL voltava a reafirmar a indicação de Rosa:

Um grande movimento dentro do PL, que atinge, ao que fomos informados, membros dos próprios organismos de cúpula do partido, propugna com todas as suas forças pela candidatura do sr. Manoel Osório da Rosa a prefeito de Porto Alegre pela Frente Democrática ou mesmo simplesmente pelo Partido Libertador. Estes libertadores argumentam em favor do seu ponto de vista razões de ordem eleitoral, de ordem política e de ordem administrativa.<sup>660</sup>

As razões apresentadas eram o fato de Rosa viver em Porto Alegre desde sua adolescência, ser um vereador com votações expressivas no município e ter exercido a prefeitura no final de 1954. Ainda, o excerto evidenciava que o PL iria lançá-lo com ou sem a FD. A tese era confirmada por Décio Martins Costa em entrevista ao *Diário de Notícias*<sup>661</sup>. Nela, afirmava que a candidatura de Rosa vinha de um “movimento popular”, enquanto Batista Pereira era uma decisão de gabinete dos frentistas – o que gerava a ideia de que Rosa tinha legitimidade entre a população local. Mas,

<sup>658</sup> Em foco o nome do Sr. Batista Pereira para a prefeitura de Porto Alegre. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.4, 03/06/1955.

<sup>659</sup> Problema sucessório municipal. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.48, 26/06/1955.

<sup>660</sup> A candidatura Osório da Rosa a prefeito municipal. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.48, 17/07/1955.

<sup>661</sup> Não fecharam os libertadores a questão sucessória municipal. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.2, 17/07/1955.

diferentemente da afirmação do *Correio do Povo*, a declaração do dirigente libertador era menos virulenta quanto a FD: dizia que a solução deveria ser buscada em comum acordo entre os partidos aliados e que assim que houvesse maior clareza quanto aos acontecimentos estaduais – provável referência a intervenção no PSD gaúcho – sairia uma decisão sobre a questão municipal.

Enquanto Rosa já se portava como candidato, com a anuência das lideranças do PL<sup>662</sup>, os debates seguiam entre os diretórios municipais das agremiações da FD. Neles, PSD, com o apoio da UDN, que já havia indicado o candidato a vice-prefeito, o vereador Martim Aranha<sup>663</sup>, defendia Batista Pereira. Já os libertadores mantinham Rosa sob alegação de que ele tinha “penetração popular”<sup>664</sup> na capital.

A situação entrou em agosto – dois meses antes do pleito – ainda indefinida. Os libertadores de Porto Alegre insistiam em Rosa<sup>665</sup>. Martins Costa dizia que esse era o desejo da maioria da cúpula libertadora, mas reconhecia que isso travava as negociações com PSD e UDN<sup>666</sup>. Já o PSD enfrentava um racha interno. Os juscelistas, majoritários em Porto Alegre, não queriam Batista Pereira e movimentavam-se para indicar Perachi Barcelos<sup>667</sup>.

Os libertadores começavam a dar sinais de que teriam de ceder: em reunião, decidiu-se pela retirada da candidatura de Rosa<sup>668</sup>. A votação, que contou com a presença de Martins Costa, terminou com nove votos em favor da manutenção da FD e sete em favor da candidatura do vereador, o que indicava a divisão vivida pelo PL. É possível que a cogitação em torno de Barcelos tenha feito os libertadores alterar os planos. De acordo com a imprensa, os libertadores viam em Perachi Barcelos um

---

<sup>662</sup> Segundo o CP, havia sido organizado um churrasco em homenagem a Rosa. O PL afirmava que a organização havia sido à revelia do diretório, mas contou com presenças partidárias importantes como o vereador e jornalista Alberto André e o deputado estadual Paulo Brossard. Lançada no 4º distrito a candidatura do sr. Osório da Rosa. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.22, 19/07/1955.

<sup>663</sup> Martim Aranha, candidato a vice-prefeito. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.15, 15/07/1955; Candidatura Martim Aranha. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.10, 29/07/1955

<sup>664</sup> Apoiada pelo PSD e UDN a chapa Batista Pereira - Martim Aranha. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.18, 23/07/1955; O PL pronunciar-se-á, hoje, sobre a sucessão municipal. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.16, 30/07/1955.

<sup>665</sup> Mais uma vez o PL adiou a sua decisão sobre o problema sucessório municipal. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.18, 13/08/1955.

<sup>666</sup> Décio Martins Costa: - “nebulosa a situação no Partido Libertador”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.3, 02/08/1955.

<sup>667</sup> Perdura o impasse em torno da chapa municipal da “Frente”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.3, 02/08/1955.

<sup>668</sup> Por 9 votos contra 7 o PL retirou a candidatura de Osório da Rosa. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.3, 18/08/1955.

conciliador naqueles embates<sup>669</sup>. Uma vez que os libertadores não aceitavam Batista Pereira e viram-se obrigados a ceder quanto a Rosa, Barcelos parecia ao menos uma solução mediadora, pois tratava-se de um dos líderes da FD, prócer relevante do PSD e com algum apelo social, uma vez que era uma liderança reconhecida – ainda que os próprios libertadores tivessem algumas restrições a ele.

Os partidos e coligações tinham até o dia 3 de setembro para inscrever seus concorrentes aos cargos em disputa na eleição marcada para 3 de outubro. Mas a FD seguia em busca de um candidato, enquanto o PL permanecia disposto a direcionar os debates. Voltava a indicar, numa cartada final, Rosa e em caso de recusa, aceitaria a orientação do PSD e da UDN<sup>670</sup>. Impunha apenas que o indicado das outras agremiações da aliança não fosse outro libertador – o que descartava Batista Pereira<sup>671</sup>. No dia 30, vinha a surpresa: o candidato indicado não era pertencente a nenhum dos partidos da frente, mas sim, um nome “apartidário”: o então Secretário de Obras do governo Meneghetti e ex-prefeito de Caxias do Sul Euclides Triches<sup>672</sup>. De acordo com o *Diário de Notícias*, Triches foi uma indicação do PSD e da UDN e apresentada como solução para o embate com o PL, que aceitou a ideia - possivelmente Perachi Barcelos não teve interesse em candidatar-se e abriu passagem para Triches.

Os libertadores ainda queriam ter algum protagonismo, com a indicação do candidato a vice-prefeitura, com o próprio Manoel Osório da Rosa<sup>673</sup>. O PSD aceitava a ideia, mas a UDN era quem resistia dessa vez, pois queriam indicar o vereador Martim Aranha, nome que já estava definido semanas antes. O embate direcionava-se agora aos sócios menores da FD: os pessedistas, embora afirmassem não ter preferência, acabaram inscrevendo a chapa com Triches e com Rosa<sup>674</sup>. Aranha tentou renunciar a candidatura, em carta ao diretório local udenista, em que deixou patente a situação do partido na

---

<sup>669</sup> Sucessão Municipal: o PL cogita agora do lançamento da candidatura Perachi. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.3, 21/08/1955.

<sup>670</sup> O P.L. mantém a candidatura Osório da Rosa. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.18, 26/08/1955.

<sup>671</sup> Reunião de ontem: voltam-se os libertadores para Osório da Rosa. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.3, 26/08/1955.

<sup>672</sup> Euclides Triches é o candidato “frentista” à Prefeitura de P. Alegre. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.3, 30/08/1955.

<sup>673</sup> Perdura o impasse entre os partidos da F. Democrática. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.5, 31/08/1955.

<sup>674</sup> Euclides Triches – Osório da Rosa a chapa da “Frente Democrática”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.3, 03/09/1955.

aliança: “mais uma renúncia, ato que tem sido denominador comum do nosso partido no Rio Grande”<sup>675</sup>.

Assim como os libertadores, a UDN também se sentia desprestigiada nas disputas internas da FD. E era ainda mais frágil em relação ao próprio PL, que era a segunda força da aliança e não apenas suplantava os udenistas quanto tentava confrontar o próprio PSD. Seja como for, ao fim, em 10 de setembro, a UDN - que ameaçou lançar a candidatura de Aranha à revelia, o que levaria a uma divisão na FD, com dois candidatos a vice-prefeitos<sup>676</sup> - retirou Aranha, abrindo caminho para a confirmação da chapa Triches-Rosa. Na carta de retirada, o presidente udenista municipal Mário Macchi concentrou suas críticas, ainda que de forma implícita, ao PL e à Rosa: para Macchi, não caberia à UDN a marca de ter concorrido para o rompimento da aliança e afirmava que os udenistas preferiam o sacrifício ao “personalismo intransigente”<sup>677</sup>.

Mais do que personalismo - que pode ter concorrido para a insistência de Rosa em suas candidaturas - o que pesou foi a busca por um protagonismo libertador dentro da aliança, ao ponto de surgirem boatos ao longo desse tumulto frentista de que o PL ou o grupo libertador ligado a Rosa teriam se aproximado do PTB<sup>678</sup>. Possivelmente, tal manchete tinha mais o intuito de pressionar a FD a ceder aos interesses do PL, mas ainda assim demonstra o quanto a aliança precisava ser permanentemente trabalhada e que apenas a vinculação negativa, ou seja, a aliança para combater um inimigo comum, podia apresentar fragilidades pois para além do combate ideológico, havia os interesses pragmáticos das agremiações, o que o episódio da escolha do candidato da FD em Porto Alegre demonstrou.

E quanto ao próprio PTB?<sup>679</sup> Embora a escolha oficial de Leonel Brizola tenha se dado também no início de setembro<sup>680</sup>, o fato era que seu nome já era uma realidade

---

<sup>675</sup> Adiada para hoje as decisões da F. Democrática e do PTB. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.9, 02/09/1955.

<sup>676</sup> A Frente Democrática com dois candidatos à vice-prefeitura. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.3, 04/09/1955.

<sup>677</sup> Em caráter irrevogável, desistiu o sr. Martim Aranha de sua candidatura a vice-prefeito. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.16, 10/09/1955.

<sup>678</sup> O PTB e Osório da Rosa. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.3, 21/08/1955.

<sup>679</sup> Ressalta-se que, além de Triches (FD) e Brizola (PTB), também candidataram-se a prefeitura de Porto Alegre em 1955 Cândido Norberto (PSB) e Edmundo Casado Marques (PDC). Já os candidatos a vice-prefeito foram Manoel Osório da Rosa (FD), Sucupira Viana (PTB), Luiz Maluf (PSB) e Oscar Bohrer (PDC). Houve ainda a candidatura a esse cargo de Pedro Alvarez (PR), mas acabou retirando-a posteriormente. Assim como Martim Aranha (UDN), que a retirou em favor de Rosa. Euclides Triches, Leonel Brizola, Cândido Norberto e Casado Marques. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.52, 04/09/1955.

<sup>680</sup> Escolheram ontem o P.T.B. e a Frente Democrática seus candidatos à Prefeitura. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.16, 03/09/1955.

ao menos desde meados de maio de 1955<sup>681</sup>. Ele próprio vinha construindo sua candidatura através de meios de comunicação como o rádio e a imprensa escrita, além de mobilizar capitais adquiridos em sua passagem na Secretaria de Obras Públicas durante o governo Ernesto Dornelles. Samuel Alves (2020) destaca o periódico *O Clarim*, fundado pelo próprio Brizola e distribuído comercialmente ao longo do ano de 1955:

Valendo-se do capital político de notoriedade e popularidade acumulado enquanto secretário de Obras Públicas, Brizola desenvolveu uma campanha focada nos principais problemas de infraestrutura enfrentados pela capital gaúcha durante a administração de Ildo Meneghetti (...). Nesta ocasião, teve como um dos principais trunfos para a mobilização popular o jornal *O Clarim*, fundado pelo próprio Brizola e distribuído durante o ano de 1955, no qual o candidato trabalhista criticava os grandes problemas da capital e apresentava a sua candidatura e experiência na secretaria de Obras Públicas como solução para os mesmos (ALVES, 2020, p.45).

O investimento na campanha de Brizola e do PTB contrastava com os embates internos da FD, que só foi escolher seu candidato faltando pouco mais de um mês para o pleito. Em outras palavras, enquanto Brizola já estava em plena campanha, os frentistas sequer tinham ideia de quem seria o candidato da aliança e se a própria frente sobreviveria aos embates internos até a eleição. Por meses, Brizola teve caminho praticamente livre para sua campanha, sem a concorrência da FD. A disparidade, nesse sentido, provavelmente foi crucial para a vitória expressiva dos petebistas, conforme indicava os resultados:

**Tabela 31: Eleição para prefeito de Porto Alegre - 1955**

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
<b>Leonel Brizola</b>	PTB	65.077	57,08
<b>Euclides Triches</b>	PSD/PL/UDN	37.158	32,6
<b>Cândido Norberto</b>	PSB	10.907	9,57
<b>Casado Marques</b>	PDC	860	0,75
<b>TOTAL</b>		114.002	100

Fonte: *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.22, 11/10/1955.

**Tabela 32: Eleição para vice-prefeito de Porto Alegre - 1955**

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
<b>Tristão Sucupira Viana</b>	PTB	61.393	55,65
<b>Manoel Osório da Rosa</b>	PL/PSD/UDN	38.589	35
<b>Luiz Maluf</b>	PSB	9.224	8,35
<b>Oscar Bohrer</b>	PDC	1.087	1
<b>TOTAL</b>		110.293	100

Fonte: *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.22, 11/10/1955.

<sup>681</sup> O veterano trabalhista José Vecchio lançou a candidatura de Brizola no seu retorno ao PTB, em uma das primeiras menções registradas na imprensa sobre a participação dele no pleito. Lançado o nome do sr. Leonel Brizola para concorrer à prefeitura. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.4, 10/05/1955.

Cánepa (2005, p.223) diz que a vitória petebista se deveu ao predomínio do partido em Porto Alegre, uma vez que teve votações consideráveis nas eleições estaduais e por se tratar de um importante centro urbano-industrial, com um eleitorado mais propenso a ser interpelado pelos trabalhistas. Embora seja um fator importante, não era único e tampouco garantia de vitórias eleitorais, uma vez que o PTB perdeu em 1951 e voltaria a ser derrotado em 1959 nas eleições municipais da capital.

Já Cortés (2007, p.242-243) afirmava que Brizola vencera também com o apoio não só dos trabalhadores urbanos, mas também do empresariado, asseverando a esses que receberia do governo federal de JK aportes financeiros. Tal colocação é bastante complicada, uma vez que o pleito se deu no mesmo momento do federal e, portanto, Kubitschek também estava passando pelo teste das urnas.

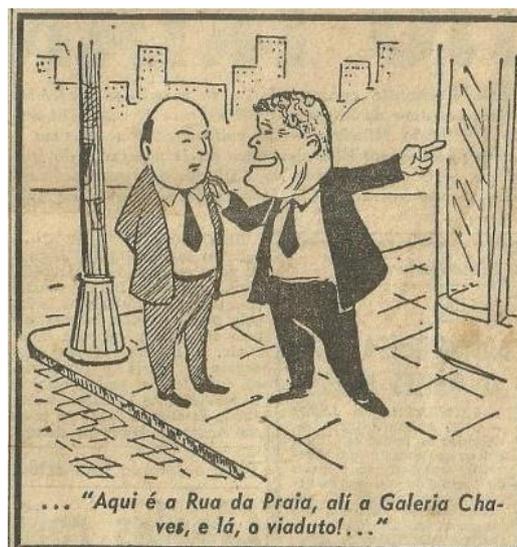
A vitória brizolista teve, sem dúvida, a presença de tais fatores – eleitorado trabalhista local e campanha bem-sucedida de Brizola - mas não se pode excluir desse cálculo o embate interno da FD, com a pressão do PL em torno de uma determinada candidatura e a recusa do PSD e da UDN em aceitá-la, transformando a escolha do concorrente frentista em uma guerra entre os membros da aliança, ao ponto de cogitarem o rompimento. Se o PTB e Brizola estavam fortalecidos, a FD passava por um momento de instabilidade e fragilidade – ressalta-se ainda que o PSD enfrentava, no Rio Grande do Sul, uma intervenção do Diretório Nacional por se recusar a dar suporte a candidatura de Juscelino Kubitschek e João Goulart. É interessante notar também que os jornais não relatam movimentos por parte do governo Meneghetti em favor da FD. Quando muito ao ceder seu secretário de Obras para ser o candidato, já no fim do prazo das inscrições, o governo estadual pouco se moveu para a resolução do conflito.

O candidato escolhido tratava-se de um desconhecido em Porto Alegre. Embora tivesse passagem pela prefeitura de Caxias do Sul e fosse um importante membro do governo Meneghetti, Triches era uma candidatura de emergência e de alguém que sequer vivia na capital do estado. Situação, aliás, que foi explorada pelo PTB através do já citado periódico *Clarim*, em que, através de uma charge do cartunista Sampaio<sup>682</sup>, mostrava Perachi Barcellos apresentando o município ao recém-chegado Triches:

---

<sup>682</sup> Paulo Sampaio (1931-1999), conhecido como Sampaio, foi um dos principais cartunistas da imprensa sul-rio-grandense, tendo passado pela redação de diversos periódicos como *O Clarim* – onde iniciou sua carreira - *Diário de Notícias*, *Correio do Povo*, *Zero Hora*, entre outros. Nesse último, trabalhou de 1984 até a sua morte, em 1999. Era irmão do também cartunista Sampaio. Sobre ele, ver: SAMPAIO, Maria Lúcia Pereira de. Blog do Sampaio. Perfil Completo. Disponível em: <https://sampaolocartunista.blogspot.com/>. Acesso em: 11/10/2022.

**Figura 14: Perachi Barcellos apresenta Porto Alegre para Euclides Triches na charge de Sampaolo – 1955**



Fonte: *O Clarim*, Porto Alegre, p.1, 27/09/1955.

Brizola teve tempo para organizar sua campanha, enquanto a FD perdia-se em debates e disputas entre os seus partidos. Tal postura repetiu-se alguns anos depois, quando do pleito para o governo estadual de 1958 e novamente era o PL o centro desses embates internos, buscando angariar maior espaço e capital junto ao grupo, visando também ampliar a sua dimensão partidária tanto dentro quanto fora da FD.

Com relação ao pleito estadual de 3 de outubro de 1958, as movimentações começaram com bastante antecedência. Escolha dos candidatos, busca por alianças, entre outras negociações ocorriam pelo menos desde os fins de 1956. No lado petebista, diferentemente do que apontara Cánepa (2005, p.223), a escolha de Brizola como candidato não se deu ao natural, e tampouco não houve outras lideranças trabalhistas regionais postulando ao cargo. Como bem analisa Samuel Alves (2020, p. 52-72), o veterano ex-prefeito de Porto Alegre durante o Estado Novo José Loureiro da Silva enfrentou o então administrador da capital pela indicação do PTB. O embate estava inserido em um contexto de disputas internas entre as jovens lideranças trabalhistas que ascenderam após 1945 e disputavam o espólio trabalhista de Vargas. Naquele momento, Loureiro aliou-se à Fernando Ferrari, deputado federal e líder do PTB na Câmara Federal, e que se opunha à chefia nacional do partido de João Goulart e de seu aliado no Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

Não cabe aqui analisar os motivos e os recursos utilizados entre esses trabalhistas nesse embate, pois não é foco dessa tese e já foram bem analisados pelo próprio Alves e por Maura Bombardelli (2016). Interessa aqui ressaltar que já em

dezembro de 1956, tanto Loureiro quanto Brizola comunicavam o interesse em disputar o cargo de governador sul-rio-grandense, o que indicava a precocidade dessa campanha.

Já entre os frentistas, o assunto era tratado mais nos bastidores. Tudo indicava que para o governo estadual havia um nome pronto: o de Walter Perachi Barcelos, figura que, de acordo com Bodea (1992), fora decisiva para o afastamento da cúpula pessedista no Rio Grande do Sul em relação a Vargas. Também havia sido um dos artífices da própria formação da FD e era uma das mais vocais lideranças pessedistas no Rio Grande do Sul contrárias à aliança do partido com o PTB, estabelecida em 1955, para o pleito federal que elegeu Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Barcelos, como visto na carta de 1955 de Mem de Sá para Raul Pilla, era tido como centralizador e que, após a ascensão de Meneghetti ao poder no estado – e do próprio Barcelos, que ocupava a estratégica Secretaria de Interior e Justiça, em que estabelecia contatos com lideranças políticas locais, podendo assim construir sua imagem e sua candidatura – teria deixado de lado os aliados com o qual haviam conquistado a vitória eleitoral e favorecido apenas o próprio PSD. Essa crítica ao pessedista entre os libertadores pode ser percebida em duas fontes: uma, trata-se de resposta de Raul Pilla ao Diretório Municipal libertador do município de Cruz Alta/RS, que comunicava ter indicado o deputado federal Coelho de Souza<sup>683</sup> para ser o candidato da FD ao governo estadual, ambas trocadas em meados de junho de 1957; a outra, é um editorial do *Estado do Rio Grande* que não foi publicado, não constando a data – embora pelo contexto possa-se avaliá-lo como escrito entre os meses de junho e setembro de 1957 – e que estava em meio ao acervo pessoal de Raul Pilla, no NUPERGS/UFRGS.

Na primeira, Pilla afirma ao presidente libertador cruz-altense, Robério Lopes da Silva, que a referência a Coelho de Souza se tratava de uma lembrança feliz, mas que não lhe parecia oportuno fazer a campanha em torno dele, pois “incidiríamos na mesma falta que, (...), temos censurado a próceres do PSD e da UDN, a começar pelo Governador, por haver, sem nenhum entendimento prévio, desencadeado a propaganda da candidatura do sr. Peracchi Barcelos”<sup>684</sup>.

Nota-se o embaraço de Pilla: condenava a ação de Meneghetti e das agremiações aliadas em trabalhar a indicação de Barcelos sem conversar antes com o PL e diz que os libertadores não fariam o mesmo com eles. O que poderiam fazer, então? Pilla dá

---

<sup>683</sup> SILVA, Robério Lopes da. Destinatário: Raul Pilla. Cruz Alta/RS, 10/06/1957.

<sup>684</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Robério Lopes da Silva. Rio de Janeiro, 22/06/1957.

indícios: não era do interesse do PL romper com a FD, mas pretendiam mostrar aos parceiros que também tinham em suas fileiras nomes capazes e que deveriam ser ouvidos nos debates internos:

Entendo, sim, que devemos apresentar nomes na reunião da Frente Democrática que decidirá a candidatura, para demonstrar que os temos, e capazes, mas isto sem levar as cousas ao extremo, e que inevitavelmente aconteceria, se desde já fizéssemos campanha em torno de um deles. Demais, nomes, como o de Coelho de Souza, não necessitariam de uma prévia campanha para se imporem à consideração dos nossos aliados<sup>685</sup>.

Em suma, repetia-se o episódio de 1955: o que interessava ao PL não era indicação em si, mas uma maior participação nas deliberações interpartidárias da FD. Também indicava que o rompimento não ocorreria pois havia um interesse em comum a todos as agremiações frentistas: impedir uma vitória do PTB. No editorial, tais posições eram mais evidenciadas, ainda que, ao fim, o editorial não fora publicado. Pode-se cogitar que a não-publicação se deveu ao tom menos moderado com que os libertadores se manifestaram criticamente aos aliados da FD.

O editorial afirmava que, independentemente do escolhido para ser o candidato do PTB ao governo estadual – Brizola ou Loureiro da Silva - a eleição se daria em torno do embate entre a continuidade de um governo da democracia – referindo-se ao governo frentista de Ildo Meneghetti – ou o retorno de um governo da “demagogia”, aos moldes getulistas ou de Ernesto Dornelles. Sendo assim, a FD iria ter de enfrentar a “demagogia trabalhista”<sup>686</sup>. A seguir, diz que parecia que a FD – mais especificamente o PSD e o governo Meneghetti - não havia refletido suficientemente sobre isso. Se deveria chegar a um candidato ouvindo a todos, e não impondo um, como o PSD vinha fazendo:

Desencadear, porém, um movimento eleitoral em torno de determinada candidatura, por mais merecedora de aplausos que ela seja, sem que ela tenha sido em comum deliberada, não o podemos considerar absolutamente correto. Não vai nisto nenhuma restrição ao nome, senão somente ao modo como está sendo posta a candidatura<sup>687</sup>.

Para o editorialista, o motivo dessa exclusão eram uma ou outra restrição que os libertadores vinham discutindo quanto ao nome indicado e que os “arautos da candidatura”, conhecedores do “alto espírito público” libertador, que, mesmo com as queixas, não abandonaria a FD e, mesmo “resmungando”, daria o seu apoio a Barcelos. Além disso, queriam o “altivo e orgulhoso” PL em posição de passividade na aliança. Se era esse o pensamento dos aliados, o autor do texto observava, ao concluí-lo:

---

<sup>685</sup> A serviço da Frente Democrática. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, s/p, não publicado.

<sup>686</sup> A serviço da Frente Democrática. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, s/p, não publicado.

<sup>687</sup> A serviço da Frente Democrática. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, s/p, não publicado.

Tem toda razão os que confiam em nosso espírito público. Nunca poderíamos abandonar e, ainda menos, trair a causa da democracia, por pouco amável que esta se apresente. Mas, sem abandoná-la ou traí-la, antes melhor servindo-a, bem poderia resistir o Partido Libertador, defendendo o elevado patrimônio cívico que, com o máximo desinteresse, tem posto a serviço da Frente Democrática<sup>688</sup>.

Havia um tom intimidador nesse trecho. Qual seria essa resistência? Como o PL defenderia seu patrimônio “cívico” que pôs à disposição da FD sem “trair a democracia” – em outras palavras, sem possibilitar abertura de espaço eleitoral para o PTB? Por óbvio não se tratava de deixar a frente, algo já reiterado naquela missiva para a elite libertadora de Cruz Alta, mas agir pressionando os aliados, forçando-os a negociarem melhor, ou mesmo abrirem as negociações, já que a acusação libertadora era de que sequer haviam sido ouvidos por pessedistas e udenistas. Não significava que a cúpula libertadora iria aderir a um suposto purismo libertador. Os escritos de líderes como Martins Costa, Mem de Sá e o próprio Pilla evidenciavam que o PL, sozinho, só teria a perder em termos de recursos políticos e acesso ao poder. Mas precisavam incentivar tal discurso junto à militância.

Já foi referido nesse trabalho que a militância partidária – os “crentes” – dependem dos incentivos partidários advindos dos grupos dominantes dentro de uma agremiação. São aqueles que estão vinculados aos objetivos oficiais, programáticos e ideológicos do partido e que para não rejeitarem internamente quando a coalizão dominante toma rumos que, em tese, fugiriam dos princípios partidários, precisam receber incentivos para a manutenção da identidade coletiva partidária. De acordo com Panebianco (2005):

A comunidade dos crentes é, por definição, aquela mais ligada à tentativa de alcançar os objetivos oficiais, na qual serpenteia mais violentamente a revolta quando o partido, desenvolvendo atividades em contraste com os objetivos oficiais, coloca em crise a identidade coletiva. É a identidade dos crentes, sobretudo, que os líderes devem defender em referência constante e ritual às metas ideológicas, com a cautela na escolha de alianças heterodoxas (...). Enfim, é a presença dos crentes que impede os partidos de serem totalmente aqueles animais oportunistas descritos por Downs, prontos para mudar da esquerda para a direita e da direita para a esquerda por um punhado de votos. (PANEBIANCO, 2005, p.53-54).

Se por um lado a base militante consegue impedir alianças heterodoxas, por outro não se pode ignorar que a elite partidária, ao reforçar a identidade coletiva da agremiação, procura convencer essa base a aceitar determinadas mudanças de rumo. Foi o caso da troca de comunicação entre Décio Martins Costa, Raul Pilla e um libertador

---

<sup>688</sup> A serviço da Frente Democrática. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, s/p, não publicado.

do município de Jaguarão/RS, presidente do diretório local, João Soares Carriconde. A primeira missiva foi encaminhada por Carriconde para Martins Costa<sup>689</sup>, em que se queixava dos dois membros libertadores do governo Meneghetti: o secretário da Agricultura Orlando da Cunha Carlos, que visitou Jaguarão e sequer procurou os correligionários locais e ainda havia ido ao encontro dos petebistas locais. Também reclamava do Procurador-Geral do Estado, Henrique Fonseca de Araújo, que não dava andamento a um processo aberto pelos vereadores da FD contra o prefeito local.

Mas a preocupação maior de Carriconde era o pleito estadual. Relata ter lido que a tendência era pela manutenção da FD, mas que para a maioria dos libertadores jaguarenses, “a posição adotada não parece ser a que melhor consulta os interesses ligados a expansão do partido e à propagação das suas ideias”<sup>690</sup>. Ao lembrar que no pleito local de 1955, preferiram cindir a FD a deixar o PL como caudatário dela, Carriconde entendia que era preciso aliar-se apenas quando fosse possível realizar os “postulados” do PL, o que não ocorria no governo estadual em andamento.

Ao que nos conste, a participação no governo Meneghetti não nos trouxe dos partidos aliados nenhuma contribuição para a causa do parlamentarismo. Deu-nos, entretanto, o ônus de participar de um governo de ação muito discutível, assumindo solidariamente com ele a responsabilidade pelos seus erros, e ainda com o risco de virmos a perder, como já tem acontecido no passado, correligionários que se deixam envolver pelas blandícias do poder.<sup>691</sup>

Para esse correligionário, o PL deveria investir em uma candidatura preocupado com os princípios partidários, como o parlamentarismo. Do que adiantava lutar por esse sistema, presente no programa partidário, unido a partidos que eram contrários a ele? Segundo Carriconde, as próximas campanhas deveriam visar o fortalecimento do partido baseados no programa libertador, ao invés da simples conquista de postos de poder. A campanha deveria ser em torno do parlamentarismo e sem concessões para conquistar votos de adversários ou dos “apolíticos” e indicavam como possível candidato ao Diretório Regional o então senador Mem de Sá.

A missiva trazia diversos elementos característicos de um “crente”: a preocupação com os princípios e os programas partidários; uma visão purista, rechaçando a continuidade da aliança frentista, pois mais prejudicavam a agremiação, afastando-a dos seus postulados; além de um discurso moralista com relação ao jogo político, vista como conflito de ideias e ignorando as negociações e articulações nela

<sup>689</sup> CARRICONDE, João Soares. Destinatário: Décio Martins Costa. Jaguarão/RS, 08/06/1957.

<sup>690</sup> CARRICONDE, João Soares. Destinatário: Décio Martins Costa. Jaguarão/RS, 08/06/1957.

<sup>691</sup> CARRICONDE, João Soares. Destinatário: Décio Martins Costa. Jaguarão/RS, 08/06/1957.

presentes. É possível também que ainda houvesse resquícios de resistência aos pessedistas devido às relações iniciais entre as duas forças partidárias logo após a democratização de 1945, explicitada pelas eleições daquele período e pelo episódio do parlamentarismo sul-rio-grandense na Constituição de 1947.

Carriconde não obteve resposta de Martins Costa e quase um mês depois, enviou a carta para Pilla<sup>692</sup>, com o mesmo teor e reclamando da falta de atenção a ela pelo presidente regional libertador. Pilla a respondeu apenas em outubro daquele ano. A convenção libertadora que tratou do tema das eleições já havia passado, mas Pilla ainda assim deu o seu retorno: sobre Orlando Carlos, o mesmo havia dado suas explicações na Convenção e disse ter ficado satisfeito, embora compreendesse a crítica. Quanto ao tema eleitoral, Pilla afirmou que era verdade que uma candidatura própria libertadora fortaleceria o partido e seu programa, especialmente o parlamentarismo, mas esse não era o único “dever partidário”<sup>693</sup>: uma cisão da FD levaria o PTB ao poder e a responsabilidade recairia nos libertadores. Era imperativo manter a aliança, mas isso não significava que Pilla concordasse com a forma como a FD vinha tratando da questão da candidatura: “Ao contrário, tenho-a censurado. Não me parece também das melhores a escolha do candidato que nos querem impor, embora lhe reconheça notáveis predicados.”<sup>694</sup>. Encerrava afirmando concordar que o PL só deveria participar do governo caso a FD assumisse seus compromissos com os libertadores, porém, reconhecia que “a grande maioria do Partido não se conformaria com abandonar os despojos da vitória”<sup>695</sup>.

A resposta de Pilla nos mostra o lado da coalizão dominante libertadora, ainda que haja divergências nela: entendia a preocupação de Carriconde, mas colocava outros temas acima dos princípios partidários, no caso, impedir a ascensão dos trabalhistas ao governo estadual. Quanto à participação em um novo governo, Pilla se dizia voto vencido, acreditando que os libertadores não deveriam participar, mas que essa era uma visão isolada, pois “os despojos da vitória” – recursos e capitais políticos e de poder – também eram objetivados. O chefe nacional, ao fim e ao cabo, precisava de argumentos para reforçar a identidade libertadora, mas ao mesmo tempo convencer o “crente” da necessidade daquela postura mais pragmática – apelando para o “inimigo” a ser combatido.

---

<sup>692</sup> CARRICONDE, João Soares. Destinatário: Raul Pilla. Jaguarão/RS, 05/07/1957.

<sup>693</sup> PILLA, Raul. Destinatário: João Soares Carriconde. Jaguarão/RS, 01/10/1957.

<sup>694</sup> PILLA, Raul. Destinatário: João Soares Carriconde. Jaguarão/RS, 01/10/1957.

<sup>695</sup> PILLA, Raul. Destinatário: João Soares Carriconde. Jaguarão/RS, 01/10/1957.

Quanto à eleição em si, a carta de Pilla explicitava as críticas já citadas quanto ao PSD e à UDN. A estratégia de forçar os parceiros a ouvirem os libertadores foi posta em prática na convenção partidária realizada no final de julho de 1957. O evento, realizado em Porto Alegre e iniciado no dia 26 de agosto daquele ano<sup>696</sup>, teve como principal assunto a FD, o governo Meneghetti e as eleições vindouras. De acordo com os relatos da imprensa, evidenciava-se que o desgaste dos libertadores com a aliança e com o governador não estava restrita ao diretório de Jaguarão: os delegados libertadores de Ijuí, liderados pelo então deputado estadual Amadeu Weinmann, defenderam que os correligionários com cargo no governo deveriam sair, tese que se somava às críticas a Meneghetti feitas no evento pelo delegado do diretório do município de Soledade, Gudbem Castanheira<sup>697</sup>. Somaram-se aos ijuienses e soledadenses os diretórios de Caí, Espumoso, Santa Maria para lançar uma moção sugerindo o afastamento do governo estadual<sup>698</sup>. Tal reação vinha ao encontro das queixas dos libertadores jaguarenses.

Por outro lado, a cúpula partidária defendeu uma “conciliação”: Pilla, presente no congresso, sugeriu que houvesse o afastamento do governo, mas não da frente, e que o PL deveria participar da escolha do candidato – possivelmente dando a senha para a posição a ser tomada pelos correligionários. Já Orlando Carlos, presente no evento, sentiu-se desprestigiado pois, na sua visão, se havia críticas ao governo, havia críticas a ele, que era parte do Executivo estadual, assim como ao próprio PL, como partido governista. Ao fim, decidiu-se pela solução conciliatória proposta pelo chefe nacional, ainda que com a manutenção da agremiação como integrante do governo Meneghetti: os libertadores indicariam alguns nomes para serem debatidos junto aos aliados. Os indicados foram o deputado estadual Manoel Braga Gastal, lançado pelo diretório de Ijuí, e o deputado federal Coelho de Souza, indicado pelo diretório de Cruz Alta. Ambos se manifestaram favoráveis a manutenção da FD e contrários as suas indicações<sup>699</sup>.

Com a decisão, os libertadores forçavam a negociação. Para tal, utilizaram as bases partidárias, mais propícias ao rompimento e a uma candidatura própria fadada ao fracasso. Sabedores disso, e interessados em manterem-se com acesso ao poder, a coalizão dominante libertadora jogou com a ideia de discutir nomes do próprio partido

---

<sup>696</sup> Instala-se amanhã a Convenção Estadual do Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.20 e 4, 26/07/1957.

<sup>697</sup> Decidiu o P.L. apresentar candidatos ao governo e manter-se na Frente Democrática. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.22, 30/07/1957.

<sup>698</sup> Braga Gastal e Coelho de Souza candidatos do P.L. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.12 e 10, 30/07/1957.

<sup>699</sup> Decidiu o P.L. apresentar candidatos ao governo e manter-se na Frente Democrática. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.22, 30/07/1957.

junto à FD. A decisão causou estranhamento e cautela entre os aliados. Meneghetti teria dito que era “coisas da política”<sup>700</sup>. Hélio Carlomagno, deputado estadual e dirigente pessedista, pôs panos quentes: afirmou, em entrevista ao DN, que era normal um dos partidos da frente indicarem possíveis candidatos e que o próprio PSD estava agindo assim, negando a crítica libertadora de que haviam imposto Perachi Barcelos como postulante ao cargo<sup>701</sup>.

Em meio a tais polêmicas, o próprio PL que sugeria a ampliação da FD: a intenção era atrair para o bloco o PRP e o PDC<sup>702</sup>. Como demonstraram Cardoso (2015, p.19-51) e Alves (2020, p.88-113), o partido de Plínio Salgado foi cortejado tanto pelo PTB quanto pela FD, decidindo-se apenas em janeiro de 1958 em vincular-se aos trabalhistas. Décio Martins Costa era um dos membros da FD destacados para conversar com as lideranças perrepistas<sup>703</sup>, inclusive tendo sua residência como ponto de encontro entre os chefes frentistas e do PRP (CARDOSO, 2015, p.35-40). Tal postura ilustrava a posição da elite libertadora: não havia interesse no rompimento, mas a necessidade de angariar maiores espaços de poder na aliança e no governo.

Apesar disso, os pessedistas pareciam ainda pouco preocupados com a reação do PL, o que levava os segundos a manterem um comportamento hostil. Isso refletiu-se em um editorial do ERG, dessa vez publicado, e noticiado pelo DN, em que apontava que os rumos que a FD tinha tomado não estavam corretos<sup>704</sup>. Criticava a decisão isolada de iniciar campanha favorável a Perachi Barcelos e ignoravam a situação perigosa, pois um membro deixando a aliança abrir-se-ia espaço para a vitória do PTB. Resumindo, diziam estar dando uma “advertência” aos pessedistas e por isso a convenção do PL tomou a decisão de indicar nomes a serem discutidos, pensando nos “interesses do Rio Grande” e não em causas “menos nobres”<sup>705</sup>.

A posição do PL, classificada como “incógnita” naquele momento, ficou mais evidente quando o Diretório Municipal de Porto Alegre, em novembro, e antes de uma

---

<sup>700</sup> Braga Gastal e Coelho de Souza candidatos do P.L. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.12 e 10, 30/07/1957.

<sup>701</sup> - “Perfeitamente normal a indicação de candidatos ao governo do Estado, pelo PL”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.4, 30/07/1957.

<sup>702</sup> Serão convidados para a Frente Democrática o Partido da Representação Popular e o PDC. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.5, 05/09/1957.

<sup>703</sup> Os presidentes do P.R.P. e do P.L. discutem o problema da sucessão. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.5, 07/09/1957.

<sup>704</sup> - “Não tomou o problema sucessório o melhor rumo para uma solução feliz entre os partidos da F. Democrática”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.3, 31/08/1957.

<sup>705</sup> - “Não tomou o problema sucessório o melhor rumo para uma solução feliz entre os partidos da F. Democrática”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.3, 31/08/1957.

reunião dos libertadores sobre o tema, decidiu apoiar Perachi Barcelos<sup>706</sup>. Ressalta-se que Brizola já havia sido escolhido candidato do PTB, o que pode ter pressionado para uma solução na FD. A decisão dos libertadores porto-alegrenses podia ser um indicativo de que ao fim do processo, o PL manteria o apoio, mas que a elite partidária regional – e mesmo nacional, na figura de Pilla – manteriam por mais algum tempo a resistência. Isso se confirmou na reunião de 9 de novembro: quando se esperava que, enfim, o PL endossaria o líder pessedista, o resultado da mesma foi outro: a indicação de cinco possíveis postulantes, todos eles libertadores, para serem discutidos na reunião da FD para decidir a candidatura. Além de Coelho de Souza – que fizera naquele dia uma avaliação pouco elogiosa aos predicados eleitorais de Barcelos, dizendo ser um nome “muito difícil de ser carregado, porque não tem qualquer receptividade no seio da massa eleitoral”<sup>707</sup> - e Manoel Braga Gastal, acrescia-se o então senador Mem de Sá, o secretário da Agricultura Orlando da Cunha Carlos e o ex-deputado estadual Carlos de Brito Velho<sup>708</sup>.

Apenas em dezembro de 1957 os libertadores cederam. A partir de diversas reuniões ao longo do último mês do ano chegou-se, enfim, a uma solução em que Perachi Barcelos seria o indicado<sup>709</sup>, com o aval não só do seu partido, PSD, mas também da UDN e do PL, que encerrava, ali, sua resistência. Confirmava que o interesse maior da elite partidária libertadora era a manutenção da FD, tanto para tentar evitar uma vitória petebista, quanto para aproveitar os “despojos da vitória” – e, na perspectiva dessas lideranças – com maior força interna.

No entanto, apesar de um discurso apaziguador de Barcelos, dizendo-se candidato não de um partido, mas de uma frente<sup>710</sup>, alguns ressentimentos permaneceram ao longo do ano eleitoral. Um novo impasse surgiu com um grupo do PSD que pretendia indicar como candidato ao senado da FD – naquele ano se renovaria apenas um terço das vagas senatoriais, o que dificultava a distribuição de espaços na coligação eleitoral. Os pessedistas queriam o veterano Adroaldo Mesquita da Costa para

---

<sup>706</sup> Decidiu o Diretório Municipal do P.L. adotar a candidatura Peracchi Barcelos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.52, 02/11/1957.

<sup>707</sup> PL se decidirá hoje: Coelho de Souza acha que Peracchi é um nome difícil demais para ser carregado. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.1, 09/11/1957.

<sup>708</sup> Apresentam os libertadores à consideração da Frente Democrática cinco candidatos ao governo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.28, 12/11/1957.

<sup>709</sup> Walter Peracchi Barcelos será o candidato da Frente Democrática. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg. 24, 19/12/1957.

<sup>710</sup> Peracchi propugna por uma campanha elevada da qual não resultem ódios ou ressentimentos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.20, 20/12/1957.

a vaga, enquanto os libertadores a reivindicavam, com Carlos de Brito Velho<sup>711</sup> – curiosamente, dois sujeitos ligados ao laicato católico.

Um a pedido publicado no CP, de uma matéria do periódico *A Hora*<sup>712</sup>, mostrou os bastidores da discussão dentro do PSD, averiguados pelo segundo: havia um grupo favorável à Costa, buscando nele o cumprimento do mesmo papel que Armando Câmara teve em 1954: atrair o eleitorado católico. Todavia, um outro pessedista, não nominado, teria dito que a renúncia de Câmara do cargo de senador, em 1956, decepcionou o clero e que esses não entrariam na campanha de forma tão explícita. Outro motivo para o afastamento dos religiosos seria a ausência de uma ameaça não-católica, que em 1954 era simbolizada pelo protestante trabalhista Ruy Ramos. Ao fim, o grupo do PSD favorável a Costa propôs levar a indicação ao PL, com o argumento de que a candidatura correria sérios riscos se houvesse um candidato de outro partido ao Senado. O problema, para os pessedistas, era ter de levar a ideia para Paulo Brossard, deputado estadual e liderança libertadora em ascensão, que respondia pelo diretório regional nas férias de Décio Martins Costa. Para o grupo, tratava-se de alguém sem poder entre os libertadores e de um “Ruy Barbosa em compotas”.

Com exageros ou não, esse bastidor desenhava que ainda havia restrições ao PL depois do episódio do ano anterior. Ao fim, Costa desistiu, abrindo o caminho para que Brito Velho fosse indicado, com a mediação dos udenistas, que indicariam o suplente<sup>713</sup>. Nos fins de fevereiro de 1958, a FD estava pronta para iniciar sua campanha, alguns meses atrasada em relação a campanha do PTB, liderada por Leonel Brizola<sup>714</sup>.

Não só na relação com o PSD houve problemas. Já durante a campanha, em meados de julho de 1958, dentro da própria agremiação libertadora surgiram críticas e mesmo defecções. Ao escolher o pragmatismo antes do que a base libertadora entendia como principal – o programa e os objetivos partidários – a cúpula libertadora teve de lidar com uma deserção de correligionários de Ijuí – diretório que havia manifestado

---

<sup>711</sup> Aguarda-se o regresso do governador para a escolha do candidato ao Senado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 28/01/1958.

<sup>712</sup> O problema do senador pela Frente Democrática. *A Hora*, Porto Alegre, s/p, 20/02/1958

<sup>713</sup> Decidiu o PSD deixar as vagas de senador e de suplente a UDN e PL. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.16, 21/02/1958.

<sup>714</sup> Segundo Samuel Alves (2020, p.146) a campanha da FD começou de fato apenas em maio de 1958, enquanto Brizola e o seu candidato ao senado, Guido Mondim (PRP) iniciaram as primeiras viagens para o interior em março do mesmo ano. Confirma-se, assim, que a campanha petebista estava mais adiantada.

contrariedade a manutenção dos libertadores no governo de Ildo Meneghetti durante a Convenção de julho de 1957<sup>715</sup>.

Com a assinatura de lideranças locais como o vereador ijuiense Olmiro Sediak e de membros do diretório municipal, o documento intitulado *Manifesto aos Libertadores* havia sido publicado primeiramente em jornal local, o *Correio Serrano*<sup>716</sup>, e publicado como a pedido no CP<sup>717</sup> alguns dias depois. Nele, os signatários diziam ser o “grito de liberdade” de milhares de correligionários que estavam entre a disciplina partidária, simbolizada pela “ditadura de um pequeno grupo” – referência aos dirigentes regionais do PL – ou definir-se pelos “supremos interesses” do Rio Grande do Sul. Lembrava os episódios da Convenção, em que haviam solicitado a indicação de nomes do PL, mas os dirigentes preferiram se submeter à vontade do PSD. Criticaram o candidato escolhido, que, embora tivesse um nome honrado, era muito modesto em termos de capacidade administrativa.

Mais do que atacar a elite partidária, o documento tomava uma posição: aquele grupo de libertadores iriam apoiar a candidatura de Leonel Brizola:

Eis porque, solidários com tantos companheiros, solidários com aqueles que, aqui no interior, mantém acesa a chama libertadora, trabalham e lutam pelo engrandecimento partidário, mas não são acatados em suas decisões pelos nossos dirigentes, enfim, solidários com a decisão ou a vontade do Diretório local do PL e com o firme desejo de, como libertadores, colaborar para que o Rio Grande venha a ser dirigido por um cidadão de comprovada capacidade administrativa, um cidadão honesto e dinâmico, um governador que conheça nossos problemas e saiba como resolvê-los e, enfim, um governador que reintegre a terra dos pampas no alto conceito que desfrutava no cenário nacional, vimos, por este manifesto, declarar que, continuando fiéis à legenda libertadora, iremos pugnar pela vitória do ENGENHEIRO LEONEL DE MOURA BRIZOLA, no próximo pleito de 3 de outubro.<sup>718</sup>

Se, como afirmava Panebianco (2005), o grupo dos “carreiristas” precisam manter a identidade coletiva dos “crentes” através do reforço da ideologia e do programa partidário, o episódio da resistência à Perachi Barcelos não surtiu o efeito tão desejado, não ao menos referente ao grupo de Ijuí. Nota-se ao longo do trecho citado a precaução dos signatários em reafirmarem-se libertadores, mas não ouvidos pela “pequena ditadura” partidária. Ainda, procuravam apresentarem-se como representantes

<sup>715</sup> Alguns indícios apontam que o caso de Ijuí não fora o único: o Diário de Notícias publicou, em abril de 1958, que dois vereadores do PL no município de Estrela haviam aderido a campanha de Brizola. Não há detalhes quanto a motivação e nem como a elite partidária agiu, mas é provável que estivesse relacionado ao descontentamento com a manutenção da FD e de que tais casos não foram isolados. Estrela: dois vereadores do PL solidários com Brizola. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.6, 16/04/1958.

<sup>716</sup> Manifesto aos libertadores. *Correio Serrano*, Ijuí/RS, s/p, 12/07/1958

<sup>717</sup> A pedido: Manifesto aos libertadores. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 18/07/1958.

<sup>718</sup> A pedido: Manifesto aos libertadores. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 18/07/1958.

de outros correligionários que também não eram escutados pela direção e não tinham suas demandas atendidas.

No manifesto, reforçavam ainda que não aceitavam imposições, ainda mais de uma candidatura “não-partidária”, indicando que o interesse era, de fato, em ter um postulante libertador. O apoio à Brizola pode ser lido, dessa forma, como uma provocação ao diretório, apontando para o fato de que, apesar das diferenças ideológicas, estavam o escolhendo por livre vontade, e não de forma compulsória. Para justificar, argumentaram com a capacidade administrativa de cada um – aliás, um dos motes da campanha brizolista era justamente a ideia de que era um administrador competente, comprovada pela sua atuação na Secretaria de Obras Públicas e pela prefeitura de Porto Alegre (ALVES, 2020, p. 146-170).

A resposta da elite dirigente veio rápida e foi dura. Alguns dias depois, o deputado estadual Amadeu Weinmann – que havia sido o delegado de Ijuí na convenção de 1957 – tentou conciliar a situação, sem sucesso. Dessa forma, decidiu-se pela expulsão dos signatários, com exceção do vereador Olmiro Sediak, que recuou e retirou seu nome<sup>719</sup>. Como os outros membros eram do diretório local, foi preciso reestruturá-lo. Na nota do diretório regional, acusava-se os signatários de servirem de “instrumento dos adversários”, talvez por pressões “alheias à sua vontade” e reafirmaram o compromisso do diretório de Ijuí com a candidatura da FD<sup>720</sup>.

Duverger (1970) apontava que o autoritarismo era uma tendência dentro das elites dirigentes, aspirando manter o controle, a disciplina interna e manter a agremiação mais ortodoxa e homogênea possível dentro dos princípios e das práticas dessa elite partidária. Por outro lado, lembra Offerlé (1987), há também o temor da perda do controle partidário, uma vez que o partido é um campo/espço de disputas de poder e de acesso ao poder. Nesse sentido se deu a ação dos dirigentes do PL: evitou-se o surgimento de uma fração rebelde e que poderia prejudicar a ação do grupo dirigente, ou mesmo ameaçar o seu poder. A tentativa de controlar tentando endurecer as negociações com o PSD tinha também como intuito satisfazer as bases partidárias. Mas no caso ijuiense isso não foi suficiente, levando a decisão extrema para garantir o que a coalizão dominante havia decidido.

Outro episódio ligado às alianças partidárias naquela campanha causou estranhamento entre as bases do PL e a cúpula partidária: a inscrição do deputado

---

<sup>719</sup> Expulsões no Partido Libertador em Ijuí. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 09/08/1958.

<sup>720</sup> Expulsões no Partido Libertador em Ijuí. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 09/08/1958.

estadual do Partido Socialista Brasileiro (PSB) Cândido Norberto dos Santos na chapa para a Assembleia Legislativa do PL. O PSB tinha sua origem na Esquerda Democrática (ED), grupo político que, nos fins do Estado Novo, identificava-se como socialista democrático, mas não se considerava marxista, nem um “partido da classe operária” e que por essas razões não se aproximou nem dos comunistas, nem dos trabalhistas. Tornou-se uma corrente à esquerda dentro da UDN nos anos de 1945 e 1946, juntando-se ao partido que tinha como sua principal baliza a união dos antigetulistas, na qual a ED se enquadrava. Em 1947, após divergências com a UDN, formaram um partido, que inicialmente levou a sigla da ED, mas depois transformou-se no PSB (VIEIRA, 2007, p.167-178).

No Rio Grande do Sul, há poucos estudos que aludem aos socialistas. Bodea (1992, p.17-18) menciona rapidamente a ED no Rio Grande do Sul, mas praticamente ignora o PSB, ainda que a agremiação tivesse lançado duas candidaturas ao governo do Estado em 1950 e 1954 – nessa última, como citado por Angeli (2020), aliado aos comunistas em torno da Frente Popular do socialista Pereira Sampaio, que retirou a sua candidatura dias antes do pleito, em apoio ao petebista Alberto Pasqualini - o que foi explorado pela FD como prova da vinculação entre o PTB e o comunismo. Cortés (2007, p.208) preencheu rapidamente a lacuna de Bodea, lembrando que a ED no Rio Grande do Sul também deu origem ao PSB local.

De qualquer forma, o PSB era um partido pequeno e pouco expressivo no Rio Grande do Sul, que costumava flutuar entre apoios ao PTB, como em 1954, ou a FD, como em 1958, ou tentativas de lançamento de candidaturas próprias, como em 1950. Mas tinha uma liderança com um capital de popularidade e notoriedade importante, advindo da mídia radiofônica. O jornalista Cândido Norberto dos Santos havia se popularizado através de sua atuação como locutor, repórter e comentarista na emissora Rádio Gaúcha<sup>721</sup>. Com tal capital, passou a ser cortejado pelos partidos políticos da época, mas, segundo seu próprio relato, optou pelos socialistas:

Realmente era assim, eu tinha convite de outros partidos também. Os partidos estavam caçando gente que em tese poderia ser bem votado. Iam atrás de votos. Claro que, entre outras pessoas, fixavam, eu diria quase todos, em mim, que era um profissional do rádio já com alguma popularidade. Com alguma modéstia, porque no rádio eu tinha uma grande popularidade, graças ao que consegui a segunda votação no estado e a primeira em Porto Alegre. Entre os convites que eu recebi, figurou o do Partido Socialista Brasileiro, (...). Era um pequeno grupo de idealistas da socialdemocracia, do socialismo

<sup>721</sup> PROJETO VOZES DO RÁDIO (Rio Grande do Sul). Famecos/Pucrs. *Cândido Norberto: Apresentação*. Disponível em: <http://eusoufamecos.uni5.net/vozesdoradio/apresentacao-33/>. Acesso em: 22/10/2022.

democrático, que mantinham uma sede na rua José Montauri, uma sede cuja sala - a única que tinha - era do tamanho dessa aqui, se tanto. Depois a gente realizou uma convenção estadual com sobra de lugar. Apesar disso, e dos preconceitos que existiam contra o socialismo, eu me elegi, consegui me eleger a primeira vez dessa forma que eu acabo de referir. E, posteriormente, terminei participando de mais duas, ou três eleições. Eu me elegi quatro vezes deputado estadual. Sempre com a maior votação de Porto Alegre. Eu conto essa vantagem porque me comove. Sempre com a maior votação em Porto Alegre e a segunda no máximo, no Estado.<sup>722</sup>

Realmente, suas votações tanto em 1950 quanto em 1954 foram bastante expressivas: em 1950 fora o segundo mais votado, com 8.471 votos, perdendo apenas para Leonel Brizola (PTB)<sup>723</sup>. Já em 1954, Norberto, obteve 8.384, sendo o sexto mais votado e o primeiro entre os não-petebistas: ficaram à frente dele Daniel Ribeiro, Wilson Vargas, Domingos Spolidoro, Walter Giordano Alves e Siegfried Heuser<sup>724</sup>.

Todavia, a imprensa noticiava que os socialistas estavam passando por dificuldades para o pleito de 1958. Em 1957 o Diretório Regional foi extinto<sup>725</sup>. Os relatos davam conta do incômodo de várias lideranças socialistas com a falta de apoio à agremiação daqueles que tinham “posição política” e podiam cooperar. A crítica parecia ao próprio Norberto. Aqueles líderes entregaram as chaves do partido a ele para que, caso quisesse, reestruturasse o PSB em seus termos. Dessa forma, o então deputado estadual iniciava tal processo<sup>726</sup>, definindo, de imediato, que o PSB não estaria coligado com os antigos integralistas do PRP<sup>727</sup>.

Apenas em julho de 1958 – após vários adiamentos - o PSB realizou a sua primeira convenção após a reestruturação liderada por Norberto<sup>728</sup>. Nela, os socialistas optaram pelo apoio a FD na campanha. Por um lado, a decisão corroborava a decisão de não estar ao lado do PRP, pois esses estavam ao lado do PTB, por outro lado, durante o

<sup>722</sup> SANTOS, Cândido Norberto dos. Depoimento (novembro/2004). Entrevistadores: Ângela Flach, Claudira Socorro e Daniel Milke. Porto Alegre, 2004. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

<sup>723</sup> Brizola obteve naquele pleito 16.691 votos. Sobre o resultado eleitoral daquele ano, ver: TRE/RS. Ata das eleições de 1950. Disponível em: [https://www.tre-rs.jus.br/++theme++justica\\_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-rs.jus.br/arquivos/tre-rs-1950gerais-rs-resultados/@\\_@download/file/1950Gerais\\_RS%20Resultados.PDF](https://www.tre-rs.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-rs.jus.br/arquivos/tre-rs-1950gerais-rs-resultados/@_@download/file/1950Gerais_RS%20Resultados.PDF). Acesso em: 22/10/2022.

<sup>724</sup> Ribeiro, Vargas, Spolidoro, Alves e Heuser tiveram, respectivamente, 16.545, 11.239, 9.370, 9.150 e 8.406 votos. Sobre os resultados eleitoral de 1954, ver: TRE/RS. Ata das eleições de 1950. Disponível em: [https://www.tre-rs.jus.br/++theme++justica\\_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-rs.jus.br/arquivos/tre-rs-1954gerais-rs-resultados/@\\_@download/file/1954Gerais\\_RS%20Resultados.pdf](https://www.tre-rs.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-rs.jus.br/arquivos/tre-rs-1954gerais-rs-resultados/@_@download/file/1954Gerais_RS%20Resultados.pdf). Acesso em: 22/10/2022.

<sup>725</sup> Extinta a direção do Partido Socialista do Rio G. do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.4, 11/07/1957.

<sup>726</sup> Reorganização do Partido Socialista no R.G.S. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.4, 18/07/1957.

<sup>727</sup> Registrada a Comissão Reestruturadora do Partido Socialista. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.4, 29/10/1957.

<sup>728</sup> Convenção do P.S.B. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 29/07/1958.

congresso, apresentou-se outras razões para aquela deliberação: o apoio aos frentistas se daria em troca de compromissos com a defesa de uma política nacionalista quanto a triticultura do RS, defesa e resguardo da CEEE pública e garantia da tranquilidade política e respeito as liberdades individuais e públicas dos trabalhadores. No mesmo dia, Norberto foi à convenção do PSD para levar a posição do PSB.

Ainda que não formalmente, o PSB escolhia seu lado, aproximando-se da Frente Democrática, mas ainda havia dúvidas quanto a capacidade da agremiação conseguir uma nominata suficiente para reeleger Cândido Norberto para a Assembleia Legislativa. Nos fins de agosto, faltando pouco mais de um mês para as eleições, o PL pedia ao TRE a inclusão de Cândido Norberto como candidato ao cargo de deputado estadual pela legenda<sup>729</sup>. O motivo para tal era o temor do PSB não conseguir eleger representantes com chapa própria. Em seguida, os socialistas reuniram-se e decidiram pela candidatura em outras legendas. Além de Norberto, houve vários membros partidários que se abrigaram na UDN<sup>730</sup>, embora a candidatura com maior prestígio fosse a do jornalista, abrigada entre os libertadores.

Mas porque o PL, partido que procurava identificar-se com o espectro liberal e de direita? Vale lembrar que o PSB já havia definido seu apoio a FD, no entanto, ainda assim, carregava em si uma imagem de um partido mais à esquerda. Para tentar responder tal questão, cabe dar voz aos envolvidos. Cândido Norberto, por exemplo, diz o seguinte sobre sua decisão:

(...) a terceira (eleição para deputado estadual) eu me elegi pela legenda do PL – Partido Libertador, de gloriosas tradições, um partido conservador, mas que tinha gloriosas tradições no Rio Grande do Sul. Por quê? Porque houve um convênio, uma aliança proposta pelo Partido Libertador com o Partido Socialista. A aliança consistia no seguinte: eu concorreria sob a legenda do PL, pois afinal, quem tinha votos era eu. E me elegi com independência total em relação ao Partido Libertador. Continuei sendo... Agindo por conta própria sob a legenda do Partido Socialista.<sup>731</sup>

Um primeiro indício nos é revelado nessa fala: a proposta partiu do PL para o PSB, que por sua vez teria garantido total autonomia à atuação política de Norberto. Possivelmente os libertadores já estavam observando a situação de dificuldade dos socialistas e viram uma oportunidade para manter ou ampliar sua votação legislativa. Outro político da época que se manifestou décadas depois foi o Manoel Braga Gastal:

<sup>729</sup> Incluído na chapa do PL a assembleia o deputado socialista. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7 e 9, 30/08/1958.

<sup>730</sup> Candidatos a deputados pela UDN. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 03/09/1958.

<sup>731</sup> SANTOS, Cândido Norberto dos. Depoimento (novembro/2004). Entrevistadores: Ângela Flach, Claudira Socorro e Daniel Milke. Porto Alegre, 2004. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Isso aí (candidatura de Cândido Norberto pelo PL) veio da amizade que ele tinha com o Mem de Sá, eles eram muitos amigos, e o Mem de Sá foi ao partido pedir uma autorização para incluir o Cândido na nossa nominata. Houve debate, alguns não queriam, mas a maioria queria, e eu sustentei que era bom que o Cândido Norberto entrasse. E foi eleito. (...).

(...) Sim, não precisava (seguir a orientação do PL), foi dito por nós mesmos que nós faríamos a cessão da legenda para ele, por se tratar de quem se tratava. Não tinha problema ideológico nenhum.<sup>732</sup>

Novos indicativos surgem com a fala de Gastal: Mem de Sá teria sido o articulador da ida de Norberto para a nominata libertadora. Nas suas memórias, Sá confirmava que tinha amizade e que conseguiu que o PL o incluísse entre seus candidatos. Diz ter feito isso pois “nenhum líder arenista rio-grandense lutou mais bravamente e corajosamente do que ele contra Goulart e Brizola” (SÁ, 1981, p.259). Tenta tirar a pecha de comunista – explorada pelos trabalhistas em 1958 – de Norberto, dizendo que se tratava de um socialista, mas de um democrata e que suas visitas à União Soviética e à Cuba foram como jornalista, e não como político.

Parece nítido que o interesse era mais pragmático e menos ideológico. Ao trazer Norberto para o seio libertador, Sá sabia que ele trazia também seus consideráveis votos. Era uma aliança benéfica para o PL, pois com mais votos, aumentava seu quociente eleitoral, podendo assim manter ou ampliar o número de cadeiras do PL no parlamento gaúcho. É provável que essa era a motivação maior e que encontrou anuência dos dirigentes do PL. Dessa forma agia com racionalidade eleitoral, citando a expressão de Soares (2001, p.144): trabalhava-se com estimativas e prognósticos anteriores ao pleito e tomava-se decisões tendo em vista os possíveis resultados. Tentava-se maximizar os ganhos políticos. Para Norberto, por outro lado, havia a garantia de que sua atuação no parlamento não sofreria restrições, podendo atuar conforme suas convicções e ideias. Ao fim, era uma aliança de ganha-ganha: o PL ganhava os votos, enquanto Norberto ganhava a cadeira e a independência partidária.

Entretanto, tal cálculo eleitoral não se faria sem custos para a imagem e para a identidade partidária: o PL produziu uma imagem de um partido liberal e que não se aliava aos “demagógicos”, “comunistas”, entre outros grupos políticos. Tal ideia era reforçada junto às bases partidárias. Portanto, como explicar a inserção de um socialista no seio da agremiação? O capital principal de um partido é a sua marca, lembra Offerlé (1987). Como ela fica diante da presença de alguém malvisto entre os “crentes”?

---

<sup>732</sup> GASTAL, Manoel Braga. Depoimento (outubro/2004). Entrevistadores: Ângela Flach, Claudira Socorro e Daniel Milke. Porto Alegre, 2004. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Como a citação de Gastal já designava, houve resistências internas. Tal fato é mencionado também por Francisco Solano Borges, deputado estadual pelo PL à época e que deixa subentendido que havia sido contrário a entrada de Norberto:

Ele era do Partido Socialista Brasileiro. Causou má repercussão em alguns setores do partido, alguns diretórios e alguns companheiros. Porque o Cândido Norberto era socialista, não tinha ligação nenhuma com o PL. Não havia porque candidatá-lo na legenda do PL. Mas o Mem de Sá argumentou e convenceu o diretório, a maioria do diretório, que o Norberto era um deputado muito combativo que tinha enfrentado o Brizola, o governo do Brizola, com veemência, com ardor, durante quatro anos, e que era interessante para a oposição a reeleição dele para a legislatura seguinte. Mas isso trouxe descontentamento a muitos companheiros meus.<sup>733</sup>

Se levarmos em conta o que Offerlé (1987, p.26-27) diz quanto aos capitais objetivos de um partido, acumulados ao longo de sua trajetória tais como tradições, modo de organização, palavras de ordem, símbolos, entre outros e que os mesmos ganham valor quando contrapostos na disputa política aos capitais dos concorrentes, estar ao lado de um grupo considerado adversário tais como os socialistas feria aqueles que acreditavam e se apropriavam daqueles capitais construídos e propostos pelos libertadores. Tais capitais equivalem ao que Panebianco (2005) chamou de identidade coletiva ideológica dos “crentes”, da base militante. Ora, Mem de Sá, ao convencer os outros membros dirigentes do PL sul-rio-grandense da necessidade de atrair Norberto visou tão somente a possibilidade pragmática de ampliação de votos partidários. Tratava-se de uma aliança heterodoxa na perspectiva dos militantes, o que obviamente gerou reações nessa base. Se a aliança com o PSD acabou sendo aceita, com o PSB parecia, ao olhar dos crentes, um excesso pragmático que colocava em risco a identidade na qual acreditavam.

Tal reação foi sentida na imprensa escrita, com a publicação de diversos a pedidos anônimos de libertadores. No *Correio do Povo*, uma pessoa que se identificava como libertadora e assinava apenas como A.P.. publicou um artigo, intitulado *É o fim, libertadores*<sup>734</sup> e relembra a trajetória do PL, retomando seu histórico anterior a 1945, seus vínculos com o Partido Federalista de Gaspar Silveira Martins e que inserido nele havia vários filhos e netos de maragatos, adeptos do liberalismo conservador e que se viam atingidos pela presença de um deputado socialista que costumeiramente criticava e atacava os libertadores na tribuna da Assembleia Legislativa.

<sup>733</sup> BORGES, Francisco Solano. Depoimento (maio/2004). Entrevistadores: Ângela Flach, Claudira Socorro e Daniel Milke. Porto Alegre, 2004. Arquivo de História Oral Delfos/PRP-AIB, PUCRS.

<sup>734</sup> A pedido: *É o fim, libertadores. Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.31, 31/08/1958.

O mesmo A.P., dias depois, publicou novo texto, em que atentava para o fato de que os libertadores desistiriam de eleger um membro partidário para que a vaga fosse ocupada por um socialista<sup>735</sup>. Nesse texto, A.P. apelava aos vínculos do socialismo com o comunismo – reativando o anticomunismo– e da não-aceitação dos libertadores do interior àquela situação, e que não se rebelavam apenas por disciplina partidária, mas porque se sentiam traídos pela cúpula partidária. Alertava ainda que a presença de Norberto atingia o eleitorado católico, que não iria aceitar votar em um partido que dava guarida a um representante daquela ideologia anti-cristã. Por fim, questionava o pragmatismo da coalizão dominante do PL: para eleger um candidato, o partido precisaria de 20 mil votos. Segundo o autor, calculava-se que o PL teria 100 mil, elegendo cinco deputados. Sendo que se calculava que Norberto teria 6 mil votos, ele seria um dos eleitos e tiraria a vaga de um libertador "verdadeiro". Ele iria ainda se valer de 14 mil votos dados a postulantes libertadores. Assim, o PL corria o risco de perder um deputado em favor de Norberto. De acordo com A.P., votar no PL seria beneficiar um socialista e isso motivava a revolta e a decepção dos libertadores.

Porém, nem todos se opuseram. Havia militantes que compraram o discurso da direção partidária. Era o caso de G. Pereira, em um artigo chamado *Maragatada, atenção!*<sup>736</sup>, em que tecia críticas a A.P., questionando se ele era mesmo um libertador até o momento da inclusão de Cândido Norberto e dizendo que o lenço vermelho ficava melhor nele do que um possível desertor que possivelmente estivesse apoiando Brizola - numa referência ao militante crítico e inserindo nele a pecha de traidor dos libertadores, por supostamente não seguir a orientação partidária.

No *Diário de Notícias* também houve manifestações de libertadores críticos à aliança com Norberto. Embora publicado originalmente no periódico *A Platéia*, do município de Santana do Livramento/RS, um artigo assinado apenas como *Um Libertador*, fora publicado duas vezes ao longo do mês de setembro de 1958 no jornal de propriedade da *Diários Associados*. Na primeira<sup>737</sup>, não havia menção aos que pediram a publicação e veio com o título original; já na segunda<sup>738</sup>, veio como mandado

---

<sup>735</sup> A pedido: 14 mil libertadores elegerão um socialista. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 07/09/1958.

<sup>736</sup> A pedido: Maragatada, atenção! *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.24, 14/09/1958.

<sup>737</sup> A pedido: O Partido Libertador, Cândido Norberto e Eu. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.5, 18/09/1958.

<sup>738</sup> A pedido: Candido Norberto será deputado pelo Partido Libertador? *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.16, 24/09/1958.

publicar por um grupo de católicos libertadores e com outro título, embora o conteúdo do texto seguisse o mesmo.

No artigo, o autor identifica-se como um “libertador de pai e mãe”, com pais e avós que “derrubaram sangue pelas coxilhas rio-grandenses na defesa dos ideais maragatos”. Diz que seu artigo é um “grito de alarme e protesto”. Diz que nenhum libertador tinha o direito de desrespeitar os ideais dos “ancestrais” maragatos, mas que isso aconteceu quando o partido aderiu a FD:

Assim, pois, foi com verdadeira mágoa que vimos o nosso glorioso Partido integrar a Frente Democrática para a conquista do Governo do Rio Grande do Sul, em troca de algumas vantagens materiais, que poderiam satisfazer alguns Libertadores vaidosos ou ansiosos de cargos, mas que, de forma alguma, poderia satisfazer os anseios e as tradições do nosso Partido.<sup>739</sup>

Na perspectiva desse libertador, já havia problemas na aliança com o PSD – algo já explorado aqui, mas que ainda era presente em alguns militantes da agremiação. Seguindo seu protesto, lembrava novamente o episódio que ocasionou o rompimento de alguns membros do partido em Ijuí, ao aceitarem, sem grandes contestações, a candidatura de Perachi Barcelos, chegando a dizer que se tratava de uma “campanha inglória” apoiá-lo, seguindo a mesma linha dos ijuenses. Por fim, chegava ao caso Norberto, que, para ele, era uma afronta aos maragatos:

E agora, esta notícia que estarreceu a todos nós – CÂNDIDO NORBERTO, deputado socialista, comunista de formação, e ateu homem sem princípios definidos, favorável à socialização das terras e dos meios de produção, inimigo mortal do parlamentarismo e de todos os ideais e princípios que acalentamos, está integrado a legenda do Partido Libertador na chapa de deputado estadual. Pasmem os Libertadores do Rio Grande – CÂNDIDO NORBERTO SERÁ DEPUTADO PELO PARTIDO LIBERTADOR!!  
Basta! Isto é demais.  
Não é possível que os Libertadores concordem com tamanha afronta.  
Ou isto tudo está errado ou não posso ser mais Libertador.<sup>740</sup>

Seguia com um apelo: que os libertadores votassem em branco na eleição para darem um recado para os dirigentes partidários e para colocarem o PL em seu lugar de oposição vigilante aos interesses do Rio Grande do Sul e encerra dizendo que doía a alma de um libertador estar aliado ao PSD e encampar a candidatura de um candidato

<sup>739</sup> A pedido: O Partido Libertador, Cândido Norberto e Eu. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.5, 18/09/1958.

<sup>740</sup> A pedido: O Partido Libertador, Cândido Norberto e Eu. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.5, 18/09/1958. (Grifos do autor).

sem cultura e sem experiência administrativa – referência à Barcellos - mas o que doía mais ainda era a presença de Norberto: “É de chorar de dor e de vergonha.”<sup>741</sup>.

Havia, portanto, setores da base libertadora insatisfeitos com as alianças adotadas. Para muitos deles, conservadores, interioranos e acostumados a um discurso que era incentivado pelo próprio partido contrário às esquerdas e de tradição oposicionista, era difícil aceitar a presença de uma liderança socialista em seu seio. Mesmo depois da elite partidária ter tentado produzir um fato que incentivasse a militância, no caso, ter retardado o apoio a Perachi Barcellos e insinuado uma candidatura própria. Todavia, o apoio ocorreu, fosse por incentivos pragmáticos de acesso ao poder, fosse por oposição ao PTB, e parte dos “crentes” não a viram com bons olhos. Havia ainda a aliança com o PSB e Norberto. O texto do libertador em questão refletia esse estado de ânimo.

A campanha de Brizola não perdeu a oportunidade dada pelos libertadores de usar essa aliança como forma de atacar a FD e minar a alegação dos frentistas de que Brizola era apoiado pelos comunistas. Em vários materiais publicados na imprensa, os petebistas lembravam que “Perachi e Brito Velho fizeram acordo e receberam festivamente o apoio do Partido Socialista, do russófilo Cândido Norberto, que, em essência, é igual ao Partido Comunista, razão pela qual os Papas e Bispos condenam o socialismo e os que com ele colaboram(...)”<sup>742</sup>.

As críticas que vinham tanto dos libertadores ressentidos, assim como do PTB que explorava a situação em sua campanha política, levaram o deputado estadual socialista a enviar uma carta para Décio Martins Costa em que afirmava não ver incoerência em sua luta com a do PL, elogiava a Declaração de Princípios do partido – discutida no capítulo 3 – dizendo que ela comprovava que não havia tais diferenças entre seu pensamento e dos libertadores e dizia se orgulhar de ter atuado, ao lado dos libertadores na Assembleia Legislativa, em defesa da “causa democrática e nacionalista e da moralização das nossas instituições”<sup>743</sup>.

É possível afirmar que libertadores seguiram o conselho do libertador anônimo e votaram em branco? Ou mesmo tenham votado em Brizola, como pedia os rebeldes de Ijuí? É difícil afirmar algo nesse sentido de forma concreta, no entanto, não é

<sup>741</sup> A pedido: O Partido Libertador, Cândido Norberto e Eu. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.5, 18/09/1958.

<sup>742</sup> A pedido: Perachi aceitou princípios comunistas e apoio dos socialistas! *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.2, 19/09/1958.

<sup>743</sup> O sr. Cândido Norberto e a sua inclusão na chapa libertadora. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.3, 24/09/1958.

improvável que tenha havido deserções não só de libertadores, mas também de udenistas e pessedistas. Considerando a votação final, a vitória de Brizola foi bastante expressiva, como demonstra a tabela 33:

**Tabela 33: Eleição para o governo do Rio Grande do Sul - 1958**

<b>CANDIDATOS</b>	<b>PARTIDOS</b>	<b>VOTOS</b>	<b>% VOTOS</b>
<b>Leonel Brizola</b>	PTB/PRP/PSP	670.003	57,22
<b>Walter Perachi Barcellos</b>	PSD/PL/UDN	500.944	42,78
<b>TOTAL</b>		1.170.947	100

Fonte: TSE, *Repositório de Dados Eleitorais*; Cánepa (2005, p.254)

Seria preciso um estudo mais aprofundado sobre esses dados, dissecando-os por regiões, municípios, entre outras variáveis, mas parece claro que se tratou de um pleito em que o PTB obteve quantidades de votos além do que seria esperado. Alves (2020, p.196-216) aponta para diversos fatores que podem explicar a vitória expressiva de Brizola, tais como a aliança com o PRP, decisiva para as vitórias em regiões coloniais, o pouco envolvimento da Igreja Católica no pleito, o domínio que demonstrava ter do *habitus* político - ou seja, domínio dos saberes específicos do fazer política daquele período, refletido, por exemplo, na capacidade de mobilização que apresentou através do uso de meios de comunicação populares como o rádio. Não foi por acaso que o jornalista do período Armando Fay de Azevedo (1960) chamou a vitória petebista de fruto do “fenômeno Brizola”.

Concorda-se que esses fatores pesaram, no entanto, é necessário também ver não apenas os méritos de Brizola, mas também as falhas e erros da campanha frentista, que podem ter contribuído para o sucesso eleitoral de Brizola. Assim como na eleição porto-alegrense de 1955, a FD teve uma campanha com diversos equívocos, a começar pela demora na escolha do candidato, quando o PTB já havia definido Brizola em outubro de 1957, a dificuldade nas negociações internas, que ficaram patentes na posição do PL quanto a indicação de Perachi Barcelos, só aceita em definitivo pelos libertadores em dezembro de 1957, além das próprias ações dos partidos. Aqui, foi possível notar que o PL, ao primeiro insinuar um rompimento com a FD para acalmar as suas bases, mas que, ao fim, aceitou a candidatura, causou episódios de rebeliões e rompimentos internos, agravados pelo episódio Cândido Norberto. Tais falhas podem ter auxiliado o PTB a aproximar-se dessas bases, algo que se refletiu no caso do PL de Ijuí. Portanto, não só os méritos de Brizola devem ser levados em conta, mas também os deméritos da campanha da FD. É possível que Brizola vencesse da mesma forma caso os frentistas

tivessem feito a campanha de forma mais organizada e homogênea, mas também provável que a diferença poderia ter sido menor.

E quanto a Cândido Norberto? Houve resultados práticos a inclusão dele na lista para deputados estaduais? Na melhor das hipóteses, é possível dizer que o PL se manteve com índice parecido com o de 1954: naquele pleito, o partido havia feito 107.209 votos, sendo o terceiro mais votado e feito sete cadeiras. Já em 1958 foram 145.441, repetindo o 3º lugar, atrás de PTB e PSD e as mesmas sete cadeiras. No entanto, um dado relativiza essa aparente melhora: se em 1954, houve 808.178 votos válidos – excluindo brancos e nulos – para o pleito legislativo estadual, em 1958 esse número foi de 1.155.934. Em suma, se em números absolutos o PL aumentou sua votação, na proporção, houve redução: em 1954 foram 13,27% dos votos válidos para a legenda, já em 1958 esse número foi de 12,58% - uma redução de 0,69%. Assim, o efeito Cândido Norberto foi, no máximo, suficiente para manter as sete cadeiras do partido, mas com um detalhe: como havia alertado o A.P., um dos libertadores anônimos insatisfeitos com a aliança, uma dessas cadeiras não era libertadora, no caso, a do próprio Cândido Norberto, que havia recebido a garantia de atuar de forma independente, ainda que tentasse dizer, na já citada carta para Martins Costa, que sua pauta era próxima daquela defendida pelos libertadores. Vejamos os eleitos do PL em 1958 para o parlamento sul-rio-grandense:

**Tabela 34: Deputados estaduais eleitos pelo PL no Rio Grande do Sul – 1958**

<b>NOME</b>	<b>VOTOS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
<b>Cândido Norberto dos Santos</b>	12631	Eleito
<b>Francisco Solano Borges</b>	8739	Eleito
<b>Paulo Brossard</b>	7419	Eleito
<b>Heitor Galant</b>	6068	Eleito
<b>Manoel Braga Gastal</b>	5786	Eleito
<b>Getúlio Marcantônio</b>	5760	Eleito
<b>Gudbem Castanheira</b>	5661	Eleito
<b>Total de votos do PL</b>	145441	

Fonte: TSE. *Estatísticas Eleitorais*.

No pleito para o parlamento federal, o PL também sofreu perdas: se em 1954 havia conquistado 3 cadeiras, dessa vez ficou com apenas 2: a de Raul Pilla e de Coelho de Souza, ambos reeleitos. Novamente o aumento de votos no partido – de 93.811 em 1954 para 120.912 em 1958 foi diluída pelo expressivo aumento de votantes – de

805.204 votos válidos em 1954 para 1.147.767 em 1958 - o que resultou na perda de uma vaga na Câmara Federal.

**Tabela 35: Cinco candidatos a deputados federais mais votados do PL no Rio Grande do Sul – 1958**

NOME	VOTOS	SITUAÇÃO
<b>Raul Pilla</b>	38886	Eleito
<b>J.P. Coelho de Souza</b>	25986	Eleito
<b>Lucídio Ramos</b>	16006	1º Suplente
<b>Norberto Schmidt</b>	15903	2º Suplente
<b>Mário de Lima Beck</b>	13917	2º Suplente
<b>Total de votos do PL</b>	120912	

Fonte: TSE. *Estatísticas Eleitorais*.

Quanto à eleição senatorial, em que o candidato da FD era o libertador Carlos de Brito Velho, refletiu, em menor grau, o resultado para governador, com uma vitória do candidato do PRP, aliado do PTB, Guido Mondin. Ressalta-se que havia um terceiro candidato nesse pleito: Gabriel Pedro Moacyr, do PR, o que levou a uma maior divisão dos votos, ainda que pequena:

**Tabela 36: Eleição para o Senado Federal do Rio Grande do Sul – 1958**

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
<b>Guido Mondin</b>	PRP/PTB/PSP	617.385	54,49
<b>Carlos de Brito Velho</b>	PL/PSD/UDN	494.316	43,63
<b>Gabriel Pedro Moacyr</b>	PR	21.237	1,88
<b>TOTAL</b>		1.132.938	100

Fonte: TSE, *Repositório de Dados Eleitorais*; Cánepa (2005, p.254).

A derrota eleitoral deixou muitas feridas entre os frentistas. O PL, possivelmente tendo em conta os erros que cometeu durante a campanha e a cada vez mais difícil relação com os pessedistas, fará uma nova leitura do contexto político regional em 1959, tendo em conta a ascensão de um novo partido no campo da direita e tentará, novamente, encontrar um maior espaço de atuação entre os partidos que passavam a ser oposição ao governo de Leonel Brizola. Tal leitura será posta em prática no pleito de Porto Alegre de 1959 e terá efeitos na eleição estadual seguinte, de 1962, como se verá no próximo subcapítulo.

## **5.2. 1959-1963: o afastamento entre PL e FD e a aliança libertadora com o PDC (1959) e a união e rompimento com a Aliança Democrática Popular (1962-1963)**

Antônio Lavareda (2012, p.128) defende que o sistema partidário brasileiro estava em processo de consolidação durante o período da República Democrática,

especialmente a partir da segunda metade da década de 1950, momento em que identifica uma maior autonomia e enraizamento do sistema e dos partidos em relação a outros fatores, principalmente socioeconômicos. Sua análise encontra eco com o processo de alterações vividas nas disputas eleitorais sul-rio-grandenses, uma vez que a conjuntura da disputa política, mais do que a social ou econômica, interferiam em maior grau nas negociações e articulações. Ainda, havia espaço para formação e atuação de novas forças partidárias e de rompimentos dentro do sistema, desmistificando, uma vez mais, a ideia de um quase inerte “bipartidarismo de fato” existente no Rio Grande do Sul, discutida na introdução desse capítulo.

A formação das alianças e coligações para a eleição municipal de 1959 em Porto Alegre é um interessante indício nesse sentido. O modo como as peças do jogo político mexeu-se naquela eleição demonstram o grau de autonomização das forças políticas e o papel que o contexto das disputas políticas-partidárias tanto internas aos partidos – especialmente no caso do PTB – quanto externas – o rompimento entre o PL e os outros partidos da FD - tiveram naquele momento. E ainda houve o surgimento de uma nova força partidária, o PDC. Todos esses movimentos modificaram o complexo partidário sul-rio-grandense naquele instante, tendo reflexos no pleito de 1962.

Com relação aos libertadores, tais articulações corroboram, uma vez mais, a capacidade do partido em agir pragmaticamente, ainda que buscasse manter um discurso público de coerência e base programática visando suas bases políticas. Como bem mostrou Douglas Carlo (2012), o PL, quando esteve no governo com Ildo Meneghetti (1955-1959) soube moldar o discurso para atuar enquanto governo. Além disso, novamente surgiu o confronto dentro da FD entre PL e PSD em torno do protagonismo político, enfatizando, uma vez mais, que as relações entre as agremiações dentro da frente interpartidária estavam longe de serem simples e tranquilas, exigindo negociações a todo o momento – e que no caso de 1959, tiveram como resultado o afastamento.

Pode-se dividir as articulações em torno das candidaturas para essa eleição em ao menos três fases: a primeira se dá entre os meses de abril e junho daquele ano, com o início das negociações entre as forças partidárias intencionando o pleito. Os primeiros movimentos foram dados pelo PSD, que indicou alguns nomes, tais como Adroaldo Mesquita da Costa e Hélio Carlomagno, para os partidos aliados<sup>744</sup>, sem enfrentar

---

<sup>744</sup> PSD indicará dia 7 os candidatos a prefeito e vice-prefeito da capital. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 03/04/1959.

contestações da UDN e do PL, sendo que esse inicialmente estava interessado na vaga de candidato a vice-prefeito, com o deputado estadual Manoel Braga Gastal<sup>745</sup>.

Um pouco depois, o PL mudou sua posição e passou a apresentar resistências a Carlomagno, demonstrando preferência por Mesquita da Costa, como foi apontado presidente do diretório municipal libertador, Alberto Godoy<sup>746</sup>. Todavia, Mesquita da Costa sinalizava que não tinha interesse em ser postulante, pois considerava sua trajetória política encerrada<sup>747</sup>. Entre os pessedistas cresciam movimentos favoráveis a Carlomagno, o que levou os libertadores a dar um ultimato: se esse fosse o indicado, o PL romperia e lançaria como candidato a prefeito Braga Gastal<sup>748</sup>.

Por qual razão o PL o recusava? Não há uma resposta definitiva para essa indagação, mas os indícios eram de que os libertadores não o viam como um candidato viável e suficientemente forte para enfrentar uma candidatura do PTB, favorecida pela máquina municipal e estadual – o prefeito era o petebista Tristão Sucupira Viana, que assumiu após a renúncia de Brizola, para governar o estado. Para enfrentar um candidato com apoio tanto da prefeitura quanto do governo estadual era preciso um nome com maior capacidade de mobilização. Para Godoy, na entrevista citada anteriormente, esse nome era Costa.

A postura do PL causou reação entre os pessedistas, que praticamente definiriam Carlomagno como candidato, aguardando uma possível resposta dos libertadores<sup>749</sup>. Todavia, a crise interna do PSD, que levou ao afastamento de Ildo Meneghetti das atividades internas partidárias<sup>750</sup> após ser descartada sua ação para tentar resolver a questão porto-alegrense por Perachi Barcelos, levou também a um recuo nas discussões em torno dos possíveis nomes, incluindo Carlomagno, que retirou seu nome, mesmo que houvesse movimentos internos que ainda os defendia<sup>751</sup>.

As negociações entraram em uma segunda fase a partir do mês de junho, quando um fator inesperado surgiu para movimentar os bastidores políticos: o advento de movimentos populares favoráveis a candidatura de José Loureiro da Silva<sup>752</sup>,

---

<sup>745</sup> PSD, PL e UDN reúnem-se hoje. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 08/04/1959.

<sup>746</sup> PL não acredita na recusa de Adroaldo. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, pg.12, 14/04/1959.

<sup>747</sup> Pessedistas movimentam-se pró-Carlomagno. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 11/04/1959.

<sup>748</sup> Dificuldades na Frente Democrática. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 29/04/1959.

<sup>749</sup> Lançada a candidatura Carlomagno à prefeitura. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 03/05/1959.

<sup>750</sup> Renunciou ontem à presidência do PSD Rio-grandense o sr. Ildo Meneghetti. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.16, 06/05/1959.

<sup>751</sup> Movimento Popular Pró-Hélio Carlomagno. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 09/05/1959.

<sup>752</sup> Movimento Popular Pró-Loureiro da Silva. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 03/06/1959; Movimento Popular Pró-Loureiro da Silva. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 09/06/1959.

movimentos esses que, segundo Cánepa (2005, p.293), estariam sendo articulados pelo PDC. Sobre Loureiro da Silva, cabe algumas palavras: trata-se de uma liderança política experiente, oriunda ainda da Primeira República, mas que começou a destacar-se quando se elegeu deputado estadual em 1934, pelo PRL, de Flores da Cunha. Porém, rompeu com o então governador e formou uma dissidência em apoio a Vargas, em 1937. Com o advento do Estado Novo, recebeu como recompensa a nomeação para a prefeitura de Porto Alegre, cargo que exerceu até 1943. Na democratização de 1945, teve importante papel ao ser designado por Vargas para articular a formação de diretórios municipais do PTB pelo interior do Rio Grande do Sul, auxiliando decisivamente para o crescimento do partido (DE GRANDI, 2002; TORRES, 2022).

Loureiro da Silva estava em um momento de baixa entre os trabalhistas. Havia sido derrotado por Brizola na disputa pela candidatura do PTB ao governo estadual (ALVES, 2020, p.52-72). Naquele momento, Loureiro havia se unido a Fernando Ferrari no embate interno petebista. Como lembra Maura Bombardelli (2016), após a morte de Getúlio Vargas, abriu-se uma disputa em torno da ideia de trabalhismo entre as lideranças petebistas - uma disputa pelo capital herdado do trabalhismo - e tal recurso será muito utilizado por Ferrari e por Loureiro, visando apresentar-se como “trabalhistas autênticos”, defensores do legado de Vargas e, portanto, diferentes daqueles que haviam tomado o poder dentro da agremiação – ou seja, João Goulart e Leonel Brizola - que na perspectiva deles, apenas usavam o trabalhismo para agir de forma demagógica e personalista e para ganhos pessoais. Por óbvio, estava em jogo uma disputa de poder, mas era preciso fazer uso de alguma arma ou de algum capital político que pudesse fazer frente ao grupo de Goulart e Brizola, que dominavam a máquina partidária.

A candidatura para a prefeitura de Porto Alegre podia ser uma retomada política para Loureiro da Silva, fosse dentro do PTB – o que era improvável - fosse fora do partido. A possibilidade era o fato novo do pleito, segundo o colunista político do CP Armando Fay de Azevedo<sup>753</sup>. Todavia, naquele mês de junho, ainda era apenas uma cogitação, pois o próprio Loureiro negou primeiramente o seu envolvimento com tais movimentações<sup>754</sup>. Já a FD seguia articulando nos bastidores, chegando a um novo nome: Ari Delgado<sup>755</sup>.

---

<sup>753</sup> A Semana Política. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 07/06/1959.

<sup>754</sup> Movimento Popular Pró-Loureiro da Silva. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 03/06/1959.

<sup>755</sup> PSD e UDN apoiam o nome de Ari Delgado para prefeito. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 11/06/1959.

A escolha ainda não era definitiva, mas Delgado ganhava na Frente. Há poucas informações sobre ele: sabia-se que exercia o mandato de deputado estadual pela primeira vez e que seu principal capital político vinha da área desportiva – Delgado havia sido jogador de futebol nos anos 1930, atuando pelo Grêmio Football Porto-Alegrense e consolidou sua relação com esse clube exercendo o cargo de mandatário dele entre 1955 e 1957 e novamente naquele ano de 1959<sup>756</sup>. Apesar disso, não era um nome atrativo para o PL, tanto que, diferentemente de PSD e UDN, não se posicionou sobre ele. Surgia, no PL, duas possibilidades: apoiar Loureiro da Silva, caso esse resolvesse candidatar-se, ou lançar Braga Gastal como candidato a prefeito e sugerir Delgado como vice. Tanto uma quanto a outra hipótese indicavam que, para o PL, Delgado não tinha peso para enfrentar o PTB, o que de certa forma era reverberada pela imprensa local, como o já citado Fay de Azevedo. Para o jornalista, apenas um nome conseguiria confrontar os petebistas e esse era o de José Loureiro da Silva:

Nos arraiais da Frente Democrática passou-se a falar no nome do deputado Ari Delgado como possível candidato da coligação. Seria, de fato, um nome que, além das qualidades pessoais do seu portador, envolveria o de um destacado desportista, líder de uma grande “torcida” futebolística. Não parece, contudo, que consiga contrapor-se vantajosamente à organizada e compacta massa petebista da Capital. Como não conseguirá qualquer candidato partidário frentista e, muito menos, um pedecista, libertador ou udenista, isoladamente. A única chance de derrubada do poderio do PTB no seu maior reduto, em todo o país, estaria no apoio à candidatura Loureiro da Silva, caso, como se adianta, venha a mesma a ser apresentada pelos pedecistas. Seria o caminho da FD, se seus dirigentes, ao invés de se deixarem levar por intransigências ou vaidades partidárias, a par da errada visão da realidade dos fatos, usassem a cabeça, como bons estrategistas políticos.<sup>757</sup>

Alguns pontos merecem ser destacados aqui: primeiro, sobre Fay de Azevedo. Mais do que analista político, Fay de Azevedo tinha uma trajetória vinculada à própria política: ele havia sido deputado estadual entre 1935 e 1937 pelo PL (TRINDADE; NOLL, 2005, p.166-177). Na época, já se dedicava também ao jornalismo, como nota Mônica Karawejczyk (2008, p.234). No entanto, a partir da década de 1940, passou a dedicar-se a essa atividade e a análise política, como bem demonstrou Samuel Alves (2018). Não era de se estranhar, portanto, que mais do que análises, Azevedo deixava

<sup>756</sup> As poucas referências disponíveis sobre Delgado vieram do sítio *GrêmioPédia*, dedicado ao levantamento de informações, em formato de enciclopédia virtual, vinculadas àquele clube esportivo. Além disso, há menções a ele feitas por Cândido Norberto, em sua entrevista ao Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, além das próprias matérias jornalísticas aqui citadas. Ver: GRÊMIO PÉDIA. Ary da Silva Delgado. Disponível em: [https://www.gremiopedia.com/wiki/Ary\\_da\\_Silva\\_Delgado](https://www.gremiopedia.com/wiki/Ary_da_Silva_Delgado). Acesso em: 02/11/2022; SANTOS, Cândido Norberto dos. Depoimento (novembro/2004). Entrevistadores: Ângela Flach, Claudira Socorro e Daniel Milke. Porto Alegre, 2004. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

<sup>757</sup> A Semana Política. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 14/06/1959.

transparecer seu posicionamento em suas colunas. Mais do que analisar o equívoco da indicação de Delgado, o colunista praticamente sugeria Loureiro da Silva como mais interessante para as forças anti-petebistas.

Em segundo lugar, Azevedo criticava as disputas internas da FD. O que ia de encontro ao posicionamento de PSD e de UDN quanto a possibilidade de um apoio a Loureiro da Silva: não a consideravam, pois não queriam um nome apartidário, e menos ainda vindo do rival PTB<sup>758</sup>. Ou seja, preferiam um postulante orgânico, mesmo que tornasse mais difícil a campanha. Tratava-se de uma postura hegemônica, que partia especialmente do PSD. Porém, o PL já estava considerando essa possibilidade: unir-se a um petebista que estava praticamente rompido com o seu partido, mas que tinha experiência e um considerável capital político de popularidade e de notoriedade – ainda que existissem grupos libertadores também defendendo uma candidatura pura, com Braga Gastal<sup>759</sup>. Em suma, enquanto o PSD perdia-se em sua tentativa de manter sua influência na aliança anti-PTB, setores libertadores agiam de forma mais pragmática, visando atingir tal protagonismo. Pensavam estrategicamente, como pedia Azevedo. Por fim, o jornalista citava um novo ator nesse cenário, que estaria por trás da possível indicação de Loureiro da Silva: o PDC.

Sobre esse partido, é importante contextualizar sua presença no sistema partidário da República Democrática. De acordo com Coelho (2002, p.16-18), o PDC surgiu em 1945, fundado pelo jurista paulista e professor da Faculdade de Direito de São Paulo Antônio Cesarino Júnior. A partir daí, fundiu-se a uma pequena agremiação fundada no Rio de Janeiro, o Partido Popular, e uma outra pequena agremiação paulista, o Partido Republicano Democrático. Em comum, as três correntes eram influenciadas pelo sucesso da Democracia Cristã na Itália do pós-II Guerra Mundial e sua imagem de uma terceira via entre o capitalismo liberal e o socialismo.

No entanto, no Brasil, como nota Luís Werneck Vianna (1981, p.146), havia pouco espaço para essa terceira via, uma vez que PSD e PTB rapidamente fidelizaram o seu eleitorado entre as classes ditas subalternas – o primeiro, no campo, e o segundo, nas áreas urbanas:

(...) a corrente católica se encontrava numa situação singularmente precária: sua ligação com o Estado não se comportava como no período 30-45, em deste ter perdido o pleno controle do jogo político com a volta do liberalismo: nos campos, as classes subalternas estavam sob o controle do

---

<sup>758</sup> U.D.N. veta indicação de qualquer nome apartidário para candidato a prefeito. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 17/06/1959.

<sup>759</sup> Libertadores querem Gastal para prefeito. *Correio do Povo*, Porto Alegre, pg.7, 17/06/1959.

PSD e, nas cidades, do PTB. Impunha-se uma orientação de largo alcance, a fim de se preparar para influir sobre essas classes, numa fase agora nitidamente “concorrencial”. A alternativa que se colocava estava na criação de um PDC, por onde fossem canalizadas as reservas de energia da Igreja e que a comunicasse com um amplo espectro social; ou em tomar como base a própria instituição, através da Ação Católica (VIANNA, 1981, p.146).

A própria Igreja Católica pouco auxiliou o PDC em sua fase inicial: a preocupação inicial da Igreja era maior em estar inserida entre as elites políticas mais conservadoras do que direcionar suas forças em uma agremiação em que poderia perder o controle e comprometer suas relações com essas mesmas elites (COELHO, 2002, p.18). Nesse sentido, a LEC era mais interessante à Igreja Católica, pois podia posicionar-se de forma independente em relação às forças partidárias. Tais questões – a difícil inserção em um sistema partidário com contornos bastante definidos e a ausência de suporte da instituição religiosa - podem explicar o pouco sucesso eleitoral obtido pelos pedecistas até meados da década de 1950.

O caso do PDC no Rio Grande do Sul exemplifica tal situação. Como dito no capítulo 3, a intelectualidade laica católica teve maior interesse, em 1945, em inserir-se nas forças partidárias do que propriamente organizar uma agremiação política. Não por acaso o diretório regional do PDC surgiu no estado apenas em 1953 e liderado por uma nova geração de católicos, como lembra Lorena Monteiro (2013):

Embora o grupo idealizador do PDC no RS – Fernando Gay da Fonseca, José Sperb Sanseverino, Edmundo Casado Marques, Fernando Costa Gama, Cid Furtado, Julio de Rose, Jorge Azevedo – representassem uma ramificação mais jovem da intelectualidade católica advinda das Congregações Marianas e da Ação Católica e contassem com o apoio dos políticos católicos, não conseguiram arregimentar essas personalidades para a criação da nova sigla. Dado esse primeiro empecilho na formação de seus quadros o PDC só foi organizado e fundado em 1953 (MONTEIRO, 2013, p.277).

O episódio já relatado aqui da candidatura de Armando Câmara ao Senado Federal em 1954 reflete essa dificuldade dos pedecistas, uma vez que o convite inicial para o professor católico era deles, mas Câmara acabou optando pelo PL, recebendo apenas o apoio formal do PDC. Entre 1954 e 1958, os democratas-cristãos tiveram suas primeiras participações eleitorais no Rio Grande do Sul. Em 1954, não participou de nenhuma aliança – apoiou apenas a candidatura de Câmara ao Senado - mas lançou candidaturas para a Câmara Federal e a Assembleia Legislativa, sem conseguir obter cadeiras. Em 1955, lançou Edmundo Casado Marques para a prefeitura de Porto Alegre, que obteve apenas 860 votos. Já em 1958, o partido novamente decidiu-se pela neutralidade no pleito estadual e lançou candidaturas para a Assembleia Legislativa e

para a Câmara Federal. No entanto, diferentemente de 1958, conseguiu conquistar duas cadeiras no parlamento estadual: José Alexandre Záchia e Mário Mondino.

Não é a intenção dessa tese analisar profundamente o PDC, trabalho esse já feito pelos autores aqui citados, mas nota-se que uma hipótese possível para o melhor desempenho pedecista pode ter sido a mudança no perfil de recrutamento partidário. Se em 1954 o partido parecia preocupado em lançar candidaturas vinculadas ao meio católico, a partir de 1958 o PDC abriu o leque e buscou personalidades políticas que não necessariamente tinham vínculos diretos com a religião cristã, mas que poderiam atrair novos eleitores para a legenda.

É o caso de um dos eleitos para o legislativo sul-rio-grandense, Mário Mondino. Tratava-se de uma liderança política do PL no município de Caxias do Sul/RS e que havia duas vezes tentado eleger-se deputado estadual (1947 e 1950) e um deputado federal (1954). Segundo a imprensa local, Mondino trocou o PL pelo PDC nos fins de 1957<sup>760</sup> e um dos motivos para a sua saída era de que o PL não investia nas suas candidaturas como representativa da região colonial, optando por lançar nomes também em municípios próximos, o que acabava dividindo os votos e impossibilitando a eleição de um representante caxiense na Assembleia Legislativa<sup>761</sup>. No PDC, Mondino recebeu a atenção que esperava, conseguindo, enfim, eleger-se.

É possível que o êxito dessa estratégia tenha motivado os pedecistas porto-alegrenses a investir em outra personalidade política, que se encontrava em baixa no seu partido, o PTB: Loureiro da Silva. Como já dito, havia várias manifestações de setores populares favoráveis à sua candidatura. O deputado estadual e presidente do Diretório Municipal do PDC José Alexandre Záchia deu uma entrevista ao periódico católico *Jornal do Dia* em que diz que os pedecistas não poderiam ficar “insensíveis” aos movimentos pró-Loureiro e que se tratava de uma candidatura que se impunha aos partidos, inclusive ao PDC<sup>762</sup>. Mas negava já ter tratado do tema com o próprio Loureiro, que na mesma reportagem, alegava que iria aguardar o posicionamento do PTB – uma mudança de atitude dele, uma vez que antes havia negado a possibilidade de se candidatar. Quanto ao PL, já havia até um programa mínimo para apresentar a Loureiro: seu apoio à candidatura de Jânio Quadros à Presidência da República em 1960

---

<sup>760</sup> Mário Mondino no PDC. *O Pioneiro*, Caxias do Sul/RS, p.1, 29/12/1957.

<sup>761</sup> Recompõe-se o panorama político de Caxias do Sul. *O Pioneiro*, Caxias do Sul/RS, p.12, 04/01/1958.

<sup>762</sup> PL já tem um programa mínimo para submeter a Loureiro. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.12, 17/06/1959.

e ao posicionamento de Fernando Ferrari dentro do PTB. E mais, já havia até um coordenador para a candidatura, o deputado estadual Heitor Galant<sup>763</sup>.

Em que pese as declarações desencontradas na imprensa e as negativas de negociações diretas das forças partidárias com o ex-prefeito, desde maio o PDC cogitava lançá-lo, de acordo com Celito de Grandi (2002, p.179-184) e a ideia havia partido da ala moça democrata cristã, liderada por Leônidas Xausa. Ou seja, é possível que, nos bastidores, o lançamento de Loureiro da Silva pelo PDC e com o apoio libertador já estivesse praticamente definida. Mas era preciso resolver as arestas de Loureiro com o PTB e as do PL com a FD.

Em julho, o PSD definiu o seu candidato: embora houvesse nova movimentação de lideranças favoráveis a indicação de Hélio Carlomagno, o vencedor foi Ari Delgado<sup>764</sup>. A escolha de Delgado empurrava mais ainda o PL para o lado de Loureiro da Silva. O *Correio do Povo* indicava que, nos bastidores, diminuía as já poucas resistências no PL à ideia de apoiar o trabalhista<sup>765</sup>. Os pessedistas e udenistas levaram suas queixas quanto a essa tendência dos libertadores porto-alegrenses ao Diretório Regional do PL, mas Décio Martins Costa deu de ombros: afirmou que não podia intervir na questão municipal<sup>766</sup>. Possivelmente, Martins Costa estava implicado na decisão, algo que deixou claro para Raul Pilla em uma carta, ao dizer que o caso porto-alegrense “estava mais ou menos no nosso pé” devido a “incompreensão crônica” do PSD<sup>767</sup>. Em outras palavras, o PL tinha a situação em suas mãos e criticava os pessedistas por não perceberem a necessidade de alterar seu posicionamento naquela conjuntura.

Nesse ínterim, O PDC fez o convite oficial para que Loureiro da Silva se candidatasse pela legenda, recebendo como resposta do trabalhista que iria para o Rio de Janeiro por alguns dias e no seu retorno, no início do mês de agosto, daria sua posição<sup>768</sup>. Já o PL se utilizava da questão nacional para afastar-se da FD e embarcar na provável candidatura pedecista: o diretório porto-alegrense publicou uma nota em que

---

<sup>763</sup> PL já tem um programa mínimo para submeter a Loureiro. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.12, 17/06/1959.

<sup>764</sup> Decidiu a Convenção do P.S.D.: Ary Delgado candidato a prefeito. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 10/07/1959.

<sup>765</sup> PL inclinado a apoiar Loureiro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 14/07/1959; PL faz pesquisa de opinião. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 15/07/1959; O PL e a sucessão municipal. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.17, 15/07/1959.

<sup>766</sup> O PL e a sucessão municipal. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.17, 15/07/1959.

<sup>767</sup> COSTA, Décio Martins. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 16/06/1959.

<sup>768</sup> Loureiro: 3 semanas no Rio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.17, 15/07/1959.

condicionava o seu apoio aos candidatos que tivessem “definido a orientação política que adotam quanto à sucessão nacional, que interessam vitalmente a todo o povo brasileiro.”<sup>769</sup>. Cánepa (2005, p.293) diz que esse teria sido o motivo principal para o afastamento do PL em relação ao PSD em 1959, pois enquanto o PDC já havia definido suporte a candidatura de Jânio Quadros, como queria o PL, o PSD ainda não tinha decidido sua posição. Todavia, deve-se ressaltar que o PSD sul-rio-grandense, em virtude da relação tensa que tinha com o diretório nacional e com o próprio Presidente Juscelino Kubitschek, como mencionado por Oliveira (2008, p.236-243), dificilmente apoiaria uma candidatura pessedista aliada ao PTB, como se aventava e, ao fim, daria suporte a uma candidatura de oposição, como a de Quadros. A nota, nesse sentido, teve mais a intenção de acelerar o rompimento libertador com a FD e facilitar o acordo PL-PDC.

Não por acaso, a nota foi recebida com irritação pelos frentistas, que viam nela uma tentativa de “coação” por parte do PL<sup>770</sup>. O movimento do PSD foi de críticas bastante pesadas aos libertadores, assim como de demonstrar coesão em torno de Ari Delgado<sup>771</sup>, unindo tanto os ortodoxos quanto os juscelinistas da agremiação, como o preterido em favor de Delgado, Hélio Carlomagno<sup>772</sup> - Ildo Meneghetti, ao visitar o diretório porto-alegrense do partido para prestar solidariedade à Delgado, chegou a compará-lo com o provável candidato do PTB, o secretário de Energia do governo Brizola Wilson Vargas e ignorou completamente a provável candidatura de Loureiro da Silva, insinuando que os dois postulantes que iriam, de fato, disputar o cargo, eram os representantes das duas principais forças políticas estaduais<sup>773</sup>.

Em agosto, os contornos do pleito se assentaram, com o PDC confirmando, em sua convenção, a candidatura de Loureiro da Silva<sup>774</sup>. No evento, José Alexandre Záchia citou a troca de correspondências entre os pedecistas e o petebista, na qual o segundo exigia apenas não ter compromissos partidários, o que foi aceito pela agremiação democrata-cristã. Ao retornar de sua viagem, Loureiro da Silva disse que levaria ao

---

<sup>769</sup> Decisão inesperada do PL: Sucessão municipal depende do apoio à candidatura Jânio Quadros. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 25/07/1959.

<sup>770</sup> Libertadores desligados praticamente da Frente Democrática em Porto Alegre. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 26/07/1959.

<sup>771</sup> Compromete-se o sr. Ildo Meneghetti a fazer toda a campanha de Ari Delgado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 30/07/1959.

<sup>772</sup> Carlomagno censura o PL. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 29/07/1959.

<sup>773</sup> Compromete-se o sr. Ildo Meneghetti a fazer toda a campanha de Ari Delgado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 30/07/1959.

<sup>774</sup> Convenção do PDC homologou unanimemente a candidatura Loureiro da Silva a prefeito. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 06/08/1959.

PTB o convite pedecista e pediria um posicionamento, pois “não abria mão da sua condição de trabalhista”<sup>775</sup>.

Ao invés de discutir a possibilidade de lançá-lo candidato, o PTB estadual optou pela expulsão de Loureiro da Silva<sup>776</sup>. Logicamente, a decisão ainda refletia o embate entre ele e Leonel Brizola, então governador e com diversos aliados na Executiva partidária, como o presidente estadual do PTB, João Caruso Scuderi e, mais amplamente, o embate interno entre o grupo de Fernando Ferrari, ao qual Loureiro estava vinculado, e o de João Goulart. Dessa forma, coube a Loureiro insistir na tese de que ele era um “verdadeiro trabalhista”: podiam expulsá-lo do partido, mas não podiam expulsar as suas ideias<sup>777</sup> e com esse discurso partiria para a campanha.

Quanto ao PL, ainda lutou durante o mês de agosto para que a FD abrisse mão da candidatura de Delgado e apoiasse Loureiro da Silva, o que ficou evidente na missiva encaminhada pelo presidente do diretório municipal libertador, Alberto Godoy, para o órgão correspondente da UDN: nela diz que os libertadores insistiram ao máximo para que a FD se mantivesse unida, desde que com uma candidatura competitiva e capaz de atrair o “eleitorado flutuante” e até o trabalhista, possibilitando rachá-los. Esperavam que os aliados da FD tivessem a mesma atitude, mas acabaram perdendo-se em vaidades pessoais. Dizia ainda que Delgado não estava à altura da missão pois era um novato, apesar da carreira promissora, e esperavam ainda a renúncia de sua candidatura e a junção das forças da FD com Loureiro da Silva<sup>778</sup>. Em suma, faz um chamado ao enfrentamento com o PTB, usando um nome que estava acima do próprio partido trabalhista, além de uma figura experiente em termos de política e administração – em outras palavras, com um capital de notoriedade e popularidade significativas.

Os libertadores não obtiveram sucesso nessa tentativa e embarcaram definitivamente na candidatura de Loureiro da Silva, indicando o seu candidato a vice, Manoel Braga Gastal<sup>779</sup>. A chapa PDC-PL encabeçada por um ex-trabalhista causou uma mudança no cenário político-partidário de Porto Alegre: já naquele momento isso

---

<sup>775</sup> "Minha candidatura nasceu de um movimento popular". *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.13, 09/08/1959.

<sup>776</sup> Por unanimidade a Executiva do PTB decidiu eliminar Loureiro do partido. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 12/08/1959.

<sup>777</sup> Loureiro irá até o fim e continuará defendendo as idéias trabalhistas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 13/08/1959.

<sup>778</sup> P.L. dirige-se a U.D.N. a propósito das candidaturas para a Prefeitura da capital. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 25/08/1959.

<sup>779</sup> Escolhido o sr. Braga Gastal para companheiro de chapa de Loureiro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 04/09/1959.

foi percebido por Fay de Azevedo, que acreditava que Loureiro da Silva tiraria votos tanto do PTB quanto da FD. No caso desses, muitos eleitores, na sua concepção, não se prenderiam em “esquemas partidários” e perceberiam logo a inviabilidade candidatura de Delgado<sup>780</sup>. Nessa direção foi também a análise de Cánepa (2005):

Portanto, para o PDC, que se apresentava como um partido “moderno” e de centro, Loureiro da Silva era o candidato ideal. De um lado, capitalizava as virtudes do trabalhismo gaúcho e, de outro, se permitia fazer a crítica desse mesmo trabalhismo, quando no exercício do poder, ou ao desvirtuamento das ideias no interior da organização partidária. Quanto ao PTB, a candidatura de Loureiro deixava claro a que nível tinham chegado as dissensões dentro do partido (CÁNEPA, 2005, p.295).

A referência era ao embate em torno da ideia de trabalhismo, em disputa entre Fernando Ferrari e João Goulart/ Leonel Brizola. Loureiro da Silva, como já dito, fez uso dessa questão na sua campanha, visando angariar o eleitorado trabalhista. Todavia, a presença do PL também terá influência, pois ela que facilitou a adesão do eleitorado frentista ao candidato pedecista. Embora PSD e UDN – com o posterior apoio do PSB – não abrissem mão da candidatura de Delgado, era notório que o postulante passou por um processo de “cristianização”, apontado por Cortés (2007, p.257-259) – ou seja, fora abandonada pelas próprias organizações que a apoiavam. A carta de Alberto Godoy para os udenistas havia dado a senha de que a candidatura de Delgado não era viável, algo que, ao longo da campanha, ganhou maiores contornos com o surgimento de movimentos dentro da UDN<sup>781</sup> e do próprio PSD favoráveis a Loureiro da Silva<sup>782</sup>, além da constante pressão para a retirada da candidatura de Delgado. A decisão do PL de dar suporte àquele pretendente se mostrou estrategicamente correta, dando o protagonismo ao partido que lhe faltava na FD e lhe dando maior capital político para discutir a aliança a partir da eleição estadual de 1962.

Com apoio na reta final de Ferrari - que aceitou ser candidato a vice-presidente pela legenda pedecista<sup>783</sup> no pleito de 1960 - às candidaturas do PDC e do PL, o resultado do pleito realizado em 8 de novembro de 1959 foi uma vitória expressiva de Loureiro da Silva e Braga Gastal, ambos atingindo mais de 50% dos votos válidos:

---

<sup>780</sup> A semana política. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 16/08/1959.

<sup>781</sup> Aberta a dissidência na UDN contra a candidatura do sr. Ary Delgado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 18/09/1959.

<sup>782</sup> Comando pessedista com Loureiro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 10/09/1959.

<sup>783</sup> Ferrari aceita sua candidatura pelo PDC e fará campanha de Loureiro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.18, 29/10/1959.

**Tabela 37: Eleição para prefeito de Porto Alegre - 1959**

<b>CANDIDATOS</b>	<b>PARTIDOS</b>	<b>VOTOS</b>	<b>% VOTOS</b>
<b>José Loureiro da Silva</b>	PDC/PL	95.527	52,81
<b>Wilson Vargas</b>	PTB	78.408	43,34
<b>Ari Delgado</b>	PSD/UDN/PSB	6.969	3,85
<b>TOTAL</b>		180.904	100

Fonte: Ata Eleições de 1959, TRE/RS.

**Tabela 38: Eleição para vice-prefeito de Porto Alegre - 1959**

<b>CANDIDATOS</b>	<b>PARTIDOS</b>	<b>VOTOS</b>	<b>% VOTOS</b>
<b>Manoel Braga Gastal</b>	PL/PDC	85.708	50,13
<b>Efraim Pinheiro Cabral</b>	PTB	74.299	43,46
<b>Godói Bezerra</b>	UDN/PSD/PSB	10.964	6,41
<b>TOTAL</b>		170.971	100

Fonte: Ata Eleições de 1959, TRE/RS.

O resultado refletia aqueles dois elementos antes citados: a capacidade e o capital de Loureiro da Silva, qualificado para trazer, através do seu discurso “trabalhista autêntico” parcelas do eleitorado petebista, e a presença do PL como força capaz de atrair para aquela chapa o eleitor mais propenso a votar na FD. Em outras palavras, a possibilidade de sucesso daquela candidatura trouxe o eleitor não só do PL, mas também do PSD e da UDN. É provável que isso se refletiu na votação extremamente baixa de Delgado, confirmando-se o processo de abandono dele pelos seus próprios aderentes. A vitória deu novo ânimo aos libertadores e, como já referido, deu maior poder de discussão junto aos antigos aliados da FD. Não é por acaso que, ainda antes do pleito, Décio Martins Costa comemorava o desempenho de Loureiro e ainda a chamava de “candidatura libertadora”<sup>784</sup>, em carta para Raul Pilla.

Os libertadores souberam atuar usando o que Soares (2001, p.144) chamou de racionalidade eleitoral, ao fazer a leitura do cenário através das informações que obtinha. Leitura essa que teria faltado, seja por incompetência, seja por omissão, às coalizões dominantes das duas outras forças frentistas. A aposta se mostrou mais certa ainda ao perceber que, embora o PL fosse um partido de estatura média e o PDC, de estatura pequena, o nome escolhido trazia um capital para a coligação nada desprezível, além de um eleitorado considerável. Os vencedores traziam um discurso que tentava escapar da polarização PTB/ anti-PTB. Para a campanha estadual de 1962, tanto o PL quanto o PDC e o próprio Loureiro da Silva tentarão reeditar essa estratégia bem-sucedida em Porto Alegre, dessa vez com os partidos da antiga Frente Democrática e com o antigo aliado petebista de 1958, o PRP.

<sup>784</sup> COSTA, Décio Martins. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 10/10/1959.

Entre 1959 e 1962 muitas alterações ocorreram na conjuntura política estadual e nacional. Possivelmente a eleição municipal de 1959 serviu como aprendizado para as forças partidárias frentistas, tanto que se reaproximaram em 1960 para darem suporte a candidatura de Jânio Quadros à Presidência da República naquele ano, contra a aliança PSD-PTB, representada pelo General Henrique Lott e João Goulart. Quadros vencera a eleição, mas seu governo tumultuado durou apenas sete meses, com uma surpreendente renúncia em 25 de agosto de 1961, a qual ainda hoje discute-se quais eram as intenções dele com o ato, sendo a mais provável a de que pretendia provocar um Golpe de Estado que lhe desse maiores poderes frente ao Congresso Nacional (QUELER, 2019). Seja como for, sua renúncia jogou o país em um caos, uma vez que os militares não estavam dispostos em aceitar a posse do vice-presidente, João Goulart.

No entanto, como afirma Carla Brandalise (2017), não havia um clima propício na sociedade brasileira para a ruptura institucional, os “militares golpistas careciam de efetivas autoridade e legitimidade, estando as Forças Armadas divididas sobre a questão” (BRANDALISE, 2017, p.176-177). Daí a importância de dois movimentos concomitantes que garantiram a manutenção da ordem legal: um, veio do Congresso Nacional, que negociou uma saída para a crise através da instituição do parlamentarismo enquanto sistema de governo; outro, foram os movimentos populares liderados a partir de Porto Alegre - e que se irradiou para outras localidades do país - pelo governador sul-rio-grandense, Leonel Brizola, exigindo o respeito à Constituição Federal e a posse de Goulart (FERREIRA; GOMES, 2014, p.31-62).

Ao fim, Goulart tomou posse em 7 de setembro de 1961, sob um novo sistema de governo, mas os efeitos da crise de agosto/setembro daquele ano fizeram-se sentir na política partidária do Rio Grande do Sul. Cánepa (2005, p.279-281) entende que o movimento da Legalidade marcou uma ruptura no governo estadual petebista ao dar projeção nacional ao governador enquanto uma liderança expressiva das esquerdas, o que o levou a sofrer críticas dos partidos anti-trabalhistas. Somavam-se a esses um então aliado trabalhista: setores majoritários do PRP forçaram o afastamento da agremiação - que teve peso considerável para a vitória petebista em 1958 - do governo em outubro de 1961, sob justificativa de que o governo do PTB tinha comunistas infiltrados. Embora esse rompimento não fosse unânime entre os perrepistas, como demonstra Claudira Cardoso (2015, p.90-92), serviu para aproximar a cúpula partidária das outras forças anti-PTB.

O cenário da radicalização política, especialmente após a crise da renúncia de Quadros, direcionou definitivamente a reaproximação entre as forças partidárias visando o pleito estadual. Ainda antes do rompimento do PRP com Brizola, o senador udenista Daniel Krieger apontava para a necessidade da união dos partidos gaúchos que participaram da aliança em favor de Quadros e de buscarem um indicado em comum para o pleito vindouro<sup>785</sup>. As siglas iam além da tradicional FD, pois incluía o PDC e o novato Movimento Trabalhista Renovador (MTR) – partido fundado por Fernando Ferrari e que demarcou a separação efetiva entre ele e o PTB, sob o discurso de um trabalhismo renovado e “fiel” aos princípios e ideias (BOMBARDELLI, 2016, p.183-191).

Os debates ainda eram incipientes e mesmo a participação do PRP não era certa. Já a cúpula libertadora demonstrava entusiasmo com a possibilidade da ampliação da frente anti-trabalhista<sup>786</sup>. Ainda em dezembro de 1961, após reunião entre as elites partidárias, PL, UDN, PSD, PDC e MTR – esse informalmente – lançaram um manifesto em que confirmavam a disposição da formação da aliança, lançando críticas ao PTB e entrando em disputa pelo conceito de democracia, a qual alegavam estar sendo atacada pelos “comunistas” e seus aliados “oportunistas”, “aventureiros” e “corruptos”<sup>787</sup>. O manifesto refletia o clima de confronto exacerbado entre as esquerdas e as direitas do período e que conseguia aglutinar aqueles grupos que, por maiores divergências que tivessem, uniam-se contra o principal adversário político, os trabalhistas. O manifesto ainda fazia referências às reformas de base, proposta defendida por Goulart. No entanto, a perspectiva de reforma dos signatários era direcionada aos que “efetivamente trabalham” e não para aqueles que faziam “exploração demagógica”<sup>788</sup>.

Se havia concordância entre essas agremiações quanto ao “inimigo em comum”, as divergências encontravam-se nas discussões quanto ao candidato a ser escolhido para representá-los. Tais discussões começaram a ganhar força no início de 1962. Conforme

---

<sup>785</sup> Daniel Krieger: forças que apoiaram Jânio no Rio Grande devem conservar-se unidas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 04/10/1961.

<sup>786</sup> PL vai manifestar-se sábado sobre a “Frente Democrática”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.3, 12/12/1961.

<sup>787</sup> Forças políticas de oposição em nosso estado definiram ontem sua orientação. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 22/12/1961.

<sup>788</sup> O que vai ao encontro do que Jorge Ferreira (2014, p.49-54) afirmou de que o embate não era ser favorável ou contrário as reformas propostas, mas sim, como fazê-las. Entre os trabalhistas e as esquerdas, defendia-se reformas – especialmente a agrária – que fossem mais incisivas, enquanto as direitas sustentavam que deveriam ser feitas de forma moderada e gradual.

lembram Cánepa (2005, p.300) e Cortés (2007, p.280), havia uma divisão no interior da aliança entre a escolha do então deputado federal do PSD, Tarso Dutra e do prefeito de Porto Alegre, José Loureiro da Silva. Havia, ainda, a indefinição quanto ao MTR de Fernando Ferrari, que, nas entrelinhas, deixava entender que só participaria da aliança se ele próprio, Ferrari, fosse o candidato. Para resolvê-la, os partidos – PSD, PL, UDN, MTR e PDC - formaram uma comissão interpartidária.

A possível candidatura de Loureiro era sustentada pelo PDC e pelo PL, interessados em repetir o sucesso da fórmula de 1959, mas novamente enfrentavam sérias resistências do núcleo pessedista, apoiados pela UDN. No final de fevereiro de 1962, o PDC confirmou a indicação de Loureiro da Silva como seu postulante<sup>789</sup>, o que causou reações desgostosas por parte de PSD e UDN, refutadas pelo próprio Loureiro, que questionava esse incômodo<sup>790</sup>. O PL deu aval a atitude pedecista: para eles, o PDC agiu dentro do espírito da aliança e não pretendia impor o nome de Loureiro, mas sim indicá-lo para disputar a vaga<sup>791</sup>. Já no lado udenista, a posição foi outra: o então presidente estadual udenista Artur Bachini publicou nota considerando “extemporânea” a indicação de nomes, numa clara referência ao PDC, ao PL e a Loureiro<sup>792</sup>. Pior reação teve os pessedistas, que decidiram, através de Perachi Barcelos, dirigente da agremiação, se retirar da mesa de negociações devido às atitudes tomadas pelos aliados e só retornariam quando a cúpula do partido discutisse e tomasse decisões quanto a situação posta<sup>793</sup>.

O PSD queria manter a hegemonia dentro da aliança, mesmo com os novos sócios. Por outro lado, os estreantes na frente, apoiados pelos libertadores, que desde muito questionava a centralidade pessedista, somavam-se nesses esforços de buscar maior protagonismo. Mas, diferentemente de 1959, não parecia estrategicamente inteligente abrir mão da união, pois abriria espaços para uma possível vitória petebista. Além de se tratar de uma eleição estadual, em que dispensar a capilaridade regional do PSD e lançar candidatura sem o apoio desse poderia ser fatal. Nesse sentido, a luta do PL e do PDC para uma maior participação na aliança seria bem mais árdua.

---

<sup>789</sup> Loureiro da Silva aceitou sugestão do PDC submetendo-a à interpartidária. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 27/02/1962.

<sup>790</sup> Loureiro não compreende o porquê da reação PSD-UDN. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.3, 28/02/1962.

<sup>791</sup> PL aceitou a decisão da Convenção do PDC gaúcho. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 27/02/1962.

<sup>792</sup> UDN considera possível a ampliação da frente oposicionista em nosso Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 01/03/1962.

<sup>793</sup> PSD não participará da reunião de hoje da Comissão Interpartidária. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 02/03/1962.

Apesar das discussões seguirem, as arestas começaram a ser resolvidas a partir de meados de março. No dia 16, o PSD retomava sua presença nas articulações e a frente ganhava, em definitivo, um novo aliado: o PRP já participava mais ativamente das discussões<sup>794</sup>, pois havia definido, dias antes, a formalização da sua presença na frente de oposição ao PTB e o apoio a indicação de Dutra como candidato (CÁNEPA, 2005, p.301). Já o MTR propunha uma pesquisa de opinião para definir quem seria o pretendente<sup>795</sup>, ao mesmo tempo que indicava o seu: Fernando Ferrari. A ideia, rechaçada pelos outros partidos oposicionistas, pode ter sido uma forma de Ferrari afastar-se das discussões e poder lançar-se na disputa, acreditando que teria apoio semelhante ao que teve quando fora candidato a vice-presidente em 1960, em que venceu, em território gaúcho, o eleito João Goulart, também sul-rio-grandense. Como dito por Cortés (2007, p.282), tratou-se de um erro de cálculo ferrarista, desconsiderando as diferenças entre um pleito nacional e um regional, além de que no caso de 1960, contou com o suporte de muitos membros da FD, angariando votos anti-trabalhistas, o que não ocorreu em 1962, pois teriam um candidato próprio.

De qualquer forma, aos partidos anti-PTB interessava ter o MTR ao seu lado, e mesmo rechaçando a ideia da pesquisa de opinião, deram um prazo para os ferraristas decidirem se manter-se-iam na aliança. O prazo, ampliado para mais 24 horas<sup>796</sup>, não agradou alguns aliados, especialmente o PRP. No fim, a formação da frente ficou sem a participação dos ferraristas.

Com o PRP somando-se a PSD e UDN em torno de Tarso Dutra, fragilizava-se a posição de PL e PDC favorável a Loureiro da Silva. Tanto que entre os libertadores já se desenhava uma mudança de postura favorável a indicação de um pessedista como candidato, como relatado por Heitor Galant<sup>797</sup>. Curiosamente, não se tratava de Dutra: Galant citava entre os nomes com “grande aceitação” entre os seus correligionários os de Ildo Meneghetti, Oscar Carneiro da Fontoura e Adroaldo Mesquita da Costa. O que pode ter alterado a decisão da cúpula do PL? Segundo Alcides Flores Soares Jr., ele foi chamado para ajudar a resolver o embate entre os partidos em torno de Tarso Dutra e Loureiro da Silva. Segundo seu relato, conversou com lideranças do seu partido, UDN,

---

<sup>794</sup> Aprovado retorno do PSD à Comissão Interpartidária. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 16/03/1962.

<sup>795</sup> Ferrari: a escolha tem de ser feita pelo povo. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.3, 23/03/1962.

<sup>796</sup> Interpartidária decidiu aguardar para hoje o pronunciamento do M.T.R. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.6, 31/03/1962.

<sup>797</sup> Galant: deve sair do PSD o candidato da oposição. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.3, 31/03/1962.

e do PSD: todos fechados em torno de Dutra. Depois, conversou com o presidente estadual do PL, Décio Martins Costa. Sobre esse diálogo, diz o seguinte:

(...) Bem, aí fui a um dos homens mais inteligentes, mais vivos, mais argutos, mais interessantes da política, que eu conheci, (...): Prof. Décio Martins Costa. (...). Eu estive lá até altas horas da noite conversando com ele, e ele a primeira coisa que fez foi abrir a gaveta e me mostrar um Manifesto lançando a candidatura do Loureiro, já pronto, todo escrito, assinado já pelo presidente do PDC (...), e que faltava ele assinar, mas que já estava aprovado pelo Partido Libertador. (...).

Bem, mas afinal eu convenci o meu amigo Décio Martins Costa com uma agilidade mental que o caracterizava. Disse para o Décio: Isto é uma calamidade, nos vamos perder, vamos perder os senadores também. Isso pesou muito na argumentação (...). E ele disse: “É, tu tens razão”. (...)

(...). Consegui (convencer a apoiar Meneghetti e retirar Loureiro). Consegui primeiro o presidente do Partido Libertador e o Partido Libertador. Depois então foi uma luta para convencer o PSD, claro. (...).<sup>798</sup>

No argumento do udenista, uma candidatura de Loureiro levaria a derrota. Talvez também estivesse no cálculo que ela poderia levar a um novo racha, assim como em 1959, mas com consequências negativas. Em suma, as condições daquela eleição não permitiam a mesma aposta. Nessa situação, como lembra Gláucio Soares (2001, p.150) era melhor para um partido minoritário – caso do PL e do próprio PDC - aliar-se um partido maior – o PSD – facilitar sua vitória e tentar negociar benefícios em troca depois do pleito. No início de abril, os próprios pessedistas passaram a ser mais incisivos no sentido de que era “justa aspiração” da agremiação ter o postulante ao governo estadual<sup>799</sup>. Com isso, Loureiro da Silva era, enfim, praticamente descartado.

Em seguida, os partidos oficializavam a formação da aliança: a Frente Democrática, antes restrita a PSD, UDN e PL, ganhava formalmente o suporte de PDC e PRP e transformava-se em Ação Democrática Popular (ADP)<sup>800</sup>. O texto do manifesto lançado após a assinatura do protocolo entre os partidos era minado com termos e ideias da linguagem política da época, especialmente com relação aos petebistas e as esquerdas, com diversas críticas aos movimentos reformistas advindos das forças de esquerda, reiterando a retórica anticomunista de “subversão” e “ameaça a ordem democrática” e posicionando-se como “forças democráticas”, enfatizando o “trabalho e a ordem” e a defesa de um governo “austero” e “ordeiro”<sup>801</sup>.

<sup>798</sup> SOARES, Alcides Flores. Depoimento (1978). Entrevistador: Hélió Trindade. Porto Alegre, 1978. Acervo de História Oral. NUPERGS/UFRGS.

<sup>799</sup> Direção do PSD gaúcho deliberou ontem fixar sua posição na interpartidária. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 01/04/1962.

<sup>800</sup> Cinco partidos de oposição no Estado unem-se: Ação Democrática Popular. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 05/04/1962.

<sup>801</sup> Cinco partidos de oposição no Estado unem-se: Ação Democrática Popular. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 05/04/1962.

Apesar de ter o discurso, a ADP ainda não tinha o candidato. Os dias seguintes foram de idas e vindas entre os partidos em torno dessa questão. Tarso Dutra passou a enfrentar resistências de PL e PDC<sup>802</sup>, dispostos a abrir mão de Loureiro da Silva – ainda que o utilizado como moeda de troca – para que Ildo Meneghetti fosse o nome da ADP<sup>803</sup>. Por outro lado, UDN e PRP seguiam firmes em torno do deputado federal pessedista. O próprio PSD parecia mais tendente a solução libertadora-pedecista: o candidato, de qualquer jeito, sairia de suas fileiras, e Meneghetti surgia como uma solução conciliatória e que poderia dar coesão maior a aliança<sup>804</sup>. Vencidas a maior parte das resistências<sup>805</sup>, no dia 12 de abril a imprensa divulgava que o ex-governador Ildo Meneghetti havia sido indicado como candidato ao governo estadual. Dois dias depois, recebeu em sua residência as lideranças da ADP, cabendo a Martins Costa - ou seja, ao representante do PL - fazer o discurso e o convite para Meneghetti entrar na disputa eleitoral<sup>806</sup>. Dessa forma resolvia-se a questão, com papel preponderante do PL, seja em forçar debates dentro da aliança, seja em, ao fim, dar o aval para a escolha decisiva.

Para o Senado, houve poucas discussões, sendo definidas as candidaturas a reeleição de Daniel Krieger (UDN) e Mem de Sá (PL)<sup>807</sup>. Ambos concorreriam contra os candidatos do PTB Antônio Brochado da Rocha e José Mariano Beck. Para o governo estadual, Fernando Ferrari acabou confirmando sua candidatura pelo MTR, enquanto o PTB lançou Egydio Michaelsen como candidato à sucessão de Brizola, nome sem tanta relevância política dentro do PTB, visto como mais ponderado e mais ao centro do que Brizola. Ainda que o discurso, como enfatiza Anísio Rech (1998, p.90-92), tivesse as mesmas preocupações que o governador petebista, Michaelsen apresentava uma postura menos combativa e mais conciliadora do que Brizola, o que podia ser um ponto positivo para o PTB naquele momento, em que havia muitas

---

<sup>802</sup> Sobe a cotação de Meneghetti na escolha do candidato da oposição. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.1, 08/04/1962.

<sup>803</sup> Sobe a cotação de Meneghetti na escolha do candidato da oposição. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.1, 08/04/1962.

<sup>804</sup> Aumentam as chances de Meneghetti como “tertius”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.3, 08/04/1962.

<sup>805</sup> Alguns dias depois após a definição da candidatura de Meneghetti, Antônio Pires, dirigente do PRP estadual, evidenciou que o seu partido não concordou com a escolha final, imposta devido ao que chamou de “intransigência” de PL e PDC, contrários a indicação de Tarso Dutra. Ressaltou, no entanto, que acataria a solução para derrotar a “orientação esquerdista” do PTB. Vice-presidente do PRP não renunciou. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 17/04/1962.

<sup>806</sup> Afirma Ildo Meneghetti que é homem do povo sem compromissos com grupos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.16, 14/04/1962.

<sup>807</sup> PL homologou candidaturas Meneghetti, Mem de Sá e Daniel Krieger. Agitada a convenção dos pessedistas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.16, 05/05/1962.

resistências ao partido pelo eleitorado mais moderado. Todavia, era um nome pouco conhecido.

A aposta em Meneghetti deu certo, uma vez que ele foi o vencedor do pleito realizado em 7 de outubro de 1962, assim como foram reeleitos os candidatos da ADP ao Senado, conforme as tabelas abaixo:

**Tabela 39: Eleição para o governo do Rio Grande do Sul - 1962**

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
<b>Ildo Meneghetti</b>	ADP	502.356	39,47
<b>Egydio Michaelsen</b>	PTB	480.131	37,72
<b>Fernando Ferrari</b>	MTR	290.384	22,81
<b>TOTAL</b>		1.272.871	100

Fonte: TSE, *Repositório de Dados Eleitorais*; Cánepa (2005, p.364)

**Tabela 40: Eleição para o Senado Federal do Rio Grande do Sul – 1962**

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
<b>Mem de Sá*</b>	ADP	572.334	26,09
<b>Daniel Krieger*</b>	ADP	567.882	25,89
<b>Antônio B. da Rocha</b>	PTB	539.665	24,61
<b>José M. de F. Beck</b>	PTB	513.601	23,41
<b>VOTOS NOMINAIS**</b>		1.096.741	100
<b>TOTAL</b>		2.193.482	200

Fonte: TSE, *Repositório de Dados Eleitorais*; Cánepa (2005, p.364).

\* Eleição de renovação de dois terços das cadeiras senatoriais por Estado. Dessa forma, elegeram-se os dois primeiros colocados, Câmara e Krieger.

\*\* Cada eleitor podia votar em dois candidatos, por isso o número de votos nominais é metade dos votos totais.

Para Cánepa (2005, p.368-372), a derrota do PTB se deveu especialmente a dois fatores: primeiro, a saída de Ferrari do partido, que teria levado votos petebistas para a sua candidatura; segundo, a perda do apoio do PRP, importante para a vitória em 1958. Já Cortés (2007, p.280-283) entende que Ferrari acabou tirando votos dos dois lados – provavelmente mais do PTB do que da ADP - e que não havia compreendido que o seu resultado em 1960, quando foi o mais votado para vice-presidente no Rio Grande do Sul, a frente de Goulart, só foi possível porque ele encarnou o antipetebismo ali, enquanto em 1962, esse papel coube a Meneghetti e a ADP. De fato, ao analisarmos o manifesto da ADP, já citado aqui, a aliança anti-trabalhista explorou com mais ênfase o combate às esquerdas, o que pode ter gerado votos, ainda mais em um ambiente de maior polarização. Além disso, aponta ainda o autor, a máquina da ADP no interior era muito mais estruturada do que a do ainda incipiente MTR. De qualquer forma, a ADP havia vencido, mas o êxito não mascarou que, apesar da coesão em torno de Meneghetti, ainda havia muitas arestas, especialmente com relação ao PL, o que levará a um novo conflito e ao rompimento entre a ADP e os libertadores.

Antes de adentrar no pós-eleição de 1962 e o rompimento entre PL e a ADP, cabe destacar o desempenho dos libertadores nas eleições parlamentares. Com relação a eleição para a Câmara Federal, uma novidade ocorrida naquela eleição impede uma comparação com os dados dos pleitos anteriores: em 1962, os partidos da ADP fizeram uma coligação para disputar as cadeiras federais, com a exceção do PSD, que concorreu sozinho. Não foram encontradas muitas informações das motivações para tal decisão. De qualquer forma, a chapa da ADP, que reunia PL, UDN, PRP e PDC, elegeu sete deputados federais, dos quais três eram libertadores: Carlos de Brito Velho, Raul Pilla e Norberto Schmidt<sup>808</sup>.

Quanto ao pleito legislativo estadual, o PL sofreu uma queda considerável. Se em 1958 havia atingido seu maior patamar, elegendo sete parlamentares e com 145.141 votos, em 1962 elegeu um parlamentar a menos e perdeu quase 20 mil votos, ficando com 125.614. Em termos proporcionais, considerando os votos válidos, significou 10,18% dos 1.233.765 sufrágios. Em 1958 havia sido 12,58%, ou seja, uma queda de 1,4%. Parece bastante plausível apontar como um dos fatores para essa queda a ascensão do PDC, além da presença, nesse pleito, do MTR, algo apontado já por Tavares (1997). Ambos os partidos disputavam um eleitorado semelhante aos dos libertadores. É possível que os votos ganhos pelos pedecistas advinham dos próprios aliados mais tradicionais do bloco da ADP. Não só o PL, mas os outros partidos, tais como o PSD, a UDN e o PRP também sofreram perdas eleitorais nesse realinhamento do sistema. Segundo a Cánepa (2005, p.184), o crescimento do PDC se deu às custas desses partidos.

Trindade (1975) já havia anotado a possibilidade da transferência de votos dos partidos conservadores mais tradicionais para as novas forças partidárias, as quais ele chamou de “terceira via”. Ainda que sua atenção estivesse mais voltada para as perdas do PSD e tenha focado seus dados em eleições municipais, o PL também sofria com tais alterações do sistema partidário, o que pode explicar, também, a própria aproximação do PL com o PDC, visando juntar-se a um aliado em crescimento, e ao mesmo tempo, evitando perder o eleitorado para o mesmo. A preocupação nesse sentido era expressa mesmo por lideranças como Pilla, que manifestou a Décio Martins Costa o temor de que o PL, ao adotar táticas “demagógicas” – referência ainda ao fato de o PL atentar para

---

<sup>808</sup> TSE. *Estatísticas Eleitorais*.

temas sociais desde a Declaração de Princípios de 1953 – perdesse a classe média para o PDC<sup>809</sup>. Aparentemente, era o que estava ocorrendo.

**Tabela 41: Deputados estaduais eleitos pelo PL no Rio Grande do Sul – 1962**

NOME	VOTOS	SITUAÇÃO
<b>Paulo Brossard</b>	12507	Eleito
<b>Gudbem Castanheira</b>	8412	Eleito
<b>Francisco Solano Borges</b>	7715	Eleito
<b>Getúlio Marcantônio</b>	7710	Eleito
<b>Honório Severo</b>	6429	Eleito
<b>Dário Beltrão</b>	5798	Eleito
<b>Total de votos do PL</b>	125614	

Fonte: TSE. *Estatísticas Eleitorais*.

Encerrado o pleito, era o momento da organização da administração eleita e como bem apontava Duverger (1970, p.367), as alianças eleitorais facilitavam a união pois são, em geral, “negativas”, visando derrotar um adversário em comum, enquanto as alianças governamentais, assim como as parlamentares, exigem um acordo “positivo” em torno de um programa em comum. Em suma, era mais fácil formar alianças para ganhar cadeiras do que para exercer o poder. A concorrência do jogo político, no sentido de Bourdieu (1989), em torno de produtos políticos a serem ofertados aos eleitores/ cidadãos não ocorre apenas entre os partidos em disputa na arena eleitoral, mas também entre os partidos reunidos em torno de uma coligação, pois também estão envolvidos em diferentes interesses. Há, dentro de um governo, disputa de espaços de poder que permitam maior visibilidade e notoriedade.

Em 1954, após a vitória da FD, houve reações entre os libertadores contrários às escolhas feitas por Meneghetti e pelo partido majoritário da aliança, o PSD. Entendiam que o partido estava sendo desconsiderado. Todavia, a situação se resolveu e o PL fez parte da administração durante os quatro anos. No entanto, em 1962, a situação parecia diferente. O próprio PL passava por um processo de renovação de quadros. Mem de Sá pouco se envolvia com as questões regionais, uma vez que exercia o cargo de senador em Brasília; Pilla, desde o episódio da Declaração de Princípios era menos presente no estado e Décio Martins Costa, embora ainda presidente regional libertador e à frente nas negociações durante a formação da ADP, já estava bastante debilitado, tanto que viria a

<sup>809</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Décio Martins Costa. Rio de Janeiro, 25/06/1959.

falecer menos de um ano depois da eleição vencida pela ADP<sup>810</sup>. Ascendia como uma nova liderança entre os libertadores o deputado estadual, eleito pela primeira vez em 1954, e líder da bancada da agremiação na Assembleia Legislativa Paulo Brossard de Souza Pinto e ele terá participação ativa nas discussões que se iniciaram com o tema do secretariado do governo eleito.

As discussões em torno das nomeações começaram alguns dias após o término da eleição. Meneghetti, em entrevista, deixava claro que as escolhas seriam de sua competência, obedecendo critérios pessoais e que o único compromisso que havia assumido com os partidos aliados fora de ser candidato, o que havia cumprido<sup>811</sup>. Os presidentes dos partidos aliados confirmaram a informação, mas Martins Costa fez um adendo:

O senhor Ildo Meneghetti está inteiramente livre para escolher os integrantes do futuro governo. O PL lhe deu apoio incondicional, mas conforme a velha fórmula libertadora somente participará do governo depois de examinar o plano geral de ação. Nosso apoio foi incondicional. Nossa participação é condicional.<sup>812</sup>

Em suma, a participação no governo dependeria de um programa de governo, com o qual os libertadores concordassem. No entanto, não se falava em rompimento, mas sim, em não-participação na administração, mantendo o apoio no parlamento estadual. Todavia, o chargista Sampaulo, já antecipava, em uma charge, apresentada logo abaixo, que a “carta branca” dada à Meneghetti pelos partidos aliados provavelmente tinha seus limites:

---

<sup>810</sup> Décio Martins Costa sofreu um infarto em 26 de agosto de 1963, durante um evento na Faculdade de Medicina, onde lecionava. (SÁ, 1973, p.162-163).

<sup>811</sup> Meneghetti sem compromisso com os partidos: - Sou livre para escolher meus auxiliares. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.1, 13/10/1962.

<sup>812</sup> Presidentes dos partidos confirmam: Meneghetti tem carta branca para nomear. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.1, 16/10/1962.

Figura 15: Charge de Sampaolo ironiza a disputa pelo secretariado entre os partidos da ADP.



Fonte: *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.3, 23/10/1962.

Havia, obviamente, interesses estratégicos das agremiações, disputando os melhores espaços da administração. Mais, diferentemente do seu primeiro governo, em que tinha de distribuir poder e recursos para apenas três agremiações, Meneghetti tinha em 1962 novos aliados, tendo de atender novos interesses. É provável que suas falas no sentido de não ter compromisso com os partidos políticos tivesse o intuito controlar esses embates internos. Se publicamente dizia isso, nos bastidores havia reuniões com os dirigentes parceiros visando debater como funcionaria esse arranjo<sup>813</sup>.

Embora Meneghetti insistisse na tese de que o secretariado seria todo de sua cota pessoal, os meses de novembro e dezembro foram de intensas negociações e de cogitações quanto aos titulares dos cargos. Meneghetti já havia alterado um pouco as suas ideias: os nomes seriam escolhidos pela sua preferência pessoal, mas seriam de nomes indicados ligados aos partidos da ADP<sup>814</sup>. Surgiam boatos de que Décio Martins Costa seria escolhido para a Secretaria da Saúde, embora os libertadores negassem<sup>815</sup>. Outros cotados do PL eram José Truda Palazzo e Coelho de Souza, para as pastas da Fazenda e de Interior e Justiça, respectivamente<sup>816</sup>. Nesse meio tempo, também se começava a cogitar que um dos secretários de Meneghetti durante a campanha iria

<sup>813</sup> Importante reunião amanhã da ADP. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 15/11/1962.

<sup>814</sup> Convite a Faraco para a pasta de economia do futuro governo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.18, 22/11/1962.

<sup>815</sup> Décio M. Costa e Coelho de Souza quase certos. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.3, 02/12/1962.

<sup>816</sup> Palazzo na Fazenda e C. de Souza no Interior. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.3, 08/12/1962.

tornar-se chefe da Casa Civil – na realidade, era dado como certa essa escolha: tratava-se do jornalista Plínio Cabral<sup>817</sup>.

Cabral tinha um histórico com o PCB, tendo sido inclusive redator do jornal comunista *A Tribuna Gaúcha* (DUARTE, 1996, p.517; MARTINS, 2012). Segundo Duarte, também jornalista e que atuou na campanha da ADP de 1962, Cabral era vinculado a ele, tendo pouco contato com Meneghetti, e devido ao seu passado ligado ao partido comunista, o PRP havia pedido que o retirassem da campanha. Meneghetti procurou Duarte e fez o pedido. Esse, por sua vez, alegou que Cabral já havia abandonado o comunismo e que vinha tendo um comportamento exemplar. Meneghetti teria então dito para Duarte resolver com os perrepeistas a situação. Por fim, conseguiu convencê-los a mantê-lo e ele não apenas continuou, como se aproximou de Meneghetti e passou a atuar como seu secretário particular (DUARTE, 1996, p.525-528).

Com relação aos libertadores, Cabral tinha um histórico, ainda do período quando era diretor de *A Tribuna Gaúcha*: nas edições de 1 e 2 de outubro de 1954, o periódico publicou editoriais com uma série de críticas e ofensas contra Raul Pilla, Armando Câmara e Daniel Krieger. O primeiro deles, o chefe nacional libertador, entrou com um processo contra Cabral por calúnia e difamação, no qual o jornalista foi condenado, conforme consta no processo<sup>818</sup>. O advogado de Pilla no caso havia sido Paulo Brossard.

Em 15 de dezembro Meneghetti enfim anunciava o seu secretariado. Da cota libertadora aparecia dois nomes, como era até então projetado, mas um deles diferente do que se vinha cogitando. Coelho de Souza era confirmado como secretário de Interior e Justiça. O outro libertador era um jovem ex-vereador de Lagoa Vermelha/RS e promotor público, Otávio Omar Cardoso<sup>819</sup>, que ocuparia a Secretaria de Segurança Pública. Além deles, Plínio Cabral, que não tinha filiação partidária, era oficializado enquanto secretário-chefe da Casa Civil<sup>820</sup>, cargo ligado às negociações políticas da administração com a Assembleia Legislativa.

<sup>817</sup> Cel. Orlando Pacheco e Plínio Cabral procuram ambientar-se. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.3, 12/12/1962.

<sup>818</sup> TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. *Raul Pilla e as acusações da imprensa comunista*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1955.

<sup>819</sup> Otávio Omar Cardoso havia tentado eleger-se deputado estadual, sem sucesso. Cardoso conseguiria o cargo apenas em 1966, já pela ARENA, partido do qual foi importante dirigente no Rio Grande do Sul durante os anos 1970. O último cargo público de Cardoso foi de Senador da República, que exerceu entre 1983 e 1986, sucedendo Tarso Dutra, do qual era suplente, após o falecimento do primeiro. Sobre Cardoso, ver: *DHBB*, FGV. Verbete: Otávio Omar Cardoso.

<sup>820</sup> Além desses, foram nomeados também Emílio Kaminski (PRP) para a pasta da Fazenda; Antônio Pires (PRP), na Administração; Hélio dos Santos (PSD), na Saúde; Daniel Faraco (PSD), na Economia;

A escolha do secretariado causou problemas dentro da ADP, mais especificamente, entre os libertadores, como era esperado. De início, Brossard deu declarações críticas as nomeações, especialmente de Cabral<sup>821</sup>. Ironizou a declaração de Meneghetti de que havia nomeado um “moço sem partido” para a Casa Civil para mostrar que o governo não era palco de disputas políticas. Para o deputado libertador, Meneghetti insinuava que as outras pastas seriam, portanto, lugares de disputas políticas. Depois, relembrou o episódio com Pilla, dizendo que Cabral já havia sido “moço de partido”, ao lembrar que havia pertencido ao PCB e dizia ainda que não era apenas o PL que demonstrava incômodo com a presença do jornalista no governo.

A partir daí, o PL iniciava uma movimentação de reuniões e debates em torno da escolha do secretariado<sup>822</sup>. No entanto, parecia haver distinções nas motivações para o questionamento: na reunião convocada no dia 19 de dezembro por Décio Martins Costa, havia por parte dele críticas quanto a forma como havia sido feita a seleção dos nomes, “a qual fugia à tradicional maneira coletiva de serem tomadas as deliberações (...)”<sup>823</sup>. Por outro lado, também seriam debatidas as “críticas pessoais” de Paulo Brossard ao indicado para a Casa Civil. Ao fim, a reunião do diretório definiu que tanto a crítica de Martins Costa quanto a de Brossard passavam a ser críticas do PL ao governador eleito<sup>824</sup>, dando início a um conflito entre o partido, a ADP e o próprio Meneghetti. As outras agremiações da aliança saíram em defesa do governador eleito, “hipotecando integral solidariedade com referência à escolha do seu Secretariado”<sup>825</sup>.

Em janeiro de 1963 – mês em Meneghetti tomaria posse como governador – a crise entre o PL e o eleito se acelerou e chegou ao seu termo, com o rompimento. Os bastidores eram marcados por várias reuniões da ADP e tentativas sem sucesso de remendar a situação. Entretanto, nem todos os libertadores concordavam com a posição do diretório do partido, assim como havia membros da ADP críticos às decisões de

Adolfo Fetter (PSD) na Agricultura; Zilah Totta (sem partido), na pasta de Educação e Cultura; Arnaldo Prieto (PDC) na Habitação e Trabalho e João Magalhães Filho (UDN) nas Obras Públicas. Meneghetti revela ao Estado a constituição do governo que se instalará a 31 de janeiro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.56, 16/12/1962. Com o rompimento em janeiro de 1963, Coelho de Souza perdeu a cadeira para Fernando Gay da Fonseca (PDC) na pasta de Interior e Justiça. Na de Segurança Pública, o escolhido foi Joaquim Amaro da Silveira, ao qual não consta filiação partidária. (MENEGHETTI, 2012, p.138).

<sup>821</sup> Paulo Brossard discorda de escolha de Meneghetti. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 18/12/1962.

<sup>822</sup> Importante reunião do PL hoje à noite. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.3, 19/12/1962.

<sup>823</sup> Empresta-se importância política à reunião do Diretório do PL hoje. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.2, 19/12/1962.

<sup>824</sup> PL aprova carta de Décio e entrevista de Brossard e vai comunicar aos coligados! *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.2, 20/12/1962.

<sup>825</sup> PSD, PDC, PRP e UDN hipotecam solidariedade a Meneghetti. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.3, 29/12/1962.

Meneghetti: Perachi Barcelos, por exemplo, somou-se as queixas de Brossard, reprovando a escolha de alguns secretários, inclusive de Cabral<sup>826</sup>. Já no seio libertador, havia diretórios que não concordavam com o parecer tomado do diretório partidário e se colocaram ao lado de Meneghetti, como era o caso do diretório de Lagoa Vermelha/RS, que através de Otávio Omar Cardoso indicava apoio ao pessedista<sup>827</sup>.

O ponto de não retorno foi o discurso de Meneghetti no município de Rio Pardo/RS<sup>828</sup>. Em visita ao local para conversar com prefeitos da região e definir planos de governo, ciceroneado por Cabral, Otávio Omar Cardoso, entre outros, passou em sua fala uma série de recados para a cúpula libertadora. No seu discurso, disse que não ia permitir a subversão da autoridade dele e que lhe ditassem normas de conduta, que foi eleito pelo povo. Dizia aceitar críticas, mas que se curvar a imposições era abrir brecha para "anarquia e desordem". Para a manutenção da ordem, o exemplo devia vir do governo e das forças que venceram a eleição – em referência a ADP - que devem "mostrar alto espírito de disciplina e desprendimento voltando-se aos problemas reais da coletividade". Para Meneghetti, o PL tentava impor o secretariado e não respeitava a sua autoridade.

A reação dos libertadores não demorou: no dia 15 de janeiro, o diretório publicava dois documentos que indicavam o rompimento. Uma nota oficial e a íntegra de uma carta enviada por Décio Martins Costa para Ildo Meneghetti, em 10 de janeiro – um dia antes do discurso de Rio Pardo. A nota ressaltava que o PL não iria participar do governo, embora permanecesse como membro da ADP, em uma “cooperação independente” ao governo eleito<sup>829</sup>. No texto do documento, os libertadores diziam que, sabendo da responsabilidade da agremiação na vitória da ADP, entendiam que correligionários e opinião pública aguardavam a participação libertadora no governo e assim também entendia a direção e só fatos muito graves poderiam modificar tal situação. Relembra o apoio a Meneghetti em 1954, em que o partido traçou o plano de apoio ao governo, face ao pedido de cooperação. Nela, adotaram o lema de que o apoio seria gratuito, mas sua colaboração seria condicionada e dentre as condições estava a de conhecer a composição do governo. A mesma condição tinha validade na ADP, deixada

---

<sup>826</sup> Peracchi abre nova frente na ADP contra Meneghetti. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.3, 01/01/1963.

<sup>827</sup> Visita do futuro governador a Lagoa Vermelha. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7, 11/01/1963.

<sup>828</sup> Meneghetti em Rio Pardo: “Não permitirei que ditem normas ao governador eleito pelo povo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.16, 12/01/1963.

<sup>829</sup> PL não participará do futuro governo mas continuará integrando a ADP. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.20, 15/01/1963.

marcada em um documento assinado pelos partidos integrantes, confirmando a responsabilidade coletiva do governo.

Na administração que se formava, entretanto, existia um elemento que não merecia a confiança dos libertadores, e não pelo seu passado comunista, mas por ter ofendido alguém respeitado pelos seus mais ferrenhos adversários: Raul Pilla. E fora condenado por isso. Estranhavam que entre os cinco partidos da ADP o governador eleito não encontrou nenhum membro que lhe inspirasse confiança durante o pleito e encontrou, depois do pleito, no "moço sem partido", que teve participação secundária durante a campanha, sequer sendo membro dos conselhos ou direções da ADP. O PL acusava Meneghetti de preferir, após eleito, repelir os partidos e se aconselhar com um "grupo de íntimos" e que esse grupo teve maior ingerência na formação do governo, o que foi negado aos partidos da ADP. A função de Cabral era anular a influência "perturbadora" dos partidos. E entre o PL, partido que apoiou Meneghetti e colaborou com ele desde 1951 e o "moço sem partido" de recente afeição, o governador eleito optou pelo segundo

A nota ainda ironizava o discurso em Rio Pardo, em que o governador eleito frisou não abrir mão de sua autoridade e insinuando que caberia ao PL conformar-se "em respeitosa disciplinada obediência" ao "princípio da autoridade". Todavia, a nota afirmava que não negavam o direito de escolha do governador, mas não aceitavam ter negado o seu direito de não dar seu aval a essa escolha: ele preza pela sua autoridade e pelos seus íntimos, o PL preza pelo seu passado de lutas de muitas décadas de "independência e altivez" com dedicação ao povo. Entendiam assim, que o PL havia sido excluído da administração e o discurso de Rio Pardo, pouco antes da reunião, só veio a confirmar a intenção dessa exclusão ou de só tolerá-lo, desde que de forma obediente.

Já a carta de Martins Costa era um apelo para que Meneghetti ouvisse o partido. Relembra o seu papel na escolha do próprio Meneghetti como candidato, uma vez que havia uma divisão entre outros dois nomes – Tarso Dutra e Loureiro da Silva – e que ele, Martins Costa, encampou o seu nome, renunciando ao apoio inicial libertador a Loureiro da Silva, para que a ADP pudesse formar-se para enfrentar o PTB. Passado o pleito, esperava que o PL fosse escutado, mas afirmava que Meneghetti dava atenção apenas aos seus "assessores" – referência ao grupo não-partidário da campanha – e que esses faziam propositalmente intrigas entre os partidos da ADP, convidando nomes partidários sem o consentimento das direções partidárias – e citava como um caso nesse

sentido o de Otávio Omar Cardoso. Pedia, ao fim, para que Meneghetti deixasse de se aconselhar com o “submundo político”, ainda mais de alguém com passado “esquerdista” e que havia ofendido Raul Pilla. Pede, ainda, para que Meneghetti não destruísse o bloco que com tanto esforço havia sido montado.

O rompimento estava consumado, faltando apenas a oficialização, que ocorreu no início de março daquele ano, na Convenção do PL, em que a não-participação no governo foi aprovada com 108 votos, contra 19<sup>830</sup>, também se decidiu que o PL teria uma posição de independência em relação ao governo estadual na Assembleia Legislativa. Independência essa que durou até o golpe civil-militar de 1964, quando o PL decidiu aliar-se ao governo novamente.

Ao fim, cabe questionar o que motivou, afinal, o rompimento? Inegavelmente parece ter tido papel central a questão envolvendo a figura de Cabral. No entanto, ao analisar as fontes disponíveis, notou-se uma importante ausência nesse debate: Raul Pilla. Não foi encontrada manifestações dele seja de desagrado, seja de indiferença à escolha de Cabral. A sua palavra certamente teria peso no partido para tal decisão, inclusive na resolução do conflito, mas, como já referido, Pilla parecia distante das questões estaduais e não se manifestou.

Nem mesmo nas suas cartas a alguma referência da sua parte ao tema: na realidade, a menção existente nas suas correspondências é de uma carta que Pilla recebeu de Carlos de Brito Velho<sup>831</sup>: nela, citava o andamento das negociações, especialmente o caso Cabral – o que sugere que Pilla sequer sabia das discussões – e que Martins Costa e os outros membros do diretório estadual haviam feito chegar a Meneghetti que a escolha daquele como membro do secretariado poderia ser problemática. Mesmo assim, “por teimosia ou burrice”, segundo os termos de Brito Velho, manteve a nomeação. Reconhecia que Cabral havia se “endireitado” quanto às suas posições anteriores de esquerda, aponta que na reunião partidária, Brossard foi o principal defensor do rompimento devido o episódio Cabral, e diz que, por ele, Brito Velho, não fosse os “Jangos, Brizolas e Juscelinos”, não discordaria do rompimento.

Por fim, faz uma sugestão a Pilla: diz que Meneghetti não tinha a intenção de ofendê-lo ao indicar Cabral, tanto era assim que havia indicado nomes do PL para o secretariado e queria o auxílio do partido e sugere que Pilla telegrafasse a Martins Costa

---

<sup>830</sup> Convenção do PL decidiu manter rompimento com governo: 108 x 19. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.2, 05/03/1963.

<sup>831</sup> VELHO, Carlos de Brito. Destinatário: Raul Pilla. Porto Alegre, 25/12/1962.

os liberando do compromisso e perdoando Cabral, dizendo que a presença dele não o irritava. Entretanto, não houve resposta de Pilla – pelo menos não entre as cartas disponíveis para a pesquisa – o que sugere que preferiu manter-se em silêncio, talvez em apoio a defesa que Martins Costa e Brossard faziam de si.

Todavia, a carta de Brito Velho para Pilla, assim como a já citada carta de Martins Costa para Meneghetti e a nota oficial do partido em janeiro de 1963 apontam que, mais do que o episódio específico relacionado a Plínio Cabral, o que estava influenciando também era a presença do PL no governo: Martins Costa explicitava que a agremiação queria ser ouvida pelo governador eleito, enquanto Brito Velho assinalava que os libertadores queriam ter acesso aos recursos disponíveis de poder. O que causava embaraço era a pouca perspectiva de acesso aos recursos e capitais políticos, ainda mais que os libertadores consideravam ter crédito com o governante eleito e com o PSD.

Novamente, o ressentimento da cúpula libertadora se manifestava quanto às relações estabelecidas com o PSD. Isso fica mais evidenciado em uma manifestação de Honório Severo, deputado estadual libertador eleito em 1962, no episódio da eleição para o governo estadual de Perachi Barcelos, em 1966<sup>832</sup>. Segundo ele, decidiu não apoiar o candidato, então na Arena, mas que era do PSD antes da extinção do pluripartidarismo, em 1965, por, entre outros motivos:

(...) porque grande parte do Partido Libertador, nós já estamos cansados. Eu particularmente, estou cansado de votar em nome do PSD, engolir, em nome do PSD, para evitar a eleição do PTB. Vocês nunca se lembraram de convidar, de oferecer a cabeça de chapa ou para a UDN, que era o terceiro maior partido, ou para o Partido Libertador, que era o segundo. Vocês sempre querem o governo do Estado, em primeiro lugar.<sup>833</sup>

Ênio Meneghetti (2012), biógrafo e neto de Ildo Meneghetti, corrobora tal tese: para ele, o episódio Plínio Cabral fora mais um pretexto para romper devido a falta de espaço para o PL do que o motivo central para o racha:

O Partido Libertador queria um maior espaço na administração. Queria o Doutor Décio Martins Costa na Secretaria de Saúde, além de outras

<sup>832</sup> Durante a ditadura militar iniciada em 1964, as eleições estaduais passaram a ser indiretas. O Ato Institucional nº3 de 1966 definiu que os pleitos estaduais seriam definidos por maioria nas Assembleias Legislativas. Devido a isso, o pleito sul-rio-grandense desse mesmo ano seria decidido no parlamento. A oposição, que juntou os deputados do MDB, mais 5 dissidentes da Arena indicaram Ruy Cirne Lima, enquanto a Arena, partido governista, lançou Walter Perachi Barcellos. No entanto, o governo federal decidiu pela cassação de sete deputados do MDB alguns meses antes da eleição e decretou um ato complementar de fidelidade partidária, que anulava os votos dos dissidentes da Arena. Com tais manobras e com a ausência dos deputados do MDB no dia da eleição, em protesto contra a arbitrariedade do governo militar, Barcelos sagrou-se vencedor. (RODEGHERO, 2007, p.92-93).

<sup>833</sup> SEVERO, Honório. Depoimento (janeiro/2005). Entrevistadores: Ângela Flach, Claudira Socorro e Daniel Milke. Porto Alegre, 2005. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

exigências. (...). Se havia alguém no meio político que Ildo Meneghetti queria bem, esse alguém era o Dr. Décio Martins Costa. Eram amigos. Mas o Dr. Décio estava doente (...). Mas os libertadores insistiam. Diversas alternativas foram oferecidas, mas o PL fechou questão e a insistência virou imposição: o PL queria o Dr. Décio na Secretaria da Saúde. Meneghetti disse-lhes então que tudo bem, faria o convite. Desde que lhe trouxessem uma carta da família do indicado eximindo o governador da responsabilidade pelo agravamento de sua saúde. A carta nunca veio. O que veio foi o rompimento público, retirando-se o PL da base de apoio (MENEGETTI, 2012, p.136).

O próprio Plínio Cabral via-se como um subterfúgio para as disputas de poder na ADP (MENEGETTI, 2012, p.137). Em suas memórias, diz que estava presente desde o início da campanha e havia sido cogitado para diversos cargos no governo, após a eleição, e não houve restrições dos libertadores. Sugestiona, ainda, que Meneghetti não rejeitava apenas Martins Costa, devido aos seus problemas de saúde, mas também um outro pretendente “tartufo. Um decorador de textos e citações, vaidoso até no andar, de visão estreita, sem moral e sem princípios, sua presença no Governo só se justificaria para comprar seu próprio silêncio” (CABRAL, 1964, p.30). A alusão era a Paulo Brossard, que, segundo ele, também pretendia fazer parte da administração.

A julgar pelas fontes, não é possível dizer que Cabral tenha sido apenas um pretexto para o racha. De fato, sua indicação teve papel importante na crise que desembocou na ruptura entre os libertadores e Meneghetti. Todavia, parece que a questão da participação no governo e a falta do protagonismo dos libertadores tiveram maior força, pois o intento dos libertadores era ter uma atuação maior, mas que foi impedida pela forma que o governador eleito fez a distribuição dos cargos. Houve tentativas de negociações e articulações, mas acabaram sem êxito junto à elite governista. Os libertadores julgavam-se com o direito desse maior acesso devido ao trabalho em favor da eleição de Meneghetti e sentiam-se pouco recompensados por isso. Na concorrência pelos recursos políticos, acreditavam estarem sendo menosprezados. Pior, na visão da elite libertadora, eram preteridos por um grupo que se juntou à aliança tardiamente e ainda que uma figura que havia tido divergências jurídicas com o chefe nacional libertador. Cabral pode ser interpretado mais como o estopim para a crise, que não era nova, uma vez que a relação do PL com o partido hegemônica na aliança, o PSD, já vinha em processo de desgaste a muito mais tempo.

Brossard, por sua vez explorou a identidade coletiva partidária, ao se opor a Cabral. Ao lembrar o episódio das ofensas dele a Pilla, ainda mais em um momento em que era membro do Partido Comunista, procurou angariar apoios das bases libertadoras, vinculadas a figura do chefe nacional e fortemente anticomunistas, além

de, em geral, críticas da aliança do partido com o PSD, por entenderem que ela prejudicava os valores e os princípios dos “maragatos”. Dessa forma, o PL ficará, até 1964, como “independente”, sob a liderança de Brossard. Após o golpe, a situação mudou e o próprio deputado estadual aceitou participar do governo, junto com o seu partido. Segundo Meneghetti, com isso, eliminou o seu maior crítico<sup>834</sup>.

---

<sup>834</sup> O imbatível Meneghetti. *Coojornal*, Porto Alegre, p.22-23, setembro de 1977.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Partido Libertador, especialmente durante sua atuação na República Democrática de 1945-1964, foi um partido muito citado nos estudos acadêmicos. Porém, pouco estudado, especialmente quanto à sua atuação e à sua trajetória. O objetivo central dessa tese foi, justamente, compreender melhor essa agremiação, entender seus movimentos nas disputas políticas da época, bem como os de suas lideranças políticas, através de fontes até então pouco trabalhadas – ou, em muitos casos, sequer utilizadas. Dessa forma, cabe aqui retomar alguns dos argumentos e das conclusões examinadas ao longo desse trabalho.

O primeiro capítulo tratou de duas retomadas e de um estudo prosopográfico. O primeiro retorno – chamado aqui de (re)invenção – foi o do próprio PL. Como tal legenda, o partido já havia atuado durante a Primeira República no Rio Grande do Sul. Todavia, os libertadores dividiram-se em 1937: a maior parte do diretório central optou por apoiar e participar do golpe promovido por Getúlio Vargas em novembro daquele ano, inaugurando o Estado Novo, enquanto um grupo minoritário preferiu afastar-se e colocar-se como oposição. Com a democratização de 1945, ambos os grupos entram em disputa pelo espólio libertador – ou seja – pela definição da memória e do passado libertador de 1928-1937. Um recurso político formidável, capaz de remobilizar antigos adeptos em torno de uma identidade coletiva e de atrair novos eleitores com a abertura política.

Houve, logo, uma disputa pela marca libertadora, entre aqueles que haviam rompido em 1937 e os que se mantiveram até a extinção da agremiação pelo regime estadonovista. Estes, ao fim, optaram por outros caminhos políticos – em sua maioria, aderindo ao PSD, partido que abrigou muitos dos apoiadores de Getúlio Vargas. Já os primeiros, após um processo de mobilização e ativação política de um “passado de lutas”, “reinventaram” o PL, enquanto um partido de oposição, naquele contexto, e com pretensões nacionais, conforme as regras então estabelecidas naquela transição democrática e em um contexto político muito diferente daquele com os quais havia.

Cinco anos depois, os libertadores reativaram outro importante recurso político, o qual foi entendido aqui como uma tecnologia partidária – ou seja, um mediador das relações partidárias, construtor de produtos políticos e mobilizador da identidade partidária - o periódico oficial do PL, o *Estado do Rio Grande*. O jornal havia surgido em 1929, atuando até 1932, fora ainda retomado entre os meses de setembro e dezembro

de 1937 e em agosto de 1950 voltou a ser publicado. O seu retorno se dava em um contexto comunicacional diferente, com ascensão e auge do jornalismo comercial e decréscimo do jornalismo político-partidário. Assim, o ERG procurou adaptar-se, mesclando opiniões e subjetividade partidária com notícias de áreas do cotidiano, com pretensões de objetividade jornalística.

Ainda assim, o periódico teve dificuldades para manter-se, pois tinha poucas vendas e assinaturas, poucos patrocinadores e muitas adversidades para conseguir publicidade rentável. O momento não era, de fato, o mais adequado para a existência de periódicos de características políticas, e o jornal fechou suas portas, em definitivo, ao longo do ano de 1960, ainda que tenha conseguido resistir por dez anos. Um feito considerável.

O capítulo encerra-se com a proposta de conhecer os libertadores sul-riograndenses de 1945-1964 através do estudo das biografias coletivas. A amostra usada foi os membros do partido no estado gaúcho que alcançaram cargos eletivos, caracterizando-os como uma elite parlamentar-partidária, pois estavam em posição de poder e de tomada de decisões naquela instituição partidária. Assim, tornou-se possível perceber os principais atributos desse grupo delimitado e compará-los com outros estudos, seja feito para conhecer a elite libertadora durante a existência do partido nos fins da Primeira República e início da década de 1930, seja análises de outras elites da República Democrática.

Em resumo, tem-se um predomínio masculino – todos os pesquisados eram homens – o que condiz com as características da época, ainda de acesso à política ampla aos homens e restritiva às mulheres; de origem luso-brasileira, ainda que com a presença de descendentes das áreas coloniais; de uma “segunda geração” de políticos, nascidos entre 1900 e 1920, com atuação maior na região metropolitana, especialmente na capital, Porto Alegre, também local de nascimento da maioria deles – o que mitiga a tradicional imagem do PL como uma agremiação de atuação mais forte em regiões de grandes propriedades rurais, como a Campanha gaúcha; formados em escolas confessionais e/ou públicas e com formação superior, sendo que maior parte em Direito – com relativa queda da presença de formados em Medicina em relação ao PL entre 1928 e 1933 - o que também explica o predomínio de advogados enquanto ocupação profissional.

Tal era o perfil dos libertadores, ou dessa elite, nesse momento. Todavia, também foi possível perceber que, embora houvesse tais hegemonias nos perfis, não se

tratava de um grupo homogêneo. Existia diversidade entre os partidários e é justamente essas diferenças que a prosopografia permite observar e ajuda a compreender as ações desse grupo.

O enfoque desse trabalho é o PL no Rio Grande do Sul, uma vez que se tratava do principal diretório do partido. Todavia, não se podia ignorar a tentativa de expansão partidária a partir de 1945, já que a lei Agamenon exigia a nacionalização das forças partidárias. Dessa forma, o segundo capítulo procurou tratar desse processo e mapear a distribuição dos libertadores pelo país, especialmente visando relativizar a ideia de que os libertadores representavam apenas uma força política de uma região específica, em meio a uma política nacionalizada, ideia comumente usada em produções acadêmicas e mesmo fora do âmbito universitário.

Primeiro, buscou-se apresentar o desempenho do partido nos mais diferentes tipos de pleitos eleitorais e os locais em que o PL aparecia nas eleições. Depois, procurou-se descobrir como se deu a formação de diretórios do partido Brasil afora. Devido a sua atuação marcadamente regional e a ausência de capitais capazes de mobilizar militantes e adeptos fora dos limites sul-rio-grandenses, a elite libertadora precisou renunciar a determinados limites ideológicos, de forma estratégica, para atrair lideranças com capitais e recursos políticos de outras regiões para o seio do partido. Para tal, Raul Pilla soube usar seus recursos políticos de notoriedade, como uma liderança conhecida nacionalmente desde os anos 1930 e assim trazer líderes de outros lugares para o PL. Tal tática, evidentemente, embutia riscos, principalmente o de a organização partidária ser sequestrada por esses atores políticos, impondo suas visões, que podiam ser diferentes da chefia nacional em vários aspectos. Todavia, também podia gerar bons resultados eleitorais e políticos e um aumento da capilaridade da instituição, como era o caso dos diretórios dos estados da Bahia e da Paraíba e, em menor grau, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Em locais em que o PL não conseguiu aproximação com lideranças mais robustas, o partido tentou motivar novos militantes através de suas ideias-força, especialmente o parlamentarismo. Muitas vezes, abria-se a porta para indivíduos interessados em aderir a um partido político, mas que não tinham grandes capitais políticos para tal. Em suma, podia haver adeptos sinceros, que acreditavam, de fato, naquela bandeira e assim aderiam ao partido, mas também podia haver apenas pessoas interessadas em adentrar na política partidária e que compraram o discurso libertador com o intuito de se inserir em uma legenda. Os casos mais evidentes nesse ponto foram

de São Paulo, Ceará e Amazonas. De qualquer forma, o PL adotou diferentes estratégias para tentar aumentar a sua dimensão partidária. Em alguns casos obteve relativo sucesso, em outros, foi um fracasso. Ainda assim, deve-se mitigar a ideia de que o PL, nesse momento, era apenas um partido regional. Era um pequeno partido, mas que buscava nacionalizar-se.

O terceiro capítulo pretendeu demonstrar que o Partido Libertador, apesar dos discursos externos de coesão e disciplina interna partidária, era, assim como qualquer outro grupo partidário, permeado por conflitos internos. Tais disputas se davam, em muitos momentos, por uma disputa pela legitimidade e pelas regras partidárias entre os grupos políticos intrapartidários. Nesse sentido pode-se entender a imposição de Pilla enquanto chefe partidário logo após a (re)fundação da legenda. Tal imposição significava também impor a visão dele e de seu grupo, que durante a existência do “velho” PL era minoritária. Entre 1928 e 1937, os libertadores dividiram-se entre os defensores do presidencialismo enquanto sistema de governo, e os defensores do parlamentarismo. Pilla fazia parte do segundo grupo. Com o desaparecimento da principal liderança do primeiro grupo, Joaquim Francisco de Assis Brasil, Pilla viu a possibilidade de, enfim, articular a oficialização da defesa daquele sistema de governo no programa partidário. Para tal, teve conflitos com o grupo remanescente ligado à Assis Brasil. Com capital e recursos políticos consideráveis – uma vez que tinha cargo eletivo, como deputado federal – conseguiu fazer valer a sua posição interna, o que levou ao afastamento de muitos dos assististas do partido, naquele momento. Pilla conseguia, assim, fazer valer a sua hegemonia dentro do PL.

Todavia, essa hegemonia não era absoluta. Houve outros embates, e dois deles colocaram em confronto membros da própria elite partidária. Em meados dos anos 1950, integrantes vinculados à chamada “geração católica” vão opor-se à possível entrada do deputado federal divorcista Nelson Carneiro ao PL. Pilla tinha interesse naquela aquisição, pois daria maior musculatura ao partido. A partir daí, iniciou-se um embate entre o grupo de Pilla e os católicos libertadores, tendo como cenário a questão do divórcio, mas que no fundo, envolvia uma disputa por poder e por imposição de valores no seio partidário. Algo que os membros dos grupos laicos católicos sul-rio-grandenses buscavam impelir em outras agremiações partidárias.

Conflitos que se expandiam para um outro tema: a questão socioeconômica. O PL, desde seu ressurgimento em 1945, percebeu a importância das classes trabalhadoras. Não seria possível ignorá-los e por isso tomou iniciativas tentando se

aproximar desse setor social. Porém, as mudanças no contexto político e os conflitos dentro da legenda, levaram parte da cúpula partidária a alterar suas ideias e afastar-se do tema social. Nesse ínterim, tanto os católicos do PL sul-rio-grandense quanto membros da ala moça libertadora propuseram um novo entendimento para o programa partidário, em que o tema social e econômico voltava a ter relevância para o PL. A proposta gerou novos conflitos entre esses grupos e a chefia nacional de Pilla.

Tais embates, conforme já posto, demonstram a complexidade dessa organização partidária, que estava longe de ser, como muitos trabalhos apontam e como o próprio partido vendia-se, como uma legenda coesa e homogênea. Longe disso: o PL tinha tantas disputas quanto qualquer outro partido político. Mas soube construir uma memória que “esquece” dessas disputas.

Por fim, o quarto e quinto capítulo procuraram mostrar com quem e porque o PL fez determinadas alianças tanto eleitorais quanto parlamentares. Novamente, a intenção era desmistificar determinadas imagens sobre o partido e sua relação com as outras forças partidárias, mostrando que o PL era um ator político importante nas disputas eleitorais sul-rio-grandenses, em um sistema partidário que ia muito além de um suposto “bipartidarismo”.

O PL nasceu enquanto oposição tanto ao PSD quanto ao PTB, mas buscou alianças com um e outro quando a conjuntura política assim pedia. Buscou fazer a leitura do momento quando aceitou ser necessário lançar candidatos sozinho visando fortalecimento da legenda. Em que pesasse suas posições ideológicas, não se furtou, quando era preciso, em aliar-se a forças partidárias aparentemente opostas, como o PRP e o próprio PTB, no episódio da constituinte de 1947. Tampouco foi um aliado passivo: quando se uniu à Frente Democrática e, posteriormente, à Aliança Democrática Popular, não se comportou como um partido silente em relação a força hegemônica, o PSD, posicionando-se e muitas vezes, confrontando-os, como nos pleitos municipais de 1955 e 1959 e na eleição estadual de 1958 e 1962. Em suma, o PL sabia ser um partido pragmático e procurava o seu protagonismo, negociando e articulando nos bastidores das disputas eleitorais e políticas da época.

Um trabalho acadêmico/ científico é sempre fruto de escolhas. Por óbvio, muitas questões e temas sobre os libertadores durante a República Democrática ficaram em aberto, pois foi necessário definir esses temas e questões, deixando de fora muitas outras questões sobre o PL e suas ações no período da República Democrática. Espera-se que essa contribuição para a historiografia política desse período possa servir como

ponto de partida para novas reflexões e críticas sobre essa experiência democrática e a atuação dos partidos políticos e outros agentes durante tal período.

## FONTES CONSULTADAS

### Fontes Impressas: Memórias, biografias e coletâneas de documentos

ALVARENGA, Octavio Mello. *Grandes vultos da engenharia brasileira*: José Baptista Pereira. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1975.

CABRAL, Plínio. *Política sem cartola*. Rio de Janeiro: Record Editora, 1964.

DE GRANDI, Celito. *Loureiro da Silva: o Charrua*. Porto Alegre: Literalis, 2002.

\_\_\_\_\_. *Diário de Notícias: o romance de um jornal*. Porto Alegre: L&PM, 2005.

DE PAULA, Christiane J.; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em: [cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb](http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb). Acesso em: 21/10/2020.

DUARTE, José Bacchieri. *100 anos da política brasileira e a influência exercida pelas lideranças do Rio Grande do Sul no século XX*. Pelotas/RS: Editora Universitária UfPel, 1996.

\_\_\_\_\_. (org.). *Os 10 dias que o Rio Grande foi parlamentarista*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2003.

FIORI, Hilda. Dados Biográficos. In: FIORI, Ernani. *Textos Escolhidos - volume 1: Metafísica e História*. Porto Alegre: L&PM editores, 1987.

GALVANI, Walter. *Um século de poder. Os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GUEDES, Geraldo. *Perfis parlamentares 16: Raul Pilla*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

KRIEGER, Daniel. *Desde as missões....* Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1976.

LOVATO, Amilton. *Adhemar: fé em Deus e pé na tábua*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

MENEGHETTI, Ênio. *Baile das cobras: a verdadeira história de Ildo Meneghetti*. Porto Alegre: AGE editora, 2012.

MONTEIRO, Maurício. *Altivo Linhares: Memórias de um líder da velha província*. Damadá: s/l, s/d.

OLIVEIRA, Yves de. *Otávio Mangabeira*. Alma e Voz da República. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1971.

SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973.

\_\_\_\_\_. *Tempo de lembrar*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.

PILLA, Raul. *Catecismo Parlamentarista*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1992.

PILLA, Raul. Despedindo-se da velha faculdade. In: *Revista da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*, Porto Alegre, jun/dez. 1961 – Fascículo II. Separata, p. 13-15.

PROJETO VOZES DO RÁDIO (Rio Grande do Sul). Famecos/Pucrs. *Cândido Norberto: Apresentação*. Disponível em: <http://eusoufamecos.uni5.net/vozesdoradio/apresentacao-33/>. Acesso em: 22/10/2022.

SANTOS, Wilson Afonso. *Ildo Meneghetti*. Porto Alegre: Tchê Comunicações, 1984.

SOUZA, José Pereira Coelho de. *Caminhada*. Porto Alegre: Sulina, 1969.

TILL, Rodrigues. *Say Marques: o criador da Feira do Livro de Porto Alegre em 1955*. Porto Alegre: Evangraf, 2004.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. *Raul Pilla e as acusações da imprensa comunista*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1955.

VALLS, Luís. *Brossard: 80 anos na história política do Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

WEINMANN, Amadeu de Almeida. *Dr. Ferreira Weinmann: uma vida dedicada a medicina de Ijuí*. Edição do Autor, sem data.

### Sítios de Internet

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. Cadeira 35 – fundador: José Pereira de Macedo (1883-1965). Disponível em: <http://academiaparanaensedeletras.com.br/cadeira-35/cadeira-35-fundador/>. Acesso em 25/04/2021.

ACADEMIA SUL-RIOGRANDENSE DE MEDICINA. Cadeiras. Disponível em: <http://academiademedicinars.com.br/cadeiras/>. Acesso em: 23/08/2022.

APALCA. *Lourival de Mello Motta*. Palmeira dos Índios/AL, s/d. Disponível em: <https://apalca.com.br/patronos/lourival-de-mello-motta/>. Acesso em: 20/09/2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/export/sites/default/deputados/LegislaturasAnteriores/Deputados/deputados5.pdf>. Acesso em 16/10/2020.

CHAVES, Ricardo. O talento de Cândido Norberto. *GZH*, Porto Alegre. 05/07/2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2017/07/o-talento-de-candido-norberto-9832860.html>. Acesso em: 24/12/2022.

GRÊMIO PÉDIA. Ary da Silva Delgado. Disponível em: [https://www.gremiopedia.com/wiki/Ary\\_da\\_Silva\\_Delgado](https://www.gremiopedia.com/wiki/Ary_da_Silva_Delgado). Acesso em: 02/11/2022.

HISTÓRIA DE ALAGOAS. *Lourival de Mello Motta*. Maceió/AL, 2015. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/lourival-de-mello-motta.html>. Acesso em 20/09/2020.

MONTARDO, Rubens. *Gonçalves Vianna*. Uruguaiana/RS, 2009. Disponível em: <https://tribunadeuruguaiana.blogspot.com/2009/04/goncalves-vianna.html>. Acesso em: 23/08/2022.

MEMORIAL DO LEGISLATIVO DO RIO GRANDE DO SUL, Legislaturas. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Informa%C3%A7%C3%B5esParlamentares/Legislaturas/tabid/3543/Default.aspx>. Acesso em 23/08/2022.

MUSEU DE HISTÓRIA DA MEDICINA DO RIO GRANDE DO SUL, Biografias Médicas. Disponível em: <https://muhm.org.br/biografiasmedicas/index?alpha=all>. Acesso em: 19/04/2022.

PORTAL DA HISTÓRIA DO CEARÁ. *Murilo Borges Moreira*. Disponível em: [http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2585&catid=293&Itemid=101](http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2585&catid=293&Itemid=101). Acesso em: 24/04/2021.

PREFEITURA DE PORTO VELHO/RO. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/21740/prefeitos-de-porto-velho>. Acesso em: 16/10/2020.

PROJETO VOZES DO RÁDIO (Rio Grande do Sul). Famecos/Pucrs. *Cândido Norberto: Apresentação*. Disponível em: <http://eusoufamecos.uni5.net/vozesdoradio/apresentacao-33/>. Acesso em: 22/10/2022.

RODRIGUES, Geovana; FALCAO, Maria. Amores e lutas de Jäder de Carvalho. Retratos e perfis, 2012. Disponível em: <https://retratoseperfis.wordpress.com/2012/11/01/perfil-jader-de-carvalho/>. Acesso em: 13.10.2020.

SECRETARIA DO PLANEAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ. Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará. Ex-presidentes e superintendentes do IPEC. Disponível em: <http://www.issec.ce.gov.br/index.php/historico/ipsec/ex-presidentes-e-superintendentes-do-ipsec/386-miguel-santiago-gurgel-amaral-1947-1955>. Acesso em: 13/10/2020.

SUL 21. Uma expectativa que não se concretizou. *Sul21*, Porto Alegre, 25/05/2011. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/postsrascunho/2011/05/uma-expectativa-que-nao-se-concretizou/> Acesso em: 01/10/2020.

WANDERLEY, Andrea. Série “Feministas, graças a Deus!” II – Natércia da Cunha Silveira (1905 – 1993), o jequitibá da floresta. *Brasiliana Fotográfica/ Biblioteca*

*Nacional*. Rio de Janeiro, 20/08/2020. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=20151>. Acesso em: 24/05/2022.

WEBER, Jéssica. Há 50 anos, a última viagem de bonde de Porto Alegre: saiba como foi o “Passeio da Saudade”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 03/03/2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/03/ha-50-anos-a-ultima-viagem-de-bonde-de-porto-alegre-saiba-como-foi-o-passeio-da-saudade-ck7cczmvi012p01oabeyv55u9.html>. Acesso em 17/06/2022.

### **Acervos Pessoais**

Acervo Raul Pilla. NUPERGS/UFRGS.

Acervo João Neves da Fontoura. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs)

### **Acervos Eleitorais**

TSE. Estatísticas Eleitorais. Volumes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/>. Acesso em 06/08/2020.

TSE. Repositório de Dados Eleitorais. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 06/08/2020.

TRE/CE. Eleições de 1958. Disponível em: <http://apps.tre-ce.jus.br/tre/download/Eleicoes%201958.pdf>. Acesso em: 04/09/2020.

TRE/SP. Sistema Paulística. Disponível em: <https://www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/sistema-paulistica>. Acesso em: 20/10/2020.

TRE/RS. Atas das eleições de 1945, 1947, 1950, 1954, 1958 e 1962. Disponível em: <https://www.tre-rs.jus.br/o-tre/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/acervo-do-memorial-da-je-gaucha/resultados-de-eleicoes-1/tre-rs-resultados-de-eleicoes-gerais-anteriores-1990>. Acesso em: 22/10/2022.

TRE/RS. Ata da eleição de 1959 em Porto Alegre. Disponível em: [https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica\\_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais1959-porto-alegre/@@download/file/TRE-RS%20Municipais1959%20Porto%20Alegre.PDF](https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais1959-porto-alegre/@@download/file/TRE-RS%20Municipais1959%20Porto%20Alegre.PDF). Acesso em: 07/11/2022.

### **Jornais**

*CooJornal (RS)*, Sítio do Núcleo de Pesquisa em Ciências da Comunicação/ PUCRS, Disponível em: <https://issuu.com/nupecc>.

*Correio do Povo (RS)*, Hemeroteca, Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho.

*Diário da Noite (RJ)*. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

*Estado do Rio Grande (RS)*. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

*Jornal do Comércio (AM)*. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

*Jornal do Dia (RS)*. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Recortes de *Estado do Rio Grande (RS)*. Acervo Raul Pilla, NUPEGS/UFRGS

Recortes de *Jornal do Dia (RS)*.

Recortes de *O Estado de São Paulo (SP)*. Acervo Raul Pilla, NUPEGS/UFRGS

### **Documentos Partidários**

PARTIDO LIBERTADOR. *Declaração de princípios Aprovada na Convenção Nacional, em julho de 1953*. Rio de Janeiro, 1953.

PARTIDO LIBERTADOR. *Programa e Lei Orgânica*. Porto Alegre, 1945.

PARTIDO LIBERTADOR. *Programa e Lei Orgânica*. Rio de Janeiro, 1952.

TSE. Registro de partidos políticos de 1945 a 1979, Partido Libertador. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/historico/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>. Acesso em: 20/10/2020.

### **Fontes sobre estados e municípios**

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS DA ALRS. *Evolução Municipal: Rio Grande do Sul – 1809-1996*. Porto Alegre: CORAG/RS, 2002.

OLIVEIRA, Ovídio. *História, desenvolvimento e colonização do Estado de Rondônia*. Porto Velho: Dinâmica Editora e Distribuidora, 2004.

IBGE, Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20/10/2020.

Biblioteca IBGE, sobre o estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riodejaneiro/riodejaneiro.pdf>. Acesso em: 20/10/2020.

### **Entrevistas e Depoimentos**

BORGES, Francisco Solano. Depoimento (maio/2004). Entrevistadores: Ângela Flach, Claudira Socorro e Daniel Milke. Porto Alegre, 2004. Arquivo de História Oral Delfos/PRP-AIB, PUCRS.

CÓRDOVA, Alaor. Depoimento (agosto/2012). Entrevistadores: Carla Brandalise, Luiz Alberto Grijó e Marluza Marques Harres. Porto Alegre, 2012. Acervo Particular Carla Brandalise.

GASTAL, Manoel Braga. Depoimento (outubro/2004). Entrevistadores: Ângela Flach, Claudira Socorro e Daniel Milke. Porto Alegre, 2004. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

SÁ, Mem de. Depoimento (1977). Entrevistador: Hélió Trindade. Porto Alegre, 1977. Acervo de História Oral. NUPERGS/UFRGS.

SANTOS, Cândido Norberto dos. Depoimento (novembro/2004). Entrevistadores: Ângela Flach, Claudira Socorro e Daniel Milke. Porto Alegre, 2004. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

SEVERO, Honório. Depoimento (janeiro/2005). Entrevistadores: Ângela Flach, Claudira Socorro e Daniel Milke. Porto Alegre, 2005. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

SOARES, Alcides Flores. Depoimento (1978). Entrevistador: Hélió Trindade. Porto Alegre, 1978. Acervo de História Oral. NUPERGS/UFRGS.

TV ASSEMBLEIA CEARÁ. Fortaleza Antiga: Cordeiro Neto e o “regime da lata”. 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=8jTq578q\\_hA](https://www.youtube.com/watch?v=8jTq578q_hA). Acesso em 26/10/2020.

### **Pesquisas de Opinião**

Fundo IBOPE. Serviço X Nacional. Arquivo Edgard Leuenroth/ UNICAMP. Disponível em: <https://ael.ifch.unicamp.br/>. Acesso em: 04/01/2023.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira. Introdução. In: ABREU, A.; LATTMAN-WELTMAN, F.; FERREIRA, M; RAMOS, P.(orgs.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 1950*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

AGUIAR, Priscylla L. *Controle social na gestão de Manuel Cordeiro Neto na Secretaria de Polícia e Segurança Pública/CE (1935-1941)*. Dissertação (Mestrado em História). UFC: Fortaleza, 2014.

ALMEIDA, Maria Isabel. *Rompendo os vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977*. Tese (Doutorado em História). UFG: Goiânia, 2010.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Interfaces do Poder: o discurso de Alberto Pasqualini em perspectiva (1936-1955)*. Tese (Doutorado em História). PUCRS: Porto Alegre, 2015.

\_\_\_\_\_. A trajetória de Alberto Pasqualini antes do “teórico do trabalhismo”: background, entrada e estratégias de ascensão na política-partidária (1928-1937). In: *História: debates e tendências*. Passo Fundo/RS, v. 19, n. 4, Dez. 2019, p. 636-658.

AITA, Carmem. *Liberalismo e República: o pensamento político de J.F. de Assis Brasil*. Tese (Doutorado em História). PUCRS: Porto Alegre, 2006.

ALVES, Samuel. Interpelação das massas, esquerdismo, agitação e demagogia: as análises de Armando Fay de Azevedo acerca das eleições no Rio Grande do Sul (1958/1962) e a construção do mito do populismo. In: *Temporalidades – Revista de História Discente do PPGH - UFMG*. n.27, v.10, n.1, mai/ago. 2018, p.186-205.

\_\_\_\_\_. “*Ideias novas para problemas velhos*”: a candidatura e a campanha eleitoral de Leonel Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958. Dissertação (Mestrado em História): Porto Alegre: PUCRS, 2020.

AMARAL, Sandra Maria do. *O Teatro do Poder: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo*. Tese (Doutorado em História). PUCRS: Porto Alegre, 2005.

ANGELI, Douglas. Santinhos, comícios e apertos de mão: sobre o estudo da mobilização eleitoral na experiência democrática. In: DOMINGOS, C.; BATISTELLA, A., ANGELI, D. (orgs.). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2018.

\_\_\_\_\_. *O candidato do povo: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954)*. Tese (Doutorado em História): Porto Alegre: UFRGS, 2020.

\_\_\_\_\_; BOMBARDELLI, Maura. A minha presença nesta casa: a trajetória política de Suely de Oliveira (1945-1964). In: ALMEIDA, Diego; BOMBARDELLI,

Maura; TORRES, Anderson (orgs.). *Trajetórias Políticas no trabalhismo do Rio Grande do Sul* (anos 1940-1960). Passo Fundo/RS: Acervus Editora, 2022, p.199-220.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

ASTURIAN, Marcos Jovino. *O Rio Grande dividido: conflitos políticos-eleitorais entre pessedistas e petebistas para o governo estadual (1946-1954)*. Tese (Doutorado em História), São Leopoldo/RS: Unisinos, 2019.

\_\_\_\_\_. A República Democrática (1945-1964) e a reorganização político-partidária no Rio Grande do Sul. In: BRANDALISE, Carla.; HARRES, Marluza. *O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)*. São Leopoldo: Oikos Editora; Editora Unisinos, 2017, p.51-86.

AZEVEDO, Armando Fay de. Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v.8, 1960, p. 255-278.

AZEVEDO E SILVA, Angelissa. A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 309-334. (As Esquerdas no Brasil; v. 2)

BARBOSA, Jivago C. *Política e assistencialismo na Paraíba*. O governo José Américo de Almeida (1951-1956). Dissertação (Mestrado em História). UFPB: João Pessoa, 2012.

BARBOSA, Marialva. Cenários de transformação: Jornalismo e História no Século XX. In: *Revista FAMECOS*, PUCRS, vol.19, n.2, mai/ago. 2012, p. 458-480.

BARROS, Antônio T.; GUIMARÃES, Ricardo S.; SILVA, Sérgio F. da; SILVA, Terezinha E. da. Juventudes partidárias no Brasil: motivações e perspectivas dos jovens filiados aos partidos políticos. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.30, set/dez. 2019, p.113-158.

BARTEL, Carlos. *Os emissários sionistas e o nacionalismo judaico no Rio Grande do Sul (1945-1952)*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo/RS: Unisinos, 2006.

BATISTELLA, Alessandro. O sistema pluripartidário de 1945-1965 no Paraná: uma análise dos partidos políticos, governos e das eleições no estado. In: *Revista Tempos Históricos*, Unioeste, vol.19, jun/dez. 2015, p. 111-150.

BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964). São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. *A trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da formação do Partido ao “Trabalhismo Renovador” (1945-1960)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2016.

BOTTOMORE, T.B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Editora Ática, 1983a.

\_\_\_\_\_. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Editora Ática, 1983b.

\_\_\_\_\_. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa-POR: DIFEL, 1989.

\_\_\_\_\_. A delegação e o fetichismo político. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo : Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. O campo político. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.5. Brasília, janeiro-junho de 2011, p. 193-216.

BRANDALISE, Carla. A Legalidade e o Legislativo: discussões e controvérsias em meio ao levante popular liderado pelo governador Brizola. In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza M. *O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)*. São Leopoldo: Oikos Editora; Editora Unisinos, 2017, p.175-229.

BUADES, Josep. *Os espanhóis*. São Paulo: Contexto, 2016.

BUENO, Antônio Avelange Padilha. *Raul Pilla: aspectos de uma biografia política*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PUCRS, 2006.

CALDEIRA NETO, Odilon; GONÇALVES, Leandro. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

CALIL, Gilberto. *O Integralismo no Pós-Guerra: A Formação do PRP*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CAMARGO, Aspásia; RAPOSO, Eduardo; FLAKSMAN, Sérgio. *O Nordeste a a política: Diálogo com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.

CAMARGO, Dilan. *Centralização e Intervenção: Padrão Político e Institucional do Estado Novo no Rio Grande do Sul – O Conselho Administrativo do Estado – RS*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

CAMPOS, Leticia. *A Paraíba estremecida: as eleições de 1950*. Monografia (Trabalho de Conclusão em História). UFCG: Campina Grande/PB, 2017.

CANEDO, Leticia B. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). In: *Pro-Posições*, vol.13, n. 3, Campinas, setembro-dezembro de 2002, p. 169-198.

CÁNEPA, Maria Mercedes Loguercio. *Partidos e Representação Política: a articulação nos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945 – 1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (O Brasil Republicano v.2).

\_\_\_\_\_. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Claudira. *Processos Eleitorais no Rio Grande do Sul: participação do PRP na construção das alianças políticas nas eleições estaduais de 1958 e 1962*. Porto Alegre: Editora Animal, 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. Partidos e deputados em São Paulo: o voto e a representação política. In: LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F.H. (orgs.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

CARLO, Douglas Storchi. *Ideologia política e discurso partidário: os libertadores no parlamento gaúcho (1955-1959)*. (Dissertação de Mestrado). Santa Maria: UFSM, 2012.

CARNEIRO, Glauco. *Lusardo: o último caudilho – 1. Revolução de 1923*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977.

\_\_\_\_\_. *Lusardo: o último caudilho – 2. De Vargas a Perón*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1978.

CARREIRÃO, Yan. *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)*. Sociologia (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: UFSC, 1988.

CHALOUB, Jorge. O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946. *Ciência Política* (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UERJ, 2015.

CHARLE, Cristophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: CHARLE, Cristophe. *Homo historicus: Reflexões sobre a história, os historiadores e as ciências sociais*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS Editora/ FGV Editora, 2018.

CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação das elites: três exemplos clássicos. In: PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. (orgs.). *Como estudar as elites*. Curitiba: Editora da UFPR, 2015, p. 15-32.

COELHO, Sandro. *O Partido Democrata Cristão (1945-1965): dilemas e inconsistências da terceira via brasileira*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 2002.

COLUSSI, Eliane. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo/RS: EdiUPF, 1996.

CORADINI, Odaci. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). In: *Estudos Históricos*, n.32, Rio de Janeiro, 2003, p.125-144.

CORTÉS, Carlos. *Política Gaúcha: 1930-1964*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

COSTA, Maria Amélia Dias da. *Reorganização partidária e prática democrática no Rio Grande do Sul de 1945 à 1950*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Porto Alegre: UFRGS, 1983.

CRUZ, Heloísa; PEIXOTO, Maria do Rosário da C.. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. In: *Projeto História*. n.35, São Paulo, 2007.

CRUZ, João. *Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2010.

CUNHA, Luciana. *“Liberdade Pequena”*: memórias do período da ditadura civil-militar no Colégio Júlio de Castilhos. Dissertação (Mestrado em Educação). São Leopoldo: Unisinos, 2016.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

\_\_\_\_\_. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. *O Segundo Governo Vargas – 1951-1954*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

DAL FORNO, Rodrigo. O processo de formação e atuação do Partido Libertador (décadas de 1920 e 1930): notas de pesquisa. In: DOMINGOS, C.; BATISTELLA, A., ANGELI, D. (orgs.). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2018.

\_\_\_\_\_. “*Como se em política fosse possível agir sem manha, sem o senso de oportunidade*”: o processo de formação e atuação do Partido Libertador e suas lideranças no Brasil Republicano (1922-1933). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2020.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

ELMIR, Cláudio Pereira. Uma aventura com a Última Hora: o jornal e a pesquisa histórica. In: *Revista Anos 90*. Porto Alegre, v. 19, n. 36, 2012, p. 67-90.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. O golpe faz 50 anos. In: ALONSO, Angela; DOLHNIKOFF, Miriam (orgs.). *1964: do golpe à democracia*. São Paulo: Hedra, 2015, p.43-70.

\_\_\_\_\_; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta; PINTO, Surama. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (O Brasil Republicano v.1).

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S. C. O sistema partidário – A redemocratização (1945-1964). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (orgs.). *História geral do Rio Grande do Sul*. Volume 4 – República, da revolução de 1930 à ditadura militar (1930 – 1985). Diretor do volume: René Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007.

FLORES, Ericson. “*Um posto de combate e uma tribuna de doutrina*”: O Partido Libertador e o jornal O Estado do Rio Grande (1929-1932). Dissertação (Mestrado em História). UPF: Passo Fundo/RS, 2009.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

FRENCH, John. Los trabajadores insdustriales y el nacimiento de la República Populista en Brasil, 1945-1946. In: MACKINNON, Maria Moira; PETRONE, Mario Alberto (Orgs.). *Populismo e neopopulismo en América Latina: el problema de la Cenicienta*. Buenos Aires: Eudeba, 1998, p. 59-77.

GAGLIETTI, Mauro. *Dyonélio Machado e Raul Pilla: médicos na política*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

\_\_\_\_\_. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo/RS: Editora UPF, 2005.

\_\_\_\_\_. Juscelino, Brizola, Paulo Couto – São Leopoldo, Porto Alegre, Rio de Janeiro terão alvo a ver entre si? In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza; GRIJÓ, Luiz Alberto; VARGAS, Jonas Moreira (Orgs). *Capítulos de História Política: problemas e estudos*. Vol. 2. Passo Fundo: Acervus, 2020, p.439-466.

GOMES, Ângela de C. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): Getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 53-81. (As Esquerdas no Brasil; v. 2)

\_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. Segunda República (1946-1964): República Liberal-Democrática. In: SCHWARTZ, Lilia; STARLING, Heloísa. *Dicionário da República: 51 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 429-438.

\_\_\_\_\_. Nas malhas do feitiço: o Historiador e os Encantos do Arquivo Privado. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, 1998, p. 121-127.

\_\_\_\_\_; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. In: *Estudios del ISHIR*. n. 20, Rosario-ARG, 2018.

GRIJÓ, Luiz A. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 1998.

\_\_\_\_\_. Apóstata do germanismo ou alemão arrivista: a trajetória de Lindolfo Collor até a Revolução de 1930. In: *Anos 90: Revista do Programa de Pós Graduação em História/UFRGS*, n.15, Porto Alegre, 2001, p.25-35.

\_\_\_\_\_. Biografia, para quê? In: CORADINI, Odaci L. (org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. *Os nomes de poder: a Faculdade de Direito de Porto Alegre, o ensino jurídico e política no Brasil (1900-1937)*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2017.

\_\_\_\_\_. Nota sobre o regionalismo: Rio Grande do Sul, o “Estado mais politizado do país”. In: NEUMANN, Eduardo; BRANDALISE, Carla. *O Rio Grande Revisitado: novos capítulos*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2019.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 14, 1990.

HACKER, Alexandre. Os partidos e as eleições: o legislativo municipal e a vida política paulistana. In: HACKER, Alexandre (org.). *3º Legislatura (1956-1959): História de São Paulo e sua Câmara Municipal*. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 2017. (Coleção história das legislaturas contemporâneas, v.3).

HEINZ, Flávio (org.). *O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

\_\_\_\_\_. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, F. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

HIPPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

KANAN, Maria Cecília. O “Estado do Rio Grande” e os libertadores (1928-1932). In: TRINDADE, Héliogio (org.). *Partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980, p. 357-367.

KARAWEJCZYK, Mônica. *O Voto da Costela: o sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2008.

\_\_\_\_\_. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (1850-1932)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2013.

KLEIN, Paulo Eduardo F.. *De direito, mas não de fato: o parlamentarismo no referendo de 1963 no Correio do Povo*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo/RS: Unisinos, 2022.

KUMMER, Lizete. *A Medicina Social e a Liberdade Profissional: os médicos gaúchos na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2002.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro*: FGV, 2010. Disponível em: [cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb](http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb).

\_\_\_\_\_. A imprensa carioca nos anos 50: os anos dourados. In: ABREU, A.; LATTMAN-WELTMAN, F.; FERREIRA, M; RAMOS, P.(orgs.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 1950*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

LAPUENTE, Rafael. *A luta pelo poder: a política gaúcha em perspectiva (1934-1937)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2016.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ: Revan, 1999.

LEBARON, Frédéric. Capital. In: CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria A.; HEY, Ana P.; MEDEIROS, Cristina C. C. de. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LIMA, Solange; CARVALHO, Vânia. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia R. de. (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

LIMONGI, Fernando. Fazendo Eleitores e Eleições: Mobilização Política e Democracia no Brasil Pós-Estado Novo. In: *Dados* [online]. 2015, vol.58, n.2, p.371-400.

LIRIS, Elizabeth. O Simbolismo Revolucionário. In: VOVELLE, Michel (org.). *França Revolucionária: 1789-1799*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p.190-193.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

MADURO, Lídice Aparecida Pontes. Parlamentarismo no Brasil: experiência histórica. In: *Revista de Ciência Política*. v. 31, n. especial, Rio de Janeiro: FGV, 1988, p. 89-154.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1998.

MARTINS, Luís C. P. História dos conceitos e conceitos na História: a imprensa como fonte/objeto da História Conceitual do Político. In: DOMINGOS, C.; BATISTELLA, A., ANGELI, D. (orgs.). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2018.

MARTINS, Marisângela. *À esquerda de seu tempo: Escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre – 1927-1957)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora UnB, 1982.

MONDARDO, Marcos. A diáspora gaúcha e catarinense para o Paraná e a representação do “lugar do futuro”: a (re)invenção da Região Sudoeste entre 1940-1970. In: *Mneme: Revista de Humanidades*, v. 11, n. 27, dez. 2010.

MONTEIRO, Lorena. *Religião, cultura e política: o apostolado laico dos jesuítas no RGS e os espaços sociais de atuação*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

\_\_\_\_\_. O Partido Democrata Cristão no Brasil (1945-1963): (Re)considerações sobre sua breve existência. In: *História: Debate e Tendências*. v. 13, n. 2, jul./dez. 2013, p.266-281.

MONTENEGRO, Abelardo. *Os partidos políticos do Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Editora Perspectiva/FAPESP, 2002.

MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p.358-402.

NICOLAU, Jairo. Partidos na República de 1946: Velhas Teses, Novos Dados. In: *Dados*, vol.47, no 1, 2004.

\_\_\_\_\_. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NOLL, Maria I.; TRINDADE, Hélgio. *Estatísticas Eleitorais do Rio Grande da América do Sul: 1823/2002*. Porto Alegre: UFRGS Editora/Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2004.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. (Orgs.). *Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho (1890-1937)*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

OFFERLÉ, Michel. *Les partis politiques*. Paris/FRA: Presses Universitaires de France, 1987.

OLIVEIRA, Augusto. Os sistemas partidários do Rio Grande do Sul : do Império à Nova República. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.25, jan./abr. 2018, p.87-132.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *“O preço da liberdade é a eterna vigilância”*: a UDN no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2001.

\_\_\_\_\_. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2008.

PANEBIANCO, Angelo. *Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERES, Paulo. O sistema partidário de São Paulo e a produção da 4ª legislatura da câmara municipal: revisando uma tese consolidada. In: FERREIRA, Gabriela N. (org.). *4º Legislatura (1960-1963)*: São Paulo: o parlamento e uma cidade em construção. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 2017. (Coleção história das legislaturas contemporâneas, v.4).

\_\_\_\_\_; RIBAS, Vinicius de Lima. Multipartidarismo e bipolaridade: uma reconsideração da tese do bipartidarismo no Rio Grande do Sul. In: GROHMANN, Luís

G. M. (org.). *Comportamento e Instituições Políticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2018.

PESAVENTO, Sandra. O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p.156-194.

\_\_\_\_\_. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PINTO, Céli R. J. O poder e o político na teoria dos campos. In: *Veritas*, Porto Alegre, v.41, n. 162, jun. 1996, p.221-227.

\_\_\_\_\_. Uma mulher “recatada”: a deputada Suely de Oliveira (1950-1974). In: *Topoi*, Rio de Janeiro, v.15, n. 29, dez. 2014, p. 565-587.

PITTILO, Silvana. Os salesianos no Brasil: uma visão histórico-reflexiva de um discurso universalizante inconsistente. Tese (Doutorado em História). UFU: Uberlândia/MG, 2017.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

QUEIRÓS, César Augusto B. A experiência democrática no Amazonas: a formação do PTB e a consolidação do Trabalhismo (1945/1964). In: *Mundos do Trabalho*. Florianópolis/SC, UFSC, v.12, jan/jun. 2020, p.1-23.

QUELER, Jefferson. O governo Jânio Quadros: entre a política e o personalismo. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. (O Brasil Republicano v.3).

RECH, Anísio. *Os caminhos do candidato Michaelsen*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 1998.

REHBEIN, Mauro P. *Curitiba – 50 anos de eleições municipais – as forças políticas que na democracia e no governo militar disputam o poder*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFPR: Curitiba, 2008.

RIBEIRO, Arthur; CARVALHO, Ricardo; OREIRO, José. A Doutrina Social da Igreja Católica, o novo desenvolvimentismo e a economia social de mercado: diálogos possíveis? In: *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.39, n.4 (157), out/dez. 2019, p.710-735.

RODEGHERO, Carla. *O diabo é vermelho*. Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo/RS: UPF Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. *Memórias e combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Letra & Voz, 2017.

\_\_\_\_\_. Regime Militar e Oposição. In: GERTZ, René (dir.). *História Geral do Rio Grande do Sul – Volume 4: República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos Editora, 2007.

RUDÉ, George. *Cahiers de Doléances* e Estados Gerais. In: VOVELLE, Michel (org.). *França Revolucionária: 1789-1799*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p.238-239.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

SAMPAIO, Nelson de Sousa. A formação dos Partidos Políticos na Bahia, 1945-1958. IN: FLEISCHER, David. *Os Partidos Políticos no Brasil*. Volume 2. Brasília/DF, Editora da UnB, 1981.

SANTOS, Diego dos. *O parlamentarismo na Constituinte do Rio Grande do Sul de 1947*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo/RS: Unisinos, 2022.

SANTOS, Paulo Vitor Barbosa dos. Política, desenvolvimentismo e conservadorismo: a experiência democrática em Alagoas (1945-1964). In: *Revista Crítica Histórica*. Maceió/AL, UFAL, ano IX, Nº 17, jun. 2018, p. 257-274.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O Cálculo do Conflito: Estabilidade e Crise na Política Brasileira*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ, 2003.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro/ Brasília: Zahar Editores/ Editora UnB, 1982.

SCHAEDLER, Cândida. *Transformações da notícia na imprensa do interior do Rio Grande do Sul: Análise da Gazeta do Alegrete (1938-1968)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). PUCRS: Porto Alegre, 2018.

SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Érico (ed.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

SILVA, Bárbara B. Siqueira. *O poder político de José Américo de Almeida: a construção do americanismo (1928-1935)*. Dissertação (Mestrado em História). UFPB: João Pessoa, 2015.

SILVA, Edinéia. *A construção de uma memória gaúcha em Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS: Porto Alegre, 2010.

SILVA, Washington Abadio da. *A formação de “bons cristãos e virtuosos cidadãos” na Princesa do Sertão: o Colégio Marista Diocesano de Uberaba (1903-1916)*. Dissertação (Mestrado em Educação). UFU: Uberlândia/MG, 2004.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Gláucio A. D. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964*. São Paulo/SP: Alfa-Omega, 1976.

STONE, Lawrence. Prosopografia. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, UFPR, v. 19, n. 39, junho de 2011, p. 115-137.

TAUFER, Paulo R. *Partido Libertador: formação e atuação política*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo/RS: Unisinos, 2008.

TAVARES, José Antônio Giusti. Rio Grande do Sul: o sistema partidário eleitoral e parlamentar. In: LIMA JR., Olavo Brasil de. (org.). *O Sistema Partidário Brasileiro: diversidade e tendências – 1982-1994*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997, p. 165-209.

TORRES, Anderson V. O “velho Charrua” e os novos tempos: Loureiro da Silva, o trabalhismo e a República Democrática (1945-1964). In: ALMEIDA, Diego; BOMBARDELLI, Maura; TORRES, Anderson (orgs.). *Trajetórias Políticas no trabalhismo do Rio Grande do Sul (anos 1940-1960)*. Passo Fundo/RS: Acervus Editora, 2022, p. 105-132.

TRIDAPALLI, Ana Laura. “*O sacerdócio sublime do magistério*”: O Colégio Aurora de Caçador (1928-1938). Dissertação (Mestrado em Educação). Florianópolis: UFSC, 2009.

TRINDADE, Fernando. Uma contribuição à história da faculdade de filosofia da UFRGS. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS*, Porto Alegre, ano X, 1982, p.39-53

TRINDADE, Hélió. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul. In: LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando H. (orgs.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

\_\_\_\_\_. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 119-192.

\_\_\_\_\_. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979b.

VIANNA, Luís Werneck. O Sistema Partidário e o PDC. In: FLEISCHER, David. (org.). *Os partidos políticos no Brasil – Vol.1*. Brasília: Editora UnB, 1981, p. 131-171.

VIANNA, Marcelo. *Os homens do parquet: trajetórias e processo de institucionalização do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (1930-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2011.

VIEIRA, Felipe. “*Fazer a classe*”: identidade, representação e memória na luta do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul pela regulamentação profissional (1931-1943). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. O Partido Socialista Brasileiro e o marxismo (1947-1965). In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960 – Vol. 5*. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2007, p. 167-196.

VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa. 1789-1799*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UnB, 2000.

WRIGHT MILLS, Charles. A elite do poder: militar, econômica e política. In: FERNANDES, Heloísa (org.). *Wright Mills: sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1985, p. 62-80.

XAUSA, Leônidas; FERRAZ, Francisco. O surgimento do bipartidarismo no Rio Grande do Sul nas eleições de 1966. In: FLEISCHER, David. (org.). *Os partidos políticos no Brasil – Vol.2*. Brasília: Editora UnB, 1981, p. 145-189.

ANEXOS

Anexo 1 – Projeto de Resolução de Carlos Brito Velho aprovado na Convenção Estadual do PL de abril de 1953, publicada no *Correio do Povo*

### MOVIMENTO POLITICO

# Aprovada pela Convenção do PL uma mudança de orientação nas atividades partidárias

## Primazia para os problemas economicos e não para os temas politicos — Serão realizadas 10 convenções regionais neste Estado — O PSD elegeu ontem o sr. Peracchi Barcelos para a vice-presidencia

Proseguiram ontem os trabalhos da Convenção Extraordinária do Partido Libertador, que inesperadamente assumiram aspecto sensacional, em vista do movimento surgido em prol de uma mudança de orientação da atividade partidária. A última hora, na sessão de instalação do congresso o representante da Ala Moça, sr. Hernani Coutinho, pronunciou um discurso em que examinava a atividade que a agremiação libertadora vem desenvolvendo, mostrando que, em face dos

fenômenos políticos da atualidade, se tornava indispensável que o PL encarasse mais de frente os problemas sociais e economicos e não preferencialmente o politico, isto é, a luta pelo parlamentarismo.

A oração do representante da Ala Moça teve imediata e ampla repercussão na Assembléa. Logo após, o sr. Carlos de Brito Velho pediu a palavra para secundar a posição assumida pela Ala Moça, reformando as sugestões que vinham de ser suscitadas. Nesta ocasião, o ex-deputado libertador anunciou que apresentaria, na sessão seguinte, uma moção, consubstanciando o seu pensamento e o de muitos outros correligionários, sobre a matéria.

Efetivamente, na sessão na tarde de ontem aquele procer libertador submeteu ao plenário o seguinte projeto de resolução:

"Propõem os abaixo assinados seja aprovada a seguinte resolução:

I — Considerando que ao homem moderno, dadas as novas condições de vida e as necessidades que delas emanam, não mais galvanizam os valores que o moviam em época passada;

II — Considerando ser inconteste realidade que, na hierarquia atual dos interesses, o novo estabelece, e com razões sobejas, um primado social e do econômico sobre o politico;

III — Considerando que a fidelidade à tradição vale na medida em que esta recunde o presente, propiciando o progresso e o aperfeiçoamento do convívio humano;

IV — Considerando que o núcleo da tradição do Partido Libertador é em verdade, tão só isto, sacrificios sem limites de seus proceres, a prol do respeito à liberdade, à justiça e à lei, e que acidental e da circunstancia, apenas, tem sido a ênfase posta na luta estritamente politica;

V — Considerando que a vitalidade das agremiações partidárias depende, antes de mais nada, da ressonância que, nelas, tiveram as aspirações e necessidades populares, e que, por isso, fadados estão ao desaparecimento os partidos que não souberem em tempo, sintonizar com a alma coletiva;

VI — Considerando que, a fim de conservar-se fiel a si mesmo, fiel ao que representa a propria substancia de sua tradição, deve, sem tardança, o Partido Libertador reajustar-se ao momento brasileiro,

### RESOLVE

A Seção rio-grandense do Partido Libertador, reunido em convenção, em Porto Alegre:

I — Endereçar ao proximo Congresso Nacional do Partido a anexa declaração de principios, a fim de que, aprovada, venha a constituir o ideário socio-economico-politico dos libertadores do Brasil;

II — Encarregar o Diretorio Estadual de nomear, oportunamente, uma Comissão a cujo encargo fique a elaboração de um projeto de reforma do programa partidário, a ser conhecido pela Convenção Nacional de 1954, de molde a bem ajustar o atual às diretrizes ideológicas agora fixadas;

III — Conclamar os libertadores a que, na atividade politica que exercem, de pregação ou no exercicio de mandatos populares, voltem, preferentemente, suas vistas para os problemas de caráter social e econômico.

Sala das Sessões, 12 de abril de 1953.

Além do sr. Carlos de Brito Velho, este projeto de resolução foi assinado por cerca de 40 convencionistas.

Apresentado na sessão da tarde, foi ele distribuído a uma comissão de diversos membros sendo relatado pelo dr. Paulo Grossard de Souza Pinto e aprovado na reunião de ontem à noite.

A Declaração de principios acima mencionada, que é um trabalho de autoria do sr. Hernani Fiori, já apresentado em convenções anteriores, destaca a necessidade do partido encarar mais vivamente os problemas ligados ao bem-estar do homem, proporcionando maior soma de conforto ao trabalhador.

Como a Convenção Estadual não tem poderes para aprovar declarações de principios, este documento deverá ser encaminhado à Convenção Nacional, que dentro de um mês deverá realizar-se no Rio de Janeiro.

## DESORDEM NA DE SÃO PAULO

ciencia? Então não devem estar preocupados" E acrescentou: Erro intencional não haverá nenhum. Sobre a desonestidade, caio em cima como um raio!

A seguir o senhor Janio Quadros visitou a sala dos jornalistas, onde acentuou que durante sua administração está certo de que cometerá muitos erros, dada a sua pouca experiência no trato dos problemas municipais, frisando, porém, que não transgirá jamais no cumprimento do dever assumido com o povo, e não perdoará a desonestidade.

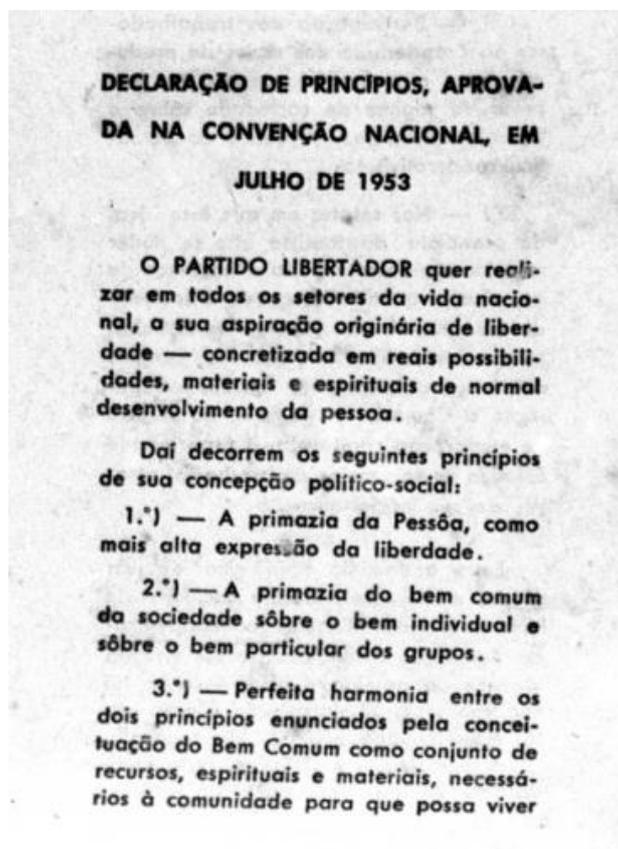
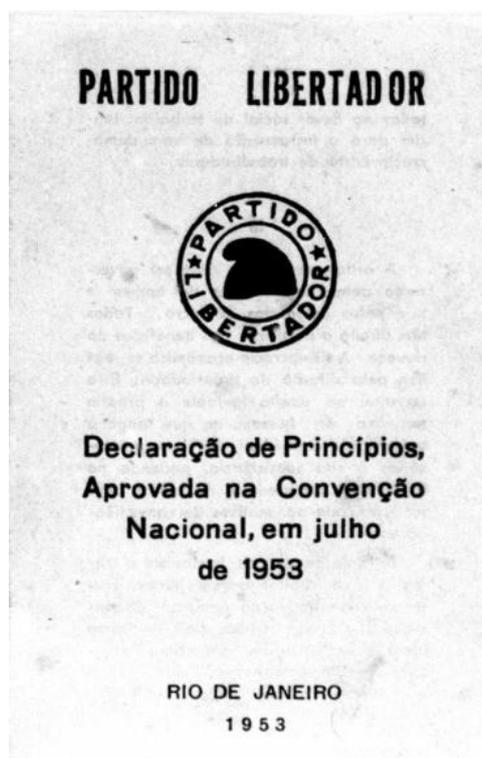
Afirmou ainda ter encontrado os negocios municipais em situação de absoluta penúria e de descalabro, um clima de tal desordem que muitos dos responsáveis pela desorganização da administração municipal assim que tiverem seus nomes pontados a exacerção publica, não terão coragem de andar pelas ruas da cidade.

## BAIRRO ESQUECIDO, ALVO DE PREENDIMENTOS DA PREFEITURA

publica e luz para varias ruas — Vai cessar o da José Zambecari

Fonte: *Correio do Povo*, p.32, 12/04/1953.

**Anexo 2 – Declaração de Princípios, aprovada na Convenção Nacional de julho de 1953**



— 3 —

e oferecer aos seus membros o meio de realizar o mais perfeito possível o seu destino pessoal.

4.º) — A Política fica assim subordinada à Ética. O Estado tem por finalidade promover o Bem Comum. E este não se realiza sem o respeito pelos direitos naturais da Pessoa.

5.º) — No que tange à esfera de ação estatal, a liberdade de expansão da Pessoa, condicionada pela Moral e Bem Comum, deve ter possibilidades de realização em todos os sentidos, isto é, pela Democracia Social, Económica e Política.

## II

A ordem social deve fundar-se na justiça.

As desigualdades sociais só se justificam quando dentro de iguais possibilidades, resultarem do mérito e do trabalho.

A política social deve orientar-se em dois sentidos principais:

— 4 —

1.º) — Real aproximação das classes, tanto moral quanto económica e social, pela efetiva participação de todos nos benefícios da cultura e da civilização.

2.º) — Assegurar e propiciar a natural integração do homem na comunidade social, através dos grupos básicos: família, escola, associação profissional, município. Reconhecimento dos direitos naturais desses grupos e de uma política tendente a assegurar a cada um deles as efetivas possibilidades — morais e económicas — de realização de seus objetivos próprios e da sua missão social.

A democracia cabe dar à estrutura social uma estilização jurídico-política que mantenha e estimule a vida dos grupos naturais e as demais instituições compatíveis com o Bem Comum, para que, dentro delas, possa sentir a plena segurança de sua liberdade — a liberdade de seu crescente aperfeiçoamento.

A democracia social não pretende, pois, uniformizar, mas sim, respeitando as justas diversidades, unir e fraternizar. E, através da fraternal participação de

— 5 —

todos no dever social do trabalho, tender para a instauração de uma democracia cristã de trabalhadores.

## III

A ordem econômica deve ser governada pelas necessidades do homem e não pelas exigências do lucro. Todos têm direito a participar dos benefícios da riqueza. A democracia econômica se realiza pela difusão da propriedade. Esta constitui um direito inerente à própria natureza do homem, no que tange à apropriação individual dos bens necessários à sua subsistência, podendo no entanto, a propriedade de outros bens ser justificada por motivos da conveniência social.

Em uma democracia humanista o trabalho e o capital devem harmonizar-se, com a valorização primacial do primeiro. Deve-se tender, pois — como ideal a ser atingido gradualmente — para um regime econômico humanista em que ressaltem duas diretrizes fundamentais:

— 5 —

1.ª) — Participação dos trabalhadores na propriedade dos meios de produção, com a crescente primazia na empresa de regime de sociedade sobre o de salariado e com a prática do autêntico cooperativismo.

2.ª) — Nos setores em que este ideal de economia distributista não se puder realizar plenamente dada a natureza da empresa, e quando integrada a sociedade em sistema de governo verdadeiramente democrático — que é o governo coletivo e politicamente responsável perante a Câmara — preferir, ao regime de exploração capitalista, a propriedade coletiva de tais meios de produção, através de sua nacionalização.

Entre o domínio econômico de um grupo, movido pelo desejo exclusivo de lucro e a nacionalização realizada através de Estado democrático e por isso ao alcance da opinião pública — não há que vacilar: a última solução é mais justa, mais humana e mais "libertadora".

A democracia econômica, pois, equidistante do individualismo e do socialis-

— 7 —

mo, só se pode realizar em um regime de economia distributista.

## IV

A ordem política se funda na ordem moral, que ao Estado cabe reconhecer, respeitando-lhe as determinações. A democracia assenta no reconhecimento dos direitos naturais da Pessoa e dos grupos sociais, direitos esses que se sobrepõem e governam a ordem jurídica positiva estabelecida pelo Estado.

E' condição essencial da democracia política a efetiva participação do povo nas responsabilidades do governo, o que importa na liberdade de pregação e de organização político-partidária — direito este que se reconhece condicionado pelo dever que tem a democracia de assegurar legalmente a sua existência.

Não podendo a sociedade subsistir sem cooperação regular e não sendo esta senão ordenação jurídico-política, reafirma-se a importância do fato político, como aspecto funcional da vida coletiva, reconhecendo-se, entretanto, que

— 8 —

a democracia não se realiza sem a harmônica integração dos seus três aspectos fundamentais — o social, o econômico e o político.

Dentro do atual condicionamento histórico, assim ficam caracterizadas algumas das mais fortes manifestações que brotam da profunda aspiração libertadora, que deu origem ao partido, o qual, nesta Convenção, mais uma vez toma consciência de sua missão na vida nacional.